

**O Pluralismo das Fontes de Informação no Jornalismo Económico:
Estudo Comparativo entre a Lusa – Agência de Notícias e o Jornal
Público**

Filipe Miguel dos Santos Maria

Dissertação Submetida como Requisito Parcial Para a Obtenção do Grau de Mestre
em Jornalismo

Orientador:

Professor Dr. João Alexandre Parreira Silvestre

Escola Superior de Comunicação Social de Lisboa, Instituto Politécnico de
Lisboa

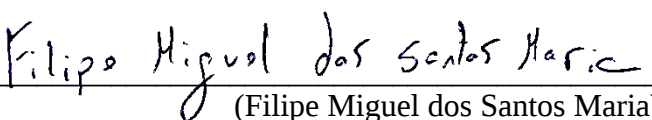
Junho, 2021

Declaração Anti Plágio

Declaro que o presente trabalho, requisito necessário para a obtenção do grau de Mestre em Jornalismo, é exclusivamente da minha autoria. Mais informo que todas as citações e referências a outros autores estão devidamente identificadas. Esta dissertação, de nome “O pluralismo das fontes de informação no jornalismo económico: Estudo comparativo entre a Lusa – Agência de Notícias e o Jornal Público”, constitui um trabalho original e inédito, nunca antes submetido a qualquer outra instituição de ensino superior para obtenção de um grau académico, ou qualquer outro tipo de habilitação. Declaro ainda ter consciência de que o plágio é crime e de que o mesmo pode levar à anulação do trabalho agora apresentado.

junho de 2021

O candidato,



(Filipe Miguel dos Santos Maria)

Agradecimentos

“A good newspaper, I suppose, is a nation talking to itself.”

Arthur Miller 1915–2005. Dramaturgo norte-americano
In, *The Observer*, Londres, 26 novembro 1961.

Foram várias as pessoas a oferecer o seu contributo na elaboração desta tese e, embora não me seja possível colocar em demasiadas e alongadas palavras o quão agradecido estou, tenho, em boa justiça, de expressar algumas reflexões quanto aos que me ajudaram, possivelmente, até sem o saberem.

Agradeço, primeiramente, ao meu orientador Prof. Dr. João Silvestre, pelo *feedback* incalculável, pela prestabilidade, ânimo e disponibilidade demonstrada ao longo deste percurso. À coordenadora de Mestrado em Jornalismo Prof. Dra. Maria Mata, bem como à Prof. Dra. Maria Rezola, pela valiosíssima orientação bibliográfica, influenciando toda a pesquisa posterior.

Um enorme agradecimento aos meus pais e ao meu irmão, não só por estarem presentes no que foi um dos períodos mais voláteis de que tenho registo, como por serem a motivação pela qual nunca desisti deste curso quando, por tantas vezes, o considerei ao longo deste período em particular. Os vossos gestos fizeram de mim o que sou hoje, e sem o vosso apoio não seria capaz de chegar onde fosse.

Aos amigos próximos, por mesmo em tempo de pandemia nunca deixarem de estar presentes no dia-à-dia, por induzirem um pânico e sentido de urgência colossal cada vez que perguntavam pela tese, por crerem, e fazerem-me acreditar, nas minhas próprias capacidades até ao fim.

Aos jornalistas da Lusa, e em especial à Alexandra Luís, por tão carinhosamente me receberem durante o estágio, e por me incutirem um senso de rigor tanto na escrita como enquanto profissional. A todos os colegas e profissionais com os quais me cruzei na área do jornalismo, nos empregos sazonais, na licenciatura e no mestrado, pelo contributo duradouro que muitos deixaram na minha forma de ver o mundo.

Sem o suporte de todos, este trabalho nunca conheceria a luz do dia.

Um sincero obrigado a todos.

Resumo

Na presente dissertação analisamos o estado da arte do atual conhecimento das relações entre fontes e jornalistas, e cruzamos estes dados com as teorias e observações no campo do jornalismo económico, e no campo das fontes deste tipo de jornalismo especializado. Pretende-se dar uma fundação teórica assente em teorias clássicas do jornalismo, juntamente com os avanços teóricos mais recentes da área, de modo a enquadrar a nossa investigação empírica num ramo da continuação do estudo das fontes, e contribuir para a teoria do jornalismo económico. Neste sentido, com base no referencial bibliográfico de Traquina e Santos, pretendemos definir os conceitos e ideias relevantes ao jornalismo económico, precisar as especificidades entre fontes e jornalistas neste mesmo campo, e investigar se esta forma de jornalismo especializado exhibe algum pluralismo na escolha das suas fontes de informação. Para isto, trabalhamos uma análise de conteúdo sobre uma amostra de dois meios de comunicação social de referência, aliada a um inquérito por questionário enquanto questão exploratória. Os resultados da investigação apontam para um pluralismo das fontes reduzido, favorecendo fontes de origem oficial e empresarial, da mesma forma que apontam para um potencial conformismo dos jornalistas face à atual distribuição das fontes. De forma complementar, também foi possível obter um melhor entendimento do nível de pressão das fontes sobre os jornalistas, com base nas perceções destes profissionais.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo Económico, fontes de informação, Agência Lusa, Público, Jornalistas

Abstract

This thesis analyses the state-of-the-art surrounding our understanding of the relationship between journalists and sources of information and crosses this data with the theories and observations on economic journalism and the sources regarding this kind of specialized journalism. We aim to provide a theoretical foundation on classic journalism theories, paired with the latest theoretical advancements in the field, in order to frame our empirical study within the branch of source studies, and contributing to a theory of economic journalism. In this sense, and based on the propositions from Traquina and Santos, we wish to define the concepts and ideas most relevant to economic journalism, precise the intricacies between journalists and sources within this field and realize if this sort of journalism shows pluralism in its sources. For this, we produced a content analysis on two renowned media outlets, paired with a questionnaire to assess and explore journalists' opinions. The results point towards a reduced pluralism, favoring official and corporate sources, the same way it suggests a conformation from the journalists regarding their sources and their distribution. It was also possible to achieve a better understanding regarding the pressure sources exert on journalists based on their own reports.

KEYWORDS: Economic Journalism, Sources of information, Lusa Agency, Público, Journalists

Índice

Declaração Anti Plágio	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Introdução	7
Capítulo 1: O Lugar das Fontes de Informação nas Teorias do Jornalismo	10
1.1 Campo Jornalístico ou de Notícias?	10
1.2 Campo Estruturado.....	13
1.3 Acesso Desigual aos <i>media</i>	15
1.4 Um Jogo de Papéis no Conflito e Negociação	20
1.5 Agendamento	24
1.6 Notícia Enquanto Construção Social da Realidade.....	30
Capítulo 2: Jornalismo Económico	33
2.1 História do jornalismo especializado.....	33
2.2 Jornalismo Especializado vs. Generalista.....	36
2.3 O que é Jornalismo Económico.....	40
2.4 Desafios do Jornalismo Económico	42
2.5 O Público, a Lusa e o Jornalismo de Agência.....	50
Capítulo 3: Fontes e Jornalismo Económico	53
3.1 Influências	53
3.2 Perceções dos Jornalistas.....	59
3.3 Análise de Resultados.....	60
Capítulo 4: Análise Empírica	69
4.1 Hipóteses e Problemáticas.....	69
4.2 Metodologia	70
4.3 Análise dos dados.....	76
Capítulo 5: Conclusões e Considerações Finais	87
Bibliografia	91
Anexos	96
Anexo I. Questionário aos Jornalistas de Economia	96
Anexo II. Amostra de Peças Lusa – Agência de Notícias.....	101
Anexo III. Amostra de Peças Jornal Público	203

Introdução

O presente estudo é o resultado de um ano atípico de trabalho e, como tal, parece-nos natural fornecer ao leitor uma introdução atípica com a devida contextualização. O projeto que se apresenta pretendia, originalmente, expor uma investigação empírica aliada à recolha de dados por meio de um estágio curricular, fazendo uso da observação participante como forma de evidenciar quais as fontes de informação predominantes no jornalismo económico, e como estas afetam a produção noticiosa. A investigação, numa fase inicial, focou-se num estudo-caso da redação de Economia da Lusa – Agência de Notícias de Portugal. Contudo, não foi possível dar seguimento à investigação, segundo o plano original, dados os constrangimentos causados pela pandemia mundial de Covid-19, e o confinamento daí resultante. O que deveria ter sido uma observação ao longo de vários meses, tornou-se numa observação não representativa e inválida para a nossa investigação. Como tal, procurou-se rentabilizar o material até então recolhido, e complementar o mesmo com nova investigação, de forma que o único sacrifício fosse o ângulo de abordagem original. O resultado deste ajuste é uma investigação explorativa, aliando teoria e técnicas da investigação empírica, de modo a explorar e aplicar conceitos numa área de nicho do jornalismo.

Esta abordagem traduziu-se numa pesquisa assente em duas frentes: a) uma análise de conteúdo às notícias de Economia em dois meios de comunicação social – neste estudo é analisada uma amostra de notícias da Agência Lusa e do Jornal Público; b) a aplicação de um inquérito por questionário, enquanto análise qualitativa das perceções dos jornalistas de Economia face às fontes. O objetivo destes procedimentos prende-se, essencialmente, a uma análise das fontes de informação, avaliação do seu peso na produção jornalística, e verificação da opinião jornalística quanto à sua relação com Economia e as suas fontes. Através desta metodologia procuramos deixar o nosso contributo naquilo que é uma sobreposição de áreas do estudo do jornalismo no mundo académico: os estudos das fontes de informação e o jornalismo de Economia. Entendemos que no caso de Economia estamos a falar de um nicho académico marcado por uma carência de investigação, tanto internacional como nacional, ao passo que relativamente aos estudos das fontes, pretendemos expandir o conhecimento e entendimento coletivo desta área à luz de uma teoria das fontes.

Neste sentido, damos início à nossa demanda académica com os conceitos de Traquina (2007) como ponto de partida, e desse ponto de referência vamos particularizando os conceitos e ideias fundamentais à nossa investigação. Com base na vasta bibliografia de Santos e Traquina, procuramos aplicar alguns conceitos e ideias da teoria do jornalismo em conjunção

com tipos e metodologias técnicas da pesquisa empírica. Começamos por adotar a proposta de Traquina (2007) na qual o autor sugere um quadro alargado de análise como forma de permitir o cruzamento de diversas teorias não mutuamente exclusivas entre si. Em seguida, analisamos a bibliografia de Santos (1997, 2003, 2006), Traquina (2000, 2001) e Sousa (2000, 2002, 2005, 2006) como forma de aprofundar alguns dos conceitos relevantes à nossa investigação. Por meio desta seleção de autores introduzimos e desenvolvemos ideias e noções clássicas do estudo do jornalismo como a noção de campo jornalístico de Bourdieu ou os contributos para o estudo das fontes e jornalistas de Schlesinger, Tumber, Ericson *et al.*, Hess e Gans. Complementamos com as noções de agendamento segundo Traquina (2000), com base em McCombs & Shaw, Rogers, Dearing & Bregman, e Molotch & Lester. Por fim, exploramos a noção de notícia enquanto construção social da realidade através de Berger e Luckman, segundo a perspetiva de Sousa (2006), e Tuchman, pelo olhar de Santos (2003).

Nos capítulos seguintes é feita uma teorização e definição do campo do jornalismo económico, da forma como o jornalismo especializado surge e se distingue do jornalismo generalista, quais os desafios, e são apontadas as particularidades do jornalismo de agência e das fontes de informação económica. Para a definição do campo jornalístico económico, abrimos mão de um leque de bibliografia luso-brasileira onde partimos, principalmente, das observações de Christiana Martins (2005, 2007), Caldas (2003), Garrido (2005), Lene (2005). Já na análise e comparação entre o jornalismo de especialização *versus* jornalismo generalista partimos da bibliografia de Tavares (2009) e Francisco (2006), ao passo que quanto à delimitação das fontes no jornalismo económico, fazemos uso dos conceitos avançados por Cascais (2001), Neveu (2005), Lopes (2015, 2016), e Cunha (2013). Para efeitos de análise foi intencionado evidenciar os pontos em comum na bibliografia dos autores mencionados, de forma a corroborar as premissas aqui avançadas, sempre ao abrigo duma teia complexa de ideias e autores equiparável à rede de conceitos definidores do próprio jornalismo.

Por fim, partimos da bibliografia de Aldo Schmitz (2011a, 2011b) como referencial no que diz respeito à base teórica da metodologia usada na nossa investigação. Tanto para o inquérito por questionário, como para a análise de conteúdo, foram usadas as noções desenvolvidas e adaptadas pelo autor no que respeita à designação das atribuições quanto à natureza das fontes de informação. Porém, não só usamos as ideias de Schmitz como iniciação ao nosso estudo das fontes, como procuramos expandir e adaptar algumas das categorias sob análise de modo a obter dados mais concretos e uteis à nossa investigação. Por tal, adaptamos a categoria Crédito do autor de modo a refletir resultados mais específicos, da mesma forma que contornamos criativamente a impossibilidade de analisar categorias como Ação ou Qualificação por meio do nosso questionário aos jornalistas. Em suma, entendemos que a

especificidade da nossa abordagem beneficia um campo em expansão como o do jornalismo económico, ao mesmo tempo que contribui para um melhor conhecimento do peso das fontes de informação no jornalismo.

Capítulo 1: O Lugar das Fontes de Informação nas Teorias do Jornalismo

1.1 Campo Jornalístico ou de Notícias?

Definir a orientação teórica de um qualquer estudo representa um esforço crítico considerável. No caso de uma investigação numa área como o jornalismo, a afirmação anterior encontra a sua validade renovada. O motivo desta dificuldade deve-se à existência de inúmeras teorias dentro do campo da sociologia do jornalismo, sendo bastante complexa a relação destas teorias entre si. Enquanto alguns conceitos rejeitam por completo a sua articulação com outras escolas de pensamento distintas, existem teorias capazes de estabelecer laços, mais ou menos complexos, entre si.

Face a esta tamanha interseção de conceitos, começamos por fazer uso da proposta de Traquina (2007) onde o autor sugere um quadro mais largo de análise com espaço para a colisão de diversas teorias não mutuamente exclusivas entre si, de forma a melhor descrever os motivos pelos quais as notícias são como são. O uso de diversas teorias para fins de análise das estruturas dos média foi algo já desenvolvido por outros autores (Santos, 1997) e, no nosso entender, o conceito de Campo Jornalístico de Bourdieu (1989, citado por Santos, 1997, 2006) representa um excelente ponto de partida, e um que servirá de ponte teórica para os restantes conceitos relevantes à investigação.

Bourdieu define “campo” como uma estrutura de relações objetivamente políticas, universitárias ou institucionais. Isto é, dentro de um campo dá-se a concorrência entre os mais variados agentes sociais, cuja finalidade é a produção de produtos políticos, problemas, acontecimentos, análises e comentários. O autor dá, inclusive, o seu contributo ao próprio conceito ao complementar a noção de campo com a definição de “campo jornalístico”: local onde é imposta uma lógica específica aos jornalistas, seja através de medidas de controlo diretas ou indiretas. Neste sentido, podemos encontrar exemplos da imposição desta lógica através ora da deontologia da profissão, ora através de conceitos como a honra profissional (Bourdieu, 1989 citado por Santos, 1997, 2006).

Também Schlesinger (1990, citado por Traquina, 2007) explorou o conceito de Campo, à semelhança de Bourdieu, embora o seu contributo se destaque por colocar, a um nível circunstancial, fontes de informação e jornalistas em pé de igualdade; O autor trabalha a ideia de campo jornalístico enquanto um espaço aberto a uma grande diversidade de agentes sociais, não só incluindo as fontes neste local de interação, como classificando-as enquanto fontes

oficiais e não oficiais, inédito até ao momento. Posteriormente, Santos (2006) pega no campo jornalístico, de Bourdieu e Schlesinger, e reformula-o sob o termo *campo de notícia*, sobre o qual tece o seguinte comentário:

O campo de notícia é um palco de lutas pelo poder. Uns e outros utilizam enquadramentos, linguagens e estratégias semelhantes. Vitórias e derrotas são averbadas aos dois lados, numa eterna disputa do organizado e do caos, do previsível e do novo, do desvio e do conforme (Santos, 1997, p. 183).

Como iremos ver adiante, a relação entre os agentes competentes do campo de notícia – fontes e jornalistas - é marcada pelo conflito permanente, sendo que cada uma das partes procura obter uma vantagem sobre a outra. Este conflito implica uma constante mobilização de recursos e um processo contínuo de adaptação e evolução das estratégias utilizadas. Santos acrescenta que o Campo de Notícia é, simultaneamente, um lugar de: a) Interação – onde o diálogo é promovido e existe uma convergência e cooperação entre as partes, não ignorando a autonomia de ambos, de forma a preservar tanto os seus interesses particulares como o público. Este espaço projeta valores, poder, e assume um “jogo de papéis, estatutos e dispositivos”; b) Concorrência – onde existe uma troca e negociação com o objetivo de alcançar a dominância; c) Dominação – neste espaço assume-se um confronto entre fontes e jornalistas, bem como a utilização de recursos em função de uma estratégia definida de sucessivas vagas, e sua evolução. Nesta situação verificamos uma perspetiva de “nós contra eles”, onde a fonte procura realçar o “sucesso” e o jornalista o “desvio” na notícia; d) Exploração – Quando a fonte procura revestir o seu discurso com uma linguagem firme e restrita de forma a condicionar o jornalista e, subsequentemente, o enquadramento da notícia; e) Intimidação – Aqui é visível um desgaste avançado na relação entre fonte e jornalista, geralmente resultando em situações de sabotagem ativa, perseguição ou desrespeito pela informação fornecida (Santos, 1997, 180-190).

Bourdieu, para além de aplicar o conceito de campo na área do jornalismo, também o aplica a variados setores como o religioso, intelectual, científico, literário, jurídico e artístico, pois considera haver parecenças quanto à estrutura e funcionalidade entre estas áreas e os *media*. O autor considera existir, dentro das relações que formam o campo jornalístico, fatores invariantes e resultantes da relação com o próprio campo. Bourdieu exemplifica estas invariantes, no caso político, com a divisão entre esquerda e direita, uma polaridade de posições a partir da qual existe uma tendência para organizar o campo.

No caso do jornalismo, o autor faz a seguinte distinção:

Pierre Bourdieu distingue jornalistas de um considerado “pólo intelectual” (organizados em função do controlo e avaliação feita pelos próprios jornalistas) por oposição aos jornalistas de um referido “pólo comercial” (valorizados os critérios relacionados com a audiência na produção e na avaliação dos produtos). (Bourdieu, 1994, citado por Santos, 1997: 59)

Santos entende que esta diferenciação estimula uma luta entre os agentes sociais dominantes e os dominados. Contudo, esta relação não implica necessariamente que ambos os agentes sejam adversários diretos, no sentido literal do termo (Santos, 1997, 2006), o autor explica as dimensões que separam o jornalismo ligado a valores de objetividade, rigor deontológico e distanciamento crítico, do jornalismo assente em valores comerciais como receitas de *marketing*, onde a capacidade do profissional é medida pelo número de audiências. Neste último, o autor nota ainda como o profissional é avaliado também em função da sua capacidade de trabalho em direto, e de expressão por meio de linguagem sensacionalista (Santos, 2006, p. 20).

Uma das falhas em Bourdieu, segundo Santos, é este não desagregar as fontes de informação da mesma forma que o fez com os jornalistas (Santos, 2006). Já Schlesinger, por sua vez, alarga o conceito de campo ao universo das fontes de informação e explora as dinâmicas existentes dentro deste mundo através de conceitos como o de “primeiro definidor” (Hall *et al.*, 1978, citado por Ribeiro, 2009), e de campo (Bourdieu, 1989, citado por Santos, 2006), distinguindo entre fontes oficiais e não-oficiais. Também no âmbito do conceito de campo jornalístico, Ericson *et al.* (1989, citado por Santos, 1997) verificam a existência de um confronto pela notícia, enquanto um negócio, para as variadas organizações. Bourdieu define este fenómeno como “retoma” e afirma que este mesmo confronto, entre jornalistas e organizações noticiosas distintas, força estes agentes sociais a assistir/consumir toda a produção noticiosa em busca da novidade e do conteúdo exclusivo. Isto, por sua vez, permite que uma mesma notícia possa ser partilhada de uma organização para outra, geralmente com mais recursos, de forma a amplificar o alcance da informação e, por conseguinte, aumentar a sua relevância socialmente. Em concordância com este argumento, Marchetti (1998, citado por Santos, 2006), conclui que a retoma tem a capacidade de tornar um assunto num “produto de um processo colectivo e circular, com cada meio noticioso a ‘agarrar’ os assuntos lançados de

outros *media* e a conceder importância aos acontecimentos” (Santos, 2006, p.20). Também Traquina vai de encontro com estes autores ao definir campo jornalístico enquanto o “conjunto de relações entre agentes especializados na elaboração de um produto específico”, a própria notícia. Porém, e como iremos ver adiante, Traquina trabalha, inclusive, a questão do agendamento ao delimitá-la a três componentes: a agenda pública, jornalística e política (Traquina, 2000, 2007).

1.2 Campo Estruturado

A investigação na área do jornalismo assiste à publicação de alguns dos seus trabalhos precursores a partir dos anos 50. Contudo, um elevado volume das investigações avançadas foca-se no estudo dos jornalistas e das fontes oficiais, enquanto objeto de estudo. Schlesinger, na década de 90, examina a relação entre fontes e jornalistas, porém, não foi o primeiro a investigar este nicho. As investigações de Schlesinger são uma continuação de estudos anteriores pois já Epstein, em 1973, demonstra como a estrutura organizativa de um meio jornalístico pode predeterminar a construção de uma notícia. Tunstall, em resposta às conclusões de Epstein, critica a metodologia da investigação, sobre a qual acusa Epstein de apenas caracterizar os correspondentes estrangeiros. Santos esclarece o motivo desta crítica ao fazer menção à desigualdade no acesso à informação, bem como deixa o seu contributo para a distinção entre jornalistas generalistas e especializados da seguinte forma:

Os correspondentes estrangeiros movem-se num círculo restrito de grande acesso a fontes de informação de relevo, pelo que se nivelam uns aos outros, o que não acontece no trabalho do jornalista generalista quando comparado com o de um especialista (Santos, 2003: 17).

Relativamente à definição de campo estruturado, Tunstall defende duas lógicas organizativas: a) um nível de organização transversal tanto ao mundo das fontes quanto ao mundo das organizações noticiosas, sendo que todas estas concorrem e cooperam entre si (Tunstall, 1971, citado por Santos, 2003). Isto é, há interação e troca, mas as fontes individuais de informação ou as organizações noticiosas podem ser constrangidas mediante a concorrência

(ou cooperação) das restantes organizações e seus clientes e sobreposição de audiências (Santos, 2003: 17); b) um nível de organização orientado para a relação concorrente-colega, sobre a qual Santos afirma: “Os especialistas vêem os concorrentes (especialistas de outros meios noticiosos) como seus colegas (de ofício) e ajudam um concorrente-colega quando se encontra em apuros” (Santos, 2003: 17). O autor, contudo, critica que esta ajuda entre os profissionais do setor torna-se bastante reduzida num mundo de crescente concorrência como o atual.

Os estudos de Epstein e Tunstall servem de predecessores à área de investigação das fontes de informação. Porém, Schlesinger e Tumber dão continuidade a esta linha de estudo, bem como conceitualizam a relação entre fontes e jornalistas (1994, citado por Santos, 2003). Os autores propõem o conceito de “campo estruturado”, ou seja, um local onde as fontes de informação envolvem-se ativamente no processo de criação das notícias, juntamente com os jornalistas, seus conflitos e análises. Santos explica:

No dispositivo que organiza e enquadra a produção da notícia, forma-se um *campo estruturado*, em que um número de organismos-fontes de informação, que concorrem e colaboram entre si, afrontam um número de organismos de informação, que concorrem e colaboram entre si (Santos, 2003, p.38).

Verificamos, então, que a noção de troca e interação de Tunstall, descrita anteriormente, relaciona-se diretamente com a noção de campo estruturado de Schlesinger, enquanto conjunto de relações individuais entre fontes e jornalistas resultantes do conflito e interação entre duas organizações. Desta forma, confirmamos que a interação, presente no campo de notícia de Santos, não se traduz numa mera troca de informação entre fontes e jornalistas, mas assume uma dimensão mais complexa. Como tal, Santos avança o conceito de campo de notícia enquanto o resultado de toda a informação que circula entre fontes e jornalistas, no qual ambas as partes participam através de diversos intervenientes em função do conflito e do compromisso, atuando em “cadeia” e com “interinfluência” (Santos, 1997).

1.3 Acesso Desigual aos *media*

Regressando agora a Schlesinger, o autor também destaca as fontes de informação enquadradas em campos habitados onde, por este mesmo motivo, se dá um conflito pelo acesso aos *media* noticiosos. O autor defende mesmo uma noção de “empreendedorismo político” por parte das fontes de informação, visto estas mobilizarem os seus recursos, no sentido de assegurar o acesso aos *media*, com base no quadro de constrangimentos e desafios em que se inserem. Esta posição pressupõe um acesso desigual aos *media* pelas fontes, tema também explorado pelo autor (Schlesinger, 1990, citado por Traquina, 2007).

Efetivamente, podemos verificar que fontes e jornalistas coexistem dentro de um sistema, ou campo, igualmente inserido num universo social. Dentro deste sistema também podemos constatar que os diversos agentes sociais não possuem o mesmo nível de acesso entre si, ainda que desempenhem funções de importância na produção de notícias. Existe uma distinção saliente a separar as fontes oficiais das não oficiais sendo que, neste caso, o poder aparente de uma fonte atribui, automaticamente, uma maior credibilidade e autoridade às suas informações. Estes fatores, por sua vez, traduzem-se numa maior facilidade tanto no acesso aos *media* como na publicação das informações e ocorrências das fontes. Do outro lado da moeda encontramos as fontes marcadas por um estatuto social ou reconhecimento inferior e, como resultado, assistimos a um conflito entre as fontes pela difusão das suas ocorrências. Contudo, esta hierarquização é mútua e também afeta os profissionais dos *media* e as suas organizações. Esta desigualdade, comum tanto a jornalistas como fontes, é explicada por Santos: “As fontes não são todas iguais e igualmente relevantes, assim como o acesso a elas.”, neste sentido, também o acesso aos jornalistas não se dá de forma uniforme (Santos, 1997, p. 33).

Ericson *et al* (1989, citado por Santos, 1997, 2006) sustêm que as fontes de informação gerem as suas estratégias com o objetivo de assegurar o seu acesso aos *media*, sendo este objetivo conseguido, as fontes ganham o potencial de ver as suas ocorrências replicadas com grande visibilidade pelas principais organizações mediáticas. No caso de, meramente, assegurarem a cobertura da sua informação, as fontes correm o risco de ver os seus dados retratados de forma leviana, falhando deste modo os seus objetivos. As desigualdades aqui mencionadas no acesso aos *media* vêm as suas consequências agravadas consoante, também, a natureza das próprias fontes, o meio de comunicação em questão, e o tipo de tema a anunciar pelo informador.

Pinto (2000), além dos numerosos outros autores já mencionados que investigam este tipo de desigualdades, defende que as fontes buscam cumprir, tanto quanto possível, uma seleção de objetivos: a) Garantir a visibilidade e atenção dos *media*; b) Pautar a agenda pública

e fomentar a discussão de determinados assuntos; c) Precaver ou remendar quaisquer tipos de danos pela divulgação pública de informação prejudicial; d) Frustrar os objetivos das fontes adversárias; e) Estabelecer um clima de informação positiva de modo a beneficiar a sua própria instituição; Por sua vez, no que respeita os jornalistas, o autor menciona que estes desejam das fontes: a) Informação exclusiva; b) Cruzamento de informações da fonte com as do jornalista, de forma a confirmar os seus dados; c) Clarificação de questões relativas a outros temas sob estudo; d) Fomentar a discussão de ideias; e) Atribuir um estatuto superior de credibilidade ou legitimação às suas informações por intermédio de uma fonte especializada (Pinto, 2000, p. 280).

Embora exista uma preferência hierárquica por parte dos jornalistas na escolha das suas fontes, conforme mencionado, também as fontes procuram hierarquizar os jornalistas, sendo que nem todos os repórteres são igualmente relevantes como meio de alcançar os objetivos destas. Alguns dos principais fatores de discriminação usados pelas fontes dizem respeito a fatores como a localização geográfica, área de especialidade, tempo de permanência, posição hierárquica ocupada e, não menos importante, qual o órgão de comunicação social representado pelo jornalista. Também Gans vai de encontro a estas conclusões ao advertir para a existência de outros fatores influenciadores da “dominância de determinadas fontes sobre as outras, como o poder das fontes, a sua credibilidade e a sua proximidade face aos jornalistas” (Gans, 1980, citado por Sousa, 2002, p. 3).

Em função destes fatores, Hess (1980, citado por Santos, 2006) afirma que as fontes com a capacidade de fazer uma seleção ativa dos jornalistas fornecem informações às organizações noticiosas de maior destaque, verificando-se o oposto face aos meios de comunicação social menos importantes. De igual modo, existem também outros fatores valorizados pelos jornalistas no momento de seleção das suas fontes, nomeadamente: a velocidade de resposta, eficácia e responsabilidade, consideração pela autonomia do jornalista e liberdade dos média, simplificação do acesso às fontes autorizadas, capacidade de discernimento das necessidades informativas dos vários meios noticiosos, e a capacidade das fontes em avaliar a qualidade/utilidade das suas próprias informações. Quando verificamos uma presença consistente destes valores nas informações veiculadas pelas fontes, é possível estabelecer uma relação de confiança entre as mesmas e os profissionais dos *media*. Também neste sentido Gans menciona a preferência dos jornalistas em escolher as suas fontes com base na conveniência “aferida, não só em termos de fiabilidade e respeitabilidade mas também em termos de capacidade de produção de informação” (Gans, 1980, citado por Sousa, 2002, p. 3).

Numa linha de investigação semelhante à de Ericson *et al.*, também Schlesinger (1990, citado por Santos, 2003) identifica uma predominância na reprodução dos interesses das fontes

governamentais. Neste sentido, Schlesinger e Tumber (1994, citado por Santos, 2006) apontam para um sucesso das fontes no acesso aos jornalistas condicionado aos recursos financeiros, institucionais e culturais da própria instituição por detrás da fonte. Estes recursos são o que confere credibilidade, autonomia e autoridade às informações veiculadas, sendo que a institucionalização das fontes pressupõe a presença de organizações governamentais, locais de permanente fluxo de informação oficial (ou permanência), grupos de pressão e outros agentes sociais encarregues de responder a questões particulares. No que diz respeito aos recursos financeiros de uma fonte, Santos diz: “Com recursos financeiros adequados, as organizações e grandes empresas habilitam-se a produzir informação frequente e direccionada capaz de alcançar objectivos previamente estabelecidos” (Santos, 2003, p.38).

Como resultado da desigualdade de acesso aos *media*, é possível verificar resultados distintos no que toca ao acesso das fontes à agenda mediática, conforme iremos aprofundar adiante. Em função deste acesso à agenda, as fontes de informação estabelecem estratégias e rotinas na sua produção de forma a divulgar e publicitar novos enquadramentos para os eventos, bem como atualizar os enquadramentos de outras ocorrências já estabelecidas. Algumas das técnicas utilizadas para assegurar este acesso passam pela criação de comunicados, ocorrências ou conferências. Santos (2006) explica que se uma fonte não oficial efetuar um acontecimento, esta tem poucas chances de fazer sucesso junto das organizações noticiosas. Isto é, as fontes não oficiais têm de fazer um esforço acrescido de forma a verem a sua informação reconhecida e, para tal, fazem uso de fugas de informação e outras formas de conflito entre as fontes oficiais concorrentes. É também possível encontrar a mediatização de uma personalidade específica numa tentativa de adquirir maior visibilidade perante os jornalistas. Santos aprofunda esta técnica de pressão usada pelas fontes:

A concentração numa personalidade, a sua maior visibilidade ou vedetização, traduz quer um acesso mais fácil aos jornalistas, quer uma maior identificação junto das audiências. Este ganho de reconhecimento é um objetivo fundamental para a entidade promotora (fonte ou agência de comunicação, que actua como intermediário junto do jornalista) (Santos, 2006, p.89).

Através desta mediatização, a fonte promotora consegue garantir o seu propósito de atingir uma maior relevância social, bem como assegurar os seus próprios interesses na definição da agenda. Porém, não basta obter o reconhecimento uma única vez, as fontes adotam

diversas estratégias com o objetivo, preferencial, de manter um contacto contínuo com o jornalista e, assim, cumprir com os seus objetivos de forma mais eficaz. Santos (1997) explica que o contacto regular entre os agentes sociais permite estabelecer uma relação de confiança e “compreensão mútua” sendo que, em função disto, o autor identifica os diversos níveis de atuação das fontes perante os jornalistas: a) Assertiva ou Proativa, envolvendo a planificação, organização e produção da informação para os *media* (Hess, 1984, citado por Santos, 1997); b) Reativa, onde as fontes meramente respondem às questões dos jornalistas; c) já o terceiro nível de atuação diz respeito à organização interna, ou atividades internas, da própria instituição (Santos, 1997, p. 87).

No caso de uma fonte adotar um comportamento assertivo, Santos explica que a fonte procura, principalmente, antecipar dados, preparar a informação de forma a despertar a atenção do jornalista, e distinguir a sua instituição das demais através do impacto e clivagens entre si (Santos, 1997, p.111). Dado isto, é do interesse destes agentes sociais dispor sempre de informação direcionada aos jornalistas, de maneira a ter sempre novo conteúdo a circular pelas organizações noticiosas. Para este fim, as fontes elaboram um jogo complexo de “sedução” dos jornalistas onde reinam técnicas como a retórica e argumentação, a busca da imagem de referência, o consenso, progresso e repetição (Santos, 1997, p.111). Santos explica que estas estratégias dizem respeito a técnicas que procuram expor apenas os acontecimentos favoráveis à fonte, ou os “dias luminosos”. Desta forma, ao captar a atenção dos jornalistas, somente, em dias de atividades positivas, é esperada uma reação por parte dos média, também ela, positiva. Santos complementa:

O relevo é dado aos números estatísticos, ao crescimento, ao capital de mão de obra empregue, às vantagens económicas, tecnológicas e sociais. Para cativar os jornalistas, a fonte prepara momentos especiais, revelando pormenores e objectivos a médio e longo prazo, de acordo com as necessidades dos profissionais da comunicação, fornecendo informação selectiva, conforme o impacto que tem a organização noticiosa a que o jornalista pertence (Santos, 1997, p.112).

Também Ericson *et al.* explicam que, sobretudo no que respeita ao setor privado, as relações-públicas tendem a construir uma imagem positiva da sua instituição, quer seja através

de notícias ou publicidade, com o objetivo de estabelecer o equivalente a uma ideologia proporcionadora de poder e autoridade face às outras organizações (Ericson *et al.*, 1989, citado por Santos, 1997, p.112). Contudo, também podemos encontrar o inverso através dos dias “cinzentos”. Nesta situação, as fontes agem de forma reativa face a informações negativas - ou que apenas não contribuam para os seus objetivos – fazendo uso de estratégias específicas para situações de crise ou acidente. De forma complementar a estas estratégias de “emergência”, também é possível encontrar fontes a optarem pelo silêncio ou acesso parcial à informação, de modo a restringir os dados disponíveis ou ocultá-los por completo.

Os dias “cinzentos”, ou seja, informações que possam contribuir para a criação de uma má imagem institucional, são cautelosamente resguardados ou lentamente libertados, depois de atenuação das principais causas que condicionaram este tipo de situação (Santos, 1997, p. 113).

Traquina *et al.* explicam que a troca de informação entre o governo e as organizações noticiosas é marcada por um equilíbrio onde se aceita cuidadosamente o que é dito, mas também, é dada uma margem de espaço de forma a permitir balões de ensaio (Traquina *et al.*, 2001, p.104). Nesta linha de pensamento, dentro do espaço de negociação entre o jornalista e a fonte de informação também podemos encontrar a fuga de informação, sendo que estas tendem a ser usadas e instrumentalizadas por políticos (Hess 1984, citado por Santos, 1997, p.94). As fugas de informação acarretam consigo a chance de possibilitarem estes mesmos balões de ensaio, bem como outros métodos de manipulação por meio do agendamento, acesso, linguística, e a própria imagem; em suma, algo designado como “tecer controlo” (Maltese, citado por Santos, 2006). Porém, esta linha de pensamento não é seguida por todos os académicos. Hess (1984, citado por Santos, 1997) defende não haver uma intenção deliberada de manipular a informação por parte da fonte, visto que esta age enquanto porta-voz da instituição e, como tal, a organização não lhe dá pleno conhecimento das ocorrências em vigor.

A fuga de informação pode ser classificada enquanto uma abertura não autorizada, porém, estas são invariavelmente deliberadas. Esta técnica pode ser utilizada de forma anónima e como forma de aferir a reação da esfera pública, ou das diversas outras organizações a concorrer no campo de notícia. Mesquita (citado por Santos, 1997) defende que a fuga de informação cumpre com objetivos específicos de promoção ou destruição de uma orientação,

personagem, ou departamento, contudo, isto verifica-se com menos frequência no caso de fontes a informarem via canais convencionais. Traquina *et al.* (2001) aprofundam:

(...) há, assim, uma intencionalidade objectiva de atingir alvos políticos, económicos ou sociais. Os jornalistas que trabalham com canais informais de comunicação assumem que uma fuga tem uma única fonte ou uma única causa ou ambas” (Traquina *et al.*, 2001, p.107).

1.4 Um Jogo de Papéis no Conflito e Negociação

De forma a melhor compreender a dinâmica entre fontes e jornalistas, e a forma como esta relação afeta a produção noticiosa, retornamos o nosso olhar para o campo de notícias de Santos (1997, 2006). O autor, à semelhança de outros, define a relação fonte-jornalista como uma marcada pelo conflito, guerra de interesses e negociação. Santos defende que a relação fonte-jornalista representa uma interação entre dois conjuntos de atores mutuamente dependentes, mas, simultaneamente, adaptáveis e ajustáveis (Santos, 2003). Ambas as partes se movem em função de intenções e interesses específicos, isto é, temos fontes atentas tanto à divulgação de temas do seu interesse - omitindo tudo o que possa chocar com este objetivo – como à atribuição de determinado significado à informação fornecida (Sousa, 2005). Sousa aprofunda, e vai ao encontro de Santos, ao sintetizar que a relação entre fonte e jornalista pode ser definida como uma luta pela informação a ser publicada ou ocultada, sendo este o eixo sobre o qual ambas as partes contestam e negociam dentro do campo de notícia. Santos infere que uma parte gere a outra, reforçando a ideia de negociação na construção da notícia (Santos, 2003). Sousa, por sua vez, afirma que “enquanto as fontes se esforçam em divulgar a informação, os jornalistas acedem às fontes a fim de lhes extorquir informações de interesse e que as fontes, eventualmente, escondem” (Sousa, 2005, p.24).

Em função disto, e de maneira a melhor analisar o processo de negociação da notícia torna-se necessário compreender as dimensões e complexidades inerentes desta guerra constante entre fontes e jornalistas. Fontcuberta (1999) defende que, dentro do processo de criação de notícias, existe uma relação profundamente complexa e estruturante entre as fontes e os meios. Já Ericson *et al* escreve:

Há uma interação múltipla de agentes sociais, com pesos e influências diferentes: o confronto entre jornalista e fonte minuciosa amplia-se pela presença diversificada de agentes sociais de ambos os lados, em que cada um tenta mobilizar o significado do acontecimento para seu proveito (Ericson *et al*, 1989 citado por Santos, 2006).

Podemos verificar que, naturalmente, as lutas no campo de notícia não se resumem puramente à divulgação/ocultação, mas incluem, também, as técnicas e estratégias utilizadas para estes mesmos fins. Conforme referido anteriormente, o campo de notícia, enquanto espaço de interação, projeta valores e implica um “jogo de papéis” (Santos, 1997). Neste sentido, Santos enumera as técnicas pelas quais as fontes se distinguem entre si perante os jornalistas, nomeadamente: a capacidade de narratividade, através de produtos de relações públicas homogêneos e argumentação; gratificações, ou seja, atos onde os presentes pertencem a um círculo benéfico, ao passo que os ausentes não pertencem a esse mesmo círculo; performatividade, onde dizer e publicitar é já fazer; e influência e sedução, a procura de afirmação e poder. Por sua vez, no que respeita aos jornalistas, são as práticas de organização e profissionalismo que se encontram presentes no campo de notícia, mais especificamente: enquadramento, onde é atribuído um significado simbólico ao acontecimento; visualização, a forma de representação dos valores pessoais do jornalista; e o profissionalismo demonstrado através de normas, seleção de fontes e juízo atribuído às declarações das fontes (Santos, 1997, 2006). Desta forma, podemos verificar que tanto jornalistas como fontes fazem uso de estratégias opostas. Ao passo que jornalistas procuram enquadrar os eventos segundo valores de noticiabilidade, posteriormente transformando-os em notícias, as fontes fazem uso de técnicas de relações públicas e promoção, ocultando ou mesmo censurando os pontos que ponham em causa a sua mensagem.

É possível verificar que o campo de notícia é, desta forma, um lugar de concorrência onde existe uma busca pela dominação através de lutas pelo poder e negociação. A relação entre estes agentes implica ainda uma busca incessante pelo equilíbrio entre o oferecido e recebido por ambas as partes, contribuindo, desta forma, para a existência de um jogo onde os envolvidos participam e controlam-se mutuamente. Isto, por sua vez, vai de encontro com a noção de campo estruturado de Schlesinger em que “organismos-fontes de informação, que colaboram e concorrem entre si, [lutam] contra um número de organismos-jornalistas, que também

colaboram e concorrem” (Schlesinger, 1990 citado por Santos, 1997, p.187). Neste sentido, podemos ainda aprofundar e delinear três tipos de relações de confiança entre fontes e jornalistas: a) as Calculistas, onde existe um calculo racional e tão rigoroso quanto possível no que respeita custos e benefícios da relação, bem como da quebra de confiança; b) Relacionais, que funcionam através da interação frequente, e com base na emoção e afetividade; c) as Institucionais, nas quais o peso e relevância da própria instituição em causa é usada como garantia (Marinho, 2000, p. 356). É neste contexto que Santos salienta o peso e fragilidade desta relação visto que “uma única mentira pode deitar abaixo um trabalho de muito tempo de afirmação e correção” (Santos, 1997, p.164). Porém, esta mesma confiança não pode influenciar ou limitar, de forma alguma, a autonomia do jornalista nem a sua imparcialidade no tratamento da informação. Feita esta exposição, é de sublinhar que as relações entre fontes e jornalistas não têm, necessariamente, de seguir apenas um destes caminhos, e podem evoluir de um tipo para o outro.

Sendo que no campo de notícia de Santos existe um permanente conflito entre fontes e jornalistas, bem como uma rentabilização dos recursos utilizados com o objetivo de exercer influência e supremacia sobre os restantes agentes, podemos então verificar que o campo de notícia é, também, um lugar de dominação. Esta forma de dispositivo conflitual implica que cada um dos agentes, ou protagonistas, procura exercer pressão sobre o outro com o objetivo de o dissuadir das suas opiniões e alinhá-lo com as suas próprias ideias. Pinto (2000, p. 288) alega mesmo que, cada vez mais, o jornalismo ocorre num contexto de altas pressões, sendo uma luta constante onde se ganha ou se perde. Newton *et al* (citado por Santos, 1997), por sua vez, defende que o conflito dentro do campo de notícia manifesta-se enquanto um processo no qual forças distintas, mas poderosas, dominam temas e interpretam-nos. Isto significa que, e segundo Schlesinger, na sua generalidade, as notícias representam os enquadramentos fornecidos pelas fontes com poder e autoridade, ou a versão autorizada e oficial da realidade. O autor considera que este favorecimento afeta, principalmente, as fontes localizadas no interior do aparelho governamental e do Estado (Schlesinger 1990, citado por Santos, 1997, 2003).

O campo de notícia também pode ser palco de exploração e intimidação, estando estas associadas a uma avançada degradação no relacionamento entre fonte e jornalista (Santos, 1997). No caso da exploração podemos encontrar uma instrumentalização da linguagem como forma de limitar a capacidade crítica do jornalista. Tixier-Guichard e Chaize (citado por Santos, 1997) aludem a isto sobre o conceito de “linguagem de madeira”, conceito este onde a fonte comunica para o exterior da sua organização com uma linguagem “austera” e “imperturbável”, em busca da “transparência” e “luminosidade”. Esta estratégia visa influenciar o enquadramento da notícia através da identificação pela fonte, no lugar do jornalista, de qual a

informação relevante ou irrelevante. Esta ação pode ter como objetivo tanto ajudar o jornalista na produção da notícia, como camuflar a informação, podendo também serem usadas outras técnicas de controlo como o fornecimento lento de informação (de modo a constranger a rotina do jornalista). De igual modo, após o jornalista obter a informação desejada, este pode enquadrá-la segundo um quadro social e político próprio o que, por sua vez, pode deturpar a realidade intencionada pela fonte. Este receio por parte da fonte pode ser justificado pelas conclusões de Ericson *et al* (1989, citado por Santos, 1997) onde, ao investigarem a noção de equilíbrio na negociação entre fontes e jornalistas, demonstraram que os jornalistas fazem uma seleção da informação publicada. Isto significa que, efetivamente, os jornalistas cumprem uma função de *gatekeeper*, tendo uma palavra final na forma como a notícia é construída.

À semelhança do campo de notícia enquanto espaço de exploração, este também pode ser um espaço de intimidação dos agentes, o que é tanto mais frequente quando uma das partes não respeita as regras da negociação. A intimidação pode adotar diversas formas, mas, no caso da fonte enquanto “agressor”, pode acontecer quando esta exerce o seu poder numa perseguição ao jornalista através de ligações políticas, económicas, entre outras. Por outro lado, o jornalista também pode fazer uso da intimidação quando desrespeita informações prestada em *off-the-record* e coloca em risco a integridade da fonte. No caso do campo de notícia enquanto espaço de intimidação, estas atitudes pressupõem um avançado estado de degradação na relação entre fonte e jornalista (Santos, 1997). Neste sentido, tanto fontes como jornalistas estão dependentes de rotinas, técnicas, protocolos e valores de forma a assegurar a negociação entre os dois e, subsequentemente, a produção da notícia. Embora algumas destas rotinas e técnicas possam ser semelhantes entre si, os jornalistas tendem a veicular valores como a isenção e a objetividade, ao passo que as fontes mostram uma maior atenção pelos efeitos do controlo social dos *media* do que com o seu valor de informação pública (Ericson *et al*, 1989, citado por Santos, 1997).

Santos (1997) salienta também a necessidade das fontes de informação em se manterem proativas como forma de acederem à agenda jornalística, enquanto os jornalistas, de modo a obterem nova informação continuamente, necessitam de cultivar as suas fontes. Tixier-Guichard e Chaize (citado por Santos, 1997) consideram ainda que este jogo dos agentes é caracterizado por uma relação ambígua entre o respeito e a confiança, no qual a necessidade de entreaajuda alia-se ao receio de uma traição pela outra parte. Santos explica:

Há uma circularidade neste processo de luta e de negócio entre fontes e jornalistas, com aqueles a clamar valores positivos das suas instituições e estes a tornar objectivos os seus ideais de rigor e isenção, mas ao mesmo tempo com

as fontes desconfiando do peso crescente da opinião no tratamento da notícia e os jornalistas realçando o aspecto de relações públicas e da promoção por parte das fontes” (Santos, 1997: 196).

Além do conflito inerente entre fontes e jornalistas, existe uma preocupação por parte das fontes em revolver as suas estratégias em torno do estabelecimento da agenda pública (Santos, 2006). Traquina (citado por Santos, 2006) considera a agenda mediática, pública e política como as esferas principais do agendamento. Já Rogers, Dearing e Chang (citado por Santos, 2006) optam por quatro esferas interligadas entre si: agenda jornalística, científica, política e eleitoral. Sendo assim, o agendamento é o resultante da interação entre as diversas agendas, a sua contestação pelos eventos a promover e difundir, bem como os signos atribuídos a cada acontecimento. Neste sentido, é do interesse das fontes de informação desenvolverem estratégias ativas e proativas de forma a influenciar o seu acesso às diversas agendas, o que envolve mobilização de recursos e uma atenção especial ao divulgado pelas outras fontes. Por sua vez, as fontes podem ser passivas e, meramente, agirem em reação a outras ações. Já no que respeita os jornalistas, estes difundem informações sobre os eventos através das notícias, sendo que eles procuram desmistificar as vantagens próprias, e privadas, das fontes (Santos, 2006). Através do conflito e negociação, nomeadamente das ações de agendamento de ambas as partes, o campo de notícia adquire um novo destaque pois ambos os agentes procuram definir a agenda com objetivos políticos, sociais e/ou económicos mantendo, desta forma, a informação sob controle em seu proveito.

1.5 Agendamento

O conceito de agendamento, ou *agenda setting* como expõe Traquina (2000), conhece a luz do dia na década de 70 pela autoria de McCombs e Shaw (1977), e sobre o qual os autores sustentam que a capacidade dos *media* em influenciar a projeção de acontecimentos na opinião pública, confirma o papel dos *mass media* enquanto fabricantes de um papel figurado da realidade, ou de um pseudo-ambiente (McCombs e Shaw, 1977, citado por Traquina, 2000, p.14). Com o seu estudo, McCombs e Shaw, pretendem investigar quais os efeitos das mensagens de propaganda no período durante, e pós, Primeira Guerra Mundial, mas também procuram romper com as convenções em vigor deste período, nomeadamente o paradigma dos efeitos limitados. Os autores estudam o papel dos *media* na formação e mudança de conhecimentos com base em dados recolhidos durante as eleições presidenciais americanas de

1968 sendo que em 1972, com a publicação da investigação, concluem que os eleitores tendem a partilhar a visão dos *media* quanto ao que é importante, sugerindo uma função de agendamento nos *mass media* (McCombs e Shaw, 1972, citado por Traquina, 2000, p.57) Contudo, também outros autores se debruçam sobre a teoria do agendamento, conforme explica Sousa:

Poderíamos ainda recuar mais no tempo e lembrar Lippman (1922), que destacou o papel da imprensa na orientação da atenção dos leitores para determinados temas, já que os jornais seriam a principal ligação entre os acontecimentos e as imagens que as pessoas formavam desses acontecimentos. Park (1939), que destacou o poder dos jornais no estabelecimento de uma determinada hierarquização temática, e mesmo Lasswell (1948), que, ao falar da função da vigilância do meio que atribuía à comunicação social, estaria a pressupor que os *new media* seriam capazes de estabelecer uma agenda temática junto do público (de outra forma seria inútil vigiarem o que quer que fosse, porque isso não traria quaisquer repercussões) (Sousa, 1999, p.164).

Cohen (1963, citado por Traquina, 2000), também formula que uma das principais bases desta teoria do agendamento traduz-se na incapacidade da imprensa, na maior parte das vezes, em dizer ao público como pensar, mas na capacidade em dizer aos seus leitores sobre aquilo que devem pensar. Porém, o conceito de agendamento é trabalhado continuamente desde a sua primeira menção e, como tal, sofre algumas alterações de modo a clarificar as complexidades que lhe dizem respeito. Rogers, Dearing e Bregman, por sua vez, avançam que o processo de agendamento tem como base três esferas: a) Estudos da Agenda Mediática, onde é o caso dos estudos do conteúdo dos *media*; b) Estudos da Agenda Pública, onde fazem parte os estudos que concetualizam a importância dos mais variados acontecimentos e temas dos membros do público; c) Estudos da Agenda Política Governamental, ou o estudo da agenda das entidades governamentais (Rogers, Dearing e Bregman, 1993, citado por Traquina, 2000, p.17).

Neste sentido, Traquina (2000) serve-se da literatura de Molotch e Lester (1974) como forma de redefinir as esferas do agendamento à luz de uma nova terminologia, bem como reconfigurar o esquema de Rogers, Dearing e Bregman. Para este fim, o autor começa por

menção as três categorias de pessoas perante a organização do trabalho jornalístico identificadas na análise do campo jornalístico de Molotch e Lester: a) *news promoters*, definidos como os indivíduos que identificam um acontecimento como especial; b) *news assemblers*, definidos pelos profissionais que “transformam um perceptível conjunto finito de ocorrências promovidas em acontecimentos públicos através de publicação ou radiodifusão” (Molotch e Lester, 1974, citado por Traquina, 2000, p.20); c) e *news consumers*, constituído pelos que assistem aos eventos promovidos, enquanto recursos, pelos meios noticiosos (Traquina, 2000).

(...) os consumidores de notícias correspondem a membros sujeitos à influência dos *media* que ajudam a constituir a agenda pública; os *news assemblers* correspondem aos que determinam a agenda jornalística; os *news promoters* são constituídos por aqueles que propõem a agenda da política governamental mas também por outros agentes especializados e membros do “campo político”, cada um com a sua “agenda política” (Traquina, 2000, p.20).

Na categoria de *news promoters* podemos encontrar assessores de imprensa ou relações-públicas, dado que o seu principal objetivo é, precisamente, tornar num evento público os acontecimentos da sua organização. Em função disto, Ribeiro (2009) acrescenta que a organização de conferências de imprensa, cerimónias ou visitas guiadas, também representam estratégias para este mesmo fim. Por outro lado, os *news assemblers* correspondem aos agentes que recebem a informação, tratam-na e, posteriormente, a publicam. São estes os agentes sociais que fazem de um evento um acontecimento público desempenhando, também, o papel de controladores pois, além de fornecerem o enquadramento, selecionam uma quantidade de acontecimentos que entendem ser importantes (Santos, 1997). Porém, os jornalistas não são imunes ao poder de influência das fontes, podendo ser alvo de pressões relativas ao tipo de fonte que promove a informação. Isto é, uma fonte melhor posicionada hierarquicamente emana uma maior credibilidade, contudo, o poder desta credibilidade também pode ser influenciado consoante a instituição por detrás da fonte, o seu acesso aos *media*, recursos, poder e/ou conhecimento. Por fim, os *news consumers* são os observadores dos acontecimentos promovidos pelos órgãos de comunicação. Os leitores, criam um entendimento público do

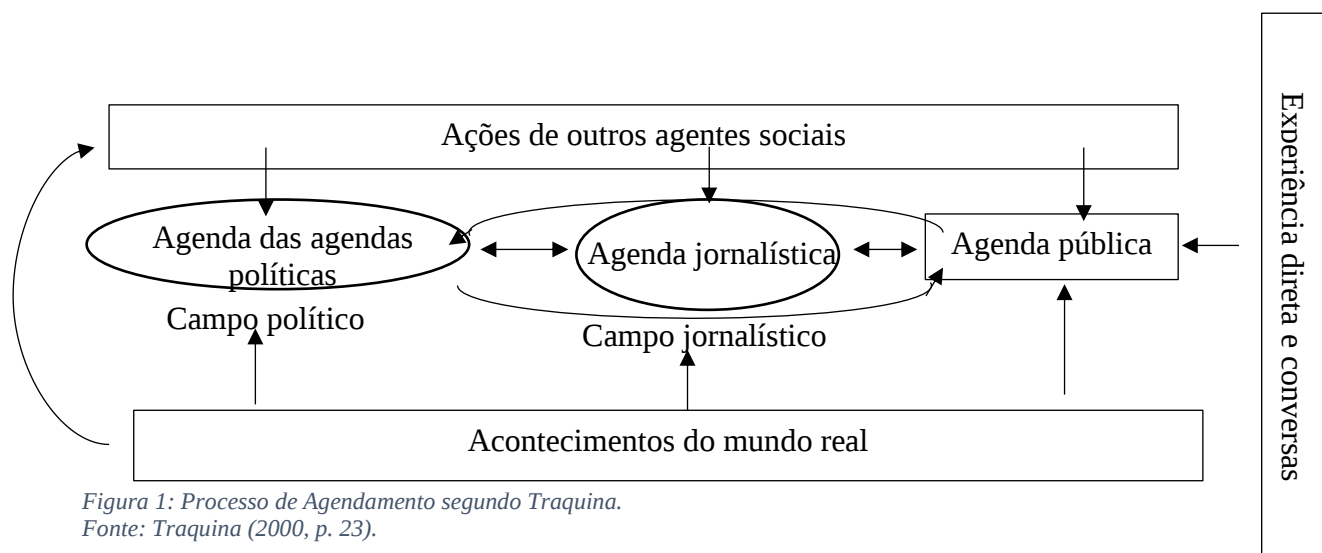
conteúdo consumido, formando uma audiência capaz de construir e contextualizar eventos na sociedade com base nos conteúdos divulgados pelos jornalistas.

Podemos ainda encontrar dois tipos diferentes de *news promoters* consoante a sua relação com o evento em questão: os executores, ou *effectors*, e os informadores. Enquanto o *effector* realiza ou participa o evento, o informador é quem trata de divulgar o acontecimento aos órgãos de comunicação social, ainda que não tenha estado envolvido diretamente na ocorrência. Molotch e Lester defendem também que a ascensão de uma ocorrência a notícia encontra-se dependente do nível de acesso dos promotores aos próprios órgãos de comunicação social. Como tal, os investigadores apontam três níveis distintos: a) um grau de acesso Habitual, por parte dos promotores, aos *news assemblers*; b) um nível de acesso Disruptivo, onde promotores buscam frustrar a acessibilidade quotidiana de outros agentes, de modo a gerar eventos próprios; c) e um grau de acesso Direto, onde promotores e *news assemblers* dizem respeito ao mesmo agente. (Molotch e Lester, 1999)

Com o nível de acesso Habitual temos um agente, ou grupo, bastante próximo dos órgãos de comunicação social, de modo que as suas necessidades colidem com frequência com a atividade jornalística. Desta maneira, é possível ver com frequência atores do campo político, ou oficial, nos produtos jornalísticos, pois os seus eventos possuem sempre relevância para a sociedade em que se inserem. Com o grau de acesso Disruptivo, Molotch e Lester referem-se aos atores que, por necessidade, precisam de agir de forma dissidente face às rotinas de produção jornalísticas. Estes agentes, geralmente pouco poderosos, assentam as suas estratégias na surpresa ou choque, ou qualquer outra forma de conflito, de maneira a captar a atenção da comunicação social, e ver a sua mensagem veiculada. O nível de acesso direto já pressupõe a noção de que alguns assuntos sejam criados pelos próprios jornalistas através das suas diligências. Este grau pressupõe a identificação, e subsequente investigação de uma ocorrência pelo jornalista, ficando a ação marcada pela iniciativa do próprio, sendo desta forma tanto promotor como *news assembler*.

Regressando agora ao agendamento segundo Traquina, este destaca a importância da agenda da política governamental como, talvez, a mais importante das agendas políticas e realça que, para os autores Molotch e Lester, nem todas as ocorrências são acontecimentos, mas sim “ocorrências criativamente utilizadas na demarcação do tempo” (Molotch e Lester, 1974, citado por Traquina, 2000). Isto significa que um acontecimento, ao ser promovido e transformado em notícia, é lançado publicamente como um tema de discussão, realçando desta forma o valor estratégico do campo jornalístico. Em função disto, McCombs (1976) afirma: “Esta noção básica de *agenda-setting* é um truísmo. Se os *media* não nos dizem nada acerca de um tópico ou de um acontecimento, então, na maioria dos casos, ele existirá apenas na nossa agenda

pessoal ou no nosso espaço vivencial” (citado por Traquina, 2000, p. 21). Conforme referido anteriormente, a situação concorrencial entre fontes e jornalistas abre portas para um conflito entre quais os acontecimentos e questões a serem promovidos, assim como uma problemática face à existência de interesses na promoção/ocultação de ocorrências. Em função disto, Traquina faz uma reconfiguração do paradigma do agendamento teoria da notícia:



A definição de uma agenda e sua interação com outras subentende uma intermediação entre agentes sociais com poder e estatuto variável, isto é, variam mediante a ação e o momento (Santos, 2006). A agenda jornalística possui, desta forma, a capacidade de tornar uma questão social num problema político, daí que Hilgartner e Bosk (citado por Santos, 2006) propõem a existência de arenas públicas como o governo, comunidades de investigação, escolas, tribunais, organizações religiosas e não governamentais, e os próprios meios noticiosos. Os autores consideram que cada arena, ou campo de conflito, exerce pressão no campo jornalístico e possui variadas estratégias de modo a chegar às audiências. Contudo, não é possível antever o resultado destas estratégias visto que existem várias organizações a exercer pressão sobre um mesmo campo de conflito, e mesmo as notícias representam, por si mesmas, uma arena marcada por forças diversas.

É possível uma questão social nascer de forma abrupta e imprevisível pela influência ou promoção de uma fonte. Isto, geralmente associado a questões políticas e/ou ideológicas, pode acontecer através de fugas de informação, declarações políticas, mediante eventos que, por sua vez, propõem outros, e também pelos próprios jornalistas. Ao verificarmos a entrada da questão social no campo de notícia, existe a possibilidade de o problema lá permanecer consoante os interesses dos *media* e seu peso, influência, capital e acesso dos agentes sociais a promoverem

a intensidade e continuação do tema no agendamento. Rogers, Dearing e Chang (citado por Santos, 2006) defendem que podemos assistir a um ciclo de permanência caso o assunto se mantenha sob escrutínio ao longo do tempo, e com a mesma intensidade. Neste sentido, as organizações noticiosas buscam apresentar novas análises de velhos problemas ao complementar com dados e perspectivas adicionais, efetivando, desta maneira, o processo de retoma já mencionado.

A retoma representa o ressurgir de um tema noutra período de tempo e/ou organização noticiosa, sendo que este ressurgir significa o aparecimento de um momento crucial para o assunto em questão. Estes momentos podem ser caracterizados por um pico atípico na cobertura/atenção dos *media* a um dado tema, o que conduz a uma definição da agenda. A um dado evento relaciona-se um assunto e um momento crucial subjugado a uma agenda particular, sendo que outros autores nomeiam estes momentos cruciais como ondas, tempos fortes ou momentos quentes (Santos, 2006). Estes momentos são definidos pela força e atualidade noticiosa e são um reflexo da concorrência entre fontes, jornalistas, e respectivas organizações. A retoma implica uma divergência de perspectivas no tratamento de um assunto que, por sua vez, conduz a um interesse renovado nesse mesmo tema. Estes momentos cruciais podem ser identificados por um conflito entre os diversos agentes sociais no enquadramento da notícia, ou na concessão de significados simbólicos entre fontes oficiais e não-oficiais. Os momentos cruciais são, geralmente, trabalhados por jornalistas especializados e com relevo no seu meio e/ou organização. Como verificado, as relações entre os diversos agentes sociais são marcadas pela intriga, rivalidade, concorrência e rutura, sendo que Santos (2006) defende que estas relações pressupõem um exercício de poder, disputa e resistência ao poder por parte dos agentes. Desta forma, os momentos cruciais são precedidos tanto por períodos de notícias como por momentos de retoma, existindo ainda uma propensão para notícias com uso de variadas fontes e pontos de vista.

O conceito de campo de Bourdieu, enquanto espaço social estruturado e palco de relações entre agentes sociais é, através desta abordagem, aplicado à noção de agendamento e disputa entre agentes. No caso da teoria do agendamento, a relação entre fontes e jornalistas adota, frequentemente, uma natureza de concorrência dado os interesses díspares que marcam ambas as partes. Em função destes interesses assimétricos entre agentes, é importante salientar que a difusão de informação é, atualmente, parte integrante das estratégias das fontes. Contudo, o uso e promoção dos seus próprios meios de comunicação, no sentido de atribuir os seus próprios signos aos acontecimentos, nem sempre vai de encontro com o enquadramento dos *media*. Sant'Anna explica:

Estes actores sociais actuam com critérios editoriais próprios para definir os seus parâmetros de noticiabilidade e para seleccionar os temas a serem divulgados. Eventualmente, esses critérios divergem daqueles utilizados pela imprensa tradicional, propiciando, assim, uma diversidade maior de informações na esfera pública” (Sant’Anna, 2006, p.25).

Como resultado da natureza conflitual entre fontes e jornalistas, os desfechos são igualmente diferentes tanto em função da desigualdade no nível de acesso, como no capital que separa ambas as partes concorrentes no campo de notícia. Isto leva a uma abundância de informação em circulação, tanto conhecida como desconhecida, onde fica refletida uma justaposição de pontos de vista e interesses. Também neste sentido Fishman (citado por Santos, 2006) afirma que um momento crucial permite a um evento adquirir uma maior visibilidade na sociedade, o que vai potenciar um maior caudal de informação disponível quando articulado com os mecanismos de rotina já existentes na recolha, tratamento, e promoção da notícia.

1.6 Notícia Enquanto Construção Social da Realidade

O conceito de notícia como uma construção social da realidade foi apresentado pela primeira vez por Berger e Luckman em 1976. Os autores sustentam que a realidade, conforme apresentada pelas notícias, é construída socialmente por mecanismos individuais e sociais que, por sua vez, conduzem a uma reestruturação e negociação permanente das regras, normas, significados, e signos sociais (Berger e Luckman, 2004; Sousa, 2006). As convenções sociais oficiais são replicadas e transformadas em interações e hábitos dos agentes sociais. Por sua vez, estes agentes sociais, fazendo uso destes mesmos hábitos e interações, vão gerar novas normas sociais ao atribuir significados às suas rotinas. Este processo, por conseguinte, vai dar origem a novas interpretações e definições da realidade. Os autores defendem que, com este processo, as organizações noticiosas pretendem criar uma espécie de “patamar mínimo de entendimento comum”, ou um *standard* compartilhado, sugerindo um modelo de comportamento. Berger e Luckman abrem ainda o caminho para futuras discussões sobre as rotinas de produção dos *media* ao sugerirem que a institucionalização dos hábitos dos agentes sociais segue um padrão de costumes.

Depois de lançada a teoria de Berger e Luckman, é Tuchman (1980) que desenvolve e aprofunda este conceito. A autora propõe que as notícias e eventos divulgados refletem um

conjunto de hábitos diários do campo jornalístico, bem como a relação entre os próprios jornalistas e a realidade social. Tuchman explica como as instituições vêm os seus valores reproduzidos, consoante a construção e reconstrução dos signos sociais pelos profissionais dos *media*. Para este fim, a autora faz alusão à conceção textual de um produto noticioso, no qual é realizada uma descontextualização do evento e sua recontextualização através da informação obtida. Tuchman explica que, ao atribuir um carácter público aos acontecimentos, estas tornam-se numa instituição social, isto é, são uma forma institucional de tornar a informação disponível aos *news consumers*. Desta forma, as notícias são cúmplices das instituições de peso ou poderosas dado que são colhidas e divulgadas pelos diversos profissionais das organizações (Tuchman, 1980, citado por Santos, 2003, p.22). Em função disto, também Santos defende que a notícia permite ao evento existir enquanto acontecimento público ao mesmo tempo que o define, visto facilitar a explicação pública de uma ocorrência e, nesta lógica, orientar a realidade do dia-a-dia (Santos, 1997).

Dando seguimento a esta linha de pensamento, é necessário relembrar que Bourdieu entende que os jornalistas partilham de “estruturas invisíveis” pela quais compreendem a realidade, de onde o jornalismo se traduz, meramente, numa parte desta (1989, citado por Traquina, 2007). Como tal, e contrariamente às primeiras teorias de sociologia do jornalismo, as notícias nunca podem ser um espelho da sociedade e/ou realidade. Tuchman (1980, citado por Santos, 2003) aprofunda este ponto de vista ao estabelecer uma distinção entre os discursos dentro de uma redação, nomeadamente, o da organização noticiosa, e o dos jornalistas. Ao passo que o discurso da organização noticiosa pauta uma estratégia em função dos temas e objetivos, o discurso dos jornalistas propõe a autonomia. O resultante destas diferenças ideológicas é um compromisso e consenso no qual os editores negociam o espaço e a complexidade do produto, e os jornalistas integram no seu trabalho a estrutura ideológica e cultural da sua organização (Santos, 1997). Como tal, a contextualização e recontextualização já mencionada torna-se necessária e inevitável à produção da notícia enquanto narrativa, visto que ela parte de interesses próprios, jogos de poder, luta e negociação entre agentes sociais no campo de notícia. O formato narrativo da notícia prende-se ainda, geralmente, no objetivo de capturar a atenção do consumidor, o que leva a um enquadramento e reestruturação dos signos do acontecimento, representando uma colaboração entre os agentes e seus níveis variados de autonomia.

Além dos constrangimentos na produção jornalística já mencionados, nomeadamente a recontextualização, enquadramento, a própria circularidade presente na construção de narrativas, e as rotinas das fontes, Tuchman menciona ainda as limitações na ordem do tempo e do espaço. Estas condicionantes afetam a autonomia do jornalista inserido no seu campo de atuação, e dizem respeito, no caso do elemento espacial, à territorialidade geográfica,

especialização organizativa e especialização temática. A ordenação espacial é o elemento que possibilita a ocorrência de eventos noticiáveis em determinados locais geográficos, em detrimento de outros. No que diz respeito ao elemento temporal, este fator pauta a produção noticiosa em ritmos diários, ou planeadas ao longo dos dias. Relativamente aos tipos de notícias, podemos encontrar as principais, ou do dia, assim como notícias de interesse humano, temáticas, de continuidade e desenvolvimento (Tuchman, 1978, citado por Santos, 2003).

É possível classificar a produção noticiosa como uma construção social da realidade enquanto for possível articular o sentido de consciência e sentido de pertença de um grupo profissional, neste caso os jornalistas, com os objetivos da organização noticiosa. O *ethos* jornalístico, por princípio, fomenta uma produção noticiosa pautada por valores como a imparcialidade e factualidade como forma de atingir a exatidão e credibilidade. Também as próprias fontes de informação desejam, e esperam, a projeção destes mesmos valores por parte dos jornalistas enquanto parte integrante das suas estratégias. As fontes desejam o simples relato dos factos por parte dos *media*, receando tudo o que possa ser desviante da sua mensagem e, como tal, valorizam o rigor, isenção e objetividade. Neste sentido, o jornalista assume uma postura de “autoridade, legitimidade e objetividade” no momento em que divulga uma ocorrência (Bennett *et al*, citado por Santos, 1997). Porém, esta visão da notícia, assumidamente uma construção da realidade, é em simultâneo tanto uma visão distorcida da realidade, visto que a cobertura mediática favorece as fontes oficiais, como uma vítima das limitações no que toca aos assuntos agendados pelos *media*.

Fruto do frágil equilíbrio negocial que marca as relações entre fontes e jornalistas na construção da notícia, existe um clima de desconfiança comum a ambas as partes. Por um lado, quando as fontes sustentam uma posição de autoridade e legitimidade junto das informações fornecidas, elas receiam que a opinião se apodere do espaço reservado nos jornais. As fontes tecem algumas críticas aos *media* neste sentido, nomeadamente, acusam as páginas dos jornais de tenderem a aglomerar uma variedade de pontos de vista, camuflando os factos conhecidos dado que estes não são sequer referidos (Pereira, citado por Santos, 1997). Por este mesmo motivo, são exigidas certas condições dos *media* como a independência política e económica da organização em questão, mas sobretudo os valores já mencionados como o rigor, credibilidade e responsabilidade. Desta forma, e no mundo ideal, o jornalista será sempre sujeito à confirmação das suas informações junto de diversas fontes independentes com vista a evitar a publicação de notícias falsas, ou a prevenir a reprodução dos objetivos de uma dada fonte, e assim erradicar a conivência entre fontes e jornalistas.

No mundo real, também é possível tecer críticas à forma de operar das fontes bastando olhar para a *estrutura de fases* de Fishman (1980, citado por Santos, 2003). O autor defende

que o momento de divulgação de um acontecimento pode influenciar o enquadramento dado, e aponta para o caso de um crime como exemplo. Fishman sustém que é possível obter notícias de natureza diferente consoante o produto seja publicado ora na altura do seu conhecimento, ora após perseguição ou encarceramento dos criminosos. O autor analisou ainda a forma como os jornalistas se relacionam com os *lugares de permanência*, ou seja, os espaços sociais a que o jornalista pertence, e onde lhe é assegurada a receção contínua de informação de modo a cumprir com a exigência diária de novas notícias. Estes lugares de permanência, como é o caso da polícia, tribunais e governo civil, são providos de estruturas organizativas da comunicação que facilitam a tarefa do jornalista em encontrar ocorrências na sociedade em que se insere. A produção de comunicados, ou a divulgação de acontecimentos e reuniões previamente agendadas, são só alguns exemplos destas mesmas estruturas organizativas da comunicação. Estes mecanismos, ou *ronda*, representam rotinas de natureza repetitiva e diária, quer sejam pessoalmente ou através de outros meios à distância, e permitem um fluxo constante de informação que assegura a estabilidade noticiosa. Em função disto, a ronda dos jornalistas pelos locais de permanência não só os expõe de forma contínua a algumas fontes, como evidenciam o poder de influência dessas mesmas fontes no que respeita a organização interna das entidades e da calendarização de atividades. Estes mecanismos de rotina exigem, relativamente, pouco esforço por parte do jornalista, visto que o trabalho de localizar, interpretar, e formular parte da informação é feito pelos agentes sociais desses mesmos locais de permanência. Fishman chama a esta disponibilidade de *subsídio invisível* sendo que, nestes casos, a fonte de informação tira proveito dos constrangimentos da rotina jornalística, de maneira que a organização noticiosa use o tempo de permanência do jornalista apenas para a recolha de informação (1980, citado por Santos, 2003).

Capítulo 2: Jornalismo Económico

2.1 História do jornalismo especializado

Conforme as palavras de Martins (2007, p. 52), é irrefutável o aparecimento do jornalismo económico nos primórdios do próprio jornalismo. Na verdade, os indícios mostram que já no século XVI podíamos encontrar estes mesmos primórdios sob a forma de informações práticas quanto ao preço de matérias-primas ou taxas no comércio internacional. No espaço entre o fim do século XVIII e inícios do século XIX, século este em que se dá uma dinamização fundamental do setor, o jornalismo económico dispunha duma natureza principalmente publicitária ao ajudar nas trocas comerciais entre Portugal e o mundo. Durante este intervalo,

explica Martins, o jornalismo económico é considerado um local de destaque para a publicação de anúncios o que, por sua vez, justifica a dificuldade desta especialização em comprovar a sua autonomia face às outras (Martins, 2007, p.47).

O jornalismo enquanto forma de conhecimento, e conforme é hoje conhecido, é o resultado da evolução tecnológica do séc. XIX que introduz melhorias substanciais nas formas de transporte, vias de comunicação e, mais importante, trazendo consigo o telégrafo (Traquina, 2007). Por sua vez, estas inovações tecnológicas conduzem a um crescimento acentuado do mercado e da informação enquanto produto. Encontramos o primeiro vestígio disto com o surgimento da chamada *penny press*, um tipo de imprensa pioneira caracterizada pelo baixo custo de produção e venda, e cuja introdução levou um grande número de pessoas a comprar jornais. Esta forma de imprensa dá início à comercialização da informação e subsequente profissionalização dos jornalistas. A época é profundamente marcada pelo desenvolvimento industrial da sociedade, o que leva tanto a um crescimento geral da população, como a uma alfabetização das classes mais baixas, potenciando o rápido crescimento da indústria dos *media*. As mudanças sociais fruto da industrialização acarretam em si uma necessidade pública de novos conteúdos, levando a um crescimento tanto no número como no tipo de informação disponível (Traquina, 2007). Deste modo, este crescimento dos *media*, por sua vez, obriga a uma profissionalização crescente dos jornalistas sendo que Tavares, com recurso a Lustosa, defende que a especialização jornalística se trata do resultado duma divisão racional do trabalho das organizações noticiosas (Lustosa, 1996, citado por Tavares, 2009, p.120).

No caso português - ainda que mais tarde - este fenómeno não é diferente e, com a evolução da tecnologia, assistimos a uma diminuição considerável do esforço físico do trabalho bem como a um aumento da produtividade (Silva, 2004). Porém, é a partir da década de 70 que assistimos a uma maior procura por notícias de natureza económica. A Revolução de 25 de Abril de 1974, e subsequente perda das colónias portuguesas em África, bem como a crise petrolífera americana da mesma década, direcionam o público para uma crescente procura de notícias económicas dada a mudança na realidade económica, social e política (Martins, 2007). Por sua vez, Tavares (2009, p.118) explica que é com o surgimento dos meios de comunicação em massa como a rádio e televisão, entre as décadas de 60 e 70, que passa a existir, efetivamente, a especialização propriamente dita, sendo que neste caso falamos de uma especialização técnica. Em função disto, o autor afirma ainda que a especialização jornalística aparece como fruto do crescimento do público e sua setorização crescente, bem como resultante dos objetivos das próprias organizações noticiosas como a qualidade e profundidade dos assuntos divulgados (Tavares, 2009, p.122).

É, também, necessário ter em consideração a adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia em 1986 e a inclusão da sua economia neste mercado, altura pela qual se assiste a uma explosão de novos jornais económicos no país (Martins, 2007). Silva sugere que a integração do país no espaço europeu traz consigo desafios económicos dada uma concorrência, entre Estados-Membros, marcada por uma acentuada desigualdade nas respetivas economias e organização social (Silva, 2004). Neste sentido, também Garrido (2005) reconhece o valor da adesão de Portugal à CEE como um fator de grande relevância para o jornalismo económico; Porém, e em função do legado deixado pelo regime ditatorial precedente e marcado pela censura, a autora sustém que Portugal não goza de uma cultura de liberdade política e económica a fomentar um padrão de exigência no que respeita ao jornalismo nacional (Garrido, 2005, p.233). A autora justifica o seu argumento da seguinte forma: “A informação económica teve, durante algum tempo, como fonte fundamental, se não única, o Governo e incidia maioritariamente sobre matérias macroeconómicas (...)” (Garrido, 2005, p.235). Isto significa que o Estado Novo nos deixou uma herança bastante particular, dado o longo período de controlo governamental na disponibilização de informação económica, existe em Portugal uma fraca procura e oferta deste tipo de informação, comparativamente a países anglo-saxónicos (Garrido, 2005). Por outro lado, Lene (2005), por meio de Kucinski, aponta o colapso da economia soviética, e subsequente vitória da ideologia neoliberal na década de 90, como um exemplo do poder crescente do jornalismo económico enquanto ferramenta na campanha desta ideologia. Lene escreve deste tipo de jornalismo:

Ele tem uma participação crucial no processo de naturalização da ideologia neoliberal. Como ideologia dominante, encampada pela cobertura jornalística da área económica, a tese da globalização legitimou a ocupação de novos espaços pelo capital financeiro mundial, especialmente nos países periféricos, sob o argumento de que se trata de um desenvolvimento natural das forças produtivas (Kucinski, 2000, citado por Lene, 2005, p.10).

Atualmente, e com a mudança de paradigma, a informação económica tem origem maioritária nas próprias empresas, porém esta tendência teve início no período entre as décadas de 80-90, segundo Garrido (2005). A autora aponta para as privatizações iniciadas na década de 80 como o catalisador do atual paradigma, porém, Garrido escreve:

A integração de Portugal na União Económica e Monetária em 1999 pode ser considerada como o acontecimento que marcou definitivamente a passagem de um jornalismo económico ancorado na macroeconomia para uma informação económica centrada nas empresas (Garrido, 2005, p.235).

Contudo, é através do acumular destes fatores com outros mais recentes que podemos justificar a importância crescente da secção de economia. A crise financeira americana de 2008 e, mais tarde, a crise económica portuguesa, e subsequente intervenção da *troika* em 2011, foram o culminar de uma série de eventos que colocaram em destaque a informação económica na sociedade. Também nesta linha de pensamento, Hayes (2014, p.14) defende que a crise financeira de 2008 é o maior contributo recente para a disseminação do jornalismo económico por quase todos os países no mundo. Já Lene (2005), no seu entender, descreve a crescente importância do jornalismo económico como o resultado da consolidação de dois objetivos da especialização: o noticiar e antecipar das ocorrências, e a divulgação pública do destino do dinheiro.

2.2 Jornalismo Especializado vs. Generalista

Para falarmos de jornalismo especializado, e em que forma difere do generalista, é necessário compreender em pleno ao que nos referimos quando falamos da especialização no jornalismo. Tavares (2009) faz esta distinção ao identificar três formas de especialização: a) Especialização técnica, onde o profissional pode estar associado a meios específicos de comunicação como a rádio ou televisão; b) Especialização temática, e aqui encontramos o nosso objeto de estudo, o jornalismo económico, mas não esquecendo a existência de vários outros como o ambiental ou desportivo; c) A combinação dos dois fatores anteriormente mencionados, caso do jornalismo desportivo de rádio. Embora diversos autores admitam semelhanças entre algumas destas especializações, cada uma destas vertentes exige investigação individual o que, em si mesmo, representa uma barreira (Tavares, 2009, p. 115), talvez, justificadora da escassez de bibliografia sobre o jornalismo económico.

O autor elabora ainda o que entende por “jornalismo especializado”, “especialização jornalística” e “Jornalismo Especializado”. No que respeita ao primeiro termo, jornalismo especializado, esta nomenclatura é utilizada com o propósito de tratar uma forma particular de jornalismo pautada pelas suas características técnicas e funcionais, sendo que o autor a classifica enquanto uma “perspetiva normativa”, referente às práticas, por oposição à

“perspetiva conceitual”, dedicada a teorias conceituais e abstratas. Em seguimento, o autor utiliza o termo “Jornalismo Especializado” (com uso de maiúsculas) para descrever o jornalismo como um “campo científico” marcado por uma metodologia e convenção teórica particular. Já a noção de “especialização jornalística” diz respeito ao mesmo campo científico anteriormente mencionado, com a diferença de que este diz respeito ao pensamento com base no conjunto de práticas do campo, isto é, a teorização a partir das técnicas práticas utilizadas. Nesta linha de pensamento, Tavares sustém que a especialização jornalística vai, inevitavelmente, agregar-se ao conhecimento do jornalismo especializado enquanto campo científico. O autor explica que, independentemente do tipo e/ou forma de jornalismo praticado, o jornalismo especializado é palco de uma moderação do conhecimento especializado, ou seja, o jornalismo especializado estabelece a conexão entre a informação específica a um campo e o público leigo. Desta forma, a distinção entre os jornalistas especializados e os generalistas tem origem na própria realidade profissional (Pérez e Scalzo, citado por Tavares, 2009), ou seja, é a partir da própria prática profissional que podemos distinguir entre jornalistas generalistas e especialistas.

Martins também fornece o seu contributo na definição da questão do jornalismo especializado. A autora, com recurso a Marchetti, afirma que a especialização pode ser colocada no seio de dois polos, sendo que o campo jornalístico se organiza em redor do confronto entre jornalistas generalistas e especializados. O autor explica que o nível de especialização pode ser altamente influenciado consoante a estrutura e suporte da sua organização (instituição generalista ou especializada, televisiva ou radiofónica ou tamanho da redação), a especialidade e a própria hierarquia interna. Por outro lado, o autor também reconhece o aumento gradual da quantidade de jornalistas especializados na área (Marchetti, citado por Martins, 2007, p.16).

De forma não tão inadvertida temos feito menção, ao longo do trabalho, a uma das primeiras questões, e problemáticas, definidoras do jornalismo especializado, o conhecimento técnico e a sua linguagem “hermética”. A recolha, tratamento e distribuição do conhecimento correspondem às tarefas essenciais do jornalista. Ora o tratamento da informação pressupõe um domínio do tema, sendo precisamente neste aspeto que se encontra um dos maiores desafios. Ao jornalista cabe a tarefa de ser claro tanto para quem não é especialista, como para os profissionais da área. Contudo, Burkett (citado por Martins, 2007), defende que o tratamento dado pelos jornalistas ao conhecimento científico tende a privar a informação do seu rigor e jargão técnico podendo, inclusive, transformá-la num produto sensacionalista. Neste caso, a tarefa da divulgação é conseguida, mas a custo da precisão informativa. Em função disto, Martins (2007) sustém que é necessário manter consciente a seguinte noção: mais importante que o domínio do tema, o jornalismo compreende a seleção, tratamento e exposição de

informação em “tempo útil” e de “forma compreensível”, bem como a definição de uma agenda de conteúdos relevantes para o público. É de salientar, também, que no campo do jornalismo podemos encontrar vícios da própria linguagem especializada. Watts (citado por Martins, 2007) defende que o jornalista não deve dominar, única e exclusivamente, a linguagem especializada e negligenciar as técnicas da escrita e comunicação, ou o reverso. A autora aprofunda “O jornalista deve escrever, abandonando os vícios da linguagem especializada e hermética dos profissionais da área retratada” (Martins, 2005, p.228). Embora a própria autora reconheça ser uma tarefa de dificuldade acrescida, a máxima de Martins é a seguinte: o leitor, sem formação específica, tem de ser capaz de realizar uma leitura clara e objetiva do artigo, tal como um profissional da área. É necessário deixar claro que a problemática da linguagem técnica não é exclusiva do jornalismo económico, mas sim uma questão transversal a todo o jornalismo especializado (Francisco, 2006, p.122). A máxima de Martins mencionada anteriormente, na verdade, poderia ser facilmente aplicada a qualquer outra forma de jornalismo pois, como referido por Caldas, a linguagem jornalística é só uma. Francisco (2006, p.118) partilha a mesma opinião ao afirmar que as regras na linguagem jornalística, bem como a sua própria estrutura narrativa, servem o propósito de assegurar os objetivos básicos do jornalismo como a clareza, coesão e objetividade.

Também é importante perceber que a questão linguística não é a única crítica feita aos jornalistas da área económica. Tanto dentro como fora da redação, os jornalistas económicos são, por vezes, acusados de parcialidade, conivência com as fontes de informação, contribuírem para a manutenção do *status-quo*, serem subordinados a interesses, além das críticas já mencionadas. Esta realidade é tanto ou mais saliente quando o jornalista da área económica se encontra a desempenhar funções num jornal generalista (Martins, 2007, p. 17). Martins explica a dificuldade do jornalista em assumir-se, ou não, como especialista de uma dada área, e a forma como esta escolha influencia a sua escrita noticiosa quando direcionada para um público generalista:

Estes profissionais precisam de conquistar credibilidade como especialistas numa determinada área, junto do público ao qual se dirigem e junto dos seus pares e superiores hierárquicos, mas não se podem esquecer de que o têm de fazer sem perder de vista as características intrínsecas de qualquer jornalista. É a dificuldade e a neurose de serem diferentes e, simultaneamente, serem como todos os outros (Martins, 2005, p.230).

Com isto a autora pretende salientar a dualidade do jornalista de economia. Por um lado, se o jornalista se assume publicamente como um especialista na matéria, então este pode ser alvo das críticas já mencionadas, especialmente em organizações generalistas, minando a sua credibilidade pública. Por outro lado, se o jornalista não assumir a sua especialidade este vai ter de conquistar gradualmente a sua credibilidade junto do público especializado e restrito, mas sem nunca descurar a sua própria acessibilidade ao público leigo. As duas faces deste público-alvo exigem um malabarismo considerável por parte do jornalista visto que, por um lado temos o público generalista e desconhecido, por outro temos o público especializado e colocado em nichos (Martins, 2005, p.230).

Aliada a esta questão ainda é possível apontarmos a instrumentalização dos jornalistas, pelas fontes, como um dos riscos prevalentes do jornalismo económico. Conforme Martins salienta, o jornalismo especializado em temas económicos exige uma série de cuidados específicos ou preparação complementar por parte do agente social. A autora sublinha a importância da desmistificação do que se está a falar com a fonte, pois os números dados pelas mesmas refletem uma variedade de ocorrências concretas e interesses específicos (Martins, 2007, p.20). Neste sentido, se o jornalista não tiver um entendimento dos assuntos divulgados, este corre o risco de veicular informação enviesada. Hayes (2014) também comenta indiretamente este fenómeno, embora o associe a uma falta de profissionalismo do jornalista. O autor destaca a importância de responder à questão “porquê” quando se escreve uma história, e a razão pela qual diversos jornalistas falham nesta missão: *“They perform what is scathingly called “protocol journalism” – get the press release and just print it or broadcast it. In so doing, such journalists do no more than an office drudge would do at the copier machine.”* (Hayes, 2014, p.2). O autor, porém, não é indiferente ao jargão económico e gratuito das fontes de informação, e reconhece tanto esta linguagem técnica “despejada” de forma inconsciente pelas fontes, como a apreensão do jornalista que pode desconhecer a sua significância em pleno. Neste sentido, o autor destaca a importância redobrada do jornalista em procurar tornar o jargão o mais claro possível, ainda que isso implique questionar diretamente a fonte, justificando que uma maior parte das fontes não irá apresentar objeções em clarificar termos básicos. O autor conclui esta linha de pensamento ao apontar o uso incorreto de termos técnicos como o principal fator de aborrecimento das fontes para com os jornalistas (Hayes, 2014, p.141) o que, por sua vez, vai de encontro com a crítica comum a estes profissionais enquanto “limitados” como mencionado por Martins (2005, p. 230).

2.3 O que é Jornalismo Económico

Num mundo profundamente marcado pelo conflito como o atual, a informação económica tem encontrado uma valorização crescente no seio da sociedade. De momento, os investidores das mais variadas bolsas de valores, bem como empresários, estão dependentes de informação económica disponibilizada em tempo real. De igual modo, também o cidadão comum está dependente da informação económica para melhor gerir as suas finanças, seja através de informações práticas como qual o banco a oferecer a melhor taxa de juro, ou divulgação de aumentos nos combustíveis ou outros bens essenciais. A economia, de forma subtil, domina uma grande parte dos aspetos da nossa sociedade. Afinal de contas basta prestar alguma atenção aos assuntos na agenda mediática e é possível confirmar que o dinheiro é, cada vez mais, um assunto com destaque jornalístico. Embora economia sofra do estigma enquanto uma das secções menos cativantes ao leitor comum, a verdade é que o dinheiro governa quase todos os aspetos da vida em sociedade. É através de indicadores de desempenho económico que são avaliadas a aprovação, ou rejeição, de leis e outras medidas em parlamento. São estes mesmos indicadores económicos que, por sua vez, vão ditar se uma empresa expande a sua equipa, ou o contrário, se faz despedimentos coletivos. Estamos, portanto, a referir-nos a uma editoria largamente incompreendida pelo público, mas de uma importância extrema.

No que respeita o campo do jornalismo económico podemos verificar que, embora seja um assunto corrente, existe uma falta de bibliografia surpreendente relativamente a esta especialização. Esta carência é tanto ou mais saliente se olharmos na direção de obras em português, visto que são quase inexistentes as grandes obras de referência, no que toca ao jornalismo económico, oriundas de autores portugueses. Felizmente existe um contributo preciosíssimo e crescente de autores brasileiros a pronunciarem-se e debruçarem-se sobre as questões referentes a esta forma de jornalismo especializado.

O que é, então, o jornalismo económico e o que o distingue das outras formas de jornalismo? Para responder a esta questão talvez fosse necessário definir primeiro o que é o próprio jornalismo. Convenientemente, Traquina oferece-nos uma resposta bastante célere a esta pergunta ao salientar o quão absurdo seria procurar responder a esta questão numa única frase, ou mesmo livro (2007, p.9). O mesmo autor, porém, explica mais adiante:

(...) é a vida em todas as suas dimensões, como uma enciclopédia. Uma breve passagem pelos jornais diários vê a vida dividida em secções que vão da sociedade, a economia, a ciência e o ambiente, à educação, à cultura, à arte, aos

livros, aos *media*, à televisão, e cobre o planeta com a divisão do mundo em local, regional, nacional (onde está essencialmente a política do país) e internacional (Traquina, 2007, p.9)

Podemos verificar, então, que as inúmeras dimensões da vida em sociedade correspondem a uma espécie de matéria-prima para o jornalismo, o qual as transforma na notícia. Traquina aprofunda ao salientar a forma como os jornais diários procedem a uma divisão da vida em secções, e a maneira como, uma maioria, dos livros e manuais disponíveis definem as notícias enquanto tudo o que é importante e interessante. Em si mesma, a frase anterior não facilita significativamente a nossa compreensão de jornalismo, contudo, Traquina toca noutro aspeto igualmente relevante ao referir os jornalistas enquanto contadores de estórias da sociedade contemporânea, sendo isto parte integrante de uma já longa tradição (Traquina, 2007, p.11). Por outro lado, segundo Bond (1959, citado por Rovida, 2010, p.53) o jornalismo representa todas as formas pelas quais as notícias chegam ao público, bem como os seus comentários. O autor salienta os acontecimentos mundiais de interesse público, bem como todos os pensamentos, ações e ideias daí resultantes, como a matéria-prima ou “material básico” do jornalista. Posto isto, um jornalista de economia, para Hayes (2014, p.29), é um jornalista como qualquer outro no sentido em que as suas funções, bem como a sua metodologia, não diferem significativamente de qualquer outro tipo de jornalismo.

Efetivamente, Caldas (2003) defende que a linguagem do jornalismo económico é a linguagem jornalística, sendo este tipo de linguagem a única forma de comunicar no jornalismo.

Ora, a linguagem jornalística é uma só. O texto sobre o déficit fiscal do governo deve ter a mesma simplicidade, objetividade e clareza de outro que descreve um confronto entre policiais e traficantes na favela (...). O que muda é apenas o tema. Se o leitor não entender o que leu, é porque o jornalista não cumpriu a sua função básica de informar (Caldas, 2003, p.4).

Não descurando a problemática da escrita no jornalismo económica aqui mencionada, visto ser abordada adiante, este tipo de jornalismo encontra-se sujeito precisamente às mesmas regras, deontologia e código de ética que o jornalismo convencional. Nesse caso, a maior diferença será justamente quais os temas tratados e divulgados. A esta questão, Hayes (2014,

p.4) refere: “*As a business reporter, you dig out and report on issues that can immediately or ultimately affect the average person’s predicaments and choices*”. Alguns destes temas de interesse ao cidadão comum, referidos pelo autor, dizem respeito a questões como o desemprego e a criação de postos de trabalho, o aumento de custos na saúde, redução dos custos à habitação, escassez de alimentos, bem como os fatores tidos em consideração aquando das receitas de investimentos e salários. Nesta mesma linha de pensamento, também Caldas (2003, p.4) aponta que no jornalismo económico podemos encontrar assuntos como juros e inflação, taxas públicas, corrupção, preços de bens essenciais, reduções salariais e perda de emprego. Assim sendo, podemos verificar que a grande, e única, tarefa do jornalismo económico é “meramente” tornar a sua informação específica acessível tanto ao público leigo, como ao especializado. Neste sentido, Caldas (2003, p. 4) explica que por “conservadorismo, preconceito, má-fé ou mesmo por pura preguiça” se disseminou o mito segundo o qual a secção de economia só é devidamente lida e compreendida pelos especialistas do meio como os economistas, executivos, empresários, membros do governo ou outros profissionais da área. A autora reconhece a veracidade deste mito, porém, aponta o próprio jornalista como o responsável pela dificuldade, e natureza tediosa, do jornalismo económico, acusando os jornalistas de, em alguns casos, meramente “papaguear” as informações recebidas pelas fontes criando, assim, o “economês”.

2.4 Desafios do Jornalismo Económico

Embora alguns dos principais entraves ao jornalismo económico já tenham sido aqui referidos, existem outros mais ou menos explícitos a condicionar o papel do jornalista. Francisco, neste sentido, enumera alguns dos que considera serem os mais importantes, começando pela falta de tempo típica da área jornalística e a forma como isso impede a devida construção textual e apuração dos factos:

Com o ritmo acelerado nas redações e com o grande volume de notícias a serem chegadas e escritas diariamente, o jornalista vive o paradoxo: escrever logo e publicar, para não correr o risco de ser furado, ou escrever e apurar melhor a matéria, para publicá-la com mais certeza e *redonda*, mas correndo o risco de ter seu trabalho perdido ao ver sua matéria publicada em outro jornal no dia seguinte (Francisco, 2006, p.118).

A questão da falta de tempo na produção jornalística é um dos constrangimentos mais comuns ao jornalista e, conforme referenciado por Santos (1997, 2006) esta é uma questão da qual as fontes tentam tirar proveito. Porém, esta é uma questão tão comum que o jornalista profissional, eventualmente, aprende a jogar com esta condição se quiser vingar na sua carreira. Por outro lado, o segundo aspeto mencionado pela autora diz respeito a um assunto já mencionado, nomeadamente a dependência dos jornalistas nas fontes oficiais. Face a esta crítica, Francisco (2006) aponta diretamente algumas editorias a sofrer desta questão e regista quais as fontes principalmente utilizadas pelas mesmas: assessores de imprensa, diretores de associações e federações, economistas, nunca esquecendo, também, as visões institucionais transmitidas por cada um destes profissionais. A autora aprofunda ainda como a escolha da fonte parte de uma necessidade de concluir a notícia, ou cobertura, dentro dos prazos estipulados (encontramos novamente a questão do tempo), sendo que o trabalho do jornalista, “muitas vezes”, fica-se por esta única fonte (Francisco, 2006, p.121). Em função disto, também Rovida explica:

Especialização maior acaba por restringir a comunicação jornalística a interesses de um grupo específico e aquela noção de comunicação generalista voltada a um público amplo perde espaço para uma comunicação focada em um público específico, com interesses e necessidades bem definido” (Rovida, 2010, p. 66).

O jornalista, ao fazer uso das fontes oficiais, corre o risco de meramente replicar a terminologia usada pela mesma, o que pode levar a um uso desadequado dos termos técnicos empregues, bem como alienar o público não especialista. No caso de o jornalista não dominar a informação em causa, este fica vulnerável aos interesses veiculados pelas fontes oficiais. Por outro lado, Martins (2007) explica que a acusação de conivência feita aos jornalistas de economia vem de algumas regalias não tão presentes nas outras secções jornalísticas. Em redações generalistas, e à semelhança dos jornalistas de política dentro destas redações, os jornalistas de economia costumam gozar de um maior número de saídas ao terreno, em comparação com as restantes secções, o que pode incluir almoços com as fontes. No breve tempo de permanência que tive na agência Lusa, embora não representativo para este estudo, tive um vislumbre da veracidade de parte deste argumento ao verificar a grande frequência de coberturas nas sessões do Parlamento, bem como conferências das mais variadas organizações,

às quais Economia estava sujeita. Neste caso, uma maior especialização implica uma maior exposição às fontes mais poderosas do campo em questão o que, por sua vez, pode facilitar uma maior cumplicidade entre fonte e jornalista, sendo isto refletido mais tarde na qualidade do produto noticioso. Contudo, a autora menciona quais os maiores obstáculos à transmissão de informação no jornalismo económico: o uso de números e de jargão técnico.

São dados, tabelas, números e percentuais na maioria das vezes não traduzidos ou explicados ao leitor ou espectador e, quando são feitos, é por meio de siglas ou termos que fazem parte do jargão económico, mas distantes do vocabulário ou do conhecimento de mundo de grande parte do público (Francisco, 2006, p.118).

A autora explica como estas práticas comprometem a função mais básica de informar do jornalismo e, subsequentemente, afetam a correta transmissão de conhecimento e sua interpretação junto do público. Não tendo a distribuição de conhecimento configurada para a acessibilidade, mais tarde, a própria criação ou investigação de novo conhecimento pelo público vai sempre ficar condicionada, conduzindo a uma descredibilização do papel do jornalismo enquanto gerador de conhecimento (Francisco, 2006, p118). Também nesta linha de pensamento Martins explica como a “maleabilidade das palavras” pode entrar em conflito com a “dureza dos números”, fazendo referência à dificuldade em simplificar ou adaptar palavras como como produtivo, eficaz, mais-valias, inflação, juntamente com expressões como arrefecimento económico ou desemprego de longa duração (2007, p.18). A mesma autora, citando Kluge, afirma como as notícias económicas parecem nunca ficar claras ou significativas o suficiente, conforme desejam os jornalistas (Martins, 2007, p.41). Contudo, o repórter deve sempre confrontar os diversos pontos de vista e escolher quais os factos e versões que irão orientar melhor a visão do público face à realidade (Lage, citado por Francisco, 2006, p.122).

Por fim, existe uma nova questão que tem ganhado novos relevos ao longo dos anos sobre os seus efeitos nos média, e diz respeito à concentração das organizações noticiosas nos grupos económicos. Desde as vagas de privatizações, ocorridas a partir dos anos 80, tem havido um movimento crescente de expansão dos monopólios capitalistas, transversal a todos os setores económicos. A concentração de grupos económicos nos *media* é algo ainda em discussão, porém, podemos encontrar autores que se manifestam contra esta tendência e procuram mostrar os perigos para a democracia. Garrido (2005, p.234) explica que a

concentração pode ser compreendida como uma redução do número de empresas a atuar sobre um mesmo mercado, o que implica um grupo principal a deter o monopólio desse setor, nessa área geográfica, controlando efetivamente os seus clientes, fornecedores e ajustando as suas estratégias consoante os seus interesses, sem correr o risco de ser ultrapassado por empresas concorrentes.

Também Martins (2007) mostra uma preocupação face ao poder dos grupos económicos, a autora cita:

Quem tem o poder, tem a informação que dependerá dos interesses do dinheiro que esse poder serve. A informação que nós atiramos para cima do leitor desorientado é aquela que, em cada momento, melhor convém aos donos do dinheiro (Saramago, citado por Martins, 2007, p.181)

A concentração dos *media* em grupos económicos representa um problema para um país pequeno como Portugal na medida em que, este monopólio de empresas, não só controla uma maioria do setor dos *media*, como representa uma barreira à fundação de novas instituições. Garrido explica que num país com as dimensões de Portugal torna-se inevitável uma colisão com as fontes pertencentes a instituições subsidiárias de grupos que asseguram as receitas de publicidade do jornal (2005, p. 233). À data de escrita do artigo a autora menciona os sete maiores grupos privados controladores da comunicação social: Impresa, Portugal Telecom, Media Capital, Cofina, Sonaecom, Impala e Recoletos. Já no setor público a autora refere a Portugal Global, *holding* detentora da RTP, RDP e Lusa. Além do investimento na comunicação social, estes grupos económicos podem ser caracterizados por atuarem em áreas diversas, nomeadamente: telecomunicações, TV por cabo e provedoria de internet, indústria metalúrgica e celulosa, indústria imobiliária e do turismo, indústria de madeiras e papel, entretenimento, crédito, aluguer automóvel, venda de material informático, comércio de moda/perfumarias, construção civil e conferências. Uma maioria dos jornalistas de economia trabalham, assim, em grupos sujeitos a interesses noutras áreas de atividade, não esquecendo ainda a tendência verificada nos últimos anos para a redução do número de trabalhadores e empresas nos *media* (Garrido, 2005, p.237-238). Garrido explica que isto significa que as empresas investidoras na comunicação social são justamente as mesmas que estão na origem das notícias dos jornalistas. Também Martins (2007, p. 69) vai de encontro a esta tese ao referir que antes, os jornalistas encontravam-se condicionados pelo governo como a principal fonte de informação, porém,

agora, encontram-se limitados pelos próprios investidores no seu local de trabalho, passando assim a haver um foco na rentabilidade.

Ao analisar os dados de Guilherme Oliveira Martins (2015, p.14) referentes ao período entre 2007 e 2013 podemos verificar que os principais grupos económicos são: Impresa, Cofina, Media Capital, RTP, Renascença, Controlinveste, Sonaecom, Zon Multimédia, Ongoing e Portugal Telecom. Já Serrano (2012), usando dados de 2009, refere os mesmos grupos anteriormente mencionados com exceção do grupo Zon Multimédia e a adição do grupo Lena. Apesar da ligeira variação de grupos económicos representados ao longo dos anos, a realidade mantém-se largamente inalterada. Os jornalistas de economia continuam a lidar com grupos económicos investidos noutras áreas de atividade, pelo que as palavras de Garrido (2005) ainda se revelam bastante atuais apesar dos mais de quinze anos desde a sua publicação. Já Balsemão (1971, citado por Garrido, 2005, p. 234) na década de 70 adverte para esta tendência ao referir a concentração como prejudicial para a autonomia da informação. Em função disto, é importante relembrar as palavras de Traquina (2007) nas quais o autor destaca a função do jornalismo em informar o público sem o recurso à censura. Neste caso, temos aqui presente um conflito de interesses sobre o qual podemos encontrar os seguintes testemunhos: “o exercício do jornalismo económico é hoje mais condicionado pelo poder económico (...) assistindo com mais frequência ao recurso das empresas ao corte de publicidade” (Bessa, citado por Garrido, 2005, p.240). O corte de publicidade aqui referido diz respeito ao uso deste tipo de pressão, por parte dos grandes grupos, para impedir a divulgação de informação da qual desaprovam; Neste sentido, também Vitor Costa, ex-diretor adjunto do defunto Semanário Económico, considera o jornalismo económico “mais condicionado” e aponta para a concentração dos *media* como o principal motivo, “ao ‘diminuir as opções de postos de trabalho’, faz com que, ‘em situações de pressão por parte das administrações, seja mais difícil resistir’” (Costa, citado por Garrido, 2005, p.240); Também Felisbela Lopes, em entrevista ao jornal Público em 2015 relativamente ao lançamento do seu livro, comenta sobre estes constrangimentos económicos: “Há mesmo quem os aponte como o novo lápis azul” (Lopes, 2015).

Além das dificuldades já mencionadas, os jornalistas estão, ainda, sujeitos às pressões inerentes da profissão como a alta competitividade, a constante falta de tempo, hierarquias, e a predominância da gestão do jornalismo enquanto um negócio dependente da rentabilidade (Traquina, 2007). Neste sentido, também Lopes acrescenta o seu contributo:

Os jornalistas vivem hoje sob permanente pressão. Pressão para ser rentável.

Pressão para fazer a cobertura de determinado acontecimento. Pressão para ouvir

este ou aquele interlocutor. Pressão para não afrontar os accionistas ou financiadores da sua empresa. Pressão para cumprir leis que não deixam margem para noticiar factos com relevância noticiosa. Pressão para trabalhar depressa. Pressão para ser o primeiro a anunciar a última coisa que acontece. Pressão para multiplicar conteúdos em diversas plataformas. Pressão para atender àquilo que os cidadãos dizem nas redes sociais. Pressão para desenvolver conteúdos de qualidade que suscitem o interesse do público. Pressão para não provocar reacções dos reguladores dos media. Não é fácil trabalhar assim. Por isso, actualmente, ser jornalista é aceitar exercer uma profissão que está sob ameaças de vária ordem (Lopes, 2015).

Face a todos estes tipos de pressão, e regressando agora à problemática da concentração, Garrido (2005, p. 244) defende que esta tendência aparenta estar a criar “grupos de pressão” com uma influência, potencialmente, “nefasta” para os valores da qualidade, rigor e isenção do jornalismo económico. A autora acrescenta que existe uma dificuldade em avaliar se efetivamente existe, ou não, informação empresarial por publicar, ou se o ângulo de abordagem das mesmas sofre alguma reorientação em função destas pressões. Contudo, a autora conclui que existe um incentivo à distorção de informação de forma a refletir meramente os aspetos positivos, e que esta tendência é anti cíclica. Isto é, as pressões sobre os meios de comunicação social aumentam consoante as quedas na atividade económica, gerando “más notícias” (Garrido, 2005, p.243).

Luís Oliveira Martins (2015) aborda esta questão segundo uma perspetiva comparativa entre o modelo do Espaço Público e o modelo do Mercado. O primeiro modelo pressupõe que os meios de comunicação desempenham funções de interesse público para os seus cidadãos, já o segundo assume as organizações noticiosas como fontes produtoras, e distribuidoras, de produtos e serviços com o objetivo de atender às necessidades dos consumidores. O autor (Martins, L.O., 2015, p.12) refere que uma maioria dos cientistas sociais não aderentes ao paradigma atualmente em vigor, a escola neoclássica apoiante do modelo do Mercado, consideram que a concentração das organizações dos *media* tornou-se excessiva, assinalando riscos políticos, económicos e culturais apontados pelos principais autores de referência. O autor refere que embora haja autores defensores dos grupos económicos - mencionando

benefícios como a maior capacidade material e técnica ou o estímulo ao rigor jornalístico e preços baixos através da alta competitividade – existem outros autores bastante críticos a esta posição. Miège (2011, citado por Martins, L.O., 2015, p.13) refere que o controlo dos *media* pode ter ligações pertinentes com a conquista, ou manutenção, do poder político, como no caso italiano de Berlusconi ou Hariri no Líbano. Já Van Cuilenburg (2007, citado por Martins, L.O., 2015, p. 13) destaca os riscos do excesso de concentração e competitividade na comunicação social, ao considerar que o pluralismo das fontes de informação fica comprometido no caso de um monopólio. Por oposição, quando a concentração é reduzida, os *media* são pressionados a atingir os custos mais baixos possíveis e à produção de conteúdos homogêneos de forma a chegar a um público-alvo de nicho. Também neste sentido Mullainathan e Shleifer (2005, citado por Martins, L.O., 2015, p.13-14) consideram que o rigor informativo não é assegurado através de um nível elevado de competição. Os autores acrescentam que a competição dos *media*, com consumidores pouco distintos entre si, conduz os jornais a reduzir fortemente os custos de produção e a estimular as ideias já pré-concebidas dos leitores. Em função disto, Baker entende que as políticas públicas devem assegurar a variedade de organizações autónomas dos *media* por três motivos:

O bom funcionamento dos sistemas democráticos depende de uma distribuição democrática do poder da comunicação dentro do espaço público; a dispersão do poder dos Media é uma salvaguarda importante, uma vez que reduz o risco de abuso de poder comunicacional na escolha ou controlo dos governos; a existência de diversidade de operadores garante um maior enfoque na qualidade dos conteúdos (Baker, 2007, citado por Martins, L.O., 2015, p.13).

Regressando agora ao caso português, Guilherme Oliveira Martins (2015, p.1) aponta a dificuldade em esclarecer as ligações entre os meios de comunicação social e os intermediários financeiros, visto nem todas as entidades dos *media* se encontrarem sob jurisdição da ERC (Entidade Reguladora para a Comunicação Social). Contudo, esta não é a única crítica do autor, o mesmo aponta que, em função desta desigualdade de jurisdição, os custos de regulação suportados pelas empresas de comunicação social são igualmente desiguais em comparação com os seus concorrentes fora da jurisdição das entidades reguladoras. Esta realidade também diz respeito ao caso de outras entidades reguladoras como a ANACOM (Autoridade Nacional de Comunicações) e a Autoridade da Concorrência. Isto significa que existe uma profunda

desigualdade entre organizações mediáticas em Portugal, bem como à flexibilidade de cada uma em reagir aos desafios inerentes do setor, em função deste constrangimento económico. A este desafio o autor sugere alterações legislativas de modo a aprofundar as obrigações, no que toca à transparência, qualidade e certificação, perante as entidades reguladoras. O autor defende que isto não só pode equilibrar os encargos financeiros, atualmente, desiguais entre os *media*, como fomentar o cumprimento das próprias funções da ERC em assegurar o pluralismo e a diversidade informativa, como ainda assistir no combate à fraude, por meio de desvio de comércio e capitais, na comunicação social (Martins, G.O., 2015).

Além dos desafios do jornalismo económico já mencionados, torna-se necessário mencionar ainda o papel da internet e, especificamente, das redes sociais na interação entre fontes e jornalistas. Sendo este um tema indubitavelmente extenso e complexo, o assunto dispõe de matéria suficiente para a publicação de todo um leque de bibliografia. Porém, algumas questões pontuais são particularmente relevantes ao nosso tema. O crescimento da internet veio facilitar e dinamizar a interação entre agentes sociais. Ferramentas como o email, aplicações de mensagens em tempo real, e redes sociais, tornaram-se fundamentais no jornalismo, permitindo acesso facilitado a fontes de informação.

Atualmente, as redes sociais permitem um apoio à produção noticiosa, ou mesmo evidenciar ocorrências que, de outra forma, não seriam tornadas públicas. Contudo, embora as redes sociais possam prestar produtos de qualidade, estas não criam o mesmo produto que um jornalista, mas sim elementos a ser noticiados (Recuero, 2009, p.13). A autora explica como as redes sociais podem complementar o jornalismo, filtrar assuntos de destaque e atribuir credibilidade a peças noticiosas. Neste sentido, as redes sociais podem servir funções enquanto produtoras e filtros de informação, bem como espaços de eco da informação.

Enquanto produtoras, as redes sociais são palco de constantes partilhas de informações, debates, e numerosos outros tipos de interação entre utilizadores. A própria comunicação social, por sua vez, também se encontra em contacto com o público, o que nos leva ao fenómeno dos *média citarem e utilizarem informação veiculada pelas próprias redes sociais*. Desta forma, as redes sociais tornam-se, elas mesmas, numa fonte de informação massiva (Recuero, 2009). Este mesmo espaço permite ainda uma velocidade de circulação e alcance da informação bastante superior aos métodos convencionais o que, por sua vez, irá refletir uma interação superior por parte do público. As interações das audiências com a informação refletem, na sua essência, os receios e noções de determinados grupos sociais. Por sua vez, estas interações adquirem um interesse jornalístico e assumem um poder capaz de influenciar o agendamento. Isto acontece, pois, os jornalistas têm interesse em saber quais as histórias mais consumidas pelo público, bem como quais os assuntos em discussão.

Atualmente, através das redes sociais, é até possível às fontes adquirirem mediatismo sem terem, necessariamente, de usar os jornalistas como intermediários, havendo assim a possibilidade de cumprirem com os seus objetivos de forma tão, ou mais, efetiva. Redes como o *Twitter* dispõem de ferramentas onde é explícito quais os assuntos mais discutidos do momento, havendo ainda inúmeros outros meios *online* a disponibilizar estatísticas detalhadas sobre os conteúdos mais consumidos a todos os seus utilizadores. Desta forma, no que respeita as fontes de economia, não é de todo incomum a publicação de conteúdo via *Twitter* ou outras redes sociais. Esta forma de comunicação direcionada às massas é particularmente usada por fontes oficiais dado o seu imediatismo. Porém, podemos considerar que atualmente existe até um excesso tanto de informação como de fontes no espaço digital, principalmente dado o potencial de cada utilizador ser simultaneamente consumidor e produtor de conteúdo. Neste sentido, também o papel do jornalista se altera para dar espaço a uma atitude mais interativa com a sua própria audiência. Recuero (2009) defende mesmo que o papel do jornalista enquanto *gatekeeper* pode vir a ser substituído pelo do *gatewatcher*, referindo-se ao agente responsável pela observação do conteúdo publicado pelos veículos noticiosos. Neste sentido, torna-se necessário um “*watcher*” pois ainda que as redes sociais sejam um complemento ao jornalismo, estas não possuem um compromisso social com o público, nem se comprometem a veicular valores-notícia havendo, desta forma, o perigo da divulgação de informação falsa ou enviesada.

2.5 O Público, a Lusa e o Jornalismo de Agência

Por último, resta-nos definir os órgãos de comunicação social que intitulam a presente dissertação, e a forma como o jornalismo dos dois se distingue e relaciona. O jornal Público, do grupo Sonae, teve o seu primeiro número em 1990 e nasceu de um acordo entre a direção editorial de Vicente Silva e a administração do jornal encabeçada por Belmiro de Azevedo (Notícia). Reputado enquanto jornal de referência nacional, o Público é um jornal generalista diário e afirma-se como um diário orientado por critérios de rigor e criatividade editorial, e sem dependências ideológicas políticas e económicas. O livro de estilo do órgão refere ainda a recusa tanto do sensacionalismo, como da exploração comercial do material informativo.

O livro de estilo concebido na sua génese ainda se encontra em vigor, e admite integrar os princípios fundadores do “jornalismo moderno” adotado por jornais de referência como o *The Washington Post*, *The New York Times*, *La Republica*, *El País*, *Le Monde* ou *The Independent*. O jornal refere aderir aos valores da inovação sem descurar o rigor informativo e técnico em todas as suas publicações, em simultâneo com os objetivos de humanizar a matéria informativa num estilo fluente e incisivo.

O Público possui ainda diversos suplementos e foi alvo de um forte investimento no online, sendo parte do seu conteúdo reservado a assinantes. Na altura de lançamento do online o seu conteúdo era de acesso gratuito, sendo a sua principal fonte de rendimento a publicidade presente no site. Porém, o jornal adotou um sistema de assinatura em 2005. Em 2018, além de algumas alterações no posicionamento das colunas de opinião para “uma zona mais nobre do jornal”, e adição de novos colunistas, foi também estabelecido um Conselho de Leitores de modo a reforçar a transparência para com os leitores e promover a leitura crítica. Neste mesmo período, o Público também reafirmou o seu compromisso com o online, sem descuidar a versão impressa, de modo a dar continuidade à viabilidade do projeto.

Além das particularidades que distinguem o jornalismo generalista do especializado, existem ainda características únicas ao jornalismo de agência, ou agências noticiosas. Estas instituições estão, geralmente, na fila da frente no que toca à produção de notícias visto que comercializam e distribuem a informação relevante pelos restantes meios de comunicação. A história da Lusa relaciona-se intimamente com a história do próprio jornalismo de agência. As agências de notícias nasceram no século XIX e rapidamente passaram a ser a principal fonte de notícias de banqueiros, empresários, políticos e os próprios jornais. O motivo para tal deve-se ao modelo, então inovador, de rejeição do sensacionalismo, caráter generalista e com o objetivo de atingir todos os públicos (Lusa, 2007, p. 19-20). Este modelo revelou-se útil e duradouro pois era comercializada informação para os jornais que, de outra maneira, estes órgãos não seriam capazes de obter por carências técnicas e económicas. Esta tendência levou a que os jornais da época preferissem, ou usassem quase exclusivamente, a informação das agências noticiosas. Por sua vez, o sucesso das agências levou a que ficasse enraizada as noções de divisão do trabalho na recolha de notícias, a ideia de inseparabilidade da notícia e rapidez da sua transmissão, bem como a noção de que a agência deve criar uma panóplia variada de matéria-prima capaz de ser usada por qualquer tipo de jornal (Lusa, 2007, p. 22).

Também neste sentido Cascais (2001, p. 22) destaca que as agências noticiosas, desde a sua génese, têm seguido de perto a evolução económico-social da informação, e define-as como órgãos de comunicação social que fazem a recolha, tratamento e distribuição dos dados aos outros meios de comunicação, com base numa vasta rede geográfica de delegações e correspondentes. Já o próprio Livro de Estilo da Lusa defende que o jornalismo de agência é assente em características como o rigor e a rapidez, sendo que “A regra é a urgência das notícias e uma notícia pode, apenas, ser menos urgente do que outra. Mas a urgência não pode ser exercida com o sacrifício da precisão e da exatidão.” (Lusa, 2019, p. 6). Por outro lado, os estatutos da Lusa reiteram o objetivo desta agência em assegurar uma cobertura informativa a nível nacional e regional do país, de eventos relacionados com a União Europeia, países de

língua oficial portuguesa, comunidades de cidadãos portugueses noutros países ou outros espaços de interesse para Portugal (Lusa, 1997, p. 3). Ainda neste âmbito, Silva faz uma breve descrição do que se entende quando falamos de agências noticiosas:

Sendo órgãos de comunicação social que trabalham para outros órgãos de comunicação social, a sua actividade de “grossista de informação” desenvolve-se nos bastidores da arena mediática, e só indirectamente se reflecte no diário informativo das ocorrências notáveis promovidas a notícia (Silva, S. M. P., 2002, p. 2).

Estes bastidores aqui mencionados pela autora significa que, na sua generalidade, as agências noticiosas servem uma função de *gatekeeper*, isto é, são as agências quem decide quais os acontecimentos que ascendem a notícia ou não, desta forma influenciando a agenda jornalística (Silva, S. M. P., 2002, p. 3). Por serem considerados “grossistas” da informação, as agências noticiosas prestam um serviço imprescindível aos meios de comunicação social, independentemente de atuarem sobre a área de imprensa, rádio ou televisão. Por outro lado, ainda que a internet se tenha difundido a grande velocidade e revolucionado a acessibilidade dos jornalistas, as agências continuam a fornecer um serviço indispensável e de relevo para a circulação de notícias internacional (Cascais, 2001, p. 22-23).

Ainda que o jornalismo de agência tenha algumas particularidades, os seus jornalistas estão sujeitos ao mesmo Código Deontológico que os restantes profissionais. Porém, Neveu defende que os jornalistas de agência estão, cada vez mais, subordinados a “uma forma de trabalho por medida” (2005, p. 44). O motivo para isto, segundo o autor, prende-se no próprio modelo económico destas empresas grossistas de informação, no sentido em que os meios de comunicação social podem solicitar informações extra sobre um dado acontecimento, ou escolher serviços específicos. Contudo, as problemáticas enumeradas nos capítulos anteriores, especialmente no que toca à relação fonte-jornalista, também se aplicam aos profissionais das agências. À semelhança dos outros meios de comunicação social, os jornalistas de agência têm de produzir o seu trabalho rapidamente de modo a avançar a notícia em primeira mão, ainda que representem o grupo menos conhecido do público, e não usufruam de qualquer tipo de vedetismo (Neveu, 2005, p. 44).

Capítulo 3: Fontes e Jornalismo Económico

3.1 Influências

De modo a percebermos a forma como as fontes se relacionam especificamente com o jornalismo económico, é preciso olhar com atenção para algumas das características que, atualmente, definem a área do jornalismo. Os média atuam sobre, e influenciam, as perceções do público sobre o mundo e a realidade prestando, desta forma, um serviço público para o desenvolvimento do debate democrático. Porém, este contributo à democracia apenas se verifica quando são selecionadas vozes ou abordagens diversas, quando é promovida uma discussão pública, e se verifica pluralismo nas perspetivas avançadas, bem como a sua escrutinação face a posições opostas (Monteiro, 2014, p. 1367). Por outro lado, Ramírez e Moral advertem para a predisposição do jornalista económico em fazer a manutenção do *status quo*, menosprezando a qualidade jornalística da peça. Os autores explicam que isto leva a que o jornalista faça, efetivamente, publicidade à fonte, compactuando com setores financeiros ou grupos empresariais específicos (Ramírez e Moral, 1999, p. 217). Este aspeto é tanto ou mais relevante quanto menor for a compreensão do jornalista sobre a área a cobrir, conforme já mencionado anteriormente. Quando verificamos uma falha na compreensão geral de um assunto por um jornalista, além de termos o exercício crítico em causa, o jornalista pode, inadvertidamente, utilizar o próprio discurso das fontes e fazer propaganda.

O domínio do assunto a cobrir pelo jornalista é, desta forma, essencial para que o profissional não transmita, nem fomenta, perceções equívocas da realidade, ou benéficas para interesses particulares. Especialmente no caso de Economia, o combate à instrumentalização dos jornalistas pelas fontes é de extrema importância, pelo que Martins (2007, p. 22) descreve este tipo de fontes como as mais difíceis de conquistar, “ariscas”, e pertencentes a uma área onde a mais pequena imprecisão pode ter efeitos desastrosos. Neste sentido, Sousa adverte o jornalista de especialização sobre o cultivo de certas fontes:

(...) Cuidado para não se envolver demasiado em relações problemáticas de amizade que podem criar dificuldades à actividade jornalística e mesmo à actividade da fonte. Pelo menos, deve ficar claro aos olhos do jornalista e da fonte que uma coisa são as relações profissionais e outra são as relações de amizade (Sousa, 2005, p. 65).

As palavras de Sousa adquirem uma nova dimensão quando temos em consideração o crescente nível de profissionalização das fontes ao longo dos últimos anos. Atualmente, as fontes contribuem ativamente para o desenvolvimento e definição da notícia, em vez do simples apuramento da notícia como outrora. Esta visão também é partilhada por McNair (1998, citado por Schmitz, 2011a, p. 14-15) que considera que as fontes de informação desenvolvem “ações estratégicas”, de forma a preencher intencionalmente o espaço social, e de modo a estimular e preservar uma imagem positiva sua, ou da instituição representada, perante o público geral. Porém, e como vimos antes, não é incomum para os jornalistas de economia serem convidados pelas fontes para situações informais, como parte destas mesmas ações estratégicas. Schmitz (2011b, p. 71) escreve sobre este assunto, onde admite que os meios de comunicação, de forma geral, aceitam viagens pagas e oferecidas por figuras de autoridade de modo a fazer coberturas especiais, sendo que alguns órgãos informam o leitor destes gestos. É, naturalmente, uma questão sensível e uma passível de permitir uma maior convivência entre fonte e jornalista. Estas “mordomias” podem incluir desde almoços, jantares, viagens, brindes e outros, porém, Paulo Skaf, presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), considera que “nada impede que uma empresa ou entidade convidem jornalistas”, desde que sejam respeitados os princípios éticos e a mútua liberdade (citado por Schmitz, 2011b, p.72).

No que diz respeito ao jornalismo económico, situações como a descrita anteriormente representam um gesto comum por parte das fontes empresariais. Ao termos em consideração o carácter multinacional das companhias, bem como as crescentes privatizações e a forma como estas reúnem investimento estrangeiro, torna-se possível entender de que forma estes fatores contribuem facilmente para as ofertas feitas aos jornalistas. Ainda podemos considerar que estas condicionantes se articulam com bastante facilidade com a degradação económica dos meios de comunicação social desde a crise financeira de 2008. Esta crise veio a agravar as limitações económicas dos jornais, levando a condições precárias de trabalho que, por sua vez, condicionam a qualidade e autonomia jornalística. Também Monteiro (2014) vai ao encontro desta ideia ao defender que houve uma redução do pluralismo e da qualidade da informação graças à profissão do jornalista estar hoje marcada pelo subemprego, desemprego, salários baixos e fracas condições laborais.

Ao entendermos que o jornalismo especializado pode ser caracterizado pelo acompanhamento constante, metódico e organizado de uma área de atividade, parece-nos, então, que a chance de convivência entre fontes e jornalistas torna-se um risco necessário. Queremos dizer com isto que a devida abordagem de assuntos económicos nunca pode descurar uma articulação entre o conhecimento jornalístico e o da área em questão, pelo que verificamos que a convivência representa um risco nascido de uma necessidade informativa. Cascais (2001)

corroborar esta noção ao defender que a experiência profissional do jornalista, aliada ao conhecimento do setor, proporciona uma melhor capacidade de seleção da informação, bem como de alcance das fontes especializadas.

A qualidade do tratamento/acompanhamento jornalístico das áreas específicas implica a especialização do jornalista. Mas a especialização também envolve riscos profissionais, como os derivados de uma excessiva proximidade das fontes regulares de informação ou, especificamente na área financeira, o acesso a informação privilegiada (*inside trading*) (Cascais, 2001, p. 85)

Podemos, então, verificar que ao aliarmos a proximidade às fontes, necessária ao bom exercício do jornalismo económico, com as condições precárias que caracterizam o jornalismo na sua generalidade, encontramos um jornalismo limitado no que toca à diversidade de abordagens. Também Monteiro (2014, p. 1369) defende, neste sentido, que o campo mediático, de momento, não procura questionar ou criticar as figuras de poder. O resultado desta prática é um papel uniformizador do jornalismo, ou aliado ao *status quo*. Monteiro faz a crítica de que o jornalismo assume e reproduz o discurso, neste caso, do poder ou dos grupos com ligações ao Estado, levando a um reforço dos interesses destes órgãos na opinião pública. Porém, embora se fale, neste caso, de poder enquanto figuras de autoridade vinculadas ao Estado, o mesmo pode ser transposto para outras fontes com uma reputação e autoridade já estabelecida na sociedade. Sendo o nível de respeitabilidade e posição hierárquica alguns dos fatores pelos quais os jornalistas selecionam as suas fontes, então segue-se que qualquer autoridade já reconhecida ou de reputação já estabelecida e integrada no *status quo* social irá, na maior parte dos casos, ter uma maior facilidade em veicular as suas ideias pelos média. Isto significa que, no caso do jornalismo económico, esta manutenção do *status quo* pode ir de encontro a fontes de outra natureza, desde que já estabelecidas na sociedade e detentoras de autoridade na sua área. Regressando agora a Monteiro, a autora afirma que os jornalistas, por seu lado, defendem que existe um fraco nível de exigência na informação por parte do público. Neste sentido, a autora defende que a carência de pluralismo, qualidade e vigília da deontologia no jornalismo são uma reação dos jornalistas a esta mesma falta de exigência do público (Monteiro, 2014, p. 1369).

À luz das ideias expressas até ao momento, torna-se necessário relacionar conceitos. Quando falamos de jornalismo económico, conforme temos visto, falamos de um tipo de

jornalismo altamente especializado e técnico o que, só por si, irá atrair um nicho do público. Acontece que, na atual situação precária em governo do jornalismo português, existe um interesse em chegar ao máximo de públicos possível, sempre através de uma lógica de produção máxima de conteúdos pelo menor investimento possível. O resultante desta lógica é justamente a degradação da qualidade jornalística por meio da uniformização dos conteúdos mediáticos, conforme defendido por Felisbela Lopes.

Em contextos em que o lucro é o que mais ordena, os processos sociais, políticos, económicos podem ser facilmente subalternizados face a lógicas de poupança que frequentemente colocam o jornalista a tratar do que acontece a partir da redação, usando textos/imagens de agências noticiosas que depois originam os mesmos discursos jornalísticos em vários meios (Lopes, 2016, p. 75).

A autora acrescenta que esta uniformização também tem como origem as próprias agências de comunicação. Mantendo sempre uma política de economia de custos imposta aos jornalistas, estes são alvo de uma inundação de pedidos de cobertura de eventos, ou mesmo conteúdos pseudojornalísticos por parte de agências de comunicação. O resultado destas estratégias, aliada à precariedade, segundo Lopes, traduz-se na ascensão a notícia de conteúdos pseudojornalísticos, por vezes sem o devido confronto de fontes, verificação de dados ou avaliação da relevância do assunto (Lopes, 2016, p. 75). Este fenómeno é tão ou mais válido no jornalismo económico, visto que falamos de um tipo de jornalismo em contacto frequente com fontes organizadas. Como tal, os jornalistas de economia estão expostos a constantes comunicados de imprensa, conferências, entre outras formas de comunicação direcionada aos *media*. Neste mesmo aspeto, Tiago Mata (2015), da *University College London* e em palestra sobre o jornalismo e a economia no ISCTE, tece um comentário no qual defende haver, em Portugal, um jornalismo voltado para os negócios (à semelhança do *business journalism* norte-americano), em detrimento do jornalismo financeiro (ou *financial journalism* nos EUA). À luz deste comentário, Mata evidencia um dos principais atores/fontes no jornalismo económico português, bem como o principal foco do conteúdo deste tipo de jornalismo. Por sua vez, Lopes explica como em teoria, as técnicas de pressão das fontes não se poderiam aplicar às redações, visto estas estarem a salvo de práticas de gestão de *marketing*. Contudo, a autora nota que, nesta

lógica circular de procura de novos públicos e geração de lucros, existe uma preocupação com os anunciantes dos *media*, a sua principal fonte de receita:

Na prática, há elegantes processos de contaminação para fazer entrar os jornalistas nesta captação de receitas, envolvendo-os, por exemplo, em conferências promovidas pela empresa a que pertencem e que se tornam exaustivamente notícia aí. No entanto, os processos poderão ser ainda mais subtis, não havendo nada pior (mas também mais eficaz) do que a percepção que os jornalistas podem ter da importância de certos anunciantes para a sobrevivência do projeto editorial que os emprega (Lopes, 2016, p. 74).

Neste sentido, Lopes adverte para a dificuldade da existência de jornalismo investigativo que comprometa o principal órgão financiador de um meio de comunicação social. Sendo que a publicidade, e quaisquer fontes de receita, são neste momento essenciais à sobrevivência do jornalismo, torna-se evidente como a secção de Economia está vulnerável tendo em conta a crescente concentração dos *media* e o foco da comunicação estratégica sob esta editoria. A multiplicidade de meios de comunicação não estimula o pluralismo de informação nem de fontes quando todos se encontram submetidos aos mesmos grupos económicos. Também Puliti (2009, citado por Souza e Neto, 2019, p. 22) vai de encontro com esta premissa ao defender que os agentes do mercado financeiro se aproveitam do espaço dos *media*, de modo a influenciar a agenda política e económica. A autora justifica com o facto destas fontes terem adquirido um estatuto de credibilidade com base nas ciências exatas, projeções, e aparente neutralidade face a temas económicos. Também podemos justificar esta parcialidade por meio de Kucinski (1996, 2000, citado por Souza e Neto, 2019, p. 22), onde o autor defende que o jornalismo económico demonstra ser “displicente”, ou negligente, face a questões como a fome, desemprego ou desigualdades mundiais. O autor justifica esta tomada de posição ao argumentar que os ciclos de expansão são sobrevividos, ao passo que as crises subestimadas, ideia também defendida por Garrido (2005). Porém, Kucinski vai mais longe na sua crítica ao acusar os jornalistas de economia de sofrerem de pouca autonomia ideológica em relação às elites proprietárias, controladoras da narrativa nos temas da agenda político-económica. Como tal, o autor sustém que o jornalismo económico pode ser trabalhado como

uma especialização com pouca, ou relativa, autonomia, e sendo esta orientada por uma estrutura interna.

Também por meio de Kucinski, Lene (2006) expõe como o foco do jornalismo económico, apesar de relatado enquanto uma sucessão de factos singulares é, na verdade, uma parte de um processo maior. Como tal, estes processos urgem ser analisados à luz de processos, teorias, leis ou relações por vezes opostas porém, isso nem sempre se verifica face a predominância de uma ideologia. Lene (2006, p. 216) referencia como a predominância de uma ideologia no jornalismo económico advém, normalmente, dos modelos ideológicos dominantes, ou os padrões das elites dominantes num dado período. Neste sentido, Kucinski explica que os padrões ideológicos do jornalismo são moldados, em grande medida, pelos maiores jornais do mundo ocidental como o *New York Times*, *Washington Post*, *Le Monde*, *The Guardian*, *Financial Times*, *The Wall Street Journal*, bem como as revistas *Time* e *The Economist* (2000, citado por Lene, 2006, p. 216). Lene (2006), por sua vez, salienta a importância da revista *The Economist* enquanto detentora da posição-chave no que respeita à geração primária de ideologia para o jornalismo económico, uma posição editorial assumida pelo meio em questão visto ser a revista transfronteiriça de referência na comunidade internacional de empresários. A autora aprofunda como a ideologia transmitida assenta, primariamente, na defesa da empresa livre no campo económico, e da democracia liberal no campo político. Desta forma, será expectável antecipar, até certo ponto, a disseminação destes valores no jornalismo económico ocidental e, subsequentemente, Portugal. Isto vai de encontro com a noção de mercado livre e os valores neoliberalistas prevalentes desde a queda da União Soviética.

Em função das ideias de Kucinski, podemos então perceber o foco do jornalismo económico no dinheiro enquanto sujeito da notícia, em detrimento do foco humano que geralmente caracteriza o jornalismo generalista. De forma complementar, o contributo de Kucinski permite ainda perceber a relutância em aprofundar questões económicas, ou divulgar informação negativa quanto ao desempenho da economia. A difusão ideológica no ocidente, aliada ao receio das fontes em projetar uma imagem negativa que prejudique o seu negócio/objetivo, em junção às dificuldades do jornalismo português, justificam o tratamento preferencial dado às fontes organizadas em Economia. No que toca à desumanização do ângulo de abordagem, ou cobertura desigual dos atores nas notícias económicas, esta é uma premissa também suportada por Cunha (2013). A autora defende que ao analisarmos a cobertura de uma crise económica, podemos confirmar uma predisposição para o destaque de alguns agentes sociais em detrimento de outros, bem como o sublinhar de dados estatísticos, e falta de cobertura de medidas práticas com potencial de resolução da crise. Por meio de Couldry (2010, citado por Cunha, 2013, p. 28), a autora explica como os *media* convencionais têm amplificado

as vozes das elites por meio do uso de líderes de opinião e políticos com ligações ao sistema dominante. Em seguimento desta linha de pensamento, Cunha afirma que é atribuído um papel de menor relevância aos cidadãos, tomando contornos duma voz passiva ou reativa, e geralmente identificados enquanto trabalhadores, funcionários públicos, aposentados, contribuintes, entre outros. No mesmo sentido, os sindicatos também detêm uma voz passiva ou reativa, sendo identificados como manifestantes, desordeiros ou indignados (Cunha, 2013, p. 27). Desta forma, todas as condicionantes mencionadas que definem e limitam o jornalismo, servem um objetivo contraproducente ao mesmo. Desta forma, limita-se o poder do jornalismo em contribuir para um serviço público, passando a ser um mero eco do poder dominante. Neste sentido, Monteiro defende que o autoritarismo se assume enquanto pensamento único, interligando-se à normalização de um agregado de forças económicas como se representassem o interesse universal do setor (2014, p. 1368).

3.2 Perceções dos Jornalistas

Após fazermos uma breve análise das fontes no jornalismo económico, e antes de entrarmos no produto principal da nossa investigação, é de salientar que este estudo realizou um inquérito por questionário aos jornalistas de economia portugueses quanto às suas perceções face às fontes. O objetivo prendeu-se na complementação de dados que, através da análise de conteúdo, não puderam ser recolhidos (como será à frente explicitado). Como tal, foi elaborado um questionário por meio do *Google Forms* (ver Anexo I) e, em seguida, este foi enviado via email para 107 jornalistas de economia ou de áreas específicas dentro do campo da economia (Negócios, mercados, entre outros), bem como 14 contactos gerais relacionados ora com a redação de um órgão, ora com a secção de uma redação. Os órgãos abrangidos dizem respeito às seguintes publicações: Sábado, Jornal de Negócios, Jornal Económico, Jornal de Notícias, Dinheiro Vivo, Diário de Notícias, Público, ECO, Jornal T, Lusa – Agência de Notícias de Portugal, Correio da Manhã, Sol, Forbes Portugal, Visão – Exame, Revista Risco, PME Magazine, Revista Briefing, Revista Marketeer, Revista Human Resources, Publituris, Store Magazine e Revista Fruta Legumes e Flores. Para cada meio de comunicação social foi garantido que o meio dispunha de um estatuto editorial e ficha técnica concordante com os princípios éticos e deontológicos do jornalismo. Apesar do objetivo a que este questionário se propõe, os resultados não podem ser considerados representativos visto que a taxa de resposta dos jornalistas situou-se nos 14% (17 respostas), mesmo após alguma insistência no envio de emails. Como tal, a análise a que vamos proceder deve ser interpretada como um mero ponto

de partida para futuras investigações, ou indicação da possibilidade de existência de uma tendência ainda não investigada.

Este questionário pretendeu, à luz da bibliografia de Aldo Schmitz (2011a), complementar alguns dos dados não possíveis de recolher através da análise de conteúdo como o tipo de fonte mais usado pelos jornalistas quanto à ação (proativa, ativa, passiva e reativa) e qualificação (confiável, fidedigna, duvidosa) com base na perceção dos próprios jornalistas. Outras perguntas foram criadas de raiz de modo a explorar melhor a forma como os jornalistas vêm as fontes, sendo que se procurou saber quais as fontes com as quais interagem mais, quais as que confiam mais, o número de fontes usadas por peça, entre outras. Para a metodologia foram utilizadas perguntas de resposta curta, escolha múltipla, e a escala de Likert de modo a avaliar o nível de concordância com uma seleção de frases. Neste sentido começamos, então, por definir a composição demográfica da nossa amostra: jornalistas com idades compreendidas entre os 25 e os 58 anos, sendo a média 38 anos, com experiência profissional, enquanto jornalistas, compreendida entre os 4 e os 33 anos (sendo a média 16 anos). No que respeita ao sexo, 41,2% dos inquiridos identificaram-se como sendo do sexo feminino contra 52,9% do sexo masculino, e 5,9% que optou por não divulgar. As respostas ao questionário foram recolhidas no período entre 17/05/2021 e 31/05/2021, e obteve-se resposta de jornalistas dos seguintes meios de comunicação social: Diário de Notícias, ECO, Exame, Jornal Económico, Jornal de Negócios, Jornal de Notícias, Público e Sol.

3.3 Análise de Resultados

Feito o esboço demográfico da nossa amostra referente ao inquérito, prosseguimos assim para a análise de resultados a começar pela média de fontes usada por notícia:

Em média, quantas fontes consulta para elaborar uma peça?

17 respostas

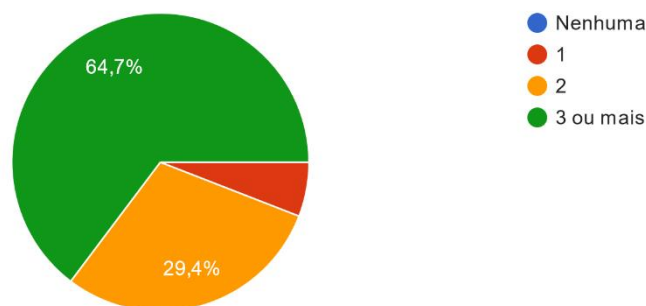


Figura 2. Média de Fontes por Peça

No que respeita à quantidade de fontes usadas por peça, uma maioria dos inquiridos (64,7%) revelou usar “3 ou mais” fontes de informação, contra 29,4% dos que admitiram usar duas fontes. No que toca ao uso de uma única fonte por peça, 5,9% dos inquiridos escolheram esta opção. Estes dados revelam uma tendência dos jornalistas inquiridos em não se limitarem exclusivamente a uma fonte, complementando/cruzando com informação adicional de outras origens, e demonstrando uma preocupação pelo seguimento de boas práticas jornalísticas.

Qual a origem das fontes com as quais interage mais? 17 Respostas

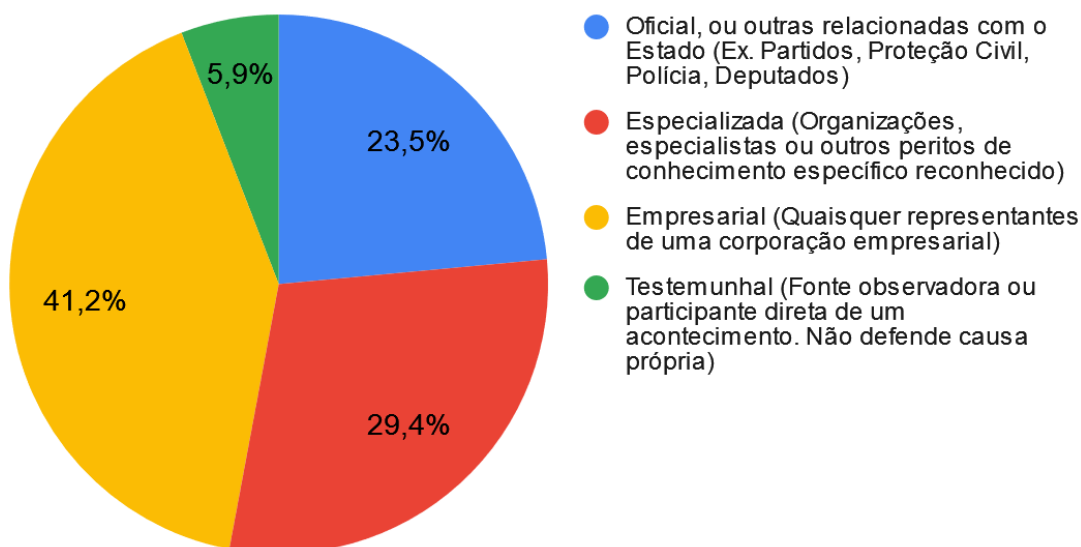


Figura 3. Origem das Fontes

Com a figura 3 podemos verificar que 41,2% dos inquiridos referiu interagir mais com fontes Empresariais. Já em segundo lugar, podemos encontrar com 29,4% das respostas a categoria de fontes Especializadas, seguida de fontes Oficiais com 23,5%. Em último lugar encontramos a fonte Testemunhal com 5,9%, sendo que as fontes de Referência, Individual e Institucional não registaram resultados. Estes valores apontam para uma predominância das fontes empresariais no grupo de fontes do jornalista, o que vai de encontro com as observações de autores como Martins (2007). Também podemos verificar uma tendência favorável às fontes organizadas em detrimento das vozes individuais de cidadãos comuns, conforme verificado por Cunha (2013).

Como qualifica o nível de confiança das fontes com as quais interage mais?

17 Respostas

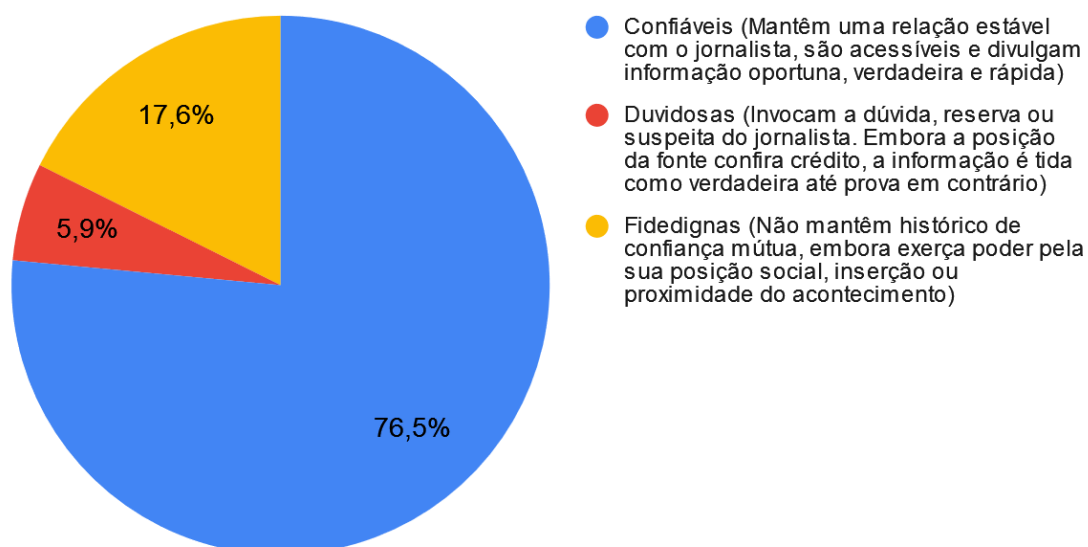


Figura 4. Grau de Qualificação das Fontes

Uma grande maioria das respostas dos inquiridos, situada nos 76,5%, apontam para o grau de Confiável quanto à classificação das suas fontes predominantes. Já as fontes Fidedignas correspondem a 17,6% das respostas enquanto Duvidosas regista 5,9%. A categoria fonte Falsa não registou entradas o que revela uma aversão dos jornalistas em usar fontes cuja veracidade é posta em causa. Embora a fonte Duvidosa suscite a apreensão do jornalista, a sua posição hierárquica confere crédito à informação divulgada, desta forma distinguindo-se da fonte Falsa.

Qual o tipo de fonte em quem mais confia? 17 Respostas

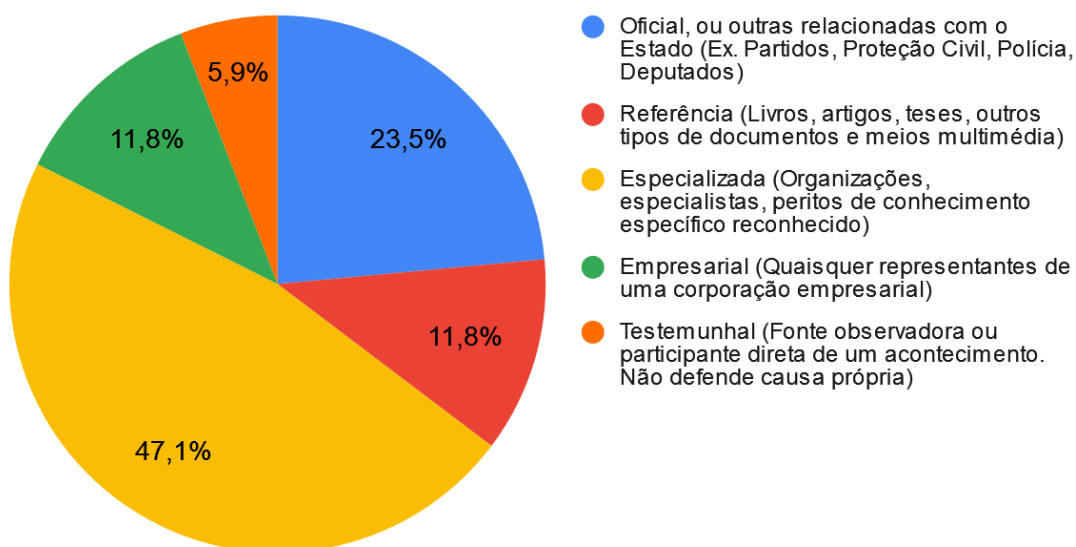


Figura 5. Fontes de Maior Confiança para os Jornalistas

No que respeita as fontes indicadas como as de maior confiança pelos jornalistas, foi registada uma preferência pelas fontes Especializadas por 47,1% dos inquiridos, seguido das fontes Oficiais com 23,5%. Com 11,8% cada uma, encontramos as fontes Empresariais e de Referência, sendo que a Testemunhal corresponde a 5,9% das respostas. Estes dados mostram um maior nível de confiança nas fontes Especializadas, o que pode ser justificado pela sua posição, geralmente, neutra ou independente, e altamente conhecedora da sua área.

Em média, as fontes com as quais interage agem de forma:
17 Respostas

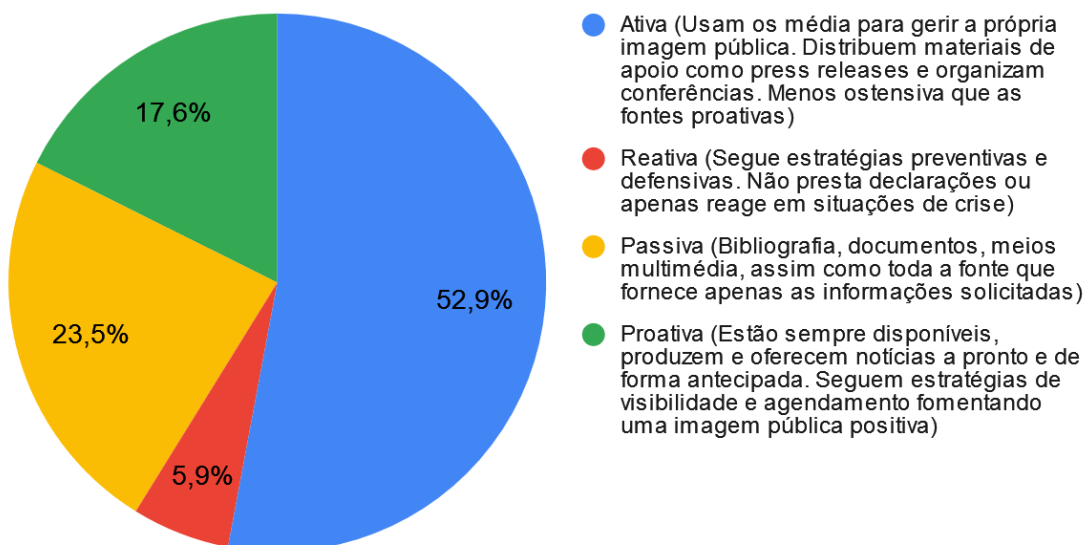


Figura 6. Classificação das Fontes quanto à Ação

Mais de metade dos jornalistas, ou 52,9% dos mesmos, identificaram as fontes Ativas como as mais predominantes dentro da sua área de atuação. Por outro lado, as fontes Passivas atingiram a segunda posição com 23,5% das respostas, e as Proativas ficam em terceiro com 17,6%. Por último encontramos as fontes Reativas com 5,9%. Estes dados apontam na direção duma predominância das fontes organizadas no jornalismo económico, especialmente por meio de conferências, *press releases*, e outras formas de comunicação direcionada para objetivos específicos. Embora a fonte Passiva se encontre em segundo lugar, a percentagem cumulativa das fontes Ativas e Proativas revela que os jornalistas inquiridos são mais propícios a ser alvo de estratégias intensas de comunicação estratégica.

Na sua opinião, qual o maior desafio do jornalismo económico?

17 respostas

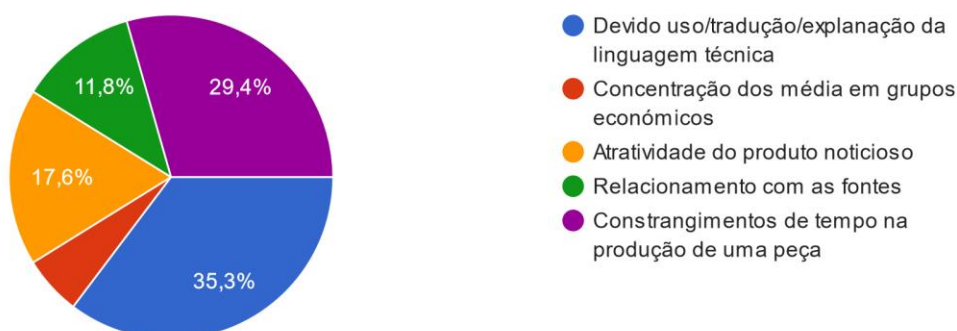


Figura 7. Desafios do Jornalismo Económico

Quando inquiridos sobre qual o maior desafio do jornalismo económico, na sua opinião, 35,3% dos jornalistas revelou preocupações com questões linguísticas como o correto uso dos termos técnicos, a sua tradução, ou clarificação para o leitor. Já 29,4% demonstrou preocupação com os constrangimentos de tempo na produção noticiosa, enquanto 17,6% apontou a própria atratividade da notícia de Economia como o maior obstáculo. Por outro lado, 11,8% dos inquiridos apontou como maior desafio o relacionamento com as fontes, face a 5,9% que identificou a concentração dos média em grupos económicos. Estes dados não revelam um consenso entre os jornalistas quanto à maior dificuldade do jornalismo Económico. Os constrangimentos de tempo, apontados como o segundo maior desafio, são na verdade transversais a qualquer secção jornalística, pelo que se nota um reflexo das atuais condições laborais do jornalismo no país. Contudo, mais de um terço dos inquiridos mostrou preocupação face a questões técnicas da linguagem utilizada, revelando uma preocupação dos jornalistas em tornar o seu trabalho acessível e de qualidade.

Responda às seguintes questões indicando o seu grau de concordância com as mesmas.

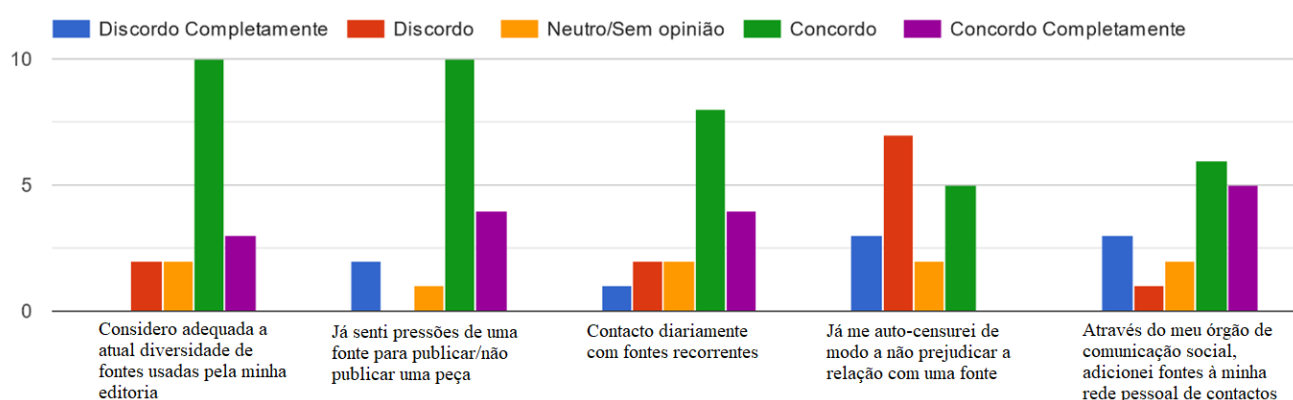


Figura 8. Escala de Likert

A figura 8 diz respeito aos resultados agrupados de um conjunto de cinco questões (ver anexo I), nas quais os jornalistas indicaram o seu grau de concordância com as mesmas dentro das opções: Discordo Completamente, Discordo, Neutro/Sem Opinião, Concordo e Concordo Completamente. Por ordem da esquerda para a direita, o primeiro grupo diz respeito à questão “Considero adequada a atual diversidade de fontes usadas pela minha editoria”, na qual 2 inquiridos Discordaram, 2 manifestaram-se Neutros, 10 Concordaram e 3 Concordaram por completo. O segundo grupo, por sua vez, refere-se à questão “Já senti pressões de uma fonte

para publicar/não publicar uma peça”, onde 2 inquiridos Discordaram por completo, 1 foi Neutro, 10 Concordaram e 4 Concordaram por completo. O terceiro grupo aborda a afirmação “Contacto diariamente com fontes recorrentes”, em que 1 inquirido Discordou por completo, 2 Discordaram, 2 mostraram-se Neutros, 8 Concordaram e 4 Concordaram por Completo. Encontramos no quarto grupo a declaração “Já me autocensurei de modo a não prejudicar a relação com uma fonte”, sobre a qual 3 jornalistas Discordaram por Completo, 7 Discordaram, 2 expressaram-se Neutros e 5 Concordaram. Por fim, o último grupo refere-se à frase “Através do meu órgão de comunicação social adicionei fontes à minha rede pessoal de contactos”, onde 3 inquiridos Discordaram por completo, 1 Discordou, 2 revelaram-se Neutros, 6 Concordaram e 5 Concordaram por Completo.

Os resultados permitem retirar alguns temas passíveis de ser explorados futuramente. Uma maioria dos inquiridos mostrou-se satisfeito com a atual diversidade de fontes utilizadas pela sua editoria, pelo que entendem existir uma diversidade representativa de vozes ouvidas em Economia no jornalismo português. Um número maior de jornalistas (14 no total) admitiu já ter sido pressionado por uma fonte para publicar, ou não publicar, uma peça. Estes dados, por sua vez, podem ser relacionados com a quantidade de jornalistas que interage diariamente com as mesmas fontes (12 inquiridos), deixando margem para futuras investigações quanto ao nível de convivência e pressão das fontes sobre os jornalistas. Porém, ainda que esta pressão aparente ser comum, é discutível, segundo os dados recolhidos, se realmente esta constrangimento é efetivo, pois 10 jornalistas revelaram nunca se terem autocensurado de modo a não prejudicar a relação com uma fonte. Por oposição, apenas metade admitiu realizar esta prática. Como última análise, 11 dos inquiridos demonstraram ter adicionado fontes à sua rede pessoal de contactos, face a 4 jornalistas em discórdia. Isto indica uma tendência para os jornalistas estabelecerem relações de proximidade com as suas fontes, ação esta também incentivada pela regularidade com que ambos interagem.

Na sua generalidade, estes dados apontam na direção de uma comunidade de jornalistas conformada com a atual seleção de fontes escolhidas pelas suas editorias. Falamos de um grupo de jornalistas maioritariamente veterano, com vários anos ou décadas de experiência no seu campo. Descrevemos um grupo preocupado com o seu rigor jornalístico, especialmente com o uso correto da terminologia técnica de economia, e que procura complementar/cruzar a informação recebida com aquela de outras fontes. Os jornalistas inquiridos revelaram uma preocupação pelo cumprimento dos critérios éticos e deontológicos, nomeadamente: o uso de mais de uma fonte por peça; uma preocupação pelo devido uso da linguagem técnica inerente ao jornalismo económico; e uma recusa na cedência a pressões ou autocensura por parte dos jornalistas em função das fontes. Globalmente, os jornalistas inquiridos revelaram uma maior

interação com as fontes Empresariais, embora tenha ficado explícita uma preferência pelas fontes Especializadas. Estes profissionais confirmaram a natureza da maioria das suas fontes enquanto agentes Ativos e Proativos. Estes resultados demonstraram que os jornalistas estão bastante expostos a comunicação estratégica, ou sentem diretamente pressão por parte das fontes na publicação das suas peças. Em alguns casos, a pressão das fontes aparenta resultar numa autocensura, embora a maioria dos inquiridos tenha reconhecido não ceder a esta prática.

Tendo em conta o entendimento teórico feito nos capítulos anteriores quanto às fontes de economia, estes resultados apontam na direção duma relação harmoniosa entre fontes organizadas e jornalistas. Esta relação harmoniosa é desejada e benéfica para a produção de notícias, porém, levanta questões quanto à delimitação do que é uma relação harmoniosa e o que é convivência. Os indícios da regularidade de contacto entre jornalistas e as suas fontes recorrentes são elementos passíveis de facilitar a convivência entre os mesmos, ou por outro lado, a transposição das fontes para a rede de contactos pessoal do jornalista, conforme confirmado. Será, naturalmente, impossível avaliar esta dimensão com base nos dados recolhidos, contudo, um dos contributos mais ricos deste questionário consistiu na elaboração de recomendações para futuros trabalhos entre fontes e jornalistas.

Por outro lado, os jornalistas inquiridos também revelaram que, em média, as fontes com as quais interagem mais agem de forma ativa, isto é: agem criando canais de rotina e outro material de apoio à produção de notícias de modo a agilizar o trabalho jornalístico ao mesmo tempo que gerem a sua imagem pública e reputação (Schmitz, 2011a, p. 14). Neste sentido, parece haver indícios de uma predominância assumida das fontes organizadas no jornalismo económico, bem como um reconhecimento dos jornalistas deste facto. Sendo que Gans (1980, citado por Schmitz, 2011a, p. 14) entende que os jornalistas tendem à passividade, enquanto as fontes interessadas fazem o oposto, fica explícita uma área passível de futura investigação académica quanto à avaliação da convivência, ou nível de análise crítica, dos jornalistas para com as fontes. De forma complementar, também se verificou que a fonte especializada foi a fonte em quem os jornalistas inquiridos mostraram mais confiar. Considerando a definição de Schmitz (2011a) destes agentes enquanto fontes tendencialmente neutras e independentes, o resultado não foi completamente inesperado, visto serem essas algumas das características mais valorizadas pelos jornalistas numa fonte.

Por fim, a figura 8 revelou-se uma das grelhas mais curiosas do nosso questionário. Os resultados à primeira declaração, “Considero adequada a atual diversidade de fontes usadas pela minha editoria”, revelaram uma concordância maioritária com a frase por parte dos jornalistas inquiridos com 13 respostas positivas. Face a este resultado será seguro assumir que a amostra deste questionário se mostrou conformada, de modo geral, com a atual diversidade de fontes.

Quanto à segunda questão, “Já senti pressões de uma fonte para publicar/não publicar uma peça”, esta também revelou um grande nível de concordância dos jornalistas, porém, a quarta frase, “Já me autocensurei de modo a não prejudicar a relação com uma fonte”, revelou uma repudia geral desta prática. É de salientar que estes resultados apontam na direção de uma forte pressão por parte das fontes sobre os jornalistas, porém não apontam para uma maior cedência dos jornalistas face a estas pressões. Ainda assim, houve registo de 5 jornalistas a concordar com esta declaração o que, embora sendo um número reduzido, comparando às respostas negativas (10), correspondeu a metade desse valor. Neste sentido, avança-se a sugestão de uma futura investigação ao nível de avaliar a autocensura dos jornalistas em função das fontes. De igual modo, a terceira e quinta questão da figura 8, “Contacto diariamente com fontes recorrentes” e “Através do meu órgão de comunicação social adicionei fontes à minha rede pessoal de contactos”, respetivamente, indicaram condições propícias à convivência entre fontes e jornalistas. Embora o tema já tenha sido sugerido para futura investigação, estas questões vêm reafirmar as condições favoráveis a esta prática, pelo que fica no ar a questão de quais as condições que mais contribuem à sua ocorrência, e qual o seu impacto na produção noticiosa.

Capítulo 4: Análise Empírica

4.1 Hipóteses e Problemáticas

Ao longo dos capítulos até aqui expostos, fazemos uso dos conceitos de campo de notícias de Santos (1997), das teorias de análise de Traquina (2007), e de conceitos clássicos já bem conhecidos no campo do jornalismo como a noção de notícia enquanto construção social da realidade de Berger e Luckman, aprofundada por Tuchman, campo estruturado de Schlesinger, e agendamento de McCombs e Shaw. De igual modo, procuramos também delinear um esboço que retrate a realidade do jornalismo económico, e de especialidade, em Portugal por meio de Martins (2007), Caldas (2003), Garrido (2005), Francisco (2006), entre outros autores. Por meio destes nomes foi pretendido estabelecer as bases necessárias à devida análise de uma investigação empírica, e subsequente contributo para o estudo das fontes de informação.

Neste sentido, lançamos a seguinte pergunta de investigação: O jornalismo económico português demonstra pluralismo nas suas fontes de informação? Damos início à nossa investigação com base nesta questão, porém, não nos lançamos sem as nossas próprias hipóteses iniciais. Uma primeira hipótese espera encontrar um uso elevado de fontes oficiais e/ou empresariais, indiciando uma propensão à produção jornalística bastante concordante com o *status quo* atual. Já a segunda hipótese, espera verificar um pluralismo de fontes devidamente diversificadas, resultando em notícias refletoras de um leque variado de opiniões. Por outro lado, uma possível terceira hipótese antecipa encontrar um pluralismo moderado, com o potencial para se diversificar ainda mais, mas subjugado a uma rotina de produção jornalística já enraizada. É importante sublinhar o caráter meramente conjectural dos cenários aqui avançados, ainda que exista uma quantidade considerável de bibliografia a apontar na direção de algumas hipóteses em particular, conforme verificado no enquadramento teórico.

Também não seríamos honestos se não admitíssemos ser expectável algumas clivagens entre os resultados comparados dos dois meios de comunicação social. Dada a posição da agência Lusa enquanto a única agência noticiosa do país, o seu papel enquanto *gatekeeper* e, subsequente, influência na agenda jornalística, avançamos uma quarta hipótese na qual esperamos encontrar um número superior de fontes oficiais nas peças da agência, em comparação às do Público. Esta hipótese deve-se à noção de que a Agência Lusa tem uma posição privilegiada no que toca ao acesso a fontes oficiais, e que estas mesmas fontes fazem uso do alcance da agência de modo a veicular informações da forma mais efetiva possível. Caso

o nosso estudo fizesse uma avaliação qualitativa do conteúdo das peças, certamente seria espectável uma grande quantidade de diferenças na escrita entre ambas as organizações. Sendo o objeto de estudo as fontes de informação utilizadas no jornalismo económico, podemos esperar um levantamento de dados válidos para efeitos de comparação. O objetivo desta investigação, em síntese, pretende averiguar o perfil das fontes utilizadas no jornalismo económico de ambas as organizações, e verificar se existem diferenças significativas entre as fontes selecionadas pelos meios generalistas e as agências noticiosas.

Apesar de serem antecipados certos resultados desta investigação, reconhecemos que a área teórica das fontes de informação é relativamente recente na história do jornalismo, pelo que se procurou anular qualquer tipo de enviesamento *à priori*. Desta forma, torna-se possível o levantamento de dados não tendenciosos, quanto possível, e assim libertar espaço de manobra para descobertas ou conclusões que possam ser inesperadas. Por fim, e como nem só de hipóteses vive uma investigação, partimos sem mais demoras para os detalhes técnicos.

4.2 Metodologia

Tendo em consideração a pergunta de investigação, procurou-se registar e analisar quais as fontes de informação mais utilizadas no jornalismo económico português. Os contornos iniciais da investigação, conforme mencionado, foram substancialmente alterados de modo a colmatar as dificuldades inerentes à pandemia Covid-19. Inicialmente, a investigação pretendia ser uma observação participante com registo diário em caderno de campo das fontes utilizadas em Economia pela Agência Lusa. De forma complementar, tencionava-se traçar um perfil de quais as fontes preferidas dos jornalistas, bem como aprofundar o entendimento que se tem dos desafios da relação entre os dois por meio de testemunhos e entrevistas dados pelos próprios jornalistas. Este plano inicial teve de ser fundamentalmente reestruturado no momento em que o estágio viu a sua data de término antecipada pela pandemia. Como tal, e de forma a alterar o mínimo possível o ângulo de abordagem da investigação, optou-se por realizar uma análise de conteúdo dos produtos jornalísticos da agência Lusa e do jornal Público *online*. O motivo pelo qual foi selecionado o Público *online* no lugar da sua versão impressa, prende-se com a necessidade de comparar dois meios cujas notícias são, até certo ponto, de acesso aberto (conforme iremos aprofundar adiante). Porém, e segundo os resultados de Mendes (2019), o grosso da informação publicada pelo Público vai para o seu meio *online*, em vez do jornal impresso. Durante o período de análise desta autora, a mesma verificou que, dos 41 artigos publicados no jornal impresso, apenas 2 não constavam no *online*. Por oposição, dos 55 artigos publicados no Público *online*, 16 não constaram na versão impressa do jornal (Mendes, 2019,

p. 67). Adicionalmente, estando os números nacionais de tiragem a registar uma descida gradual na sua generalidade, e o número de assinaturas *online* a verificar a tendência oposta, parece-nos relevante o foco, cada vez maior, no *online* em detrimento do jornalismo impresso.

Para este fim foi tirada uma amostra de notícias equivalente, sensivelmente, a um mês de produção para ambos os órgãos de comunicação social. O período temporal da amostra foi fortemente influenciado pelo período inicial de estágio na Agência Lusa pelo que, desta forma, o mês sob análise diz respeito ao período entre 10 de fevereiro e 11 de março de 2020. Foram selecionadas 110 peças noticiosas de cada meio de comunicação social sendo que, no caso da Lusa, isto corresponde a cinco notícias diárias recolhidas aquando do estágio. Salientamos que ao dizermos cinco peças diárias estamos, na verdade, a referenciar cinco peças selecionadas aleatoriamente com base nos dias de trabalho nesta agência noticiosa. Isto significa que em dias de folga ou feriado não foram recolhidas peças para a amostra, visto que estas eram retiradas diretamente da linha da Lusa no próprio local de trabalho. Sendo assim, a amostra da agência noticiosa exclui notícias publicadas durante o fim de semana e feriados, como foi o caso da terça-feira de Carnaval no dia 25/02/2020. Além destas exclusões, foram também retiradas da amostra da Lusa as “breves” de economia, ou seja, um tipo específico de peça onde é feita como que uma compilação do conteúdo de diversos comunicados recebidos, por meio de diversos *leads* ou outras informações pertinentes adicionais. Sendo que as notícias breves representam um tipo de notícia não convencional, e sendo a sua própria existência um assunto controverso do ponto de vista ético do jornalista, conforme confidenciado em conversas informais com alguns jornalistas da Lusa aquando do estágio, optou-se, então, pela exclusão das mesmas da amostra.

De igual modo, a amostra de peças noticiosas do jornal Público prende-se a critérios semelhantes de forma a permitir uma comparação entre os dois grupos de dados. No caso deste jornal, a amostra diz respeito a uma média de cinco notícias diárias, ou 5,24 se considerarmos a média “real” arredondada a duas casas decimais. Precisamos de falar em média de notícias diárias no caso do Público pois de forma a termos um estudo comparativo válido, alguns tipos de peças noticiosas tiveram de ser excluídas da nossa amostra. Após o afastamento destas peças, verificámos que o jornal nem sempre perfazia um mínimo de cinco peças diárias, originais e válidas para o nosso estudo. Deste modo, houve dias onde só foi possível retirar menos de cinco notícias, ou nenhuma, pelo que esta tendência é depois colmatada com amostras aleatórias extra nos dias seguintes, até se chegar ao total de 110 peças.

Para efeitos de uma melhor comparação de resultados foram excluídas da amostra do Público os artigos de opinião, peças exclusivas para assinantes, artigos assinados enquanto Lusa, Reuters, ou qualquer outra instituição que não a redação do jornal e, também, artigos

assinados em coautoria pelo próprio jornal e outras instituições (Ex. Público e Lusa, ou Público e Reuters). Neste último caso optou-se por excluir estes artigos da amostra pois torna-se impossível avaliar a devida extensão e dimensão da autoria de qualquer uma das partes na peça em questão e, desta forma, retirar conclusões fidedignas. Também se optou por excluir os artigos exclusivos a assinantes do *online* do Público pois entendeu-se que, sendo as notícias da Agência Lusa redistribuídas largamente de modo aberto, até de forma integral, pelos mais variados meios de comunicação social (por vezes sem os devidos créditos), então faria sentido comparar estes produtos com outros de acesso igualmente “livre”. Entendemos perfeitamente que as peças de ambos os meios de comunicação social não são, tecnicamente, 100% *open access*. No caso do Público o leitor está limitado a sensivelmente 2-3 peças gratuitas por dia (dentro das não sinalizadas enquanto exclusivas), ao passo que o conteúdo da Lusa é vendido primariamente a outros meios de comunicação social. Acontece que, na prática, alguns órgãos de comunicação social, como o Público, tornam de acesso livre todo o conteúdo assinado enquanto Lusa, ou este é publicado na íntegra através de agências de *clipping*, da mesma forma que o conteúdo do Público também é parcialmente aberto a qualquer pessoa.

A escolha destes órgãos de comunicação social em específico, e não outros, prende-se no aproveitamento dos dados, até então, recolhidos durante o estágio na Agência Lusa. Sendo esta agência o nosso objeto de estudo inicial, e tendo sido realizado algum trabalho de campo até à interrupção do estágio, naturalmente pretendeu-se não abdicar dos dados já recolhidos. Neste sentido, a escolha do jornal Público prende-se largamente ao facto de este ser considerado um dos jornais de referência no país, à semelhança da posição de prestígio detida pela agência Lusa, ainda que ambos sigam regras de estilo na escrita bastante diferentes. Contudo, as semelhanças na organização das redações de ambos os meios de comunicação social também nos pareceu relevante. Ambas as organizações são, essencialmente, órgãos generalistas com uma secção dedicada a assuntos económicos composta por jornalistas de formação académica e/ou profissional mista. Isto significa que estes profissionais possuem um nível de especialização em assuntos económicos variável entre si, sendo uns licenciados ou veteranos da editoria de Economia, e outros sem qualquer tipo de formação académica especializada nesta área.

De forma a efetivamente avaliar as fontes de informação usadas no jornalismo económico, elaboramos e adaptamos uma grelha de análise conforme a contribuição para a teoria das fontes de Aldo Schmitz (2011a). Este autor, procura dar continuidade à proposta de iniciação da teoria das fontes de Chaparro (2009), por meio de uma matriz refletora das mais variadas investigações empíricas das fontes de informação. O autor começa por fazer uma reflexão sobre os diferentes critérios utilizados para a classificação das fontes ao longo do

tempo pelos investigadores do jornalismo e, em concordância com Pinto (2000), Schmitz afirma que as fontes não podem ser uma coisa ou outra, e que estas detêm uma “identidade complexa” (Schmitz, 2011a, p. 4). Neste sentido, o autor estabelece uma síntese das classificações mais utilizadas:

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária e secundária (Pinto, 2000; Lage, 2001)	Oficial (Gierber e Jonhson, 1961)	Ativa e passiva (Gans,1980).	Explicitada ou confidencial (Pinto, 2000).	Confiável e duvidosa (Gans, 1980).
	Oficial e não governamental (Sigal, 1973).	Ativa, passiva, proativa e reativa (McNair,1998).		Confiável (Lage, 2001).
	Oficial e oficiosa, institucional e pessoal (Gans,1980).	Ativa ou passiva, proativa ou reativa (Pinto, 2000).		Fidedigna e duvidosa (Charaudeau, 2009).
	Pessoal ou documental, pública ou privada (Pinto, 2000).	Informal e aliada (Chaparro, 2009)		
	Oficial, oficiosa e independente; testemunha e expert (Lage, 2001).			
	Organizada, aferição, referência e bibliográfica (Chaparro, 2009).			

Figura 9. Classificação das Fontes
Fonte: Schmitz (2011a, p. 6)

É possível encontrar outros indicadores, por meio de outros autores, a adicionar a esta tabela, porém nem todas as classificações são igualmente relevantes quando comparadas entre si. O quadro seguinte, também de Schmitz, procura estabelecer uma grelha de análise que permita a interatividade de critérios, de modo que um termo não exclua automaticamente outro tipo de classificação quanto à sua natureza.

Categoria	Grupo	Ação	Crédito	Qualificação
Primária	Oficial	Proativa	Identificada	Confiável
Secundária	Empresarial	Ativa	Sigilosa	Fidedigna
	Institucional	Passiva		Duvidosa
	Individual	Reativa		
	Testemunhal			
	Especializada			
	Referência			

Figura 10. Matriz da Tipificação das Fontes de Notícias
Fonte: Schmitz (2011a, p. 7)

É com base no quadro da figura 10 que partimos para a nossa análise de conteúdo, embora não tenha sido possível aplicar de forma integral todas as categorias de Schmitz. Não estando em interação direta com os jornalistas ou as fontes das peças sob análise, torna-se impossível avaliar categorias como a Ação ou Qualificação das fontes sem partir do campo perigoso das percepções do próprio investigador. Efetivamente, algumas peças poderiam ser identificadas quanto a uma posição passiva ou reativa da fonte, porém isto não seria mais que o avançar de uma premissa assente na falta de dados concretos e fidedignos. Neste sentido, os fatores considerados para a nossa grelha de análise foram Categoria (Primária, Secundária), Grupo (de Oficial a Referência), e Crédito. Nesta última categoria, entendemos que a mera sinalização enquanto fonte identificada ou sigilosa é algo simplista, especialmente quando existem atribuições mais detalhadas. Em função disto, para a categoria de Crédito, usamos a escala presente na classificação do Grau de Confidencialidade das Fontes de Ribeiro (2009), e definida por Melvin Mencher: “*on the record* (atribuição directa, para publicação), *off the record* (confidência total), *on background/not for attribution* (atribuição com reserva) e *on deep background* (atribuição com reserva total) (Mencher 1991, citado por Ribeiro, 2009, p. 236). Adicionalmente, sendo que o *off the record* pressupõe total confidencia tanto da fonte como da informação por esta divulgada, como tal, nunca será possível identificar esta atribuição numa situação onde ela seja bem aplicada. Deste modo, a atribuição *off the record* não foi utilizada na nossa grelha de análise.

Adicionalmente, entenda-se como *off the record* quando a fonte expressa que a informação por ela divulgada não pode ser utilizada de forma alguma. Por sua vez, com *deep background* entendemos quando a informação pode ser utilizada pelo jornalista, embora sem a identificação da fonte. Nestes casos a informação é avançada por autoridade do jornalista e segue expressões como “O Público apurou”, ou “O Expresso sabe”, entre outras semelhantes. Já no caso da atribuição *on background*, entenda-se uma informação passível de ser citada pelo jornalista, ainda que não identificando a fonte diretamente pelo nome, mas sim, geralmente, pelo seu cargo profissional. Por fim, com informação *on record*, referimo-nos a informação

sobre a qual a fonte deu a sua permissão para ser utilizada e atribuída a si (Mencher 1991, citado por Ribeiro, 2009, p. 236).

No que respeita a Categoria, enquanto fonte Primária ou Secundária, não nos referimos à definição avançada por Hall *et al.* (1978) enquanto definidores primários (fontes) e secundários (jornalistas). Entendemos como fonte primária, e segundo Lage (2001, citado por Schmitz, 2011a, p. 8) como aquela que divulga diretamente dados enquanto fonte próxima, ou na origem da informação. Já a fonte Secundária diz respeito a aquela que trata a informação fornecida por uma fonte primária. Este tratamento pode envolver a análise, interpretação, comentário, contextualização, ou qualquer tipo de complemento à notícia original, sendo indireto o envolvimento da fonte Secundária. Por outro lado, no campo do Grupo representado por uma fonte, encontramos as seguintes atribuições: a) Oficial - fonte que se manifesta pelas instituições do Estado, ou outras agregadas, e exerce ou detém cargo público. Estas fontes podem ser representadas por companhias públicas e salvaguardam os “poderes constituídos (executivo, legislativo e judiciário)”; b) Empresarial – representante de uma corporação empresarial em determinada área de negócio. Estas fontes são marcadas por objetivos comerciais e preservação da sua imagem pública; c) Institucional – Fontes “independentes” e representantes de organizações sem fins lucrativos, ONG’s ou outros grupos sociais. Esta fonte usa os *media* para avançar causas sociais ou políticas, e é geralmente considerada espontânea e independente de interesses, ainda que Lage (2001, citado por Schmitz 2011a, p. 10) advirta contra a “fé cega naquilo que defende”; d) Individual – Fonte representante de si mesma e desvinculada de organizações ou grupos sociais. A este grupo podem pertencer cidadãos, artistas, políticos independentes, e outras personalidades; e) Testemunhal – Fonte que testemunhou diretamente, enquanto participante ou observadora, algum acontecimento. A sua credibilidade, segundo Lage, é tanto maior quanto a sua proximidade aos factos. Distingue-se da fonte individual pois a fonte testemunhal não defende causa própria; f) Especializada – Pessoa ou organização de conhecimento específico reconhecido, geralmente associada a uma profissão ou determinada área. Esta fonte pode fornecer informação tanto primária como secundária e é, normalmente, considerada fidedigna pela sua neutralidade ou vínculo a instituição conceituada. A fonte especializada distingue-se das fontes individuais, ainda que se manifestem por si mesmas, pois falam enquanto representantes de uma especialidade ou de um conhecimento reconhecido; g) Referência – Esta fonte diz respeito a documentos, dossiês, *media* (no sentido mais vasto da palavra), livros, e outros artigos científicos, tecnológicos e culturais consultados pelo jornalista. Também pertencem a este grupo jornais, revistas, audiovisuais e redes sociais. (Schmitz, 2011a, p. 9-12).

Feita a explanação dos critérios usados na nossa grelha adaptada de análise, o esquema adequado à proposta que fazemos pode ser, então, representado pela seguinte tabela:

Categoria	Grupo	Crédito
Primária	Oficial	<i>On the Record</i>
Secundária	Empresarial	<i>On Background/Não atribuído</i>
	Institucional	<i>On Deep Background</i>
	Individual	
	Testemunhal	
	Especializada	
	Referência	

Figura 11. Grelha de Análise das Classificações das Fontes

4.3 Análise dos dados

De forma a proceder com a análise comparativa entre ambos os meios de comunicação social, iremos primeiro fazer uma breve avaliação dos resultados gerais da nossa investigação, seguida pelos resultados individuais de cada órgão de comunicação social para cada atribuição sob análise: Categoria, Grupo e Crédito. Os dados fornecidos nos gráficos dizem respeito ao número de notícias possíveis de enquadrar numa dada atribuição, seguidos da percentagem correspondente face ao número total de peças analisadas.

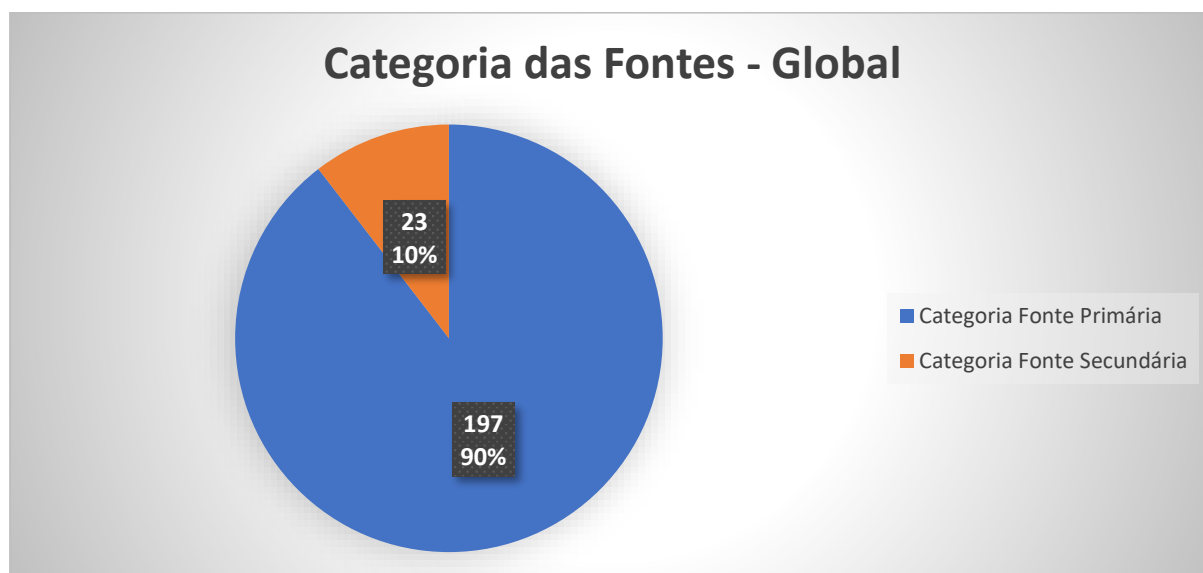


Figura 12. Categoria das Fontes - Global

Ao apurar os resultados gerais da nossa análise de conteúdo, podemos verificar que quanto à Categoria da fonte, a esmagadora maioria de 90% (197) das peças analisadas fazem uso de fontes primárias, ao passo que 10% (23) correspondem a fontes de origem secundária. Os dados globais apontam para um cuidado dos jornalistas em usarem somente as fontes primárias de informação e, dentro das peças a fazer uso de fontes secundárias, podemos

verificar 17 notícias em 23 a citar fontes especializadas, como outros meios de comunicação social. Esta tendência aponta para uma prática jornalística com preferência pelos meios especializados, quando não é possível chegar à fonte primária da informação. Entendemos ainda que, de forma geral, ambos os meios procuraram complementar os seus artigos com informação extra proveniente de fontes diferentes, independentemente da natureza da fonte inicialmente utilizada. Contudo, para efeitos de contagem e recolha de dados, só se considerou a fonte cuja informação intitulava a notícia, e não as complementares.

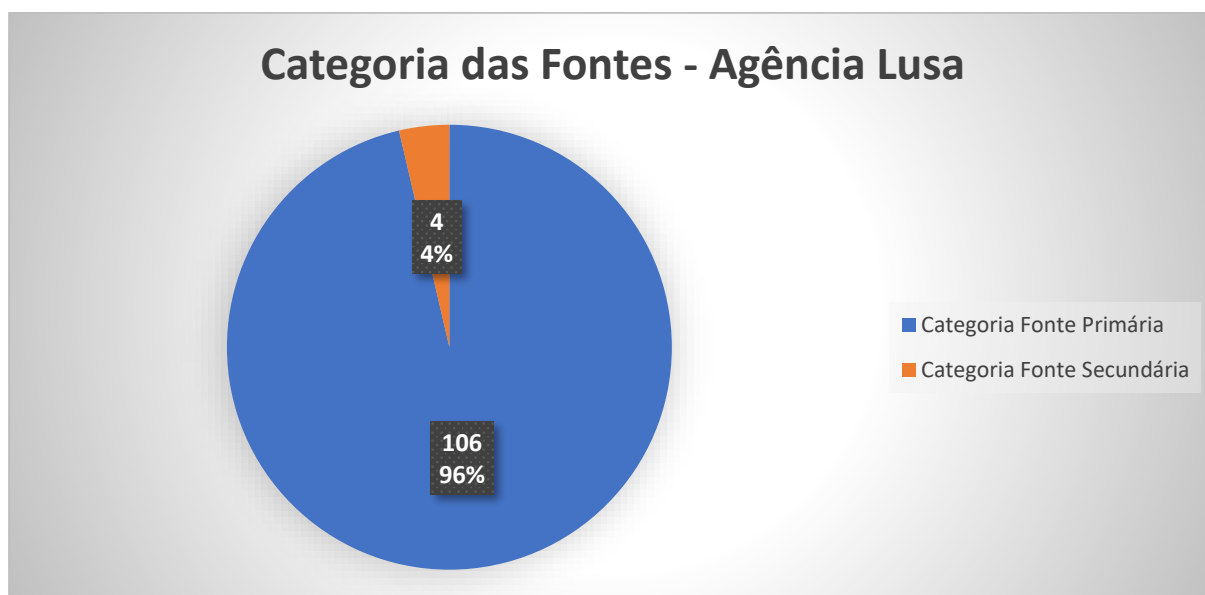


Figura 13. Categoria das Fontes – Agência Lusa

No que diz respeito à Lusa – Agência de Notícias, confirmamos que 106 das peças analisadas fizeram uso de fontes Primárias de informação, o que corresponde a 96% das peças deste órgão de comunicação social. Já no que toca a fontes Secundárias, foram registadas 4 peças, ou 4% da amostra deste meio de comunicação social. Acrescentamos ainda que dentro do campo das fontes secundárias usadas pela Lusa, 3 destas 4 peças fizeram uso de fontes especializadas, nomeadamente outros meios de comunicação social como a agência EFE ou Reuters, e 1 peça fez uso de fonte empresarial. Estes dados refletem os rigorosos critérios da Agência Lusa no que toca à preferência por fontes primárias nas suas peças. Nos casos onde tal escolha das fontes não foi possível, houve uma preferência por fontes especializadas. O número extremamente reduzido de fontes secundárias verificou-se, principalmente, em notícias relativas a eventos europeus ou em países de língua portuguesa, onde não seria possível enviar diretamente alguém da Lusa em tempo útil, desta forma justificando a escolha de outras agências noticiosas enquanto fonte.

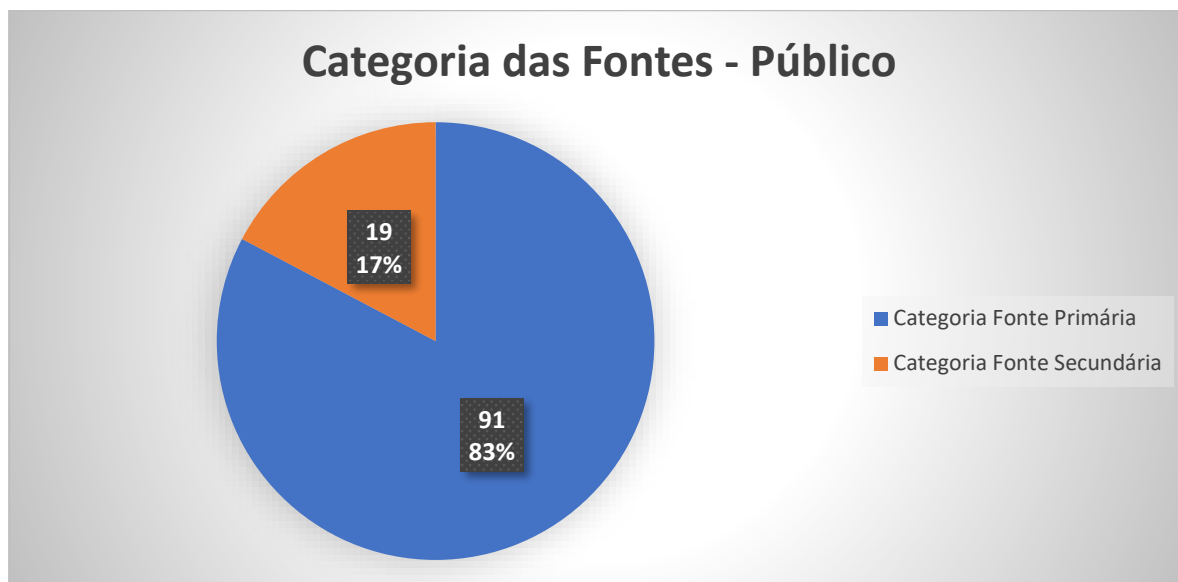


Figura 14. Categoria das Fontes - Público

Ao analisarmos as notícias *online* do jornal Público verificamos de imediato um maior uso de fontes secundárias por este meio de comunicação, situado nos 17% com 19 peças. Por outro lado, os artigos com fonte primária correspondem a 83%, ou 91 peças. No caso do Público podemos verificar que 18 das 19 peças com fonte secundária, fizeram uso de outros meios de comunicação social (fontes especializadas) enquanto fonte, sendo que uma única peça usa como fonte um blog sindical (fonte institucional). À semelhança da Agência Lusa, também o Público mostra uma clara preferência por fontes especializadas, como os outros *media*, quando toca a peças provenientes de fontes secundárias. Esta tendência mostra um favoritismo dos jornalistas de economia pelos *media* enquanto fonte secundária, com a diferença que no caso da Lusa, esta fez apenas uso de outras agências noticiosas enquanto fonte, ao passo que o Público usou como fonte jornais e rádios em conjunto com outras agências noticiosas.

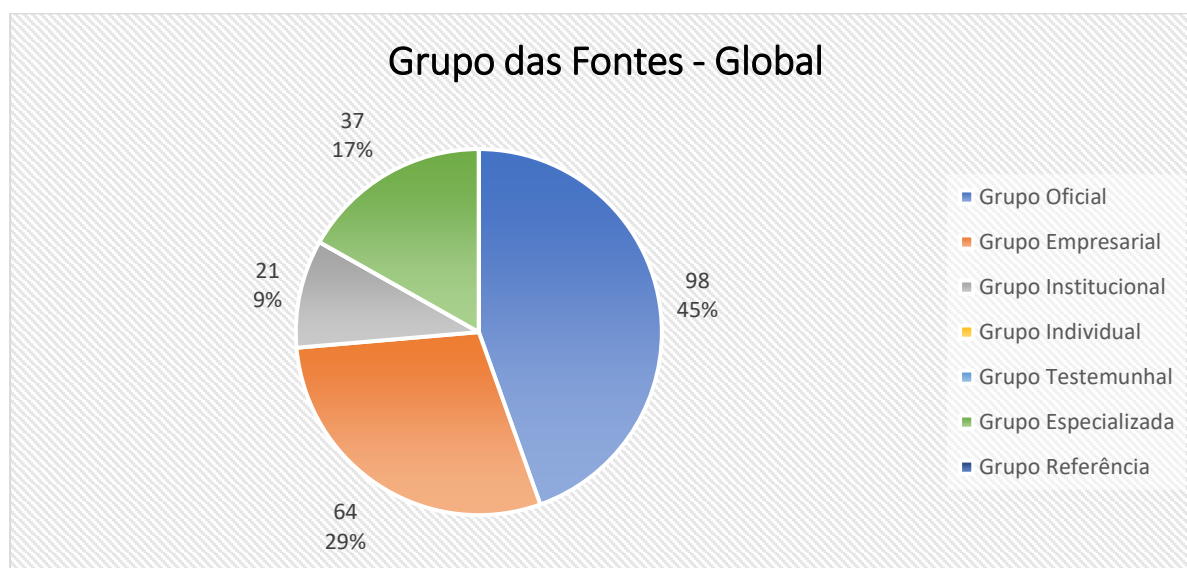


Figura 15. Grupo das Fontes - Global

Os resultados gerais da nossa análise aos grupos na origem das fontes revelam que 45% de todas as notícias, ou 98 peças, corresponderam a fontes oficiais, ao passo que 29%, ou 64 peças, referem-se a fontes empresariais. Em terceiro lugar podemos encontrar as fontes especializadas com 37 peças, ou 17% do total. Já as fontes institucionais englobaram 9% de todas as peças, ou 21 notícias. Não se verificaram entradas para as fontes individuais, testemunhais e de referência.

No que respeita a origem das fontes, podemos verificar uma primazia das fontes oficiais, perfazendo quase metade do total das notícias. Ainda que as fontes empresariais representem o segundo grupo mais representado, verifica-se uma diferença de 34 peças a separar esta categoria das fontes oficiais. Por sua vez, também existe uma diferença saliente entre a quantidade de fontes especializadas face às empresariais. Se agrupássemos a quantidade de fontes tanto especializadas como institucionais num único elemento, este conjunto continuaria abaixo da quantidade de fontes empresariais representadas. De forma global, estes resultados mostram um jornalismo económico português bastante assente na informação proveniente de fontes organizadas como as oficiais e empresariais. Sendo o jornalismo económico uma área incidente, em larga escala, sobre a macroeconomia e as empresas, esta distribuição não é inteiramente surpreendente.

Os dados mais reveladores são, precisamente, os que não se encontram registados. A carência de fontes individuais e testemunhais corroboram a premissa de Cunha (2013) na qual a autora indica a falta de ângulos de abordagem de um ponto de vista humano, ou do cidadão, neste tipo de jornalismo. Efetivamente, também as fontes institucionais, quando mencionadas, referiam-se largamente a notícias sobre manifestações, ou declarações reativas sindicais, confirmando também essa premissa da autora. Apesar da preferência dos jornalistas em usar fontes especializadas quando elaboram notícias por meio de fontes secundárias, o uso destas fontes não se verifica de forma regular. Com base na análise da figura 12 quanto aos dados globais das fontes primárias/secundárias, e sabendo que 17 dessas notícias corresponderam a fontes especializadas e secundárias, verificamos por meio deste gráfico que houve apenas registo de mais 20 notícias vindas de fontes especializadas e primárias. Isto indica que, quando utilizadas como fonte primária, a quantidade de fontes especializadas pode ser mais facilmente equiparada com a quantidade de fontes institucionais, evidenciado ainda mais a supremacia das fontes oficiais e empresariais.

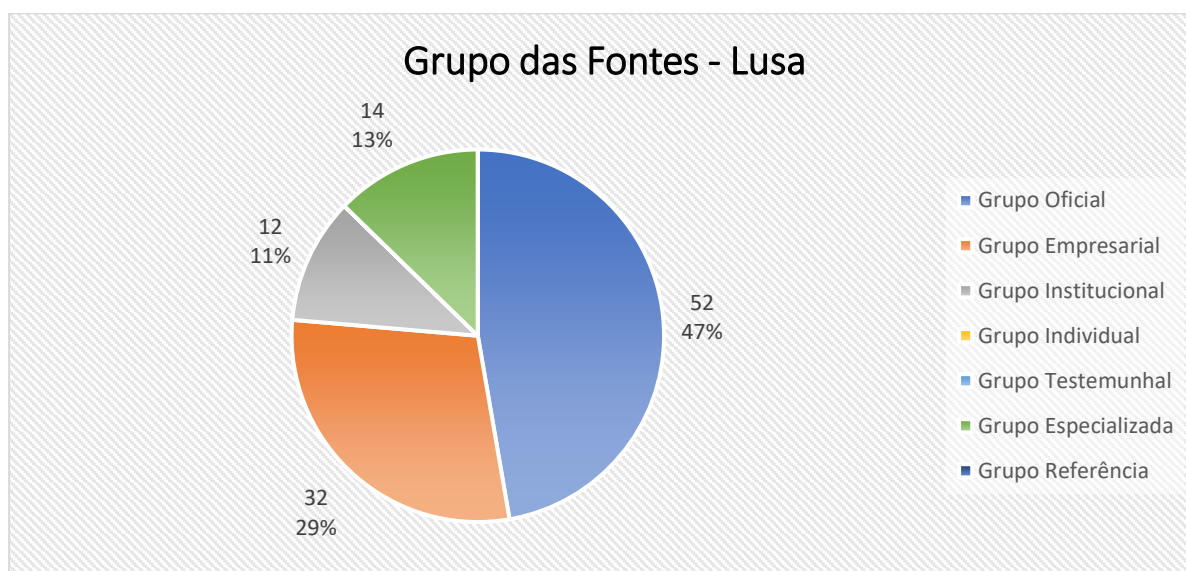


Figura 16. Grupo das Fontes – Lusa

No que respeita os dados referentes à Agência Lusa, podemos verificar que a distribuição das fontes não se altera significativamente dos resultados globais, embora revele clivagens menores entre os diversos grupos e, por conseguinte, um maior equilíbrio das fontes. Assistimos a uma primazia das fontes oficiais com 52 peças dentro das 110, ou 47%. No campo das fontes empresariais, estas também assumem o segundo lugar com 32 peças, ou 29% do total. Já nas fontes especializadas e institucionais, ambas ficam bastante próximas com 14 e 12 peças respetivamente, ou 13% e 11%.

Ainda que a distribuição destes dados seja mais equilibrada que os resultados globais, existe uma predominância das fontes oficiais por uma larga margem, comparativamente às fontes empresariais. Acrescentamos ainda que com base nestes resultados, podemos verificar a existência de uma distribuição das fontes conveniente a uma manutenção do *status quo* por parte desta agência. A verificação desta premissa só poderia ser confirmada por meio duma análise qualitativa do conteúdo de cada uma das peças. Porém, visto que este gráfico deixa explícita uma maior exposição a fontes organizadas, e vistas as dificuldades características da profissão de jornalista, parece haver indícios no sentido desta premissa de Ramirez e Moral (2007).

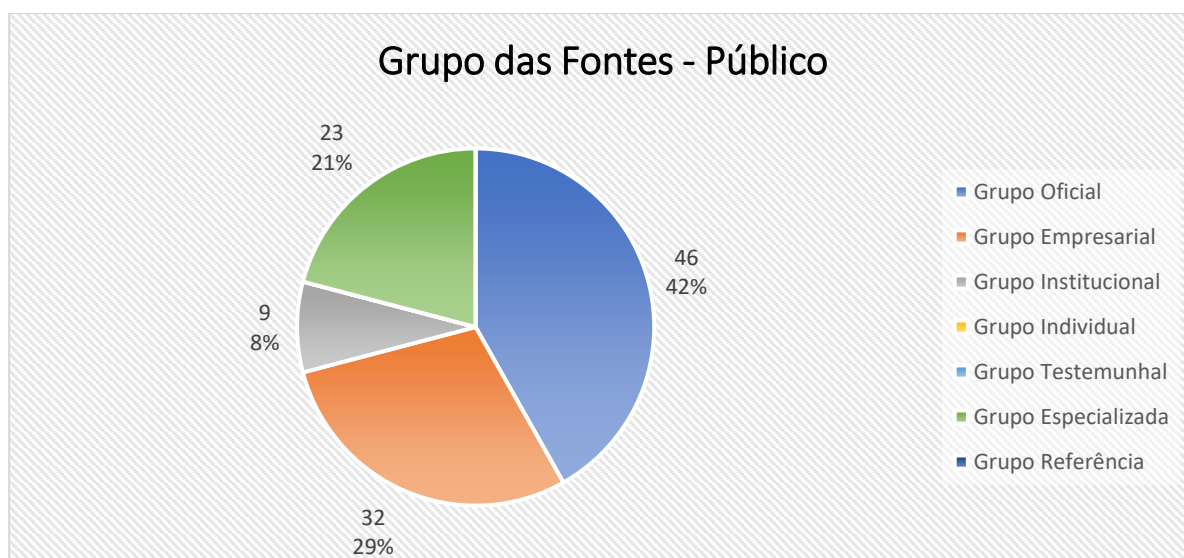


Figura 17. Grupo das Fontes - Público

O jornal Público demonstra uma distribuição do grupo das fontes ligeiramente mais vantajosa para o uso de fontes especializadas. Encontramos, da mesma forma, uma maioria de fontes oficiais situada nos 42% com 46 peças, um número inferior às registadas na Lusa. Já as fontes empresariais, por sua vez, correspondem exatamente aos mesmos 29%, com 32 peças, verificados na agência noticiosa. Quanto às fontes especializadas, estas situam-se nos 21% com 23 peças, um número superior por quase 10 pontos percentuais em relação à Agência Lusa. Já as fontes institucionais correspondem a 8% com 9 peças.

Embora a distribuição, aparentemente generosa, quanto a notícias com fonte especializada, é importante notar que, com base na análise da figura 14 sobre as fontes primárias e secundárias do Público, verificou-se que 18 destas peças correspondem a notícias avançadas originalmente por outros meios de comunicação social. Isto significa que das 23 notícias avançadas por fontes especializadas, pelo Público, apenas 5 não correspondem a notícias originalmente publicadas noutro órgão de comunicação social. Seguindo esta linha de pensamento, o número de fontes especializadas mencionadas pelo Público, que não outros *media*, é assim inferior ao número de fontes institucionais na presente figura. À semelhança da agência Lusa, também o Público aparenta uma maior exposição a fontes organizadas, pelo que também este meio demonstra uma distribuição de fontes, quanto ao grupo, conveniente a uma manutenção do *status quo* no seu conteúdo.

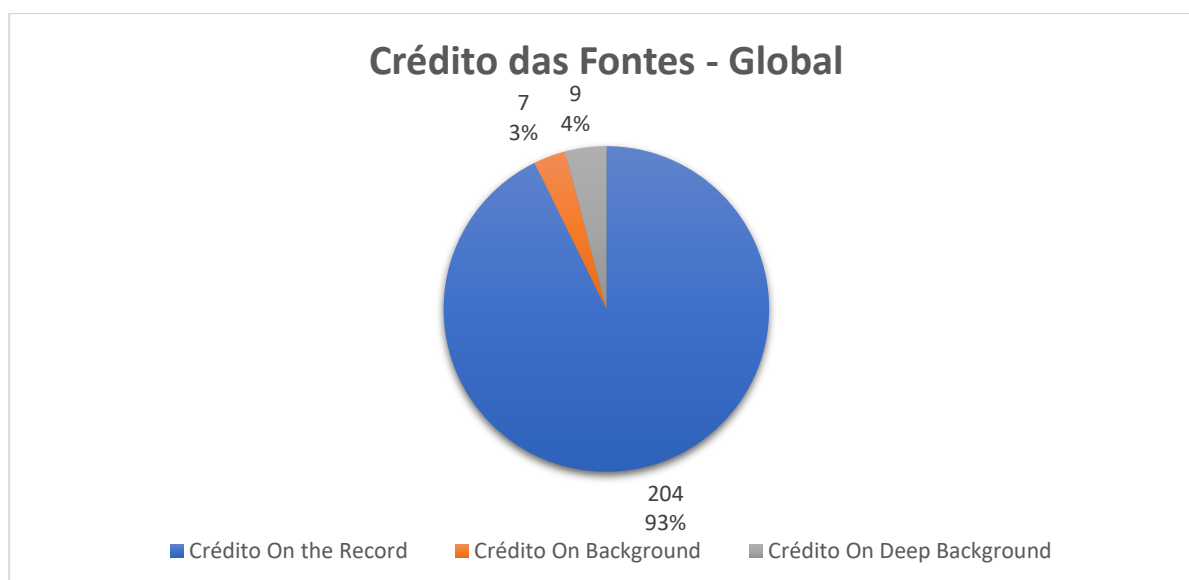


Figura 18. Crédito das Fontes - Global

Ao apurar os dados gerais quanto ao crédito das fontes nas notícias, é possível confirmar uma prevalência do crédito *on the record* em 204 peças, ou 93% das mesmas. Quanto ao crédito *on background*, este encontra-se presente em apenas 7 das 220 peças analisadas, ou 3%. Porém, no que respeita o crédito *on deep background*, surpreendentemente, este registou-se em 9 peças, ou o equivalente a 4%.

A verificação de crédito *on the record* em 93% das peças não se revelou uma surpresa visto ser esse o *standard* incutido em qualquer meio de comunicação social de referência, e sendo que, de outra forma, a credibilidade da informação avançada fica comprometida. Contudo, o maior imprevisto deste campo de análise foi o facto do crédito *on deep background* registar um valor superior ao crédito *on background*, ainda que por uma margem minúscula. Ao analisar estas notícias em particular chegou-se à conclusão de que a totalidade das 9 peças dizem respeito à cobertura dos mercados mundiais da bolsa de valores, bem como o índice Euribor.

É do conhecimento dos jornalistas de Economia que este tipo de informação só tem, geralmente, um único tipo de fonte possível: as agências especializadas em informação económica. Estas agências, como é o caso da Reuters ou Bloomberg, fazem a recolha e tratamento destes dados divulgados pelas bolsas, e procedem à sua redistribuição pelos seus clientes. Também é possível obter estes dados diretamente das próprias bolsas, mas, dada a diversidade de bolsas mundiais, não seria viável para um jornal fazer a recolha e tratamento de tantos dados, de origem tão variada, e em tempo útil. Como tal, entendeu-se que estava implícita a utilização de fontes especializadas, porém, também ficou claro que nem sempre é feita a devida atribuição de crédito neste tipo de notícia. Com a atribuição *on deep background*, o

comum é verificarmos o uso de expressões como “sabe-se”, ou “foi apurado”, entre outras semelhantes. Porém, no caso destas 9 peças nenhuma atribuição direta foi feita a qualquer fonte.

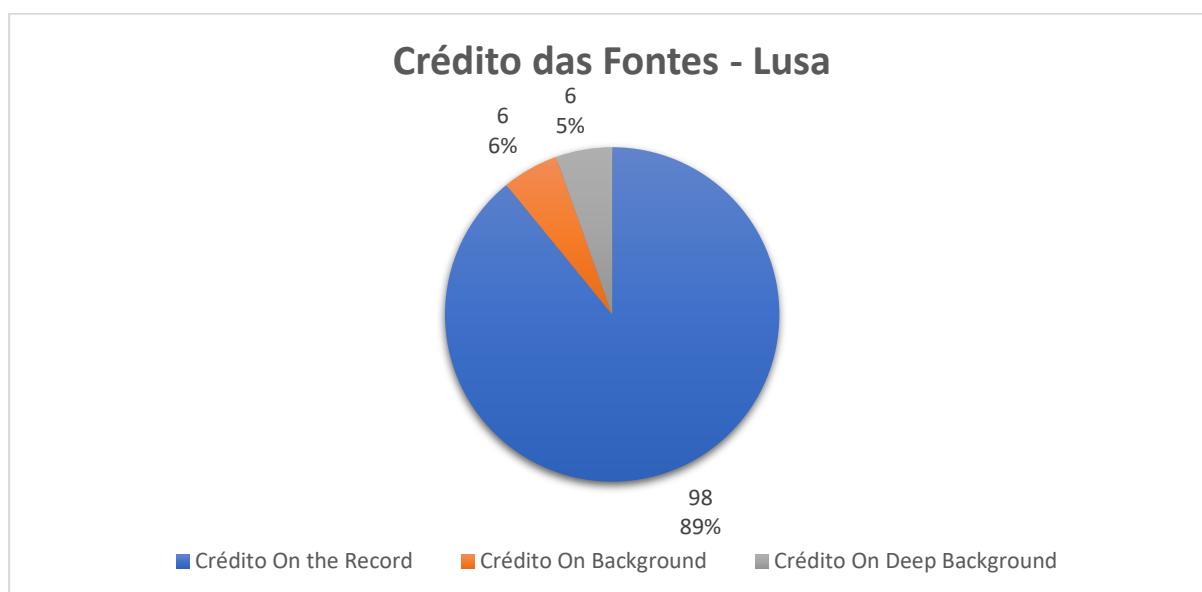


Figura 19. Crédito das Fontes - Lusa

Ao direcionarmos o nosso olhar para a Agência Lusa, podemos verificar que 89% das peças analisadas, ou 98 notícias, receberam a atribuição *on the record* quanto ao crédito da fonte. Por sua vez, o crédito *on background* foi identificado em 6 peças, correspondente a 6% do total, tal como no caso do crédito *on deep background*.

Ao passo que o crédito *on background*, caracterizado pela identificação do cargo profissional da fonte em vez do nome, é uma forma legítima e aceite no mundo jornalístico de identificar a fonte, o *deep background* não o é para a agência Lusa. A agência noticiosa dispõe de diretrizes no seu livro de estilo onde defende que a mesma “não utiliza expressões como ‘soube a Lusa’ ou ‘a Lusa apurou’.” (Lusa, 2019, p. 17), da mesma forma que exprime não avançar notícias com base em rumores. A agência, porém, reconhece a possibilidade de poder avançar notícias com informação credível e fonte não identificada, quando existe manifestamente um interesse público na informação divulgada. Evidentemente, a informação dos mercados mundiais é de interesse público, porém, não se justifica a completa omissão da fonte usada. Em última análise, há sempre a possibilidade de se tratar de um lapso o qual tenha escapado aos profissionais, porém, o facto de haver outros órgãos de comunicação social com lapsos semelhantes leva-nos a crer que esta talvez não seja uma prática assim tão incomum.

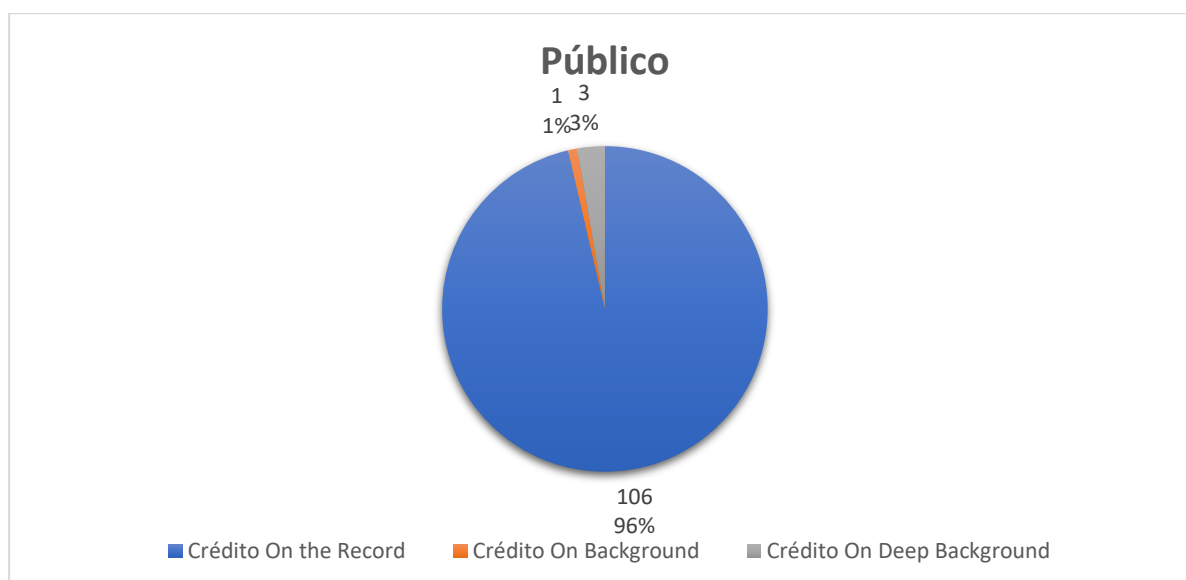


Figura 20. Crédito das Fontes - Público

No caso da análise do crédito das fontes no jornal Público, é possível confirmar a atribuição de crédito *on the record* em 106 notícias do jornal, ou 96%, perfazendo um número superior ao registado na agência Lusa. Quanto ao crédito *on background*, este totalizou uma única notícia, ou 1%, ao passo que no crédito *on deep background* verificou-se 3 peças, ou 3% do total. À semelhança do caso registado na Agência Lusa, todas as notícias onde se verificou a atribuição *on deep background* corresponderam à cobertura de mercados. Contudo, o Público não se reserva ao compromisso da não publicação de notícias com fonte *on deep background*, da mesma forma que a Lusa. Ainda que, os estilos de ambos os meios divirjam neste aspeto do crédito à fonte, e ainda que o Público tenha registado apenas 3 notícias sem crédito contra 6 da Lusa, não aparenta haver um motivo pelo qual ambos os meios não procedam à identificação da fonte. Ao analisar outras peças onde é feita uma cobertura dos mercados, é possível confirmar o crédito à fonte em ambos os meios. Como tal, ainda que o número total de casos onde se verifique crédito *on deep background* seja minúsculo, comparativamente falando, tal prática não aparenta seguir uma lógica definida ou assumida por qualquer um dos meios sob análise.

Inicialmente considerámos a primeira hipótese avançada como a mais provável de se verificar - um cenário marcado pelo uso elevado de fontes oficiais e/ou empresariais, indiciando uma propensão à produção jornalística concordante com o *status quo*. Porém, ao avaliar os resultados obtidos, julgamos ser uma hipótese simplista que não reflete as devidas complexidades quanto ao pluralismo das fontes, ainda que represente uma hipótese parcialmente correta. Neste sentido, gostaríamos de referir a terceira hipótese enquanto o cenário que, à luz dos resultados, nos pareceu ser o mais adequado: um pluralismo das fontes

de economia moderado, mas subjugado a uma rotina de produção jornalística já enraizada. No nosso entender, os resultados obtidos refletem um misto destas duas hipóteses.

O motivo desta posição quanto aos resultados deve-se à análise feita na figura 15, os resultados globais quanto ao grupo das fontes. Uma visão inicial sobre os resultados obtidos aparenta uma distribuição levemente variada quanto ao tipo de fontes, ainda que esteja clara uma preferência pelas fontes oficiais e empresariais. O motivo desta reação inicial deve-se ao número diminuto, mas presente e relevante, de fontes especializadas e institucionais mencionadas na amostra selecionada. Contudo, e à medida que fomos avaliando o resto dos dados, ficou claro que o número de peças referentes ao uso de fontes especializadas revelava uma clara tendência particular no seu uso. Com base na definição das atribuições da fonte quanto ao seu grupo, segundo Schmitz (2011a), entendemos a fonte especializada como uma fonte individual ou coletiva dotada de conhecimento específico reconhecido, e geralmente associada a uma área de atividade profissional em particular. Neste sentido, não estamos a questionar a categorização de outros *media* enquanto fonte especializada, estamos, porém, a propor um olhar crítico com base na relação entre as fontes especializadas e o uso destas enquanto fonte primária ou secundária na notícia. Não nos parece, de alguma forma, irrelevante a relação promíscua no uso de fontes especializadas enquanto fonte secundária, pelo que consideramos ser uma questão que nos obriga a reavaliar as nossas conclusões.

Ao verificarmos um uso tão tendencioso das fontes especializadas enquanto, maioritariamente, fontes secundárias e definidoras do ângulo de uma notícia, estamos perante uma problemática particular. Relembramos que isto foi um fenómeno verificado tanto nos dados da Agência Lusa, como no Público, embora em escalas diferentes (Lusa com 3 peças com fontes secundárias e especializadas, contra 18 no caso do jornal Público). No caso da agência noticiosa, embora façamos um alerta, podemos verificar que existe uma maior quantidade de fontes especializadas e primárias face às especializadas e secundárias. No caso do Público verificamos a ocorrência oposta. O uso de fontes especializadas, em teoria, deve refletir uma visão tendencialmente neutra e independente de um dado assunto com base no conhecimento técnico da fonte (Schmitz, 2011a). Ao usarmos a fonte especializada, neste caso outros *media*, como fonte secundária de um acontecimento estamos, inerentemente, a colocar nas mãos de outro meio de comunicação social a primeira definição da notícia. Isto é uma tendência passível de ser equilibrada pelo próprio discernimento do jornalista, porém, isto torna-se mais difícil quando temos uma situação laboral definida pela precariedade e prazos apertados. Essencialmente, podemos concluir neste aspeto que o jornalismo de agência verifica um uso mais responsável das fontes especializadas enquanto fontes primárias, quando em comparação com o jornalismo generalista verificado no Público.

Feito este breve pronto em relação a uma ocorrência inesperada nos nossos dados, concluímos então a lógica anterior. Em função das particularidades encontradas no uso das fontes especializadas, e tendo em conta a completa inexistência do uso de fontes individuais, testemunhais e de referência, podemos concluir a verificação da primeira hipótese quanto à supremacia das fontes oficiais e empresariais no jornalismo económico, revelando uma maior propensão à manutenção do *status quo*, aliada a uma rotina de produção jornalística enraizada e fomentada pelo setor, conforme verificado na terceira hipótese. Por sua vez, O peso destas fontes oficiais e empresariais também representa um risco em si mesmo. Em concordância com as conclusões de Cunha (2013) e Lopes (2015, 2016), podemos verificar que o poder de acesso aos *media* reside, em parte, no capital das fontes organizadas, fontes estas tendencialmente associadas a organizações oficiais ou empresariais. Como tal, podemos inferir que os jornalistas de economia se encontram, tendencialmente, mais expostos a fontes com o poder de influenciar a informação disponibilizada. Relacionando essa conclusão dos nossos dados com, novamente, a precariedade característica do jornalismo desde a crise de 2008, verificamos então que estamos perante fortes métodos, intencionais ou não, de subversão da qualidade jornalística. Por fim, as últimas observações sobre a análise de conteúdo apontam para uma questão problemática quanto à identificação das fontes nas peças de cobertura dos mercados. Esta matéria, assumidamente de pequena escala face a outras observações, levanta algumas dúvidas quanto ao tratamento dado aos mercados. Ainda que, globalmente, tenha sido registada uma percentagem minúscula de fontes com identificação *on deep background* (4%), a natureza deste número parece-nos uma questão, no mínimo, evitável. Sendo que noutras peças, de ambos os meios de comunicação, podemos encontrar uma cobertura dos mercados globais indicando fontes como Reuters ou Bloomberg, não nos resta outra opção senão teorizar que a falta de atribuição à fonte nestes 9 casos se deveu, quiçá, a um lapso. Efetivamente, a informação económica dos mercados é um tipo de informação facilmente verificável e dificilmente falsificada, visto ser atualizada ao minuto pelos mais diversos meios de comunicação. Como tal, não nos parece verosímil sequer teorizar uma tentativa de manipulação destes dados. Porém, o facto desta ocorrência verificar-se em dois órgãos distintos leva-nos a crer que talvez seja uma prática recorrente por economia de tempo, ou por um lapso replicado pelos *media*. Em última análise, é uma questão preocupante, mas também é uma facilmente adereçada.

Capítulo 5: Conclusões e Considerações Finais

Através da análise da nossa pesquisa empírica e da aplicação de um inquérito por meio de questionário aos jornalistas, foram feitas conclusões que, à semelhança do estado de arte da teoria do jornalismo, revelam uma rede complexa de relações entre fontes e jornalistas. À luz dos resultados obtidos, julgamos a seguinte passagem de Traquina relevante ao nosso contexto:

Alvo da acção estratégica de múltiplos agentes sociais, os jornalistas e as empresas jornalísticas são também, muitas vezes, os alvos preferidos da crítica quando as más notícias ou a não existência de notícias frustram os outros agentes sociais. Seguindo a lógica da época grega, quando, perante uma má notícia, a solução era a de matar o mensageiro, hoje a estratégia principal consiste em pôr em causa a seriedade e o profissionalismo dos jornalistas (Traquina *et al.*, 2001, p. 11)

As palavras ressoam com um tom distinto, no sentido em que não procuramos, de todo, ver as reflexões aqui expostas confundidas com uma tentativa de homicídio do mensageiro, ou de alguma forma questionar o profissionalismo dos jornalistas de economia. Porém, é necessário realizar uma autocrítica ao jornalismo, bem como transformá-lo de dentro para fora. Em seguimento deste breve comentário, reconhecemos ser possível retirar algumas conclusões e esboçar algumas críticas ao jornalismo económico com base nas nossas diligências.

Com base tanto no questionário realizado, como na análise de conteúdo, uma das questões a inferir diz respeito ao facto de mais de metade de todas as peças analisadas corresponderem a notícias com origem em fontes oficiais e empresariais. Individualmente, podemos verificar que as fontes Oficiais se encontram em 45% de todas as peças analisadas (220), e as Empresariais em 29%. Embora haja uma leve variação nos pontos percentuais dos resultados individuais da Agência Lusa e do Público, a distribuição não altera a posição das fontes Oficiais e Empresariais enquanto as mais referenciadas tanto globalmente, como singularmente em cada órgão. Esta evidência pode ser articulada e relacionada com as declarações dos jornalistas inquiridos, na medida em que 52,9% dos mesmos admitiram uma ação Ativa por parte das fontes – Usam os média para gerir a própria imagem pública, distribuem materiais de apoio como *press releases* e organizam conferências. Sendo que este tipo de ação face aos jornalistas, por parte das fontes, verifica-se mais frequentemente em fontes

organizadas e com acesso a recursos económicos, temos aqui presente um, de vários sinais, em como os jornalistas de economia se encontram expostos a fontes com poder de subversão da qualidade jornalística.

Ao longo da investigação pudemos confirmar, por meio do questionário, que os jornalistas admitiram interagir mais com fontes de natureza Empresarial, Especializada, e Oficial, ainda que a análise de conteúdo tenha registado um monopólio das fontes Oficiais e Empresariais nas notícias. Relativamente ao nível de confiança face a estas fontes, 76,5% dos jornalistas inquiridos classificaram enquanto Confiáveis as fontes com as quais interagem mais – Mantém uma relação estável com o jornalista, são acessíveis e divulgam informação oportuna, verdadeira e rápida. Contudo, quando questionados quanto ao tipo de fonte em quem mais confiam, apenas 11,8% dos jornalistas referiu as fontes Empresariais, e outros 23,5% as Oficiais. Esta ocorrência revela que embora os jornalistas considerem este tipo de fontes Confiáveis, estas não são a sua fonte favorita em comparação com outras disponíveis, deixando claro tanto um sentido crítico por parte dos jornalistas, como uma relativa aversão a fontes organizadas como as empresariais e oficiais. Embora o questionário não revele o porquê desta atitude dos jornalistas, um dos possíveis motivos pode residir na linguagem institucional e calculada deste tipo de fontes. Por outro lado, 47,1% dos jornalistas indicaram as fontes Especializadas como a fonte em quem mais confiam, indo de encontro a uma ocorrência particular verificada na análise de conteúdo: a predominância da fonte Especializada em peças onde a fonte é simultaneamente de Categoria Secundária. A predominância, quase exclusiva, da fonte Especializada em peças onde a fonte é Secundária - aquela que trata a informação fornecida por uma fonte primária -, evidencia a preferência dos jornalistas em recorrer a outros órgãos e jornalistas, quando não lhes é possível verificar a informação junto de uma fonte Primária - aquela que divulga diretamente dados enquanto fonte próxima, ou na origem da informação. Este resultado pode ter como origem o facto de as fontes Especializadas tenderem a ser neutras, independentes, ou vinculadas a instituições conceituadas (Schmitz, 2011a, p. 12).

O uso tendencioso das fontes Especializadas, por sua vez, também se assemelha ao uso tendencioso das fontes Institucionais enquanto representantes, maioritariamente, de reações sindicais por meio de declarações e/ou manifestações. Em suma, da mesma forma que uso o de Especialistas se refere principalmente a jornalistas, também as fontes Institucionais dizem respeito, em grande parte, a sindicatos. Esta ocorrência deixa explícita uma falta de diversidade de atores dentro destes grupos, e a corroboração da preferência por fontes Especializadas verificada anteriormente no questionário. Além do mais, o uso sistemático destas fontes de forma tão particular, deixa também evidente uma rotina de produção jornalística profundamente

enraizada pelos profissionais de Economia, podendo mesmo ser colocada em questão a representatividade das peças desta editoria.

Apesar dos indícios encontrados, também ficou explícita uma clara preocupação pelos jornalistas em cumprir com os princípios éticos e deontológicos da profissão, bem como pela acessibilidade da linguagem técnica utilizada em Economia. A esmagadora maioria das peças analisadas dizem respeito a notícias com atribuição de crédito às fontes *on the record*, e fazem uso de fontes primárias, revelando um cuidado dos jornalistas em interagir principalmente com as fontes diretamente envolvidas nos casos, bem como a devida identificação das fontes de modo a credibilizar a informação veiculada. Além do mais, cerca de 64,7% dos jornalistas inquiridos admitiram utilizar 3 ou mais fontes nas suas peças, da mesma forma que 35,3% apontaram a clareza da linguagem técnica como a maior dificuldade da área. Quando questionados sobre a prática de autocensura, de modo a não prejudicar a relação com uma fonte, 10 jornalistas discordaram da afirmação, contudo, 5 concordaram com a mesma. De uma forma geral, verificou-se a rejeição da autocensura ficando destacada a importância dada à ética jornalística, porém, os registos positivos desta prática evidenciam casos de efetiva subversão da qualidade do produto noticioso.

Ainda que exista uma manifesta intenção dos jornalistas em cumprir com os critérios do código deontológico, e exista ainda uma intenção de cruzar dados e evitar fontes enviesadas (conforme verificado no uso generalizado de 3 ou mais fontes por peça), existem vários fatores a contribuir para uma manutenção do *status quo* no jornalismo Económico. O uso de técnicas subversivas como as verificadas anteriormente, juntamente com uma cultura de rotina de produção jornalística já enraizada, têm o potencial de frustrar quaisquer esforços dos jornalistas em complementar a informação recolhida. Efetivamente, 14 jornalistas confessaram já ter sentido pressões de uma fonte para publicar, ou não, uma peça, o que deixa explícita uma exposição a fontes organizadas e poderosas. Neste sentido, torna-se então mais fácil compreender o monopólio das fontes Oficiais e Empresariais conforme verificado na análise de conteúdo. Ao aliarmos este fator com a falta de tempo e outros recursos, bem como a precariedade características da área, restam-nos desta forma profissionais altamente condicionados.

Além do poder subversivo manifestado pelas principais fontes de Economia sobre os jornalistas, ainda existe o potencial de conivência entre ambas as partes. O questionário demonstrou que os jornalistas admitiram interagir principalmente com fontes recorrentes (com 12 respostas positivas), da mesma forma que 11 jornalistas reconheceram adicionar fontes à sua rede pessoal de contactos através do seu órgão de comunicação social. Estes resultados deixam visível uma margem confortável de influência e compactuação entre fontes e jornalistas, uma

das consequências naturais da negociação entre as partes. O cruzar destes diversos fatores condicionadores para os jornalistas revelam a capacidade de manutenção do *status quo* do jornalismo económico português. Um dos dados mais surpreendentes da investigação diz respeito ao sentimento de conformismo manifestado pela maioria dos jornalistas inquiridos. Quando questionados sobre se consideravam adequada a atual diversidade de fontes usada pela sua editoria, 12 jornalistas responderam positivamente deixando clara uma maioria conformada com as fontes usadas.

À luz dos resultados obtidos pela análise de conteúdo, e dos dados complementares do questionário, podemos concluir a existência de um fraco pluralismo das fontes utilizadas no jornalismo económico português. Esta falta de pluralismo nas fontes está associada a uma rotina de produção jornalística enraizada e fomentada pelos agentes sociais envolvidos, e uma elevada exposição a fontes organizadas com poderes de subversão da qualidade jornalística. Como resultado destas forças em ação, aliada aos constrangimentos económicos da área, existe uma maior propensão ao jornalismo servir funções de: manutenção do *status quo*, conivência entre fontes e jornalistas, fraca diversidade de fontes tanto quanto ao seu grupo como aos seus atores dentro desta categoria, e uma tendência para o conformismo por parte dos jornalistas.

Bibliografia

- Berger, P. L., & Luckmann, T. (2004). *A construção social da realidade: Um livro sobre sociologia do conhecimento* (E. de Carvalho, Trad.; 2a ed). Dinalivro.
- Caldas, S. (2003). *Jornalismo econômico*. Editora Contexto.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de Jornalismo: As palavras dos media*. Verbo.
- Cunha, I. F. (2013). Cobertura jornalística da crise política e financeira e o “issue” corrupção política. *Brazilian Journalism Research*, 9(1), 18–37.
<https://doi.org/10.25200/BJR.v9n1.2013.499>
- DINÂMIA’CET-IUL - Centre for Socioeconomic and Territorial Studies. (2015, Maio 10). *CRISES: O Jornalismo e a Economia do Século XXI*.
<https://www.youtube.com/watch?v=sJB5ZNZT2Dg>
- Fontcuberta, M. de. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo* (F. Cascais, Trad.; 1a ed). Notícias.
- Francisco, K. C. (2006). Barreiras na produção de conhecimento pelo jornalismo econômico. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 3(2), 117–125. <https://doi.org/10.5007/%x>
- Garrido, H. (2005). Jornalismo económico em tempos de concentração: Faces visíveis das pressões sobre a informação. *Caleidoscópio: Revista de Comunicação e Cultura*, s.v.(s.n.), 233–245.
- Hayes, K. (2014). *Business Journalism—How to Report on Business and Economics* (1.ª ed.). Apress.
- Lene, H. (2005). A emergência do capitalismo cognitivo e as mudanças no jornalismo econômico. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/lene-herica-emergencia-do-capitalismo-cognitivo.pdf>
- Lene, H. (2006). O jornalismo e a construção do verdadeiro no campo econômico: Uma análise à luz das reflexões bakhtiana e foucaultiana sobre discursos. *Fronteiras - estudos midiáticos*, 8(3), 212–222.

- Lopes, F. (2016). Os jornalistas e os constrangimentos que atormentam a profissão: Entre as pressões do mercado e a imposição das fontes de informação. *Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM)*, 1. <http://hdl.handle.net/1822/44197>
- Lopes, M. (2015, Maio 26). O que ameaça a profissão de jornalista? A crise económica. *PÚBLICO*. <https://www.publico.pt/2015/05/26/politica/noticia/o-que-ameaca-a-profissao-de-jornalista-a-crise-economica-1696839>
- Lusa - Agência de Informação. (1997). *Contrato de Sociedade da Lusa: Agência de Notícias de Portugal, S.A.* (Lusa-Agência de Notícias de Portugal, SA). Lusa. https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/estatutos_lusa.pdf
- Lusa - Agência de Informação. (2007). *Agências de notícias em Portugal* (J. B. Cherry, Trad.; Lusa-Agência de Notícias de Portugal, SA). Lusa.
- Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A. (Ed.). (2019). *Livro de Estilo Lusa* (Lusa-Agência de Notícias de Portugal, SA). Lusa. <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf>
- Marinho, S. (2000). O valor da confiança nas relações entre jornalistas e fontes de informação. *Comunicação e Sociedade*, 2, 351–356. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1406](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1406)
- Martins, C. (2005). Uma fronteira ou o jornalismo económico como forma de conhecimento especializado. *Caleidoscópio : Revista de Comunicação e Cultura*, 225–231.
- Martins, C. (2007). *30 anos de jornalismo económico em Portugal (1974-2004)*. Livros Horizonte.
- Martins, G. O. (2015). Caracterização dos principais grupos económicos da comunicação social. *ERC - Entidade Reguladora Para a Comunicação Social*. <https://www.erc.pt/pt/estudos-e-publicacoes/grupos-economicos-stakeholders/caracterizacao-dos-principais-grupos-economicos-da-comunicacao-social>
- Martins, L. O. (2015). *Concentração dos Media e Pluralismo: A Imprensa Portuguesa no Contexto da União Europeia*. Editora LabCom. <https://novaresearch.unl.pt/en/publications/concentra%C3%A7%C3%A3o-dos-media-e-pluralismo-a-imprensa-portuguesa-no-cont>

- Mendes, F. A. (2019). *Práticas jornalísticas no meio online. O caso do jornal Público* [Dissertação de Mestrado, FCSH - Universidade Nova de Lisboa].
<http://hdl.handle.net/10362/61266>
- Molotch, H., Lester, M. (1999) As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos. Em: *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Traquina, Nelson (org.). Dionísio, L.M. (trad.). Lisboa: Vega.
- Monteiro, S. (2014). A Austeridade Mata, os Media Moem. Em *A Austeridade Cura? A Austeridade Mata?* (AAFDL, pp. 119–147).
<https://search.ebscohost.com/login.aspx?direct=true&AuthType=ip,shib,uid&db=cat00942a&AN=sibul.000738476&lang=pt-pt&site=eds-live&scope=site>
- Neveu, E. (2005). *Sociologia do jornalismo* (1a ed.). Porto Editora.
- Pinto, M. (2000). Fontes jornalísticas—Contributos para o «mapeamento» do campo. *Comunicação e Sociedade*, 2, 277–294. [https://doi.org/10.17231/comsoc.2\(2000\).1401](https://doi.org/10.17231/comsoc.2(2000).1401)
- Ramirez, F. E., & Moral, J. F. del. (2007). *Areas De Especializacion Periodistica*. Fragua.
- Recuero, R. (2009). Redes sociais na internet, difusão de informação e jornalismo: elementos para discussão. <http://www.raquelrecuero.com/artigos/artigoredesjornalismorecuero.pdf>
- Ribeiro, V. (2009). *Fontes sofisticadas de informação: Análise do produto jornalístico da imprensa nacional diária de 1995 a 2005* (1a ed). Media XXI - Formalpress.
- Rovida, M. F. (2010). *A segmentação no jornalismo sob a ótica durkheimiana da divisão do trabalho social* [Faculdade Cásper Líbero].
<https://casperlibero.edu.br/mestrado/dissertacoes/a-segmentacao-no-jornalismo-sob-a-otica-durkheimiana-da-divisao-do-trabalho-social/>
- Sant’Anna, F. (2006). Mídia das fontes: O difusor do jornalismo corporativo. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/santanna-francisco-midia-fontes.pdf>
- Santos, R. (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Minerva.

- Santos, R. (2003). *Jornalistas e fontes de informação: A sua relação na perspectiva da sociologia do jornalismo* (1a ed). Minerva.
- Santos, R. (2006). *A fonte não quis revelar* (1a ed). Campo das Letras.
- Schmitz, A. (2011a). Classificação das fontes de notícias. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>
- Schmitz, A. (2011b). *Fontes de notícias: Ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Combook. <https://books.google.pt/books?id=vm4RJfEo-zQC&lpg=PA1&hl=pt-PT&pg=PA1#v=onepage&q&f=false>
- Serrano, E. (2012). Grupos de comunicação social em Portugal. *OBSERVARE. Universidade Autónoma de Lisboa. JANUS 2011-2012*, 26–27.
- Silva, S. M. P. da. (2002). Contributo para uma História das Agências Noticiosas Portuguesas. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.pdf>
- Silva, M. (2004). *O trabalho na economia e na sociedade portuguesas do século XXI: Desafios e oportunidades para uma nova ecologia social*. Comissão Nacional Justiça e Paz.
- Sousa, J. P. (1999). *As notícias e os seus efeitos: As teorias do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos*. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-pedro-jorge-noticias-efeitos.html>
- Sousa, J. P. (2002). A utilização de fontes anónimas no noticiário político dos diários portugueses de referência: Um estudo exploratório. *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-utilizacao-fontes-anonimas.pdf>
- Sousa, J. P. (2005). *Elementos de jornalismo impresso*. Letras Contemporâneas.
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media* (2ª edição). *Biblioteca Online de Ciências da Comunicação*. <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>

- Souza, T. S. M. de, & Neto, A. J. P. (2019). O Jornalismo Econômico e as Vozes que Falaram nos Jornais nos Anos de Debate das Reformas da Previdência. *Revista Observatório*, 5(6), 634–667.
- Tavares, F. de M. B. (2009). O jornalismo especializado e a especialização periodística. *Estudos em Comunicação - LabCom/UBI*, 5. <http://www.ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>
- Traquina, N. (2000). *O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento*. Minerva.
- Traquina, N. (2007). *Jornalismo* (2a ed). Quimera.
- Traquina, N., Cabrera, A., Ponte, C., & Santos, R. (2001). *O jornalismo português em análise de casos*. Caminho.

Anexos

Anexo I. Questionário aos Jornalistas de Economia

Perceções e Atitudes dos Jornalistas face às Fontes de Economia (ESCS... <https://docs.google.com/forms/u/0/d/1Uz2SaLxTnaJ3PF8xF190b254J...>

Perceções e Atitudes dos Jornalistas face às Fontes de Economia (ESCS - IPL)

O presente questionário é anónimo, não podendo os seus dados serem usados para qualquer outro fim não discriminado, nem divulgados a entidades externas. Os elementos solicitados destinam-se única, e exclusivamente, a serem usados para efeitos estatísticos, no âmbito de uma dissertação de mestrado relativa ao pluralismo das fontes de informação no jornalismo económico, para a Escola Superior de Comunicação Social.

O questionário leva, aproximadamente, cinco minutos a completar e alertamos que, naturalmente, não existem respostas certas ou erradas. Nenhuma questão é de resposta obrigatória.

Agradecemos, antes de mais, a sua participação.

1. Idade

2. Sexo

Marcar apenas uma oval.

☐ M

☐ F

☐ Prefiro não dizer

☐ Outra:

3. Há quantos anos é jornalista?

4. Qual o seu órgão de comunicação social? (Ex. Público, Diário de Notícias)

5. Em média, quantas fontes consulta para elaborar uma peça?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Nenhuma
- ☐ 1
- ☐ 2
- ☐ 3 ou mais

6. Qual a origem das fontes com as quais interage mais?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Oficial, ou outras relacionadas com o Estado (Ex. Partidos, Proteção Civil, Polícia, Deputados)
- ☐ Empresarial (Quaisquer representantes de uma corporação empresarial)
- ☐ Institucional (Fontes independentes como ONG's, sindicatos, organizações sem fins lucrativos ou outros grupos sociais)
- ☐ Individual (Fonte representante de si mesma. Não fala por uma organização ou grupo. Ex. vítima, cidadão, artista, político)
- ☐ Testemunhal (Fonte observadora ou participante direta de um acontecimento. Não defende causa própria)
- ☐ Especializada (Organizações, especialistas ou outros peritos de conhecimento específico reconhecido)
- ☐ Referência (Livros, artigos, teses, outros tipos de documentos e meios multimédia)
- ☐ Outra: _____

7. Como qualifica o nível de confiança das fontes com as quais interage mais?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Confiáveis (Mantém uma relação estável com o jornalista, são acessíveis e divulgam informação oportuna, verdadeira e rápida)
- ☐ Fidedignas (Não mantêm histórico de confiança mútua, embora exerça poder pela sua posição social, inserção ou proximidade do acontecimento)
- ☐ Duvidosas (Invocam a dúvida, reserva ou suspeita do jornalista. Embora a posição da fonte confira crédito, a informação é tida como verdadeira até prova em contrário)
- ☐ Fonte falsa ou apócrifa

8. Qual o tipo de fonte em quem mais confia?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Oficial, ou outras relacionadas com o Estado (Ex. Partidos, Proteção Civil, Polícia, Deputados)
- ☐ Empresarial (Quaisquer representantes de uma corporação empresarial)
- ☐ Institucional (Fontes independentes como ONG's, sindicatos, organizações sem fins lucrativos ou outros grupos sociais)
- ☐ Individual (Fonte representante de si mesma. Não fala por uma organização ou grupo. Ex. vítima, cidadão, artista, político)
- ☐ Testemunhal (Fonte observadora ou participante direta de um acontecimento. Não defende causa própria)
- ☐ Especializada (Organizações, especialistas, peritos de conhecimento específico reconhecido)
- ☐ Referência (Livros, artigos, teses, outros tipos de documentos e meios multimédia)
- ☐ Outra: _____

9. Em média, as fontes com as quais interage agem de forma:

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Ativa (Usam os média para gerir a própria imagem pública. Distribuem materiais de apoio como press releases e organizam conferências. Menos ostensiva que as fontes proativas)
- ☐ Passiva (Bibliografia, documentos, meios multimédia, assim como toda a fonte que fornece apenas as informações solicitadas)
- ☐ Reativa (Segue estratégias preventivas e defensivas. Não presta declarações ou apenas reage em situações de crise)
- ☐ Proativa (Estão sempre disponíveis, produzem e oferecem notícias a pronto e de forma antecipada. Seguem estratégias de visibilidade e agendamento fomentando uma imagem pública positiva)
- ☐ Outra: _____

10. Na sua opinião, qual o maior desafio do jornalismo económico?

Marcar apenas uma oval.

- ☐ Devido uso/tradução/explicação da linguagem técnica
- ☐ Concentração dos média em grupos económicos
- ☐ Atratividade do produto noticioso
- ☐ Relacionamento com as fontes
- ☐ Constrangimentos de tempo na produção de uma peça
- ☐ Outra: _____

11. Responda às seguintes questões indicando o seu grau de concordância com as mesmas.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Completamente	Discordo	Neutro/Sem opinião	Concordo	Concordo Completamente
Considero adequada a atual diversidade de fontes usadas pela minha editoria	☐	☐	☐	☐	☐
Já senti pressões de uma fonte para publicar/não publicar uma peça	☐	☐	☐	☐	☐
Contacto diariamente com fontes recorrentes	☐	☐	☐	☐	☐
Já me auto-censurei de modo a não prejudicar a relação com uma fonte	☐	☐	☐	☐	☐
Através do meu órgão de comunicação social adicionei fontes à minha rede pessoal de contactos	☐	☐	☐	☐	☐

Anexo II. Amostra de Peças Lusa – Agência de Notícias

Peça 1:

5G. Regulamento do leilão prevê desconto de 25% para entrantes

Lisboa, 10 fev 2020 (Lusa) - O projeto de regulamento do leilão para o 5G, aprovado pela Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom), prevê um desconto de 25% sobre o preço do espectro para os "novos entrantes" nas faixas 900 MHz e 1.800 MHz.

"De forma a gerar um impacto positivo na concorrência e nos utilizadores finais, o projeto de regulamento do leilão contempla uma reserva de espectro para os novos entrantes, considerados como as entidades que não detêm direitos de utilização de frequências [DUF] em faixas designadas para serviços de comunicações eletrónicas terrestres", refere a Anacom. "Aos novos entrantes será dada a possibilidade de, numa fase de licitação própria, adquirir direitos de utilização de frequências nas faixas de 900 MHz e dos 1.800 MHz, embora não fiquem impedidos de na fase de licitação principal poder licitar pelo espectro remanescente", refere o regulador liderado por João Cadete de Matos.

"Os novos entrantes beneficiarão ainda de um desconto de 25% sobre o preço do espectro que adquirirem nas faixas em causa", adianta o regulador.

Globalmente, pelas diversas faixas de frequência que irão a concurso, a Anacom determinou um preço de reserva (sem descontos) na ordem dos 237,9 milhões de euros (preço base de licitação).

Além disso, "com vista ao estabelecimento de condições que contribuam para o surgimento de novas operações e para a sua sustentabilidade, o projeto de regulamento prevê a imposição de obrigações de acesso à rede para operadores móveis virtuais (MVNO) e/ou 'roaming' nacional às empresas que adquiram quantidades significativas de espectro e que já sejam detentores" de DUF em faixas designadas para serviços de comunicações eletrónicas.

O projeto de regulamento, que vai estar em consulta pública por 30 dias, prevê que o "pagamento dos preços finais do espectro atribuído nas faixas dos 700 MHz, dos 3,6 GHz e dos 900 MHz pode ser efetuado de forma diferida, para um terço do respetivo valor, até um período de cinco anos".

As empresas que vierem a participar no leilão de atribuição das licenças 5G "poderão adquirir as quantidades de espectro necessárias aos respetivos negócios, considerando-se, não obstante, fundamental a determinação de limites à aquisição de espectro, tal como aconteceu em procedimentos anteriores", refere o regulador, que hoje está a apresentar o projeto de regulamento.

ALU // MSF

Lusa/Fim

Peça 2:

CGD diz que isenta 2,5 milhões de clientes de comissões MB Way

Lisboa, 10 fev 2020 (Lusa) – A Caixa Geral de Depósitos (CGD) reagiu hoje à denúncia da associação Deco de cobrança "manifestamente desproporcionada" de comissões nas transferências MB Way, lembrando que isenta 2,5 milhões de clientes desse pagamento.

A Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor - Deco pediu hoje a intervenção dos partidos com assento parlamentar por causa da cobrança de comissões bancárias pelo uso do

serviço MB Way, considerando que os valores aplicados nas transferências são “manifestamente desproporcionados” e “contrariam o princípio da gratuidade”, tendo já merecido mais de 33 mil reclamações de consumidores ao Banco de Portugal.

Face a esta denúncia, a CGD emitiu um comunicado esclarecendo que isenta do pagamento desta comissão cerca de 700 mil jovens até aos 26 anos, além de 1,8 milhões de clientes com Contas Caixa, e lembrando serem gratuitas as transferências realizadas por contacto através das aplicações Caixadirecta e Caixa Easy.

A Deco diz que os valores das comissões por transferências MB Way “contrariam o princípio da gratuidade que deveria ser inerente” a essa aplicação que, de alguma forma, replica a utilização do Multibanco.

“A maior parte dos principais bancos já cobra pelas transferências através da ‘app’ [aplicação] MB Way. É o caso do BPI (1,20 euros), Caixa Agrícola (25 cêntimos), Millenium BCP (1,20 euros) e Santander (90 cêntimos)”, recorda a Deco, acrescentando que a Caixa Geral de Depósitos se juntou recentemente à lista, cobrando uma comissão de 85 cêntimos, mais 4% de imposto de selo por cada transferência realizada.

Segundo a Deco, os valores cobrados pela CGD representam “um aumento de mais de 300% em relação aos valores previstos no anterior preçário, que nunca estiveram em vigor”.

A associação diz ainda que, depois de receber mais de 33 mil reclamações dos consumidores, o Banco de Portugal “continua a ignorar a responsabilidade que lhe incumbe por lei, de zelar pelo cumprimento dos princípios da proporcionalidade, transparência e lealdade em matéria de comissionamento bancário”.

A Deco pede assim aos deputados que alterem a lei no sentido de garantir que as comissões associadas ao serviço MB Way não ultrapassem os limites dos custos imputados aos comerciantes para pagamentos com cartões nos termos definidos pelo regulamento europeu de 2015, ou seja, “0,2% para os cartões de débito e 0,3% para os cartões de crédito”.

VP (SO) // CSJ

Lusa/Fim

Peça 3:

5G: Projeto de regulamento cria condições favoráveis para concorrência – Anacom

Lisboa, 10 fev 2020 (Lusa) - O presidente da Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom), João Cadete de Matos, afirmou hoje que o projeto de regulamento do leilão para a atribuição de licenças 5G pretende criar condições favoráveis para “o desenvolvimento da concorrência”.

João Cadete de Matos, que falava na conferência de imprensa sobre o projeto de regulamento do leilão 5G, referiu que cabe ao regulador “criar as melhores condições para que esse desenvolvimento da concorrência tenha lugar”.

O regulamento prevê a entrada de novas empresas nas comunicações móveis em Portugal por três vias: operador virtual, ‘roaming’ nacional e compra de espectro.

Por via da partilha de “soluções que já estejam instaladas” pode acontecer de duas formas, “com base na utilização virtual”, ou seja como operador móvel virtual, ou através de acordos para ‘roaming’ nacional.

“Portugal é o que tem menor número de operadores virtuais, que estabelecem acordo de utilização com operadores que têm espectro, que tem o mérito de partilhar os custos de

investimento", além de permitir aos operadores instalados "ter uma receita adicional" e "reduzir custos de investimento", afirmou João Cadete de Matos.

"A outra alternativa, que também está plasmada nas condições" do regulamento, é "o estabelecimento de acordos de 'roaming' nacional", o que permite ao operador que não tenha cobertura nacional poder utilizar a rede dos outros operadores, prosseguiu.

O presidente da Anacom sublinhou que o 'roaming' nacional é algo "que é comum em vários países europeus", apontando Espanha como exemplo.

"Não estamos a impor" aos operadores já instalados o 'roaming' nacional, mas será obrigatório ser disponibilizado aos novos entrantes, de acordo com o projeto de regulamento que vai estar em consulta pública por 30 dias úteis a contar a partir da data de publicação em Diário da República, prevista para 12 de fevereiro.

Ou seja, as "condições para poder haver desenvolvimento da atividade de operadores que queiram se estabelecer" no mercado português e "ter também operação de utilização da rede móvel" passam por partilha de infraestruturas - operador móvel e 'roaming' nacional' e ter licenças de espectro.

"Temos três operações que criam condições para a instalação de novos operadores móveis", afirmou, salientando que na consulta que foi feita, no âmbito da preparação do regulamento, "houve de facto interessados que expressaram esse interesse" de operar no mercado português, prosseguiu.

João Cadete de Matos disse esperar que "esses interessados" venham a participar no leilão da quinta geração móvel (5G).

"Nos países em que existe um quarto operador móvel os preços são mais favoráveis aos utilizadores que em Portugal" e este regulamento cria "condições para que isso aconteça em Portugal", acrescentou.

"É um ponto vital" para o negócio das telecomunicações, disse, acrescentando que "a partilha" e o 'roaming' nacional "faz parte" disso, adiantou.

"Há um equívoco [em Portugal] que eu consigo evitar a concorrência se a minha rede não for partilhada", apontou, sublinhando que esta ideia não se aplica em outros países.

ALU // MSF

Lusa/Fim

Peça 4:

Isabel Camarinha é a candidata a secretária-geral da CGTP

Lisboa, 10 fev 2019 (Lusa) - A presidente do Sindicato do Comércio e Serviços de Portugal (CESP), Isabel Camarinha, vai ser a candidata a secretária-geral da CGTP, a eleger no congresso que se realiza na sexta-feira e no sábado, no Seixal, foi hoje decidido.

De acordo com uma fonte sindical, a proposta foi apresentada na reunião de hoje da comissão executiva da Intersindical e apenas contou com a abstenção dos cinco elementos da corrente sindical socialista.

Os restantes membros da comissão executiva, composto por um total de 29 sindicalistas, votaram favoravelmente a candidatura.

Isabel Camarinha tem 59 anos e, por isso, só poderá fazer um mandato como secretária-geral da CGTP.

É presidente do CESP há quatro anos e coordenadora da Federação dos Sindicatos do Comércio e Serviços de Portugal.

Integra a Comissão Executiva da Inter há quatro anos, por inerência de funções.

RRA // EA

Lusa/Fim

Peça 5:

Maiores retalhistas com quatro biliões de receitas no último ano fiscal

Lisboa, 10 fev 2020 (Lusa) – As 250 maiores retalhistas mundiais, incluindo a Jerónimo Martins e a Sonae SGPS, geraram 4,74 biliões de dólares de receitas (4,32 biliões de euros) no ano fiscal de 2018, encerrado em junho de 2019, foi hoje divulgado.

“As 250 maiores empresas mundiais de retalho geraram um total de receitas de 4,74 biliões de dólares no ano fiscal de 2018 (correspondente ao exercício encerrado até junho de 2019), um aumento de 210 mil milhões de dólares em relação ao ano fiscal transato, o que representa um crescimento de 4,1%”, segundo o estudo ‘Global Powers of Retailing 2020’ da Deloitte, hoje divulgado.

A liderar o ‘ranking’ ficaram as cadeias norte-americanas Wal-Mart, com receitas superiores a 500 mil milhões de dólares (cerca de 456 mil milhões de euros) Costco Wholesale e a Amazon, que entrou, pela primeira vez, para o top três.

A completar o grupo das cinco maiores retalhistas ficaram o alemão Schwarz Group e a norte-americana The Kroger Co., que, no anterior ‘ranking’, figurava no terceiro lugar.

Por sua vez, a ocupar a última posição, ficou a chinesa Chongqing Department Store Co. No final da tabela figuram ainda as norte-americanas Save-A-Lot Food Stores Ltd (249.^a posição) e Ingles Markets (248.^a posição), bem como a japonesa Daiso Industries Co. (247.^a posição).

Os 10 maiores retalhistas contribuíram em 32,2% para a receita total gerada no período em causa, um valor superior aos 31,6% registados no exercício anterior.

O crescimento de receitas destas empresas (6,3%) ultrapassou a média do ‘ranking’ total, que se fixou nos 4,1%.

Por setor, o retalho alimentar, com 136 empresas, foi o que mais contribuiu para o top 250, representando 66,5% do total de receitas geradas no ano fiscal de 2018.

“Apesar do crescimento registado ao nível de receitas dos maiores retalhistas mundiais, há ainda muita incerteza relativamente aos resultados que o ano de 2020 pode trazer, quer pelas consequências político-económicas do ‘Brexit’ [saída do Reino Unido da União Europeia], uma vez que o Reino Unido tem um peso significativo no setor do retalho, quer pelo impacto da epidemia de coronavírus na economia chinesa e global. Ambos os fatores poderão vir a condicionar e alterar o comportamento dos consumidores a nível mundial”, referiu, citado no mesmo documento, o líder de ‘consumer’ da Deloitte, Duarte Galhardas.

Por sua vez, Pedro Miguel Silva, sócio do setor de retalho da Deloitte, defendeu que “um dos principais fatores de diferenciação dos retalhistas europeus em relação ao resto do mundo assenta na capacidade de internacionalização dos seus negócios e na forte capacidade de aproveitamento do fenómeno da globalização”.

Conforme apontou este responsável, as empresas começam também a investir no ‘e-commerce’ e na transformação digital dos seus negócios, “pelo que o potencial de crescimento pode vir a

ser ainda mais significativo”.

PE // EA

Lusa/Fim

Peça 6:

Alterações nos vistos gold não prejudicarão investimentos de brasileiros

São Paulo, 11 fev 2020 (Lusa) - O secretário de Estado Adjunto e da Economia português disse hoje ter a certeza de que as mudanças nas regras de concessão dos "vistos gold", aprovadas pela Assembleia da República, não afetarão os investimentos de cidadãos brasileiros em Portugal.

De certeza [que os investimentos continuarão]. Os brasileiros estão em uma fase de redescoberta de Portugal e se calhar nós próprios estamos em uma redescoberta do Brasil. Temos tantas oportunidades que não será por isto que não teremos mais investimentos de brasileiros em Portugal", afirmou João Neves ao ser questionado pela Lusa sobre o assunto na Câmara Portuguesa de Comércio, na cidade de São Paulo, no Brasil.

"Quando se toma decisão há sempre aspetos que podem ser entendidos como positivos e negativos. A existência dos 'vistos gold' são um instrumento de natureza excecional, nunca foram o centro da política de atração de investimentos em Portugal", acrescentou.

O secretário de Estado português fez uma breve viagem ao país sul-americano, que começou no Rio de Janeiro e termina hoje em São Paulo, onde esteve em dois encontros com empresários.

O primeiro evento aconteceu na sede do maior sindicato patronal do país, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e o segundo na Câmara Portuguesa de Comércio, onde apresentou os planos de atração de investimentos do Governo e também falou sobre os benefícios das parcerias de negócios entre empresas brasileiras e portuguesas.

Segundo João Neves, a mudança nestes vistos é um "sinal ao mercado" de que o Governo gostaria de que "estes investimentos fossem dirigidos para as oportunidades que continuam a existir fora das regiões de Lisboa e do Porto".

A limitação da concessão dos "vistos Gold" aos investimentos imobiliários em municípios do interior ou das regiões autónomas dos Açores e da Madeira foi aprovada este mês, na discussão na especialidade do Orçamento do Estado 2020.

Questionado se as mudanças nos "vistos gold" foi tema de dúvidas e perguntas dos empresários brasileiros nestes encontros, o secretário de Estado respondeu negativamente.

"Aquilo que foi aprovado determina que algumas regiões de Portugal deixam de ser elegíveis para acesso aos 'vistos gold', mas há todo um território para explorar. Nós temos muita diversidade, nós temos coisas que do ponto de vista destes investimentos se calhar são capazes de valorizar melhor no futuro do que as oportunidades em Lisboa e Porto poderiam oferecer", defendeu o governante.

"As oportunidades não acabam, são diferentes, estamos muito interessados que este movimento se alargue pelo país", frisou o membro do Governo português.

João Neves exemplificou que as pessoas que planeiam ir, por exemplo, para Lisboa ou para Cascais em função do mercado imobiliário não necessitam de "vistos gold", pois já este tipo de investidor conhece o país e passou, nos últimos anos, a conhecer melhor também seu mercado imobiliário.

O Brasil é o segundo país com maior número de concessões de "vistos gold" expedidos em Portugal, ficando atrás apenas da China.

Em janeiro, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras informou à Lusa que o investimento oriundo do Brasil registou um aumento de 6,3% no ano passado, face a 2018, para 158,1 milhões de euros (210 vistos 'dourados').

Peça 7:

Lucro da Air Liquide cresce 6,1% em 2019 para 2.242 milhões de euros

Lisboa, 11 fev 2020 (Lusa) – O lucro da Air Liquide cresceu 6,1% em 2019, para 2.242 milhões de euros, face ao ano anterior, apesar da deterioração do mercado industrial no último trimestre do ano passado, anunciou hoje o grupo empresarial.

O volume de negócios do grupo cifrou-se em 21.920 milhões de euros no ano passado, mais 3,2% face ao período homólogo do anterior, refere em comunicado a multinacional especializada nas áreas da produção de gases, de tecnologias e serviços para a indústria e na área da saúde.

No exercício de 2019, as vendas do grupo Air Liquide foram impulsionadas pelo desenvolvimento das linhas de negócio de “gases e serviços” e “mercados globais e tecnologias”.

“Em bases comparáveis, todas as atividades de gases e serviços, que representam 96% da receita do grupo, evoluíram favoravelmente ao longo do ano, com a eletrónica e a saúde a serem particularmente dinâmicas”, lê-se no comunicado.

A nível geográfico, a Air Liquide cresceu em todas as regiões, sobretudo nas zonas da Europa e da Ásia-Pacífico.

“Apesar da esperada desaceleração da economia mundial observada no quarto trimestre do ano passado, o grupo alcançou resultados sólidos confirmando a relevância do seu modelo de negócio e a sua estratégia”, disse Air Liquide em comunicado, lembrando que o seu presidente e presidente executivo, Benoît Potier, considerou que 2019 foi “um ano decisivo”.

O ano de “2019 caracterizou-se simultaneamente por uma melhoria significativa no desempenho, pelo elevado nível de investimentos para servir os clientes e fortalecer a eficiência, e pela aplicação operacional do plano de ação climática”, acrescentou.

A administração da Air Liquide vai propor a distribuição de um dividendo de 2,7 euros por ação na assembleia-geral de acionistas de 05 de maio, mais 12,4% do que exercício anterior. O montante global que a Air Liquide prevê distribuir em dividendos relativos a 2019 somará os 1.311 milhões de euros.

JS // CSJ

Lusa/Fim

Peça 8:

Título: Fed diz que política monetária é adequada, mas está atenta aos riscos

Washington, 11 fev 2020 (Lusa) - O presidente da Reserva Federal (Fed) afirmou hoje que a política monetária seguida pelo banco central mantém-se apropriada, reconhecendo que os riscos para a economia mundial permanecem, nomeadamente devido à epidemia causada pelo coronavírus.

"Parte das incertezas associadas ao comércio baixou recentemente, mas os riscos permanecem", indicou Jerome Powell, num discurso perante parlamentares norte-americanos divulgado antecipadamente.

"Estamos a acompanhar de perto o aparecimento do coronavírus, que pode causar perturbações na China com repercussões no resto da economia mundial", acrescentou. A epidemia causada pelo novo coronavírus já fez mais de mil mortos na China, de acordo com o último balanço.

No relatório de política monetária que divulgou na sexta-feira, a Fed já tinha manifestado preocupação com a situação.

Sublinhando a solidez da economia norte-americana, o presidente da Fed considerou que a atual orientação da política monetária continua apropriada, depois de três reduções consecutivas nas taxas de juro em 2019, tendo estas permanecido inalteradas desde então.

"É evidente que a política (monetária) não tem a sua trajetória toda traçada. Se a evolução da situação o exigir, vamos reavaliar as nossas perspetivas", destacou Jerome Powell.

No discurso, o dirigente do banco central defendeu que os números positivos da economia norte-americana devem ser aproveitados para reduzir o défice orçamental, sublinhando que "um orçamento federal mais sustentável pode apoiar a economia a longo prazo".

O Presidente norte-americano, Donald Trump, apresentou na segunda-feira o orçamento para 2021 que atrasa em cinco anos o regresso ao equilíbrio orçamental, para 2035.

A nove meses das eleições presidenciais, o projeto orçamental baseia-se em previsões de receitas exageradamente otimistas e reduz as ajudas sociais.

A Fed espera também aproximar-se do objetivo de uma inflação de 2% nos próximos meses, depois de se ter afastado dessa meta em finais de 2019.

A próxima reunião do comité de política monetária do banco central dos Estados Unidos terá lugar nos dias 17 e 18 de março.

EO // CSJ

Lusa/fim

Peça 9:

Sistema de garantia de depósitos. Lagarde pressiona Bruxelas para avançar

Estrasburgo, França, 11 fev 2020 (Lusa) – A presidente do Banco Central Europeu (BCE) pressionou hoje a União Europeia a “fazer o que lhe compete” e concluir a União Económica e Monetária para reforçar o euro, nomeadamente avançando com o sistema europeu para garantia de depósitos.

“Nos últimos anos, a arquitetura da zona euro mudou substancialmente, mas tal como sabem, há elementos centrais que ainda estão por completar ou incompletos [...] e é por isso que o BCE defende e vai continuar a defender a conclusão da União Económica e Monetária”, disse Christine Lagarde, estreando-se na sessão plenária do Parlamento Europeu, na cidade de francesa de Estrasburgo.

Falando num debate sobre a política monetária do BCE, a responsável apontou que falta, na União Europeia (UE), completar a União de Mercado de Capitais e criar um sistema europeu de garantia de depósitos, mecanismos que, a seu ver, poderão ter um “papel fundamental de estabilidade em caso de existirem ou quando existirem choques externos”.

Prevê-se que este sistema europeu sirva de cobertura complementar aos sistemas de garantia constituídos a nível nacional, permitindo, assim, aos governos da zona euro respeitarem a obrigação legal de proteger depósitos até 100 mil euros em caso de falência de um banco.

“Não só iria permitir proteger os nossos padrões desses choques externos, mas também promover a influência do euro no mundo, incluindo torná-lo mais atrativo a nível mundial”, sustentou Christine Lagarde.

Lembrando o falhanço das negociações sobre esta matéria no seio do Eurogrupo, já que os ministros das Finanças da UE ainda não chegaram a acordo sobre estas medidas para reforço da zona euro, a presidente do BCE alertou que “todas as partes devem fazer o que lhes compete”.

“Um importante pilar da UE num mundo cada vez mais globalizado é a União Económica e Monetária, que não deve ser esquecida, e o papel do Parlamento Europeu enquanto colegislador também não pode ser menosprezado”, apontou Christine Lagarde.

Presente na discussão, o vice-presidente da Comissão Europeia com a pasta económica, Valdis Dombrovskis, saudou o apelo feito por Lagarde, referindo ser “relevante para a posição da UE a nível internacional” ter uma moeda única mais resiliente.

ANE // EA

Lusa/Fim

Peça 10:

Bankinter admite avaliar compra do Novo Banco quando oportunidade surgir

Lisboa, 11 fev 2020 (Lusa) - O responsável da operação em Portugal do Bankinter, Alberto Ramos, disse hoje que o grupo bancário espanhol avalia eventuais oportunidades de aquisições e admitiu que estará atento ao Novo Banco quando este for colocado no mercado. "O nosso crescimento é resultado do crescimento orgânico. Não quer dizer que não olhemos para oportunidades de crescimento inorgânico e quando acharmos que fazem sentido estaremos ativos", disse Alberto Ramos na apresentação aos jornalistas dos resultados de 2019 do Bankinter Portugal.

O responsável não esclareceu se o Bankinter avaliou a possibilidade de comprar o EuroBic, depois de na segunda-feira ter sido anunciado que este seria vendido em 95% ao grupo espanhol Abanca (o que inclui a venda das participações de Isabel dos Santos), e referiu apenas que a sua compra pelo Abanca permite ajudar a resolver um "problema de instabilidade que estava a existir" e que notícias negativas, mesmo que afetem outros bancos, "prejudicam todos".

Já questionado sobre um eventual interesse no Novo Banco (detido em 75% pelo fundo norte-americano Lone Star e em 25% pelo Fundo de Resolução), quando este for colocado à venda, Alberto Ramos admitiu que o Bankinter irá avaliar.

"O Novo Banco é natural que venha a estar no mercado e portanto estaremos atentos a essa oportunidade", disse.

Segundo explicou, o interesse dependerá do ativo que for colocado no mercado e do preço, referindo que, apesar de ter trabalhado 13 anos no BES, o Novo Banco é hoje "muito diferente" e provavelmente será também diferente quando for colocado à venda.

"Cada negócio depende do que se está a comprar, do preço, a nossa estratégia tem sido de crescimento orgânico, e bem sucedido, mas não significa que não olhemos para outras oportunidades e não venhamos a concretizar", acrescentou.

O grupo Bankinter teve lucros de 551 milhões de euros em 2019, um aumento de 4,6% relativamente a 2018, com a atividade em Portugal a contribuir com 65,6 milhões de euros antes de impostos (mais 9% face a 2018).

Em Portugal, o Bankinter tinha no final do ano passado 761 trabalhadores e 81 agências (além de centros de empresas e de 'private banking').

A margem bruta de negócio aumentou 17% para 129,1 milhões de euros e os custos operativos reduziram-se 2% para 86,2 milhões de euros.

O crédito total aumentou 12,1% para 6.500 milhões de euros (com o rácio de crédito em incumprimento a ser de 2,4% em 2019, abaixo dos 3,6% de 2018), com o crédito à habitação a crescer 11% para 4.200 milhões de euros (a nova produção aumentou 35% para 693 milhões de euros, do qual 26% do crédito a taxa de juro fixa) e o crédito a empresas 26% para 2.000 milhões de euros.

Os depósitos aumentaram 7% para 4.700 milhões de euros. Já os recursos fora de balanço (investimentos de clientes em fundos investimento) aumentaram 17% para 3.500 milhões de euros.

Já questionado sobre o atual momento da banca em Portugal, Alberto Ramos considerou que se vive um momento "mais competitivo, de concorrência forte", mas considerou que não voltará a haver "loucuras" na concessão de crédito e exemplificou que atualmente a taxa de juro mínima no mercado ronda os 1%, o que compara com taxas em torno de 0,25% que os bancos faziam antes da crise.

"Todos têm tido uma postura mais prudente, mais conservadora do que no passado", venceu. Segundo o responsável, ainda hoje o banco tem contratos desses que pesam no balanço:

"Todos os meses pagamos a 5.500 clientes, devolvemos capital a 5.500 clientes, porque nesse período os 'spreads' eram de 0,25%, 0,29%, 0,30", indicou.

Em dezembro, o Bankinter teve custos de 35 mil euros com a devolução de capital a clientes, no âmbito da lei que obriga a banca a descontar o valor negativo das Euribor nas taxas dos clientes.

IM (FPB) // EA

Lusa/Fim

Peça 11:

Governo acredita em acordo apesar das críticas dos parceiros sociais

Lisboa, 12 fev 2020 (Lusa) – O ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital considerou hoje haver condições para progredir e chegar a um consenso na Concertação Social sobre o acordo de competitividade e rendimentos, apesar das críticas dos parceiros sociais.

“Este é um acordo muito ambicioso, estamos a tratar pela primeira vez na nossa história de matérias que nunca foram com esta abrangência discutidas. É normal, por isso, que o ritmo

das negociações seja difícil, mas o Governo acha que há condições para continuar a progredir”, disse Pedro Siza Vieira.

O governante, que disse acreditar "verdadeiramente" num acordo, falava em Lisboa no final da quarta reunião da Concertação Social relativa ao acordo de médio prazo sobre competitividade e rendimentos, na qual o executivo apresentou um documento aos parceiros sociais que, por sua vez, o consideraram genérico.

“É um documento muito genérico e não percebemos por que razão o Governo quer fechar a todo o custo um acordo até ao fim de março”, afirmou o presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), João Vieira Lopes.

“Não assinamos qualquer acordo de carácter genérico e pressionados pelo tempo”, acrescentou o presidente da CCP, a única confederação patronal que falou aos jornalistas no final da reunião com o Governo que durou cerca de quatro horas.

Vieira Lopes assinalou que os pontos apresentados pelo Governo devem ser aprofundados e têm de ser criadas condições para que as empresas possam fazer subir os salários.

“É possível [um acordo], mas é necessário ter tempo”, sublinhou Vieira Lopes.

Em resposta às críticas, o ministro disse que “mais importante que ter um objetivo em relação à data é ter a capacidade de progredir de forma firme relativamente a um acordo que é muito abrangente e exigente”.

“Está muito claro que não vamos fechar nada enquanto não fecharmos tudo”, afirmou Pedro Siza Vieira.

Porém, o ministro admitiu que “não faz sentido” fechar um acordo se o mesmo não incluir o objetivo de encontrar uma metodologia consensual entre sindicatos e associações empresariais com vista a aumentar os salários nas empresas através da negociação coletiva.

“Aquilo que nos parece possível é ter uma discussão construtiva e que se conclua por um acordo tão alargado quanto possível”, declarou o governante.

A proposta do Governo é encontrar uma metodologia que permita fixar um referencial médio para crescimento dos salários a partir de um conjunto de indicadores como a produtividade, a inflação, o crescimento do emprego e a evolução do Produto Interno Bruto.

Porém, a definição de um referencial tem sido criticada por sindicatos e empresas.

O secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, defendeu que nos aumentos salariais deve ser tida em conta a produtividade passada já que nos últimos 20 anos registou-se um aumento de 17% neste indicador e a inflação com habitação.

Tal como a CCP, também o líder da intersindical criticou a proposta do Governo, considerando tratar-se de “generalidades”, enquanto a presidente da UGT pediu igualmente “medidas concretas” ao Governo.

Segundo contaram, os parceiros ficaram de enviar as suas propostas ao Governo até dia 19, que serão discutidas na próxima reunião da Concertação Social.

DF // SR

Lusa/Fim

Peça 12:

Decisão de Bruxelas sobre imposto é "incompreensível e contraditória"

Lisboa, 12 fev 2020 (Lusa) – O Governo lamenta a decisão de Bruxelas avançar com uma ação contra Portugal, em virtude dos veículos usados importados de outros Estados

continuarem sujeitos a impostos superiores aos aplicados aos carros comprados em Portugal, classificando-a como “incompreensível e contraditória”.

“Portugal lamenta e discorda da decisão hoje tomada pela Comissão Europeia [...]. Portugal entende que o atual modelo de apuramento do ISV [Imposto sobre veículos] sobre os veículos usados comprados noutros Estados-membros da União Europeia cumpre simultaneamente o princípio da livre concorrência e vai ao encontro do Pacto Ecológico Europeu”, lê-se numa resposta do Ministério das Finanças enviada à Lusa.

Assim, a posição de Portugal assenta no princípio de que “os malefícios causados ao ambiente” pelos veículos usados não são inferiores aos dos veículos novos, considerando o mesmo escalão de CO2 (dióxido de carbono), pelo que “o modelo respeita o princípio de igualdade tributária e do poluidor pagador”.

Conforme apontou o executivo, Portugal considera “incompreensível e contraditória a decisão” divulgada pela Comissão Europeia, acrescentando que vai continuar a sensibilizar para a necessidade “de ter em conta a dimensão dos princípios de defesa do meio ambiente no tratamento desta questão”.

A Comissão Europeia instaurou hoje uma ação contra Portugal junto do Tribunal de Justiça da União Europeia (UE) em virtude de os veículos usados importados de outros Estados-membros continuarem sujeitos a impostos superiores àqueles aplicados aos 'usados' adquiridos no mercado português.

O executivo comunitário lembrou que, “ao abrigo das regras da UE, nenhum Estado-membro pode fazer incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas, qualquer que seja a sua natureza, superiores às que incidam, direta ou indiretamente, sobre produtos nacionais similares”, mas Portugal continua a aplicar uma carga tributária superior aos automóveis em 'segunda mão' importados de outros países da União. Segundo a Comissão, “a legislação portuguesa em causa não tem plenamente em conta a depreciação dos veículos importados de outros Estados-membros” e é, por conseguinte, incompatível com o Tratado da UE.

Bruxelas recordou ainda que enviou a Portugal, em 24 de janeiro de 2019, uma “carta de notificação para cumprir”, seguida, em 27 de novembro último, de um “parecer fundamentado”, a segunda e última etapa antes da apresentação de uma ação junto do Tribunal de Justiça, o que a Comissão concretizou agora “visto que Portugal ainda não cumpriu as suas obrigações”.

PE/JE (ACC) // MSF

Lusa/Fim

Peça 13:

Facebook bloqueia três campanhas de desinformação, uma ligada à Rússia

Nova Iorque, EUA, 12 fev 2020 (Lusa) - O Facebook, que está a tentar fortalecer a luta contra a desinformação nas suas diferentes plataformas, anunciou hoje que bloqueou três novas campanhas que visavam influenciar a opinião pública, uma delas ligada à Rússia.

"Estamos constantemente a trabalhar para detetar e interromper este tipo de atividade, porque não queremos que os nossos serviços sejam utilizados para manipular as pessoas", afirmou Nathaniel Gleicher, responsável da cibersegurança da rede social Facebook, num 'post' do blogue.

"Estamos a progredir na eliminação deste tipo de abusos, mas como afirmámos anteriormente, é um desafio permanente", acrescentou.

A rede social excluiu dezenas de contas, páginas e grupos no Facebook e Instagram, não por causa do conteúdo, mas devido à forma como funcionavam e se coordenavam para induzir em erro os seus leitores sobre a sua identidade e objetivos.

A primeira operação foi orquestrada pela Rússia, com 78 contas, 11 páginas e 29 grupos no Facebook, além de quatro contas no Instagram - detida pela mesma rede social -, direcionada para a Ucrânia e países vizinhos.

"Algumas das contas apresentavam-se como de jornalistas cidadãos e tentaram entrar em contacto com decisores, jornalistas e outras personalidades públicas da região", salientou o Facebook.

De acordo com a investigação, estas contas estavam ligadas aos serviços de inteligência russos.

A segunda operação foi organizada a partir do Irão e dirigida aos Estados Unidos, com seis contas de Facebook e cinco no Instagram. Foram partilhados artigos sobre a atualidade política e a geopolítica, incluindo temas como as eleições nos Estados Unidos, cristianismo, as relações entre os Estados Unidos e o Irão e a política de migração norte-americana.

A terceira rede operava a partir do Vietname e em Myanmar (Birmânia) e tinha como alvo a população birmanesa, com 13 contas e 10 páginas no Facebook. Criticavam, essencialmente, duas operadoras de telecomunicações e estavam ligados, segundo a rede social, a dois concorrentes e a uma empresa de relações públicas.

ALU // JNM

Lusa/Fim

Peça 14:

ERSE coloca em consulta pública investimentos no gás natural até 2029

Redação, 12 fev 2020 (Lusa) – A Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE) colocou em consulta pública um plano de investimentos no gás natural até 2029, que inclui um valor de 23,7 milhões de euros para melhoramentos obrigatórios, avançou hoje o regulador.

Além disso, o plano de desenvolvimento e investimento da rede nacional de transporte, infraestruturas de armazenamento e terminais de Gás Natural Liquefeito (RNTIAT) contempla investimentos de perto de 150 milhões de euros em infraestruturas, mas que dependem de uma série de fatores externos.

No documento, publicado no ‘site’ da ERSE e que estará em consulta pública até 27 de março, contam-se projetos base, que terão que ser concluídos, "de forma a assegurar a continuidade da segurança e operacionalidade das infraestruturas, em conformidade com os critérios regulamentarmente estabelecidos".

Abrangem “a remodelação e modernização nas infraestruturas da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural, no Terminal de GNL, no Armazenamento Subterrâneo e na Gestão Técnica Global”, referiu o regulador.

O plano decenal indicativo de desenvolvimento e investimento da RNTIAT (PDIRGN) prevê investimentos complementares, incluindo “a adaptação do cais de descarga do TGNL [o

Terminal de Gás Natural Liquefeito] de Sines, de modo a possibilitar o enchimento de navios de menores dimensões, proporcionando o abastecimento de GNL como combustível marítimo”, indicou a ERSE.

Este projeto está avaliado em nove milhões de euros, mas depende da manifestação de interesse por parte de ‘stakeholders’ externos à REN [Redes Energéticas Nacionais] e a sua aprovação pelo concedente.

A ERSE lista ainda alguns projetos “complementares duplamente dependentes”, em que, além das condicionantes dos outros projetos complementares, ainda estão dependentes da “realização de outros projetos estruturantes previstos além-fronteiras”.

De acordo com o regulador, para este grupo de iniciativas está prevista uma verba de quase 140 milhões de euros, mas que pode ser comparticipada por verbas europeias, descendo neste caso os custos para 81,5 milhões de euros, segundo a informação divulgada.

Neste conjunto de investimentos, incluem-se “os projetos da 1.^a fase da 3.^a interligação entre Portugal e Espanha e da estação de compressão do Carregado (este último funciona como complementar e potenciador em relação ao primeiro)”, indicou a ERSE.

Segundo detalhou a entidade, esta proposta foi apresentada pela “REN Gasodutos, enquanto operador da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN)”, à Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG), para o período 2020-2029.

A DGEG comunicou depois à ERSE que promoveu a consulta pública em causa.

ALYN // CSJ

Lusa/Fim

Peça 15:

Portugal coloca 564 milhões em dívida a seis anos a taxa de juro negativa

Lisboa, 12 fev 2020 (Lusa) - Portugal colocou hoje 564 milhões de euros em Obrigações do Tesouro (OT) a seis anos a juros negativos de -0,057% e 663 milhões de euros a 14 anos à taxa de juro de 0,555%, foi anunciado.

Segundo a página do IGCP, agência que gere a dívida pública, na agência Bloomberg, foram colocados 564 milhões de euros em OT com maturidade em 21 de julho de 2026 (cerca de seis anos) à taxa de juro de -0,057%. A procura cifrou-se em 1.369 milhões de euros, 2,43 vezes o montante colocado.

Com um prazo similar foi realizado um leilão em 13 de março de 2019 quando foram colocados 388 milhões de euros a sete anos à taxa de juro média de 0,763%.

Com maturidade em 18 de abril de 2034 (cerca de 14 anos), Portugal colocou também hoje 663 milhões de euros à taxa de juro de 0,555%, inferior à registada no anterior leilão comparável, em 09 de outubro, quando foram colocados 750 milhões de euros em OT a 15 anos à taxa de juro mínima de 0,490%.

Neste caso, a procura cifrou-se em 985 milhões de euros, 1,49 vezes o montante colocado.

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP) tinha anunciado para hoje a realização de um leilão de OT com maturidades em 21 de julho de 2026 (cerca de seis anos) e de outro de OT com maturidade em 18 de abril de 2034 (cerca de 14 anos) num montante indicativo global entre 1.000 e 1.250 milhões de euros.

Filipe Silva, diretor da gestão de ativos do Banco Carregosa, considera que "Portugal emitiu dívida a seis anos e 14 anos com 'yields' em mínimos históricos e sublinha que a emissão a seis anos foi "a primeira de longo prazo em que Portugal emitiu com 'yield' negativa".

"Os receios de algum abrandamento económico, juntamente com o coronavírus, levaram os investidores a procurarem ativos de refúgio, pelo que as taxas das dívidas soberanas voltaram a comprimir", indicou, adiantando que "os discursos de Lagarde (presidente do Banco Central europeu, BCE) e Powell (presidente da reserva federal dos Estados Unidos, Fed) apontam para um 'esperar para ver' o que continua a suportar o mercado de dívida, não deixando grandes expectativas, pelo menos para já, de uma subida de taxas".

Filipe Silva recorda ainda que "a título comparativo, há um ano atrás, para a maturidade de 2034, estávamos a pagar uma 'yield' de 2,034% versus os atuais 0,55%".

MC // JNM

Lusa/Fim

Peça 16:

Trabalhadores Portway acusam Governo de cometer "erro" na Madeira

Redação, 13 fev 2020 (Lusa) – Os trabalhadores da empresa de ‘handling’ (assistência nos aeroportos em terra) Portway defenderam hoje que as alterações do Orçamento do Estado para o subsídio social de mobilidade na Madeira são um “erro estratégico”, colocando postos de trabalho em causa.

Em causa está a ameaça da companhia aérea easyJet de interromper as ligações aéreas entre a Madeira e o continente, a partir de Lisboa e do Porto, na sequência da aprovação, no âmbito do Orçamento do Estado, das novas regras do subsídio de mobilidade para a Madeira, que determinam que os madeirenses passem a pagar apenas o preço estipulado para as passagens aéreas de ida e volta - 86 euros para os residentes e 65 euros para os estudantes - sem terem de adiantar valores passíveis de reembolso.

Num comunicado, a Comissão de Trabalhadores da Portway demonstrou “a sua preocupação sobre as consequências da alteração do subsídio social de mobilidade para os residentes da ilha da Madeira”.

O organismo considera que “é inequívoco que esta medida vem beneficiar todos os madeirenses, reforça o princípio de continuidade territorial e diminui o impacto da insularidade”, mas, ao mesmo tempo “trouxe muitas preocupações aos trabalhadores da Portway, em especial aos trabalhadores da escala do Funchal pelo facto da easyJet e Transavia ameaçarem abandonar as rotas domésticas. As posições das companhias aéreas devem-se exclusivamente a uma interferência política”, salienta a Comissão.

A Comissão de Trabalhadores da Portway criticou também a posição do secretário Regional de Turismo e Cultura da Madeira, Eduardo Jesus, acusando-o de considerar “um ‘bluff’ a posição da easyJet” e questionando se “a Transavia também está a fazer ‘bluff’”.

“Esta posição é de uma irresponsabilidade sem precedentes. Ambas as companhias são assistidas pela Portway e isso está a pôr em causa centenas de postos de trabalho”, alertou. Esta semana, Eduardo Jesus disse que "no que diz respeito à easyJet o que se passa é muito simples: estamos mais do que convencidos de que essa ameaça não se traduzirá na prática. O que acontece é que há um modelo de subsidiação dos residentes da Madeira e dos Açores, os

dois arquipélagos têm essa subsídio, e que, no caso da easyJet, não é entendido da mesma maneira que é pelas outras companhias", afirmou, num almoço com os jornalistas em Lisboa. No comunicado enviado hoje, a Comissão de Trabalhadores questiona ainda se o Governo "está realmente a defender os interesses dos madeirenses, prejudicando os interesses de quem nos visita" e acusa o executivo de "pôr em causa a liberalização da rota da Madeira". "Até quando vão insistir neste erro estratégico para a ilha da Madeira", perguntam os trabalhadores, no comunicado.

"Em 2019 as rotas domésticas da easyJet movimentaram mais de 350.000 passageiros. Evidentemente estas rotas trouxeram benefícios à região autónoma da Madeira, entre outros, uma maior concorrência e disponibilidade de tarifas mais baixas para todos", garantiram os trabalhadores.

Segundo o comunicado, a Portway prestou, no ano passado, "assistência a mais de 2.000 voos domésticos da easyJet só na escala do Funchal e a mais de 5 mil a nível nacional". Já a Transavia "realiza voos de ligação com origem e destino do Porto desde 2010, e só em 2019 foram assistidos na escala do Funchal pouco mais de 1.400 voos e a nível nacional mais de 2.800 voos transportando mais de 200.000 passageiros", adiantou a Comissão.

"Estamos seriamente preocupados com a possibilidade da deterioração das condições de trabalho e perda de postos de trabalho a nível nacional", referiu o organismo, recordando que, em 2016, a Ryanair terminou o contrato com a Portway e que isso fez com que a empresa fosse "obrigada a implementar medidas de reestruturação que passaram pelo despedimento coletivo de 257 trabalhadores dos vários aeroportos nacionais onde a Ryanair operava".

ALYN (MSF/PD/DC) // JNM

Lusa/Fim

Peça 17:

"Investimento chinês na EDP pode apresentar problemas" para EUA

Lisboa, 13 fev 2020 (Lusa) - O secretário da Energia dos Estados Unidos, Dan Brouillette, afirmou hoje em Lisboa que "o investimento chinês na EDP pode apresentar problemas" de segurança aos Estados Unidos devido à presença da empresa no país.

"A preocupação que há é que à medida que a EDP continua a crescer nos Estados Unidos, que nós esperamos que continue, a presença do investimento chinês na EDP possa apresentar problemas (...), e isso é o que iremos avaliar", disse o secretário da Energia do Governo do presidente Donald Trump.

Num encontro com jornalistas num hotel de Lisboa, o governante americano afirmou que a abordagem chinesa é a de "roubar propriedade intelectual", algo que "apresenta um risco para a rede de eletricidade dos Estados Unidos ou para a Defesa Nacional" norte-americana.

Dan Brouillette referiu ainda que caso a Oferta Pública de Aquisição (OPA) da China Three Gorges sobre a EDP tivesse avançado em 2019, isso poderia "potencialmente" comprometer a presença da EDP, através da EDP Renováveis, nos Estados Unidos, mas não fez comentários diretos sobre a oferta.

Porém, o responsável pelo setor da Energia da administração Trump classificou a EDP de "empresa fantástica", e manifestou o desejo de ver "empresas americanas" a investir na

empresa liderada por António Mexia, dizendo que a empresa portuguesa "lidera em muitos aspetos" na indústria.

Em 24 de abril, os acionistas da EDP chumbaram a alteração dos estatutos para acabar com a limitação dos direitos de voto a 25% do capital, pondo fim à OPA da China Three Gorges (CTG) quase um ano depois.

A OPA feita à EDP pela CTG, empresa estatal chinesa que já detém 23,27% da elétrica portuguesa, foi anunciada em maio de 2018 e previa uma contrapartida de 3,26 euros por ação.

O secretário da administração liderada por Donald Trump esteve na quarta-feira em Sines, onde visitou as instalações do porto local, juntamente com o ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, onde disse que "há interesse americano" nas infraestruturas portuguesas.

Dan Brouillette segue agora para a conferência de segurança de Munique, na Alemanha, onde planeia encontrar-se com responsáveis de França e Espanha para discutir o cancelamento do projeto de um gasoduto para exportar gás de xisto para a Europa a partir de Sines, que foi chumbado pelos dois países.

"Vou pedir reuniões. Estou interessado particularmente na decisão de abandonar o gasoduto Mid Cap da lista de projetos. Quero perceber o porquê dessa decisão ter sido tomada, para perceber as possíveis preocupações que possam [França e Espanha] ter tido", afirmou o secretário da Energia dos Estados Unidos.

O membro da administração de Donald Trump salientou ainda que apesar de os Estados Unidos terem interesse em exportar gás natural liquefeito para Portugal, através de Sines, "é importante que continuem" as importações portuguesas de energia a países como Argélia, Nigéria e outros.

"Não estamos a sugerir que o desenvolvimento desta infraestrutura seja só para importar gás natural liquefeito dos Estados Unidos", referiu.

JE (JNM/HYN) // MSF

Lusa/Fim

Peça 18:

Bruxelas piora perspetivas de crescimento do Reino Unido para 2020 e 2021

Lisboa, 13 fev 2020 (Lusa) - Bruxelas manteve hoje a perspetiva de crescimento do Reino Unido para 2019 nos 1,3%, face às anteriores de outono, piorando-as para os dois anos seguintes para os 1,2%, dos anteriores 1,4%.

O executivo comunitário sinaliza, no entanto, que as previsões hoje divulgadas são baseadas numa "mera assunção técnica" devido à incerteza sobre a futura relação entre este país e a União Europeia.

Nas previsões económicas intercalares de inverno, hoje divulgadas, a Comissão Europeia considera que em 2020 e 2021 o crescimento deverá estabilizar nos 1,2%, com o consumo privado a conduzir a evolução da economia, suportada pela melhoria dos salários e uma política fiscal expansiva para 2020-21.

A comissão lembra que, com o processo de saída da União Europeia no dia 31 de janeiro de 2020, o Reino Unido entrou num período de transição durante o qual se mantêm em vigor as regras comunitárias, com algumas exceções.

"As projeções para 2021 são baseadas numa mera assunção técnica do 'status quo' em termos da relação comercial entre a UE e o Reino Unido. Esta acontece apenas para efeitos de estimativa e não terá influência na negociação da relação futura entre as partes", ressalva o executivo.

Os riscos destas previsões são no sentido da revisão em baixa, sinaliza.

Quanto às previsões para a inflação, Bruxelas estima que em 2020 desça dos 1,8% registados em 2019 para os 1,7%, antes de uma nova subida para os 2,0% em 2021.

ICO // EA

Lusa/Fim

Peça 19:

Covid-19. Controlos nas fronteiras entre medidas proporcionais de Bruxelas

Bruxelas, 13 fev 2020 (Lusa) – A Comissão Europeia defendeu hoje a adoção de “medidas proporcionais” ao risco de propagação do novo coronavírus na União Europeia (UE), que podem passar por controlos nas fronteiras no espaço comunitário se a situação piorar.

Falando aos jornalistas à entrada para reunião extraordinária de ministros da Saúde da UE sobre o novo surto, o comissário europeu responsável pela Gestão de Crises, Janez Lenarcic, indicou que o executivo comunitário vai incentivar à adoção de “medidas proporcionais” na União.

Questionado se tal poderá incluir controlos nas fronteiras da UE para evitar a propagação do Covid-19, o responsável notou: “isso é algo que tem de ser discutido”. Ainda assim, vincou que “a UE tem de estar preparada, caso a situação fique pior”.

Para Janez Lenarcic, devem ser adotadas, ao nível da União, medidas que “tenham em conta o risco, que ainda é baixo, mas [que] existe e pode aumentar”. “Espero que os ministros da Saúde se foquem na preparação porque ainda estamos numa fase ativa deste surto, pelo que os Estados-membros têm de estar preparados”, sublinhou.

Também falando à entrada para a reunião, a comissária europeia para a Saúde, Stella Kyriakides, vincou que este “é um momento importante para a UE na resposta à epidemia do coronavírus”.

“Apoiei, desde o início, a presidência do Conselho para promover este conselho extraordinário porque o vírus não conhece fronteiras e, nesse sentido, a UE e os Estados-membros têm de trabalhar juntos de forma coordenada para enfrentar este desafio”, acrescentou a responsável. Stella Kyriakides vincou que, “embora o número de casos confirmados ainda seja relativamente baixo”, a UE deve “estar vigilante e coordenada”.

Dados do Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças, consultados esta manhã pela Lusa, indicam que existem, neste momento, 35 casos confirmados na UE: 16 na Alemanha, 11 em França, três em Itália, dois em Espanha e um na Bélgica, na Finlândia e na Suécia.

A estes acrescem, na Europa, oito casos no Reino Unido.

Bruxelas acolhe hoje uma reunião extraordinária de ministros da Saúde da União Europeia, convocada de emergência pela presidência do Conselho, na qual os 27 discutirão o reforço da coordenação ao nível europeu para prevenir a propagação do novo coronavírus.

Portugal estará representado na reunião, com início agendado para as 10:00 locais (09:00 de Lisboa), pela ministra da Saúde, Marta Temido.

De acordo com a atual presidência semestral croata do Conselho da UE, neste encontro extraordinário “os ministros terão a oportunidade de trocar pontos de vista, confirmar uma compreensão comum da situação e discutir possíveis medidas complementares para melhorar a coordenação ao nível dos sistemas de preparação e de resposta com vista a proteger a saúde pública”.

A presidência do Conselho acrescenta que esta será também “uma oportunidade para considerar uma eventual resposta conjunta da UE a situações imprevistas em países terceiros que possam afetar o mercado europeu de produtos medicinais e dispositivos médicos”.

No final do encontro está prevista a adoção de conclusões pelos 27 sobre o surto do novo coronavírus, o Covid-19 – nome que lhe foi atribuído esta semana pela Organização Mundial de Saúde -, que teve origem na China e que já infetou mais de 45 mil pessoas, na sua esmagadora maioria no continente chinês, provocando a morte a mais de 1.100.

ANE (ACC) // SB

Lusa/Fim

Peça 20:

Aumentos de 0,3% são "ponto fechado" mas há margem para quem recebe menos

Lisboa, 13 fev 2020 (Lusa) – A ministra da Administração Pública afirmou que a proposta de aumentos salariais de 0,3% “é um ponto fechado” na negociação com os sindicatos, mas admitiu ir mais longe nas remunerações mais baixas e noutras matérias, como as férias.

“Neste momento, os 0,3% são um ponto fechado, mas pode haver outras vantagens”, disse a ministra da Modernização Administrativa e da Administração Pública, Alexandra Leitão, no programa da RTP Grande Entrevista, na quarta-feira à noite.

A próxima reunião com as estruturas sindicais da administração pública está marcada para segunda-feira e a ministra lembra que em cima da mesa estão outras matérias, além da salarial.

Segundo disse, o que está em curso “é uma negociação para os escalões mais baixos” e “outras medidas transversais podem não estar completamente fechadas”.

Questionada sobre se a questão das férias poderá estar entre outras medidas negociadas além dos aumentos salariais, Alexandra Leitão não afastou a hipótese, respondendo que esse poderá ser um exemplo.

Otimista quanto a um acordo com os sindicatos, a governante acrescentou que a valorização dos trabalhadores passa ainda por áreas como as pré-reformas ou a formação profissional.

Alexandra Leitão considerou ainda que não há trabalhadores a mais na administração pública, sublinhando que essa ideia “é um mito” e que há uma recuperação a fazer do número de postos de trabalho perdidos durante o período da ‘troika’.

DF // SR

Lusa/Fim

Peça 21:

Parlamento Europeu ameaça chumbo ao orçamento plurianual da UE

Bruxelas, 14 fev 2020 (Lusa) – O presidente do Parlamento Europeu, David Sassoli, ameaçou hoje um chumbo da assembleia europeia, que tem a palavra final, à nova proposta do

Conselho para o orçamento plurianual da União Europeia (UE), recusando negociar “a qualquer custo”.

“A proposta em cima da mesa hoje não é uma base satisfatória para alcançar um orçamento que responda aos compromissos assumidos no início do novo mandato, pelo que exorto os chefes de Estado e de Governo a envidarem todos os esforços para melhorá-la, no âmbito da cimeira de 20 de fevereiro, porque, caso contrário, o Parlamento não poderá aceitá-la”, avisa David Sassoli em comunicado.

A proposta de orçamento da UE para 2021 a 2027 que o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, vai apresentar aos líderes dos Estados-membros contempla contribuições equivalentes a 1,074% do Rendimento Nacional Bruto (RNB) conjunto da União, muito abaixo das pretensões de Portugal e do Parlamento Europeu.

“O Parlamento está ciente da importância de um acordo oportuno - estamos prontos para negociar desde novembro de 2018 -, mas não está disposto a apoiar um acordo a qualquer custo”, vinca o presidente da assembleia europeia.

Para David Sassoli, “esta é uma proposta que contradiz as ambições proclamadas em três prioridades que os Estados-Membros - e não o Parlamento - colocaram no centro da sua visão: clima, digitalização e dimensão geopolítica”, e “deixa a Europa atrasada” face a potências como a China ou os Estados Unidos.

Além disso, segundo o responsável, “os números não diferem muito da proposta da presidência finlandesa, sobre a qual o Parlamento Europeu já se manifestou de forma clara e com uma grande maioria”.

“Agradeço ao presidente Charles Michel pelo trabalho feito, mas a proposta [...] está muito longe do necessário para financiar adequadamente os antigos e os novos programas da UE”, lamenta David Sassoli.

Os números da proposta, hoje divulgada em Bruxelas e que será discutida pelos chefes de Estado e de Governo da UE numa cimeira extraordinária que terá início na próxima quinta-feira, são muito semelhantes àqueles apresentados pela presidência finlandesa do Conselho da União no segundo semestre do ano passado (1,07% do RNB dos 27), considerada “inaceitável” por Portugal, e continuam a contemplar cortes na Coesão e na Política Agrícola Comum (PAC).

A proposta contempla um envelope global de 1.094 mil milhões de euros a preços correntes, destinando 323 mil milhões de euros aos fundos da política de coesão (contra 367,7 mil milhões do atual quadro financeiro 2014-2020, já sem contar com os contributos do Reino Unido) e 329,3 mil milhões de euros para a PAC (contra 367,7 mil milhões do orçamento plurianual ainda em curso).

Um grupo alargado de Estados-membros, denominados os “Amigos da Coesão”, com Portugal à cabeça, têm reafirmado a sua firme oposição a cortes sobretudo nesta política, assim como na PAC.

A proposta elaborada por Charles Michel continua a ser inferior àquela apresentada originalmente pela Comissão Europeia (que contemplava contribuições de 1,114% do RNB), e muito aquém do valor de 1,3% do RNB defendido pelo Parlamento Europeu, que tem a última palavra no processo negocial.

O orçamento da UE a longo prazo tem de ser aprovado por unanimidade no Conselho e ter depois o aval por maioria no Parlamento Europeu. Deverá entrar em vigor a 01 de janeiro de 2021.

Se as divergências subirem de tom, as negociações poderão gerar uma crise institucional na UE.

ANE (ACC) // EL
Lusa/Fim

Peça 22:

PSD critica proposta para orçamento plurianual da UE e espera veto

Bruxelas, 14 fev 2020 (Lusa) – O eurodeputado do PSD José Manuel Fernandes, negociador do Parlamento Europeu para o orçamento da UE a longo prazo, criticou hoje a nova proposta do Conselho, classificando-a como “má para Portugal”, e afirmou esperar o veto do Governo. A proposta de orçamento da União Europeia (UE) entre 2021 e 2027 que o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, vai apresentar aos líderes dos Estados-membros contempla contribuições equivalentes a 1,074% do Rendimento Nacional Bruto conjunto da União, muito abaixo das pretensões de Portugal.

Os números da proposta, hoje divulgada em Bruxelas e que será discutida pelos chefes de Estado e de Governo da UE numa cimeira extraordinária que terá início em 20 de fevereiro, são muito semelhantes àqueles apresentados pela presidência finlandesa do Conselho da União no segundo semestre do ano passado (1,07% do RNB dos 27), considerada “inaceitável” por Portugal, e continuam a contemplar cortes na Coesão e na Política Agrícola Comum (PAC).

Em declarações à agência Lusa após a divulgação do documento, o eurodeputado social-democrata José Manuel Fernandes disse esperar que “Portugal rejeite uma má proposta para o país e que rejeite os cortes previstos para a Coesão e para a PAC, que ainda podem ser agravados na negociação”.

“Se o Governo de António Costa não conseguir evitar esses cortes, deve rejeitar a proposta e não ficar à espera que o Parlamento Europeu o faça”, insistiu, pedindo ao executivo português “coragem na defesa do interesse nacional”.

Para o correlator da assembleia europeia para área dos recursos próprios no orçamento da UE a longo prazo, “seria muito estranho que uma proposta com o mesmo nível da finlandesa – que todos acharam péssima – viesse agora ser considerada como boa”.

A proposta contempla um envelope global de 1.094 mil milhões de euros a preços correntes, destinando 323 mil milhões de euros aos fundos da política de coesão (contra 367,7 mil milhões do atual quadro financeiro 2014-2020, já sem contar com os contributos do Reino Unido) e 329,3 mil milhões de euros para a Política Agrícola Comum (contra 367,7 mil milhões do orçamento plurianual ainda em curso).

Um grupo alargado de Estados-membros, denominados os “Amigos da Coesão”, com Portugal à cabeça, têm reafirmado a sua firme oposição a cortes sobretudo nesta política, assim como na PAC.

Questionados sobre como pode o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, – que chamou a si a condução das negociações – esperar um entendimento entre os 27 em torno de uma proposta que, em termos gerais, é muito semelhante à finlandesa liminarmente rejeitada pela grande maioria dos Estados-membros, altos responsáveis do Conselho disseram hoje que é necessário atender aos interesses e reivindicações de todas as capitais, recordando que, se

por um lado, há quem rejeite cortes, também há países (os contribuintes líquidos) que não querem contribuir com mais de 1% do RNB, pelo que a proposta é, dizem, “equilibrada”. Sobre a ameaça de veto, quer por parte de países “Amigos da Coesão”, quer por parte do Parlamento Europeu, dado a proposta continuar a preconizar cortes na política de coesão, os mesmos responsáveis afirmaram que, apesar de os valores realmente serem semelhantes ao da última proposta finlandesa, há “uma mecânica diferente” e uma “uma maior flexibilidade nos fundos”.

A proposta elaborada por Charles Michel continua a ser inferior àquela apresentada originalmente pela Comissão Europeia (que contemplava contribuições de 1,114% do RNB), e muito aquém do valor de 1,3% do RNB defendido pelo Parlamento Europeu, que tem a última palavra no processo negocial.

O orçamento da UE a longo prazo (2021-2027) tem de ser aprovado por unanimidade no Conselho e ter depois o aval por maioria no Parlamento Europeu. Deverá entrar em vigor a 01 de janeiro de 2021.

ANE (ACC) // SF

Lusa/fim

Peça 23:

Aprovada proposta para simplificar regras do IVA no comércio na UE

Lisboa, 14 fev 2020 (Lusa) – O parlamento aprovou hoje, na generalidade, a proposta do Governo que simplifica e harmoniza regras do imposto sobre o consumo (IVA) no comércio entre os países da União Europeia.

A proposta foi aprovada com votos a favor de PS, PSD e Iniciativa Liberal e abstenção de PCP, Bloco de Esquerda, Verdes, PAN e Joacine Katar Moreira (deputada não inscrita) e passa agora para debate e votação na Comissão de Orçamento e Finanças.

Segundo o preâmbulo desta proposta do Governo, trata-se de transpor as diretivas europeias relacionadas com o regime comum do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) com três medidas: simplificação e harmonização do sistema do IVA no comércio intracomunitário de bens, clarificação da função do número de identificação na aplicação da isenção no comércio intracomunitário e o tratamento das operações em cadeia e simplificação do regime de vendas à consignação.

Sobre a aplicação de isenção do imposto, diz a proposta que é condição essencial a inclusão do número de identificação para efeitos de IVA do adquirente.

Com isto, lê-se no documento, é reforçado o controlo sobre o comércio intracomunitário de bens e dificultada “a ocorrência de situações abusivas ou fraudulentas”.

A proposta estabelece ainda “critérios harmonizados para determinar que transmissão de bens na cadeia de operações constituiu uma transmissão de bens com transporte” para “eliminar situações de não tributação ou de dupla tributação no comércio transfronteiriço dentro da União Europeia”.

As vendas à consignação nas trocas intracomunitárias de bens são simplificadas, ao permitir “a um sujeito passivo que transfere bens para outro Estado-membro, tendo em vista a sua transmissão em momento posterior a outro sujeito passivo cuja identidade já conhece previamente, não ter de se registar no Estado-membro de chegada dos bens e declarar aí a

respetiva aquisição intracomunitária de bens e a subsequente transmissão interna desses bens”.

É ainda alterado o regulamento para incluir o município italiano de Campione d'Italia (enclave de Itália na Suíça) e as águas italianas do lago de Lugano no território aduaneiro da UE, tal como pedido por Itália em 2017, por entender o governo italiano, segundo a proposta do executivo, que as “razões históricas que justificavam a exclusão desses territórios, nomeadamente o seu isolamento e as desvantagens económicas, deixaram de se verificar”. Ainda assim, pediu Itália que sejam asseguradas condições de concorrência equitativas entre os operadores da Suíça e os do município de Campione d'Italia, pelo que não há “mudanças no que respeita à aplicação das disposições do IVA nas operações comerciais realizadas com esses territórios que continuam a ser consideradas importações e exportações de bens, e não operações intracomunitárias”.

Esta proposta do Governo provocou hoje pouca discussão no plenário da Assembleia da República, tendo o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Mendonça Mendes, destacando a importância da simplificação no combate à fraude.

Pelo PSD, Alberto Fonseca criticou o atraso na transposição das diretivas europeias em causa, considerando que há pouco empenho na melhoria da economia.

Já pelo PCP, Duarte Alves disse que continuam a existir impedimentos e burocracias nas transações dentro da UE que prejudicam as empresas portuguesas.

IM // CSJ

Lusa/Fim

Peça 24:

Renault regista prejuízos em 2019 pela primeira vez em 10 anos

Paris, 14 fev 2020 (Lusa) – A Renault apresentou em 2019 prejuízos de 141 milhões de euros, contra 3.302 milhões de euros de lucro no ano anterior, o que acontece pela primeira vez desde 2009, anunciou hoje o fabricante automóvel francês. As razões para esta situação negativa têm a ver com a queda da contribuição para o negócio global dos parceiros chineses, da Daimler e, em particular, da Nissan, bem como devido ao agravamento da própria atividade automóvel, justifica a Renault na apresentação dos resultados anuais de 2019, hoje divulgados.

O fabricante automóvel Nissan contribuiu apenas com 242 milhões de euros para os resultados da multinacional francesa no ano passado, depois de no ano anterior ter contribuído com 1.509 milhões de euros, explicou o grupo francês no comunicado.

Quanto aos chineses e à Daimler, em conjunto, apresentaram um prejuízo de 432 milhões de euros, na comparação com os 31 milhões de euros de resultados positivos de um ano antes. Mas, para lá do contributo dos outros parceiros, o resultado operacional da Renault, sozinha, diminuiu para 2.105 milhões de euros, contra 2.987 milhões de euros em 2018, enquanto a faturação recuou 3,3%, para 55.537 milhões de euros.

Em consequência, a margem operacional, que se calcula dividindo-se a receita operacional pelas vendas líquidas, diminuiu 4,8%, isto é, menos 1,5 pontos percentuais, na comparação com o ano anterior.

Se se excluir a atividade financeira (empréstimos para a compra de veículos), que melhorou

um pouco em 2019, a margem operacional apenas do negócio de automóveis e deixando de parte a subsidiária russa Avtovaz, caiu para 2,6%, contra os 4,3% registados no ano anterior. Tudo isto se refletiu, em particular, na queda das vendas da Renault em importantes mercados, como Argentina, Turquia e Argélia. Além disso, a Renault teve de encaixar o efeito negativo da diminuição do peso dos veículos a diesel matriculados. Na Argentina e no Chile, face ao descalabro comercial registado, e à depreciação das divisas, o grupo francês decidiu depreciar os seus ativos em 300 milhões de euros. A administração da Renault propôs a distribuição um dividendo de 1,10 euros por ação, o que representa um terço dos 3,55 euros por ação relativos ao exercício de 2018.

JS // CSJ

Lusa/Fim

Peça 25:

Royal Bank of Scotland duplica lucro e muda de nome

Londres, 14 fev 2020 (Lusa) – O Royal Bank of Scotland (RBS), detido em 62% pelo Estado, duplicou o lucro em 2019 para 3.133 milhões de libras (3.759 milhões de euros), face ao ano anterior, anunciou hoje o banco escocês.

A instituição financeira referiu ainda que, no final 2020, vai mudar o nome para NatWest Group.

No comunicado enviado à Bolsa de Londres, o banco, que foi resgatado durante a crise do crédito hipotecário há 11 anos, disse que o lucro se situou em 2018 nos 1.622 milhões de libras (1.946 milhões de euros).

Já o resultado operacional foi de 4.232 milhões de libras (5.078 milhões de euros) em 2019, mais 25,9%, na comparação com o ano anterior. Os ativos totais situaram-se no final de 2019 em 723.000 milhões de libras (867.000 milhões de euros), enquanto os depósitos dos clientes atingiram no ano passado 369.200 milhões de libras (443.040 milhões de euros). Os empréstimos, por seu lado, totalizaram 326.900 milhões de libras (433.080 milhões de euros). O rácio empréstimos/depósitos foi de 89% em 2019, sendo que em termos de solvência o rácio de capital foi de 21,2% no ano passado. No comunicado, o banco assinala que, à semelhança de outras instituições financeiras, enfrenta "riscos e incertezas" devido ao ambiente económico e político internacional.

O banco adiantou que espera uma situação “desafiante” este ano, ao nível das receitas e que prevê devolver ao Governo escocês, em forma de ações, cerca de 600 milhões de libras (720 milhões de euros).

JS // EA

Lusa/Fim

Peça 26:

Caso de racismo no futebol "prejudica imagem internacional" de Portugal

Bruxelas, 17 fev 2020 (Lusa) – O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros considerou hoje que os insultos racistas dirigidos no domingo ao futebolista maliano Moussa Marega, no jogo Guimarães-FC Porto, “prejudicam a imagem internacional de Portugal”, e põem em causa a “dignidade humana”. “Prejudica a imagem internacional de Portugal e Portugal não

merece ser prejudicado assim”, disse Augusto Santos Silva, em declarações em Bruxelas, no final de uma reunião dos ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia.

Para o chefe da diplomacia portuguesa, “mais importante do que isso, [este caso] é mais uma manifestação da negação da dignidade humana”.

“E devemos ser intransigentes na negação da dignidade humana”, vincou Augusto Santos Silva.

Questionado sobre o caso, o governante notou que “Portugal é um país justamente reconhecido e justamente respeitado, não por não ter racismo – porque, infelizmente, esse mal existe por muito lado –, mas por o racismo não ter uma expressão social significativa, não ter expressão política [...] nem ocupar o espaço público”.

“E, infelizmente, ontem [domingo] no estádio D. Afonso Henriques, em Guimarães, o que se sucedeu foi uma exibição de racismo que, aliás, é crime em Portugal, e da qual resultou uma violentação inaceitável de um cidadão que é jogador de futebol, maliano de nacionalidade, e que tem de ser defendido”, lamentou Augusto Santos Silva.

No domingo, o avançado Marega pediu para ser substituído, ao minuto 71 do jogo da 21.^a jornada da I Liga, entre o Vitória de Guimarães e o FC Porto, por ter ouvido cânticos e gritos racistas de adeptos da formação vimaranense, numa altura em que os 'dragões' venciam por 2-1, resultado com que terminaria o encontro.

Jogadores do FC Porto e também do Vitória de Guimarães tentaram demovê-lo, mas Marega mostrou-se irredutível na decisão de abandonar o jogo. Vários partidos já se pronunciaram sobre o tema, entre eles o PSD, o PCP e o Bloco de Esquerda.

Também o primeiro-ministro e o Presidente da República já falaram sobre o caso. Numa publicação na rede social Twitter, António Costa manifestou a sua "solidariedade" com Marega e o "repúdio total" por atos racistas contra o futebolista do FC Porto, esperando que "as autoridades ajam como lhes compete" para impedir que voltem a acontecer.

O Presidente da República condenou os insultos racistas de que Marega foi alvo, lembrando que a Constituição da República é muito clara na condenação do racismo, xenofobia e discriminação.

“A Constituição da República Portuguesa é muito clara na condenação do racismo, assim como de outras formas de xenofobia e discriminação, e o povo português sabe, até por experiência histórica, que o caminho do racismo, da xenofobia, e da discriminação, além de representar a violação da dignidade da pessoa humana e dos seus direitos fundamentais, é um caminho dramático em termos de cultura, civilização e de paz social”, considerou Marcelo Rebelo de Sousa, numa declaração à agência Lusa.

ANE/ACC (SMA/PMF) // LFS

Lusa/Fim

Peça 27:

Função Pública. Governo disponível para discutir férias e subsídio

Lisboa, 17 fev 2020 (Lusa) O secretário-geral da Federação dos Sindicatos da Administração Pública (Fesap) afirmou hoje que o Governo marcou uma nova reunião para quarta-feira, manifestando abertura para discutir aumentos salariais num quadro plurianual, férias e o subsídio de refeição.

“A abertura que o Governo mostrou foi de voltarmos na quarta-feira para discutirmos a plurianualidade dos aumentos salariais, o aumento do subsídio de refeição e a reposição dos dias de férias”, referiu José Abraão, no final de uma reunião com o secretário de Estado da Administração Pública.

O Governo convocou para hoje uma nova ronda negocial com as estruturas sindicais da administração pública, tendo mostrado disponibilidade para melhorar a proposta apresentada na semana passada que, além do aumento de 0,3% para a generalidade dos funcionários públicos, avançava com um aumento reforçado de sete euros para os funcionários públicos que estão posicionados entre as remunerações de nível 4 e as de nível 5 da Tabela Remuneratória Única (TRU).

LT // JNM

Lusa/Fim

Peça 28:

Juros da dívida sobem a dois, a cinco e a 10 anos

Lisboa, 17 fev 2020 (Lusa) – Os juros da dívida portuguesa estavam hoje a subir a dois, a cinco e a 10 anos em relação a sexta-feira, alinhados com os de Espanha e da Irlanda.

Cerca das 08:30 em Lisboa, os juros a 10 anos estavam a subir para 0,291%, contra 0,286% na sexta-feira e contra atual mínimo de sempre, de 0,065% em 15 de agosto.

No prazo de cinco anos, os juros também estavam a avançar, para -0,117%, contra -0,125% na sexta-feira e o mínimo de sempre, de -0,374%, em 26 de agosto.

No mesmo sentido, os juros a dois anos subiam para -0,432%, contra -0,433% na sexta-feira e o atual mínimo de sempre, de -0,684%, em 04 de setembro.

Os juros a cinco anos, que estiveram em terreno negativo entre 28 de maio de 2019 e 14 de janeiro, voltaram a cair para valores negativos em 23 de janeiro.

Os juros da Grécia desciam a cinco anos e desciam a 10 anos, enquanto os de Itália recuavam a dois e a cinco anos e avançavam a 10 anos.

Juros da dívida soberana em Portugal, Grécia, Irlanda, Itália e Espanha às 08:30:

2 anos...5 anos...10 anos

Portugal

17/02.....-0,432...-0,117.....0,291

14/02.....-0,433...-0,125.....0,286

Grécia

17/02.....n.disp...0,293.....0,930

14/02.....n.disp...0,294.....0,928

Irlanda

17/02.....-0,534...-0,363.....-0,108

14/02.....-0,539...-0,368.....-0,115

Itália

17/02.....-0,218....0,290.....0,922

14/02.....-0,214....0,291.....0,919

Espanha

17/02.....-0,459...-0,217.....0,301

14/02.....-0,460...-0,223.....0,291

Fonte: Bloomberg Valores de 'bid' (juros exigidos pelos investidores para comprarem dívida) que compara com fecho da última sessão.

MC // SB

Lusa/Fim

Peça 29:

Produção de petróleo em Angola desce 41% até 2028

Londres, 17 fev 2020 (Lusa) - A consultora Fitch Solutions considerou hoje que a produção de petróleo em Angola deverá cair 41%, equivalente a 550 mil barris até 2028, quando comparada com os níveis de 2019, para 762 mil barris por dia.

"A produção desapontante em Angola, o segundo maior produtor de petróleo na África subsaariana, deve explicar o declínio de 550 mil barris por dia em 2028 face aos níveis de produção de 2019", ano em que Angola bombeou 1,3 milhões de barris diários, lê-se no relatório sobre o setor do Petróleo e Gás nesta região.

No relatório, enviado aos clientes e a que a Lusa teve acesso, os analistas desta consultora detida pelo mesmo grupo que é dono da agência de notação financeira Fitch Ratings escrevem que não é só em Angola que a produção deverá decrescer ou abrandar face aos níveis atuais.

"Novos investimentos substanciais são necessários para compensar as taxas de declínio previstas para a região", lê-se no relatório, que prevê uma contração de 0,03% na produção petrolífera deste ano na região.

"Antevemos que a produção regional atinja um pico de 5,2 milhões de barris por dia em 2026 depois de ter registado um confortável crescimento de 3% no ano passado e de cair 0,03% este ano", afirmam os analistas.

"Globalmente, o setor do petróleo e gás tem-se debatido com as consequências de uma redução da procura, um excesso de produção e uma perspectiva de evolução de preços baixos, entre outros fatores", afirmam, salientando ainda que as grandes petrolíferas internacionais têm-se centrado mais na contenção de custos do que no lançamento de novos investimentos, apesar de ter havido algumas descobertas recentes na região.

Angola exportou, em 2019, cerca de 479 milhões de barris de petróleo, a um preço médio de 65,2 dólares (59,2 euros) por barril, totalizando receitas de 31,2 mil milhões de dólares (28,3 mil milhões de euros), segundo dados apresentados no final de janeiro pela Direção Nacional de Mercados e Promoção da Comercialização do Ministério dos Recursos Minerais e Petróleo (MIREMPET) angolano.

Divididos por 365 dias, esta produção anual dá uma média de 1,312 milhões de barris diários em 2019. Usando este valor para calcular a redução de 550 mil barris diários, chega-se ao número de 762 mil barris diários em 2028, conforme prevê a Fitch Solutions.

Angola passaria a produzir, no total do ano, 278,1 milhões de barris, o que, mantendo o preço, representaria um encaixe de 18,1 mil milhões de dólares, o que representa uma perda de 41% face aos 31,2 mil milhões de dólares exportados.

Peça 30:

Empresas de Trabalho Portuário de Lisboa querem reunião com sindicato

Lisboa, 17 fev 2020 (Lusa) - A Associação de Empresas de Trabalho Portuário de Lisboa (A-ETPL) anunciou hoje que pediu uma reunião com o Sindicato dos Estivadores antes da greve no Porto de Lisboa, mas diz não ter condições para corresponder às reivindicações dos trabalhadores.

"A A-ETPL [empresa de trabalho portuário que garante a disponibilização de mão-de-obra aos diferentes operadores portuários do Porto de Lisboa] tomou a decisão de partilhar um estudo financeiro da consultora Ernst & Young, de outubro de 2018, que foi agora atualizado, e que demonstra que a faturação da empresa desceu abismalmente e que a empresa, com os custos atuais, não é viável", disse à agência Lusa o presidente da associação, Diogo Marecos, que pretende reunir-se com o sindicato antes da greve com início previsto para a próxima quarta-feira.

"A faturação da A-ETPL caiu cerca de 50% em relação a 2010, mas, no mesmo período, houve um aumento grande dos custos, devido às progressões de carreira automáticas e à integração de 31 trabalhadores nos quadros de pessoal em 2016 e 2017", acrescentou o responsável da A-ETPL.

O Sindicato dos Estivadores e Atividade Logística (SEAL) convocou uma greve de três semanas, que terá início na quarta-feira, e que irá afetar apenas alguns operadores do Porto de Lisboa, designadamente, as três empresas do grupo Yilport - Liscont, Sotagus e Multiterminal - e uma quarta empresa, TMB (Terminal Multiusos do Beato).

Os estivadores exigem que a A-ETPL cumpra o contrato coletivo de Trabalho (CCT) em vigor no Porto de Lisboa e que proceda ao pagamento atempado dos salários, dado que nos últimos 17 meses receberam a remuneração que lhes era devida em 48 prestações.

A greve dos estivadores do Porto de Lisboa, que decorre de 19 de fevereiro a 09 de março, foi decretada na sequência de uma proposta da A-ETPL para uma redução de salários de 15% e o fim das progressões de carreira automáticas.

A A-ETPL alega que os "123 pré-avisos de greve (uma média de mais de um pré-aviso de greve por mês), a maioria dos quais ao trabalho suplementar" emitidos pelo SEAL, entre 2008 e 2018, contribuíram decisivamente para a degradação da situação financeira da empresa e para a perda de cargas e de algumas linhas de navegação.

Contactado pela agência Lusa, o Sindicato dos Estivadores remeteu uma tomada de posição depois de uma reunião da direção, que está prevista para as 8:00 de terça-feira.

Peça 31:

"Não estamos contentes com a posição do Reino Unido" sobre a Huawei

Lisboa, 18 fev 2020 (Lusa) - O responsável pela política cibernética do Departamento de Estado norte-americano, Robert Strayer, afirmou hoje que os Estados Unidos não estão contentes com a posição do Reino Unido relativamente ao envolvimento da Huawei no 5G.

A multinacional chinesa vai poder fornecer equipamento para a infraestrutura de telecomunicações 5G no Reino Unido, mas será excluída do envolvimento em partes cruciais da rede, anunciou o Governo britânico no final de janeiro.

"Não estamos contentes com a posição do Reino Unido", afirmou o vice-secretário adjunto do Departamento de Estado para a comunicação cibernética e internacional e para a política de tecnologia de informação, num encontro com jornalistas portugueses, em Lisboa.

"Se se reconhece que não deve estar no centro ['core' da infraestrutura], não deve estar em parte alguma", salientou Robert Strayer, que apontou os riscos de segurança nos serviços prestados pela fabricante chinesa.

"Obviamente que não estamos contentes de ver a Huawei a implementar qualquer rede, estamos preocupados em como isso pode potencialmente impactar cooperações próximas que temos, temos uma relação económica e de segurança estreita com Portugal", prosseguiu nomeadamente na NATO.

Em dezembro de 2018, por ocasião da visita a Lisboa do Presidente chinês, Xi Jinping, foi assinado um memorando de entendimento entre a Altice Portugal e a Huawei, empresa que marca presença em Portugal desde 2004.

"Entendemos que os nossos dados podem ficar comprometidos, temos primeiro de reavaliar como o equipamento da Huawei irá impactar as nossas redes", considerou o responsável.

"Temos de proteger informação confidencial que tenhamos", pelo que relativamente a países

que tenham a Huawei na sua rede de quinta geração móvel (5G) "teremos de reavaliar como interagimos com as redes que estão comprometidas por tecnologia 5G da China", disse.

"Olhamos isto não como Huawei, mas como o Partido Comunista chinês a fazer parte da rede e por isso temos de tratar dessa maneira", explicou Robert Strayer. "Queremos continuar a cooperação com Portugal, não queremos ver nenhuma diminuição do nível de cooperação com Portugal", sublinhou.

Na sua passagem por Lisboa, pela primeira vez, Robert Strayer já se reuniu com os três operadores de telecomunicações portuguesas - Altice Portugal, NOS e Vodafone Portugal -, bem como com o regulador do setor - Anacom - e parlamentares.

Para quarta-feira tem agendadas "reuniões com governantes".

"Viemos aqui mostrar as nossas preocupações com a segurança", referiu, recordando que um ano e meio antes dos Estados Unidos começarem a falar com os governos, Portugal incluído, "ninguém estava a falar da necessidade da cadeia de fornecimento necessitar de segurança".

Agora, "todos reconhecem que ninguém quer ter a Huawei no centro da sua rede, achamos que toda a rede deve ser segura", sublinhou. Sobre os encontros com responsáveis portugueses, Robert Strayer disse ter tido "recetividade" em relação às preocupações manifestadas pelos Estados Unidos.

Segundo o responsável, tanto a Nokia como a Ericsson "estão preparadas para competir" no 5G, tal como a Huawei.

O responsável pela política cibernética do Departamento de Estado norte-americano disse ainda que é preciso "desmistificar" a ideia de que a Huawei é a mais bem preparada, uma ideia que tem como "única fonte" a própria empresa. "Reconhecemos" que o número de fornecedores "é limitado, queremos ver mais" nesta área, afirmou. "Nos Estados Unidos vamos trabalhar com o setor privado para avançar para um formato de arquitetura aberta", onde várias empresas, entre as quais europeias, poderão participar, concluiu.

ALU // EA

Lusa/Fim

Peça 32:

Comunicações eletrónicas. Setor investiu mais de 5.000 milhões em 5 anos

Lisboa, 18 fev 2020 (Lusa) – O setor das comunicações eletrónicas em Portugal investiu nos últimos cinco anos mais de cinco mil milhões de euros e representa 2,3% do Produto Interno Bruto e 17.265 empregos diretos, indica um estudo da associação da área.

Este setor nacional tem sido, “desde sempre, reconhecido como estando na vanguarda da inovação tecnológica e do empreendedorismo”, fruto dos elevados níveis de investimento, e

da disponibilização aos seus clientes de serviços de “elevada qualidade a preços competitivos”, refere a APRITEL - Associação dos Operadores de Comunicações Eletrónicas, no “Retrato Rigoroso do Setor das Comunicações Eletrónicas” no país.

O documento hoje divulgado alude também ao facto de, numa conjuntura adversa que tem a ver com “uma enorme pressão sobre as receitas”, que caíram 20% nos últimos seis anos (entre 2012 e 2018), o setor ter apresentado uma “‘performance’ de excelência”.

O nível de investimento tem-se “mantido estável de forma consistente” nos últimos anos, nos 1.000 milhões de euros anualmente, entre 2014 e 2018, apresentando dos rácios de investimento sobre receitas “mais elevados a nível europeu”, sendo que compara “muito bem” em relação às suas congéneres.

O documento refere ainda que a quantidade de serviços prestados em Portugal registou um crescimento de 22% desde 2009, enquanto o consumo de dados, tanto em redes fixas, como em redes móveis, também aumentou.

Já a taxa de cobertura de banda larga móvel 4G (quarta geração) em 2018, em relação aos lares situou-se nos 99,2% que compara com os 98,9% da União Europeia (UE). A taxa de penetração dos serviços móveis, segundo o anuário estatístico de 2017 da ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações, citada no documento, posiciona Portugal na quarta posição entre os países da UE, atrás da Suécia, Estónia e Finlândia, e imediatamente à frente da Dinamarca, Itália e Áustria, sendo que a Croácia surge na última posição da lista.

O documento refere também que o valor médio do serviço equivalente ao pacote 3P, relativo a julho de 2019 e por mês, que engloba três serviços, normalmente televisão, telefone e internet fixa ou, por exemplo, televisão, internet fixa e telemóvel, definido como oferta base com IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado - e aplicação da paridade de poder de compra situava-se em Portugal nos 38,6 euros, segundo um estudo da Deloitte, citado no trabalho.

Assim, o preço de 38,6 euros deste tipo de pacotes compara com um valor de 58,05 euros da média de 11 países da UE (França, Portugal, Alemanha, Áustria, Espanha, Irlanda, Hungria, Estónia, Países Baixos, Reino Unido e Bélgica), só sendo batido pela França onde custa 31,52 euros. Já o preço médio do serviço equivalente ao pacote 4P nestes países é de 75 euros, quando em Portugal é 59,94 euros, mas na França é de 47,38 euros.

JS // EA
Lusa/Fim

Peça 33:

PSI20 segue negativo com Galp a pressionar após divulgação de resultados

Lisboa, 18 fev 2020 (Lusa) - A bolsa de Lisboa seguia hoje negativa, com a Galp a pressionar após ter divulgado que o lucro de 2019 caiu 21% em 2019 para 560 milhões de euros, face ao ano anterior.

Cerca das 09:00, o principal índice da bolsa de Lisboa, o PSI20, seguia a cair 0,25% para 5.383,97 pontos, com 12 ações em baixa, quatro em alta e duas inalteradas.

Do lado dos ganhos, os CTT e a REN eram as que mais subiam, com ganhos de 0,84% e 0,36% para 2,87 e 2,79 euros, respetivamente.

A EDP e a Jerónimo Martins puxavam pelos ganhos do índice, ao subirem 0,33% e 0,26% para 4,84 euros e 17,13 euros, respetivamente. Do lado das perdas, as ações da Corticeira Amorim e da Altri lideravam a cair 1,67% e 1,41% para 10,62 euros e 5,60 euros, respetivamente.

As ações da Galp Energia seguiam a perder 1,24% para 13,95 euros, depois da petrolífera portuguesa ter divulgado que o lucro caiu 21% para os 560 milhões de euros em 2019 face ao ano anterior.

Segundo os resultados comunicados à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) antes da abertura dos mercados, o resultado líquido anual ajustado totalizou 560 milhões de euros, 21% abaixo do registado em 2018, sendo que de acordo com as normas contabilísticas internacionais (IFRS) a queda é de 46%, para 389 milhões. No quarto trimestre de 2019, o lucro tinha crescido 44% em termos homólogos para 157 milhões (106 milhões de euros em IFRS).

Lisboa seguia alinhada com as principais bolsas europeias, que estavam hoje em baixa, pendentes da propagação do coronavírus e da divulgação de indicadores macroeconómicos. Os investidores animaram-se depois de o Banco Central da China ter anunciado medidas de estímulo para compensar os efeitos do surto do novo coronavírus na economia.

Concretamente, o Banco Central da China anunciou uma descida da taxa de juro de médio prazo para 3,15%, que pode abrir uma porta para uma queda da taxa de juro básica, atualmente em 4,15%.

Com estas medidas, os investidores deixaram de lado a preocupação com o Covid-19, que segundo os últimos dados, infetou mais de 72.456 pessoas e provocou 1.868 vítimas mortais. A bolsa de Wall Street reabre hoje depois de ter estado fechada na segunda-feira, a terceira de fevereiro, devido ao feriado do Dia do Presidente.

A nível cambial, o euro abriu hoje em baixa no mercado de câmbios de Frankfurt, a cotar-se a 1,0828 dólares, um mínimo desde o final de abril de 2017, contra 1,0832 na segunda-feira. O barril de petróleo Brent para entrega em abril de 2020 abriu hoje em baixa, a cotar-se a 56,82 dólares no Intercontinental Exchange Futures (ICE) de Londres, contra 57,67 dólares na segunda-feira e o mínimo desde 26 de dezembro de 2018, de 53,27 dólares, em 10 de fevereiro.

Peça 34:

Setor do metal com recorde de exportações de quase 20 mil milhões em 2019

Lisboa, 18 fev 2020 (Lusa) – O setor do metal registou um novo recorde de exportações em 2019, no valor de 19.590 milhões de euros, anunciou hoje a Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal (AIMMAP).

“O setor que mais contribui para o PIB [Produto Interno Bruto] português volta a dar provas da sua vitalidade com um novo recorde de 19.590 milhões de euros no valor das exportações”, referiu a associação, em comunicado.

Relativamente ao destino das exportações no ano passado, os principais países foram Espanha, Alemanha e França, com um valor de 4.723 milhões, 3.265 milhões e 3.034 milhões de euros, respetivamente.

Já em relação ao crescimento, numa comparação em termos homólogos, as exportações para a Alemanha foram as que mais subiram, cerca de 11,2%, seguindo-se Espanha, com um crescimento de 8,8% no volume exportado, e França, com mais 4,9%.

“O principal desafio em 2019 foi continuar a manter a trajetória ascendente que ao longo dos últimos anos sistematicamente o setor do Metal Portugal [marca que agrega empresas metalúrgicas e metalomecânicas] tem vindo a conseguir concretizar e continuar a crescer as exportações nos mercados mais relevantes, que são Espanha, França, Alemanha e Reino Unido, onde, apesar do ‘brexit’, conseguimos manter basicamente os mesmos números do ano anterior”, disse à Lusa o vice-presidente da AIMMAP, Rafael Campos Pereira.

No entanto, aquele responsável admitiu que o desafio de continuar a crescer fora da Europa foi apenas “parcialmente conseguido”, uma vez que as exportações para os Estados Unidos, o principal mercado fora da União Europeia, mantiveram-se aproximadamente nos mesmos valores do ano anterior (500 milhões de euros), devido à guerra comercial que aquele país mantém com a China e também a certas restrições de alguns estados americanos relativamente a alguns produtos e equipamentos que podem ser considerados como potencial material militar.

“Porém, há um crescimento substancial no mercado do Canadá, para onde começámos em 2019 a exportar com algum significado”, sublinhou Rafael Campos Pereira.

A diferenciação dos produtos e equipamentos das empresas portuguesas, a aposta no ‘design’ e na tecnologia, bem como a “excelente relação qualidade/preço” dos produtos portugueses são as razões destacadas pelo vice-presidente da AIMMAP para o crescimento das exportações do setor do metal.

Em relação à epidemia provocada pelo coronavírus detetado em Wuhan, na China, e nas

consequências que pode ter nos negócios, Rafael Campos Pereira admitiu não estar muito preocupado, apesar de ressaltar que qualquer fator que prejudique as deslocações, pode também prejudicar de algum modo os negócios.

“Nós não compramos muito na China e a China também não tem sido um dos nossos principais mercados nos últimos tempos [...] o que estamos a verificar é que, eventualmente, até tem havido um aumento de encomendas, provavelmente em consequência das dificuldades que a China está a passar nalguns subsectores”, esclareceu, adiantando que “há encomendas que estão a ser retiradas da China e estão a ser localizadas noutras paragens”.

O ano de 2019 para o setor metalúrgico e metalomecânico português ficou também marcado por cinco recordes mensais, com o mês de maio a representar “o melhor de sempre” para o setor com cerca de 1.884 milhões de euros em exportações.

Os meses de março, setembro, outubro e novembro foram os outros quatro meses com novos máximos, tendo todos eles registado valores de mais de 1.700 milhões de euros.

MPE // EA
Lusa/Fim

Peça 35:

Introdução do salário mínimo na Alemanha em 2015 aumentou produtividade

Frankfurt, Alemanha, 18 fev 2020 (Lusa) - A introdução do salário mínimo em 2015 na Alemanha aumentou a produtividade no país, incentivando os trabalhadores a mudar de empresa, segundo um estudo de investigadores alemães e ingleses hoje publicado.

Contrariamente aos receios exprimidos antes da introdução de um salário mínimo na Alemanha, "este não provocou uma diminuição do emprego", explica Christian Dustmann, da University College London (UCL), num comunicado.

Esta medida conduziu mesmo ao "aumento da eficácia global da produção graças à redistribuição dos trabalhadores de empresas menos produtivas para empresas mais produtivas", adianta.

Na sequência da introdução do salário mínimo determinados empregados com baixos salários migraram para empresas de maior dimensão que oferecem mais postos de trabalho a tempo inteiro e com mais qualificações, além de um salário mais elevado por trabalho comparável, indicam investigadores da UCL e do Instituto alemão para o mercado de trabalho (IAB).

Nas regiões onde o salário médio era mais modesto e a onde a introdução de um salário mínimo pesava mais, houve um declínio no número de pequenas empresas com menos de três

funcionários em benefício das grandes empresas, melhorando o "mix" de empresas nessas regiões, revela o mesmo estudo.

O Governo de grande coligação de Angela Merkel aprovou a lei em 2014, que entrou em vigor em 01 de janeiro de 2015, prevendo a introdução de um salário mínimo de 8,50 euros por hora, o que beneficiaria 15% dos funcionários do país, que estavam a ganhar salários mais baixos.

O "Mindestlohn" (salário mínimo) subiu para 8,84 euros em 2017 e depois para 9,19 euros em janeiro de 2019, estando a próxima revisão bienal planeada para 2021.

A introdução do salário mínimo ocorreu quando a economia alemã passou por um ciclo de crescimento sustentado, quando a taxa de desemprego caiu para 5%, o nível mais baixo desde a reunificação do país em 1990.

Os resultados do estudo "não podem necessariamente ser generalizados para outros mercados de trabalho ou outros períodos", alerta Matthias Umkehrer, do IAB.

MC // JNM

Lusa/Fim

Peça 36:

Euro cai e segue abaixo de 1,08 dólares

Lisboa, 19 fev 2020 (Lusa) - O euro continuou hoje a descer face ao dólar, mantendo-se em mínimos que não eram registados desde abril de 2017, quando aumentam os receios sobre o impacto económico do coronavírus.

Às 18:05 (hora de Lisboa), o euro negociava a 1,0791 dólares, quando na terça-feira à mesma hora seguia a 1,0802 dólares.

O Banco Central Europeu (BCE) fixou hoje a taxa cambial de referência do euro em 1,0800 dólares.

Na China, o número de mortos causados pela epidemia de coronavírus já ultrapassa os 2.000 e há 74.185 infetados.

A epidemia de coronavírus surge quando a economia mundial está frágil e não está devidamente bem equipada para a enfrentar caso se prolongue no tempo e no espaço, advertiu hoje a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva.

Por outro lado, os dados da economia norte-americana que têm sido divulgados são robustos e contribuem para a solidez do dólar.

Hoje, foi anunciado que os preços básicos de produção nos Estados Unidos subiram 0,5% em janeiro face ao mês anterior e 2,1% em comparação com o mesmo mês de 2019.

Desde o início de fevereiro, o euro tem vindo a recuar sucessivamente, com exceção de uma ligeira subida no dia 11.

Divisas.....hoje.....terça-feira

Euro/dólar.....1,0791..... 1,0802

Euro/libra.....0,83533..... 0,83080

Euro/íene.....120,06..... 118,71

Dólar/íene.....111,25..... 109,90

EO // MSF

Lusa/fim

Peça 37:

Peso dos impostos ambientais em Portugal está a aumentar

Bruxelas, 19 fev 2020 (Lusa) – Cerca de 7,4% dos impostos cobrados em Portugal dizem respeito à área ambiental, percentagem que está acima da média da União Europeia (UE) e que se relaciona com a energia, os transportes, a poluição e os recursos.

Dados hoje divulgados pelo gabinete de estatísticas comunitário, o Eurostat, indicam que em 2018 Portugal ficava a meio da tabela dos 27 países da UE relativamente à dimensão dos impostos ambientais na receita total do Estado, ficando ainda assim acima da média da UE, que foi de 6% nesse ano (os dados mais recentes).

O peso destes impostos ambientais em Portugal em 2018 (7,4%) tem vindo a variar consoante os anos, após percentagens de 7,56% em 2017, de 7,59% em 2016 e de 7,03% em 2015.

Entre os 27 Estados-membros, aqueles onde em 2018 os impostos ambientais mais pesavam eram a Letónia (10,9%), Bulgária (9,8%) e Grécia (9,5%).

Em sentido inverso, as menores contribuições foram verificadas no Luxemburgo (4,4%), Alemanha (4,5%) e Suécia (4,8%).

De acordo com o Eurostat, em 2018, a receita tributária da UE com impostos ambientais ascendeu a 324,6 mil milhões de euros, o que equivale a um aumento homólogo de 3% face ao ano anterior.

Nesta equação de impostos ambientais, entram os impostos sobre a energia (77,7%), sobre o transporte (19,1%) e ainda sobre poluição e recursos (3,3%).

ANE // JMR

Lusa/fim

Peça 38:

Inflação homóloga no Reino Unido atinge em janeiro máximo de seis meses

Londres, 19 fev 2020 (Lusa) - A taxa de inflação homóloga no Reino Unido subiu para 1,8% em janeiro, um máximo de seis meses, sustentado pelo aumento do preço da gasolina, anunciou hoje a agência nacional de estatística britânica (ONS nas siglas em inglês).

O aumento da inflação homóloga britânica, para 1,8%, contra 1,3% em dezembro, deveu-se também ao facto dos preços dos bilhetes de avião, do gás e da eletricidade não terem caído tanto como tinham caído em janeiro de 2019.

O avanço do Índice de Preços do Consumidor (IPC) vai determinar a próxima decisão sobre as taxas de juro do Banco de Inglaterra, que na última reunião, em 30 de janeiro, decidiu manter a taxa de juro de referência em 0,75% por considerar que a economia ainda enfrenta riscos.

O banco central, cujo objetivo oficial de inflação é 2%, está pendente da evolução da negociação entre o Reino Unido e a União Europeia (UE) para alcançar um pacto comercial depois da saída do país do bloco em 31 de janeiro passado.

No relatório emitido na véspera do 'Brexit', o Banco de Inglaterra reviu em baixa a previsão de crescimento em 2020, de 1,2% para 0,8%, e em 2021, de 2% para 1,7%.

MC // EA

Lusa/Fim

Peça 39:

Bolsas europeias em alta, animadas com apoio de Pequim às empresas

Lisboa, 19 fev 2020 (Lusa) – As principais bolsas europeias estavam hoje em alta, depois da China ter decidido dar mais apoio às empresas para reiniciarem as suas operações com normalidade na sequência do surto do coronavírus.

Cerca das 08:55 em Lisboa, o EuroStoxx 600 subia 0,49% para 432,45 pontos.

As bolsas de Londres, Paris e Frankfurt avançavam 0,66%, 0,42% e 0,40%, bem como as de Madrid e Milão, que subiam 0,44% e 0,50%.

Depois de ter aberto em alta, a bolsa de Lisboa mantinha a tendência e, cerca das 08:55, o principal índice, o PSI20, avançava 0,33% para 5.406,78 pontos.

A expansão do coronavírus e o possível impacto na economia continuam a concentrar a atenção dos investidores, que contudo hoje saudaram a decisão da China de comprometer-se em apoiar as empresas que querem voltar à normalidade.

Na terça-feira, a agência Moody's reviu em baixa o crescimento da economia chinesa em 2020, devido ao surto do coronavírus, que, segundo os últimos dados, infetou mais de 74.185 pessoas e provocou 2.004 vítimas mortais.

Na terça-feira, a bolsa de Nova Iorque terminou com o Dow Jones a descer 0,56% para 29.232,19 pontos, contra 29.551,42% em 12 de fevereiro, atual máximo desde que foi criado em 1896.

Em sentido contrário, o Nasdaq fechou a subir 0,02% para 9.732,74 pontos, novo máximo de sempre.

A nível cambial, o euro abriu hoje em baixa no mercado de câmbios de Frankfurt, a cotar-se a 1,0803 dólares, um mínimo desde o final de abril de 2017, contra 1,0804 na terça-feira.

O barril de petróleo Brent para entrega em abril de 2020 abriu hoje em alta, a cotar-se a 58,16 dólares no Intercontinental Exchange Futures (ICE) de Londres, contra 57,75 dólares na terça-feira e o mínimo desde 26 de dezembro de 2018, de 53,27 dólares, em 10 de fevereiro.

MC // SB

Lusa/Fim

Peça 40:

Sindicatos da Função Pública voltam hoje a reunir-se com o Governo

Lisboa, 19 fev 2020 (Lusa) - O secretário de Estado da Administração Pública, José Couto, e as três estruturas sindicais da função pública voltam hoje a reunir-se para nova ronda negocial sobre aumentos salariais, na sequência das contrapropostas apresentadas na segunda-feira pelos sindicatos.

Num comunicado emitido no final das reuniões de segunda-feira, o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública mostrou-se disponível para, dentro da margem orçamental disponível, chegar a um acordo que permita a implementação faseada de algumas medidas.

“O Governo demonstrou abertura para analisar as contrapropostas apresentadas pelos sindicatos dentro da margem orçamental disponível, tanto para 2020 como para os anos seguintes, numa lógica de faseamento”, refere o Ministério tutelado por Alexandra Leitão que decidiu reabrir as negociações com os sindicatos depois da aprovação do Orçamento do Estado para 2020.

Esta reabertura do processo negocial começou com o Governo a propor um aumento reforçado de sete euros para todos os funcionários públicos cujo salário está situado entre os níveis 4 e 5 da Tabela Remuneratória Única, ou seja, entre 635,07 euros e 683,13 euros, respetivamente, mantendo a atualização de 0,3% para os restantes trabalhadores.

As reuniões de hoje iniciam-se pelas 09:00 com a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública da CGTP, prosseguem às 10:30 com a Frente Sindical (UGT) e às 12:00 com a Federação dos Sindicatos da Administração Pública (FESAP), da UGT.

Na última reunião, as três estruturas sindicais da função pública manifestaram a sua discordância com aumentos diferenciados na função pública, rejeitando igualmente a atualização de 0,3% para os restantes trabalhadores, tendo apresentado contrapropostas em que defendem aumentos mais robustos, com a Fesap a apontar para 2,9%, a Frente Comum para um aumento mínimo de 90 euros mensais para todos os funcionários públicos e a Frente Sindical liderada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) a defender uma atualização das remunerações e da Tabela Remuneratória Única em 2%.

Além disso, exigem e a reposição dos 25 dias úteis de férias, retirados durante a troika, e um aumento do subsídio de refeição face aos 4,77 euros atuais. Também aqui as propostas divergem, com a Fesap a defender 6,00 euros, a Frente Comum a colocar a fasquia nos 6,50 euros e a Frente Sindical nos 10 euros.

A questão das férias e do subsídio de refeição são matérias onde há a expectativa de que poderá registar-se algum avanço nas negociações de hoje. Perante o desenrolar desta reabertura das negociações, os dirigentes sindicais consideram que “a bola está agora do lado do Governo”.

No referido comunicado, o Ministério da Modernização do Estado e da Administração Pública refere que “numa primeira análise, seja possível afirmar que [as contrapropostas dos sindicatos] são mais exigentes do ponto de vista orçamental”, mas mostra-se disponível para continuar a “aprofundar o diálogo” e para “chegar a um acordo de implementação faseada com as estruturas sindicais”.

O aumento de sete euros para os funcionários públicos das carreiras com remunerações mais baixas (assistente operacional e assistente técnico) irá abranger cerca de 150 mil pessoas.

De acordo com dados do Ministério da Administração Pública divulgados pelo Jornal de Negócios, daquele universo de 150 mil pessoas, há cerca de 105 mil que estão posicionadas no nível 4 da TRU (auferindo, por isso, atualmente uma remuneração de 635,07 euros), cerca de 13 mil no nível 5 (683,13 euros) e ainda cerca de 18 mil que se encontram entre estes dois níveis.

A proposta do Governo prevê uma cláusula de salvaguarda que assegura que os trabalhadores que se encontrem num valor ligeiramente acima dos 683,13 euros, terão também um acréscimo de sete euros caso a aplicação da atualização de 0,3% resultasse num valor inferior a 690,13 euros.

Peça 41:

Lucro do Lloyds Banking Group cai 33% para 3.592 milhões em 2019

Londres, 20 fev 2020 (Lusa) – O lucro do Lloyds Banking Group caiu 33% em 2019, para 3.006 milhões de libras (3.592 milhões de euros), face ao ano anterior, indicou hoje o banco inglês.

Em comunicado divulgado em Londres, a instituição financeira referiu que o resultado antes de impostos recuou 26% para 4.393 milhões de libras (5.254 milhões de euros), devido, em parte, à imposição de uma "pesada sobretaxa" por causa dos designados seguros de proteção de pagamento (PPI).

O banco inglês está pressionado com o pagamento de uma compensação aos clientes a quem vendeu de forma os PPI, um produto bancário que envolvia cláusulas que faziam com que o mutuário não beneficiasse do seguro quando dele precisasse.

O presidente executivo do banco, António Horta Osório, explicou que, além disso, os PPI afetaram também os lucros, “a nível moderado, da actividade dos clientes” e, sobretudo, “os grandes mercados empresariais”.

“Durante 2019, o desempenho económico do Reino Unido manteve-se resiliente à incerteza política e económica, graças aos níveis recorde de emprego, taxas de juro baixas e ao aumento dos salários reais”, disse o gestor.

O presidente executivo do Lloyds Banking Group advertiu para alguma incerteza que existe em relação aos desafios colocados pelas “negociações sobre acordos comerciais internacionais em curso”, embora tenha realçado que “hoje há um caminho claro e alguns sinais de perspetivas de melhoria”.

Neste contexto, a receita líquida do Lloyds ascendeu a 17.142 milhões de libras (20.492 milhões de euros) em 2019, o que correspondeu a uma queda de 4%, face ao ano precedente, lê-se no comunicado.

Os empréstimos a clientes atingiram, por sua vez, os 440.000 milhões de libras (525.916 milhões de euros) em 2019, menos 1%, enquanto que os depósitos de clientes somaram 412.000 milhões de libras (492.448 milhões de euros), igualmente menos 1% que no ano anterior.

O rácio de transformação (que estabelece a relação entre empréstimos e depósitos) situou-se nos 107% a 31 de dezembro de 2019, tendo-se mantido inalterado face ao ano anterior,

enquanto o rácio de solvabilidade dos capitais de melhor qualidade (CET1) se fixou em 13,8%, contra 13,9% no ano precedente.

JS // MSF
Lusa/Fim

Peça 42:

AR recomenda ao Governo que salvguarde qualidade do serviço postal

Lisboa, 20 fev 2020 (Lusa) - A Assembleia da República (AR) recomenda ao Governo que salvguarde a qualidade do serviço público postal universal, cujo contrato de concessão com os CTT termina no final do ano, segundo uma resolução publicada hoje em Diário da República.

"A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que assegure que todos os concelhos do país beneficiem de, pelo menos, uma estação de correios no seu território, garantindo a reabertura das estações de correio encerradas nos concelhos que ficaram privados de qualquer estação", lê-se na resolução.

Recomenda ainda que "defina os critérios de avaliação do serviço público universal a ter em conta para a análise e escolha do modelo a implementar a partir de 2021, salvaguardando a continuidade e qualidade do serviço".

Os CTT - Correios de Portugal são o prestador do serviço universal, ao abrigo do contrato de concessão do serviço postal universal que termina no final deste ano.

Em 14 de fevereiro, o secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Alberto Souto de Miranda, afirmou que "é fortemente provável que os CTT venham a ser parceiros do Estado na nova concessão do serviço postal universal", salientando que serão respeitadas as regras de contratação pública que existem.

ALU // CSJ
Lusa/Fim

Peça 43:

TAP para de crescer até confiar nos prazos do investimento na Portela

Lisboa, 20 fev 2020 (Lusa) – O presidente executivo (CEO) da TAP, Antonoaldo Neves, disse hoje que a companhia aérea “vai parar de crescer” e que não vai investir enquanto não tiver “confiança nos prazos do investimento” no aeroporto de Lisboa.

“A TAP tomou uma decisão. A TAP vai parar de crescer, porque a TAP não está mais disposta a investir contando que alguma coisa vai acontecer”, anunciou Antonoaldo Neves, referindo-se aos “muitos constrangimentos” à operação aérea no aeroporto de Lisboa.

O responsável falava em Lisboa, na conferência de imprensa de apresentação dos resultados de 2019 do Grupo TAP, que registou prejuízos de 105,6 milhões de euros, uma melhoria de 12,4 milhões de euros face às perdas de 118 milhões registadas em 2018.

O CEO da transportadora aérea garantiu que só quando tiver “confiança nos prazos do investimento” no aeroporto de Lisboa é que o Grupo volta a investir, nomeadamente na compra de mais aviões.

Antonoaldo Neves chegou mesmo a defender que, "hoje, a Portela é o pior aeroporto do mundo, segundo a AirHelp", uma empresa que presta serviços jurídicos a passageiros que tenham tido voos cancelados, atrasados ou sobrelotados.

“Como é que eu posso fazer o meu próximo planeamento estratégico se eu não sei se vou ter os ‘slots’?”, admitiu Antonoaldo Neves, depois de a TAP ter anunciado esta semana o cancelamento de 1.500 voos no verão deste ano por falta de ‘slots’ (faixas horárias) no aeroporto de Lisboa.

No entanto, Antonoaldo Neves garantiu que todos os passageiros dos 1.500 voos cancelados “vão ser protegidos” e que “a TAP não depende de 1.500 ‘slots’ para sobreviver de forma nenhuma”, uma vez que esse valor equivale a três dias de operação num ano.

A companhia sente-se, nas palavras do CEO, “indignada por não poder crescer” e lamenta que, só em passageiros transportados pela TAP, Portugal vai perder 150 mil turistas no verão.

A transportadora especificou ainda que, no ano passado, teve 35 dias de operação limitada por causa do nevoeiro e 129 dias devido à realização de exercícios militares nas imediações do aeroporto da Portela, em Lisboa, o que significa que operou mais de metade do ano de 2019 com um atraso já embutido no aeroporto.

“O nosso maior desafio em termos de custo é o que a gente paga em termos de indemnizações a passageiros [...] por conta dos atrasos, por conta dos constrangimentos da infraestrutura aeroportuária aqui no aeroporto de Lisboa”, esclareceu o vogal da comissão executiva da TAP Raffael Quintas, também presente na conferência de imprensa.

Em relação ao pagamento de prémios a alguns trabalhadores depois de apresentar prejuízos de cerca de 100 milhões de euros, que o ministro das Infraestruturas e da Habitação, Pedro Nuno Santos, considerou “inaceitável”, Antonoaldo Neves escusou-se a fazer comentários, dizendo que “a Comissão Executiva não comenta política de remuneração da empresa”.

MPE // CSJ

Lusa/Fim

Peça 44:

Lucro da EDP cai 1% para 512 milhões de euros em 2019

Lisboa, 20 fev 2020 (Lusa) – A EDP fechou 2019 com um lucro de 512 milhões de euros, uma queda de 1% face ao ano anterior, segundo informação ao mercado, que destaca que as operações convencionais em Portugal tiveram prejuízo de 98 milhões de euros.

Em comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o grupo liderado por António Mexia adianta que o resultado líquido reportado foi impactado por uma provisão de 86 milhões de euros relativa à barragem do Fridão, bem como o reconhecimento de uma imparidade de 297 milhões de euros nas centrais a carvão na Península Ibérica.

"Desta forma, as operações convencionais em Portugal registaram um prejuízo líquido de 98 milhões de euros em 2019, penalizadas pela manutenção de um contexto regulatório e fiscal adverso, a que se adicionou em 2019 um volume de produção de energia hídrica anormalmente baixo", justifica a energética.

Em 2019, o resultado antes de impostos, juros, depreciações e amortizações (EBITDA) da empresa cresceu 12%, face ao período homólogo, para 3.706 milhões de euros.

Por sua vez, no período em causa, o investimento totalizou 2.258 milhões de euros, 76% dos quais dedicados à expansão – 65% em renováveis e 35% em redes.

O fluxo de caixa orgânico recorrente fixou-se em 1,4 mil milhões de euros, entre janeiro e dezembro de 2019, “traduzindo os fluxos de caixa gerados e disponíveis para cumprir a estratégia da EDP em termos de crescimento sustentável e redução de dívida e remuneração de acionistas”.

Em dezembro de 2019, a dívida líquida do grupo EDP ascendeu a 13.827 milhões de euros, mais 3% do que em igual período do ano anterior.

Na sessão de hoje da bolsa, as ações da elétrica cederam 1,06% para 4,87 euros.

JNM/PE // CSJ

Lusa/Fim

Peça 45:

Fisco já começou a devolver IUC de carros importados e anteriores a 2007

Lisboa, 20 fev 2020 (Lusa) – A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) já emitiu as primeiras devoluções do Imposto Único de Circulação (IUC) dos carros importados da União Europeia, cuja primeira matrícula é anterior a julho de 2007.

Em resposta à agência Lusa, fonte oficial da AT afirmou que “tem vindo a receber e a analisar os pedidos dos contribuintes, tendo já sido emitidas as primeiras devoluções”, sem adiantar, contudo, quantas devoluções foram feitas.

Este processo de devolução do IUC vem na sequência da legislação que entrou em vigor em 01 de janeiro deste ano que passou a determinar que aquele imposto é calculado com base na data da primeira matrícula do carro e não com base na data da matrícula de entrada em Portugal.

Ainda que a norma apenas alterasse a tributação para o futuro, foi decidido criar condições para que os contribuintes com veículos nesta situação pudessem provar a data da primeira matrícula, o pagamento do IUC realizado em anos anteriores e pedir a devolução do dinheiro.

O advogado Pedro Marinho Falcão está entre os que avançaram com vários destes pedidos em representação de empresas que importaram veículos para frotas próprias ou para comercializar.

“Entregámos vários pedidos e estamos a aguardar resposta”, referiu à Lusa, adiantando que, no seu conjunto, estes pedidos reclamam a devolução de cerca de 90 mil euros em IUC pago nos últimos quatro anos.

O facto de os pedidos terem graus de complexidade diferentes e de terem de ser analisados caso a caso leva a que, segundo precisou a AT, não seja possível estimar um tempo uniforme de resposta. Numa nota informativa publicada em 10 de janeiro, a AT anunciou que tinha decidido “não prosseguir com o contencioso nesta matéria em relação às liquidações anteriores à entrada em vigor daquela lei, conformando o seu entendimento à jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia”.

Neste contexto, foram dados orientações aos serviços para deferir as reclamações gratuitas, recursos hierárquicos ou revisões oficiosas “que tenham por objeto liquidações de IUC, de veículos importados, em que a AT considerou a data de atribuição da matrícula em território nacional e não a data da atribuição da primeira matrícula noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu”, para proceder à revisão oficiosa das liquidações que tenham sido alvo de impugnação judicial e para não proceder à interposição de recursos.

Na ocasião, a AT explicou de que forma podem os contribuintes confirmar a data da primeira matrícula na EU ou Espaço Económico Europeu adiantando que iria ser disponibilizada uma funcionalidade específica no Portal da AT com o objetivo de permitir a confirmação daquela data aquando da liquidação do IUC.

À Lusa, fonte oficial da AT reiterou esta orientação, acentuando que “está a trabalhar no sentido de, conforme anunciado publicamente: ‘desenvolver as alterações informáticas necessárias para que - aquando da liquidação do IUC - o contribuinte possa confirmar a data da primeira matrícula num Estado-membro da UE ou do Espaço Económico Europeu’”.

Depois de verificada por parte da administração fiscal, esta informação passará a constar do cadastro de veículo “para todos os efeitos legais, designadamente restituição de impostos devida nos termos legais.”

De referir que, no que diz respeito aos veículos importados a partir de 01 de janeiro de 2018, que sejam provenientes de um Estado-membro da UE ou do Espaço Económico Europeu e que apenas tenham tido uma matrícula anterior, a AT já dispõe da informação de que precisa, não havendo, por isso, "necessidade de atualizar o cadastro de veículos".

LT // JNM

Lusa/Fim

Peça 46:

ERC aprova mudança da Media Capital para a Cofina

Lisboa, 21 fev 2020 (Lusa) - A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) aprovou, sem votos contra, a alteração de titularidade da Media Capital detida pela Prisa para a Cofina, anunciou hoje a dona do Correio da Manhã.

"A Cofina SGPS informa" que a ERC "aprovou, sem votos contra, a alteração do controlo dos meios detidos pela Prisa, através da Vertix (grupo Media Capital), para a Cofina SGPS", refere, em comunicado.

"Após esta aprovação, a Cofina tem a expectativa de concluir a aquisição do capital detido pela Prisa no Grupo Media Capital na segunda semana de março", acrescenta a empresa liderada por Paulo Fernandes.

"O novo grupo Cofina será uma plataforma mais competitiva, capaz de assegurar aos portugueses, uma oferta diversificada de conteúdos, seja de informação, seja de entretenimento", acrescenta.

"Esta aquisição permite ainda a criação de um grupo financeiramente forte, que é o melhor garante da independência editorial e da criação de valor para todos os 'stakeholders' [partes envolvidas], incluindo colaboradores, acionistas, clientes, fornecedores e parceiros", salienta, referindo que "os objetivos da Cofina passam por ter um grupo de media tecnologicamente evoluído, capaz de gerar eficiências e com foco contínuo na liderança dos segmentos em que opera, assegurando a sustentabilidade dos conteúdos de língua portuguesa".

Em 30 de dezembro, a Autoridade da Concorrência (AdC) anunciou a sua não oposição à compra da Media Capital pela Cofina, que era uma das condições da dona do Correio da Manhã para o sucesso da oferta.

Uma semana antes, a Cofina anunciou ter acordado com a Prisa a redução do preço da compra em 50 milhões de euros face aos 255 milhões de euros ['enterprise value'] comunicados em 21 de setembro.

O grupo Cofina detém, além do Correio da Manhã e do Record, a CM TV, o Jornal de Negócios, a revista Sábado, entre outros títulos.

Por sua vez, a Media Capital conta com seis canais de televisão e a plataforma digital TVI Player. Além da TVI, canal generalista em sinal aberto, conta com a TVI24, TVI Reality, TVI Ficção, TVI Internacional e TVI África. A Media Capital tem também rádios, nas quais se inclui a Comercial.

A Cofina estima que a compra da dona da TVI esteja concluída no primeiro trimestre deste ano e que represente sinergias de 46 milhões de euros.

PE/ALU // JNM

Lusa/Fim

Peça 47:

Von der Leyen justifica com "a democracia" falhanço das negociações

Bruxelas, 21 fev 2020 (Lusa) – A presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, justificou hoje o falhanço das negociações sobre o orçamento plurianual para 2021-2027, para o qual é necessário “trabalho árduo”, com “a democracia”, falando em “27 diferentes interesses” dos Estados-membros.

“Perguntam o que aconteceu. Então, isto é democracia. Temos 27 Estados-membros, com 27 diferentes interesses, mas todos estamos a trabalhar num objetivo comum que é a UE e o orçamento europeu para os próximos anos”, afirmou a líder do executivo comunitário, falando em conferência de imprensa, em Bruxelas, após o fim da cimeira.

Segundo Ursula Von der Leyen, “é uma boa tradição em democracia debater as diferentes visões, as diferentes ênfases e necessidades apontadas pelos diferentes Estados-membros, no que toca às políticas de coesão, agricultura ou relativamente às novas prioridades”.

“Temos de trabalhar arduamente para prosseguir”, apelou.

O Conselho Europeu extraordinário em Bruxelas consagrado ao orçamento plurianual da União para 2021-2027 terminou sem acordo, apenas cerca de 20 minutos após os líderes se terem sentado novamente à mesa para discutir a nova proposta, revelaram fontes europeias. Iniciada na quinta-feira à tarde, a cimeira foi interrompida ao início da noite, sucedendo-se desde então múltiplas reuniões bilaterais, madrugada dentro e ao longo do dia de hoje, e ao fim de praticamente 24 horas os chefes de Estado e de Governo voltaram a juntar-se na mesma sala para apreciar uma proposta revista apresentada pelo presidente do Conselho Europeu, Charles Michel.

ANE/ACC // ANP

Lusa/Fim

Peça 48:

Fisco atribui isenção de IMI mesmo que contribuintes falhem IRS

Lisboa, 21 fev 2020 (Lusa) - A Autoridade Tributária e Aduaneira atribui de forma automática isenção do IMI a contribuintes de rendimentos reduzidos, mesmo que não entreguem a declaração anual do IRS ou o façam fora de prazo, desde que estejam dispensados desta entrega.

O Código do Imposto Municipal sobre os Imóveis contempla uma isenção de imposto dirigida aos contribuintes cujo valor patrimonial tributário (VPT) dos imóveis detidos pelo seu agregado familiar (incluindo rústicos e urbanos) não exceda 10 vezes o valor anual do Indexante de Apoios Sociais e o rendimento bruto total do agregado seja inferior a 2,3 vezes o valor anual do IAS.

Tendo em conta que o valor de IAS que serve de referência é equivalente ao salário mínimo nacional registado em 2010 (475 euros), aquela isenção é, assim, atribuída a pessoas cujo património imobiliário não excede os 66.500 euros (475x10x14) e cujo rendimento anual não ultrapassa os 15.295 euros.

Esta isenção é aplicada de forma automática pela Autoridade Tributária e Aduaneira que, para o efeito, utiliza, entre outra informação, a que consta da declaração anual do IRS, desde que esta seja entregue dentro do prazo legal.

Esta situação levou um contribuinte a questionar a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) sobre se manteria o direito ao benefício fiscal, apesar de ter entregue a sua declaração do IRS fora de prazo, ainda que se encontre dispensado desta entrega por auferir rendimentos de trabalho dependente ou pensões de valor inferior a 8.500 euros e estes não terem sido sujeitos a retenção na fonte - requisitos exigidos para a dispensa.

Na resposta a este pedido de informação vinculativa, agora publicada, a AT esclarece que, “havendo dispensa da obrigação de entrega da referida declaração [de IRS], o sujeito passivo não necessita de entregar a mesma” pelo que “a sua entrega intempestiva ou a sua não entrega” não releva para efeitos da atribuição daquela isenção.

Desta forma, acrescenta a AT, “estando o sujeito passivo desonerado da obrigação de entrega da declaração Modelo 3 do IRS, a isenção prevista no artigo 11.º-A do Código do IMI pode ser reconhecida, se preenchidos os pressupostos legais do benefício” - em termos de VPT do património imobiliário e de rendimento anual.

De acordo com dados do Ministério das Finanças, relativamente ao ano de 2018 (cujo IMI foi liquidado em 2019), esta isenção foi reconhecida a 1.170.789 contribuintes.

LT // EA
Lusa/Fim

Peça 49:

Maior construtora do mundo, detida pelo Estado chinês, na corrida pela Brisa

Redação, 21 fev 2020 (Lusa) - Um grupo chinês liderado pela China State Construction Engineering Corporation (CSCEC), a maior construtora do mundo e detida pelo Estado chinês, está interessada na Brisa, de acordo com a agência Bloomberg.

Segundo a agência, a companhia estatal chinesa formou um consórcio com o fundo de investimentos CNIC e com um Fundo de Desenvolvimento e Cooperação sino-lusófono.

A CSCEC foi fundada em 1957 como companhia estatal, tendo entrado no mercado dos Estados Unidos em 1985 e recentemente, devido ao coronavírus Covid-19, foi a empresa responsável pela construção de dois hospitais em 10 a 12 dias na cidade chinesa de Wuhan.

Para além da empresa detida a 100% pelo Estado chinês, outros interessados na gestora de autoestradas portuguesa são também as espanholas Globalvia (gestora de infraestruturas) e Abertis (cujo interesse era já conhecido e que formou um consórcio com o fundo GIC, de Singapura) e a japonesa Marubeni, de acordo com a Bloomberg.

A agência refere ainda que conforme noticiado em janeiro, as movimentações agora conhecidas juntam-se aos fundos Ardian e Macquarie Group, também interessados na operadora portuguesa fundada em 1972.

Em 20 de janeiro, a Bloomberg noticiava que o negócio pode chegar aos três mil milhões de euros, sendo que os dois acionistas da Brisa (Arcus e grupo José de Mello) esperam escolher em breve a lista de pré-qualificados para avançar no negócio, com ofertas vinculativas.

O capital da Brisa está neste momento dividido pela José de Mello, Arcus e Tagus Holding, sendo esta última detida pelos outros dois acionistas. A francesa Ardian detém a concessionária de autoestradas Ascendi e comprou a portuguesa Frulact. A Macquarie é uma multinacional australiana com interesses em diversas áreas, incluindo a financeira. A Abertis é uma concessionária espanhola de infraestruturas.

JE (ALYN) // EA
Lusa/Fim

Peça 50:

"Continuo muito céptico" em relação à economia portuguesa

Lisboa, 21 fev 2020 (Lusa) - O presidente da Jerónimo Martins, Pedro Soares dos Santos, disse hoje que continua "cético" em relação à economia portuguesa.

O gestor falava em Lisboa, na conferência de imprensa de apresentação dos resultados de 2019 da dona do Pingo Doce. Questionado sobre as perspetivas para a economia portuguesa este ano, Pedro Soares dos Santos afirmou: "Continuo muito cético".

"Acho que não crescemos o suficiente como a gente cresce nos países como a Colômbia e a Polónia".

"Tenho muita pena que nós não queiramos ser mais competitivos como uma economia internacional, faz-me pena porque o país é excelente", disse ainda o ministro.

Instado a avançar o que falta à economia portuguesa para crescer com maior pujança, o presidente da Jerónimo Martins destacou vários pontos.

"Primeiro, mais determinação, segundo, menos política, terceiro, mais vontade de realmente acreditar na iniciativa privada como o grande motor de tudo e melhor estabilidade fiscal e, acima de tudo, grande estabilidade nas políticas fiscal, laboral e proteção ao investimento", salientou.

O grupo registou uma subida do lucro de 7,9% em 2019 para 433 milhões de euros, com as vendas consolidadas a avançarem 7,5% para 18.638 milhões de euros.

ALU // CSJ
Lusa/Fim

Peça 51:

Renault constitui-se assistente em processo contra Carlos Ghosn

Paris, 24 fev 2020 (Lusa) – A fabricante automóvel Renault anunciou hoje que se constituiu assistente no processo de investigação do seu antigo presidente Carlos Ghosn por abusos de bens sociais e branqueamento.

Em comunicado, citado pela agência EFE, o grupo francês explicou que tomou esta decisão para fazer valer os seus direitos, acrescentando que não exclui a possibilidade de ser indemnizada, em função do resultado da investigação em curso.

Em 19 de fevereiro, a polícia de Nanterre, cidade que pertence à região metropolitana de Paris, anunciou a investigação por atos cometidos desde 2009, onde se incluem transferências feitas pela Renault à Suhail Bahwan Automobiles (SBA), uma empresa do Médio Oriente que distribuí veículos da Renault e da Nissan.

Por outro lado, está a ser investigada a possibilidade de utilização de dinheiro da empresa para pagar despesas particulares.

Entre a utilização inapropriada de fundos estão 22 milhões de dólares (19,7 milhões de euros) para comprar e renovar casas para uso próprio no Rio de Janeiro e Beirute e pagamentos de 750.000 dólares (672.000 euros) em 'cash' de consultadoria a uma irmã de Ghosn "sem que a empresa tivesse recebido nada em troca".

Em 21 de fevereiro, a audiência no Tribunal de Trabalho onde Carlos Ghosn pretende reclamar à Renault uma reforma de 250.000 euros depois do abandono abrupto da liderança do grupo automóvel francês em janeiro de 2019 foi adiada para 17 de abril.

O pedido de adiamento foi justificado com a necessidade de preparar a defesa, sobretudo depois de os advogados da Renault terem apresentado um dossier de argumentação da sua posição contra a atribuição de uma indemnização a Ghosn.

Ghosn considera que tem direito aos 250.000 euros (equivalentes a três meses de salário) porque quando deixou a empresa há pouco mais de um ano tinha 22 anos de antiguidade como empregado.

Contudo, a Renault alega que desde 2005 Ghosn tinha deixado de ser um assalariado ao assumir o posto de presidente executivo.

Carlos Ghosn, de 65 anos, foi detido em novembro de 2018, em Tóquio, por alegadas irregularidades financeiras.

No final de dezembro, o empresário violou as condições de liberdade sob fiança e fugiu do Japão.

PE (MC) // EA
Lusa/Fim

Peça 52:

Feira alimentar traz a Lisboa compradores de 130 países em março

Lisboa, 24 fev 2020 (Lusa) – O SISAB 2020, salão internacional do setor alimentar e de bebidas, que agrega 28 setores, da doçaria aos hortícolas, vai trazer a Lisboa, entre 02 e 04 de março, compradores de 130 países.

De acordo com a informação disponível no ‘site’ do SISAB 2020, entre os países compradores encontram-se o Canadá, Estados Unidos, México, Brasil, Angola, Egito, Líbia, Rússia, China e Austrália.

Os compradores poderão visitar os 28 setores em exposição, como vinho, cutelaria, especiarias, embalagens, serviços financeiros, pescado, carne, frutas, azeite, laticínios e produtos dietéticos.

Para os dois dias do evento estão previstas degustações de produtos tradicionais do continente e das ilhas, uma ‘masterclass’ sobre vinhos, bem como apresentações de produtos.

Este salão deverá ainda contar com a visita do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, do Presidente do Governo Regional da Madeira, Miguel Albuquerque, da ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque e do secretário de Estado do Comércio, Serviços e Defesa do Consumidor, João Torres.

PE // EA

Lusa/Fim

Peça 53:

Crédito à habitação atinge 10,63 mil ME em 2019, “máximo da década” – AICCOPN

Redação, 24 fev 2020 (Lusa) – O novo crédito concedido pelos bancos em 2019 para compra de habitação cresceu 8,1%, em termos homólogos, para 10,63 mil milhões de euros, “montante que corresponde a um máximo da década”, revelou a associação AICCOPN. Num comunicado, a Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN) salientou que é preciso “recuar até 2008 para se encontrar um ano com maior volume de crédito concedido”.

Paralelamente, tendo em conta “o ‘stock’ de crédito à habitação, no final de 2019, verifica-se um ligeiro aumento de 0,3%, em termos homólogos”, totalizando os 93.290 milhões de euros, de acordo com os dados da associação.

Pelo contrário, o volume de crédito concedido às empresas de construção e imobiliário no ano passado registou “uma redução homóloga de 6,6%, fixando-se em, apenas, 16,0 mil milhões de euros, ou seja, no valor mais baixo desde o início do século XXI”, segundo a associação. No que diz respeito ao consumo de cimento, no ano passado “foram utilizadas 3,23 milhões de toneladas de cimento no mercado nacional, o que corresponde a um crescimento de 14,9% face a 2018 e a um máximo dos últimos seis anos, aproximando-se dos níveis registados no ano de 2012”, informou a AICCOPN.

De acordo com a associação, as obras de construção e reabilitação de edifícios habitacionais licenciadas pelas câmaras municipais no ano passado “registaram uma variação de 9,4%, face ao ano precedente, para 16.461, com o número de fogos licenciados em construções novas a totalizar 23.737, em resultado de um crescimento homólogo de 17,2%”, lê-se na mesma nota. No mês de dezembro, recordou a AICCOPN, “o valor médio da habitação para efeitos de avaliação bancária foi de 1.321 euros por metro quadrado, o que traduz um aumento de 8,3%, face aos 1.220 euros” registados no último mês de 2018.

A associação destacou ainda a ‘performance’ da área metropolitana do Porto, em que “o número de fogos licenciados em construções novas em 2019 totalizou 4.270, o que traduz um aumento de 29,1% face aos 3.308 alojamentos licenciados em 2018”. Segundo a entidade, no que diz respeito à avaliação bancária na habitação nesta região verificou-se, em dezembro, um “aumento em termos homólogos de 10,4% para 1.330 euros por metro quadrado”.

ALYN // CSJ
Lusa/Fim

Peça 54:

Covid-19: Bolsa de Milão abre a cair 3,5% depois de surto no país

Roma, 24 fev 2020 (Lusa) - A bolsa de Milão abriu hoje a cair 3,5%, na sequência do surto do coronavírus no norte de Itália, que até ao momento já provocou 185 infetados e quatro mortos.

Na abertura, o principal índice da bolsa de Milão, o Ftse Mib, recuava 3,5%, enquanto o índice geral, All Share, descia 3,56%.

Na sequência do surto do Covid-19 também está a ser significativa a subida dos juros da dívida de Itália, que hoje abriram a 0,992% a 10 anos, contra 0,909% na sexta-feira.

O número de mortos devido ao coronavírus Covid-19 subiu hoje para 2.592 na China continental, contabilizando ainda mais de 75 mil infetados, quase todos na província de Hubei.

Há também vítimas mortais no Irão, Japão, Hong Kong, Coreia do Sul, Itália, Filipinas, França, Estados Unidos e Taiwan.

MC // SB
Lusa/Fim

Peça 55:

5G: Arranca hoje a segunda fase da migração das frequências da TDT

Redação, 24 fev 2020 (Lusa) – A segunda fase da alteração da rede de emissores da televisão digital terrestre (TDT) arranca hoje, em Vila Nova de São Bento, no concelho de Serpa, um passo essencial para a implementação da quinta geração móvel (5G).

De acordo com um comunicado da Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom), de dia 20 de janeiro, a segunda fase de alteração da rede de emissores da TDT termina em 10 de março.

Trata-se da migração da faixa de frequência 700 MHz, essencial para o desenvolvimento da tecnologia de nova geração 5G, cuja proposta de regulamento para o leilão de atribuição das licenças de espetro está em consulta pública.

"Neste período serão alterados 24 emissores, o primeiro dos quais é o de Vila Nova de São Bento, no concelho de Serpa", referiu o regulador.

De acordo com o calendário das datas de ressintonia dos emissores da TDT, em 25 de fevereiro é a vez de Moura e no dia seguinte de Ferreira do Alentejo.

Em 27 de fevereiro, decorre a alteração da rede de emissores de Melides e Barrancos, seguindo-se Reguengos de Monsaraz, Grândola e Borba.

Em 02 de março cabe a vez a Beja, Redondo e Alcácer do Sal, no seguinte a ressintonia decorrerá em Évora - Entrevinhas, Serpa e Montemor-o-Novo.

Évora Centro, Alta e São Bento, Évora e Mora verão a alteração da rede de emissores da TDT decorrer em 04 de março, Vila Viçosa, Santiago do Cacém, no dia seguinte, e Volta da Pedra, Palmela e Sesimbra em 06 de março.

Em 09 de março, é a vez de Cruz de Pau e Caparica, terminando em Almada no dia seguinte.

"Quando o ecrã da televisão ficar negro apenas será necessário fazer a sintonia da televisão ou do decodificador de TDT e continuarão a ver televisão gratuitamente", referiu a Anacom, salientando que, para ajudar neste processo, o regulador criou uma linha telefónica, de apoio gratuita (800 102 002), que funciona todos os dias entre as 09:00 e as 22:00, para esclarecer dúvidas.

"Caso não consigam fazer a sintonia dos equipamentos por si ou com a ajuda prestada através do número gratuito", a Anacom "agendará uma visita a casa da pessoa para proceder à sintonia, com técnicos seus e de forma gratuita", recordou.

"Atenção, a Anacom só irá a casa de quem ligar para o 800 102 002 e se na sequência desse contacto for feito o agendamento da visita", alertou o regulador.

ALYN (ALU) // EA

Lusa/Fim

Peça 56:

Sociedade da Água de Monchique investe 8,5 ME para duplicar produção

Lisboa, 26 fev 2020 (Lusa) - A Sociedade da Água de Monchique anunciou hoje um investimento de 8,5 milhões de euros, o qual vai permitir duplicar a capacidade de engarrafamento da produção e aumentar a faturação para 15 milhões de euros.

Este investimento "compreende estruturas, equipamentos, pessoas, formação, marketing e comunicação, design", afirmou, em declarações à Lusa, o presidente executivo da Sociedade da Água de Monchique, Vítor Hugo Gonçalves.

O gestor falava no final da apresentação do investimento na reformulação das novas linhas de produção, o 'rebranding' da marca e a aposta na inovação e na sustentabilidade, que decorreu esta noite em Lisboa

O investimento é, "sobretudo, nos equipamentos, as estruturas são aquilo que mais pesa", salientou.

A reformulação das novas linhas vai permitir aumentar a produção.

"Significa mais que uma duplicação da capacidade de produção, contamos num período muito curto atingir anualmente os 140/150 milhões de litros engarrafados", acrescentou Vítor Hugo Gonçalves.

A empresa tinha já alcançado o máximo da sua capacidade produtiva instalada em 2017.

Questionado sobre a faturação em 2019, o presidente executivo da Sociedade da Água de Monchique referiu que foi de "cerca de oito milhões de euros", uma estagnação face ao ano anterior.

"Com este investimento vamos conseguir quase duplicar a nossa faturação em 2020", afirmou.

A empresa espera que o volume de negócios suba este ano para cerca de 15 milhões de euros, atingindo uma quota de mercado de 11%, o que representa um aumento de 60% face a 2019.

Relativamente ao mercado externo, o peso atual ainda é pequeno, mas com este investimento Vítor Hugo Gonçalves espera agora "avançar com uma maior força e confiança e responder à procura".

Questionado sobre quais os mercados que mais têm procurado a água Monchique, o presidente executivo apontou "o chinês, que tem apetência por águas de muita qualidade", tal como o americano e o europeu. Neste último destacou Espanha.

O responsável da empresa apontou ainda o Médio Oriente, que está a despertar para esta área. Koweit, Qatar e Arábia Saudita têm sido os mercados que mais interesse têm manifestado na água Monchique, detalhou.

Atualmente, com 40 pessoas a trabalhar na empresa, a Sociedade da Água de Monchique vai passar para os 50.

"E a breve trecho chegaremos aos 60", disse.

A marca também vai apostar numa campanha de marketing, para apresentar a nova imagem e reforçar a sua presença junto dos consumidores portugueses, numa ação que arranca em 23 de março e resulta de um investimento "à volta dos 500 mil euros".

Inovação, sustentabilidade e diferenciação são os três vetores pelos quais a empresa pretende que os seus produtos sejam reconhecidos no mercado.

ALU // SR

Lusa/Fim

Peça 57:

Covid-19: BBVA cancela viagens de funcionários a países afetados

Madrid, 26 fev 2020 (Lusa) - O BBVA decidiu cancelar as viagens dos seus funcionários com origem ou destino em Itália, China, Japão, Irão, Coreia do Sul e Singapura devido à epidemia do Coronavírus e recomenda evitar viagens internacionais.

Para evitar deslocações, o banco sediado em Espanha propõe alternativas, como meios de comunicação remotos, "quando possível", adiantaram fontes do BBVA citadas pela EFE.

O grupo bancário insiste que as pessoas com problemas de saúde ou em tratamento imunossupressor não devem viajar e acrescenta que os seus funcionários não participarão em cursos de formação se tiverem de viajar para outro país.

O BBVA adianta que também irá dotar os escritórios comerciais e serviços centrais de géis hidroalcoólicos para facilitar a higiene das mãos como medida de proteção durante o dia útil. Este conjunto de medidas, que abrangem os quase 127.000 funcionários do grupo em Espanha, chega depois de o Ministério da Saúde ter recomendado a restrição de viagens e aconselhado as pessoas a não irem, se não for estritamente necessário, para as regiões italianas da Lombardia, Piemonte, Emília-Romanha e Veneto, além de Japão, Irão, Coreia do Sul, Singapura e China.

São já 40 os países afetados pelos cerca de 80 mil infetados (incluindo quase 2.800 fora da China) e mais de 2.700 mortes em todo o mundo, segundo dados da Organização Mundial de Saúde.

A epidemia, que surgiu em dezembro na China, parece ter atingido um pico naquele país, segundo as autoridades, que anunciaram hoje 52 novas mortes nas últimas 24 horas, o número mais baixo em três semanas.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) deu conta hoje de que o número de novos casos diários confirmados no resto do mundo ultrapassou pela primeira vez o que se verifica na China, mas avisou, já na segunda-feira, que o mundo tem de se preparar para uma “eventual pandemia”, considerando “muito preocupante” o “aumento repentino” de casos em Itália, Coreia do Sul e Irão.

DF (RJP) // MSF

Lusa/Fim

Peça 58:

Media Capital passa de lucro a prejuízo de 54,7 milhões de euros em 2019

Lisboa, 26 fev 2020 (Lusa) - A Media Capital registou prejuízos de 54,7 milhões de euros no ano passado, contra lucros de 21,6 milhões de euros um ano antes, anunciou hoje a dona da TVI, que está em processo de compra pela Cofina.

A Media Capital registou prejuízos de 54,7 milhões de euros em 2019, "comparando com os 21,6 milhões [de lucro] verificados no ano anterior, com a redução a advir, na maior parte, do reconhecimento de imparidades de 'goodwill', bem como do desempenho operacional", explica a empresa, em comunicado enviado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Em igual período, os rendimentos operacionais caíram 9% para 165,1 milhões de euros, "tendo a queda sido de 16% para o último trimestre do ano".

O resultado antes de impostos, juros, depreciações e amortizações (EBITDA) ascendeu a 18,6 milhões de euros, uma quebra homóloga de 55%.

Os rendimentos operacionais de televisão caíram 13% para 131,8 milhões de euros, enquanto os relativos à produção audiovisual subiram 1% para 33,1 milhões de euros.

Os rendimentos de rádio e entretenimento avançaram 19% para 24,4 milhões de euros, no período em análise.

Já os rendimentos de publicidade recuaram 10% para 112,3 milhões de euros, sendo que a queda foi de 17% no último trimestre do ano passado.

No segmento de televisão (cujos rendimentos recuaram 13% para 131,8 milhões de euros), as receitas de publicidade registaram uma diminuição de 15% para 87,8 milhões de euros. O EBITDA foi negativo em 50,8 milhões de euros, o que corresponde a 30,2 milhões de euros positivos em 2018.

"A evolução combinada entre rendimentos e gastos resultou num EBITDA ajustado de gastos de indemnizações e imparidades de 'goodwill' de 5,5 milhões (-82%, variação homóloga), ao passo que no quarto trimestre o valor foi de 1,5 milhões de euros (vs 11,5 milhões no mesmo período de 2018)", refere a Media Capital.

Os gastos operacionais ajustados de gastos com indemnizações e imparidades de 'goodwill' aumentaram 5%, "decorrendo, sobretudo, da aposta em conteúdos, visando a recuperação a prazo de níveis de audiência líder (sobretudo em 'prime time')".

No segmento da produção audiovisual, o EBITDA ajustado atingiu os 1,8 milhões de euros negativos, contra 816 mil euros positivos um ano antes.

A rádio e entretenimento foi o segmento no qual as receitas de publicidade registaram maior progressão, ao subirem 13% para 20,9 milhões de euros, com o EBITDA a crescer 54% para 11,6 milhões de euros.

Em termos de investimento (capex), este aumentou 48% no ano passado, face a 2018, para 9,1 milhões de euros, "em boa parte devido ao impacto da adoção do IFRS 16 [normas contabilísticas], já que tal se traduziu num montante de 2,3 milhões de euros. O restante capex resulta, em larga medida, de investimentos em tecnologia de alta definição e digitalização", refere.

"O endividamento líquido situou-se, no final de setembro de 2019, em 88,5 milhões de euros, registando um incremento de 2,9 milhões face ao final de 2018", adianta a dona da TVI.

ALU // CSJ/MSF

Lusa/Fim

Peça 59:

Estado como acionista do Novo Banco só implica diluição da posição do Fundo de Resolução

Lisboa, 26 fev 2020 (Lusa) - O presidente do Fundo de Resolução disse hoje que o Estado ficar diretamente como acionista do Novo Banco, devido ao regime de impostos diferidos, implica apenas a redução da posição da entidade, e não da Lone Star.

Em audição hoje no parlamento, na Comissão de Orçamento e Finanças, Máximo dos Santos explicou que, quando foi feito o contrato da venda do Novo Banco ao fundo de investimento norte-americano Lone Star, já se conhecia o regime de ativos por impostos diferidos pelo que foi acordado que, em caso de entrada do Estado como acionista do banco, o impacto seria apenas na posição do Fundo de Resolução.

"Do ponto de vista público, o processo é mais complexo se tiver três acionistas do que dois, mas Estado e Fundo de Resolução são ambas entidades públicas e desse ponto de vista não muda grande coisa", disse o também vice-governador do Banco de Portugal.

Já sobre para quanto será reduzida a posição do Fundo de Resolução, Máximo dos Santos indicou não saber: "Não tenho dados para dizer se redução vai ser para X ou Y", indicou. Em 2017, o Novo Banco foi vendido em 75% ao fundo norte-americano Lone Star, mantendo os restantes 25% o Fundo de Resolução bancário (entidade da esfera do Estado gerido pelo Banco de Portugal).

O Novo Banco tem pedido ao Estado créditos tributários referentes a ativos por impostos diferidos (resultantes da diferença entre os custos contabilísticos com imparidades ou provisões e os custos reconhecidos para efeitos fiscais) pelos anos em que tem prejuízos, ao abrigo do regime que vigorou entre 2014 e 2016.

O recurso ao regime de ativos por impostos diferidos por parte de qualquer banco implica a constituição de um depósito em favor do Estado, em 110% do crédito tributário, que o Estado pode converter em ações, tornando-se acionista do banco que recorra a esse regime, diluindo a posição dos restantes acionistas.

Em setembro do ano passado, o Novo Banco estimou que o Estado possa ficar com até 10% do seu capital.

Em janeiro, a deputada do Bloco de Esquerda (BE) Mariana Mortágua estimou, no parlamento, em mais de 500 milhões de euros as injeções de capital do Estado no Novo Banco ao abrigo do regime de ativos por impostos diferidos.

Segundo a deputada, através deste regime, o Novo Banco pediu ao Estado 154 milhões de euros em 2015 (que foram pagos em 2017), mais 99,5 milhões em 2016 (pagos em 2018) e 136 milhões de euros em 2017 (que se previam ter sido pagos em 2019, mas não foram e deverão ser em 2020, já que há uma verba de 130 milhões prevista no Orçamento do Estado para 2020). Além disso, há ainda 162 milhões de euros que o Novo Banco pediu em 2018. Ainda na audição de hoje, o presidente do Fundo de Resolução falou sobre o diferendo com o Novo Banco, a propósito da decisão do banco de sair do regime transitório do novo regime contabilístico IFRS9, o que tem impacto no seu capital e, logo, no dinheiro que o Fundo de Resolução pode ser chamado a injetar no banco.

Segundo Máximo dos Santos, o que cabe ao Fundo de Resolução é avaliar o impacto dessa medida no mecanismo de capital contingente e é daí que vem a divergência de posições, pelo que as partes vão recorrer a tribunal arbitral.

Segundo o Expresso, que noticiou esta divergência, o impacto da mudança de regime é de cerca de 200 milhões de euros.

Luís Máximo dos Santos também foi hoje questionado sobre a auditoria que está a ser feita pela Deloitte ao Novo Banco, tendo dito que a previsão é que seja concluída no final de maio, mas admitiu atrasos justificando com a "complexidade" do trabalho.

Sobre as consequências da auditoria, disse apenas que "terão de se extrair todas as consequências em função do que lá estiver".

Máximo dos Santos disse ainda, perante os deputados da Comissão de Orçamento e Finanças, que o trabalho do Fundo de Resolução junto do Novo Banco é bem maior do que a perceção pública existente, referindo que das 189 operações de venda de ativos do Novo Banco que o fundo avaliou em mais de 50% dos casos não se confirmou, tendo mesmo impedido 24 operações. Contudo, o responsável não indicou as operações em causa nem os motivos da recusa.

Além dessas oposições, disse, o Fundo de Resolução viabilizou, mas impondo condições, em 55 operações e impôs recomendações em outras 26 operações.

O objetivo, segundo Máximo dos Santos, é sempre a "maximização do valor dos ativos" e isso foi conseguido em alguns ativos com "ganhos efetivos em recuperações adicionais de alguns ativos relativamente ao valor a que estavam previstos ser vendidos".

Por fim, falou sobre a falta de um terceiro membro na comissão de acompanhamento do Novo Banco, referindo que ainda não foi encontrada uma pessoa para o lugar porque, entre as pessoas certas para a tarefa, umas não querem e outras têm incompatibilidades.

Atualmente, a comissão de acompanhamento é composta por José Rodrigues de Jesus, presidente, e José Bracinha Vieira, vice-presidente, estando sem o terceiro elemento desde a saída de Miguel Athayde Marques, em março de 2019.

IM // EA

Lusa/Fim

Peça 60:

Comissão Europeia regista que "investimento público continua modesto" em Portugal

Bruxelas, 26 fev 2020 (Lusa) - O investimento público "continua modesto" em Portugal e o total permanece "um dos mais baixos da União Europeia", de acordo com um relatório da Comissão Europeia elaborado no âmbito do pacote de inverno do semestre europeu.

"O investimento está a aumentar partindo de uma base baixa, com o investimento privado líquido a tornar-se positivo, mas com o investimento público a permanecer modesto", pode ler-se no relatório hoje divulgado por Bruxelas.

Assinalando que o rácio do investimento sobre o Produto Interno Bruto (PIB) foi de 17,6% em 2018, o mais alto desde 2012, a Comissão Europeia refere que "o rácio permanece um dos mais baixos na UE [União Europeia]".

Em 27 de janeiro, o ministro de Estado e das Finanças, Mário Centeno, anunciou que em 2019 o investimento público cresceu 20,6% na administração central, durante uma audição sobre a proposta de lei do Orçamento do Estado para 2020 (OE2020).

Ainda com os dados de 2018, a Comissão Europeia assinala que o investimento público "permanece bem abaixo dos padrões da UE e dos planos governamentais".

"O investimento público dedicado poderia fomentar o crescimento da produtividade através de melhor capital humano e inovação tecnológica e gerar um efeito de aglomeração ao providenciar infraestruturas relevantes para investimentos privados adicionais", defende Bruxelas.

Bruxelas aponta ainda a barreiras regulatórias em vários setores, entre os quais o da construção, referindo que "taxas administrativas e de licenciamento, registo e supervisão regulatória permanecem altas".

"As autorizações de construção poderiam ser simplificadas através de uma aplicação mais homogênea pelo país de planeamento alargado ou critérios de legislação urbana, bem como um recurso mais ambicioso a 'declarações responsáveis' para serviços de instalação, como foi feito recentemente para instalações elétricas e de gás", considera a Comissão.

A comissão assinala ainda que "o crescimento da produtividade permanece lenta, limitando o crescimento potencial da economia e o processo de convergência com a zona euro",

mencionando também "o baixo nível de qualificações" dos trabalhadores, "pouca inovação no setor privado e pobre interação entre as empresas e a administração pública".

"As exportações estão a aumentar, mas há potencial para fomentar a internacionalização das Pequenas e Médias Empresas (PME)", segundo Bruxelas, que considera que esse processo "permanece abaixo do potencial".

Também a intensidade da Investigação e Desenvolvimento (I&D) "permanece abaixo da média da UE, com Portugal a ser um inovador moderado" segundo a Comissão, que também assinala que "investimento reduzido em propriedade intelectual, ativos intangíveis, incluindo competências em I&D, económicas e digitais pesam na produtividade".

"A estrutura económica de Portugal permanece ancorada em setores de baixa e média baixa tecnologia, apontando para pequenas mudanças estruturais", regista Bruxelas, que nota um "progresso limitado na modernização", para atingir maior valor acrescentado na indústria transformadora de alta tecnologia e nos serviços.

No entanto, a Comissão Europeia destaca que "Portugal está acima da média da UE na integração da tecnologia digital nos negócios, mas as PME estão atrás das maiores empresas", já que 24% das PME têm a taxa de intensidade digital elevada, comparando com 60% nas grandes empresas.

JE // MSF

Lusa/Fim

Peça 61:

Apritel perplexa com conclusões da Anacom sobre preço das telecomunicações

Lisboa, 27 fev 2020 (Lusa) – A associação de operadores de telecomunicações (Apritel) disse hoje ver com “perplexidade” o regulador a afirmar que os preços das telecomunicações são mais caros em Portugal do que na União Europeia, conclusão que não tem em conta "critérios fundamentados".

“É com perplexidade que vemos o regulador do setor fazer afirmações e retirar conclusões que não estão corretas e que não levam em conta os critérios bem fundamentados” do estudo realizado pela Deloitte para a Apritel, “não contribuindo para o adequado esclarecimento dos consumidores”, afirmou, numa nota enviada à Lusa, o secretário-geral da associação, Pedro Mota Soares.

Em causa está uma análise da Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom), hoje divulgada, que avança que os preços das telecomunicações em Portugal “aumentam mais e são mais caros” do que na União Europeia.

"Entre 2009 e 2019, os preços das telecomunicações em Portugal aumentaram 7,6%, enquanto na União Europeia diminuíram 9,9%", adiantou a Anacom, num comunicado relativo à análise do tema no mercado português "sob a forma de resposta" a nove questões.

"A diferença estreitou-se em 2019 devido à entrada em vigor do regulamento europeu que reduziu os preços das chamadas intra-UE", referiu o regulador.

"De acordo com os estudos de comparações internacionais de preços de telecomunicações promovidos por instituições independentes (Comissão Europeia, OCDE, UIT), os preços dos

serviços móveis, dos serviços individualizados de Internet e de pacotes de serviços para níveis de utilização mais reduzidos encontram-se acima da média dos países considerados", acrescentou.

Na sequência desta análise, a Apritel disse estar a estudar "em detalhe o documento", garantindo que "não deixará de se pronunciar".

PE (ALU) // CSJ

Lusa/Fim

Peça 62:

OE2020: Excedente do Estado cai para 1.287 milhões de euros em janeiro

Lisboa, 27 fev 2020 (Lusa) - As administrações públicas registaram um excedente de 1.287,5 milhões de euros em janeiro, valor que traduz uma quebra de 238,5 milhões de euros face ao registado no mês homólogo de 2019, anunciou hoje o Ministério das Finanças.

No habitual comunicado que antecede a divulgação da Síntese de Execução Orçamental pela Direção-Geral do Orçamento (DGO), o Ministério das Finanças explica a degradação homóloga do excedente verificada no primeiro mês deste ano com o facto de o ritmo da despesa registada ter superado o da receita.

“A execução orçamental em contabilidade pública das Administrações Públicas (AP) de janeiro registou um saldo de 1.287,5 ME [milhões de euros]. Em termos homólogos verificou-se uma degradação de 238,5 ME explicada pelo crescimento da despesa (11,5%) superior ao da receita (5,5%)”, assinala o comunicado.

O ministério tutelado por Mário Centeno indica, contudo, que a execução de janeiro, “além de ainda ser pouco representativa”, também se encontra influenciada por “efeitos significativos” que afetam a comparabilidade em termos homólogos e que têm a ver, nomeadamente, com a antecipação do pagamento de contribuições para a União Europeia.

“Excluindo estes efeitos, o saldo apresentaria uma melhoria em cerca de 84 ME, com um crescimento da receita em 5,1% e da despesa em 4,8%”, refere o comunicado.

Em janeiro, a despesa primária (excluindo, por isso, os encargos com o serviço da dívida pública) ajustada dos efeitos pontuais, cresceu 4,6% em termos homólogos, influenciada pelo “expressivo crescimento” da despesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS), em 6,5%, nomeadamente devido às despesas com pessoal, que avançaram 7,1%.

O Ministério das Finanças precisa ainda que, neste primeiro mês de 2020, a despesa com salários dos funcionários públicos, cresceu 4,2% - valor ajustado de efeitos pontuais, nomeadamente do fim da Parceria Público-Privada (PPP) de Braga -, apesar de este “não incluir ainda o efeito da atualização salarial de 2020 que se deverá refletir a partir de abril”.

De acordo com a proposta do Governo, os salários dos funcionários entre os 635,07 euros e os 683,13 euros vão ter este ano um aumento de 10 euros, enquanto os restantes salários terão uma atualização de 0,3%.

O aumento da despesa com pessoal resulta, segundo o Ministério das Finanças, do impacto da conclusão do descongelamento das carreiras, processo que fez com que em dezembro “cerca de 500 mil funcionários públicos tenham beneficiado da última fase do processo de

descongelamento e tenham passado a receber, pela primeira vez na última década, 100% do valor das progressões”.

Ao efeito do descongelamento das carreiras, soma-se “o reforço das contratações de profissionais afetos ao SNS, o que se traduziu num aumento homólogo de 5,1%”, indica ainda o comunicado.

Além das despesas com pessoal, o Ministério das Finanças aponta “o forte crescimento da despesa da Segurança Social” associada à despesa com pensões e prestações sociais.

Do lado da receita, o Ministério das Finanças refere que o aumento de 5,5% registado em janeiro deste ano face ao mesmo mês de 2019 “resulta do comportamento muito favorável da economia e do mercado de trabalho que teve reflexo no crescimento de 8,2% da receita das contribuições para a Segurança Social”.

Segundo o comunicado, a receita fiscal cresceu 1%, com o IRS a avançar 3,8% e o IVA 3,4%. As Finanças assinalam ainda que, em janeiro, os pagamentos em atraso se reduziram em 163,4 milhões de euros, em termos homólogos, impulsionados pela diminuição dos pagamentos em atraso no SNS em 169,9 milhões de euros.

Assinalando a reduzida representatividade do mês de janeiro, o Ministério das Finanças refere a subida de 132% no investimento público da administração central, excluindo PPP, sendo esta dinâmica explicada sobretudo ao plano de investimentos Ferrovia 2020.

LT // CSJ

Lusa/Fim

Peça 63:

PSD acusa PS de "imprudência e demagogia" nas comissões bancárias

Lisboa, 27 fev 2020 (Lusa) - O PSD considerou hoje, no parlamento, que há comissões bancárias desproporcionais e até "ridículas", mas acusou os partidos da esquerda de "soluções fáceis" que ignoram os custos no setor bancário e acusou o PS de "imprudência e demagogia". No debate em plenário de várias propostas de partidos para proibir e limitar comissões bancárias, o social-democrata Carlos Silva considerou que nos últimos anos "a banca tornou-se mais papista do que o Papa e cobra comissões por tudo e por nada", às vezes "ridículas", como comissões por processar a prestação de crédito, pelo que deve ser avaliado "se determinadas comissões fazem sentido e são proporcionais e têm preço justo".

Contudo, disse, as soluções de partidos à esquerda são "fáceis no curto prazo, mas ignoram custos perniciosos e irreparáveis no médio e longo prazo" para o setor bancário, desde logo face aos bancos europeus, questionando os partidos à esquerda se fizeram as contas ao impacto que proibir ou limitar comissões terá nos futuros contratos de crédito à habitação, em outras comissões ou até em despedimentos de trabalhadores.

O deputado do PSD disse não estranhar posições de partidos de esquerda que perante problemas no setor financeiro "decretam nacionalizações dos bancos", mas disse estranhar a "imprudência e a demagogia do partido socialista", considerando que ao pôr em risco a banca concorrencial "coloca em risco o país e os portugueses".

Em resposta, Fernando Anastácio disse que o PS tem em conta a estabilidade financeira e que

períodos de instabilidade como os que se viveram e que ainda hoje os contribuintes pagam não se podem repetir.

Contudo, afirmou, "agravar os custos de acesso ao sistema financeiro não pode ser a permanente resposta dos bancos face à conjuntura" e atualmente as cobranças "ultrapassam os limites do razoável".

Assim, considerou, é necessário garantir que as comissões bancárias tenham "preços razoáveis", cumpram o "princípio da proporcionalidade" e fomentem a inclusão financeira, desde logo promovendo o uso de plataformas eletrónicas.

André Ventura, deputado único do Chega, também fez uma intervenção nesta fase do debate, considerando "enternecedor ouvir o PS sobre esta matéria", afirmando que o PS "viu-se encurralado pelos seus amigos da geringonça e agora vem com a história de que afinal também quer reduzir as comissões bancárias".

"O projeto do Chega é muito claro: o Chega estará ao lado daqueles que querem efetivamente reduzir comissões bancárias porque não faz sentido haver bancos em Portugal que aumentam 16 vezes em apenas três meses", disse.

Inicialmente, a iniciativa legislativa do Chega não estava na agenda do debate marcado pelo BE, mas hoje este projeto de resolução foi arrastado para discussão.

Pelo CDS-PP (que não tem propostas em debate), Cecília Meireles considerou que há comissões "manifestamente abusivas e desproporcionadas", como no MB Way, e afirmou que há muitas comissões que já são ilegais, uma vez que a lei obriga a que comissões correspondam a um serviço efetivamente prestado.

Cecília Meireles acusou o Banco de Portugal, enquanto regulador e supervisor, de "não funcionar ou não funcionar em tempo útil" e considerou que o que o parlamento deve fazer é "refletir sobre a inoperância dos reguladores".

A deputada democrata-cristã disse ainda que o CDS-PP já apresentou no passado propostas sobre supervisão bancária e que as vai voltar a apresentar.

Já a deputada não inscrita Joacine Katar Moreira (sem propostas em debate) afirmou que, nos bancos, se vive uma "lógica colonial", em que "um que usa o outro explora o outro até o outro não aguentar minimamente" e que é urgente salvaguardar os direitos dos consumidores e "não só limitar, mas eliminar" comissões.

Pela Iniciativa Liberal (sem propostas em debate), o deputado único João Cotrim Figueiredo considerou que "este debate sobre comissões bancárias parece um concurso entre quem consegue ser mais populista".

"Os populistas de todas as cores dizem tudo o que acham que vai ser popular. Os populistas de todas as cores apresentam soluções que são entre o simplista e o autoritário. Proíba-se, obrigue-se, decrete-se", condenou.

Por fim, pelo PEV (sem propostas em debate), José Luís Ferreira disse que o partido vai votar favoravelmente os projetos para que sejam debatidos na especialidade.

IM/JE // CSJ

Lusa/fim

Peça 64:

Crescimento nos Estados Unidos desacelerou para 2,3% em 2019

Washington, 27 fev 2020 (Lusa) - O crescimento da economia norte-americana abrandou em 2019 para 2,3%, depois de ter atingido 2,9% no ano anterior, indicou hoje o Departamento do Comércio.

No quarto trimestre, o Produto Interno Bruto (PIB) avançou 2,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, de acordo com uma segunda estimativa, que confirma os dados inicialmente divulgados. As previsões dos analistas apontavam para um crescimento de 2,2%. Segundo o Departamento do Comércio, o investimento das empresas abrandou e a inflação foi mais moderada.

EO // CSJ

Lusa/fim

Peça 65:

TAP isenta de indemnizar passageiro em atraso por atitude violenta de outro

Luxemburgo, 27 fev 2020 (Lusa) – Um advogado-geral do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) considerou hoje que a TAP está isenta de indemnizar, em 600 euros, um passageiro por atraso no voo devido ao comportamento desordeiro de outro cliente a bordo. Em causa está uma decisão preliminar, hoje divulgada, na qual um advogado-geral propõe que o TJUE considere, num futuro acórdão, que este caso seja considerado uma circunstância extraordinária, o que nos termos do regulamento europeu relativo aos direitos dos passageiros dos transportes aéreos isenta as transportadoras de qualquer indemnização.

De acordo com a informação hoje publicada, o que aconteceu foi que, “no decurso de um voo, um passageiro mordeu outros passageiros e agrediu a tripulação de cabine que o tentou acalmar, de tal forma que justificou, segundo o comandante do voo e por razões de segurança, um desvio para o aeroporto mais próximo a fim de desembarcar esse passageiro e a respetiva bagagem, originando o atraso desse voo na chegada ao seu destino”.

Alegando que esta é uma circunstância extraordinária, o advogado-geral fundamenta que isso “justifica, em princípio, a isenção da transportadora aérea da sua obrigação de indemnização em relação aos cancelamentos ou aos atrasos consideráveis daí decorrentes, nos termos do regulamento” europeu.

O caso remonta a agosto de 2017 e refere-se a um voo da TAP entre Fortaleza, no Brasil, e Lisboa.

O queixoso reservou este voo para, assim que chegasse a Lisboa, embarcar pela mesma companhia para Oslo, na Noruega, usando a capital portuguesa como escala.

No que diz respeito ao voo entre Fortaleza a Lisboa, a descolagem estava prevista para as 23:05 de 21 de agosto de 2017 e a aterragem, no aeroporto de Lisboa, para as 10:15 de 22 de agosto de 2017, mas esta última só se concretizou nesse dia pelas 13:33, já que a aeronave foi desviada, a meio do trajeto, para Las Palmas, em Espanha, para desembarcar o tal passageiro desordeiro.

Já a ligação de Lisboa a Oslo deveria ter terminado com a aterragem no aeroporto de destino

pelas 18:10 de 22 de agosto de 2017, mas com os atrasos e como a TAP só tem um voo por dia para a capital norueguesa, o passageiro teve de esperar até ao dia seguinte para embarcar, chegando assim mais de 24 horas depois do previsto.

Este passageiro exigiu à TAP uma indemnização de 600 euros, mas a companhia aérea rejeitou fazê-lo, alegando que o atraso se devia a uma circunstância extraordinária, ao abrigo da lei comunitária.

O advogado-geral observa que o TJUE “atribui especial importância à segurança no âmbito do transporte aéreo de passageiros”, ao mesmo tempo que “a legislação da União e o direito internacional qualificam de risco grave para a segurança da aviação o comportamento violento de um passageiro para com outros passageiros e a tripulação, como o que está em causa no caso em apreço”.

Ainda assim, o especialista realça que nem todos os casos de comportamentos indevidos são uma circunstância extraordinária, adiantando que nesta situação específica pesou o facto de isto fugir ao “exercício normal da atividade da transportadora aérea”.

O advogado-geral adverte, ainda, que a TAP deve “conseguir provar que tomou todas as medidas economicamente razoáveis para evitar o cancelamento ou o atraso”.

ANE // MSF

Lusa/Fim

Peça 66:

Presidente do Novo Banco diz que 2020 é o ano de "limpeza" do legado do BES

Lisboa, 28 fev 2020 (Lusa) – O presidente executivo do Novo Banco, António Ramalho, disse hoje que o objetivo de 2020 é “limpar” o balanço do banco e resolver os problemas relacionados com o legado do BES.

“A prioridade este ano é a limpeza de balanço, o desaparecimento do ‘legacy’ [legado do BES] e a resolução dos problemas”, disse António Ramalho, na apresentação de resultados de 2019 (prejuízos de 1.058,8 milhões de euros), em Lisboa.

Nessa ‘limpeza’, destaca-se a redução do crédito malparado, sendo o objetivo passar do rácio atual de 11% do malparado face ao crédito total para 5% (valor de referência do Banco Central Europeu), indicou.

Já questionado sobre se isso significa que o banco só recorrerá ao mecanismo de capital mais uma vez, no início de 2021 face aos resultados de 2020, António Ramalho disse que o futuro do mecanismo contingente é da responsabilidade dos acionistas.

“Sou administrador de um banco que tem até 2026 esse mecanismo, o que quero é que o banco fique limpo em 2020, outra coisa é o mecanismo”, disse.

Segundo o gestor, o seu trabalho é “gerir exclusivamente a qualidade dos ativos do banco” e são os acionistas que “podem tomar as decisões que quiserem, de alterar pressupostos do mecanismo”.

O Novo Banco divulgou hoje prejuízos de 1.058,8 milhões de euros em 2019, uma diminuição face aos 1.412,6 milhões de euros verificados em 2018.

Com as perdas de 2019 hoje conhecidas, desde agosto de 2014, quando foi criado para ficar

com parte da atividade bancária do BES, o Novo Banco já acumula prejuízos de 7.036,3 milhões de euros.

O banco confirmou ainda que vai pedir uma injeção de capital ao Fundo de Resolução de 1.037 milhões de euros, informação já dada esta semana no parlamento pelo presidente do fundo.

O Novo Banco foi criado em agosto 2014 para ficar com ativos e passivos do Banco Espírito Santo (BES), alvo de uma medida de resolução, e desde então tem obtido consecutivamente prejuízos.

Em outubro de 2017 foi vendido em 75% ao fundo norte-americano Lone Star, mantendo o Fundo de Resolução (entidade da esfera do Estado, gerido pelo Banco de Portugal) os restantes 25%.

No âmbito da venda, o Estado fez um acordo de capital contingente com a Lone star que prevê a recapitalização do banco pelo Fundo de Resolução para cobrir falhas no capital geradas pelos ativos tóxicos com que o Novo Banco ficou do BES (crédito malparado ou imóveis).

No total, segundo esse acordo, o Fundo de Resolução bancário pode injetar 3,89 mil milhões de euros no banco até 2026.

Referentes a 2017 e 2018, o Novo Banco já recebeu 1.941 milhões de euros, pelo que com mais 1.037 milhões de euros o valor total injetado pelo Fundo de Resolução no Novo Banco ascenderá a 2.978 milhões de euros.

Uma vez que o Fundo de Resolução não tem dinheiro para fazer face a estas injeções de capital, todos os anos tem recorrido a empréstimos do Estado, o que se repetirá este ano (cerca de 850 milhões de euros).

IM/JE // CSJ

Lusa/Fim

Peça 67:

DGAV assegura habilitação de estabelecimentos que queiram exportar porco para China

Lisboa, 28 fev 2020 (Lusa) – A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) vai passar a autorizar a habilitação de estabelecimentos que queiram exportar carne de porco para a China, deixando de ser necessária uma visita de missão por parte das autoridades locais daquele país.

“Foi esta semana transmitido à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária que a autoridade competente chinesa GACC, a General Administration of Customs of China, autorizou a habilitação de novos estabelecimentos que pretendam exportar carne de suíno para a República Popular da China sem necessidade de uma missão de habilitação por parte daquela autoridade”, lê-se numa nota publicada na página da internet da DGAV.

Assim, passa a caber a esta direção a verificação do cumprimento dos requisitos que a General Administration of Customs of China exige.

Os interessados em exportar carne de porco para a China devem contactar os serviços

veterinários regionais com intervenção na sua área geográfica.

A DGAV é um serviço central da administração direta do Estado, com autonomia administrativa.

No início de janeiro, o Ministério da Agricultura anunciou que mais cinco empresas portuguesas foram autorizadas a exportar carne de porco para a China, que se juntaram aos quatro operadores que já tinham recebido 'luz verde'.

Citada em comunicado, a ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque, defendeu, na altura, que “a exportação dos produtos nacionais é uma das prioridades” do ministério, “não só pela importância da criação de condições que promovam o acesso aos mercados, mas também pela visibilidade que dá aos nossos produtos e à marca Portugal”.

No final de janeiro de 2019, os produtores portugueses começaram a exportar carne de porco para a China, um negócio que movimenta cerca de 100 milhões de euros, valor que se espera que duplique já este ano.

Inicialmente, o arranque das exportações estava previsto para dezembro do mesmo ano. No entanto, o tráfego de contentores provocado pela greve dos estivadores eventuais de Setúbal acabou por atrasar o processo.

PE // MSF

Lusa/Fim

Peça 68:

Bolsa de Lisboa cai 3,76%, a maior descida desde o 'Brexit'

Lisboa, 28 fev 2020 (Lusa) - A bolsa de Lisboa registou hoje a sua maior queda desde junho de 2016, com o índice PSI20 a perder 3,76% para 4.765,73 pontos, acompanhando o pessimismo das bolsas europeias devido à propagação do coronavírus.

As 18 cotadas do PSI20 terminaram a sessão em terreno negativo e as descidas oscilaram entre os 6,57% da Sonae Capital e 1,05% da Semapa.

Esta foi a maior descida do PSI20 desde 24 de junho de 2016, quando, na sequência dos resultados do referendo sobre o 'Brexit', o principal índice da bolsa de Lisboa caiu 6,99%.

No resto da Europa, Frankfurt perdeu 3,86%, Milão 3,58%, Paris 3,38%, Londres 3,18% e Madrid 2,92%.

EO // CSJ

Lusa/fim

Peça 69:

Frente Comum marca greve nacional da função pública para 20 de março

Lisboa, 28 fev 2020 (Lusa) - A Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública anunciou hoje uma greve nacional para 20 de março, exigindo aumentos salariais de 90 euros para todos os trabalhadores em 2020 e a “correção urgente” da tabela remuneratória única. A decisão foi anunciada durante um plenário nacional de sindicatos da administração pública, realizado esta tarde junto à residência oficial do primeiro-ministro, em São Bento, Lisboa. Os sindicatos da Frente Comum, estrutura da CGTP, exigem uma “efetiva negociação por aumentos salariais reais”, depois de o Governo ter avançado com uma atualização de 0,3% para a função pública e um acréscimo de 10 euros nos dois níveis remuneratórios mais baixos (até cerca de 700 euros).

DF // CSJ
Lusa/Fim

Peça 70:

Volkswagen vai pagar 800 milhões de euros a clientes alemães no 'dieselgate'

Berlim, 28 fev 2020 (Lusa) - O fabricante de automóveis Volkswagen está disposto a pagar cerca de 800 milhões de euros a 460.000 clientes afetados pela manipulação de motores 'diesel', após um acordo extrajudicial com o gabinete de proteção do consumidor na Alemanha.

De acordo com o gabinete de proteção do consumidor, as indemnizações no caso conhecido como 'dieselgate' vão variar, segundo o tipo de veículo, entre 1.350 e 6.257 euros.

Os clientes podem agora escolher entre optar pelo acordo extrajudicial ou continuar individualmente o processo em diferentes instâncias judiciais.

Este caso remonta a 2015, quando se descobriu que a empresa instalou um 'software' em veículos a 'diesel', cerca de 9,5 milhões em todo o mundo, que manipulava os dados das emissões poluentes para superar os testes ambientais.

EO // MSF
Lusa/fim

Peça 71:

OE2018: UTAO diz que descongelamento das carreiras não foi bem orçamentado

Lisboa, 02 mar 2020 (Lusa) - A Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTAO) refere, num relatório sobre a Conta Geral do Estado (CGE) de 2018, que o descongelamento das carreiras na função pública não foi suficientemente orçamentado nas rubricas de despesa com pessoal. No relatório da UTAO sobre a CGE de 2018, hoje divulgado, e a que a Lusa teve acesso, a UTAO menciona a "desadequada avaliação do impacto orçamental das medidas de política salarial, designadamente o descongelamento de carreiras, que originou o insuficiente financiamento da rubrica de despesas com pessoal".

"A medida relacionada com reformas antecipadas sem penalização para longas carreiras registou uma despesa 3,86 vezes superior ao valor previsto. O congelamento nominal do consumo intermédio não foi implementado. A regra de emprego público que previa, para 2018, a entrada de dois trabalhadores nas AP [Administrações Públicas] por cada três que saíssem também não foi concretizada", enumeraram também os técnicos do parlamento. A UTAO assinalou também que "uma gestão excessivamente centralizada não permite dar resposta a necessidades orçamentais persistentes, o que se traduz, por exemplo, nas dificuldades de substituição de trabalhadores e na acumulação de dívidas por parte do SNS [Serviço Nacional de Saúde]".

Em 2018, segundo a unidade parlamentar, "as dotações dos instrumentos convencionais sob controlo do Ministério das Finanças totalizaram 3.002 milhões de euros, tendo sido autorizada a utilização de 2.391 milhões de euros, o que representa um aumento na utilização destes instrumentos".

No entanto, o documento assinala a maior importância das dotações centralizadas, mas assinala que a sua utilização "é contrária ao princípio de especificação da despesa previsto na LEO [Lei de Enquadramento Orçamental]".

"Embora a despesa se situe 2.364 milhões de euros (2,6%) abaixo do objetivo do OE [Orçamento do Estado], persistem práticas reiteradas de suborçamentação, evidenciadas pela necessidade de reforço das rubricas com recurso sistemático às dotações de gestão centralizada", segundo os técnicos que dão apoio à Comissão de Orçamento e Finanças do parlamento.

Nestas práticas, a UTAO denota "as despesas com pessoal no Ministério da Educação e as despesas com aquisição de bens e serviços no SNS [Serviço Nacional de Saúde]".

A UTAO assinalou ainda que o recurso a instrumentos de controlo orçamental sob alçada direta do Ministério das Finanças, "particularmente a criação e a proliferação de dotações centralizadas para mitigação dos efeitos da suborçamentação crónica não resolve o problema, perpetuando as fragilidades estruturais da orçamentação".

JE // JNM

Lusa/Fim

Peça 72:

PIB italiano sobe 0,3% em 2019 alcançando o pior resultado desde 2014

Roma, 02 mar 2020 (Lusa) – O Produto Interno Bruto (PIB) italiano subiu 0,3% em 2019, o pior resultado desde 2014, quando a economia do país ficou estagnada, com a dívida a alcançar os 134,8%, divulgou hoje o instituto nacional de estatística (Istat).

De acordo com o organismo italiano, este dado revê em alta de 0,1 pontos percentuais o valor preliminar avançado em janeiro.

O Governo italiano tinha estimado para 2019 um crescimento de 0,1% e um défice de 2,2% do PIB, prevendo que a dívida alcançasse os 135,7% do PIB.

Apesar de os dados serem melhores do que as previsões do executivo, o instituto alerta para

uma “desaceleração acentuada” em comparação com o crescimento de 0,8% registado no país em 2018.

O défice foi de 1,6%, inferior aos 2,2% de 2018 e o melhor valor desde 2007, altura em que alcançou os 1,3%.

No que diz respeito à dívida pública, esta manteve-se em 134,8% do PIB, acima do limite de 60% fixado no Pacto de Estabilidade.

Itália permanece nos seus máximos históricos no que diz respeito à dívida pública.

Para 2020, o Governo prevê que o novo coronavírus afete a economia de Itália, o país da Europa atualmente mais atingido pela doença, que, segundo o último balanço oficial, provocou mais de 1.600 contágios, entre os quais 34 mortos.

As regiões mais afetadas são as do Norte do país.

O primeiro-ministro italiano, Giuseppe Conte, já avisou que o impacto económico “pode ser muito importante” e os especialistas alertam para que o país pode entrar em recessão no primeiro trimestre do ano, depois de registar uma contração de 0,3% no último trimestre de 2019.

ICO // CSJ

Lusa/Fim

Peça 73:

Covid-19: Quebra de 0,5 pontos percentuais no crescimento do PIB mundial em 2020

Paris, 02 mar 2020 (Lusa) - A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) reviu hoje em baixa de 0,5 pontos percentuais, para 2,4%, as estimativas para o crescimento mundial este ano, devido ao surto do novo coronavírus.

“Na assunção que os picos de epidemia na China no primeiro trimestre de 2020 e os surtos noutros países se provem moderados e contidos, o crescimento mundial poderia ser decrescido em cerca de 0,5 pontos percentuais [p.p.] este ano relativamente ao esperado nas previsões económicas de novembro de 2019”, pode ler-se no relatório das previsões económicas intercalares hoje divulgado.

Segundo o documento hoje conhecido, o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) na zona euro para 2020 também foi revisto em baixa, mas de 0,3 p.p., sendo agora estimado em 0,8%, à ‘boleia’ das desacelerações da Alemanha (0,1 p.p. para 0,3%), França (0,3 p.p. para 0,9%) e Itália (0,4 p.p. para uma estagnação da atividade económica - 0%).

O crescimento económico do Reino Unido foi também revisto em baixa de 0,2 p.p. para 0,8%, o dos Estados Unidos em 0,1 p.p. para 1,9%, o do Japão em 0,4 p.p. para 0,2% e o da Coreia do Sul, um dos países mais afetados pela doença Covid-19, em 0,3 p.p. para 2,0%.

Relativamente à China, a OCDE prevê reviu em baixa de 0,8 p.p. o crescimento económico de 2020, estimando agora 4,9% de aumento do PIB.

Apesar da revisão em baixa de 0,5 p.p. do crescimento económico mundial em 2020 devido ao surto do novo coronavírus, a OCDE adverte que um surto “mais duradouro e intensivo, alargado às regiões Ásia-Pacífico, Europa e América do Norte enfraqueceria as perspetivas consideravelmente”.

"Neste caso, o crescimento mundial poderia descer para 1,5% em 2020, metade do número projetado antes do surto do vírus", assinala a organização sediada em Paris.

Relembrando que a província chinesa de Hubei, origem do novo coronavírus, contribui para 4,5% da produção local, a OCDE destaca que "os declínios na produção na China foram sentidos rapidamente pelas empresas por todo o mundo, dado o papel chave da China nas cadeias de produção mundiais como produtora de bens intermediários, particularmente computadores, eletrónica, fármacos e equipamento de transporte".

"Restrições às viagens e o cancelamento de muitas visitas, voos e eventos de trabalho e lazer estão a afetar severamente muitos serviços. É provável que isto persista por algum tempo", segundo a OCDE, que assinala que os turistas chineses representam cerca de 10% do turismo internacional.

A organização presidida por Ángel Gurría defende ainda, no seu relatório, que "estímulos à política macroeconómica nas economias mais expostas ajudarão a restaurar a confiança, à medida que os efeitos do surto do vírus e as disrupções no lado da oferta desvanecem".

"As baixas taxas de juro devem ajudar a amortecer a procura, apesar do impacto das mudanças recentes e projetadas na política de taxas de juro na atividade [económica] deva permanecer modesto nas economias avançadas", segundo a OCDE.

Tanto na China como nas economias mais afetadas, a OCDE recomenda ainda que no curto prazo seja providenciada "liquidez ao sistema financeiro" por parte dos bancos, particularmente às pequenas e médias empresas, e que não deixem empresas abrir falência durante a aplicação de medidas de contenção do surto.

JE // MSF

Lusa/Fim

Peça 74:

Nova Comissão Executiva da CGTP reúne-se hoje pela primeira vez

Lisboa, 02 mar 2020 (Lusa) - A nova Comissão Executiva da CGTP reúne-se hoje pela primeira vez desde que foi eleita no congresso de 14 e 15 de fevereiro, tendo como principal objetivo a distribuição de pelouros pelos dirigentes.

Este órgão da Intersindical, composto por 29 elementos, coordenado pela secretária-geral, Isabel Camarinha, corresponde à direção da central sindical, e teve uma renovação de cerca de um terço no último congresso, com a saída dos dirigentes mais antigos devido à idade.

Entre os dirigentes que saíram por motivo de idade estão o ex-secretário-geral Arménio Carlos, Deolinda Machado, Ana Avoila, Carlos Trindade, Augusto Praça, João Torres, Graciete Cruz e Fernando Jorge Fernandes.

As substituições não alteraram o peso das diversas linhas políticas, porque a lista apresentada no congresso foi feita para manter a atual estrutura.

Arménio Carlos foi substituído pela presidente do Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, Isabel Camarinha, também militante comunista.

João Torres, Graciete Cruz, Augusto Praça e Ana Avoila foram substituídos pelos também comunistas Andrea Araújo, Filipe Marques, João Barreiros e Sebastião Santana.

A dirigente católica Deolinda Machado foi substituída por outro ativista católico, o professor universitário Sérgio Dias Branco, embora este não vá ficar a tempo inteiro na central, porque não pretende deixar a sua atividade profissional.

Os três socialistas que saíram do executivo (Carlos Trindade, Carlos Tomás e Fernando Jorge Fernandes) foram substituídos pelos sindicalistas socialistas Luis Dupont, Fernanda Moreira e Juan Ascensão.

Nesta primeira reunião será feita a análise da situação político sindical, o balanço do XIV congresso da Inter e serão distribuídas as várias áreas de responsabilidade da central sindical, sobretudo as que eram tuteladas pelos dirigentes que saíram.

Segundo fonte sindical, Ana Pires vai deixar se ser responsável pelo 'emprego' para ficar com a 'ação reivindicativa'.

O emprego passará para Andrea Araújo, que entrou agora para a Comissão Executiva, e ficará também responsável pela propaganda sindical.

João Barreiros deverá assumir a responsabilidade pelas relações 'internacionais' e Filipe Marques pela 'organização'.

O católico Joaquim Mesquita, que até agora não tinha qualquer área e não estava a tempo inteiro na CGTP, vai ficar responsável pelas relações com os media e as relações públicas.

A Comissão Executiva do Conselho Nacional é constituída por um mínimo de 20 e um máximo de 30 membros eleitos pelo Conselho Nacional entre si, integrando, por inerência de funções, os coordenadores das principais federações e uniões da CGTP-IN e o secretário-geral.

Da CGTP fazem parte nove federações e 22 uniões distritais e regionais, que estão, pelo menos, representadas no Conselho Nacional.

RRA // CSJ

Lusa/Fim

Peça 75:

Semana da Igualdade da CGTP começa hoje com plenário e concentrações

Lisboa, 02 mar 2020 (Lusa) - A CGTP inicia hoje a Semana da Igualdade, com plenários e debates em mais de 1.000 locais de trabalho e concentrações e desfiles por todo o país, para protestar contra a inferiorização da mulher no mundo do trabalho.

A Semana da Igualdade decorre até sexta-feira, sob o lema “Emprego de Qualidade – Viver e Lutar em Igualdade”, com ações em 50 localidades.

As ações de luta previstas vão ser aproveitadas para a divulgação de casos reais de mulheres trabalhadoras que são vítimas de situações de violação da lei da igualdade.

Para este primeiro dia da Semana da Igualdade está marcada um desfile e concentração em Faro, junto ao hospital, onde os trabalhadores vão relatar problemas concretos, nomeadamente relacionados com os direitos de parentalidade.

A CGTP-IN vai estar representada em Faro pela sindicalista Fátima Messias, da Comissão Executiva e coordenadora da Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens.

Para o Funchal estão hoje marcadas ações de protesto e denúncia em torno da conciliação da

vida laboral com a vida familiar e pessoal, com trabalhadoras do hipermercado Continente e com trabalhadoras do setor de limpeza de hotéis.

Em Castelo Branco vai decorrer uma ação de denúncia pública com dirigentes, delegados sindicais e trabalhadores, com concentração junto à Câmara Municipal e desfile por algumas ruas no centro da cidade.

Com esta semana pela igualdade, a CGTP pretende alertar para o facto de as mulheres continuarem a ser mais mal pagas do que os homens e serem particularmente afetadas pela precariedade, ao mesmo tempo que são as principais vítimas de assédio e de doenças profissionais.

RRA // CSJ

Lusa/Fim

Peça 76:

Fake News: ERC considera que combate deverá passar "por incentivar" registo de 'sites'

Lisboa, 03 mar 2020 (Lusa) - O vice-presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) considerou hoje que a estratégia de combate à desinformação "tem de passar por incentivar" o registo de 'sites' para que o regulador tenha "controlo" sobre essas entidades. Mário Mesquita falava na comissão parlamentar de Cultura e Comunicação, no âmbito da audição do Conselho Regulador da ERC, na sequência do requerimento apresentado pelo grupo parlamentar do Bloco de Esquerda (BE), para prestar esclarecimentos sobre o registo de 'sites' de desinformação como órgãos de comunicação social fidedignos, como é o caso do Notícias Viriato.

"Acho que a estratégia de quem quer combater notícias falsas, desinformação, tem de passar por incentivar o registo porque essa é a maneira de a ERC ter controlo em relação a essas entidades", afirmou Mário Mesquita.

"É um registo que os coloque na sua área de ação [ERC]", acrescentou.

Por sua vez, João Pedro Figueiredo, membro do Conselho Regulador da ERC, sublinhou que não se pode dizer que o regulador tenha registado um 'site' de desinformação.

Isto porque "não há uma definição de desinformação", além disso "nem sequer foi aferida a qualidade do 'site'", acrescentou, apontando que a ERC não designou o 'site' em questão como fidedigno, conforme apontado pelo BE no requerimento.

"É melhor tê-los registados do que não registados", afirmou João Pedro Figueiredo.

O vogal da ERC salientou que a legislação está desatualizada e que precisa "urgentemente" de atualização.

Acrescentou que a ERC recebeu queixas relativas ao Notícias Viriato, as quais estão a ser analisadas.

Sem querer avançar com o desfecho do processo, admitiu que "a ERC pode reclassificar [o 'site'] perante a análise de conteúdo", apontando tratar-se de um 'site' de "natureza informativa", mas não jornalística.

João Pedro Figueiredo, que tem o pelouro do registo no Conselho Regulador, disse ainda que

a ERC não tem capacidade para fechar um 'site' de desinformação.

Esta audição decorre de um requerimento do BE depois de o Diário de Notícias ter noticiado que a ERC tinha registado como "publicação de informação geral um 'site' que se apresenta como jornal diário 'online', sem qualquer jornalista responsável e que está na lista de vigilância do ISCTE para 'sites' de desinformação".

O registo do Notícias Viriato resultou de uma iniciativa da ERC, que instou o 'site' a registar-se junto do regulador dos media.

ALU // CSJ

Lusa/Fim

Peça 77:

Serviços de Finanças açorianos não aceitam dinheiro por falta de entidade que recolha fundos

Lisboa, 03 mar 2020 (Lusa) - A Autoridade Tributária disse hoje que cinco repartições de Finanças açorianas deixaram de aceitar pagamentos em dinheiro porque o concurso público para recolha de fundos ficou deserto, mas adianta ser possível pagar impostos em dinheiro nos CTT ou bancos.

Em resposta à Lusa, fonte oficial da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) precisou que foi lançado um conjunto de procedimentos concursais para assegurar a continuação da prestação de serviços bancários de apoio à recolha de fundos nos serviços de finanças.

Apesar dos esforços desenvolvidos pela Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, “não foi possível assegurar a contratualização de tais serviços para cinco concelhos nos Açores (Corvo, Lajes das Flores, Santa Cruz das Flores, Santa Cruz da Graciosa e SF Velas), tendo ficado deserto o lote em que estavam abrangidas no respetivo concurso público internacional”.

A ausência de uma entidade bancária que proceda à recolha de fundos faz com que as repartições de Finanças em causa “apenas aceitem atualmente pagamentos por meios eletrónicos”, adianta a mesma fonte oficial.

E precisa que quem pretenda realizar pagamentos de impostos em dinheiro pode fazê-lo através de qualquer uma das entidades colaboradoras da rede de cobranças do Estado, nomeadamente os balcões dos CTT ou agência bancárias.

No final da semana passada, num comunicado enviado às redações o presidente da Comissão Política da Ilha de São Jorge do PSD, Paulo Silveira, denunciou a indisponibilidade de pequenas repartições de Finanças situadas em ilhas dos Açores para aceitarem pagamentos em dinheiro, tendo passado a exigir que os mesmos fossem feitos com cartão multibanco, situação que, referiu, estava a “condicionar a vida das pessoas”, nomeadamente aquelas de mais idade, que “não têm por hábito o uso do multibanco”.

A gestão da tesouraria do Estado compete ao IGCP, acentuando a AT que a rede de cobranças do Estado e, por isso, legalmente apta a receber os pagamentos ao Estado, como impostos e outras receitas tituladas por Documentos Únicos de Cobrança (DUC), integra não apenas os serviços de Finanças, mas também, os balcões dos CTT, as agências bancárias das instituições

aderentes, bem como o multibanco.

Desta forma, quem pretenda efetuar os pagamentos de impostos em dinheiro e resida num dos concelhos cujos serviços de Finanças estão impossibilitados de aceitar valores em numerário poderão optar por efetuar estes pagamentos aos balcões dos CTT ou de agências bancárias. Segundo os dados da AT, nas diferentes ilhas da Região Autónoma dos Açores, há 19 Serviços de Finanças, 48 balcões dos CTT e 137 balcões de agências bancárias, sendo que as cinco repartições que deixaram de receber pagamentos em dinheiro “representam menos de 3% do número total de locais de pagamentos de impostos em numerário”.

“Em todos aqueles cinco concelhos existem outros agentes da rede de cobranças do Estado que aceitam pagamentos de impostos (e de outros DUC) em numerário e que se localizam a cinco (ou menos) minutos a pé do serviço de finanças”, precisa a mesma fonte oficial.

LT (RF) // EA

Lusa/Fim

Peça 78:

Produção de energia através de biomassa e fotovoltaica com novos máximos em fevereiro - REN

Lisboa, 03 mar 2020 (Lusa) – A produção de eletricidade através de biomassa e a produção fotovoltaica atingiram novos máximos históricos em fevereiro, segundo dados hoje divulgados pela REN.

“Neste mês, a produção de energia através de biomassa atingiu a potência máxima mais elevada de sempre com 415 MW [Megawatts] e a produção fotovoltaica vai atingindo valores superiores à medida que novos parques vão entrando em funcionamento”, refere a gestora das redes energéticas.

A potência máxima das instalações fotovoltaicas atingiu 568 MW, que passou a ser o valor máximo registado no sistema nacional, refere.

Em fevereiro, o consumo de energia elétrica registou uma subida homóloga de 0,3%.

“Corrigindo o efeito do ano bissexto, a evolução seria negativa, mas as temperaturas registadas, muito acima dos valores normais para este mês, levaram a evolução corrigida de temperatura e número de dias úteis para 1,4%. No final de fevereiro, a evolução anual situa-se em 0,6%, ou 2,1% com correção de temperatura e dias úteis”, sinaliza a REN.

A REN indica também que as chuvas voltaram em fevereiro a ser reduzidas, com o índice de produtividade hidroelétrica a situar-se em 0,84 (média histórica igual a 1).

Na produção eólica, as condições foram particularmente negativas, registando um índice de 0,63 (média histórica igual a 1), que foi mesmo o mais baixo de sempre para o mês de fevereiro, segundo os registos REN desde 2001.

Ainda assim, a produção renovável abasteceu 66% do consumo nacional, a produção não renovável 31%, enquanto os restantes 3% foram abastecidos com recurso a energia importada. No acumulado do ano, o índice de produtividade hidroelétrica situou-se em 0,92 (média histórica igual a 1), enquanto o de produtividade eólica registou 0,81 (média histórica igual a 1).

“Neste período, a produção renovável abasteceu 67% do consumo, repartida pela hidroelétrica, com 38%, eólica, com 23%, biomassa, com 5,7%, e fotovoltaica, com 1,6%. A produção não renovável abasteceu 33% do consumo, com o gás natural a assegurar 31%, enquanto o carvão se mantém com uma utilização residual”, indica.

O saldo para os dois primeiros meses do ano foi exportador, equivalendo a cerca de 4% do consumo nacional.

O consumo nacional de gás natural avançou 15,1%, em fevereiro, impulsionado pelo segmento do mercado de energia elétrica, que cresceu 87% devido à competitividade da produção a gás natural face à produção a carvão.

Em sentido contrário e apesar do ano bissexto, segundo os dados da REN, o segmento convencional registou uma quebra homóloga de 4,1% afetado pelas temperaturas acima dos valores médios que se fizeram sentir.

No conjunto dos dois primeiros meses do ano, o consumo de gás natural regista um aumento de 16,5%, resultado de um crescimento de 73% no mercado elétrico e de uma contração de 1,8% no mercado convencional.

ICO // CSJ

Lusa/Fim

Peça 79:

Covid-19: UE e indústria farmacêutica financiam novos tratamentos com 45 M€

Bruxelas, 03 mar 2020 (Lusa) – A União Europeia (UE) e a Iniciativa sobre Medicamentos Inovadores, da Comissão e da indústria farmacêutica, lançaram hoje um concurso para o desenvolvimento de novos tratamentos para o Covid-19, num financiamento base de 45 milhões de euros.

Em comunicado, o executivo comunitário dá conta da abertura de prazos para a apresentação de “propostas de investigação para desenvolvimento de tratamentos e diagnósticos em resposta ao surto de Covid-19”, no âmbito desta parceria.

Em causa está um financiamento de, pelo menos, 45 milhões de euros, que provêm do programa comunitário para inovação Horizonte 2020.

A Comissão afirma, ainda assim, esperar um “compromisso de escala semelhante da indústria farmacêutica, para que o investimento total possa chegar a 90 milhões de euros”, mas esta verba do setor privado ainda não está acertada.

O objetivo deste apoio é, então, desenvolver novos tratamentos e métodos de diagnóstico para evitar infeções com o novo coronavírus, visando dar respostas mais rápidas a este surto e fazer testes de despiste mais rápidos, com recurso à tecnologia, de acordo com executivo comunitário.

O concurso é hoje aberto e decorre até final do mês.

Esta verba acresce aos 10 milhões de euros anunciados no final de janeiro e que serão mobilizados, também a partir do programa comunitário Horizonte 2020, para a pesquisa sobre o até agora desconhecido Covid-19, tendo o intuito de criar novos tratamentos clínicos e formas de preparação mais eficientes.

O surto de Covid-19, detetado em dezembro, na China, e que pode causar infeções respiratórias como pneumonia, provocou mais de 3.000 mortos e infetou quase 90 mil pessoas em 67 países, incluindo duas em Portugal.

Dados publicados esta manhã pelo Centro Europeu de Prevenção e Controlo das Doenças (ECDC, na sigla em inglês) revelam que existem, em todo o mundo, 90.663 casos do novo coronavírus, do qual já resultaram 3.124 mortes.

Destas, 55 mortes registaram-se na União Europeia (UE), precisamente em Itália (52) e França (três).

Ao todo, existem na região da UE e no Espaço Económico Europeu e Reino Unido 2.495 casos, a grande maioria dos quais em Itália (1.835), seguindo-se França (178) e Alemanha (157).

ANE // EL

Lusa/fim

Peça 80:

Taxas Euribor caem e a três meses para um novo mínimo de sempre

Lisboa, 03 mar 2020 (Lusa) – As taxas Euribor desceram hoje a três, a seis e a 12 meses em relação a segunda-feira, no prazo mais curto para um novo mínimo de sempre

A taxa Euribor a seis meses, a mais utilizada em Portugal nos créditos à habitação, recuou hoje para -0,422%, menos 0,022 pontos e contra o atual mínimo de sempre, de -0,448%, verificado em 03 de setembro

No mesmo sentido, a Euribor a três meses recuou hoje para -0,463%, um novo mínimo de sempre e menos 0,029 pontos do que na segunda-feira.

O anterior mínimo de sempre da Euribor a três meses, de -0,448%, tinha sido registado em 03 de setembro de 2019.

No prazo de 12 meses, a taxa Euribor caiu hoje para -0,362%, menos 0,035 pontos e contra o atual mínimo, de -0,399%, em 21 de agosto.

A evolução das taxas de juro Euribor está intimamente ligada às subidas ou descidas das taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu (BCE).

As taxas Euribor acentuaram o valor negativo depois da indicação de Frankfurt de que vai manter as taxas de juro diretoras nos níveis baixos, em vez das subidas que se perspectivavam, e de que podem mesmo voltar a baixar, perante a pouca solidez do crescimento económico da zona euro.

A taxa de juro aplicada às principais operações de refinanciamento está em 0%, a taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez em 0,25% e a taxa de facilidade permanente de depósito em -0,50%.

As taxas Euribor a três, a seis e a 12 meses entraram em terreno negativo em 2015, em 21 de abril, 06 de novembro e 05 de fevereiro, respetivamente.

As Euribor são fixadas pela média das taxas às quais um conjunto de 57 bancos da zona euro está disposto a emprestar dinheiro entre si no mercado interbancário.

Peça 81:

Luanda Leaks: Banco de Portugal termina inspeção ao EuroBic ainda em março

Lisboa, 04 mar 2020 (Lusa) - O governador do Banco de Portugal (BdP), Carlos Costa, disse hoje no parlamento que a inspeção em curso ao EuroBic, banco de que Isabel dos Santos é acionista, será terminada ainda em março.

A inspeção "será concluída ainda neste mês de março", disse o governador, em audição na Comissão de Orçamento e Finanças (COF) do parlamento, que decorre hoje em Lisboa. Segundo o responsável máximo do banco central, "o Banco de Portugal trata diligentemente e de forma sistemática todas as denúncias que lhe são comunicadas", mas admitiu que "não vai necessariamente partilhar com um denunciante as diligências que foram feitas".

Na sequência da inspeção em curso, Carlos Costa afirmou que vai ser avaliado "qual o comportamento das operações e qual foi o seguimento dado em termos de comunicação às autoridades", por parte do EuroBic, das transferências envolvidas nos Luanda Leaks.

O principal caso à volta dos Luanda Leaks está relacionado com ordens de transferência de uma conta da Sonangol no EuroBic, sediado em Lisboa, para uma empresa 'offshore' no Dubai, alegadamente controlada por Isabel dos Santos, no montante de cerca de 90 milhões de euros, em cerca de 24 horas, num período de tempo que se seguiu à demissão da empresária da liderança da petrolífera angolana.

A inspeção do BdP "tem a ver com a forma como foi transmitida a ordem e saber se foi devidamente escrutinada, e com os procedimentos internos que se passaram a seguir a esse escrutínio", acrescentou, mais tarde, Carlos Costa.

O governador afirmou ainda que "só" no momento final da avaliação "é que as consequências serão tiradas" por parte do supervisor.

A idoneidade dos acionistas do banco "pode e deve ser reavaliada em função da averiguação que está em curso relativamente às operações que foram conhecidas na sequência dos Luanda Leaks".

"Agora falta saber se eram do conhecimento da administração do EuroBic", acrescentou, dizendo que "convém verificar se os mecanismos de controlo destas operações estavam informados dessa operação, e se os ignoraram".

Apesar da inspeção atualmente em curso, Carlos Costa assegurou também os deputados que a instituição que lidera atuou "logo que conhecido o arresto das contas" de Isabel dos Santos em Angola, ainda em dezembro, e não na data de divulgação do Luanda Leaks, em janeiro.

O Consórcio Internacional de Jornalismo de Investigação revelou no dia 19 de janeiro mais de 715 mil ficheiros, sob o nome de 'Luanda Leaks', que detalham esquemas financeiros de Isabel dos Santos e do marido, Sindika Dokolo, que terão permitido retirar dinheiro do erário público angolano utilizando paraísos fiscais.

Isabel dos Santos foi constituída arguida pelo Ministério Público de Angola, mas já veio negar as acusações, dizendo-se vítima de um ataque político.

De acordo com a investigação do consórcio, do qual fazem parte o Expresso e a SIC, Isabel dos Santos terá montado um esquema de ocultação que lhe permitiu desviar mais de 100 milhões de dólares (90 milhões de euros) para uma empresa sediada no Dubai e que tinha como única acionista declarada Paula Oliveira.

JE // JNM

Lusa/Fim

Peça 82:

Sindicato considera preocupantes violações ao Código do Trabalho na segurança privada

Lisboa, 04 mar 2020 (Lusa) – O Sindicato dos Trabalhadores de Serviços de Portaria, Vigilância, Limpeza, Domésticas e Atividades Diversas (STAD) considerou hoje preocupantes as sucessivas violações ao Código do Trabalho no setor da segurança privada. “A situação não é nova, mas nos últimos anos temos assistido ao crescimento de situações de empresas que se sobrepõem à lei e violam o Código do Trabalho”, disse o vice-coordenador do STAD, Rui Tomé, hoje ouvido na Comissão de Trabalho e Segurança Social. O dirigente citou o caso da empresa Cops, na qual atrasos nos pagamentos de salários motivaram a realização, na terça-feira, de uma greve de 24 horas.

“Estes atrasos são sistemáticos e são insustentáveis para os trabalhadores”, declarou Rui Tomé referindo que esta empresa viola a legislação, tendo em conta que desde agosto, à exceção do mês de novembro, não tem pago os salários e respetivos subsídios de alimentação atempadamente.

Por esta razão, o sindicato referiu aos deputados que é necessário legislar sobre a forma como algumas empresas do setor operam e garantir que os direitos dos trabalhadores estão a ser respeitados.

Na semana passada, a Associação de Empresas de Segurança (AES) reconheceu como positiva as propostas do Bloco de Esquerda para aumentar o papel de regulador do Estado nos contratos com empresas de segurança privada e que, entretanto, já foram aprovadas na sexta-feira em plenário.

Em causa está a aplicação das normas legais relativas à figura da “transmissão de estabelecimentos” que, segundo o BE não estão a ser respeitadas nos últimos anos fruto de uma concorrência cada vez mais agressiva.

“As práticas de ‘dumping social’ no setor da segurança privada têm sido legitimadas pelo facto de serem as empresas que praticam preços mais baixos que incumprem a legislação laboral e as suas obrigações, a vencer os concursos públicos e sem quaisquer penalizações”, disse o deputado bloquista José Soeiro.

Assim, é necessário garantir o cumprimento da legislação laboral e do regime jurídico da transmissão de estabelecimento, um regime que garante que a empresa que ganha o concurso assume os trabalhadores que já estão na mesma posição.

De acordo com os dados do BE, neste momento, há cerca de 40 mil trabalhadores da segurança privada e a esmagadora maioria, cerca de 80%, trabalham para entidades que prestam serviços ao Estado.

O BE recomenda que o Governo inclua explicitamente nos concursos do Estado nomeadamente se a empresa vai respeitar a “transmissão de estabelecimento”, ou seja, manter os trabalhadores.

O presidente da AES, Rogério Alves, reconheceu durante a audição que a estratégia de apresentar preços baixos tornou-se uma verdadeira “pandemia” no setor e, por isso, considera que a definição nos concursos de parâmetros que devem ser respeitados nos concursos será positiva.

O presidente da Associação Nacional das Empresas de Segurança, José Manuel Morgado Ribeiro, também ouvido hoje na Comissão do Trabalho e da Segurança Social, desvalorizou a questão, referindo que o problema da transmissão de estabelecimento é recente e coincidiu com a entrada de uma empresa no mercado.

O BE recomenda que o Governo, entre outros aspetos, inclua, nos avisos de abertura dos concursos públicos para a prestação deste tipo de serviços uma cláusula que refira explicitamente a obrigação de respeito por estas normas relativas à “transmissão de estabelecimento” e manutenção de todos os direitos contratuais e adquiridos, nomeadamente retribuição, antiguidade, categoria profissional e conteúdo funcional e benefícios sociais adquirido.

Recomenda ainda que o Governo inclua, nos cadernos de encargos dos concursos, referência de preços mínimos, que garantam o respeito pelos direitos laborais e impeçam práticas de 'dumping' (venda abaixo do preço de custo).

ICO // EA

Lusa/Fim

Peça 83:

Covid-19: Deco esclarece sobre direitos de viajantes que querem manter viagens

Lisboa, 04 mar 2020 (Lusa) - Os cidadãos que decidam viajar nas próximas semanas, apesar da epidemia Covid-19, também podem recorrer à linha telefónica de esclarecimento da Deco, hoje lançada, para esclarecer direitos, nomeadamente à informação e ao pagamento de despesas de quarentena e repatriamento.

A associação lançou hoje uma linha telefónica para esclarecer os consumidores que estão preocupados com a epidemia do novo coronavírus por terem viagem marcada, mas o novo serviço também esclarece quem quer manter a viagem, apesar do surto, e que direitos podem reclamar.

"Todos os agentes têm de cumprir o seu papel", adverte o coordenador do departamento jurídico e económico da associação de defesa dos consumidores Deco, Paulo Fonseca, lembrando que este é também um dos esclarecimentos que a associação quer prestar aos consumidores que compraram viagens, lembrando o seu direito à informação.

"Se tenho uma viagem marcada, por exemplo para maio, para um destino onde não existe informação [quanto ao Covid-19], faz sentido que o consumidor contacte a agência, para saber se está tudo bem [no local para onde vai viajar], se existe alguma recomendação específica", aconselhou o jurista.

Paulo Fonseca lembrou que a agência de viagens, tratando-se de uma viagem organizada, é quase um acompanhante do próprio consumidor nessa viagem, é o 'amigo' do consumidor. Tem também [a agência] que contactar o consumidor, que não é obrigado a saber todas as informações do mundo e a acompanhar, ao dia ou hora, o surto" de Covid-19.

O jurista lembrou que "a agência também tem a obrigação de contactar o consumidor para lhe prestar informações", referindo-se a viagens organizadas, que o Tribunal de Justiça já precisou que inclui uma combinação de serviços turísticos vendidos por uma agência de viagens, por um preço global com tudo incluído, que englobe dois de três serviços – transporte, alojamento e outros serviços turísticos não subsidiários do transporte ou do alojamento que representem uma parte significativa da viagem organizada – e que essa prestação exceda 24 horas ou inclua uma dormida.

"A agência [de viagens] tem a obrigação de informar e de acompanhar o consumidor", advertiu Paulo Fonseca, salientando ainda que "esta informação [a prestar ao consumidor] não se esgota antes da viagem".

O jurista explica que "podem existir situações em que os consumidores, já em viagem, em virtude de medidas adotadas" no país estrangeiro, como de confinamento, em que [o consumidor] é obrigado a permanecer em quarentena, têm de ter apoio da agência em acompanhá-lo e garantir o seu repatriamento".

Paulo Fonseca explica que, nesta situação, o consumidor tem a obrigação de contactar de imediato a agência de viagens, para que o possa ajudar, mas a agência tem a obrigação de lhe dar informação sobre postos consulares, serviço de assistência médica ou o repatriamento que tem de ser assegurado", afirmou, explicando que o acompanhamento da agência "não se esgota na entrada de um cruzeiro ou avião", mas só termina quando acaba a viagem e corre tudo bem.

A Deco, na linha de atendimento para viajantes, hoje lançada, também pretende esclarecer os consumidores que não têm viagens organizadas e que, por sua iniciativa, compraram voos e alojamento, sem recorrer a uma agência de viagens ou operador semelhante.

"Acontece em muitos destinos europeus. O consumidor [português] já tem por hábito comprar a própria viagem, diretamente numa companhia aérea, e o alojamento numa plataforma, e aí não existe esse 'amigo' do consumidor que posa dar essa informação", como acontece nas viagens organizadas, explicou.

A Deco, segundo aquele responsável, já pediu reuniões com "empresas que lidam com bilhetes" de avião avulso, como a Ryanair ou a TAP, e é com base na informação que vai recolher que vai esclarecer os consumidores.

O novo coronavírus já provocou mais de 3 mil mortes e infetou mais de 92 mil pessoas, incluindo cinco em Portugal, e levou a Organização Mundial de Saúde (OMS) a declarar situação de emergência de saúde pública internacional de risco "muito elevado".

O surto de Covid-19, detetado em dezembro na China, pode causar infeções respiratórias como pneumonia, e já fez também vítimas mortais no Irão, Itália, Coreia do Sul, Japão, França, Hong Kong, Taiwan, Austrália, Tailândia, Estados Unidos da América, Filipinas e Iraque.

VP // CSJ

Lusa/fim

Peça 84:

5G: Terceira fase de alteração de emissores da TDT arranca quinta-feira e inclui Lisboa

Lisboa, 04 mar 2020 (Lusa) - A terceira fase da alteração de emissores da TDT, essencial para o arranque do 5G, começa na quinta-feira e envolve os distritos de Lisboa, Santarém, Leiria, Coimbra, Castelo Branco, Viseu e Setúbal, lembrou hoje o regulador das comunicações Anacom.

"A terceira fase da migração da rede de emissores da TDT [televisão digital terrestre] começa com a alteração do emissor de Cheleiros, em Sintra, e termina no dia 21 de abril, com o emissor de Piódão", refere a Autoridade Nacional de Comunicações (Anacom).

"Até dia 10 de março, o processo decorre em simultâneo com a alteração dos emissores da fase 2", acrescenta.

Adianta ainda que alguns emissores do distrito de Setúbal já foram alterados na fase 2.

"Nem todos os utilizadores de TDt serão abrangidos neste processo", aponta, salientando que "as pessoas saberão que são abrangidas pela mudança se a sua televisão ficar sem imagem".

Na sexta-feira, terá lugar a ressintonia dos emissores TDT de Vila Franca de Xira e três dias depois será a vez de Olivais e Montegordo (Vila Franca de Xira).

Em 10 de março cabe a Alverca, Janas e Lisboa (Xabregas), sendo que um dia depois será a vez de Arruda dos Vinhos, Monsanto e Restelo (Lisboa) e Malveira.

Coruche e as zonas de Benfica e Castelo, Lisboa, e Torres Novas - Trancão verão os seus emissores serem ressintonizados em 12 de março. A migração da faixa da TDT em Cascais está prevista para 18 de março, a de Sintra dia 20 de março, e Peniche dia 25 de março.

Fátima e Alcobaça estão previstas serem alvo de ressintonia em 01 de abril, Coimbra tem início em 06 de abril, e Arganil em 20 de abril.

Esta terceira fase estará terminada em 21 de abril, com a migração das frequências em Alvôco das Várzeas e Piódão.

A atribuição das licenças de quinta geração (5G) será feita por via de leilão, sendo que as mesmas serão atribuídas até meados deste ano.

ALU // EA

Lusa/Fim

Peça 85:

Fectrans pediu intervenção da Antram com empresas não cumprem contratos

Lisboa, 04 mar 2020 (Lusa) - A Federação dos Sindicatos de Transportes e Comunicações (Fectrans) reuniu-se hoje com a Antram e pediu a intervenção da associação junto de transportadoras que não estão a cumprir o Contrato Coletivo de Trabalho, disse à Lusa o seu coordenador.

O encontro com a Associação Nacional de Transportadores Públicos Rodoviários de Mercadorias (Antram) teve como objetivo a discussão sobre a situação de "um conjunto de

empresas que estão a incumprir o Contrato Coletivo de Trabalho [CCT]", referiu José Manuel Oliveira.

"Identificamos um conjunto de empresas que, ou não estão a cumprir o contrato na sua totalidade, ou em algumas matérias têm interpretações diferentes, e não estão a cumprir com partes de rubricas remuneratórias nos termos em que estão acordadas", adiantou.

Depois da reunião foi atingido "um compromisso no que diz respeito às que são filiadas na Antram", segundo o qual a associação irá "desenvolver nos próximos dias algum contacto com os seus associados para transmitir as" preocupações da federação, sublinhou o coordenador da Fectrans.

De acordo com José Manuel Oliveira, há "seis ou sete empresas que não cumprem mesmo e algumas nem são filiadas na Antram. Nesse contexto, pouco há a fazer. Se não houver evolução, podemos passar à outra fase de contestação por parte dos trabalhadores com pré-aviso de greve", alertou.

De acordo com José Manuel Oliveira, estas transportadoras de mercadorias não estão a cumprir em questões ligadas à organização do trabalho, ajudas de custo e valor, subsídios de refeição e diuturnidades, entre outras cláusulas.

A Fectrans está a realizar intervenções junto destas empresas em articulação com a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT), sendo que, segundo o dirigente sindical, as empresas em causa são de várias dimensões.

Peça 86:

Bolsa de Nova Iorque segue em queda com Dow Jones a recuar 3%

Nova Iorque, 05 mar 2020 (Lusa) - A bolsa de Nova Iorque seguia hoje em baixa acentuada no início da sessão, com o índice Dow Jones a perder 3%, numa altura em que aumentam receios com a epidemia de coronavírus.

Às 14:56 (hora de Lisboa), o Dow Jones recuava 3,01% para 26.276,04 pontos e o índice tecnológico Nasdaq perdia 2,52% para 8.791,12 pontos.

O índice alargado S&P 500 descia 2,40% para 3.055,06 pontos.

Nas maiores descidas estavam a Boeing (-4,98%), a American Express (-4,31%), o banco JPMorgan (-4,16%) e a Exxon Mobile (-3,62%).

As últimas sessões da bolsa nova-iorquina têm sido marcadas pela volatilidade, tendo encerrado com ganhos expressivos na quarta-feira, com o Dow Jones a subir 4,53% e o Nasdaq 3,85%, mas na terça-feira, registou uma forte queda, na sequência da descida inesperada de meio ponto percentual nas taxas de juro da Reserva Federal (banco central norte-americano) para contrariar o impacto económico causado pela epidemia de coronavírus.

Peça 87:

Covid-19: TAP suspende investimentos e avança com licenças sem vencimento

Redação, 05 mar 2020 (Lusa) - A comissão executiva da TAP vai implementar medidas para reduzir e controlar custos, incluindo a suspensão ou adiamento de investimentos e de contratações e a “implementação de programas de licenças sem vencimento temporárias”, segundo uma nota enviada aos trabalhadores.

“Vamos implementar um conjunto de iniciativas que visam controlar e reduzir custos como suspensão ou adiamento de investimentos não críticos, corte de despesas acessórias, renegociação de contratos e prazos de pagamento, antecipação de crédito junto de fornecedores, suspensão de contratações de novos trabalhadores, bem como a implementação de programas de licença sem vencimento temporárias”, lê-se na nota enviada hoje e a que a Lusa teve a acesso.

A comissão executiva liderada por Antonoaldo Neves justifica as medidas com o impacto que o surto de Covid-19 está a ter nas reservas da empresa.

Na mesma nota, a TAP diz aos colaboradores que “a evolução do surto do coronavírus tem tido também um crescente impacto na economia global, sendo os setores do turismo e da aviação civil dos mais impactados”.

Segundo a comissão executiva da transportadora, “em janeiro e fevereiro não houve impacto negativo” no negócio, mas “nos últimos dias observou-se uma significativa quebra nas reservas, com impacto direto” nas vendas.

Por isso, a TAP resolveu implementar medidas para a “adequação da oferta” e “gestão cuidada da posição de caixa, para continuar a manter a liquidez necessária que a atividade exige”, lê-se na nota.

A companhia aérea vai, assim, cancelar cerca de mil voos em março e abril, “reduzindo a capacidade em 4% em março e 6% em abril, o que representa um total de cerca de 1.000 voos”, explicou a empresa, num comunicado hoje enviado às redações.

Segundo esta nota, os cancelamentos “incidem especialmente na operação para cidades nas regiões mais afetadas, sobretudo Itália, mas contemplam também a redução de oferta em outros mercados europeus que mostram maiores quebras da procura, como Espanha ou França”, incluindo ainda “alguns voos intercontinentais, dado o modelo de operação da TAP, como companhia de longo curso e conexão”.

A transportadora garantiu que irá “contactar todos os passageiros afetados por estes cancelamentos e em conjunto com eles encontrará as melhores opções e alternativas para a realização das suas viagens”.

O Grupo TAP registou prejuízos de 105,6 milhões de euros em 2019, uma melhoria de 12,4 milhões de euros face às perdas de 118 milhões registadas em 2018 pela companhia aérea, divulgou a TAP SGPS, no dia 20 de fevereiro.

O surto de Covid-19, detetado em dezembro, na China, e que pode causar infeções respiratórias como pneumonia, provocou cerca de 3.300 mortos e infetou mais de 95 mil pessoas em 79 países, incluindo nove em Portugal.

Das pessoas infetadas, mais de 50 mil recuperaram.

Além de 3.012 mortos na China, há registo de vítimas mortais no Irão, Itália, Coreia do Sul, Japão, França, Hong Kong, Taiwan, Austrália, Tailândia, Estados Unidos da América e Filipinas, San Marino, Iraque, Suíça e Espanha.

Um português tripulante de um navio de cruzeiros está hospitalizado no Japão com confirmação de infeção.

Em Portugal, a Direção-Geral da Saúde (DGS) confirmou nove casos de infeção.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Covid-19 como uma emergência de saúde pública internacional e aumentou o risco para “muito elevado”.

ALYN (JE) // JNM

Lusa/Fim

Peça 88:

Diploma que obriga consultores a reportar à AT esquemas fiscais "não é tirania" - Governo

Lisboa, 05 mar 2020 (Lusa) – O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais recusou hoje no parlamento que o diploma que obriga consultores a comunicar à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) esquemas de planeamento fiscal abusivo seja uma “tirania fiscal”, como defenderam alguns deputados.

Em causa está a proposta de lei do Governo, discutida hoje na Assembleia da República, que estabelece a “obrigação de comunicação à AT de determinados mecanismos internos ou transfronteiriços com relevância fiscal”, transpondo uma diretiva europeia.

António Mendonça Mendes arrancou o debate a elencar casos como o do ‘Luanda Leaks’ ou do ‘Panama Papers’ pedindo aos deputados que os “tivessem em mente” quando se discutisse a proposta do executivo, defendendo que Portugal foi “pioneiro” com a obrigação de reporte à AT, em 2008, de operações internas que possam configurar esquemas de planeamento fiscal abusivo.

Segundo o secretário de Estado, a transposição da diretiva permitirá agora “adaptar a legislação nacional à obrigatoriedade de que os esquemas de operações transfronteiriças passem também a ter de ser comunicadas à AT por consultores fiscais, advogados” e outros intermediários.

Já em relação às operações internas, continuou o governante, trata-se de “uma medida de simplificação legislativa” para “colocar no mesmo diploma a mesma obrigação, ainda que uma obrigação se reporte a operações internas e outra a operações transfronteiriças”.

A deputada do CDS, Cecília Meireles, considerou que o diploma carece de “esclarecimentos” e que é uma proposta “muito difícil de ser defendida para não dizer que é indefensável”.

“Uma coisa são medidas de combate à criminalidade fiscal, outra coisa completamente

diferente é aquilo que esta proposta parece fazer que é presumir em cada contribuinte um criminoso e transformar cada contabilista e advogado num polícia ou num agente tributário”, afirmou a deputada do CDS.

“Transparência e vigilância são coisas diferentes”, disse ainda Cecília Meireles.

João Cotrim Figueiredo, deputado único do Iniciativa Liberal, disse que o diploma do Governo “mostra bem que a tirania fiscal e que o autoritarismo fiscal estão bem em Portugal e na União Europeia”, anunciando o voto contra.

Na resposta, o secretário de Estado frisou que a proposta “não é tirania fiscal, é justiça fiscal” e mostrou disponibilidade para um debate mais aprofundado na especialidade.

António Mendonça Mendes considerou ainda que o Governo “não foi além da diretiva” como criticou o CDS.

Por seu lado, Mariana Mortágua, do Bloco de Esquerda, sublinhou que quem foge ao fisco e “usa esquemas de planeamento fiscal agressivo” são “as grandes multinacionais e os milionários”, considerando “correto” que a nova lei alargue a obrigatoriedade de comunicação destes casos às empresas portuguesas.

Já Duarte Alves, do PCP, afirmou que o partido apoia “todas as medidas que visem melhorar o acesso à informação e cooperação entre as administrações fiscais dos Estados nacionais”.

Mas o comunista sublinhou que “não vale a pena alimentar a ilusão de que é possível combater o branqueamento de capitais, a fraude e a elisão fiscais confiando apenas nas diligências dos grandes grupos financeiros”.

DF // MSF

Lusa/Fim

Peça 89:

Trabalhadores da Lusa pedem aumento de 4% com “mínimo” de 100 euros

Redação, 05 mar 2020 (Lusa) – Os sindicatos representativos dos trabalhadores da agência Lusa propõem ao presidente do Conselho de Administração, Nicolau Santos, aumentos de 4% na remuneração base e “demais complementos”, num mínimo de 100 euros por trabalhador, segundo um comunicado.

A nota, assinada pelo Sindicato dos Jornalistas, pelo SITESE - Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos de Serviços, Comércio, Restauração e Turismo e pelo SITE/CSRA - Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Transformadoras, Energia e Atividades do Ambiente do Centro, Sul e Regiões Autónomas, dá conta de uma reunião que ocorreu na quarta-feira, 04 março para apresentação da proposta de revisão do Acordo de Empresa.

Esta proposta tem por base a “necessidade de promover a melhoria das condições em que os trabalhadores exercem a sua atividade”, tendo em conta a “significativa perda de poder de compra dos últimos 11 anos”.

Assim, os sindicatos pediram um “aumento de 4% na remuneração base e demais complementos retributivos, com um mínimo de 100 euros por trabalhador”, uma “atualização do subsídio de transporte para 80 euros” e a garantia de que “o subsídio de alimentação atualmente pago (7,63 euros) não pode ser cortado, mesmo que venha a ser reduzido o valor

máximo não tributável”.

Além disso, os delegados sindicais pediram a “instituição de um subsídio parental de 100 euros aquando do nascimento de cada filho/a”.

Segundo o mesmo comunicado, “a administração comprometeu-se a analisar a proposta reivindicativa e a marcar nova reunião para dar conta da sua posição no processo negocial”.

O Governo aprovou em fevereiro a atribuição à agência Lusa de 12,8 milhões de euros de indemnização compensatória pelo cumprimento das obrigações do serviço noticioso e informação de interesse público, indicou fonte oficial do Ministério da Cultura.

O montante para 2020 “é exatamente igual ao dos últimos três anos”, disse o presidente do Conselho de Administração da Lusa, Nicolau Santos.

Para Nicolau Santos, trata-se de “um valor expectável”, muito embora aguarde o “reforço das verbas que foram aprovadas na Assembleia da República” para a Lusa “poder fazer face a todos os seus compromissos”.

Em 03 de fevereiro, na discussão na especialidade do Orçamento do Estado para 2020 (OE2020), o PS recuou e votou favoravelmente duas propostas de alteração do BE e PCP que preveem um reforço nas verbas da Lusa de 1,5 milhões de euros anuais.

O Ministério da Cultura, que tutela a Lusa com as Finanças, mantinha para a agência a verba de 12,8 milhões de euros para este ano, de acordo com a proposta do OE2020.

“Falta esclarecer como é que o reforço aprovado na Assembleia da República na discussão do Orçamento do Estado para este ano vai poder vir a integrar o orçamento da Lusa”, assinalou Nicolau Santos.

A indemnização compensatória permite este ano à Lusa “continuar a fazer o serviço público contratado com o Estado e pagar a trabalhadores e fornecedores”, sublinhou.

O contrato de prestação de serviço público da Lusa terminou em 2019, mas, tendo em conta que o Governo estava em final de legislatura, o mesmo foi prolongado, no verão passado, para 2020.

Durante este ano, a tutela prevê negociar o novo contrato de prestação de serviço noticioso da Lusa para o triénio 2021-2023.

ALYN (ER/SR (LT/DF/PMF) // JNM
Lusa/Fim

Peça 90:

António Saraiva reeleito presidente da CIP para o triénio 2020-2022

Redação, 05 mar 2020 (Lusa) - O atual presidente da CIP - Confederação Empresarial de Portugal, António Saraiva, foi hoje reeleito presidente da instituição, depois da lista única presente a votação, por si encabeçada, ter sido eleita para o triénio 2020-2022.

“A lista única presente a votação foi eleita com a maior participação de sempre dos associados da CIP, consolidando assim o projeto da atual direção” liderada por António Saraiva, pode ler-se num comunicado hoje enviado à comunicação social.

As eleições de hoje, que contaram com a participação de 87% dos associados da confederação empresarial, contabilizando 585 votos, elegeram a direção, liderada por António Saraiva, a

mesa da Assembleia-Geral e Conselho Fiscal, presididos por Salvador de Mello, do Conselho Fiscal, encabeçado por Bruno Bobone.

"Na sequência das recentes alterações estatutárias, aprovadas em 11 de novembro em assembleia-geral, a direção deixou de emanar do Conselho Geral, tendo sido eleita diretamente pelos associados", pode ainda ler-se no comunicado hoje divulgado.

A CIP foi fundada em julho de 1974, então como Confederação da Indústria Portuguesa, e António Saraiva é presidente desta associação empresarial desde 2010, ano em que a então Confederação da Indústria Portuguesa se juntou à AEP - Associação Empresarial de Portugal e Associação Industrial Portuguesa - Confederação Empresarial (AIP-CE) e formou a atual configuração de CIP - Confederação Empresarial de Portugal.

JE // JNM

Lusa/Fim

Peça 91:

Grécia: PIB cresceu 1,9% em 2019 o mesmo que em 2018

Atenas, 06 mar 2020 (Lusa) - O Produto Interno Bruto (PIB) grego cresceu 1,9% em 2019, ao mesmo ritmo que no ano anterior, para 194.387 milhões de euros, segundo dados provisórios publicados hoje pela agência de estatísticas grega (Elstat).

No último trimestre de 2019 o PIB contraiu-se 0,7% face ao trimestre anterior e aumentou 1% em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, segundo os dados provisórios corrigidos das variações sazonais.

Segundo os dados atualizados dos primeiros três trimestres de 2019, o PIB aumentou 0,2% no primeiro; 1% no segundo e 0,4% no terceiro, face aos respetivos períodos precedentes.

Em comparação com os mesmos trimestres de 2018, o acréscimo foi de 1,6% no primeiro trimestre, 2,8% no segundo e 2,1 % no terceiro, respetivamente.

O objetivo inicial do Governo grego para 2019 era alcançar uma taxa de crescimento do PIB de 2,5%.

Para o ano em curso, as estimativas oficiais partem de um crescimento económico de 2,8%. Contudo, as instituições credoras do país não partilham estas previsões, já que estimam um crescimento entre 2,2% e 2,5% em 2020.

Para a saída definitiva do país da crise é necessário, segundo os analistas, alcançar um ritmo de crescimento da economia superior a 3% durante muitos anos e uma conjuntura internacional favorável.

MC // EA

Lusa/Fim

Peça 92:

Banco de Portugal admoesta BESGAPO por jornal por impossibilidade de notificação normal

Lisboa, 06 mar 2020 (Lusa) – O Banco de Portugal aplicou uma admoestação à empresa BESGAPO devido a omissão de comunicação prévia sobre alterações de participações, através de anúncio em jornal, por impossibilidade de notificação normal.

Segundo a decisão publicada hoje no jornal Público, a admoestação à empresa com sede em Espanha BESGAPO 2008, SL é aplicada por não ter havido comunicação prévia ao Banco de Portugal de diminuição de participações qualificadas, o que é uma contraordenação.

Questionada pela Lusa sobre se esta sanção implica multa, fonte oficial do Banco de Portugal disse que “é uma simples admoestação”, pelo que “não houve, portanto, aplicação de qualquer coima”.

Ainda em resposta à Lusa, o Banco de Portugal indicou que deu conta da decisão condenatória por edital devido à “impossibilidade de conseguir a notificação pela via normal”, por carta registada com aviso de receção.

A BESGAPO tem sede em Pontevedra, na região espanhola da Galiza.

IM // EA

Lusa/Fim

Peça 93:

Humberto Pedrosa garante "disponibilidade e empenho" na recuperação da TAP

Lisboa, 06 mar 2020 (Lusa) - O empresário Humberto Pedrosa, que detém 50% do consórcio Atlantic Gateway, garante estar "empenhado na recuperação" da TAP, rejeitando estar em negociações para alienar a sua participação na companhia aérea.

"Não existem negociações com qualquer entidade no sentido de alienar a minha posição de 50% na Atlantic Gateway, que controla 45% da TAP", disse o empresário Humberto Pedrosa à agência Lusa, quando questionado sobre a sua continuidade como acionista do grupo.

"Não estou vendedor da minha posição na Atlantic Gateway", reforçou ainda à Lusa, acrescentando que o seu "interesse na TAP é como empresário e não como investidor financeiro".

A imprensa tem noticiado nos últimos dias que o acionista privado da TAP, o consórcio Atlantic Gateway, está em negociações para a venda da posição na companhia aérea.

"Reafirmo toda a disponibilidade e empenho na afirmação da TAP como companhia internacional de referência e na sua recuperação económica e financeira", disse Humberto Pedrosa, um dia depois da companhia aérea ter anunciado o cancelamento de cerca de 1.000 voos até abril, devido ao impacto que o surto de Covid-19 está a ter nas reservas da empresa, e medidas para compensar esta perda de receitas.

O Grupo TAP registou prejuízos de 105,6 milhões de euros em 2019, uma melhoria de 12,4 milhões de euros face às perdas de 118 milhões registadas em 2018 pela companhia aérea.

Os acionistas da TAP são públicos e privados, sendo que 50% está nas mãos da Parpública, sociedade que detém as participações do Estado, e 45% nas mãos do consórcio Atlantic

Gateway, detido, então, por Humberto Pedrosa, do grupo Barraqueiro, e pelo empresário David Neeleman. Os restantes 5% do capital estão nas mãos dos trabalhadores.

MSF // JNM

Lusa/Fim

Peça 94:

Covid-19: OLX retira anúncios relacionados com surto para evitar "aproveitamento"

Redação, 06 mar 2020 (Lusa) – A plataforma ‘online’ OLX anunciou que iria retirar, “com efeito a partir de hoje e por tempo indeterminado” todos os anúncios relacionados com o novo coronavírus, face ao “aproveitamento” de alguns anunciantes.

Em comunicado, o grupo, especializado em anúncios classificados, referiu que “os elevados preços colocados em anúncios de acessórios ligados a esta epidemia obrigam a marca a assumir este procedimento para não compactuar com quem pretende tirar contrapartidas financeiras” desta situação.

Na mesma nota, a OLX deu conta do aumento das buscas na plataforma, sendo que a palavra ‘coronavírus’ registou um crescimento de 100%, enquanto ‘máscara’ cresceu 87%.

Paralelamente, o número de anúncios aumentou em 85% e 90%, respetivamente, entre o dia 20 de fevereiro e 02 de março.

O grupo sentiu “a responsabilidade de agir contra o aproveitamento que algumas pessoas estão a tentar retirar desta situação e a favor da segurança dos nossos clientes (por não ser possível assegurar que os artigos anunciados estão em condições de ser utilizados). Por isso, todos os anúncios deste género serão suspensos até que esta situação seja dada como ultrapassada pelas entidades competentes”, explicou o presidente executivo da OLX Portugal, Sebastiaan Lemmens, citado no comunicado.

De acordo com a OLX, os utilizadores do portal “serão notificados hoje sobre a eliminação dos seus anúncios ativos e/ou de futuros que possam vir a publicar e serão informados quando for novamente possível anunciar este tipo de artigos”.

O surto de Covid-19, detetado em dezembro, na China, e que pode causar infeções respiratórias como pneumonia, provocou 3.385 mortos e infetou mais de 98 mil pessoas em 87 países e territórios, incluindo 13 em Portugal.

Das pessoas infetadas, mais de 55 mil recuperaram.

Além de 3.042 mortos na China, há registo de vítimas mortais no Irão, Itália, Coreia do Sul, Japão, França, Hong Kong, Taiwan, Austrália, Tailândia, Estados Unidos da América e Filipinas, San Marino, Iraque, Suíça, Espanha, Reino Unido e Países Baixos.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto de Covid-19 como uma emergência de saúde pública internacional e aumentou o risco para “muito elevado”.

ALYN // EA

Lusa/Fim

Peça 95:

Preço do petróleo cai 7% com negociações na OPEP sem avanços

Londres, 06 mar 2020 (Lusa) - Os preços do petróleo baixavam significativamente hoje, numa altura em que as negociações entre a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e seus aliados parecem perto do fracasso.

Às 15:15 (hora de Lisboa), o barril de Brent do mar do Norte para entrega em maio negociava a 46,44 dólares em Londres, uma descida de 7,10% em relação ao valor de encerramento na quinta-feira, mas alguns minutos antes tinha caído para 46,12 dólares, o preço mais baixo desde julho de 2017.

Em Nova Iorque, o barril de petróleo WTI perdia 6,78% para 42,79 dólares, depois ter negociado a 42,30 dólares, no nível mais baixo desde agosto de 2016.

Os países da OPEP e outros produtores, liderados pela Rússia, mantêm hoje negociações para decidir se aprovam um corte adicional de 1,5 milhões de barris por dia para apoiar os preços, numa altura em que se receia uma redução da procura devido à epidemia de Covid-19.

EO // EA

Lusa/Fim

Peça 96:

Covid-19: NATO confirma um caso e adota medidas preventivas em Bruxelas

Bruxelas, 09 mar 2020 (Lusa) – A Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO, sigla inglesa) confirmou hoje um caso do novo coronavírus na sede, em Bruxelas, de um funcionário que esteve de férias no norte de Itália, estando já a adotar medidas preventivas.

“Podemos confirmar que um membro da equipa da NATO, que trabalha na sede em Bruxelas, apresentou um teste positivo de Covid-19. O funcionário voltou de férias no norte da Itália, sentiu-se mal no final da semana passada e foi testado devido ao aparecimento de sintomas de febre”, precisa o organismo em comunicado.

De acordo com a NATO, este funcionário está, atualmente, em isolamento voluntário em sua casa.

“Minutos depois de receber o resultado, todos os seus colegas de trabalho foram, imediatamente, informados. Eles estavam a trabalhar a partir de casa no final da semana passada e vão continuar a fazê-lo”, acrescenta a organização.

Já foram adotadas medidas preventivas na sede da NATO, em Bruxelas, visando assim “reduzir o risco de uma maior propagação”.

“Isso inclui a suspensão temporária de certas viagens de funcionários, incentivo a que os funcionários trabalhem a partir de casa e a suspensão temporária de visitas de grupos à sede da NATO em Bruxelas”, detalha a organização.

A NATO garante que todos os funcionários foram informados e adianta que vai continuar a “monitorizar a situação e tomar todas as medidas necessárias”.

“Continuamos em contacto próximo com as autoridades belgas. A NATO possui medidas e planos robustos para assegurar a continuidade de negócios, garantindo que o essencial do nosso trabalho continua”, conclui a organização na nota de imprensa.

A epidemia de Covid-19 foi detetada em dezembro, na China, e já provocou mais de 3.800 mortos.

Cerca de 110 mil pessoas foram infetadas em mais de uma centena de países, e mais de 62 mil recuperaram.

Nos últimos dias, a Itália tornou-se o caso mais grave de epidemia fora da China, com 366 mortos e mais de 7.300 contaminados pelo novo coronavírus, que pode causar infeções respiratórias como pneumonia.

Para tentar travar a epidemia, o Governo de Roma colocou cerca de 16 milhões de pessoas em quarentena no Norte do país, afetando cidades como Milão, Veneza ou Parma.

ANE // FPA

Lusa/Fim

Peça 97:

Bruxelas dá ‘luz verde’ à venda de seis barragens da EDP a consórcio francês

Bruxelas, 09 mar 2020 (Lusa) – A Comissão Europeia aprovou hoje a venda de seis barragens da EDP, no Douro, a um consórcio de empresas francesas composto pela Engie, Mirova e Crédit Agricole, concluindo que a operação não afeta a concorrência na UE.

“A Comissão Europeia aprovou, no âmbito do regulamento europeu de concentrações, a aquisição de seis centrais hidroelétricas em Portugal pela Engie, Mirova e Predica [filial do grupo Crédit Agricole], as três sediadas em França”, informa Bruxelas em comunicado.

Para o executivo comunitário, “a concentração proposta não suscitou preocupações de concorrência devido ao seu impacto limitado no mercado” da União Europeia (UE), de acordo com a nota.

Em causa está o processo da venda de seis barragens da EDP - Energias de Portugal em Portugal a um consórcio liderado pela Engie.

Em dezembro passado, a elétrica anunciou a venda da concessão de seis barragens em Portugal a um consórcio de investidores, formado pela Engie, Crédit Agricole Assurances e Mirova, por 2,2 mil milhões de euros.

Num comunicado feito na altura ao mercado, a EDP precisou que este consórcio era “formado pela Engie (participação de 40%), Crédit Agricole Assurances (35%) e Mirova - Grupo Natixis (25%)”.

As centrais hídricas, localizadas na bacia hidrográfica do rio Douro, totalizam 1.689 megawatts (MW) de capacidade instalada.

Em causa estão três centrais de fio de água, em Miranda, Bemposta e Picote, com 1,2 gigawatts (GW) de capacidade instalada e três centrais de albufeira com bombagem, em Foz Tua, Baixo Sabor e Feiticeiro, com 0,5 GW de capacidade.

Conforme indicou a empresa liderada por António Mexia ao mercado, o valor de transação acordado representa um ‘enterprise value’ de 2.210 milhões de euros.

Na altura, estimava-se que a transação se concluísse no segundo semestre deste ano, faltando as aprovações regulatórias necessárias, como era o caso do aval de Bruxelas.

ANE (PE) // JNM
Lusa/Fim

Peça 98:

Crescimento do volume de negócios na indústria desacelera para 0,4% em janeiro

Lisboa, 09 mar 2020 (Lusa) - Os negócios na indústria cresceram 0,4% em janeiro, face ao período homólogo anterior, depois da recuperação em dezembro, quando apresentou uma subida de 1,1%, revelou hoje o Instituto Nacional de Estatística (INE).

A queda do índice de volume de negócios na indústria, em janeiro, espelhou a desaceleração registada no índice relativo ao mercado nacional, que passou de 1,4% em dezembro passado para 0,7% no primeiro mês deste ano, enquanto o índice referente ao mercado externo apresentou uma queda de 0,2%, após uma subida de 0,6% em dezembro último, esclarece INE em comunicado.

O instituto, na publicação hoje divulgada, acrescentou também que o agrupamento de energia foi o que apresentou o contributo mais positivo para a variação do índice total, 1,7 pontos percentuais (p.p.), em resultado do crescimento de 7,5% (1,3% em dezembro).

Já o agrupamento dos bens de consumo apresentou uma subida de 2,8%, contra 4,5% em dezembro passado, contribuindo com 0,7 p.p. para a variação do índice total, enquanto o agrupamento dos bens intermédios apresentou uma queda de 5,7% em janeiro, “mais intensa em 2,4 p.p. que a verificada no mês precedente”, segundo o INE.

O agrupamento de bens de investimento, por seu turno, passou de um aumento de 3,3% em dezembro no ano passado para uma queda de 1,4% em janeiro último.

Em janeiro, a variação mensal das vendas na indústria foi de 3,8%, contra 4,5% em igual período do ano passado.

No primeiro mês do ano, os índices de emprego e de horas trabalhadas apresentaram quedas homólogas de 0,5% e 1,3%, respetivamente, enquanto o índice de remunerações registou um aumento de 3,6%.

JS // JNM
Lusa/fim

Peça 99:

Lucro da Corticeira Amorim recua 3,2% para 74,9 ME em 2019

Redação, 09 mar 2020 (Lusa) – O lucro da Corticeira Amorim caiu 3,2% para 74,9 milhões de euros em 2019 face a 2018, tendo as vendas consolidadas subido 2,4% para 781,1 milhões de euros, divulgou hoje a empresa.

Em comunicado enviado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), a Corticeira Amorim adianta que o Conselho de Administração propôs à assembleia-geral de acionistas, agendada para 20 de abril, a distribuição de um dividendo bruto de 0,185 euros por ação, à semelhança do ano anterior.

Relativamente ao impacto da propagação do novo coronavírus, a empresa admite que, “se afetar significativamente o consumo”, poderá “ter um efeito” ainda não contabilizável na atividade.

“A Corticeira Amorim é uma empresa internacional (mais de 90% das vendas fora de Portugal) e, como tal, exposta à economia global, em particular ao consumo privado. A propagação do surto Covid-19, se afetar significativamente o consumo, poderá impactar os clientes e, consequentemente, a cadeia de valor, e, por isso, poderá ter um efeito na atividade desenvolvida”, refere.

Contudo, acrescenta, “a escala, dimensão e duração do atual momento de incerteza torna difícil avaliar a dimensão dos seus impactos diretos e indiretos e, como tal, estimar, à data de hoje, o seu valor”.

No ano passado, o EBITDA (resultados antes de impostos, juros, amortizações e depreciações) consolidado da Corticeira Amorim diminuiu 6,9%, para 124,7 milhões de euros, “refletindo, em grande medida, o impacto do aumento do preço de consumo da cortiça, o crescimento dos custos operacionais e o desempenho desfavorável da unidade de negócio [UN] Revestimentos”.

“A implementação de aumentos dos preços de venda e ganhos de eficiência operacional nas várias unidades de negócio atenuaram esses efeitos negativos, tendo o rácio EBITDA/vendas caído para 16,0% (face a 17,6% no período homólogo)”, informa a corticeira, salientando que “no último trimestre do ano registou-se já uma melhoria significativa do rácio EBITDA/vendas de 14,3% para 15,6%”.

Segundo a empresa com sede em Mozelos, Santa Maria da Feira, em 2019 todas as unidades de negócio registaram crescimento de vendas, com exceção da UN revestimentos.

“As UN Isolamentos e Matérias-Primas foram as que tiveram desempenhos mais positivos, com incrementos de vendas de 18,2% e 9,8%, respetivamente. De salientar a expansão de 4,7% nas vendas da UN Rolhas, que contribuíram para 70,3% das vendas consolidadas no ano de 2019”, refere.

A UN Matérias-Primas registou vendas de 204,8 milhões de euros, um crescimento de 9,8% face ao período homólogo, “refletindo essencialmente um aumento do nível de atividade e preços mais elevados de venda da cortiça”.

Já as vendas da UN Rolhas atingiram os 559,1 milhões de euros, mais 4,7% do que em 2018, com crescimento “em todos os segmentos de negócio (especialmente no de bebidas espirituosas) e nos principais mercados vinícolas, particularmente nos EUA e Itália”.

Quanto às vendas da UN Revestimentos, cifraram-se em 108,6 milhões de euros, caindo 3,2% face ao período homólogo, penalizadas por “atrasos na disponibilização ao mercado da nova linha de produtos ‘Wise’” e pela “redução dos volumes”.

Já a UN Aglomerados Compósitos faturou 104,5 milhões de euros, mais 2,3% em relação ao ano anterior, “beneficiando essencialmente do efeito favorável do dólar e do aumento dos

preços de venda”.

Em termos de rentabilidade, a UN Matérias-Primas e Rolhas atingiu um EBITDA de 117,9 milhões de euros, uma quebra de 4,7% face ao ano anterior, enquanto a UN Revestimentos registou um EBTIDA negativo de 2,5 milhões de euros, “afetado pela deterioração do seu ‘mix’ de produto e pelo aumento significativo das despesas de ‘marketing’ e desenvolvimento de produto, associados ao lançamento da nova linha de produtos ‘Wise’”.

Segundo a corticeira, “durante o ano foram implementadas diversas medidas de incremento da eficiência, nomeadamente nas áreas de logística e operações industriais, que deverão suportar a inversão desta tendência no futuro”, tendo estas medidas resultado em gastos não recorrentes de 0,9 milhões de euros relacionados com reestruturações.

Já o EBITDA da UN Aglomerados Compósitos somou 12,4 milhões de euros (mais 20,1% face ao período homólogo) e o rácio EBITDA/vendas aumentou para 11,9% (contra 10,1% em 2018), enquanto a UN Isolamentos reverteu as perdas registadas no primeiro semestre e terminou 2019 com um EBITDA de 0,2 milhões de euros e uma quebra do rácio EBITDA/vendas para 1,6% (5,4% em 2018), “refletindo o aumento significativo ao longo dos últimos anos do preço de consumo de cortiça”.

No final de 2019, a dívida remunerada líquida da Corticeira Amorim ascendia a 161,1 milhões de euros (contra 139,0 milhões de euros no final de 2018), sendo este aumento atribuído às aquisições de 50% da Vinolok (11 milhões de euros) e de 10% da Bourrassé (cinco milhões de euros), enquanto o recebimento do valor final da alienação da US Floors teve um efeito inverso.

Em termos comparáveis, excluindo os efeitos da adoção do IFRS 16 (4,2 milhões de euros), o valor da dívida no final de 2019 seria de 143,8 milhões de euros.

PD // JNM

Lusa/fim

Peça 100:

EDP vende quase 71% do défice tarifário de 2020 por 825 ME

Lisboa, 09 mar 2020 (Lusa) – A EDP acordou a venda, através de cinco transações individuais, de 70,6% do défice tarifário de 2020, “relativo ao sobrecusto com a produção em regime especial”, por 825 milhões de euros, foi hoje comunicado ao mercado.

“A EDP Serviço Universal, S.A., comercializador de último recurso do sistema elétrico português, detido a 100% pela EDP – Energias de Portugal, S.A., acordou a venda sem recurso, através de cinco transações individuais, de 70,6% do défice tarifário de 2020 relativo ao sobrecusto com a produção em regime especial, por um montante de 825 milhões” de euros, lê-se no comunicado remetido à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

De acordo com a elétrica, este défice é resultante do “diferimento por cinco anos da recuperação do sobrecusto de 2020” com a compra de energia aos produtores em regime especial, incluindo os ajustamentos de 2018 e 2019.

Na sessão de hoje da bolsa, as ações da EDP caíram 7,23% para 4,06 euros.

Peça 101:

Covid-19: Barril de petróleo Brent recupera 7% depois de 'segunda-feira negra'

Londres, 10 mar 2020 (Lusa) - O preço do barril de petróleo Brent, de referência na Europa, estava hoje a recuperar 7%, depois de na "segunda-feira negra" ter caído 25% devido à guerra de preços iniciada pela Arábia Saudita.

O barril de petróleo Brent para entrega em maio de 2020 abriu hoje em alta, a cotar-se a 36,85 dólares no Intercontinental Exchange Futures (ICE) de Londres, mais 7% que no final da sessão de segunda-feira, mas cerca das 8:45 em Lisboa voltou a recuar ligeiramente para 36,51 dólares.

O Brent terminou a cotar-se a 34,36 dólares na segunda-feira, quando registou a maior queda diária desde a Guerra do Golfo em 1991, devido principalmente à decisão da Arábia Saudita, o maior exportador de petróleo do mundo, de baixar o preço das suas exportações, mas também devido à crescente inquietação dos mercados em relação à epidemia do Covid-20.

Mas a queda do petróleo ocorreu depois da aliança entre a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a Rússia e outros nove produtores ter fracassado na passada sexta-feira em Viena, pela primeira vez desde que se tinha constituído em 2016, ao não chegar a um acordo sobre um novo corte da oferta conjunta de petróleo.

Um dia antes, a OPEP tinha acordado por unanimidade a iniciativa da Arábia Saudita de retirar do mercado 1,5 milhões de barris por dia para travar a queda da procura provocada pelo novo coronavírus.

Os analistas estimam que a guerra de preços possa levar ao afundamento do "ouro negro", para cerca de 20 dólares por barril, a menos que os sauditas e os russos voltem a negociar. Nas últimas semanas, o "ouro negro" tinha vindo a cair devido à epidemia do Covid-19, que tem tido um impacto negativo nos mercados de valores em todo o mundo e nas ações das companhias aéreas.

Peça 102:

Governo lança linha de crédito superior a 300 ME para investimentos agrícolas

Lisboa, 10 mar 2020 (Lusa) – A ministra da Agricultura apresentou hoje, em Lisboa, uma linha de crédito superior a 300 milhões de euros, lançada em parceria com o Banco Europeu de Investimento (BEI), para investimentos no setor.

“Demos conta de que a procura em relação ao programa de desenvolvimento Rural era muito

grande e os fundos públicos que temos alocados eram manifestamente insuficientes. Então, tentámos criar um instrumento que é pioneiro, não só em Portugal, como em toda a Europa, criando condições para com investimento público podermos alavancar um fundo que vai possibilitar investimento até 300 milhões de euros”, apontou Maria do Céu Albuquerque, que falava aos jornalistas no Ministério da Agricultura.

Conforme explicou a governante, este mecanismo vai disponibilizar taxas de juro “muito mais baixas do que as praticadas atualmente”, com carências “muito mais longas” e, sendo uma linha com garantia, “tem um potencial de utilização em todo o complexo agrícola e agroalimentar”.

A titular da pasta da Agricultura venceu que, neste momento, estão criadas as condições para poder alavancar o início da utilização da linha, embora não tenha avançado uma data para a operacionalização deste mecanismo.

“Aquilo que é o compromisso do FEI [Fundo Europeu de Investimento] e dos bancos é criarem-se as condições necessárias para o mais rapidamente possível operacionalizarmos estas linhas e colocarmos estas verbas na nossa economia”, precisou.

Questionada sobre a possibilidade de esta linha poder ultrapassar o montante previsto, Maria do Céu Albuquerque confirmou esta possibilidade, explicando que “há acertos que são feitos, nomeadamente, em relação àquilo que o investimento público permite alavancar [face] às condições estabelecidas”.

Na sessão de apresentação deste instrumento financeiro, o chefe executivo do FEI, Alan Godard, referiu que este produto “é pioneiro” e que vai ampliar “as oportunidades de financiamento para o setor agrícola em Portugal”.

Segundo o Ministério da Agricultura, a implementação do apoio é efetuada pela contribuição financeira do Programa de Desenvolvimento Rural (PDR) 2020 no valor de 20,07 milhões de euros.

Por sua vez, a Comissão Europeia concedeu um financiamento adicional, através do plano Juncker, de 15 milhões de euros, disponibilizado diretamente às instituições financeiras.

Até ao final de 2023 vai terminar o prazo para a contratação de novos empréstimos garantidos e, entre 2024 e 2035, o período para a amortização dos empréstimos contratados.

As instituições financeiras selecionadas para a operacionalização deste instrumento foram o Santander, a Caixa Geral de Depósitos (CGD), o BPI e o Crédito Agrícola.

PE // EA

Lusa/Fim

Peça 103:

Sindicato alerta que alguns precários do INIAV não recebem salário desde 2019

Lisboa, 10 mar 2020 (Lusa) – O sindicato dos trabalhadores em funções públicas alertou hoje para que alguns precários do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) não recebem salários desde 2019, lamentando o atraso na abertura de concursos e apelando à intervenção da tutela.

“O STSPSSRA [Sindicato dos trabalhadores em funções públicas e sociais do sul e regiões

autónomas] denuncia que o INIAV, IP não está a aplicar o artigo 16 da lei do PREVPAP [Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários da Administração Pública]. Existem trabalhadores sem remuneração desde janeiro de 2019, com a sua vida em suspenso”, alertou, em comunicado, a estrutura.

Em causa, segundo a mesma fonte, está o regime transitório de proteção, que prevê a continuidade do pagamento de salários para que os trabalhadores declarados como necessidade permanente se mantenham em funções até a conclusão dos procedimentos concursais.

Os precários do INIAV com funções de investigação receberam em 18 de junho de 2018 “parecer favorável” da respetiva Comissão de Avaliação Bipartida (CAB).

De acordo com o sindicato, desde essa data que estes trabalhadores aguardam que o instituto abra os concursos de regularização, processo que foi atrasado pela decisão do executivo de criar uma “comissão com a missão de analisar as funções exercidas por trabalhadores dos laboratórios do Estado, titulares do grau de doutor, tendo em vista esclarecer se as referidas funções correspondem à carreira de investigação científica ou à carreira técnica superior”. O STSPSSRA “sempre se opôs” ao despacho que determinou esta medida, tendo denunciado que o mesmo “só serviria para atrasar ainda mais o processo” e, eventualmente, “excluir trabalhadores da carreira de investigação.

No início deste mês, os investigadores precários solicitaram a intervenção do ministro das Finanças, Mário Centeno, no processo, exigindo ainda o cumprimento pelo INIAV do artigo em causa, bem como a finalização do PREVPAP no instituto, com a integração da carreira de investigação.

PE // CSJ

Lusa/Fim

Peça 104:

TAP suspende operação para Itália até dia 24 de março

Redação, 10 mar 2020 (Lusa) – A TAP decidiu suspender toda a operação entre os aeroportos portugueses e italianos a partir de quarta-feira e até ao dia 24 de março, adiantou à agência Lusa fonte oficial da companhia aérea.

“Em cumprimento da decisão do Governo de Portugal de suspender todos os voos de e para Itália, a TAP informa que toda a sua operação entre os aeroportos portugueses e italianos se encontra suspensa a partir do dia 11 de março e até ao dia 24 de março”, detalhou a mesma fonte.

O Governo decidiu hoje suspender os voos para todas as regiões de Itália por 14 dias, a partir de quarta-feira, perante o desenvolvimento do Covid-19 e a decisão do executivo de Giuseppe Conte colocar o país em quarentena.

Num comunicado hoje divulgado, o Governo esclareceu que, na segunda-feira, emitiu um despacho, assinado pelo secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Alberto Souto de Miranda, decidindo a suspensão a partir das 15:00 de hoje “de todos os voos de todas as

companhias aéreas, comerciais ou privados, com origem ou destino para as regiões de Itália afetadas pela epidemia, com destino ou partida dos aeroportos ou aeródromos portugueses” por 14 dias.

No entanto, perante a monitorização da epidemia e da decisão da Itália colocar todo o país de quarentena, foi decidido alargar esta medida, “com um novo despacho a estender esta suspensão a toda as regiões de Itália a partir das 00:00 de 11 de março e pelo mesmo período de 14 dias (24 de março)”.

Os diplomas em causa, não são aplicáveis a aeronaves do Estado, voos para transporte exclusivo de carga e correio e de caráter humanitário ou emergência médica, bem como a escalas técnicas para fins não comerciais.

A epidemia de Covid-19 foi detetada em dezembro, na China, e já provocou mais de 4.000 mortos e cerca de 114 mil pessoas infetadas em cerca de uma centena de países.

Nos últimos dias, a Itália tornou-se o caso mais grave de epidemia fora da China, com 463 mortos e mais de 9.100 contaminados pelo novo coronavírus, que pode causar infeções respiratórias como pneumonia.

A quarentena imposta pelo Governo italiano ao norte do País foi alargada a toda a Itália.

ALYN (PE/JNM/VP) // EA

Lusa/Fim

Peça 105:

Covid-19: Governo vai trabalhar "todos os dias" com o setor do Turismo - Siza Vieira

Lisboa, 10 mar 2020 (Lusa) - O ministro da Economia, Pedro Siza Vieira, disse hoje que o Governo vai trabalhar "todos os dias" com o setor do Turismo para combater o novo coronavírus, considerando prematuro anunciar medidas específicas já hoje.

"Acho que nesta altura ainda será prematuro adiantar alguma coisa, mas gostava de dizer que houve aqui vontade de parte a parte de continuarmos a conversar, a trabalhar e a termos a capacidade de responder a esta situação", afirmou o ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital aos jornalistas, no final de uma reunião com empresas do setor.

No final do encontro, pedido pela Confederação do Turismo de Portugal (CTP) e que teve lugar no Ministério da Economia, em Lisboa, Pedro Siza Vieira referiu ainda que os apoios ao Turismo são um tema a ser trabalhado diariamente e não numa altura específica.

"Isto é para estarmos a trabalhar todos os dias, para responder a uma questão que obviamente preocupa empresas, trabalhadores, mas que merece toda a atenção do Estado", garantiu o governante.

Segundo Pedro Siza Vieira, "as preocupações essenciais" prendem-se com "a preservação do emprego e com a situação de tesouraria das empresas".

"Não há receitas nos próximos tempos e, portanto, é necessário continuar a fazer face às obrigações no pagamento de salários e outras necessidades", disse o ministro.

O ministro colocou ainda em vista a possível retoma futura do setor, dizendo que quando surgir "vai ser necessário que as empresas estejam preparadas para responder" a maior solicitação.

O governante lembrou ainda a linha de apoio, de 2 mil milhões de euros, à tesouraria das empresas afetadas pela epidemia do novo coronavírus, um apoio que considerou "muito importante".

No final da reunião, o presidente da CTP, Francisco Calheiros, declarou que "a grande preocupação que as empresas de uma forma transversal apresentaram é a manutenção dos postos de trabalho".

"Se amanhã houver necessidade de trabalharmos noutro tipo de apoios ou de haver reuniões de urgência para colmatar as dificuldades que entretanto forem aparecendo, o Governo está completamente disponível para isso, e é isso que nós pretendemos", disse o presidente da CTP.

Francisco Calheiros observou que o setor esteve a sensibilizar o Governo de que "é urgente que essas medidas cheguem às empresas, mas que cheguem mesmo, e não fiquem no papel". O responsável do setor turístico também se referiu à futura retoma do setor, esperando que aconteça já no verão, e que nessa altura "a oferta esteja instalada para poder satisfazer a procura que Portugal sempre teve" a nível turístico.

A reunião de hoje no Ministério da Economia contou com presidentes de associações de viagens, hotéis, restauração, aluguer de veículos e ainda com o presidente executivo da TAP, Antonoaldo Neves, e com a ANA - Aeroportos de Portugal, representada pelo presidente do Conselho de Administração, José Luís Arnaut.

Na sequência do surto de Covid-19, a Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL) foi adiada para os dias 27 a 31 de maio, após as entidades públicas de turismo e várias associações do setor terem cancelado a sua participação no evento.

Já a TAP decidiu cancelar mais 2.500 voos nos "próximos meses" para fazer face às "quebras nas reservas" devido ao coronavírus Covid-19, totalizando assim os 3.500, depois de anunciar 1.000 cancelamentos na semana passada, segundo um comunicado de segunda-feira.

JE (DF) // SR

Lusa/Fim

Peça 106:

Negociação de ações da Cofina e da Media Capital suspensas

Lisboa, 11 mar 2020 (Lusa) - A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) decidiu hoje a suspensão da negociação das ações da Cofina e do Grupo Media Capital até às 09:00, até à divulgação de informação relevante, foi hoje anunciado.

Em comunicado ao mercado, "o Conselho de Administração da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) deliberou, nos termos do artigo 214.º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 213.º do Código dos Valores Mobiliários a suspensão da negociação das ações da Cofina, SGPS, S.A. até às 09:00:00 do dia 11 de março de 2020, e do Grupo Media Capital SGPS, S.A. até à divulgação de informação relevante sobre o emitente".

A Cofina anunciou hoje que desistiu de comprar a TVI após falhar a operação de aumento de capital.

A operação de oferta pública que permitiria o aumento de capital da Cofina no montante de 85 milhões de euros para financiamento da compra da TVI terminava hoje.

Contudo, face à “deterioração das condições de mercado” e “não tendo sido verificada a condição de subscrição integral do aumento de capital, a oferta ficou sem efeito”, pode ler-se no comunicado da Cofina.

Conclusão: “não se encontram reunidas as condições de que depende a conclusão do negócio de compra e venda das ações da Vertex (e indiretamente da Média Capital)”, segundo a mesma informação divulgada pela CMVM.

A oferta abrangia a subscrição reservada a acionistas no exercício do direito de preferência e demais investidores que adquiram direitos de subscrição, através da emissão de 188.888.889 novas ações ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal.

O preço de subscrição tinha sido fixado em 0,45 euros por cada nova ação, que correspondia ao respetivo valor de emissão.

Os acionistas da Cofina tinham aprovado no final de janeiro o aumento de capital até 85 milhões de euros para financiar a compra da TVI. Na mesma altura, os acionistas da Prisa aprovaram a venda da Vertex, que detém a maioria da Media Capital, à Cofina, em assembleia-geral extraordinária, em Madrid.

Isto depois de a 30 de dezembro, a Autoridade da Concorrência (AdC) ter anunciado a sua não oposição à compra da Media Capital pela Cofina, que era uma das condições da dona do Correio da Manhã para o sucesso da oferta.

No anúncio preliminar de lançamento da oferta pública de aquisição (OPA), a Cofina fez depender o sucesso da operação de um conjunto de condições prévias, entre as quais a não oposição por parte da AdC, a autorização da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), a aprovação, pela assembleia-geral da espanhola Prisa, da transação, bem como a aprovação e execução de um ou mais aumentos de capital social da dona do Correio da Manhã para financiar a compra da Media Capital.

O grupo Cofina detém, além do Correio da Manhã e do Record, a CM TV, o Jornal de Negócios, a revista Sábado, entre outros títulos.

Por sua vez, a Media Capital conta com seis canais de televisão e a plataforma digital TVI Player. Além da TVI, canal generalista em sinal aberto, conta com a TVI24, TVI Reality, TVI Ficção, TVI Internacional e TVI África.

A Media Capital tem também rádios, nas quais se inclui a Comercial.

JNM (JMC/ICO/PE/ALYN/ALU/SCA/LT) // SB
Lusa/Fim

Peça 107:

Negócios nos serviços aumentam 3,1% em janeiro - INE

Lisboa, 11 mar 2020 (Lusa) - O volume de negócios nos serviços aumentou 3,1% em janeiro, face ao mesmo mês do ano anterior, acima do aumento de 2,1% em dezembro, informa hoje o Instituto Nacional de Estatística (INE).

O instituto explica que o crescimento do índice agregado "foi particularmente influenciado" pelo desempenho da secção de transportes e armazenagem, originado pelo crescimento de 8,7% em janeiro (mais do que o aumento de 4,8% no mês precedente).

O segundo contributo mais significativo para o resultado do índice total foi da secção de comércio por grosso, comércio e reparação de veículos e motociclos, com um aumento homólogo de 1,1%, quando em dezembro tinha aumentado 0,5%.

"Destaque-se ainda a secção de atividades de informação e de comunicação (...) derivado de uma variação homóloga de 7,4% (8,8% em dezembro)", adianta o INE.

Em janeiro, os índices de emprego, de remunerações e de horas trabalhadas ajustado de efeitos de calendário apresentaram aumentos homólogos de 1,3%, 3,9% e 1,2%, respetivamente (contra mais 0,8% e 3,4% e menos 0,2% em dezembro, pela mesma ordem).

VP // EA

Lusa/Fim

Peça 108:

Exportações aumentam 4,2% e importações diminuem 1,9 em janeiro - INE

Lisboa, 11 mar 2020 (Lusa) - As exportações de bens aumentaram 4,2% e as importações diminuíram 1,9% em janeiro, face ao mesmo mês de 2019, em termos nominais, divulgou hoje o Instituto Nacional de Estatística (INE).

Segundo as Estatísticas do Comércio Internacional hoje divulgadas, as exportações aumentaram 4,2%, devido aos dois tipos de comércio, “correspondendo a uma desaceleração face ao mês anterior (+5,5% em dezembro de 2019)”.

As importações, por sua vez, decresceram 1,9% após uma subida de 1,7% em dezembro “devido ao comércio intra-UE, dado que no comércio extra-UE se registou um aumento”, sinaliza.

Excluindo os combustíveis e lubrificantes, as exportações aumentaram 1,5% e as importações decresceram 4,0% (respetivamente 2,9% e 1,5%, em dezembro de 2019).

O défice da balança comercial de bens registou uma diminuição de 339 milhões de euros face ao mês homólogo de 2019, atingindo 1,539 mil milhões de euros em janeiro de 2020.

Excluindo os combustíveis e lubrificantes, a balança comercial atingiu um saldo negativo de 1,043 mil milhões de euros, correspondente a uma diminuição do défice de 314 milhões de euros em relação a janeiro de 2019.

No trimestre terminado em janeiro de 2020, as exportações e as importações de bens aumentaram respetivamente 5,9% e 0,2% face ao trimestre terminado em janeiro de 2019 (7,4% e 3,2%, pela mesma ordem, no quarto trimestre de 2019), sinaliza ainda o INE.

Em janeiro de 2020, tendo em conta os principais países de destino em 2019, nas exportações destacam-se face a janeiro de 2019, o aumento para Espanha (6,9%) e a diminuição para a Alemanha (8,1%), principalmente na categoria de automóveis para transporte de passageiros. Nas importações destaca-se o aumento daquelas provenientes de Espanha (3,9%, principalmente material de transporte) e a diminuição das importações provenientes de França (-39,3%), essencialmente na categoria outro material de transporte (aviões).

ICO // EA

Lusa/Fim

Peça 109:

Covid-19: OPEP revê em forte baixa crescimento da procura de petróleo em 2020

Paris, 11 mar 2020 (Lusa) - A OPEP reviu em forte baixa a previsão de crescimento da procura mundial de petróleo em 2020 devido à desaceleração económica mundial e à propagação para fora da China da epidemia do novo coronavírus, foi hoje anunciado.

No relatório mensal sobre o mercado do petróleo hoje divulgado em Viena, a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) estima a partir de agora uma expansão da procura de 60.000 barris por dia e sublinha que, "tendo em conta os últimos acontecimentos, os riscos de deterioração mais do que compensam os indicadores positivos e deixam antecipar mais amplas revisões em baixa do crescimento da procura".

Até agora, a OPEP apontava para um acréscimo da procura de 990.000 barris por dia em 2020.

Assim, a estimativa da procura global de petróleo em 2020 é a partir de agora de 99,73 milhões de barris por dia, com um consumo acrescido no segundo semestre face ao primeiro. Estas estimativas partem do princípio que a atividade económica se vai normalizar até ao quarto trimestre.

"O impacto dos desenvolvimentos associados ao Covid-19 numa economia mundial já fragilizada é um verdadeiro desafio e requer uma ação mundial coordenada de todos os atores do mercado", adianta a OPEP no relatório.

Este apelo da OPEP surge numa altura em que a Arábia Saudita, chefe de facto do cartel, lançou uma guerra de preços, depois da Rússia, teoricamente parceira da OPEP, recusou reduzir a produção para sustentar os preços, que desceram devido à epidemia do novo coronavírus.

Na quarta-feira, a companhia nacional saudita Saudi Aramco anunciou que tenciona aumentar a sua capacidade de produção e hoje os Emirados Árabes Unidos prontificaram-se a fazer o mesmo.

"Isto não é provavelmente a melhor opção", reagiu o ministro da Energia russo, Alexandre Novak, citado pelas agências russas.

Na segunda-feira, a Agência Internacional de Energia (AIE) defendeu que o novo coronavírus provocará em 2020 a primeira contração da procura global de petróleo desde a recessão de 2009, avisando que o crescimento do consumo vai desacelerar nos exercícios seguintes.

No relatório mensal sobre o mercado do petróleo, a AIE também reconheceu que a situação ainda é muito incerta, também pela falta de acordo na sexta-feira entre os membros da OPEP e os 10 aliados liderados pela Rússia em relação a um corte da produção que por agora não vai ocorrer.

MC // EA/MSF

Lusa/Fim

Peça 110:

Prejuízos da Global Media Group agravaram-se para 9,1 ME em 2018

Redação, 11 mar 2020 (Lusa) – A Global Media Group, dona da TSF e Diário de Notícias, registou, em 2018, prejuízos de 9,1 milhões de euros, um agravamento face aos 4,5 milhões de euros registados em 2017, segundo informação divulgada pela ERC.

De acordo com o portal da transparência da Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC), os resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos foram negativos em 7,6 milhões de euros, quando no ano anterior tinham registado 3,1 milhões de euros negativos.

Os rendimentos totais do grupo foram de 43,8 milhões de euros, um ligeiro aumento face aos 43,6 milhões obtidos em 2017.

Já o passivo de 2018 foi de 60,3 milhões de euros, uma redução de perto de seis milhões de euros, ou seja, de 9%, face a 2017. O ativo total atingiu os 83,8 milhões de euros, uma queda de mais de 14 milhões de euros, ou 14%, face aos 98,3 milhões de euros de 2017. O capital próprio fixou-se em 23,1 milhões de euros, sendo que em 2017 era de 31,4 milhões de euros, uma queda de 26%.

O portal, lançado no dia 16 de dezembro de 2019, consiste numa base de dados eletrónica na qual podem ser consultadas informações sobre titularidade, gestão e meios de financiamento das entidades que prosseguem atividades de comunicação social sob jurisdição do Estado português.

A Global Media tem como acionistas a KNJ - Holdings Limited, que entrou na empresa, em novembro de 2017, com 35,25% do capital.

A posição imputável a José Pedro Soeiro é de 35%, sendo 24,50% detidos diretamente e 10,50% através da Grande Notícias Lda, entidade detida pelo próprio.

O Novo Banco detém 10,50% e a Olivemedia Unipessoal, de Joaquim Oliveira, 19,25%.

ALYN (ALU) // JNM

Lusa/Fim

Anexo III. Amostra de Peças Jornal Público

Peça 111:

MB Way: Deco pede a partidos que travem comissões “desproporcionais” da banca

Victor Ferreira

10 de Fevereiro de 2020, 9:34

A associação de defesa de consumidores Deco diz que as 33 mil reclamações contra a cobrança de comissões bancárias no serviço MB Way não podem cair em saco roto. E já que o Banco de Portugal não actua, respondendo “de forma pouco exigente”, o parlamento deve legislar para pôr fim às taxas “manifestamente desproporcionais” cobradas por diferentes bancos. Para a Deco, taxas justas ficariam dentro dos limites de 0,2% e 0,3%, os mesmos dos custos imputados aos comerciantes para os pagamentos com cartões de débito ou de crédito, respectivamente.

Segundo a Lusa noticiou na semana passada, o MB Way é o segundo meio de pagamento mais usado, logo a seguir ao Multibanco. A notícia baseia-se em dados da empresa EuPago, uma tecnológica do sector financeiro (fintech).

Apesar de a introdução de comissões ter travado um pouco o recurso ao MB Way, este serviço continua a ser o segundo meio de pagamento mais popular em Portugal.

O que acontece, actualmente, diz a Deco, é que os valores das comissões “violam o princípio da proporcionalidade”. A associação sublinha que “a maior parte dos principais bancos já cobra pelas transferências através da app MB Way”, que foi desenvolvida pela SIBS, gestora da rede Multibanco. No BPI, é cobrado 1,20 euros; a Caixa Agrícola exige 0,25 euros; o Millenium BCP também cobra 1,20 euros; e no Santander, o custo associado é de 0,90 euros. A esta lista juntou-se agora o banco público, a Caixa Geral de Depósitos, que impôs uma comissão de 0,85 euros, mais 4% de imposto de selo, por cada transferência.

Para a Deco, estes valores significam “um aumento de mais de 300% em relação aos valores previstos no anterior preçário, que nunca estiveram em vigor”. E “contrariam o princípio da gratuitidade que deveria ser inerente (...)” porque o MB Way “replica” o serviço das redes ATM (Multibanco), que é de utilização gratuita em Portugal.

Visto que as dezenas de milhares de reclamações por parte dos utilizadores não surtiram qualquer efeito, a Deco avança agora com um pedido ao parlamento, para que trave as comissões sem critério. “Dada a inacção do regulador [Banco de Portugal], esta organização de defesa do consumidor solicita uma intervenção política e, eventualmente, uma alteração legislativa, aos partidos com assento parlamentar, defendendo que as comissões associadas ao serviço MB Way não ultrapassem os limites dos custos imputados aos comerciantes para pagamentos com cartões”.

De entre os partidos com assento parlamentar, o Bloco de Esquerda defendeu o fim destas comissões.

A Deco pôs em marcha uma campanha contra as comissões “desproporcionais” do MB Way, um serviço assente numa aplicação que começou por ser gratuita. Ao abrigo dessa campanha, aquela associação

envia uma reclamação ao Banco de Portugal em nome de cada consumidor que se registar na acção. A reclamação é feita online, directamente no site do regulador da banca, porque essa é a melhor forma de “perceber o impacto que a desproporção causa junto de cada consumidor”.

Cada reclamação tem o mesmo texto, em que se argumenta que as comissões por transferência no MB Way sofreram “aumentos completamente desajustados” – “600% num ano em que a inflação foi de apenas 1%”. A Deco pede assim, em nome dos consumidores, que o regulador declare a “desproporcionalidade e má-fé” deste preçário.

Em Dezembro, a associação que representa a banca portuguesa, defendeu no parlamento que não deve haver qualquer alteração legislativa. Catarina Cardoso, directora-geral da Associação Portuguesa de Bancos, disse a 13/12, numa audição na Comissão de Orçamento e Finanças, que “não deve haver qualquer tipo de intervenção legislativa” que “crie mais condicionantes à capacidade que os bancos têm de fixar livremente os preços dos serviços que prestam”. “Se os bancos estão a cobrar um custo pelo serviço, é porque têm legitimidade para o fazer, porque entendem que ele tem subjacente um serviço que pressupõe custos associados”, acrescentou.

Faria de Oliveira, presidente da APB, disse mesmo que “desde o início em que o MB Way foi lançado que estava prevista a aplicação de comissões na sua utilização”.

Peça 112:

Nove países da UE já têm serviços 5G e Portugal não é um deles

Victor Ferreira

10 de Fevereiro de 2020, 10:33

Portugal é um dos países da União Europeia que mais têm testado o potencial tecnológico da quinta geração móvel (5G), mas ainda não faz parte do lote de nove países da UE que já comercializam serviços 5G. Os dados são do Observatório Europeu do 5G, uma entidade criada pela UE para acompanhar o desenvolvimento da nova geração de redes móveis. No lote havia dez países, mas um deles era o Reino Unido, que acaba de sair do clube da UE. Em Portugal, as licenças de utilização de frequências do 5G vão ser leiloadas em Abril.

Esta segunda-feira, o regulador português das telecomunicações, a Anacom, apresenta o projecto de regulamento do leilão. Será numa sessão em Lisboa, nesta manhã, que servirá para expor ao mercado como é que se fará a venda das licenças que permitirão utilizar 400 MHz de espectro para o 5G. A Anacom vai destinar frequências nas faixas dos 700 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz, 2,6 GHz e 3,6 GHz.

Nem todo o espectro destinado ao 5G entrará no leilão de imediato porque tal como o Governo sublinhou no final da semana passada, quando aprovou e apresentou a estratégia nacional para o 5G, há 100 MHz que estão neste momento entregues a uma empresa, a Dense Air Portugal.

Além disso, começou na semana passada a migração da Televisão Digital Terrestre, que ocupava frequências destinadas ao 5G.

Segundo os números europeus, os primeiros serviços 5G foram lançados no final de 2018. No final de 2019 havia países que já comercializavam essa tecnologia através de 15 operadores privados. Mas o “Brexit” e consequente saída do Reino Unido do clube da UE reduziu esse lote a nove países: Alemanha, Áustria, Finlândia, Hungria, Irlanda, Itália, Espanha, Estónia e Roménia.

O Reino Unido era o único país da UE com acesso total ao 5G, onde todos os operadores comercializavam serviços. Noutros cinco (Áustria, Alemanha, Irlanda, Itália, Roménia), os serviços 5G estavam a ser comercializados por dois operadores ou mais.

Fora da Europa, diz o relatório (PDF aqui), a comercialização dos serviços 5G começou em certos países ainda mais cedo do que na Europa e algumas regiões estão mais avançadas. China e EUA – que andam num braço de ferro por causa da liderança mundial da Huawei no fornecimento de infra-estruturas – são dois dos países mais destacados nesta corrida. O Japão “também está muito activo”, mas só este ano haverá serviços comerciais. Os três operadores da Coreia do Sul já vendem tecnologia 5G desde Abril de 2019. Austrália, Koweit, Bahrain, Qatar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos também já entraram na quinta geração de redes móveis.

A estratégia portuguesa, aprovada pelo Governo na quinta-feira passada, estipula que pelo menos uma cidade do interior e outra do litoral tenham cobertura 5G até ao final de 2020. A Meo, a Nos e a Vodafone querem limitar o preço das licenças que vão a leilão, dizendo que não vêem razões para que o espectro disponível custe, no total, muito mais do que 100 milhões de euros. Além disso, exigem um corte nas taxas de utilização do espectro, pagas anualmente, em cerca de 50%.

Portugal e Espanha partilham dois dos diversos corredores transfronteiriços 5G na Europa, um entre o Porto e Vigo e outro na região entre Évora e Mérida. Estes corredores dão acesso a 5G, que pode ser usado, por exemplo, para os carros autónomos comunicarem uns com os outros ou com equipamentos nas estradas.

Os Estados-membros da UE têm até ao final de Abril para elaborarem relatórios nacionais sobre a cibersegurança das redes e informar Bruxelas sobre quais as medidas que vai adoptar para garantir a segurança. A Comissão Europeia apresentou há uma semana um guião comum de medidas para aferir níveis de risco, mapeando medidas para lidar com as questões que venham a ser identificadas.

Em Portugal, a questão da avaliação de risco fica a cargo de um grupo de trabalho presidido por um representante do Centro Nacional para a Cibersegurança.

Peça 113:

Abanca compra EuroBic e abre a porta de saída a Isabel dos Santos

PÚBLICO

10 de Fevereiro de 2020, 10:47 actualizado a 10 de Fevereiro de 2020, 15:55

O Abanca anunciou a aquisição de 95% do capital do EuroBic, um banco em que Isabel dos Santos colocou a sua participação à venda na sequência do caso Luanda Leaks. A operação já foi comunicada ao Banco de Portugal, mas os valores não foram revelados.

“O Abanca acordou a compra de 95% das ações do EuroBic. O Banco de Portugal foi informado em detalhe dos termos da operação”, anunciou a instituição financeira espanhola, esta segunda-feira, em comunicado, acrescentando que “o acordo de compra está sujeito, como acontece neste tipo de operações, a um processo de *due diligence* [avaliação contabilística e financeira] e às autorizações das autoridades regulatórias”. Pelo seu lado, o Banco de Portugal informou ter recebido esta segunda-feira a notificação do memorando de entendimento. De acordo com o regulador, o negócio está sujeito “à autorização do Banco Central Europeu, em articulação com o Banco de Portugal, uma vez recebida e analisada a informação exigível”.

O banco espanhol já havia admitido o interesse na entidade liderada pelo ex-ministro das Finanças do PS, Fernando Teixeira dos Santos, embora sublinhando que pretendia controlar mais que a posição de 42,5% de Isabel dos Santos, que a colocou à venda após a divulgação de alegadas transferências suspeitas a partir das contas do EuroBic, denunciadas no caso *Luanda Leaks*. Agora, com o anúncio da compra de 95% do capital do banco, confirma-se que os outros accionistas da instituição, em especial Fernando Teles, parceiro de Isabel dos Santos que controlava 37,5%, também terão vendido as suas posições. A maior fatia estava nas mãos de Isabel dos Santos, dona de 42,5%, e que, com esta operação, deixará de ter posições em bancos portugueses (chegou a ser o segundo maior accionista do BPI, com quase 20%).

Depois, além de Fernando Teles, há três de fatias de 5% divididas entre igual número de investidores (Luís Santos, Manuel Fernandes e Sebastião Lavrador). Os restantes estão repartidos por vários outros accionistas (no caso do BIC Angola, que replicou a estrutura para Portugal, são cinco investidores, com ligações ao funcionamento do banco).

No comunicado em que anuncia a operação, o Abanca afirma que, após a aquisição do negócio de particulares do Deutsche Bank, em Portugal já dispõe de 70 agências e 500 colaboradores, bem como mais de 80 mil clientes. Com a compra do EuroBic, passa a contar com mais 1482 trabalhadores, 266.670 clientes e 184 agências no mercado português. O Abanca tem vindo a crescer na Península Ibérica através de aquisições, nos últimos anos, em especial depois da compra do Popular Servicios Financieros e do banco espanhol da Caixa Geral de Depósitos.

O EuroBic, de acordo com os dados adiantados já pelo Abanca relativos a Dezembro de 2019, “gere um volume de negócio de 11.700 milhões de euros, uma carteira de crédito (com *wright offs*) de 5199 milhões de euros, e depósitos de 6148 milhões de euros. O crédito vencido é de 151 milhões de euros, com uma taxa de crédito vencido que se situa nos 2,9%, e activos não produtivos que totalizam os 334 milhões de euros com uma taxa de activos não produtivos de 6,4%”. O antigo BIC Portugal deu um salto em frente quando, em 2012, efectivou a compra do BPN ao Estado, por 40 milhões, na sequência da sua nacionalização.

Já o Abanca apresenta-se no comunicado como “a sétima entidade espanhola por fundos próprios e a entidade financeira líder no noroeste da Península Ibérica”, contando com “cerca de 800 agências espalhadas por 12 países da Europa e continente americano e uma equipa formada por mais de 6000 profissionais”. Adicionalmente, “um volume de negócio de 85.079 milhões de euros, 36.792 milhões em créditos e 48.286 milhões em recursos de clientes”, tendo no ano passado alcançado um “resultado líquido de 405 milhões de euros com uma rentabilidade (ROE) de 10%”.

Sindicatos consideram nova proposta de aumentos “inaceitável” e “insuficiente”

Sérgio Aníbal

10 de Fevereiro de 2020, 11:08

“É uma proposta inaceitável”. A primeira reacção dos representantes sindicais dos funcionários públicos ao aumento adicional de salários de 7 euros para os vencimentos até aos 683,13 euros proposto esta segunda-feira pelo Governo, pela voz de Maria Helena Rodrigues, presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), foi bastante negativa, dando sinais que um entendimento entre as duas partes continua distante.

Na primeira ronda negocial após a aprovação do Orçamento do Estado para 2020, o Executivo, cumprindo aquilo que ficou acertado com os partidos à sua esquerda, retomou esta segunda-feira as discussões com os sindicatos da função pública sobre a actualização de salários a realizar este ano para os trabalhadores da Administração Pública. A proposta apresentada foi um aumento de sete euros para os dois escalões mais baixos de rendimento na função pública, sendo que para os outros escalões se irá continuar a aplicar o aumento de 0,3% que já tinha sido prometido anteriormente.

Com uma actualização reforçada ficam portanto o nível 4 da Tabela Remuneratória Única da função pública, cujos salários sobem de 635,07 para 642,07 euros, e o nível 5, cujos salários sobem de 683,13 para 690,13 euros. Um aumento de sete euros que corresponde, em percentagem, a uma actualização ligeiramente acima de 1% (1,1% no caso do nível 5). Depois de uma inflação de 0,3% em 2019, o Governo está a prever uma subida dos preços de 1% durante este ano.

Na proposta entregue aos sindicatos, o Governo assinala que este aumento adicional abrange cerca de 150 mil trabalhadores, aqueles que estão situados nos níveis 4 e 5 da Tabela Remuneratória Única da função pública. E diz ainda que não implica uma subida de escalão de IRS, quer para os trabalhadores na nova base remuneratória da Administração Pública, que continuam isentos do pagamento de imposto, quer para os trabalhadores do nível 5, que continuam no terceiro escalão do IRS.

Não foi dada pelo Governo qualquer estimativa de impacto orçamental para esta nova medida. No entanto, à saída da reunião com o Governo, José Abraão, secretário-geral da Federação dos Sindicatos da Administração Pública (Fesap) disse que o Governo estima um impacto global dos aumentos (aumento de 0,3% para todos, mais o adicional para os salários mais baixos) de 87 milhões de euros. Quando foi anunciado o aumento generalizado de 0,3%, o secretário de Estado do Orçamento, João Leão, disse que essa medida tinha um custo situado “entre 60 e 70 milhões de euros”. E, no Orçamento do Estado para 2020, o valor previsto para aumentos salariais na função pública era de 70 milhões de euros.

Este aumento extra para os salários mais baixos não chegou para satisfazer os sindicatos que esta segunda-feira se encontram com o Governo e que consideram que a actualização adicional agora proposta não é suficiente. Os sindicatos da função pública, em protesto contra o aumento de 0,3% inicialmente apresentado, já tinham realizado no início do mês uma greve geral.

O STE, a primeira força sindical a ser recebida esta segunda-feira pelos representantes do Ministério da Administração Pública, deu conta da sua insatisfação com a nova proposta do Governo. A presidente, Maria Helena Rodrigues, disse que o que foi apresentado pelo Executivo “não é uma proposta aceitável”.

No entanto, garantiu a sindicalista, o STE não está disposto a dar por concluída a negociação e irá apresentar uma contraproposta. “Estamos com a sensação que o Governo não quer negociar, que está apenas a fazer uma encenação, mas temos de esgotar todas as possibilidades”, afirmou, assinalando que “ainda é cedo” para se começar a falar de uma nova greve.

A Fesap foi a segunda estrutura a ser recebida pelo Governo esta segunda-feira e a reacção à proposta do Governo não foi muito diferente. José Abraão, o secretário-geral, disse que a medida “fica muito aquém daquilo que eram as expectativas sobre todos os aspectos quando ouvimos falar de aumentos extraordinários”. E fez questão de assinalar que o aumento adicional não é de 7 euros, já que estes funcionários já tinham também direito ao aumento de 0,3% (que corresponde aproximadamente a 2 euros no seu caso).

“É uma proposta que é pouquinho, é insuficiente”, disse José Abraão, que diz querer ainda acreditar que “haja margem para maiores aumentos”.

Em relação à possibilidade um regresso às greves, o responsável da Fesap disse que “dependendo daquilo que o Governo puser em cima da mesa” na próxima reunião, será adoptada uma posição. “Está nas mãos do Governo, não nos empurrem para a rua”, disse.

A Frente Comum, liderada por Ana Avoila, é recebida pelo Governo durante a tarde desta segunda-feira.

Uma nova reunião entre o Governo e os sindicatos da função pública para discutir a proposta agora apresentada foi agendada para a próxima segunda-feira, dia 17 de Fevereiro.

Peça 115:

5G: Novo leilão de frequências pode render 237,9 milhões

Ana Brito

10 de Fevereiro de 2020, 11:53 actualizado a 10 de Fevereiro de 2020, 15:29

A Anacom anunciou nesta segunda-feira que os lotes de frequências que vão ao leilão da quinta geração de redes móveis (5G) têm um preço global de 237,9 milhões de euros. A entidade reguladora das telecomunicações está esta segunda-feira a apresentar o regulamento para o novo leilão de frequências que arranca em Abril e que vai servir para lançar o serviço móvel em 5G, mas também para aumentar o nível de cobertura das actuais redes 4G.

De acordo com o preço estabelecido pelo regulador – e embora haja situações em que poderão haver descontos –, os preços de reserva do espectro radioelétrico poderiam resultar num encaixe para o Estado de 237,9 milhões, se fossem comprados todos os lotes disponíveis pelo preço base. O preço final do encaixe dependerá do número de lotes comprados e do nível de concorrência que se vier a verificar pelos lotes.

No caso das faixas específicas do 5G, a Anacom fixou valores globais de 115 milhões de euros (700 MHz) e de 36,90 milhões (3,6 GHz).

O presidente da Anacom, João Cadete de Matos explicou que um dos principais objectivos do leilão (que se prevê que arranque em Abril e fique concluído em Junho) será garantir o aumento da cobertura e da qualidade dos serviços de comunicações no país, nomeadamente favorecendo a entrada de novos operadores no mercado.

Nessa linha, os novos operadores que queiram comprar frequências nas faixas dos 900 MHz e 1800 MHz terão um desconto de 25% sobre o preço de aquisição (e uma fase de licitação própria, embora também possam entrar na fase de licitação principal).

Os novos operadores também poderão beneficiar de soluções de *roaming* nacional, adiantou Cadete de Matos.

O regulador frisou que a Anacom quer garantir que o futuro leilão contribua para aumentar a concorrência no mercado e para promover a redução de preços dos serviços. Outro objectivo é garantir telecomunicações com qualidade aos territórios de baixa densidade populacional.

Mais operadores?

Segundo Cadete de Matos, anteriormente, na fase de consulta ao mercado sobre as frequências a leiloar, a Anacom recebeu demonstrações de interesse de mais do que uma entidade em iniciar operações em Portugal.

“Ao regulador compete criar as melhores condições” para que essas empresas tenham “possibilidade de entrar no mercado”, afirmou o regulador, sem adiantar mais detalhes sobre os interessados.

O projecto de regulamento de leilão que a Anacom colocará em consulta pública por 30 dias úteis contados a partir da próxima quarta-feira prevê, por isso, a “imposição de obrigações” de autorizar acesso às suas redes às empresas “que adquiram quantidades significativas de espectro” e que já tenham licença de operadores móveis, como a Meo, Nos e Vodafone.

Este tipo de mecanismo tem duplo benefício, garantiu Cadete de Matos: representa receita adicional para os operadores já existentes e menores custos para quem entra.

E, para os consumidores, mais concorrência e mais diversidade de oferta. “Falta em Portugal oferta competitiva relativamente aos preços das comunicações, em especial na banda larga e acesso de dados”, adiantou o presidente da Anacom.

O regulador considerou que “é um equívoco” as empresas pensarem que podem evitar a concorrência se não abrirem as redes e voltou a pôr a tónica na partilha de infra-estrutura e co-investimento como a forma mais racional de conseguir desenvolver o sector e a qualidade dos serviços.

“Nos mercados em que essa transformação aconteceu, as empresas são competitivas”, garantiu.

Operadores virtuais e roaming nacional

O regulador quer que os novos operadores possam, se o entenderem, constituir-se como operadores móveis virtuais (MVNO, na sigla em inglês) construindo as suas ofertas em cima de redes já existentes.

Outro mecanismo de entrada no mercado são acordos de roaming nacional, uma solução há muito defendida pelo regulador para as zonas do país onde a cobertura – mesmo a de voz – é deficitária, mas que é amplamente contestada pelos operadores, que defendem ser um desincentivo ao investimento.

Segundo o projecto de regulamento da Anacom, passam a poder celebrar acordos de roaming nacional “os novos entrantes que, no termo do leilão” passem a deter determinadas quantidades de espectro nas faixas dos 900 MHz e dos 1800 MHz (onde já actuam os três operadores), bem como na dos 700 MHz e 3,6 GHz (onde ainda não há operações móveis).

Nas contas da Anacom, há pelo menos 14 países europeus onde há este tipo de acordos, que permitem aos consumidores passarem de uma rede para outra, se aquela de que são clientes não tiver cobertura.

O projecto de regulamento refere que os operadores devem aceitar “negociar de boa-fé acordos com terceiros” para os MVNO e para o roaming, quando isso lhes for solicitado, dando conta de todos os passos da negociação à Anacom.

Questionado sobre se considera que os operadores vão manter resistência ao roaming nacional, Cadete de Matos disse “ter expectativa que esta opção faça o seu caminho”, mas garantiu que “a Anacom não deixará de interferir se efectivamente isso não se observar”.

O roaming nacional é favorável para eventuais novos concorrentes, mas também para os operadores já existentes, que poderão assim responder às obrigações de cobertura associadas às licenças, tendo em conta os elevados investimentos a que o 5G obrigará, observou.

O regulamento está pensado para que as empresas possam ter operações rentáveis, “mas também para o benefício dos consumidores, porque não faz sentido que os consumidores portugueses paguem [preços de serviços de telecomunicações] acima da média europeia”, acrescentou o regulador.

Obrigações de cobertura

O presidente da Anacom sublinhou que é importante aproveitar a oportunidade do 5G para melhorar o desempenho geral dos serviços de telecomunicações no país, que ainda não satisfazem as necessidades da generalidade da população.

Com a “transformação digital” que o 5G trará, “não nos esqueçamos daqueles que ainda hoje estão afastados do mundo digital e não têm acesso à internet, à banda larga e à voz”, afirmou.

O projecto de regulamento de leilão contempla, assim, algumas obrigações que virão associadas às licenças para utilização das frequências dos 700 MHz e 3,6 GHz. Quem comprar estes direitos e já tiver licenças móveis – como a Nos, Meo e Vodafone – fica obrigada a “reforçar o sinal de voz de forma a que permita uma cobertura considerada boa em 95% do território nacional”.

Adicionalmente, quem comprar direitos de utilização destas frequências terá de disponibilizar “um serviço de banda larga móvel com um débito mínimo de 100 Mbps a 85% e 95% da população total do país, respectivamente até ao final de 2023 e 2025”, além de obrigações adicionais para eixos rodoviários e ferroviários, redes de metropolitano e populações dos municípios e das freguesias de baixa densidade e das regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

As obrigações de cobertura nestas regiões do país podem ser asseguradas através de acordos de roaming nacional e são impostas às empresas que adquiram 2x10 MHz nos 700 MHz e que já antes do leilão

tenham licenças para serviços móveis (empresas que previamente não tenham licenças móveis, mas comprem espectro nestas faixas terão obrigações de cobertura “mais limitadas”).

As obrigações relativas ao desenvolvimento da rede 5G, aplicáveis a partir de 2023, estão associadas à aquisição de pelo menos 50 MHz na faixa dos 3,6 GHz, e prevêm que as empresas sejam obrigadas a instalar infra-estrutura que permita disponibilizar “serviços compatíveis com 5G, incluindo serviços de banda ultrarrápida com vista à conectividade Gigabit” nos municípios de baixa densidade e nos Açores e Madeira.

Consoante a quantidade de espectro adquirida por cada operador, haverá um número específico de antenas a instalar por todo o território nacional.

Limites à aquisição

A Anacom coloca limites à aquisição de espectro que cada empresa poderá comprar nas faixas de frequências do 5G, para as quais “a procura deverá ser mais significativa”, para evitar situações de açambarcamento, em que operadores com maior capacidade impedissem outros de licitar uma quantidade suficiente para desenvolver as suas operações.

“Assim, cada empresa poderá adquirir até 2x10 MHz nos 700 MHz e até 100 MHz nos 3,6 GHz”, lê-se no documento.

Por outro lado, o pagamento poderá “ser efectuado de forma diferida, para um terço do respectivo valor, até um período de 5 anos”.

Nenhum fornecedor excluído à partida

O grupo de trabalho criado pelo Governo para acautelar os riscos de segurança das novas redes 5G terá de apresentar um relatório em 2 meses. Do lado da Anacom, que participa nesse grupo, a garantia é a de que nenhum fornecedor tecnológico está excluído à partida, incluindo a Huawei.

Em linha com as orientações de Bruxelas, o grupo de trabalho terá de fazer uma classificação de perfis de risco dos diversos fornecedores. Genericamente, os critérios para classificar o risco de cada fornecedor já estão definidos pela Comissão Europeia (há critérios técnicos e outros de natureza política), mas cada Estado-membro será responsável pela sua própria avaliação.

Até 30 de Junho, cada Estado-membro terá de ter um plano de implementação das várias medidas de segurança acordadas a nível europeu.

Peça 116:

Novo crédito para compra de casa atinge recorde de mais de uma década

Rosa Soares

11 de Fevereiro de 2020, 15:09

Os empréstimos às famílias portuguesas, para compra de casa e de bens ou serviços, registaram níveis recordes no último ano. Os dados de Dezembro, divulgados esta terça-feira pelo Banco de Portugal,

reforçaram esse ritmo, especialmente no crédito à habitação, segmento em que os novos empréstimos totalizam 1117 milhões de euros, um recorde mensal desde a crise financeira internacional iniciada em 2008.

À semelhança dos últimos anos, a taxa de juro média manteve a tendência de descida ao longo de 2019, tendo-se fixado em 1,10% em Dezembro, ligeiramente acima dos 1,05% de Novembro, mas bem abaixo dos 1,41% registados em período homólogo, ou seja, em Dezembro de 2018.

As taxas praticadas em Portugal estão abaixo da média praticada na zona euro, que se fixou em 1,42% em Dezembro.

No acumulado do ano, as novas operações de crédito à habitação, ascenderam a 10,6 mil milhões de euros, um recorde anual de mais de uma década.

O *stock* total de empréstimos para compra de habitação fechou o ano em 93.290 milhões de euros, acima dos 93.015 milhões de euros de Dezembro de 2018. Esta evolução acontece numa altura em que as amortizações de crédito antigo estão a acontecer a um ritmo mais acelerado, por causa das taxas de juro em valores negativos.

O crédito ao consumo também acelerou em 2019, o que levou o Banco de Portugal a criar novos travões, para proteger os bancos e as famílias.

No acumulado do ano, os bancos concederam cerca de 7,5 mil milhões de euros de novo crédito ao consumo e para outros fins (saúde, educação e outros), representando máximos históricos.

Neste segmento, as taxas de juro médias também têm vindo a cair, fixando-se em Dezembro nos 6,58%, praticamente igual aos 6,77% registados em período homólogo do ano anterior.

Face à media das taxas na zona euro, os valores cobrados aos consumidores portugueses ficam 100 pontos base acima. A taxa de juro média destes empréstimos fixou-se em Novembro (ultimo mês disponível) nos 5,58%.

Em sentido inverso ao dos particulares, o crédito às empresas continuou a diminuir. O *stock* de crédito neste segmento somava perto de 67.123 milhões de euros, ficando aquém dos 68.153 milhões de euros do mês anterior e dos 69.590 milhões de euros de Dezembro de 2018.

O aumento acelerado de crédito ao consumo concedido pelos bancos aos particulares levou o Banco de Portugal (BdP) a tomar novas medidas para evitar problemas futuros para o sistema bancário e para os clientes. Assim, um ano e meio depois de ter avançado com a medida macroprudencial para o crédito, o supervisor acaba de decidir introduzir novos limites, como a redução do prazo máximo dos novos empréstimos de crédito pessoal, que passa de 10 para sete anos, a partir de 1 de Abril.

Peça 117:

Contas de Isabel dos Santos em Portugal arrestadas a pedido de Angola

Mariana Oliveira e

Foram congeladas contas bancárias que a empresária angolana Isabel dos Santos tem em Portugal por ordem das autoridades judiciais portuguesas, avançou esta terça-feira o jornal *Expresso* e o *Jornal Económico*. A informação foi confirmada ao PÚBLICO pela Procuradoria-Geral da República que adianta que “o Ministério Público requereu o arresto de contas bancárias, no âmbito de pedido de cooperação judiciária internacional das autoridades angolanas”.

O porta-voz da procuradoria-geral angolana, Álvaro João, explicou ao PÚBLICO que o congelamento das contas foi pedido no âmbito do processo cível que corre no Tribunal Provincial de Luanda que na antevéspera do Natal determinou o arresto de contas bancárias e de participações sociais da filha do ex-Presidente angolano José Eduardo dos Santos, do seu marido Sindika Dokolo e do empresário português Mário Leite da Silva, parceiro de negócios do casal. O procedimento cautelar - a acção principal só deve dar entrada a 1 de Março no tribunal de Luanda - pretende garantir que, caso o Estado angolano vença este processo, há dinheiro e bens para ressarcir o erário público de Angola.

Recorde-se que nessa decisão, a Justiça angolana calcula que, dos vários negócios em que os três intervieram relacionados com empresas públicas, originaram perdas para o erário público angolano que ultrapassam os mil milhões de dólares norte-americanos (estão contabilizados em 1.136.996.825,56 dólares).

Segundo o *Jornal Económico*, a justiça portuguesa mandou congelar dezenas de contas bancárias de Isabel dos Santos e das suas empresas, bem como do seu marido, que estão domiciliadas em bancos nacionais. O bloqueio judicial incluiu contas que Isabel dos Santos detém no Eurobic. A empresária angolana pôs a sua participação naquele banco à venda na sequência do caso *Luanda Leaks*. A aquisição de 95% do capital do Eurobic pelos espanhóis do Abanca foi confirmada esta segunda-feira. Só neste banco, detalha o *Jornal Económico*, foram bloqueadas mais de dez contas bancárias. Contas no Millennium BCP e o BPI também terão sido congeladas, segundo este mesmo jornal. Segundo a SIC, também as contas dos homens de confiança da empresária angolana, Mário Leite da Silva e Jorge Brito Pereira, foram congeladas.

A par do processo cível, a empresária está a ser investigada em Angola por suspeitas de gestão danosa e evasão fiscal relacionadas, entre outros casos, com a empresa petrolífera Sonangol, da qual foram transferidos 115 milhões de dólares para uma empresa alegadamente controlada por Isabel dos Santos. Este arresto das contas em Portugal surge depois do pedido explícito de apoio que o procurador-geral da República angolano, Hélder Pitta Grós, fez à homóloga portuguesa há três semanas, quando se reuniu presencialmente com Lucília Gago. Na reunião esteve também presente a directora do Serviço de Recuperação de Activos, departamento responsável por identificar o património de Isabel dos Santos em Portugal.

Isabel dos Santos foi constituída arguida pelo Ministério Público de Angola, acusada de má gestão e desvio de fundos da companhia petrolífera estatal Sonangol, mas também da empresa de mineração Sodiam. Em Angola, estão em causa as participações em empresas como a Unitel, ZAP, Contidis e BFA.

Segundo os documentos do *Luanda Leaks*, trabalhados por um consórcio de jornalistas de investigação, Isabel dos Santos terá montado um esquema de ocultação que lhe permitiu, entre outras questões, desviar mais de 100 milhões de dólares (90 milhões de euros) para uma empresa sediada no Dubai que tinha

como única accionista declarada a portuguesa Paula Oliveira, amiga de Isabel dos Santos e ex-administradora da operadora Nos.

Contas da Efacec não estão congeladas

Em Portugal, para além da participação já vendida no Eurobic, e da posição que ainda controla na Nos, Isabel dos Santos também já terá colocado à venda a sua posição na Efacec. Esta empresa, na sequência das notícias sobre o arresto de contas de Isabel dos Santos, emitiu entretanto um comunicado em que esclarece que "a Efacec e os seus accionistas são entidades distintas", pelo que "as contas da Efacec não foram congeladas, nem em Portugal, nem em qualquer outro país onde a empresa opera", concluindo que "qualquer informação que indique o contrário a esta realidade é falsa".

Adicionalmente, a empresa, cujo antigo presidente da administração, Mário Leite Silva, já abandonou funções na sequência da polémica, fez questão de sublinhar que "está a operar a todos os níveis, continuando a desenvolver e a participar em projectos nas áreas da energia, ambiente e mobilidade, mantendo a confiança de centenas de clientes e fornecedores em todo o mundo". A administração aproveitou ainda para "expressar o seu agradecimento pelo apoio fundamental que tem recebido por parte dos seus clientes, fornecedores, instituições bancárias e colaboradores, nesta fase de transição da empresa".

Peça 118:

Galp autorizada a descontar pausas para fumar ou café no horário de trabalho em Espanha

PÚBLICO

11 de Fevereiro de 2020, 11:03 actualizado a 11 de Fevereiro de 2020, 15:09

A Galp Energia pode descontar o tempo que os seus trabalhadores, em Espanha, demoram a fumar, a beber um café ou a tomar o pequeno-almoço - e que implicam a saída para a rua -, de modo a contabilizar as horas efectivamente trabalhadas. De acordo com *Cinco Dias*, a decisão foi tomada pela Audiencia Nacional, um tribunal em Madrid que tem jurisdição sobre todo o país.

A sentença, diz este jornal económico, surgiu na sequência de uma queixa da confederação de sindicatos Comisiones Obreras, apresentada após a comunicação das novas regras por parte da petrolífera a 26 de Setembro do ano passado. Para o tribunal, diz o *Cinco Dias*, as mudanças no controlo do horário laboral não pressupõem uma alteração substancial das condições de trabalho. Assim, caso não se tenha chegado a acordo com os representantes legais dos funcionários, considera-se que a empresa pode aplicar as novas regras de forma unilateral. Neste caso, ligadas ao horário de trabalho e que engloba as justificações de saídas à rua.

Em resposta a um pedido de esclarecimento do PÚBLICO, fonte oficial da Galp afirmou apenas que "o tema em causa refere-se a uma questão específica da legislação em vigor no mercado espanhol" pelo que "não terá reflexo em Portugal". De resto, a petrolífera afirmou que "não comenta decisões judiciais".

De acordo com o tribunal, no caso concreto do controlo das pausas para café, para fumar ou para comer o pequeno-almoço, não ficou provado que antes do novo registo a empresa considerasse esses períodos

como tempo de trabalho, já que “não existia um controlo efectivo” e acompanhamento ao longo da jornada de cada funcionário. Existia apenas um sistema de torniquetes nas saídas, para efeitos de segurança.

Desta forma, diz o *Cinco Dias*, o tribunal dá o seu aval à Galp para exigir aos trabalhadores que identifiquem quando saem, incluindo para este tipo de pausas, “e que especifiquem de quais é que se trata, com um código”, sendo que as associadas a actos como fumar não contarão como tempo de trabalho.

A sentença da Audiencia Nacional pode ainda ser alvo de recurso para o Supremo Tribunal.

Peça 119:

Comissão Europeia diz que UE não deveria tolerar “dinheiro sujo”

Sofia Neves em Estrasburgo
12 de Fevereiro de 2020, 20:03

A Comissão Europeia (CE) afirmou esta quarta-feira que a União Europeia deveria ter tolerância zero com “dinheiro sujo” e que está pronta para a apertar as regras no que toca à fiscalização de casos de branqueamento de capitais. Estas afirmações são a primeira reacção da Comissão após revelações de esquemas financeiros da empresária angolana Isabel dos Santos, no caso *Luanda Leaks*.

A comissária europeia para a Igualdade, Helena Dalli, que falou em nome do executivo comunitário num debate na sessão plenária do Parlamento Europeu, na cidade francesa de Estrasburgo, garantiu que a CE está disposta a aplicar todas as ferramentas à sua disposição e reforçá-las, se necessário. “Precisamos de adoptar um novo plano de acção de combate à lavagem de dinheiro para assegurar um melhor cumprimento das regras”, referiu a responsável.

A comissária afirmou ainda que é necessário assegurar a integridade do sistema financeiro europeu e sublinhou que este não pode ser um problema de apenas um país. “Há uma necessidade de garantir a protecção de privacidade e a segurança de dados por um lado, e uma maior transparência nas actividades financeiras e económicas, por outro”, reiterou.

As regras mais recentes de combate ao branqueamento de capitais e crimes fiscais da UE, que datam de 2018, vieram reforçar as obrigações de vigilância dos bancos, instituições financeiras, consultores fiscais, auditores, advogados, agentes mobiliários, entre outros, sobre as transacções suspeitas dos seus clientes.

Estas leis comunitárias vieram também clarificar que as regras se aplicam às “pessoas politicamente expostas”, isto é, indivíduos que, pelo facto de exercerem ou terem exercido funções públicas importantes, podem representar um risco mais elevado de corrupção.

A Comissão Europeia instou esta quarta-feira Portugal e sete outros Estados-membros a transporem efectivamente esta legislação europeia, apontando que “os recentes escândalos” tornam evidente a necessidade de regras rigorosas.

“O nosso problema não é a falta de regras, mas sim a aplicação das mesmas, porque esta fiscalização é feita a nível nacional e é desigual de país para país”, referiu Helena Dalli, reforçando que um papel maior da UE para fiscalizar estas actividades é “mais que adequado”.

Sobre este tema, José Gusmão, do Bloco de Esquerda, referiu que Portugal tem muita responsabilidade no “escândalo” dos *Luanda Leaks*. “Também há responsabilidade no meu país, onde a elite económica e política não viu nenhum problema nos negócios de Isabel dos Santos”, disse o eurodeputado durante o debate no Parlamento Europeu.

Ainda assim, reforçou que também existe responsabilidade das instituições europeias. “A multiplicação destes escândalos vai continuar se isto não tiver consequências e se a única pessoa responsabilizada for um Rui Pinto, e se nestes casos só existirem consequências para aqueles que não cometem crimes”, referiu José Gusmão.

Lídia Pereira, eurodeputada do PSD avançou que “falta determinação e solidez, já que cada um dos 27 Estados-membros tem a sua abordagem”. Já Francisco Guerreiro, do PAN, afirmou que é urgente garantir a protecção de denunciantes e garantir que o jornalismo de investigação tem todas as ferramentas para continuar o seu trabalho.

Pedro Marques, do PS, disse que a regulação na UE terá de ser reforçada, uma vez que está a ser insuficiente. O eurodeputado defende que é necessário que os cidadãos voltem a confiar nas instituições que fiscalizam este tipo de casos. “É preciso mais supervisão e mais cooperação entre autoridades de diferentes Estados-membros”, referiu ainda durante o debate.

Já João Ferreira, eurodeputado do PCP, realçou que “é necessário desatar o nó dos paraísos fiscais”.

Está previsto que a Comissão Europeia apresente um novo plano de acção contra o branqueamento de capitais no final de Março. Com Lusa

Peça 120:

Banco de Portugal publica Código de Conduta em vigor há mais de três anos

Isabel Aveiro

12 de Fevereiro de 2020, 13:53

Os membros do conselho de administração do Banco de Portugal (BdP) passaram a ter um Código de Conduta em 2016. O normativo, aprovado em conselho de administração do BdP em Maio de 2016 e publicado em Boletim Oficial em Junho desse mesmo ano (entrando nessa altura em vigor) só hoje foi publicado em *Diário da República*, porque a legislação recente assim o obriga.

Questionado o BdP a razão pela qual a publicação do Código em *Diário da República* demorou três anos desde foi aprovado pelo conselho de administração do Banco de Portugal, fonte oficial do supervisor respondeu, por escrito:

“Impõe-se às entidades públicas abrangidas pela Lei a obrigação de aprovar os respectivos códigos de conduta no prazo de 120 dias a contar da data de entrada em vigor do novo regime” do exercício de

funções por titulares de cargos políticos e de altos cargos públicos (Lei n.º 52/2019, de 31 de Julho), ou seja, 120 dias a contar “do primeiro dia da XIV Legislatura (artigo 26.º), que ocorreu em 25 de Outubro de 2019”. Assim, “estando o Banco de Portugal abrangido pelo referido diploma, a publicação em *Diário da República* vem dar cumprimento a estes normativos”.

Acrescenta ainda que “não impondo a nova lei uma revisão dos normativos em vigor, e atendendo a que as regras constantes do actual Código de Conduta são, geralmente, mais restritas e exigentes em várias matérias do que as constantes da Lei n.º 52/2019, o Código agora publicado não apresenta alterações face ao que foi aprovado pelo conselho de administração em 31 de Maio de 2016”.

Com o normativo, ficou estabelecido que o “período de nojo” entre o fim dos mandatos como administradores do BdP e o início do exercício de funções numa entidade tutelada pelo Banco de Portugal é de dois anos.

“Os membros do conselho [de administração do Banco de Portugal] não podem, nos dois anos subsequentes à cessação das respectivas funções, desempenhar quaisquer actividades ou prestar serviços, remunerados ou não, em entidades sujeitas à supervisão do Banco de Portugal ou cuja supervisão do Banco [BdP] participe no âmbito do Mecanismos Único de Supervisão”.

A proibição durante dois anos estende-se ainda a “grupos de empresas controlados” por entidades supervisionadas pelo BdP, “sem prejuízo do desempenho de actividades ou do exercício de funções no âmbito da situação profissional que ocupavam à data da sua designação” – neste caso, além de avisarem a Comissão de Ética, continuam sujeitos “ao dever de segredos e à proibição de uso ilegítimo de informação privilegiada a que tenham tido acesso por causa ou no exercício das suas funções”.

O período de dois anos é igualmente aplicado a qualquer “conflito de interesses” que as novas funções dos ex-administradores do BdP possam entrar, devendo uma vez mais a Comissão de Ética ser consultada formalmente.

Conflito de interesses

No exercício das funções de administradores “os membros do conselho devem considerar-se impedidos de participar na discussão e votação de deliberações que envolvem matérias nas quais possam estar em causa conflito de interesses”.

E “devem abster-se de participar em quaisquer procedimentos de aquisição ou outros, em que sejam parte ou que possam beneficiar”: “cônjuge ou equiparado, pessoas de quem se tenha divorciado nos dois anos anteriores” ao procedimento em questão, “afins, descendentes e descendentes em qualquer grau e colaterais até ao segundo grau”.

Prendas só até 10 euros

Quanto a ofertas, o código é bastante claro. Só são permitidos dois tipos de ofertas aos administradores do Banco de Portugal em funções: “de mera hospitalidade”, decorrentes do “normal desempenho das suas funções” e as que são “provenientes de outros bancos centrais, organismos públicos e organizações europeias e internacionais, cujo valor não exceda o que seja considerado habitual e apropriado nas relações com essas entidades”.

O Código de Conduta do BdP não quantifica o que considera ser “valor habitual e apropriado” entre bancos centrais, organizações públicas, europeias e internacionais.

O que quantifica, isso sim, é o valor máximo que todas as restantes rendas recebidas pelos administradores do BdP podem ter: o valor não pode exceder 10 euros.

Mas, tirando as duas exceções já referidas, fica pouca margem para qualquer outra renda. É que o Código declara ser “incompatível” o “respeito pelos princípios da independência e da imparcialidade” com a “aceitação pelos membros do conselho, em benefício próprio ou de terceiros, de ofertas, prémios e outros benefícios ou recompensas que de algum modo estejam relacionadas com as funções exercidas”.

Sendo que esta incompatibilidade não se restringe apenas aos administradores. “Abrange quaisquer ofertas aos membros do agregado familiar do membro do conselho que estejam, ainda que indirectamente, relacionadas a qualquer título com as funções desempenhadas no Banco [BdP] ou sempre que sejam consideradas como uma tentativa indevida de influência”.

Peça 121:

Preço dos combustíveis impulsiona recuperação da inflação

Sérgio Aníbal

12 de Fevereiro de 2020, 12:35

A taxa de inflação homóloga em Portugal voltou a subir no arranque deste ano, abandonando a cauda da Europa, com o principal contributo a vir da subida de preços mais elevada nos combustíveis para automóveis.

De acordo com os dados definitivos publicados esta quarta-feira pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), a variação dos preços em Portugal face ao mesmo período do ano anterior passou, em Janeiro, de 0,4% para 0,8%.

Foi a terceira subida consecutiva registada na taxa de inflação homóloga, afastando este indicador dos valores negativos que apresentou entre Julho e Setembro do ano passado.

A nova aceleração dos preços agora registada aconteceu com o contributo decisivo dos combustíveis. Segundo o INE, foi na classe de produtos dos Transportes que se verificou a mais elevada taxa de inflação homóloga, que passou de 1,8% em Dezembro para 3% em Janeiro. E dentro desta classe, a aceleração de 4,2% para 7,7% da inflação nos “combustíveis e lubrificantes para equipamento para transporte pessoal” foi a que mais contribuiu para o resultado.

Não é de espantar por isso que a taxa de inflação subjacente, aquela que exclui da análise os produtos alimentares não transformados e energéticos (os com preços mais voláteis), se tenham mantido inalterada entre Dezembro e Janeiro nos 0,4%.

Outro indicador que tem apresentado, de forma consistente, crescimentos elevados é o das rendas de habitação (medidas pelo preço por metro quadrado). Em Janeiro registou-se uma estabilização face a Dezembro, com a taxa de inflação homóloga deste serviço a ficar nos 3,4%. O INE refere ainda que a região de Lisboa é a aquela que apresenta um valor mais elevado (4,1%).

Num cenário de inflação persistentemente baixa em toda a zona euro, o que tem levado o BCE a oferecer estímulos monetários à economia para evitar o risco de deflação, Portugal tem nos últimos meses estado em particular destaque. No final de 2019 foi mesmo o país a registar uma taxa de inflação mais baixa.

Mas agora, com a subida de Janeiro, já supera neste indicador pelo menos um país, o Chipre, sendo que para vários países ainda não são conhecidos os dados finais da inflação de Janeiro. No total da zona euro, de acordo com os dados preliminares do Eurostat, a taxa de inflação homóloga passou de 1,3% em Dezembro para 1,4% em Janeiro.

Peça 122:

Bruxelas processa Portugal por discriminar carros importados no ISV

Victor Ferreira

12 de Fevereiro de 2020, 12:03

A Comissão Europeia tinha ameaçado o Governo português em Novembro e agora cumpriu: Bruxelas processou o Estado português no Tribunal Europeu de Justiça depois de o executivo de António Costa se ter recusado a corrigir a fórmula de cálculo do Imposto sobre Veículos para carros importados usados.

Não foi por falta de aviso nem foi uma decisão inesperada. A Autoridade Tributária já tinha perdido quatro casos contra contribuintes que recorreram aos tribunais portugueses e o Ministério das Finanças sabia que tinha um prazo apertado para corrigir as regras para evitar que o caso fosse mais longe nas instâncias comunitárias.

Porém, Lisboa ignorou as sentenças do Centro de Arbitragem Administrativa de Lisboa, que condenou o fisco a devolver parte do imposto por violação das regras europeias. E recusou-se a alterar o Código do ISV, conforme exigia Bruxelas, quando teve oportunidade de o fazer em sede do Orçamento do Estado (OE) para 2020.

Mesmo o Parlamento, que tinha uma palavra importante a dizer sobre o OE, não quis dar cumprimento às sentenças, que confirmaram em solo nacional aquilo que a Comissão Europeia considera uma discriminação inaceitável em matéria fiscal sobre carros que tenham sido importados para Portugal depois de terem tido uma primeira matrícula noutro país da União Europeia.

Antes da discussão e aprovação do OE, o secretário de Estado dos Assuntos Fiscais dizia ao PÚBLICO que o Governo não se conformava com o processo de infracção levantado no início de 2019 por Bruxelas, que acabaria por emitir já no final desse ano um parecer fundamentado em que rejeitava as explicações portuguesas.

Resistindo a mudar a lei, o Governo mandou o OE para o Parlamento sem tocar nos aspectos que agora justificam o processo no Tribunal de Justiça sediado no Luxemburgo. E mesmo os deputados acabaram por não corrigir o Governo quando deixaram chumbar, às mãos do PS e do PAN, uma proposta de alteração feita pelo CDS, que se propunha a solucionar o problema.

O que está em causa é o facto de o fisco cobrar ISV aos carros usados importados como se ele fosse novo. Isso acontece na componente ambiental do imposto, que não é depreciado segundo a idade do

veículo, tal como se faz na componente de cilindrada (só ISV). Na prática, o dono do carro paga parte do ISV (a que está ligada às emissões de CO2) como se o carro fosse novo.

“A Comissão decidiu hoje instaurar junto do Tribunal de Justiça da União Europeia uma acção contra Portugal pelo facto de este sujeitar os veículos usados importados de outros Estados-membros a uma carga tributária superior à dos veículos usados adquiridos no mercado português”, lê-se num comunicado divulgado nesta quarta-feira.

“Ao abrigo das regras da UE, nenhum Estado-Membro pode fazer incidir, directa ou indirectamente, sobre os produtos dos outros Estados-Membros imposições internas, qualquer que seja a sua natureza, superiores às que incidam, directa ou indirectamente, sobre produtos nacionais similares”, recorda.

“A legislação portuguesa em causa não tem plenamente em conta a depreciação dos veículos importados de outros Estados-membros e é, por conseguinte, incompatível com o Artigo 110.º do TFUE. O Tribunal de Justiça da União Europeia tinha já concluído, em 16 de Junho de 2016 (Acórdão C-200/15), que uma versão anterior deste imposto português era contrária ao direito da UE”, sublinha a Comissão.

Agora, “a decisão de remeter a questão para o Tribunal de Justiça decorre do facto de Portugal não ter alterado a sua legislação para a tornar conforme com o direito da UE, na sequência do parecer fundamentado da Comissão.

O Governo tem agora mais processos judiciais pela frente, incluindo este braço-de-ferro com Bruxelas. Em solo nacional, aguarda pelo Tribunal Constitucional, para o qual recorreu depois de uma das condenações do fisco. O executivo alega que há razões ambientais que justificam a não depreciação da componente de CO2 e entende que baixar esse valor aos carros usados importados seria, isso sim, um benefício injusto face aos carros novos, que pagam o ISV na legalização, como novos, sem desconto.

As duas decisões mais recentes da justiça portuguesa foram desfavoráveis e surgiram com apenas quatro dias de diferença. O PÚBLICO tinha noticiado três condenações do fisco e, a 31 de Janeiro, surgiu uma quarta condenação. Nesse caso, o fisco é obrigado a devolver a um contribuinte de Aveiro 430 euros (mais juros) de ISV, pagos a mais pela legalização, em Março de 2019, de um Peugeot cuja primeira matrícula foi atribuída na Alemanha, em 2015.

São assim quatro derrotas, com decisões de quatro juízes árbitros diferentes.

O Estado tem recorrido, mas no recurso do segundo caso viu o juiz-conselheiro decretar o caso “deserto”. Isto significa que quem tem o processo em mãos considerou que o fisco não apresentou alegações devidas depois de ter sido instado a esclarecer aspectos do recurso apresentado. Isto não é o fim do recurso, porque a AT ainda tem pelo menos mais uma etapa no Constitucional para tentar reverter as condenações que tem sofrido.

Peça 123:

Ursula von der Leyen avisa que negociações para orçamento da UE “não serão fáceis”

Sofia Neves em Estrasburgo
12 de Fevereiro de 2020, 11:04

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, disse que as negociações para o quadro financeiro plurianual da UE para 2021-2027 não serão fáceis e voltou a reforçar a ideia de que não ficará satisfeita com um cenário em que menos de 25% dos fundos sejam alocados para a luta contra as alterações climáticas. “As negociações não vão ser fáceis com uma União Europeia de 27 países, já que temos menos recursos, mas este é um problema que nenhum Estado-membro consegue resolver sozinho”, afirmou.

Na manhã desta quarta-feira, o Parlamento Europeu, em Estrasburgo, está a debater o quadro financeiro plurianual (QFP) 2021-2027 e a comunicar aos líderes europeus que acordo espera da cimeira de 20 de Fevereiro. O orçamento da UE para 2021-2027 terá de ser acordado por unanimidade pelos Estados-membros e aprovado pelo PE para poder entrar em vigor.

A intervenção de Ursula von der Leyen no início do debate voltou a ser centrada no Pacto Ecológico Europeu (*Green Deal*). A responsável afirmou que as instituições europeias, como o Parlamento, Conselho Europeu e a Comissão Europeia têm “ambições políticas claras e compartilhadas” para que até 2050 a Europa se torne o primeiro continente a atingir a neutralidade climática.

“Esta é uma questão urgente. Se não chegarmos a um acordo sobre o orçamento num futuro próximo, não estaremos em condições de, no ano que vem, usar esses fundos para projectos importantes”, referiu, acrescentando que é necessário encontrar um equilíbrio entre antigas e novas prioridades. Para a presidente da Comissão Europeia, é preciso garantir que prioridades como o programa Erasmus, a construção de infra-estruturas, a mobilidade, a defesa ou a transformação digital recebem a atenção que merecem.

Argumentando que “muitos Estados-membros defendem as políticas da coesão e também muitos outros defendem a política agrícola comum [PAC]”, a responsável disse esperar que “também haja a mesma determinação para apoiar as novas prioridades”, como a questão climática.

“Precisamos de um orçamento capaz de explorar o potencial da inteligência artificial, ancorar as posições da Europa como região líder em pesquisa, oferecer aos jovens um futuro melhor em todas as partes do continente, permitir apoiar regiões afectadas por catástrofes e garantir a defesa da União Europeia. Mas, acima de tudo, precisamos de um orçamento em que os cidadãos e as empresas vejam que somos capazes de agir no campo das mudanças climáticas”, afirmou.

Ursula von der Leyen voltou a reforçar que o sucesso do acordo dependerá dos recursos que os líderes europeus estiverem dispostos a alocar para implementar o Pacto Ecológico Europeu, processo que não será possível a não ser que cidadãos, empresas, investigadores e líderes estejam todos do mesmo lado.

Numa reunião extraordinária do Conselho Europeu, que terá início a 20 de Fevereiro, os chefes de Estado e de Governo da UE tentarão chegar a um acordo sobre o próximo quadro financeiro plurianual a vigorar entre 2021 e 2027.

David Sassoli, o presidente do Parlamento Europeu (PE), disse após um encontro com o primeiro-ministro português, António Costa, no dia 5 de Fevereiro, em Bruxelas, que o PE e Portugal “defendem o mesmo caminho para o orçamento da UE, como muitos outros Estados: uma proposta ambiciosa para fazer face aos desafios, sem cortes na coesão e na agricultura e um forte apoio ao Pacto Ecológico Europeu, à transição justa e à investigação”.

Em linha com o que tem sido defendido pela assembleia europeia, a declaração conjunta dos Amigos da Coesão refere que “o financiamento para a política de coesão para o período de 2021-2027 deve manter o nível do quadro financeiro plurianual 2014-2020 em termos reais”.

Eurodeputados dizem que é preciso “cumprir expectativas”

A eurodeputada portuguesa do PS, Margarida Marques, defendeu, durante o debate desta quarta-feira, que é necessário reconquistar a confiança dos cidadãos na UE e cumprir as suas expectativas no que toca ao orçamento. “Na negociação do quadro financeiro plurianual estamos confrontados com um exercício em que cada Estado-membro precisa de sair dos seus egoísmos nacionais”, disse, reforçando que acredita que é possível compatibilizar interesses nacionais com interesses europeus.

Pedro Marques, eurodeputado do PS, afirmou que este novo orçamento tem de ser “uma nova esperança para o continente europeu. “Precisamos de ter uma Europa com mais ambição, não apenas de modernização”, referiu.

João Ferreira, do PCP, defendeu que esta é a altura para os países da coesão “virarem o jogo” e de lembrarem aos que se recusam a dar a justa contribuição para o orçamento que “uma integração que só produz desigualdade e divergência está condenada a não ter futuro”. “Temos de denunciar que estas ditas novas prioridades do novo orçamento são uma forma de os países mais ricos irem buscar mais dinheiro”, afirmou o eurodeputado.

Isabel Estrada Carvalhais, eurodeputada do PS, referiu que apesar de a Comissão Europeia apresentar um plano “muito ambicioso” para responder a vários desafios, não pode haver corte de fundos para outras políticas importantes. “É fundamental que não existam sacrifícios de políticas que são estruturantes da nossa sociedade numa errada dicotomia em políticas tradicionais e modernas”, reforçou Isabel Carvalhais. “Falo aqui na necessidade de mantermos os fundos das políticas agrícolas, das pescas, da coesão regional — porque se não o fizermos, os cidadãos não vão perceber em que sentido pretendemos que o projecto europeu continue a ser um projecto de solidariedade e coesão”.

Já José Manuel Fernandes afirmou que são necessários fundos para uma UE coesa, solidária, competitiva, onde não se prejudique os pequenos agricultores e as regiões mais pobres. O eurodeputado do PSD defendeu que algumas empresas do digital deveriam também ser taxadas e que é necessário o orçamento ser reforçado “sem penalizar os cidadãos”.

Peça 124:

Salários reais na Alemanha voltaram a subir em 2019

Sérgio Aníbal

12 de Fevereiro de 2020, 10:10

Os salários reais na Alemanha registaram em 2019 o sexto ano consecutivo de subida, mais um passo, embora moderado, para reforçar a procura interna da maior economia da zona euro.

A forte dependência das exportações e o contributo relativamente reduzido que a procura interna alemã tem para o crescimento da generalidade das economias da zona euro tem sido, desde há muito tempo, uma das questões mais discutidas quando se fala da economia alemã.

Para além do reduzido nível do investimento, um dos problemas assinalados é a forma lenta como têm vindo a crescer os salários na Alemanha, mesmo tendo em conta o ritmo forte registado na economia e os níveis mínimos históricos em que se encontra a taxa de desemprego.

Ainda assim, revelou esta quarta-feira o instituto responsável pelas estatísticas oficiais na Alemanha, os salários voltaram, durante o ano passado, a crescer a um ritmo superior à inflação.

A variação nominal média dos salários foi de 2,6% em 2019, um valor que supera em 1,2 pontos percentuais a inflação de 1,4% registada no ano passado. Este aumento real médio de 1,2% nos salários representa um ligeiro abrandamento face aos 1,3% verificados em 2018.

Este aumento do poder de compra pode constituir uma ajuda para impulsionar a procura interna na Alemanha, um desenvolvimento que se tem tornado ainda mais crucial para a maior economia da zona euro (e para as restantes economias também) tendo em conta a conjuntura menos positiva que se tem vivido no comércio internacional.

A política mais proteccionista seguida pelos Estados Unidos (que inclui ameaças de novas taxas alfandegárias sobre produtos importados da UE) e a saída do Reino Unido da UE têm vindo a penalizar as exportações alemãs e a colocar a economia muito próximo de uma recessão. Tem sido precisamente um desempenho mais favorável da procura interna que tem evitado a concretização de um cenário mais negativo.

Dados também publicados esta quarta-feira, assinalam que as exportações de bens alemães registaram em 2019 um crescimento de apenas 0,8%, um abrandamento face aos 3% de 2018 e os 6,2% de 2017. O excedente comercial face aos EUA, que tantas críticas tem recebido de Donald Trump, reduziu-se ligeiramente de quase 49 mil milhões de euros para 47 mil milhões.

Para outros países da zona euro, como Portugal, um reforço da procura proveniente da Alemanha, que está há largos anos entre os três principais clientes das exportações nacionais, seria um contributo muito positivo para o crescimento da economia.

Peça 125:

Número de contas de serviços mínimos bancários disparou 75% em 2019

Rosa Soares

13 de Fevereiro de 2020, 15:40

A conta de Serviços Mínimos Bancários (SMB), com custos reduzidos, começa a ser uma opção para um número crescente de famílias. No final de 2019, existiam 103.628 destas contas, o que representa um crescimento de 75,1% em relação ao final do ano anterior.

Ao longo do último ano, foram abertas 47.587 contas deste tipo, das quais 80,4% resultaram da conversão de uma conta de depósito à ordem existente na instituição de crédito (59,6% em 2018), revelou esta quinta-feira o Banco de Portugal (BdP).

A conta de SMB agrega um conjunto de serviços bancários considerados essenciais, por um custo anual limitado a 1% do indexante de apoios sociais (IAS), o que correspondeu a 4,35 euros, em 2019, e a 4,38 em, em 2020. No seu site, o BdP disponibiliza um decodificador e um vídeo sobre as vantagens deste serviço.

O pacote de SMB inclui a abertura e manutenção de uma conta de depósito à ordem, a disponibilização do respectivo cartão de débito e o acesso ao *homebanking*, bem como a possibilidade de realizar levantamentos ao balcão, débitos directos, transferências intrabancárias nacionais (entre contas do próprio banco) e 24 transferências para outros bancos, através do *homebanking*.

Qualquer pessoa singular pode aceder aos SMB se não for titular de uma conta de depósito à ordem ou se detiver uma única conta de depósito à ordem, a qual pode ser convertida numa conta de serviços mínimos bancários. No entanto, no caso de pessoas com mais de 65 anos ou um grau de invalidez igual ou superior a 60%, as contas podem ter um contitular, uma possibilidade que é recente, que pode ter outras contas, ou ter também uma conta de SMB.

De acordo com os dados do BdP, no final do ano, existiam 4493 contas de serviços mínimos bancários contituladas por detentores de outras contas de depósito à ordem. Existiam também 1006 contas de serviços mínimos bancários cujos titulares eram contitulares de outras contas serviços mínimos bancários (detidas por pessoas com mais de 65 anos ou um grau de invalidez igual ou superior a 60%).

Os bancos, que têm de informar o BdP sobre o número de contas de SMB, reportaram o encerramento de 3132 contas no último ano, das quais 82,9% foram encerradas por iniciativa do cliente.

A disponibilização de serviços mínimos bancários é obrigatória para todas as instituições de crédito que prestem ao público os serviços incluídos nos serviços mínimos bancários, ou seja, bancos, caixas económicas, caixa central e caixas de crédito agrícola mútuo.

Peça 126:

Congelar rendas é solução para Berlim, mas não para Lisboa, avisa Costa

Gonçalo Ramos

13 de Fevereiro de 2020, 11:27

O primeiro-ministro não considera que a solução adoptada em Berlim, de congelar as rendas à habitação por cinco anos, seja viável em Lisboa. Em entrevista à Bloomberg, esta quinta-feira, António Costa caracteriza a situação das rendas na capital como “muito sensível”.

“Já passámos por esta experiência de congelar as rendas durante 40 anos, e é uma solução muito má para a preservação e renovação da cidade”, considera o primeiro-ministro, na conversa que decorreu no Palácio de São Bento. António Costa admite que em Berlim a medida possa dar resultado, mas que “há muitas ferramentas além disso” para evitar a especulação.

Costa sublinhou ainda a grande rapidez com que Lisboa passou de um mercado regulado para um completamente liberalizado, e defendeu que é “necessário dar maior confiança aos proprietários e aos mercados”. O primeiro-ministro sublinha que o problema no mercado imobiliário é global e vai para lá das capitais portuguesa e alemã: “Com taxas de juro tão baixas, o imobiliário é um refúgio para os investidores.”

A Bloomberg enquadra as declarações de António Costa com um retrato do mercado imobiliário lisboeta, cujos edifícios, refere, “tiveram pouco investimento” durante o período em que as rendas estiveram congeladas, registando uma subida até à quase duplicação dos preços, desde 2012.

Berlim aprovou em Janeiro o congelamento de rendas, depois de um pico de aumento devido à entrada de investidores e ao crescimento populacional na cidade. As mudanças devem entrar em vigor já no fim deste mês.

Esta segunda-feira, o PÚBLICO publicou um estudo em que compara os problemas de acesso à habitação em três grandes cidades europeias que ilustram a situação a nível europeu: Lisboa, Berlim e Barcelona. As conclusões deram conta de que é mais difícil arrendar casa em Lisboa do que na cidade espanhola e na capital alemã.

Peça 127:

Barómetro: apenas 1% dos gestores aproveitaram apoio para investir no Interior

Victor Ferreira

13 de Fevereiro de 2020, 10:33

Se dependesse do interesse dos mais de 200 gestores portugueses inquiridos pelo Instituto Kaizen, o programa de valorização do Interior, anunciado pelo Governo em 2018, teria os dias contados. Apenas 1% dos auscultados para o barómetro daquele instituto afirma ter investido ou pensa investir por considerar que os apoios ao investimento são “muito atractivos”.

A amostra de inquiridos inclui presidentes-executivos (CEO) de todos os sectores económicos e responsáveis das mais importantes empresas portuguesas, algumas delas cotadas em bolsa e membros do principal índice bolsista nacional, o PSI 20.

Há mais 22% de empresários que dão nota positiva aos incentivos, mas tal não foi suficiente para os levar a investir. Já 44% dos auscultados considera que os apoios “não são suficientemente atractivos”. O que não significa que não apostem no negócio fora dos centros urbanos do litoral, já que 15% dos gestores garantem ter investido no Interior mesmo sem recorrer ao programa aprovado em 2018.

O abrandamento económico mundial foi a condicionante mais vezes referida pelos inquiridos (65%), mas o destaque nesta matéria terá de ser as alterações climáticas. Nove por cento, ou um em cada 11 empresários, garante que as empresas já sentem na pele os efeitos dessas alterações e que viram a sua competitividade afectada.

A guerra comercial EUA-China e o acesso ao financiamento são factores mais vezes mencionados (29% e 14%, respectivamente), mas é significativo que as alterações climáticas igualem a taxa de respostas

do “Brexit”. A saída do Reino Unido da União Europeia foi igualmente mencionada por 9% dos empresários. O que dá ao fim da relação europeia com um dos principais clientes e fornecedores de Portugal o mesmo peso e importância que as mudanças no clima têm sobre muitas empresas portuguesas.

A adoção das energias renováveis e a prática de uma economia circular foram as duas medidas mais citadas quando se pediu aos gestores para enumerarem as transformações que vão ter de promover para ajudar a cumprir a neutralidade carbónica e o chamado Pacto Verde (Green Deal) proposto pela Comissão Europeia.

A aposta na digitalização teve, segundo o mesmo painel, um impacto moderado no negócio, de acordo com 66% dos inquiridos. Somente 22% dizem que o impacto foi elevado e até há 6% que não sentiram mudanças e outros 6% que nem avançaram com investimentos nessa área.

Peça 128:

Processo de indemnização aos clientes da Orey Financial está em curso

Rosa Soares

13 de Fevereiro de 2020, 10:17

O Sistema de Indemnização aos Investidores (SII), que garante um máximo de 25 mil euros por investidor, está a verificar os créditos existentes na Orey Financial - Instituição Financeira de Crédito, que se encontra em liquidação. A verificação e o pagamento das correspondentes indemnizações é realizado oficiosamente, isto é, não está dependente de qualquer pedido ou requerimento a apresentar pelos investidores/clientes.

A legislação em vigor fixa um prazo máximo de três meses para o pagamento das indemnizações, contados da data da verificação da admissibilidade e do montante global dos créditos, mas o SII prevê, até ao final do mês de Abril, comunicar aos interessados a avaliação realizada, e prestar informação relativa ao processo de pagamento das indemnizações que venham a ser apuradas.

É o próprio SII a dar conta, através de um anúncio no PÚBLICO, na edição desta quinta-feira, do arranque do processo, que surge na sequência da decisão do Banco Central Europeu, a pedido do Banco de Portugal, de revogação da autorização daquela entidade para o exercício da actividade financeira.

De acordo com o anúncio, “o SII garante a cobertura dos créditos dos investidores sobre a Orey Financial, IFIC, em resultado da incapacidade financeira desta para, de acordo com as condições legais e contratuais aplicáveis, reembolsar os investidores dos fundos que lhes sejam devidos ou que lhes pertençam e que se encontrem especialmente afectos a operações de investimento, ou restituir os instrumentos financeiros que lhes pertençam e que sejam detidos, administrados ou geridos por sua conta”.

Mas nem todos os investidores estão abrangidos. Refere o anúncio, que “não está abrangido pelo âmbito de cobertura do SII, entre outros, o risco de crédito da entidade emitente dos instrumentos financeiros de que os investidores sejam titulares”, esclarece.

Mais informações sobre o funcionamento do SII estão disponíveis no site da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ou podem ser solicitadas ou através do e-mail sii@cmvm.pt, indicando no assunto: “Orey Financial”.

O anúncio dá ainda nota de que os investidores/clientes da Orey Financial poderão exercer os seus direitos no respectivo processo de insolvência, que corre termos desde 29 de Janeiro de 2020, sob o n.º 2442/20.6T8LSB, no Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo de Comércio de Lisboa – Juiz 5.

Na sequência da revogação da licença para exercício de actividade financeira, a 10 de Janeiro de 2020, o Banco de Portugal proibiu a Orey Financial de assumir “novas responsabilidades perante terceiros e de realizar pagamentos (excepto despesas correntes), salvo autorização do supervisor, uma medida que visou “a protecção dos direitos dos seus clientes e credores”.

Peça 129:

Ministra admite aumento acima de sete euros nos salários mais baixos no Estado

Pedro Crisóstomo

13 de Fevereiro de 2020, 10:08

A ministra da Modernização Administrativa e da Administração Pública, Alexandra Leitão, admite que o Governo poderá fazer um aumento acima dos sete euros previstos para a actualização dos funcionários públicos com salários mais baixos.

Em entrevista ao programa da RTP *Grande Entrevista* na noite de quarta-feira, Alexandra Leitão deu como fechado o aumento percentual de 0,3% que se aplicará ao conjunto dos funcionários públicos e abriu a porta a negociar com os sindicatos no aumento extra que o Governo já tem previsto para os escalões inferiores, tal como o PÚBLICO já tinha avançado na segunda-feira.

Questionada se esse aumento nominal de sete euros poderá ser ir até aos dez, a ministra respondeu: “Neste momento, não fechamos hipótese a nenhuma via de negociação na medida em que pedimos uma contraproposta — e se pedimos uma contraproposta não foi para simular uma negociação, como já foi dito [pelos sindicatos]. Está de facto em curso uma negociação”.

O cenário do Governo passa por aplicar esse aumento mais alto (superior aos sete euros) só ao universo de salários mais baixos. Nas reuniões que se realizaram na segunda-feira com os sindicatos da função pública, o executivo propôs uma actualização de sete euros para os trabalhadores situados nos níveis 4 e 5 da Tabela Remuneratória da Função Pública, elevando os vencimentos para 642,07 euros e 690,13 euros, respectivamente. Para os restantes níveis remuneratórios, a actualização dos salários será de 0,3%.

Para os sindicatos, a proposta foi considerada insuficiente e inaceitável. E embora admita na mesma entrevista que gostaria de “ir mais longe”, a ministra salienta o facto de o Governo já se ter comprometido a fazer uma actualização dos vencimentos em 2021 em linha com a taxa da inflação prevista para esse ano.

Certo é que, para 2020, os 0,3% “são um ponto fechado”, embora haja “outras medidas transversais” que “poderão não estar ainda completamente fechadas”. Sem querer adiantar quais são essas

alternativas, Alexandra Leitão disse que terá de ver se haverá alguma proposta dos sindicatos e, quando questionada se tal poderá passar por instituir mais dias de férias, não fechou a porta a essa possibilidade.

“O Governo pediu uma contraproposta e está disponível para a analisar com todo o cuidado e para fazer o avanço que seja orçamentalmente possível e responsável — e é algum. Há aqui caminho para se fazer. Não posso neste momento precisar, até porque há muitas variáveis possíveis. Mas há caminho para se fazer seguramente”, admitiu à RTP.

Para a ministra, “é preciso que os funcionários públicos — não só na dimensão salarial, mas também noutras dimensões — conheçam uma valorização significativa das suas carreiras, que, sobretudo fruto de um período difícil de crise, acabaram por sofrer alguma coisa”. Para inverter essa tendência, sublinhou, o Governo tem estado “nos últimos anos a reverter cortes, a descongelar carreiras, a retomar progressões, mas é preciso que esse caminho continue e até, de certa forma, sempre dentro da medida do possível, que se intensifique”. “A primeira vez desde 2009 que há uma actualização transversal dos salários [uma subida de 0,3% para todos os funcionários públicos] e que marca definitivamente a retoma da normalidade nas carreiras que estiveram congeladas, que tiveram cortes”.

Questionada se considera que os funcionários públicos ganham mal, Alexandra Leitão considerou que os trabalhadores da administração pública devem ser valorizados. “Para a importância que os serviços públicos têm e sendo as pessoas a base desses serviços públicos, é possível e acho que deveriam ganhar melhor”, respondeu.

Peça 130:

De saída, Arménio Carlos alinha a CGTP contra “empobrecimento” dos jovens

Pedro Crisóstomo

14 de Fevereiro de 2020, 14:08

Já tinham ecoado as palavras de ordem: “CGTP, unidade sindical! CGTP, unidade sindical!”. Arménio Carlos subia ao palanque do congresso da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP) para o seu último discurso como secretário-geral e as primeiras palavras, de improviso e já com rouquidão, encaixaram que nem uma luva no guião de despedida: “O que falta na voz é o que sobra em confiança e motivação para o presente e o futuro da nossa central”.

O discurso de abertura do 14.º congresso da organização, a decorrer esta sexta-feira e amanhã no Pavilhão Municipal da Torre da Marinha, no Seixal, serviu para fazer uma retrospectiva dos 50 anos da Intersindical, para recordar os tempos da *troika* nos anos de Governo de Pedro Passos Coelho e a viragem para a negociação à esquerda no Parlamento. Para criticar o executivo de António Costa pelas “cedências” à direita. E para alinhar o posicionamento da CGTP na luta contra o empobrecimento dos jovens trabalhadores. Sem esquecer todos os que trabalham e “quem trabalhou”.

Aproveitando o embalo das críticas às “cedências” do Governo de Costa por ter celebrado um acordo de concertação social com as confederações patronais e a UGT para alterar a legislação laboral, o ainda secretário-geral garantiu que “nada, nem ninguém” demoverá a CGTP de lutar “pela eliminação de uma legislação que quer condenar as novas gerações ao empobrecimento”.

Será uma tarefa que nos próximos anos deverá ter como rosto máximo da central Isabel Camarinha, de 59 anos, actual presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP), um nome praticamente desconhecido até agora do grande público, mas com três décadas de actividade sindical.

A central tem historicamente ficado à margem dos acordos celebrados na concertação social e continuará a ser assim no futuro se esses entendimentos significarem “participar da destruição e venda de direitos”. A CGTP, reafirmou, “prefere estar sozinha na defesa dos trabalhadores na concertação do que acompanhada a assinar acordos que fragilizam e reduzem os direitos dos trabalhadores”.

Várias vezes ao longo do discurso Arménio Carlos deixou palavras sobre quem está há menos anos no mercado laboral. À conta do acordo de concertação do primeiro Governo de Costa (assinado em Julho de 2018), disse, os “trabalhadores em geral, e os mais jovens em particular, [ficaram] sequestrados pela precariedade, a instabilidade, a insegurança e angústia de um presente que condiciona e dificulta a planificação da sua vida pessoal e familiar para o futuro”.

Nas paredes, as reivindicações

Ficaram reivindicações. Uma delas a pensar justamente nos problemas que identificou. A CGTP reclama uma redução do horário de trabalho, “sem perda de remuneração, para as 35 horas semanais para todos os sectores” de actividade.

Argumentos sintetizados em duas frases: “Com os avanços da tecnologia, em que se produz mais em menos tempo, não podemos estar a trabalhar as mesmas horas do que há cem anos. Reduzir os horários para criar mais emprego e assegurar que os trabalhadores possam estar mais tempo com as suas famílias e tenham uma participação cívica e cultural mais activa na sociedade”. E para que os filhos possam passar mais tempo com os pais.

O congresso tinha sido aberto oficialmente às 11h12 e, nessa altura, já era possível visualizar a síntese do discurso de Arménio Carlos. E era possível olhando para as paredes laterais da sala do pavilhão, onde estão penduradas lonas com palavras de ordem, escritas a maiúsculas, a pontuar as principais reivindicações: “Fim da precariedade”; “Aumento geral dos salários 90 euros para todos”; “SMN 850 euros”; “Contratação colectiva com direitos — revogar a caducidade!”. E, do púlpito, Arménio Carlos reforçaria: “Aumentar em 90 euros por mês o vencimento dos assalariados não só é possível como é necessário, como é urgente”.

Arménio Carlos reivindicou os louros da queda do Governo de coligação PSD e CDS-PP, destacou “o que os últimos anos trouxeram”, mas também apontou críticas ao executivo de António Costa, dizendo ter havido um aumento do número de greves, paralisações e iniciativas sectoriais no sector público e no privado.

Sobre o actual executivo de Costa, carregou nas críticas à prioridade dada ao excedente no orçamento, um equilíbrio nas contas que diz ser conseguido “à custa dos trabalhadores e dos serviços públicos” para agradar ao Eurogrupo que o próprio ministro das Finanças preside. Que consequências teme a CGTP? “Um Governo que prioriza o saldo orçamental em detrimento da justiça social é a sementeira para a evolução do populismo e o ressurgimento da extrema-direita, que se alimenta destas contradições” e as usa como “elemento de atracção”.

Um dos momentos que marcou o discurso, fazendo levantar os delegados do congresso, foi quando disse que a CGTP acabara de ser notificada pelo Ministério do Trabalho sobre uma antiga reivindicação da

central, reconhecendo o direito dos sindicatos de intervirem antes e depois de terem representantes eleitos dentro das empresas. Em causa está um parecer da Direcção-Geral do Emprego e das Relações do Trabalho (DGERT) que agiliza a entrada de dirigentes sindicais nas empresas sem delegados sindicais ou sem trabalhadores sindicalizados.

Para terminar, um regresso ao sentido inicial: “Se é verdade que não conseguimos tudo, sem a luta não conseguiríamos nada”. E lançou a frase “A luta continua! A luta continua!”. O congresso repetiu.

Peça 131:

Aumento extra abrange 1,9 milhões de pensionistas

PÚBLICO

14 de Fevereiro de 2020, 10:42

O número de pensionistas que recebem prestações da segurança social em valores mínimos (abaixo dos 658,22 euros mensais) aumentou no ano de 2019 em mais de 238 mil casos. De acordo com os cálculos divulgados pela Segurança Social, citados pelo *Diário de Notícias* e *Jornal de Negócios*, o número de pensionistas que vai poder beneficiar da actualização extraordinária aprovada pelo Parlamento aquando da votação do Orçamento de Estado chegará este ano aos 1,9 milhões. Ao PÚBLICO, fonte do gabinete do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, precisou que o número de pensionistas que vão receber a actualização extraordinária das pensões é de 1.886.639 em 2020.

Esta actualização extraordinária só se verificará depois do Orçamento de Estado entrar em vigor, algo que só deve acontecer em Março. As pensões da Segurança Social em valores mínimos vão ter direito a uma actualização extraordinária até seis ou dez euros - depois de terem recebido um empurrão automático de 0,7% na actualização do início do ano.

De acordo com os dados da Segurança Social divulgados esta sexta-feira, os beneficiários das mais baixas pensões do país representam em 2020 mais de metade do universo de pensões (3,6 milhões nos últimos dados, de 2018) e quase dois terços das pensões da Segurança Social (2,9 milhões).

No ano passado, só 1,6 milhões de pensões beneficiaram do bónus que completa o necessário até garantir que cada uma das pensões abaixo do mínimo de existência sobe pelo menos dez euros. Ou seis euros no caso de pensões sociais, pensões do regime rural e primeiro escalão das pensões mínimas - com menor subida garantida agora pelo facto de terem tido actualizações durante os anos da crise.

Peça 132:

PIB sobe 2% em 2019 e supera previsão de Centeno

Pedro Ferreira Esteves

14 de Fevereiro de 2020, 9:45 (actualizado a 14 de Fevereiro de 2020, 11:00)

O Governo previa que o Produto Interno Bruto (PIB) crescesse 1,9% em 2019. O Banco de Portugal e a Comissão Europeia esperavam que o crescimento chegasse aos 2%. E o Instituto Nacional de Estatística (INE) confirmou, esta sexta-feira, esta previsão mais optimista: o PIB progrediu 2% no ano passado graças a uma aceleração da actividade económica no quarto trimestre.

De acordo com os dados do INE, no quarto trimestre o PIB avançou 2,2% em termos homólogos e 0,6% face ao trimestre anterior.

Os valores relativos ao decisivo quarto trimestre explicam-se pelo contributo positivo da procura externa na variação homóloga, que contrasta com a evolução negativa que vinha registando nos trimestres anteriores. Entre Outubro e Dezembro de 2019, verificou-se uma aceleração das exportações de bens e serviços, em simultâneo com a desaceleração das importações. Por outro lado, a procura interna abrandou face ao terceiro trimestre, com a desaceleração do consumo privado e do investimento.

Neste cenário, numa comparação com o terceiro trimestre, segundo explica o INE, “o PIB aumentou 0,6% em termos reais (variação em cadeia de 0,4% no trimestre anterior)”, com o contributo da procura externa a passar de negativo a positivo, enquanto o contributo da procura interna foi negativo, após ter sido positivo.

No conjunto do ano 2019, o crescimento de 2% – que representam um abrandamento face aos 2,4% de 2018 – acabou por sintetizar a conjugação do contributo positivo menos intenso da procura interna - reflectindo o abrandamento do consumo privado – com o contributo ligeiramente menos negativo da procura externa líquida, - dada a desaceleração das exportações e das importações.

As previsões do Governo – de um crescimento de 1,9% - estavam alinhadas com as da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Conselho das Finanças Públicas.

O desempenho validado esta sexta-feira pelo INE foi antecipado pelo economista-chefe do Banco Montepio, Rui Bernardes Serra, que sublinhou à Lusa que a progressão de 2% antecipava um “cenário de crescimento em cadeia assumido para o quarto trimestre de 2019, que traduz uma aceleração da economia na recta final do ano”.

Para 2020, as previsões do Governo apontam para um crescimento de 1,9%, um cenário mais optimista que a Comissão Europeia mas que representa uma nova desaceleração anual da economia portuguesa, num cenário marcado por persistentes tensões comerciais entre os principais blocos económicos e pela menor capacidade do Banco Central Europeu (BCE), na zona euro, de criar estímulos à actividade económica com a actual política de juros baixos.

Em reacção, e em conferência de imprensa realizada no final da manhã desta sexta-feira, o ministro de Estado e das Finanças salientou a prestação da economia no último trimestre e afirmou ser “cedo para fazer declarações sobre o valor” do saldo orçamental de 2019.

“É cedo para fazer declarações sobre o valor do saldo para além daquelas que estão na projecção do Orçamento do Estado [défice de 0,2% do PIB]. É público que a execução em Dezembro correu bastante bem, mas temos de esperar pelo INE, que divulgará os números no final de Março”, disse Mário Centeno aos jornalistas no Ministério das Finanças em Lisboa, citado pela Lusa.

O também presidente do Eurogrupo realçou, no entanto, o “comportamento positivo das contas públicas ao longo de 2019”, algo que dá “alguma confiança sobre a execução orçamental do ano”.

Peça 133:

Função Pública cresce em 2019 e aproxima-se dos 700 mil trabalhadores

PÚBLICO

14 de Fevereiro de 2020, 19:37

Mais funcionários públicos e a ganharem mais. Este é o resumo do retrato da Administração Pública que consta dos dados mais recentes divulgados esta sexta-feira na Síntese Estatística do Emprego Público (SIEP), relativos ao ano de 2019, e que dá conta de um aumento homólogo de 2,2%, correspondente a 15.305 novos postos de trabalho, distribuídos “essencialmente entre a administração central (2,3% correspondente a mais 11.658 postos de trabalho) e a administração local (2,0% correspondente a mais 2381)”.

Assim, no final do ano passado, “o emprego no sector das administrações públicas situou-se em 698.522 postos de trabalho”, sublinhando o mesmo documento que este número representa “uma quebra de 4,0%, correspondente à redução de 29.263 postos de trabalho, face a 31 de Dezembro de 2011”.

O aumento observado em 2019 sustenta-se, em particular, “nas Entidades Públicas Empresariais (E.P.E.) do SNS (6701), nos estabelecimentos de investigação e ensino superior (2710) e nos estabelecimentos de ensino básico e secundário (1171)”. No caso das empresas públicas do SNS, “o aumento decorre em parte da integração do Hospital de Braga E.P.E. no universo das entidades das administrações públicas (mais de 2869 postos de trabalho), o que se repercute ainda no maior número de trabalhadores nas carreiras da área da saúde”.

Remunerações sobem 2,2%

Os dados divulgados na mesma síntese, mas relativos ainda a Outubro de 2019, revelam também um valor dos salários médios dos trabalhadores a tempo completo de 1501,3 euros, “correspondendo a uma variação global média de 0,6%, em relação ao mês de referência do trimestre precedente (Julho de 2019), e a uma variação homóloga de 2,2%”. Uma evolução explicada pelo “efeito essencialmente da actualização do valor da remuneração base praticada no sector, que passou a ser igual ou superior a 635,07 euros, bem como do processo gradual de descongelamento de todas as carreiras”.

No documento pode ler-se que “o impacto desta última medida teve maior efeito nas carreiras de enfermeiro e de técnico de diagnóstico e terapêutica, com variação positiva em relação a Outubro de 2018 de 7,8% e 5,9%, respectivamente”. Por outro lado, “a carreira de pessoal de investigação científica apresentou uma variação negativa de 18,9% em resultado dos movimentos de entrada e saída de trabalhadores com diferentes níveis remuneratórios (entrada de novos trabalhadores em níveis remuneratórios na base da carreira)”, conclui-se.

Já o ganho médio mensal nas administrações públicas fixou-se, para Outubro de 2019, em 1760 euros, “indiciando uma variação global no trimestre de 0,6%, e uma variação homóloga de 2,4%, pelos mesmos motivos referidos para a remuneração base média mensal”.

Peça 134:

Centeno diz que despedida do Eurogrupo “não faz sentido nenhum”

Rita Siza

17 de Fevereiro de 2020, 20:44

O ministro das Finanças, Mário Centeno, não quer falar sobre a sua permanência no Governo, mas sobre uma suposta despedida dos seus colegas do Eurogrupo, anunciada há duas semanas por Luís Marques Mendes no seu espaço de comentário na SIC, é peremptório. “Isso não faz sentido nenhum”, afirmou, minutos antes de dirigir mais uma reunião dos ministros da zona euro, esta segunda-feira em Bruxelas.

“Estou de pleno poder como presidente do Eurogrupo, é essa a minha função e é nisso que estou focado”, garantiu, sem contudo responder se tenciona continuar por mais dois anos e meio no cargo.

Uma eventual recandidatura terá de ser comunicada aos restantes ministros antes de Julho, data em que termina o actual mandato. Os parceiros de Centeno aguardam serenamente por uma decisão que, como assinalou o ministro das Finanças holandês, Wopke Hoekstra, “só lhe compete a ele”. O governante dos Países Baixos confirmou não saber — nem sequer informalmente — se o português está interessado em manter-se em funções. “Não sei, não fomos informados de nada”, disse.

A ministra espanhola, Nadia Calviño, apontada como potencial candidata à sucessão de Centeno na presidência do Eurogrupo, diz que não dedica “nem um segundo do dia” a pensar nessa questão. “Neste momento há um presidente do Eurogrupo, que é Mário Centeno, que está a fazer um trabalho excelente. Creio que não temos nenhum interesse em entrar neste tipo de especulações”, respondeu aos jornalistas.

Uma outra especulação que Mário Centeno não tem interesse em alimentar diz respeito ao desagrado do primeiro-ministro, António Costa, com o modelo do futuro Instrumento Orçamental para a Convergência e Competitividade (ou BICC, na sigla em inglês) que foi desenhado pelo Eurogrupo. “Não faz sentido, está mal desenhado e tem de ser refeito”, disse Costa no final do Conselho Europeu de Dezembro.

O financiamento do novo instrumento orçamental foi abordado na reunião desta segunda-feira pelos ministros das Finanças da zona euro — e será uma das muitas matérias que os chefes de Estado e governo da União Europeia vão discutir na cimeira extraordinária dedicada ao próximo quadro financeiro plurianual 2021-27, no dia 20 de Fevereiro, próxima quinta-feira.

“O que está agora em questão é o financiamento do BICC no contexto do quadro plurianual, e não o debate sobre a sua ficha descritiva que foi acordada em Outubro”, disse Mário Centeno, sem se referir às críticas do primeiro-ministro ao esquema previsto para a distribuição das verbas.

“Portugal tem uma divergência relativamente ao esquema aprovado pelo Eurogrupo que prevê uma cláusula de ‘justo retorno’ de 70% em função da quota ideal de contribuições de cada um dos países”, anunciou António Costa, para quem a manutenção desse critério faz com que o novo instrumento se transforme num mecanismo de rebate.

Para o comissário europeu da Economia, Paolo Gentiloni, o que é fundamental é que no decurso das suas discussões sobre o quadro financeiro plurianual os líderes europeus assegurem que o novo instrumento venha a ter os recursos necessários — vindos do orçamento comunitário e de contribuições dos Estados-membros — para ter “força” e ser “eficiente”.

Peça 135:

Venezuela suspende voos da TAP no país por 90 dias

Ivo Neto

17 de Fevereiro de 2020, 18:40

A Venezuela suspendeu, esta segunda-feira, as operações da TAP no país. A medida vai prolongar-se nos próximos 90 dias e surge depois de o regime de Nicolás Maduro ter acusado a empresa portuguesa de permitir que um familiar de Juan Guaidó transportasse explosivos durante uma viagem.

“Devido às graves irregularidades cometidas no voo TP173 e em conformidade com os regulamentos nacionais da aviação civil, as operações da companhia aérea TAP no nosso território são suspensas por 90 dias, como medida de precaução para proteger a segurança da Venezuela”, escreveu Hipólito Abreu, ministro dos Transportes, no Twitter.

Juan Márquez, tio de Juan Guaidó, foi preso na passada semana depois de ter acompanhado o sobrinho numa viagem de regresso à Venezuela, num voo da TAP. Guaidó voltou ao país depois de ter passado pela Europa e América do Norte. É acusado de transportar material explosivo em diversos objectos.

As autoridades venezuelanas consideram que a TAP, nesse voo entre Lisboa e Caracas, violou normas de segurança internacionais, permitindo explosivos, e também ocultou a identidade do autoproclamado Presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, na lista de passageiros, embora a segurança aeroportuária não seja da responsabilidade das companhias transportadoras.

Ao PÚBLICO, a TAP disse não compreender “as razões desta suspensão”, uma vez que “cumpre todos os requisitos legais e de segurança exigidos pelas autoridades de ambos os países”. “Trata-se de uma medida gravosa que prejudica os nossos passageiros, não tendo a companhia sequer tido hipótese de exercer o contraditório”, lamenta a empresa.

O Governo português também já pediu um inquérito para averiguar a veracidade das acusações que envolvem a transportadora aérea portuguesa, dizendo não ter qualquer indício de irregularidades no voo que transportou Marquez e Guaidó.

Peça 136:

“A carga fiscal é que está a enviesar todo este processo”, diz Frente Sindical

Liliana Borges

17 de Fevereiro de 2020, 17:42

A Frente Sindical liderada pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), da UGT, acusa o Governo de ter anunciado aumentos de 0,3% da Função Pública que, em alguns casos, representam um aumento da carga fiscal, e que por isso não se traduzem em aumentos líquidos significativos. “A carga fiscal é que está a enviesar todo este processo”, considera a presidente do STE, Helena Rodrigues. Para a Frente Sindical este “parece um Excel do ex-ministro das Finanças, Vítor Gaspar” e por isso a carga fiscal deverá ser alterada.

Para a reunião, a Frente Sindical levou cinco páginas com propostas. Para os jornalistas, anexou um documento: a tabela de remunerações aplicada a um técnico superior com dois dependentes que recebem mais de 1200 euros. Os trabalhadores que agora recebem 1201,48 euros brutos (884,29 euros líquidos) passam, depois do aumento de 0,3%, a receber 1205,1 (888,15 euros). Isto é, em termos líquidos, estes trabalhadores recebem mais 3,86 euros por mês. A tabela prolonga-se até 1900 euros líquidos, salário que, com o aumento de 0,3%, sobe até aos 1909,82 euros. Assim, um trabalhador deste escalão vê o seu salário aumentar 9,98 euros por mês.

Para a Frente Sindical, esta subida entre 3,86 euros e os nove euros mensais é insuficiente. “As pessoas insistem que preferem outros complementos, como a recuperação de dias de férias ou o aumento do subsídio de alimentação”, insiste a presidente da STE.

Na lista de propostas que Helena Rodrigues levou para a reunião com o secretário de Estado da Administração Pública estão também o aumento dos salários em 2% e da Tabela Remuneratória Única (TRU) e o aumento do subsídio de refeição para dez euros (a Fesap pede aumento para seis euros e a Frente Comum pede para 6,5 euros).

Em relação aos sinais de abertura para a negociação de dias de férias dada pela ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Helena Rodrigues avisou que não bastará o aumento de dias de férias para chegar a um acordo com a Frente Sindical. “Nós não compramos dias de férias. Não trocamos remuneração por dias de férias”, disse.

As reuniões entre o Governo e os sindicatos da Administração Pública arrancaram logo na manhã desta segunda-feira. Depois da Fesap, o secretário de Estado da Administração Pública, José Couto, esteve reunido com a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública da CGTP. À tarde, o Governo recebeu a Frente Sindical (UGT).

Em comunicado, o Governo afirma que existe “abertura para analisar as contrapropostas apresentadas pelos sindicatos dentro da margem orçamental disponível, tanto para 2020 como para os anos seguintes, numa lógica de faseamento”.

O gabinete da Modernização do Estado e da Administração Pública irá analisar até quarta-feira todas as contrapropostas apresentadas pelos sindicatos. No entanto, numa primeira análise, considera que estas contrapropostas “são mais exigentes do ponto de vista orçamental do que as inicialmente apresentadas”.

Peça 137:

Governo disponível para negociar aumentos plurianuais, férias e subsídio de refeição

Liliana Borges

Ainda não foi esta segunda-feira que ficaram fechadas as negociações entre o Governo e a Federação dos Sindicatos da Administração Pública (Fesap). À saída do encontro desta manhã, que durou aproximadamente duas horas, o secretário-geral da Fesap, José Abraão, afirmou que o Governo demonstrou abertura para negociar aumentos plurianuais, bem como o aumento do subsídio de refeição e a reposição de dias de férias. No entanto, a reunião terminou sem que ficassem conhecidas as condições desses aumentos. As novidades deverão ficar conhecidas na próxima quarta-feira, data para a qual foi agendada uma nova reunião. O mesmo acontece com a Frente Comum. A coordenadora Ana Avoila também esteve com o Governo esta manhã, mas as conclusões do encontro foram adiadas para uma nova reunião.

“O Governo avançou com o aumento [da Função Pública] de 0,3%, que para nós é inaceitável, afirmando que para o ano [em 2021] poderia haver um aumento até 1%. Por isso, considerámos quer era útil discutir na perspectiva de 2020-2021 uma proposta que incluísse o aumento do subsídio de refeição e a reposição dos 25 dias de férias [em vez dos actuais 22 dias]”, justificou José Abraão.

De fora das negociações para quarta-feira ficaram outras propostas essenciais para a Fesap. É o caso da recuperação dos pontos dos assistentes operacionais na avaliação de desempenho que foram retirados o ano passado e da contagem de tempo de serviço durante o período de ajustamento. Sem a inclusão destas propostas nas negociações, não é possível falar num acordo com o Governo, considera o secretário-geral da Fesap. “Não vamos nunca desistir da injustiça que foi a não contagem dos tempos de avaliação de desempenho”, reiterou José Abraão.

“Não haverá acordo, seguramente. Mas há pelo menos um caminho que se pode fazer ao melhorar as propostas que o Governo pôs em cima da mesa para compensar os trabalhadores, dez anos depois da inexistência de aumentos salariais”, declarou o secretário-geral da Fesap.

Actualmente, o subsídio de alimentação destes sindicatos situa-se nos 4,77 euros. Ainda sem indicações acerca da margem para aumentar este subsídio, José Abraão espera que conseguir chegar aos seis euros.

Frente Comum quer correcção da TRU

De acordo com Ana Avoila, do lado do gabinete da ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, “a proposta é exactamente a que estava, 7 euros ou 0,3%”. Ainda que tenha sido uma reunião sem novidades por parte do Governo, a Frente Comum insistiu em seis propostas que considera essenciais para as negociações.

Além do aumento salarial de 90 euros, a Frente Comum pediu a correcção da Tabela Remuneratória Única (TRU); a actualização do subsídio de refeição para 6,5 euros (mais 0,50 euros do que pede a Fesap), a reposição dos 25 dias de férias; a reposição do valor do pagamento das horas extraordinárias e a actualização de suplementos remuneratórios (como o suplemento de risco, insalubridade e penosidade).

Para a coordenadora da Frente Comum, a ausência de verbas nos cofres do Estado não convence. “Não somos nenhum alicerce para poupar dinheiro ao Governo”, sublinha Ana Avoila. A coordenadora da Frente Comum argumenta que existe dinheiro para responder a estas reivindicações, desde que o Governo reveja a sua distribuição. “Já nem falo nos milhões e milhões de euros para o Novo Banco e para as PPP”, disse. “Não vivemos só de férias”, vincou a coordenadora.

Aumentos diferenciados “não são compreensíveis”

À chegada da primeira reunião desta segunda-feira, o secretário-geral da Fesap, José Abraão, tinha considerado “ridículas” as propostas apresentadas pelo Governo até ao momento. A Fesap pediu aumentos “robustos” para todos os trabalhadores, subsídios de refeição mais elevados, mais dias de férias e a reposição das progressões perdidas para todas as carreiras que ficaram congeladas.

Para o secretário-geral da Fesap, os aumentos diferenciados anunciados pelo Governo na última semana “não são compreensíveis”. “Qualquer possibilidade de aumentos salariais tem de ser para todos os trabalhadores da Administração Pública”, sublinhou José Abraão, rejeitando a proposta do Governo de aumentar os salários mais baixos da Função Pública em cerca de 1%, o que compreenderia um aumento superior à média geral dos 0,3% previstos para toda a Função Pública. Os aumentos seriam pagos a partir de Março, mas com efeitos retroactivos ao início de Janeiro.

“Houve um erro tremendo por parte do Governo ao não cumprir a lei da negociação, negociando depois de ter sido aprovado o Orçamento do Estado no Parlamento”, considerou o secretário-geral da Fesap. Isto porque o aumento salarial fará com que os trabalhadores percam a isenção de IRS, que beneficiam actualmente. Com o aumento de sete euros propostos pelo Governo, os trabalhadores passarão a pagar 4,2% de IRS, o que implicará uma diminuição do salário líquido, avisa. “É dar com uma mão e tirar com a outra”, afirmou José Abraão. “Esperamos que o Governo mostre sensibilidade para corrigir esta situação, porque é manifestamente injusta para quem há quase uma década desempenha funções e leva para casa, em termos líquidos, 574 euros.”

Para que essa correcção aconteça, o Governo deve melhorar as ofertas que estão em cima da mesa, com aumentos superiores aos 0,3% previstos para toda a Função Pública que é, para a Fesap, “ridícula, inaceitável e incompreensível”. “Não podemos deixar 600 mil trabalhadores com aumentos de dois e três euros para os seus salários”, avisou o secretário-geral deste sindicato.

“Tudo depende o que o Governo quer negociar e da margem que tem disponível, que não tinha no essencial em Dezembro, quando deram por finalizado o processo”, vinhou. Para isso, a Fesap está disponível para caminhar no sentido de acordos anuais ou plurianuais, o que terá recebido abertura do Governo.

As reuniões entre o Governo e os sindicatos da Administração Pública irão prolongar-se durante toda esta segunda-feira. Depois da Fesap, o secretário de Estado da Administração Pública, José Couto, esteve reunido com a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública da CGTP. À tarde, o Governo recebe a Frente Sindical (UGT).

Peça 138:

Galp dá 192 milhões à Amorim Energia e 43 milhões ao Estado

Luís Villalobos

18 de Fevereiro de 2020, 12:10

O resultado líquido da Galp Energia foi de 560 milhões de euros no ano passado (em termos ajustados), o que representa uma queda de 21% (ou 147 milhões) face a 2018. A empresa fala de um “contexto de

refinação desafiante”, sem dar pormenores, ao mesmo tempo que considera que no ano passado teve “um desempenho financeiro robusto”, suportado “pelos resultados do *upstream* [exploração] e do *downstream* [distribuição]”.

Tendo em conta a norma IFRS - sem valores ajustados – a descida é mais abrupta, caindo 47%, para 389 milhões. De acordo com o comunicado da empresa, a margem da refinação caiu mais de um terço e chegou aos 3,1 dólares por cada barril de petróleo processado.

Olhando para o EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciações e amortizações na sigla inglesa), verifica-se que este subiu 7%, para 2381 milhões de euros mas inclui uma perda de 32% (195 milhões de euros) no segmento de refinação e distribuição. Já o EBITD (que não inclui as amortizações) desceu 9% (131 milhões), para 1387 milhões de euros. Aqui, a refinação e a distribuição caiu 97% para apenas oito milhões de euros (menos 258 milhões de euros). Outros indicadores foram mais positivos, como o da dívida líquida, que desceu 17%, para 1435 milhões, e do *free cash flow*, após dividendos, que subiu 63%, para 232 milhões.

Mais 10% de dividendos até 2021

Sobre os dividendos, a empresa liderada por Carlos Gomes da Silva mantém a proposta de um aumento de 10% por ano entre 2019 e 2021, avançada na altura dos resultados do terceiro trimestre, tendo por base os 0,6325 euros brutos pagos por acção em relação ao exercício de 2018 (e que significaram um acréscimo de 15%).

Essa estratégia coloca o próximo montante nos 0,69575 euros por acção, beneficiando accionistas como a Amorim Energia (33,3% do capital) e o Estado português (7,5%). No caso da Amorim Energia há a particularidade de os accionistas angolanos, Sonangol e Isabel dos Santos, associados na Esperaza estarem de costas voltadas. Luanda avançou com um processo contra a filha do ex-presidente, José Eduardo dos Santos, que inclui o arresto preventivo de contas e bens da empresária. A medida alargou-se depois às contas em Portugal.

Como a Sonangol detém a maioria do capital da Esperaza (sociedade-veículo dona de 45% da Amorim Energia), é de esperar que haja dificuldades em receber os dividendos por parte de Isabel dos Santos. Os maiores beneficiários do aumento dos dividendos serão mesmo as descendentes de Américo Amorim, onde se destaca Paula Amorim (presidente do conselho de administração da petrolífera portuguesa), que detém 55% da Amorim Energia.

A subida do dividendo significa que em termos anuais o próximo encaixe para a Amorim Energia será de 192,3 milhões de euros, dos quais 105,8 milhões para as descendentes de Américo Amorim, 51,9 milhões para a Sonangol e 34,6 milhões ligados a Isabel dos Santos. Já o Estado, por via da Parpública, terá direito a 43,1 milhões de euros.

Em termos de investimentos, estes desceram 5% para 856 milhões em 2019, tendo a maioria (70%) ido para área da exploração e prospecção. Durante a próxima década, diz a petrolífera, mais de 40% dos investimentos “visam capturar oportunidades relacionadas com a transição energética” e “10% a 15% serão alocados a projectos de geração eléctrica de base renovável e novos negócios”. O investimento líquido previsto situa-se, em termos médios, entre os mil milhões de euros e os mil e duzentos milhões, por ano até 2022, “ainda que mais concentrado no início do período”, refere a Galp.

No final do passado mês de Janeiro, a Galp anunciou a aquisição de vários projectos de produção de energia solar fotovoltaica, num negócio de 2,2 mil milhões de euros. O acordo alcançado com o grupo

ACS vai permitir à Galp juntar ao seu portefólio um conjunto de activos que representam uma capacidade instalada de 2,9 gigawatts (GW). Na altura, a empresa afirmou que a transacção – cujo desfecho é esperado para o segundo trimestre - tem um valor total de 2,2 mil milhões de euros até 2023.

Peça 139:

Valor médio do crédito à habitação sobe para o nível mais alto desde 2014

Isabel Aveiro

18 de Fevereiro de 2020, 13:18

O crédito médio em dívida na totalidade dos créditos à habitação ascendeu, em Janeiro passado, a 53.608 euros, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), publicados esta terça-feira. São mais 148 euros do que um mês antes (53.460 euros em Dezembro de 2019) e mais 1104 euros do que um ano antes (52.504 euros em Janeiro de 2019).

De acordo com a série disponibilizada pelo INE, o valor médio total de 53.608 euros é o mais elevado desde meados de 2014. É preciso recuar até Junho de 2014 para encontrar uma média superior (incluindo regime geral e bonificado), na altura de 53.630 euros.

Os números totais compreendem aquisição, construção e reabilitação de habitação. Mas se for isolada a aquisição de habitação para o financiamento solicitado à banca – “o mais relevante no conjunto do crédito à habitação”, conforme recorda o INE -, a trajectória é a mesma, só mais acentuada: o valor médio de capital em dívida atingiu 60.463 euros em Janeiro de 2020. São mais 176 euros do que no mês anterior (60.287 euros em Dezembro de 2019) e mais 1174 euros do que um ano antes (59.289 euros em Janeiro de 2020).

Neste caso, o recuo tem que ser feito até Fevereiro 2014 para se encontrar um valor mais elevado, de 60.609 euros de montante médio de capital em dívida.

Nos contratos celebrados nos últimos três meses para crédito à habitação, o capital médio em dívida foi de 105.127 euros (mais 2189 euros do que no mês antecedente, Dezembro de 2019) e mais 6892 euros do que em Janeiro de 2019, um ano antes, quando atingira um valor médio de 98.235 euros.

No caso específico dos contratos formalizados nos últimos três meses para aquisição de habitação, o valor médio do capital em dívida passou de 106.545 euros em Janeiro de 2019 para 111.429 euros em Janeiro de 2020 (mais 4884 euros).

Taxas de juro de 1%

A curva ascendente é inversamente proporcional aos juros implícitos no crédito à habitação. Se o valor total recuou de 1,011% para 1% entre Janeiro de 2020, ele era de 1,054% um ano antes.

Isolando o crédito para aquisição de habitação, a taxa passou de 1,075% em Janeiro de 2019, para 1,032% em Dezembro do mesmo ano, e para 1,022% em Janeiro passado. Nos contratos formalizados nos últimos três meses, a taxa de juro implícita nos créditos à aquisição de habitação foi de 1,081% em Janeiro último, contra 1,038% em Dezembro e 1,255% em Janeiro de 2019.

Em resumo, a prestação média mensal nos contratos ao crédito à habitação no total dos créditos à habitação (aquisição, construção e reabilitação) recuou um euro, para 247 euros, entre Dezembro de 2019 e Janeiro de 2020. Um ano antes, tinha ficado nos 244 euros.

No caso específico do crédito para aquisição de habitação em contratos realizados nos últimos três meses, a prestação mensal foi de 361 euros, face a 398 euros um mês antes e de 335 euros em Janeiro de 2019.

Comparando com as duas datas em que o capital médio em dívida estava em patamares semelhantes, a diferenças residem na composição da prestação mensal. Assim, no caso da prestação média para o total dos créditos à aquisição de habitação de 247 euros em Janeiro de 2020, para uma taxa média de juros de 1,02%, 202 euros era capital amortizado e 74 euros eram juros totais.

Em Fevereiro de 2014, os 267 euros então pagos de prestação mensal eram compostos 193 euros de amortização de capital e 74 euros de juros totais. Na altura, o juro médio implícito nos juros à habitação era de 1,51%.

Peça 140:

Passageiros da TAP viajam para a Venezuela em outras companhias

Luís Villalobos

18 de Fevereiro de 2020, 15:50 actualizado a 18 de Fevereiro de 2020, 16:24

Os passageiros que tinham comprado bilhetes para o voo da TAP que descolava às 11h30 desta terça-feira em direcção a Caracas foram reencaminhados para outras companhias, devido à suspensão dos voos da transportadora aérea declarada pelo Governo de Nicolas Maduro. “A TAP cumprirá a legislação em vigor, transportando, através de outras companhias aéreas, os passageiros que regressariam a Caracas no voo de hoje”, referiu fonte oficial da empresa.

Sobre os voos seguintes, diz estar a “avaliar soluções” para “os milhares de passageiros”, cujo número não especifica, que já tinham reservas. Entre as possíveis soluções está a reprogramação da viagem, o reembolso ou a transferência das viagens para outras companhias aéreas. Entre as transportadoras que asseguram ligações com a Venezuela estão a Iberia e a Turkish Airlines.

Para já, o período de suspensão tem a duração de 90 dias. A transportadora, cuja metade do capital é detida pelo Estado, “não compreende as razões desta suspensão da operação”, isto porque, diz, “cumpre todos os requisitos legais e de segurança exigidos pelas autoridades de ambos os países”. “Trata-se de uma medida gravosa, que prejudica os nossos passageiros, não tendo a companhia sequer tido hipótese de exercer o contraditório”, acrescenta.

A TAP estava a voar duas vezes por semanas para Caracas, às terças e aos sábados, uma rota que existe desde Abril de 1976. Desde Setembro de 2017, os voos estavam a ser assegurados pela Euroatlantic, através de um regime de ACMI (*Aircraft Crew Maintenance Insurance*), que envolve o *outsourcing* da operação, com contratação de avião e respectiva tripulação.

A suspensão foi anunciada esta segunda-feira pelo executivo de Maduro, após ter acusado a companhia aérea de permitir que um tio de Juan Guaidó, principal opositor político, transportasse o que dizem ser explosivos durante uma viagem. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, já veio classificar a medida como “inamistosa” e “injustificável”.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, também se pronunciou esta terça-feira, manifestando-se “totalmente solidário e sintonizado com o Governo”. “Tudo isto é contraditório com a posição portuguesa, tudo isto não tem fundamento, tudo isto é inaceitável, incompreensível e inadmissível, portanto, não pode deixar de ser repudiado”, afirmou.

Em Março do ano passado, os voos para Caracas chegaram a ser suspensos por razões de segurança, mas foram rapidamente retomados.

No relatório e contas de 2018, a TAP referiu que nos últimos dois exercícios “a continuação da deterioração da situação económica da Venezuela gerou uma desvalorização da taxa Simadi [sistema cambial local] bastante significativa”. “Apesar de se manterem as dificuldades de repatriamento das disponibilidades retidas na Venezuela”, diz a empresa, o facto de as “disponibilidades serem utilizadas para fazer face aos gastos locais e à imaterialidade do montante” foram classificadas em termos contabilísticos na rubrica “caixa e seus equivalentes”, no montante de 14 mil euros.

Em 2015, e na sequência da impossibilidade de repatriar os capitais retidos em Caracas – com a transportadora a falar de “violação das obrigações internacionais” –, o grupo acabou por assumir nas suas contas uma perda de 91 milhões de euros relativos à operação na Venezuela.

Peça 141:

Madrid aprova novos impostos sobre serviços digitais e transacções financeiras

Pedro Matias

18 de Fevereiro de 2020, 17:56

O Conselho de Ministros espanhol aprovou, nesta terça-feira, um novo imposto sobre as transacções financeiras - a chamada “taxa Tobin” - e outro sobre certos serviços digitais, a “taxa Google”. Com os dois impostos, o Estado espanhol espera arrecadar 1,8 mil milhões de euros por ano.

Segundo o jornal espanhol *El País*, a ministra das Finanças, Maria Jesús Montero, disse que os novos impostos respondem à necessidade de “modernizar e adaptar o sistema tributário espanhol, ancorado no século XX, às novas realidades económicas do século XXI”.

A “taxa Google” não irá abranger pequenas e médias empresas, uma vez que se aplica a multinacionais com capital superior a 1000 milhões de euros.

A receita estimada pelo Executivo com a “taxa Google” deve ficar abaixo dos 1,2 mil milhões de euros inicialmente previstos no ano passado, “devido à desaceleração económica e aos dados provenientes de outros países onde já foi aprovada”, refere a ministra.

Esta taxa já estava prevista na anterior legislatura, mas não avançou na altura devido à convocação de eleições antecipadas, realizadas em Novembro de 2019.

O imposto indirecto terá que ser pago pelas empresas a cada três meses, mas este ano será liquidado, “excepcionalmente”, uma única vez, em Dezembro, para abrir espaço “para um acordo internacional sobre esse imposto nas negociações que ocorrem na OCDE e no G20”, bem como para dar tempo de adaptação às empresas.

A taxa sobre certos serviços digitais vai ser cobrada a um valor de 3% sobre as receitas de publicidade e serviços de intermediação *online* e a venda de dados obtidos a partir de informações fornecidas pelo utilizador.

A governante diz que “Espanha vai avançar” com o imposto, mas vai “adaptar a sua legislação interna quando um imposto internacional for aprovado”.

Os Estados Unidos ameaçaram entretanto aumentar tarifas sobre países que aprovem este tipo de taxa, por considerarem que este é prejudicial às suas empresas de tecnologia, entre elas a Google, a Amazon, a Apple e o Facebook.

A ministra das Finanças sublinha que o imposto “não é discriminatório com base na nacionalidade ou tipo de empresa” e diz que a prioridade do Governo é “ter uma tributação justa para os cidadãos”.

Peça 142:

Coronavírus põe mercado de aviação da China atrás do português

PÚBLICO

19 de Fevereiro de 2020, 18:00

O mercado de aviação chinês, que prometia ultrapassar o norte-americano ainda esta década e tornar-se o maior do mundo, caiu da terceira posição para a 25ª num *ranking* da OAG Aviation, empresa fornecedora de dados sobre viagens, ficando atrás de Portugal, avança a *Bloomberg*. A causa desta queda é o surto de Covid-19, que levou ao cancelamento de milhares de voos.

As companhias aéreas tiveram de reduzir o número de voos devido à epidemia, com epicentro na província de Hubei. Cerca de 1,7 milhões de lugares – quase 80% da capacidade total – foram eliminados em voos de transportadoras mundiais, entre 20 de Janeiro e 17 de Fevereiro. Paralelamente, as transportadoras chinesas cortaram mais de dez milhões de lugares de voos domésticos.

“Nenhuma outra ocorrência, de que nos lembremos, teve um efeito tão devastador na indústria de aviação como esta epidemia”, escreveu o analista sénior da OAG, John Grant. “Isto vem ressaltar a importância do mercado chinês na aviação e a rápida globalização dos serviços aéreos, com a emergência de novos mercados e viajantes.”

Muitas transportadoras suspenderam voos para a China numa tentativa de contenção do vírus, que já matou quase 1900 pessoas na China e infectou mais de 72 mil. O número total de lugares da China para

Hong Kong e Taiwan diminuiu em 250 mil, em cinco semanas, e a capacidade das três principais companhias aéreas chinesas caiu entre 80% e 90%.

Devido aos cortes, a China Southern Airlines tem feito apenas mais 800 lugares em serviços internacionais do que a Air Astana do Cazaquistão, enquanto a China Eastern Airlines surge quase em igualdade com a Tunis Air (da Tunísia). Ambas as companhias chinesas reduziram a sua capacidade em quase 200 mil lugares por semana.

“Os danos para algumas companhias e o impacto a longo termo que esta situação terá no seu crescimento poderá perdurar até muito depois da epidemia”, diz Grant.

Peça 143:

Turismo sobe para 18.431 milhões e balança comercial mantém-se positiva

Luís Villalobos

19 de Fevereiro de 2020, 20:17

O sector dos serviços, à boleia do turismo, ajudou a manter a balança comercial positiva em 2019. Mesmo assim, houve uma clara diminuição do saldo das trocas com o exterior, que fechou o ano nos 818 milhões de euros, contra os 1492 milhões do final de 2018 (o que representa uma queda de 45%).

De acordo com os dados do Banco de Portugal divulgados esta quarta-feira, verifica-se houve um agravamento do saldo dos bens, com mais importações e menos exportações, e uma desaceleração dos serviços, suportados pelo turismo (que pesa 52,2% das exportações de serviços). Ao todo o turismo representou a entrada de 18.431 milhões de euros, mais 8% do que em 2018, atingindo assim mais um novo recorde.

O Instituto Nacional de Estatística (INE) já tinha dado nota de um agravamento do défice nos bens de 2842 milhões de euros, chegando aos 20.399 milhões de euros, mas o Banco de Portugal tem uma contabilidade diferente, colocando o défice de bens nos 16.666 milhões. Seguindo as contas do INE, nem os serviços salvam o défice.

Já a balança corrente, que engloba a balança comercial e os rendimentos primários e secundários, passou de positiva a negativa em 2019, mesmo com uma ligeira subida das remessas dos emigrantes (3%, para 3167 milhões de euros). Assim, passou dos 792 milhões para -182 milhões de euros, de acordo com o Banco de Portugal (cujos dados publicados incorporam revisões desde Janeiro de 2016). A balança de capital teve uma ligeira subida, o que colocou a balança corrente e de capital nos 1871 milhões no final do ano passado, menos 34% do que no ano anterior.

Em relação ao turismo, os dados da actividade turística do INE (mas que incluem também os residentes) já tinham dado uma nota positiva, ao mencionar uma subida de hóspedes, dormidas e proveitos. Assim, em 2019 os mercados externos contribuíram com 48,8 milhões de dormidas (uma subida de 3,3%, acima dos 1,8% de 2018) e os proveitos totais aumentaram 7,3% (uma desaceleração de um ponto percentual face a 2018) para 4276,6 milhões.

Défi ce a caminho

No seu boletim económico de Dezembro, onde elaborou uma antevisão para a economia portuguesa entre 2019 e 2022, o Banco de Portugal adiantava que “a balança de bens e serviços deverá tornar-se deficitária em 2019, aumentando esse défi ce ao longo do período de projecção”.

Este cenário reflectia “a evolução da balança de bens que deverá apresentar défi ces progressivamente maiores, prolongando uma evolução observada desde 2017” e uma “ligeira diminuição” do excedente da balança de serviços “após um aumento expressivo nos últimos anos” impulsionado pelo turismo, seguindo-se e “uma relativa estabilização ao longo do restante período de projecção”. No entanto, de acordo com os dados divulgados esta quarta-feira, houve um crescimento, mesmo que residual, do excedente dos serviços, na ordem dos 0,8%.

Peça 144:

Sindicatos apelam a uma grande manifestação: “Os salários baixos não são só um problema da função pública”

Liliana Borges

19 de Fevereiro de 2020, 11:06 actualizado a 19 de Fevereiro de 2020, 14:13

O Governo está disponível para subir os aumentos dos trabalhadores da função pública de sete para dez euros nos salários abaixo dos 700 euros. Os trabalhadores irão sentir este aumento a partir de Março, que terá efeitos retroactivos a Janeiro. No entanto, esta deverá ser a única novidade que sairá das negociações desta quarta-feira. Apesar dos apelos dos sindicatos, o Governo não irá mexer nos dias de férias nem no subsídio de refeição. Fesap fala em “embuste” por parte do Governo.

Insatisfeitas com as condições apresentadas pelo Governo, as estruturas sindicais prometem dar luta: Frente Comum agendou um plenário de dirigentes sindicais para 28 de Fevereiro para “convocar uma acção”. Já a Frente Sindical apela a uma “grande manifestação” no sector público e privado. “As baixas remunerações não são só um problema da administração pública”, notou Helena Rodrigues, presidente do Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) da Frente Sindical. Já a Fesap lembra que, apesar dos aumentos anunciados de dez euros, os restantes 600 mil trabalhadores terão aumentos “ridículos e inaceitáveis de 0,3%” e avança que irá reunir com os seus sindicatos.

José Abraão saiu do encontro “incrédulo” e considera que a ronda de negociações foi “um embuste”. O secretário-geral da Fesap acredita que o Governo sabia até onde podia ir e acusa o gabinete da ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública de não negociar soluções plurianuais. “Seria muito mais sério o Governo ter dito logo qual era a sua proposta e nós posicionarmos-nos sobre ela. Este processo negocial é um embuste”, afirmou.

“Temos de começar a pensar que a resposta tem de ser conjunta. Não pode ser só uma resposta dos trabalhadores da função pública”, afirmou Helena Rodrigues, deixando no ar um apelo a uma greve geral. “Os trabalhadores devem começar a pensar se essa greve geral não tem de acontecer”, disse. “Os trabalhadores têm de mostrar que não é este o caminho a seguir. Para que serve a economia se as pessoas não usufruem dela?”

A sindicalista considerou que não houve um processo negocial, uma vez que não reconheceu no Governo abertura para responder aos pedidos dos sindicatos. “O Governo diz que está a fazer um grande esforço para repor aquilo que são direitos. Ora, repor direitos não é esforço nenhum que faça, porque não deviam ter sido tirados”, argumentou Helena Rodrigues.

A presidente da STE afirmou ainda que a insatisfação com os baixos salários é transversal a todos os portugueses e que, por isso, a luta deve ser travada não apenas pelo sector público, mas também pelo sector privado. “Conversarei com todos aqueles que estiverem dispostos a avançar com uma grande manifestação de trabalhadores”, declarou.

Já esta terça-feira, no debate quinzenal, o líder do PCP tinha alertado o primeiro-ministro acerca da insatisfação dos trabalhadores da função pública. Dirigindo-se a António Costa, Jerónimo de Sousa fez um aviso: “Tenha atenção ou os problemas vão aumentar.”

“O Governo não mostrou abertura nem em relação ao aumento dos dias de férias, nem ao aumento do subsídio de alimentação nem à correcção da Tabela Remuneratória Única (TRU). Assume as consequências e não deixa alternativa aos trabalhadores”, afirmou também a coordenadora da Frente Comum, que considera o aumento proposto pelo Governo insatisfatório.

A Frente Comum foi a primeira estrutura sindical da Função Pública a reunir-se com o secretário de Estado da Administração Pública (Fesap), José Couto. O encontro durou aproximadamente uma hora. À saída do encontro, Ana Avoila considerou que a actualização salarial “começou da pior maneira”.

“Mantém-se tudo na mesma, com excepção dos aumentos de sete para dez euros” nos escalões mais baixos dos salários dos trabalhadores, lamentou. Para a coordenadora da Frente Comum, o aumento irá “criar maior divisão entre os trabalhadores” com esta proposta, uma vez que os trabalhadores que entrem agora no sector terão um salário semelhante aos funcionários públicos com anos de carreira.

O que pediu cada estrutura sindical

Na segunda-feira, a Frente Comum entregou ao Governo a proposta de um aumento salarial mínimo de 90 euros para todos os trabalhadores. Já a Fesap pediu um aumento salarial de 2,9%; a Frente Comum propõe um aumento de 90 euros; e a Frente Sindical quer uma actualização das remunerações e da Tabela Remuneratória Única (TRU) em 2%. Também no subsídio de alimentação havia discrepâncias nos pedidos. Dos actuais 4,77 euros diários, a Fesap pedia um aumento para seis euros e a Frente Comum para 6,5 euros. A Frente Sindical era mais ambiciosa e pedia um aumento do subsídio de alimentação para os dez euros. Quanto aos dias de férias, havia um entendimento transversal: todos pediram a reposição dos 25 dias de descanso.

Depois de as reuniões de segunda-feira terem terminado sem resultados, o Governo e os representantes sindicais da função pública reuniram-se esta quarta-feira para tentarem chegar a um terreno comum. No início da semana, o gabinete da Modernização do Estado e da Administração Pública deu sinais de abertura para uma aproximação às propostas sindicais “dentro da margem orçamental disponível, tanto para 2020 como para os anos seguintes, numa lógica de faseamento”.

Ainda na segunda-feira tinham sido excluídas das negociações outras propostas essenciais para a Fesap como a recuperação dos pontos dos assistentes operacionais na avaliação de desempenho que foram retirados o ano passado e da contagem de tempo de serviço durante o período de ajustamento.

Peça 145:

***Luanda Leaks*: audição de Carlos Costa no Parlamento aprovada por unanimidade**

Rosa Soares

19 de Fevereiro de 2020, 11:43

O Bloco de Esquerda conseguiu ver aprovado, por unanimidade, o requerimento para a prestação de esclarecimentos do Banco de Portugal sobre a forma como Isabel dos Santos realizou vários negócios em território nacional, nomeadamente no sector financeiro, com destaque para a participação no EuroBic.

O requerimento do Bloco surge na sequência do escândalo *Luanda Leaks*, divulgado pelo Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, que mostraram um alegado esquema de ocultação, desvio de fundos públicos e branqueamento de capitais, nomeadamente através das contas da Sonangol no EuroBic. Depois das revelações, a accionista principal do banco EuroBic colocou a sua participação à venda, o que já foi concretizado, embora dependente de algumas formalidades.

Na base do pedido de audição de Carlos Costa, governador do Banco de Portugal, está a avaliação da acção do supervisor, “depois da comunicação pelo próprio EuroBic ao Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) e à Unidade de Informação Financeira (UIF) da PJ da existência de suspeitas sobre operações (aparentemente realizadas há mais de três anos)”.

A empresária foi constituída arguida e viu os seus bens arrestados pelas autoridades judiciais angolanas, que pediram a cooperação da justiça portuguesa, o que levou ao arresto das contas bancárias de Isabel dos Santos e das suas empresas, bem como do seu marido, domiciliadas em bancos nacionais. Este arresto, não incluiu as participações financeiras detidas por Isabel dos Santos, nomeadamente a posição no EuroBic.

Com a audição, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda quer que o Banco de Portugal esclareça o acompanhamento que estará a fazer às actividades financeiras relacionadas com Isabel dos Santos em Portugal, nomeadamente quanto “ao apuramento de todas as responsabilidades nas falhas no sistema de prevenção do branqueamento de capitais do Eurobic”.

Mas também quanto “à avaliação da idoneidade dos accionistas e órgãos de administração do Eurobic no período que antecedeu a divulgação pública do caso *Luanda Leaks* e “à avaliação da operação de venda da participação de Isabel dos Santos no EuroBic, quanto à idoneidade de todos os envolvidos e aos potenciais riscos da operação em matéria de branqueamento de capitais e/ou de obstrução da justiça”.

Peça 146:

“Lava que se farta!”: Isabel dos Santos recorre da absolvição de Ana Gomes

Pedro Crisóstomo

19 de Fevereiro de 2020, 17:36

A empresária Isabel dos Santos, conhecida como a mulher mais rica de África, com uma fortuna avaliada pela revista *Forbes* em 2000 milhões de dólares, não se conforma com a absolvição de Ana Gomes no processo que lhe colocou em tribunal por causa de comentários no Twitter nos quais a antiga eurodeputada do PS se indagava sobre a origem do dinheiro da filha primogénita do ex-Presidente de Angola.

Depois de o Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa-Oeste (Sintra) ter rejeitado obrigar Ana Gomes a apagar seis *tweets* escritos pela diplomata, Isabel dos Santos recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa por considerar que o tribunal de primeira instância “não interpretou com rigor e precisão os comentários” da diplomata, entre os quais estava uma publicação na qual Gomes exclamava: “Isabel dos Santos endivida-se mto porque, ao liquidar as dívidas, ‘lava’ q se farta! E bancos querem ser ressarcidos, só em teoria cumprem #AMLD [Anti-Money Laundering Directive, nome pela qual é conhecida a directiva europeia de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo], de facto não querem saber a origem do dinheiro...E @bancodeportugal não quer ver...”.

Tudo começou antes dos *Luanda Leaks*, antes de Isabel dos Santos ser constituída arguida em Angola por suspeitas de má gestão e desvio de fundos da companhia petrolífera estatal Sonangol, e antes de a engenheira ser alvo de um processo de arresto, agora extensível a Portugal, em conjunto com o marido, Sindika Dokolo, e o empresário português Mário Leite da Silva, por alegados danos causados ao erário publico angolano.

Quando, em Outubro, a filha de Eduardo dos Santos dá uma entrevista à agência Lusa afirmando que as recorrentes dúvidas sobre a origem dos seus investimentos resultam de “narrativa negativa”, Ana Gomes reage publicando uma série de *tweets* que Isabel dos Santos considerou afectarem os seus direitos de personalidade, reputação e bom nome, e induzirem o leitor na “convicção errada e difamatória” de que é corrupta e de que usa o Banco Eurobic para “lavar dinheiro”. E avançou para tribunal, reclamando que Ana Gomes apagasse os *tweets*.

Ao analisar os argumentos de Isabel dos Santos, o tribunal de Sintra fez uma avaliação da colisão de direitos — entre “o direito ao bom nome e reputação” da empresária e “o direito à liberdade de expressão” da antiga eurodeputada. E, neste caso concreto, considerou que deveria prevalecer o direito à liberdade de expressão e de informação, sem que isso quisesse dizer que estava a ser posta em causa a presunção da inocência de Isabel dos Santos. É contra essa decisão que a engenheira agora vem interpor recurso, por considerar que o tribunal de primeira instância “não interpretou com rigor e precisão os comentários” de Gomes, que, insiste, provocam um “imediate e incontrolável dano à sua imagem, honra e bom nome”.

Isabel dos Santos entende que o tribunal de Sintra “andou mal” ao concluir que se está perante uma colisão de dois direitos: “É flagrante a violação de direitos de personalidade sem haver necessidade de ponderar entre vários, nomeadamente o direito à liberdade de expressão invocado na sentença recorrida.” E acrescenta: “A colisão de direito só aconteceria se, em concreto, a conduta potencialmente lesiva do titular de cada um deles — *in casu*, a redacção e publicação dos comentários na página Twitter a que respeitam os autos – correspondesse efectivamente ao exercício do direito de informar — o que não se verifica.”

Na primeira instância, a juíza Susana Paula Rodrigues Achemann referia que, embora tendencialmente a jurisprudência tenha ido no sentido de “privilegiar, no caso de conflitos de direitos, os direitos fundamentais individuais à honra ao bom nome e reputação, ligados à própria dignidade da pessoa humana, sobre o exercício do direito de opinião e de expressão”, actualmente, “por serem ambos direitos fundamentais individuais”, seria preciso “averiguar no caso concreto” qual deles deveria ser sacrificado.

E neste caso concreto considerou que não deveria ser limitado o direito de expressão, pois Ana Gomes funda “a sua convicção em diverso material que tem recolhido, designadamente em artigos de jornalismo de investigação, a que acresce o seu conhecimento profissional e não lhe sendo exigível provar completamente a verdade dos factos, mas apenas a plausibilidade racional desses indícios”, com o objectivo de “pressionar as entidades supervisão e de investigação a averiguarem a génese do património e dos investimentos” de Isabel dos Santos nas empresas portuguesas.

Neste caso, Isabel dos Santos tem a defendê-la o advogado Carlos Cruz, da CCA Law Firm, que, neste recurso, cita várias partes das alegações proferidas durante o julgamento de primeira instância, incluindo uma em que a eurodeputada (defendida por Francisco Teixeira da Mota, também advogado do PÚBLICO) assume ter “total consciência” de que imputa actividade criminosa a Isabel dos Santos, a quem convida a colocar-lhe um processo-crime para poder discutir isso mesmo em tribunal.

Eis essa passagem:

Advogado de Isabel dos Santos — *A sôtor diz que Isabel dos Santos, no tweet de 16.10 [16 de Outubro], branqueia capitais desviados de Angola através dos bancos como Eurobic e outros investimentos em Portugal AMLD, que isso eu não sei.*

Ana Gomes — *“AMLD” é Anti Money Laundering Directive.*

Advogado de Isabel dos Santos — *A senhora dra. tem consciência de que imputou directamente à engenheira Isabel dos Santos a prática de uma actividade criminosa em Portugal.*

Ana Gomes — *Total consciência.*

Advogado de Isabel dos Santos — *Pronto, e a minha pergunta é: como é que imputando esse, essa prática de actividade criminosa vem dizer ao tribunal que não quer, que não é nada de pessoal contra a Isabel dos Santos mas eu tomei aqui nota é uma questão de denúncia. A senhora não denuncia, a senhora imputa, ou não é assim?*

Ana Gomes — *Ahhh. Sr. dr., se a senhora engenheira Isabel dos Santos acha que eu não estou a falar a verdade podia pôr-me um processo-crime para demonstrarmos em processo-crime.*

Peça 147:

TAP diz que vai “parar de investir” e “de crescer” por causa da Portela

Luís Villalobos

20 de Fevereiro de 2020, 17:18

Está a ser construída uma nova saída rápida no aeroporto da Portela, e um novo sistema vai permitir gerir melhor o espaço aéreo por parte da NAV, a que se junta uma menor ocupação por parte da Força Aérea. No entanto, a TAP diz que isso está longe de ser suficiente, com o seu presidente executivo, Antonoaldo Neves, a tecer duras críticas à infra-estrutura gerida pela ANA, pressionando assim a empresa do grupo francês Vinci.

Na conferência de apresentação de resultados (o grupo teve um prejuízo de 105,6 milhões de euros em 2019), o gestor dedicou grande parte do tempo a apresentar as razões do seu descontentamento, sublinhando que, se nada mudar, a empresa “vai parar de investir” em novos aviões e contratações. “A TAP”, disse, “tomou a decisão de parar de crescer”, tendo em conta o actual contexto.

Sobre a saída rápida que está a ser construída, o gestor afirmou que esta deverá ter apenas 20% “de utilização esperada por parte dos aviões da TAP”, devido à sua concepção e ao facto de vários aviões da sua frota terem um peso que não os permite usar esse percurso. A transportadora diz ainda que o seu departamento identificou um “risco de conflito de tráfego” entre “duas aeronaves em aterragens sucessivas”.

Uma outra saída rápida, proposta pela TAP, não tem ainda, diz a empresa, uma data prevista para o início da obra. A transportadora destaca ainda a necessidade de prolongar o *taxiway* (a faixa através da qual o avião vai para o terminal, por exemplo) e construir novos estacionamento – o que implica fechar a pista secundária, que daria melhorias na pontualidade da empresa.

Para este Verão, referiu o gestor, a TAP já foi penalizada, ao não receber a necessária autorização para 1500 novos voos (designados de *slots*) e respectivos passageiros, depois de ter pedido 9075. “Pedimos poucos porque sabemos das limitações” do Aeroporto Humberto Delgado, referiu. De acordo com os dados da empresa, o aumento de *slots* pedidos pela TAP foi de 12%, inferior ao dos concorrentes (neste caso, o número disponibilizado foi agregado). A TAP lidera de forma destacada o *ranking* dos movimentos na Portela, com os dados do quarto trimestre de 2019 a atribuírem-lhe uma quota de 55%, seguindo-se a Ryanair com 9%.

“Não sabemos quando é que vai haver o *taxiway*, como é que posso ter um planeamento estratégico se [depois] não vou ter *slots*?”, questionou. “Tenho de ficar indignado, não posso aceitar isso”, sublinhou o gestor. “De nada serve investir” na melhoria do espaço aéreo, acrescentou, se depois a infra-estrutura não tem em terra as condições necessárias para o crescimento.

No caso do fecho da pista secundária, de acordo com o regulador da aviação civil, a ANAC, o processo para o encerramento da pista foi entregue pela ANA no final de Novembro.

Segundo já afirmou ao PÚBLICO fonte oficial do regulador, a ANAC está a verificar se está tudo “completo e instruído de acordo com a legislação e requisitos em vigor”. “Este processo configura uma alteração das bases de certificação do aeroporto, constitui uma obra de relevo, pelo que a ANAC terá de analisar com profundidade”, acrescentou a mesma fonte.

De acordo com a estimativa da TAP, o investimento para todas as melhorias que considera necessárias na Portela não ultrapassaria os 80 milhões de euros, que seriam rapidamente recuperados.

Na apresentação dos resultados, Antonoaldo Neves destacou que a empresa teve um custo de 35 milhões de euros ligado à compensação de passageiros por causa das ineficiências da infra-estrutura da Portela.

Peça 148:

Suspensão dos voos da TAP para a Venezuela custa dez milhões

Luís Villalobos

20 de Fevereiro de 2020, 15:12

A decisão de suspender os voos da TAP para a Venezuela, tomada pelo Governo de Nicolas Maduro, vai custar dez milhões de euros à empresa portuguesa. A contabilização das perdas foi feita esta quinta-feira pelo presidente da transportadora aérea, Antonoaldo Neves, durante a conferência de imprensa de apresentação de resultados.

De acordo com o presidente executivo da TAP, a factura decorre do processo de indemnizações a passageiros e de transferências para outras companhias que já tinham viagem reservada para Caracas. “Quem vai pagar a conta?” questionou o gestor, de forma retórica, acrescentando que a empresa já analisou os procedimentos do voo ligado à suspensão e que não se verificou nenhuma falha. Além da factura já contabilizada, Antonoaldo Neves falou ainda da existência de um “impacto negativo na marca” que o episódio está a causar em outros países, e que, disse, também tem impactos na percepção externa de Portugal.

Em 2015, e na sequência da impossibilidade de repatriar os capitais retidos em Caracas – com a transportadora a falar de “violação das obrigações internacionais” –, o grupo acabou por assumir nas suas contas uma perda de 91 milhões de euros relativos à operação na Venezuela. E, uma vez que já não vende bilhetes na Venezuela, não voltou a acumular verbas em Caracas.

Apesar de se manterem as dificuldades de repatriamento das disponibilidades retidas na Venezuela”, referiu a empresa no relatório de 2018, o facto de as “disponibilidades serem utilizadas para fazer face aos gastos locais e à imaterialidade do montante” fez com que fossem classificadas em termos contabilísticos na rubrica “caixa e seus equivalentes”, no montante de 14 mil euros.

A TAP estava a voar duas vezes por semanas para Caracas, às terças e aos sábados, uma rota que existe desde Abril de 1976. Desde Setembro de 2017, os voos estavam a ser assegurados pela Euroatlantic, através de um regime de ACMI (Aircraft Crew Maintenance Insurance), que envolve o *outsourcing* da operação, com contratação de avião e respectiva tripulação.

A suspensão foi anunciada na segunda-feira pelo executivo de Maduro, após ter acusado a companhia aérea de permitir que um tio de Juan Guaidó, principal opositor político, transportasse o que dizem ser explosivos durante uma viagem. O ministro dos Negócios Estrangeiros, Augusto Santos Silva, já veio classificar a medida como “inamistosa” e “injustificável”, tendo o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, afirmado que a situação era “inaceitável, incompreensível e inadmissível”.

Peça 149:

“A comissão executiva não comenta a política de remuneração” da TAP

Luís Villalobos

20 de Fevereiro de 2020, 12:00

O responsável pela gestão da TAP, Antonoaldo Neves, afirmou esta quinta-feira que “a comissão executiva não comenta a política de remuneração da empresa”. O presidente executivo da transportadora reagiu assim a uma pergunta dos jornalistas sobre a questão dos prémios que, de acordo com o maior

accionista privado, David Neeleman, serão atribuídos este ano em relação ao exercício de 2019, durante o qual a empresa se manteve nos prejuízos.

Na conferência de imprensa para apresentar os resultados do ano passado, Antonoaldo Neves sublinhou que “a comissão executiva não comenta declarações de outras pessoas” sobre a empresa, sejam “de clientes ou de accionistas” na comunicação social. A mesma postura foi assumida pelo presidente do conselho de administração, Miguel Frasquilho, nomeado pelo Estado.

A questão entrou na ordem do dia a partir do momento em que David Neeleman – que não esteve presente esta quinta-feira na apresentação dos resultados, ao contrário do que tem sido habitual, tal como Humberto Pedrosa - afirmou ao *Observador* que iam voltar a ser pagos prémios de desempenho, mesmo com o grupo a registar prejuízos. Há um ano, este tema já tinha gerado fricções entre o accionista Estado (dono de 50% do capital) e os privados.

Esta quarta-feira, na véspera da apresentação dos resultados, o ministro com a tutela da empresa, Pedro Nuno Santos, foi ao Parlamento dizer, citado pela Lusa, que era “inaceitável” que a TAP, com “100 milhões de euros de prejuízos” em 2019, atribuisse prémios a uma minoria. “É uma falta de respeito para com a esmagadora maioria dos trabalhadores da TAP e para com os portugueses”, afirmou o ministro das Infra-estruturas numa audição parlamentar na Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação.

“Foi dito à TAP que não permitiremos a atribuição de prémios”, sublinhou o ministro.

Esta manhã, a TAP comunicou que o prejuízo em 2019 foi de 105,6 milhões de euros, ligeiramente abaixo dos 118 milhões de 2018.

No segundo semestre, as contas já foram melhores do que nos primeiros seis meses do ano, o que permitiu reduzir as perdas. De acordo com a empresa, houve um resultado líquido de 14,1 milhões de euros entre Junho e Dezembro. O resultado operacional em 2019, refere a TAP, passou de prejuízo de 44 milhões em 2018 para um lucro de 58,6 milhões de euros.

Peça 150:

PSD quer algumas transferências MB Way gratuitas na conta de serviços mínimos

Rosa Soares

20 de Fevereiro de 2020, 11:43

O PSD vai juntar-se aos partidos de esquerda no limite às comissões cobradas no MB Way, mas a proposta que tenciona apresentar é limitada à conta de serviços mínimos bancários (SMB), que garante um conjunto de serviços básicos, por um custo muito reduzido. Em concreto, e como é revelado esta quinta-feira pelo *Jornal de Negócios*, o partido quer incluir na conta de SMB um número determinado de transferências MB Way isentas de custos, como já acontece com as transferências *online*.

De acordo com declarações do deputado Duarte Pacheco ao jornal, a proposta será “apresentada brevemente”, mas sem indicação de uma data. Isto numa altura em que está agendada para a próxima semana, dia 27, a discussão no Parlamento de várias propostas do Bloco de Esquerda sobre comissões

bancárias, incluindo as cobradas nas transferências MB Way, a que já se juntaram outras iniciativas do PCP, PS e PAN.

A proposta “visa incluir várias transações sem qualquer custo da conta de serviços básicos”, explicou o deputado, citado pelo *Negócios*. Em causa está um número reduzido de potenciais beneficiários, cerca de 100 mil contas no final de 2019, e uma parte deles poderá não ser utilizador da aplicação para telemóveis.

As propostas mais ambiciosas no MB Way são apresentadas pelo Bloco, PCP e PAN, que pretendem proibir tais custos. O PS propõe limitar as comissões no MB Way, mas não as proíbe.

Recorde-se que as propostas do Bloco, a que se juntaram mais recentemente as do PCP e do PAN, pretendem a proibição pura e simples das comissões nas transferências realizadas através da aplicação (*app*) para telemóveis, o MB Way, criada pela SIBS para praticamente todos os bancos.

A aplicação MB Way, criada pela SIBS para a quase totalidade dos bancos a operar no país nasceu gratuita, criando uma possibilidade mais rápida e cómoda para os consumidores de fazer pagamentos nos pontos de venda, bem como transferências entre contas, o que contribuiu para a sua adopção por alguns milhões de particulares. Entretanto, os bancos começaram a comissionar as transferências.

Para aplicar as comissões, alguns bancos, entre os quais a Caixa Geral de Depósitos, BCP, Santander, e BPI, criaram aplicações próprias, onde isentam as transferências realizadas por alguns clientes, mas cobram sobre outros. E passaram a aplicar comissões elevadas aos clientes que usam a aplicação original, criando um problema de percepção sobre a disparidade de comissões.

Peça 151:

TAP mantém-se nos prejuízos com perdas de 105 milhões

Luís Villalobos

20 de Fevereiro de 2020, 9:04

A TAP não evitou mais um ano de resultados negativos, apresentando um prejuízo de 105,6 milhões de euros em 2019, ligeiramente abaixo dos 118 milhões registados no exercício anterior.

De acordo com o grupo, liderado por Antonoaldo Neves, houve um impacto financeiro negativo de 55 milhões de euros no “processo que envolve a gestão da entrada das 30 novas aeronaves e a saída de 18 antigas”. A transportadora, que diz ter investido “fortemente” na pontualidade e na regularidade da operação, aponta o dedo à “falta de investimento na capacidade do aeroporto de Lisboa” e ao “congestionamento do espaço aéreo”. “Em 2019, a TAP foi penalizada entre 30 milhões de euros a 35 milhões de euros em resultado da ineficácia da infra-estrutura”, diz a empresa, num crítica implícita à ANA, do grupo Vinci, responsável pela gestão do aeroporto da Portela.

No segundo semestre, as contas já foram melhores do que nos primeiros seis meses do ano, o que permitiu reduzir as perdas. De acordo com a empresa, houve um resultado líquido de 14,1 milhões de euros entre Junho e Dezembro, face a um prejuízo de 28 milhões de euros no período homólogo de

2018. “O segundo semestre foi um período de forte crescimento e recuperação para a TAP, tendo sido sustentado sobretudo pelo investimento realizado nos últimos 18 meses”, diz a empresa em comunicado.

O resultado operacional em 2019, refere a TAP, passou de prejuízo de 44 milhões em 2018 para um lucro de 58,6 milhões de euros. “Em 2019, a TAP investiu de uma forma sem precedentes na história da companhia”, diz o grupo, sublinhando que recebeu “30 novos aviões de última geração, inaugurou 11 novas rotas e contratou cerca de 900 novos trabalhadores”.

Segundo a companhia, os passageiros transportados ascenderam a mais de 17 milhões, “um incremento de 8% face ao período homólogo, consolidando a trajectória de crescimento dos últimos quatro anos”. Já o CASK (custo operacional unitário por assento-quilómetro) caiu 9% no total do ano, com o contributo do investimento “na renovação da frota com aviões mais eficientes”.

Uma das apostas da transportadora tem sido no mercado norte-americano, que tem permitido compensar a volatilidade do mercado brasileiro, o qual, apesar dos impactos negativos no início do ano passado, “tem dado sinais de recuperação nos últimos meses”.

No ano passado, acrescenta ainda o grupo, registou-se “o reforço do balanço com a maior posição de caixa da história da TAP, no valor de 434 milhões de euros”.

Prémios polémicos entre accionistas

David Neeleman, o principal accionista privado da TAP, ao lado de Humberto Pedrosa, já afirmou ao *Observador* que vão voltar a ser pagos prémios de desempenho em relação ao exercício do ano passado, mesmo com o grupo a registar prejuízos. O tema dos prémios, que já deu polémica com o accionista Estado no ano passado, está novamente a gerar controvérsia.

Esta quarta-feira, na véspera da apresentação dos resultados, o ministro com a tutela da empresa, Pedro Nuno Santos, foi ao Parlamento dizer, citado pela Lusa, que era “inaceitável” que a TAP, com “100 milhões de euros de prejuízos” em 2019, atribuisse prémios a uma minoria. “É uma falta de respeito para com a esmagadora maioria dos trabalhadores da TAP e para com os portugueses”, afirmou o ministro das Infra-estruturas numa audição parlamentar na Comissão de Economia, Inovação, Obras Públicas e Habitação.

Segundo afirmou o ministro, os prejuízos na TAP são “uma matéria que preocupa” o Governo. “No conselho de administração, a maioria é do Estado. Na gestão, é 100% privada”, reforçou Pedro Nuno Santos, referindo que a decisão de atribuição de prémios aos trabalhadores “é uma questão da gestão”. Ainda assim, “foi dito à TAP que não permitiremos a atribuição de prémios”, sublinhou o ministro. com Rosa Soares

Peça 152:

Jerónimo Martins planeia investir 700 milhões este ano

Isabel Aveiro

20 de Fevereiro de 2020, 19:25

O grupo de distribuição Jerónimo Martins prevê ter mais 10 lojas Pingo Doce, mais um “cash & carry” Recheio, adicionar mais 100 novas lojas à Biedronka e outras 50 à rede de para-farmácias Hebe, ambas na Polónia, e conta somar mais 130 localizações à cadeia de proximidade colombiana Ara durante este exercício.

A expansão está descrita nas perspectivas para 2020, divulgadas juntamente com os resultados esta quinta-feira. “O programa de *capex* para o ano de 2020 estima-se em 700 e 750 milhões”, está escrito no comunicado hoje emitido ao mercado. Inclui ainda um plano para remodelar 250 lojas Biedronka.

No final do ano passado, a JM detinha 3.002 supermercados Biedronka, 273 unidades Hebe (28 farmácias e 245 drogarias), 441 supermercados e hipermercados Pingo Doce, 42 unidades grossistas Recheio e 616 lojas de proximidade Ara. Investiu 678 milhões no ano de 2019, 57% dos quais na Polónia, 25% em Portugal e 14% na Ara.

Em 2019, o grupo liderado por Pedro Soares dos Santos registou resultados líquidos de 433 milhões de euros, mais 7,9% do que um ano antes, com os resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA na sigla inglesa) a registar uma variação positiva de 8,9%, para 1045 milhões de euros.

O grupo, que tem presença desde 1995 na Polónia e desde 2013 na Colômbia, consolidou vendas de 18,63 mil milhões de euros, mais 7,5% do que no exercício anterior. No final do ano passado, o peso da Biedronka era de 67,7% em termos de vendas consolidadas (12,62 mil milhões de euros versus 11,69 mil milhões de euros em 2018) e de mais de 80% no que toca ao EBITDA.

O peso do Pingo Doce nas vendas consolidadas desceu de 22,1% para 21,2%, com 3,94 mil milhões de euros. A Ara, uma operação que fez 5 anos em 2019, vale agora 4,2% das vendas consolidadas pela Jerónimo Martins.

O *cash flow* passou de 135 milhões em 2018 para 494 milhões de euros no exercício passado.

O conselho de administração vai propor em assembleia-geral de accionistas (marcada para 16 de Abril) que seja distribuído um “dividendo de 216,8 milhões de euros”, cerca de 50% dos resultados líquidos registados, a “0,345 euros por acção (valor bruto), “o que permitirá ao grupo manter a força do seu balanço e elevada flexibilidade estratégica”, garante a gestão.

Peça 153:

Governo aprova novas regras contra lavagem de dinheiro após infracção de Bruxelas

Pedro Crisóstomo

20 de Fevereiro de 2020, 18:18

Uma semana depois de Bruxelas abrir um processo de infracção contra Portugal pelo atraso na transposição da quinta directiva europeia de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, o Governo acaba de aprovar em Conselho de Ministros a proposta de lei que dá seguimento às novas regras e avança, ao mesmo tempo, com a passagem de uma outra directiva relacionada com o mesmo tema.

Com a transposição que faltava cumprir, o Governo diz pretender “garantir um regime jurídico mais eficiente e completo” que seja “capaz de enfrentar e mitigar riscos emergentes” do uso da “moeda electrónica e outros activos virtuais” para a lavagem de dinheiro e a criminalidade organizada (incluindo a que está associada ao financiamento do terrorismo).

O passo que o Governo agora dá pode travar a segunda fase do procedimento de infracção desencadeado pela Comissão há uma semana — o processo n.º 20202016 —, mas já não afasta Portugal da imagem de um Estado-membro que chega atrasado na absorção das mais recentes regras de combate à lavagem de dinheiro.

Em causa está a transposição da directiva 2018/843, de 30 de Maio de 2018, cujo processo legislativo o Governo de António Costa já deveria ter posto em marcha há vários meses para que a nova lei estivesse em vigor no início do ano, o que, não tendo acontecido, deu origem ao processo aberto pela Comissão Europeia. E assim foi porque a directiva previa expressamente que os Estados-membros põem em vigor “as disposições legislativas, regulamentares e administrativas necessárias para dar cumprimento à presente directiva até 10 de Janeiro de 2020”.

Como Portugal, outros sete países não o fizeram a tempo: Espanha, Holanda, Chipre, Hungria, Roménia, Eslováquia e Eslovénia. Um atraso exposto por Bruxelas e para o qual o Governo de Costa não dá qualquer explicação no comunicado do Conselho de Ministros desta quinta-feira.

Além desta directiva, o diploma do executivo também transpõe — dentro do prazo — uma outra directiva que alarga os ilícitos subjacentes ao crime de lavagem de dinheiro e agrava as sanções penais a aplicar a advogados, consultores fiscais ou agentes imobiliários que, estando obrigados a cumprir uma série de deveres de prevenção do branqueamento de capitais, cometam infracções.

Na União Europeia, todos os países já criminalizam a lavagem de dinheiro, mas há diferenças tanto em relação às sanções como à definição dos crimes principais que estão subgerentes ao branqueamento. Daí que as novas orientações europeias passem justamente por definir sanções que sejam consideradas eficazes em todos os países da União.

Quanto a Portugal, o Governo lembra que o Grupo de Acção Financeira — um organismo intergovernamental que promove e avalia as medidas de prevenção do branqueamento de capitais — considerou em Dezembro de 2017 que as sanções penais aplicadas em Portugal “são proporcionais e dissuasivas”.

Apesar disso, indica o Governo, a nova lei vem “alargar o quadro de ilícitos típicos subjacentes ao crime de branqueamento e o espectro das suas condutas típicas, bem como agravar a moldura penal nos casos em que o infractor é uma entidade obrigada” a cumprir as regras de prevenção da lavagem de dinheiro através dos bancos e comete a infracção no exercício das suas actividades profissionais, como sejam os auditores, os consultores fiscais, as próprias instituições bancárias, os advogados que actuam por conta de um cliente numa operação financeira, os agentes imobiliários ou os prestadores de serviços.

Apesar da vontade de alguns grupos políticos no Parlamento Europeu, de fora da nova directiva acabaram por ficar sanções agravadas para as chamadas Pessoas Politicamente Expostas (PPE) apanhadas em esquemas de lavagem de dinheiro, isto é, medidas mais rígidas para os cidadãos (ou seus familiares) que desempenham ou desempenharam cargos políticos ou públicos de topo (como primeiros-ministros, chefes de Estado, deputados, oficiais gerais das Forças Armadas, chefes de missões diplomáticas ou membros de órgãos de administração e fiscalização dos bancos centrais).

Peça 154:

Lucro da EDP cai 1% para 512 milhões

Ana Brito

20 de Fevereiro de 2020, 17:29 actualizado a 20 de Fevereiro de 2020, 19:42

Os resultados líquidos da EDP atingiram 512 milhões de euros em 2019, menos 1% do que no exercício de 2018.

O resultado operacional bruto do grupo subiu 12%, para 3706 milhões.

Em Portugal, os resultados foram negativos em 98 milhões de euros. Foi o segundo ano consecutivo de prejuízos em território português, explicou o presidente da EDP, António Mexia, em conferência de imprensa.

A perda foi motivada essencialmente por uma imparidade relativa à central a carvão de Sines (94 milhões de euros) e à provisão relacionada com o litígio com o Estado em torno da barragem de Fridão (59 milhões de euros para acautelar eventuais perdas com um “processo longo”), adiantou o gestor.

Ainda assim, Mexia fez questão de vincar no início da sua apresentação uma mensagem que haveria de repetir mais do que uma vez: os resultados negativos em nada afectam o compromisso da EDP com Portugal, onde, segundo o gestor, estão investidos mais de dez mil milhões de euros.

Apesar dos maus resultados em Portugal (que, se não fossem a provisão e a imparidade, teriam sido positivos, embora “baixos”), 2019 foi um ano com “resultados recorde” na EDP Renováveis (lucro de 475 milhões de euros, em alta de 52%), no Brasil (um aumento de 5% para cerca de 284 milhões), destacou o presidente da empresa.

O ano passado fica para a história como um ano de “boa performance e de boa capacidade de entrega dos compromissos” que a empresa assumiu no seu plano estratégico, sublinhou o presidente da EDP, António Mexia, em conferência de imprensa.

Um deles, foi a venda de activos para redução do endividamento (ainda que este, em 2019, tenha subido 3% para 13.827 milhões), que está à espera de concretização com a venda de seis barragens no Douro ao consórcio francês liderado pela Engie.

Os dossiês para análise deste negócio de dois mil milhões de euros foram entregues ao Estado e agora há que aguardar enquanto decorre o processo administrativo, explicou. Temos “11 meses para concretizar a operação de alienação dos activos, penso que é tempo suficiente”, acrescentou Mexia.

O gestor garantiu que tanto a EDP como o comprador já apresentaram aos autarcas das regiões onde se situam as barragens “um projecto industrial claro, ambicioso e de longo prazo” para aquelas infra-estruturas a Norte.

Já para Sul, o presidente da EDP voltou a repetir a mensagem sobre a central a carvão de Sines: só fica aberta enquanto tiver receitas suficientes para suportar a operação.

No ano passado funcionou menos horas e, neste, é provável que funcione ainda menos, porque não é competitiva face aos preços da produção eléctrica com gás natural.

“Há uma decisão política” de encerrar a central em 2023, mas “a data será condicionada à capacidade da central de gerar caixa para pagar os seus custos”.

Questionado sobre as declarações recentes do secretário de Estado da Energia dos Estados Unidos, Dan Brouillette, sobre receios quanto à presença da China Three Gorges no capital da EDP, António Mexia sublinhou que “a EDP é importante para os Estados Unidos” e que isso “é reconhecido e apreciado”.

Mexia sublinhou que a empresa já investiu mais de dez mil milhões naquele mercado e que considera que estão “criadas as condições” para que o investimento e o crescimento não sejam afectados.

Lembrou que, da potência renovável nova que o grupo tem assegurada com contratos de venda de energia de longo prazo (que representam um fluxo de receitas previsíveis), cerca de metade está nos Estados Unidos.

No ano passado, a América do Norte (essencialmente os Estados Unidos) contribuiu com 615 milhões de euros para o resultado operacional bruto da EDP Renováveis (uma queda de 6% face a 2018).

Peça 155:

Lucro do BCP estabiliza nos 300 milhões de euros

PÚBLICO

20 de Fevereiro de 2020, 17:26

O Millennium BCP fechou 2019 com um resultado líquido de 302 milhões de euros, acima dos 301,1 milhões do ano anterior, de acordo com o comunicado divulgado esta quinta-feira. Sem itens extraordinários, os lucros do banco chegaram aos 369,1 milhões, um crescimento de 11,7%. Entre estes eventos específicos estão os “custos de reestruturação e compensação pelo ajuste temporário dos salários” em Portugal, bem como os custos da integração do Euro Bank na Polónia.

Para este desempenho - que confirma o melhor resultado dos últimos 12 anos - contribuíram de forma diferente os dois grandes mercados do BCP, Polónia e Portugal. No mercado português, o resultado líquido cresceu 25,4% para os 144,8 milhões de euros “fortemente influenciado pela diminuição significativa das necessidades de provisionamento, sobretudo do crédito, beneficiando também, embora de forma menos expressiva, do aumento dos resultados em operações financeiras”. A pesar neste desempenho, estiveram o “acréscimo dos custos operacionais e o impacto fiscal associado essencialmente ao cenário de taxas de juro”.

Na operação internacional, dominada pela Polónia, o BCP destaca no documento das contas o “menor contributo da operação polaca, condicionado pelo impacto resultante dos custos associados à integração do Euro Bank”, que mais custos operacionais e um maior número de imparidades para absorver a carteira de crédito envolvida na compra do banco polaco pelo Millennium Bank. Por outro lado, o resultado também foi pressionado pela “constituição de uma provisão extraordinária para os processos relacionados com os créditos hipotecários concedidos em francos suíços”.

Por outro lado, “a apropriação dos resultados gerados pelo [angolano] Banco Millennium Atlântico, em 2019, também se revelou inferior ao montante apurado no ano anterior, influenciada, tanto pelo reforço do nível de cobertura de riscos por imparidades e provisões”.

Assim, o resultado líquido na actividade internacional ascendeu aos 143,8 milhões de euros em 2019.

Em termos consolidados, o BCP explica a estabilização do resultado líquido com o crescimento da margem financeira (em especial, na Polónia), com os resultados de operações financeiras (com a venda de dívida pública em Portugal) e com a diminuição das imparidades de crédito, depois de largos anos de limpeza do balanço. A penalizar o desempenho esteve o aumento dos custos operacionais (com a integração do Euro Bank e, em Portugal, com o reajuste salarial e o aumento dos trabalhadores), bem como o impacto do cenário de taxas de juro baixas, que tem penalizado a generalidade das instituições financeiras.

No que diz respeito a um dos temas que está a marcar a agenda política, as comissões no mercado português atingiram os 483,2 milhões de euros em 2019, mais 1,7% do que no ano anterior, um aumento “determinado pelo comportamento favorável das comissões relacionadas com o negócio bancário, que cresceram 20,4 milhões de euros”, explica o BCP, que não revelou qual será o valor a distribuir aos accionistas em dividendos.

Durante 2019, o número de balcões diminuiu 7,5% para 505 em Portugal, ao passo que as agências na actividade internacional duplicaram para 1031 com a compra do Euro Bank. Já os trabalhadores cresceram ligeiramente em Portugal para 7204, ao passo que subiram 21% para os 11.381 no negócio internacional.

Relativamente às imparidades, a situação do BCP está muito longe do quadro negro que marcou os últimos anos, em particular no pico da crise financeira. Em termos consolidados, fixaram-se em 390,2 milhões “mantendo a evolução favorável registada nos últimos anos, ao evidenciar uma redução de 16,0% face aos 464,6 milhões de euros apurados em 2018”, explica o banco. Em Portugal, as imparidades caíram 28% para os 280 milhões, numa altura em que o mercado de compra de créditos problemáticos continua a crescer e a permitir aos bancos “limparem” o balanço dos activos menos rentáveis.

No crédito, a carteira cresceu 7,2% com o contributo da integração do Euro Bank, atingindo os 54.724 milhões de euros. Em Portugal, o crédito bruto a clientes desceu ligeiramente para os 36.715 milhões, em resultado da diminuição de empréstimos problemáticos, sobretudo.

Nos depósitos, no final do ano passado os recursos de clientes “ascenderam a 81.675 milhões de euros, apresentando uma evolução muito favorável, ao aumentar 10,3%”. Um efeito do “bom desempenho quer da actividade em Portugal, quer da actividade internacional, cujos crescimentos foram de 3506 milhões de euros e de 4146 milhões de euros respectivamente”.

Peça 156:

Lucro da Nos cresce 4% para 143 milhões de euros

Ana Brito

21 de Fevereiro de 2020, 9:03

O resultado líquido da Nos subiu 4,2% em 2019 para 143,5 milhões de euros, com as receitas totais a atingirem 1559 milhões de euros (mais 1,5% face a 2018).

O lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (Ebitda) subiu 2,7%, para 641 milhões, e a margem Ebitda melhorou 0,5 pontos para 40,1%.

A empresa liderada por Miguel Almeida vendeu mais 142 mil serviços de telecomunicações, acabando o ano com um total de 9,722 milhões de serviços, ou unidades geradoras de receita.

As receitas de telecomunicações totalizaram 1522 milhões de euros (mais 1,1% face ao período homólogo), apesar do impacto da redução das tarifas de terminação (aquelas que os operadores pagam aos outros quando os seus clientes fazem chamadas para as redes concorrentes) e da “diminuição de consumo de canais desportivos *premium*”.

A operadora terminou 2019 com 4,851 milhões de subscritores de serviços móveis e 1,639 milhões de clientes de televisão, dos quais 1,356 milhões de acesso fixo. O número de serviços de banda larga fixa atingiu 1,419 milhões e os serviços de voz fixa totalizaram 1,779 milhões.

No segmento residencial, a receita média mensal por cliente andou em torno dos 44 euros.

A cobertura de rede de nova geração da Nos chegou a mais 219 mil casas em 2019, cobrindo um total de 4,646 milhões de casas.

Quanto à área de cinemas e audiovisuais, a empresa refere que houve “uma forte recuperação no segundo e terceiro trimestre e um abrandamento no quarto trimestre”. O ano saldou-se com um crescimento de receitas de 6,5%, para 118,8 milhões de euros.

A Nos “manteve um forte investimento”, em particular na “expansão das redes” de nova geração fixa e móvel - o valor ficou nos 374,4 milhões de euros (em linha com 2018).

Já a dívida líquida do grupo subiu 4,9% para 1094 milhões de euros.

Dividendo desce

O conselho de administração da Nos aprovou uma proposta de dividendo por acção de 27,8 cêntimos, abaixo dos 35 cêntimos de 2018 e dos 30 cêntimos de 2017, que ainda assim representa “100% do resultado consolidado líquido gerado em 2019”.

“Embora a estrutura de capital da Nos ainda se encontre dentro do limiar de 2x a dívida financeira líquida/Ebitda após *leasings*”, e pese “a robustez do desempenho operacional e financeiro”, a empresa diz que esta proposta de dividendo é “mais consentânea com as limitações actuais em torno da visibilidade das potenciais implicações operacionais e financeiras dos termos do próximo leilão de espectro 5G”, que só serão conhecidos no decorrer do ano.

O leilão deverá arrancar em Abril e ficar concluído em Junho.

A proposta de dividendo está sujeita a aprovação final na assembleia geral de accionistas, marcada para 16 de Abril de 2020.

A confirmar-se o valor, os dois principais accionistas da Nos, a Sonae e a empresária Isabel dos Santos (que detêm as suas participações por via da Zopt e controlam 52% da empresa) terão a receber cada um cerca de 37 milhões de euros.

Peça 157:

Roménia será o quarto mercado da Jerónimo Martins

Isabel Aveiro

21 de Fevereiro de 2020, 13:21

O grupo de distribuição Jerónimo Martins (JM) já decidiu que a Roménia estará no plano estratégico de 2020-2025, afirmou esta sexta-feira, Pedro Soares do Santos.

“A Roménia vai estar de certeza” no novo plano estratégico para os próximos cinco anos, afirmou o presidente e administrador-delegado da JM, que se escusou todavia a adiantar a data precisa de entrada num quarto mercado. Mas partilhou mais uma meta, a de atingir o patamar de 20 mil milhões de euros de vendas consolidadas “este ano - se não chegarmos havemos de ficar na fronteira”, face aos 18,6 mil milhões de euros em 2019.

Até lá, a expansão além de Portugal (onde detém o Pingo Doce desde 1985, hoje em parceria com os holandeses da Ahold Delhaize), da Polónia (onde controla a Biedronka desde 1995) e da Colômbia (onde lançou a Ara em 2013) passa pela República Checa e Eslováquia. E será feita através da rede de parafarmácias polaca Hebe, já em 2020. Também aqui os valores de investimento e número previsto de abertura de lojas não foram revelados.

Accionistas 50% - trabalhadores 30%

Cotada na praça lisboeta, a JM apresentou esta sexta-feira os resultados de 2019: consolidou vendas de 18,6 mil milhões de euros (mais 7,5%), lucrou 433 milhões de euros (mais 7,9%) e registou resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) de 1045 milhões de euros.

Dos 433 milhões de euros, 50% serão distribuídos em dividendos aos accionistas (216,8 milhões de euros a 34,5 cêntimos por cada título da JM, em termos brutos). É essa a proposta do conselho de administração, que vai ainda recomendar à assembleia-geral de accionistas, a realizar no próximo dia 16 de Abril, que outros “30% dos lucros” vão para “pagamento de prémios” a alguns dos 115.428 colaboradores que a *holding* tem em Portugal, na Polónia e na Colômbia. Serão 137 milhões de euros a distribuir em prémios este ano, relativos a 2019 (um aumento de 24% face ao exercício anterior), contabilizou o grupo.

Mercadona com “efeito positivo”

O grupo dono de 441 super e hipermercados Pingo Doce e 42 unidades grossistas Recheio, que - juntamente com o Continente da Sonae (grupo dono do PÚBLICO) - passou desde 2019 a ter a concorrência acrescida da espanhola Mercadona no território português não se sente, para já, pressionado.

A vinda da Mercadona para Portugal teve “um efeito muito positivo” nas lojas Pingo Doce, afirmou Pedro Soares dos Santos, na conferência de imprensa para explicar os resultados de 2019 e perspectivas para 2020. “Não pretendo desvalorizar a Mercadona”, fez questão em sublinhar, mas “foi muito bom ter vindo”, reafirmou, porque “obrigou as lojas Pingo Doce a crescer”, nomeadamente as que estavam mais próximas das 10 unidades que o grupo valenciano já detém em Portugal. Recorde-se que a expansão no território português do grupo liderado por Juan Roig passa por mais 10 lojas em território continental português este ano.

De resto, Pedro Soares dos Santos garantiu aos jornalistas que não houve pressão acrescida, quer nos salários quer na relação com os fornecedores, decorrente da entrada da Mercadona em Portugal.

As acções da JM seguiam, após a conferência de imprensa, a subir 2,30%, para 17,23 euros.

Peça 158:

Turismo europeu pede solidariedade com a China

Ana Brito

24 de Fevereiro de 2020, 12:12

À medida que crescem os receios com o contágio por coronavírus na Europa, várias organizações e empresas ligadas aos sectores do turismo, comércio e transportes vêm recordar que os viajantes chineses são peça chave para estas actividades no território europeu.

Num manifesto divulgado esta segunda-feira, dezenas de associações e entidades, como a plataforma de gestão de reservas de viagens Amadeus, a associação que representa as companhias aéreas Airlines for Europe, a Associação Europeia de Turismo, a Federação Europeia de Ciclismo ou a União Internacional de Turismo Rodoviário, vieram “oferecer solidariedade e apoio à China e ao povo chinês” neste momento “particularmente desafiante”.

Lembrando a importância da relação entre Europa e a China para sectores diversos como o ensino superior, o comércio, os transportes e a hotelaria, os signatários do manifesto dizem que é preciso garantir que, “neste momento difícil, os visitantes chineses são bem recebidos e respeitados” na Europa.

Seja na emissão facilitada de visas, ou na disponibilização de ofertas turísticas atractivas, “os sectores público e privados devem colaborar para garantir uma forte recuperação” do movimento turístico de cidadãos chineses na Europa.

Na semana passada, um artigo do *New York Times* dava conta de como as medidas de quarentena impostas por Pequim aos cidadãos chineses estão a afectar os negócios em destinos turísticos em França, Alemanha e Inglaterra.

Em Paris (onde, na semana passada, um turista chinês de 80 anos foi hospitalizado e morreu, naquela que foi a primeira morte por coronavírus na Europa), o jornal dava conta do impacto que já se sente num dos pontos comerciais mais icónicos da capital francesa, as Galerias Lafayette.

Neste espaço comercial, onde se concentram as marcas de luxo mais procuradas pelos turistas chineses, a queda de visitantes tem sido uma realidade nas últimas semanas.

“A saúde pública é a principal preocupação dos governos e reconhecemos as directrizes da Organização Mundial de Saúde”, mas quaisquer “restrições de viagem que superem essas recomendações podem causar alarme desnecessário, disrupção e impacto económico desnecessários nos vários sectores [de actividade]”, sublinha o manifesto divulgado esta segunda-feira, com o título “Turismo europeu apela à solidariedade e apoio à China”.

Os signatários – que representam sectores como as termas, os festivais, a restauração e hotelaria, as bebidas espirituosas ou o turismo rural, entre outros – pedem, por isso, que se reconheça a dimensão económica e social da crise do coronavírus e que se adopte um plano estratégico transversal para lidar com a situação e promover a recuperação dos movimentos turísticos.

Perdas para a economia asiática

Se ainda é cedo para medir os impactos da queda de turistas chineses na Europa, já há estimativas sobre quanto poderá custar a crise às economias asiáticas, onde países como o Japão e a Coreia do Sul têm visto os níveis de alerta subir com o aumento dos casos confirmados de infecção.

Segundo uma análise do banco holandês ING, a queda de receitas turísticas no continente asiático – onde 80% do turismo é intra-regional – poderá saldar-se este ano numa perda económica entre 105 e 115 mil milhões de dólares (entre 96 mil e 106 mil milhões de euros).

A análise reflecte, por exemplo, o facto de os turistas chineses desistirem de viajar para outros destinos no continente – por exemplo, a Tailândia, o Camboja, o Vietname e o Laos –, mas também a possibilidade de os sul-coreanos, de onde provém a maioria dos cidadãos asiáticos que visitam a China, poderem restringir significativamente as viagens.

Peça 159:

Bolsas afundam com receio do impacto económico do coronavírus

PÚBLICO

24 de Fevereiro de 2020, 10:00

Com o aumento do número de casos de contágio por coronavírus em Itália, as bolsas estão a reflectir os receios de que a nova estirpe viral poderá ser o gatilho para um abrandamento generalizado da economia mundial.

Já não é só a economia chinesa que está a ressentir-se dos efeitos do Covid-19, a evolução da quarta maior economia europeia também está em risco, à medida que sobe o número de casos confirmados e as medidas de contenção do vírus paralisam serviços públicos e empresas no Norte do país.

O governador do Banco de Itália admitiu na semana passada que a situação poderá ter efeitos na procura interna e, esta segunda-feira, a confirmação da mais uma morte por coronavírus de um homem de 80 anos fez afundar a bolsa italiana e alastrar o pessimismo às congéneres europeias.

No final da sessão bolsista desta segunda-feira, a bolsa de Milão caiu 5,43% com perdas generalizadas nos vários sectores.

O sentimento negativo estendeu-se também aos principais índices norte-americanos – pouco depois da abertura da sessão desta segunda-feira, o Nasdaq estava a perder 2,87% e o Dow Jones caía 2,47%, tendo entretanto agravado as perdas para 3,94% e 3,39%, respectivamente.

Neste dia que ficou marcado pela confirmação da sexta morte em Itália, onde há cerca de 220 casos confirmados (dos quais 23 pessoas nos cuidados intensivos), os juros da dívida pública italiana a dez anos continuavam a subir, tal como subiam os receios de que o impacto económico desta crise possa empurrar a economia italiana para a quarta recessão em 12 anos.

As previsões do executivo italiano apontam para um magro crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,6% este ano, depois de a economia ter contraído no último trimestre de 2019.

Na bolsa de Milão, o maior banco do país, o Intesa Sanpaolo chegou a cair cerca de 6,42% e a Salvatore Ferragamo, fabricante de bens de luxo, mais de 9%.

A CNH Industries (a segunda maior fabricante de equipamentos agrícolas do mundo) recuou 8,06% e o grupo de pagamentos electrónicos Nexi perdeu 6,7%.

Num país onde o turismo vale 13% do PIB, a concessionária de auto-estradas e aeroportos Autogrill esteve a desvalorizar 12,5%.

Nas restantes praças europeias o cenário também foi de queda nesta sessão bolsista de segunda-feira.

Em Lisboa, o PSI 20 perdeu 3,53%. A Mota-Engil liderou as descidas, a cair 5,84%, para 1,51 euros, seguida pela Nos, que desvalorizou 5,8%, para 3,89 euros.

O BCP caiu 5,16% (0,18 euros) e os CTT e a Sonae desvalorizaram 5,01% e 4,57%, para 2,57 euros e 0,78 euros, respectivamente.

O índice de referência espanhol caiu 4,07%, enquanto nas bolsas de Paris e Frankfurt as quedas foram de 3,95% e 4,01%, respectivamente. Em Londres, a queda no fecho foi de 3,34%.

A ABF, companhia alimentar que é também dona da cadeia de vestuário Primark, perdia cerca de 3% com receios de eventuais rupturas de fornecimento de bens fabricados na China.

Sectores como o turismo e a aviação eram dos mais penalizados – para empresas como a EasyJet, a Ryanair, a Air France e a Lufthansa as quedas variavam entre os 7% e os 11%.

Peça 160:

Sonae Capital reforça negócio de hotelaria com novo hotel no Porto

Rosa Soares

24 de Fevereiro de 2020, 1:43

A Sonae Capital vai instalar uma nova unidade hotelaria em pleno centro do Porto, na Avenida dos Aliados, com 70 quartos e abertura prevista no primeiro semestre do próximo ano.

Em comunicado, a empresa controlada maioritariamente pela Efanor, holding da família Azevedo, avança que a nova unidade “enquadra-se na sua estratégia de crescimento, que prevê um aumento do número de unidades hoteleiras em exploração, permitindo potenciar sinergias e efeitos de rede na operação”.

Actualmente com três unidades no Porto, duas na Península de Tróia, uma na região do Algarve e ainda outra em desenvolvimento em Lisboa (no edifício da Estação Ferroviária de Santa Apolónia), o segmento hoteleiro foi o que mais cresceu no universo dos negócios da Sonae Capital no último exercício. Em comunicado, a empresa revela que “o volume de negócios desta área aumentou 16,4% face a 2018, para 27,7 milhões de euros, e o EBITDA (lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização) cresceu 56,1% para 6,7 milhões de euros, traduzindo a melhoria da rentabilidade em todas as operações”. O EBIT (lucros antes de impostos e juros) atingiu “o valor recorde” de 1,7 milhões de euros, mais do que duplicando face ao valor gerado em 2018.

O volume de negócios consolidado da Sonae Capital, que agrega um conjunto diversificado de negócios, cresceu 27,3%, para 269 milhões de euros. Para além do turismo, o segmento de energia, com a aquisição da espanhola Futura Energía Inversiones, cresceu acima de três dígitos.

O EBITDA consolidado aumentou 9,9%, para 38,1 milhões de euros. Já o resultado líquido da empresa foi negativo, em 12,3 milhões de euros, o dobro do exercício anterior (6,04 milhões), e é explicado, segundo a informação divulgada pela empresa, pelo efeito contabilístico *non cash* decorrente da venda do negócio de refrigeração e climatização, a RACE. Apesar do resultado negativo, vai ser proposta a distribuição de um dividendo de 0,060 euros por acção, equivalente a um *dividend yield* de 8%.

O investimento realizado no último ano aumentou 58,6%, para um total de 51,7 milhões de euros, com forte peso nas aquisições na área da energia e do *fitness* e na construção de uma central de co-geração alimentada a biomassa.

Peça 161:

O futuro do automóvel tem de ser inteligente e ambiental

João Palma

26 de Fevereiro de 2020, 7:41

Pelo quarto ano consecutivo, a Nissan organizou um debate sobre os caminhos possíveis para o desenvolvimento da sociedade, com foco particular na mobilidade sustentável. Embora existam outras fontes de energia renovável, o fabricante japonês aposta quase todas as fichas nos veículos eléctricos e na sua interacção com o ambiente envolvente, o que se reflectiu nos temas tratados no evento.

Os principais fabricantes de automóveis já não se preocupam apenas em vender carros – sabem que têm de ir mais além e pensar as suas actividades como parte da vida em sociedade e da criação de um futuro melhor. Um dos exemplos é este Fórum da Mobilidade Inteligente que, segundo o organizador, é “a mais antiga e importante iniciativa de discussão, de reflexão e de projecção do futuro da mobilidade, promovida em Portugal”.

Condução Inteligente

Com a participação de especialistas nacionais e estrangeiros, os temas tratados, que interessam e afectam todos, possuidores de carros ou não, foram agrupados em três painéis: Condução Inteligente, Energia Inteligente e Integração Inteligente. No painel inicial destacou-se a intervenção sobre condução autónoma de Maarten Sierhuis, director-geral de Tecnologia no Nissan Innovation Lab de Silicon Valley, que também fez carreira na NASA.

Segundo este perito em condução autónoma (sem intervenção humana), esta resulta de um trabalho de equipa entre homem e um carro, que é um robot dotado de inteligência artificial e capacidade de aprender. Milhares de quilómetros em testes permitem concluir que, no presente, a viatura autónoma resolve 90% das situações no trânsito. Mas há casos, como, por exemplo, dois carros parados ou obras a obstruir uma via limitada por faixa contínua, em que o veículo por si só não consegue superar os obstáculos. A experiência anterior na NASA de Sierhuis permitiu-lhe transpor para a circulação rodoviária uma tecnologia usada para dirigir módulos em Marte, SAM (Seamless Autonomous Mobility – Mobilidade Autónoma Contínua). Assim, nessas situações-limite, é necessária a intervenção humana, autorizando a viatura a fazer as manobras necessárias.

Noutra intervenção neste painel o responsável pela Adene-Agência para a Energia, que se dedica ao uso eficiente da energia e da água, versou a gestão de frotas de empresas, classificando-as numa escala de F a A+ (como os electrodomésticos) e procurando melhorar os índices através da racionalização de recursos, rotas e, inclusive, substituição de veículos com motores de combustão interna por viaturas.

Energia Inteligente

No segundo painel, Marco Fioravanti, vice-presidente de Planeamento de Produto da Nissan Europa socorreu-se da transformação de gelo (uma estrutura ordenada) em água (estrutura desordenada) para frisar que a ordem natural das coisas é a evolução da ordem para o caos, citando exemplos de factores de caos, como as tensões EUA-Irão, o Brexit, os fogos na Austrália, o coronavírus, a explosão populacional ou a crise climática. Assim, há que encontrar meios para “reverter a água em gelo”, controlar a disrupção. No caso da mobilidade, controlar o caos urbano. “A nossa realidade é formada por nós”, concluiu.

Jorge Miguel Fernandes, director de Inovação da Galp Energia, destacou o projecto-piloto V2G (Vehicle to Grid -Veículo para a Rede), iniciado este mês nos Açores. Ao abrigo deste projecto de carregadores bidireccionais, as viaturas eléctricas deixam de ser simples consumidores, podendo fornecer electricidade à rede, compensando as flutuações de consumo. Hoje, já há a possibilidade de os carros eléctricos abastecerem as casas.

O director de Infra-Estruturas e Redes da ERSE – Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, Jorge Esteves, referiu a transformação em curso – o fecho das grandes centrais de produção eléctrica a carvão e fuel substituindo-as por fontes de energia renovável e produtores de menores dimensões (eólicos, hídricos, etc.).

Carlos Sampaio, presidente da APESF – Associação Portuguesa de Empresas do Sector Fotovoltaico queixou-se da regulamentação do sector de energia solar que não acompanha o ritmo da evolução, travando a sua expansão.

Integração Inteligente

No último painel, Gareth Dunsmore, vice-presidente da Nissan para os serviços conectados, referiu a necessidade de plataformas digitais cada vez mais eficientes de acesso simples e intuitivo com interacção com outros veículos e entidades de gestão urbana (fundamental para uma futura condução autónoma).

Yannick Raffin, responsável pela Estratégia de Emissões Zero e Infra-Estruturas da Nissan, revelou que as novas normas WLTP de contagem de emissões e a substituição das vendas de viaturas diesel por veículos a gasolina originaram uma inversão na tendência de baixa de emissões de CO2 – só a Nissan e a Toyota continuam num sentido descendente. Mas o caminho terá de ser de redução para atingir a neutralidade carbónica. No caso de Portugal, a meta é 2050.

Peça 162:

Bruxelas volta a incluir Portugal na lista dos países com desequilíbrios macroeconómicos

Rita Siza

26 de Fevereiro de 2020, 10:44

A Comissão Europeia voltou a incluir Portugal na lista dos países com desequilíbrios macroeconómicos, e as razões invocadas por Bruxelas são as mesmas dos dois anos anteriores em que o país também foi abrangido por esta categoria: o elevado endividamento público e privado, o peso do crédito malparado no sistema bancário, a fraca produtividade da economia e a implementação lenta do programa de reformas com que se comprometeu.

Na habitual apresentação do chamado Pacote de Inverno do Semestre Europeu, esta quarta-feira em Bruxelas, Portugal foi identificado como um dos nove Estados-membros que na classificação da Comissão se encontram em situação de fragilidade ou “desequilíbrio económico” — ou por causa das vulnerabilidades ligadas aos níveis elevados da dívida, caso da Espanha, Irlanda e Croácia; em função da baixa produtividade, como em França, ou do impacto negativo dos preços do imobiliário, como na Suécia. Na Roménia, os desequilíbrios estão ligados à perda de competitividade e défice orçamental.

A Alemanha e a Holanda voltam a fazer parte da lista por causa dos superávits das suas contas correntes, uma ocorrência “persistente” apesar de algumas medidas de estímulo lançadas pelos países destinadas a reduzir o valor dos excedentes orçamentais.

Noutros três Estados-membros - Chipre, Grécia e Itália - a situação é um pouco mais grave, com Bruxelas a apontar a existência de “desequilíbrios excessivos”, que representam um factor acrescido de risco para as respectivas economias, e por isso mesmo carecem de medidas correctivas mais exigentes, seja para corrigir o défice das contas públicas, reduzir o rácio do crédito malparado ou a dívida pública.

Apesar de assinalar uma tendência positiva na evolução da situação portuguesa, os serviços técnicos da Comissão voltaram a detectar um passivo líquido na balança corrente, um nível elevado de endividamento tanto no sector público como no privado, um peso ainda crítico do crédito malparado no sector bancário e um valor relativamente baixo no crescimento da produtividade.

Portugal: crescimento acima da média, faltam reformas

“A performance económica de Portugal mantém-se favorável, com um crescimento de 2% que está acima da média europeia. A taxa de emprego também está acima da meta europeia para 2020, e o desemprego atingiu o nível mais baixo dos últimos 17 anos”, lê-se no relatório.

“O enfraquecimento da procura externa está a pesar negativamente nas exportações mas a procura interna continua a crescer de forma consistente, apoiada no consumo privado e no investimento”, acrescentam os serviços da Comissão, que prevêem um efeito económico positivo de um aumento da execução dos fundos estruturais da UE.

No que diz respeito à performance orçamental do país, Bruxelas voltou a apontar para o risco de incumprimento das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento quando fez a avaliação do Orçamento do Estado para 2020.

Mas, como sublinhou ao PÚBLICO o vice-presidente da Comissão Europeia, Valdis Dombrovskis, “no caso de Portugal temos de reconhecer que o défice orçamental foi substancialmente reduzido, e também que a dívida pública está claramente numa trajectória descendente”. Para o dirigente europeu, tratam-se de “desenvolvimentos positivos”.

Menos positivo é o ritmo de execução do programa de reformas. “Em relação à implementação das recomendações específicas [que Bruxelas faz a cada um dos Estados-membros], a avaliação é que mais uma vez houve um progresso limitado”, disse Dombrovskis.

“Desde o início do Semestre Europeu, em 2011, 69% de todas as recomendações específicas dirigidas a Portugal registaram pelo menos ‘algum progresso’ e 31% registaram um progresso ‘limitado’ ou ‘nenhum’”, aponta o relatório, que destaca as áreas da educação, mercado laboral, sector financeiro e sistema de justiça como as áreas onde as reformas avançaram mais depressa e as matérias estruturais e orçamentais ou a promoção do ambiente de negócios como os desafios que o país ainda tem de resolver.

Semestre mais verde

A novidade da apresentação desta quarta-feira foi a inclusão de três novos elementos de análise no Semestre Europeu, enquadrados na “nova narrativa” de transformação climática do executivo liderado por Ursula von der Leyen, que ambiciona ter a Europa a atingir a neutralidade carbónica em 2050.

Assim, e pela primeira vez, a Comissão avaliou os progressos dos Estados-membros no cumprimento dos 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas do ponto de vista das políticas macroeconómicas e do emprego.

Também foram identificados os desafios e oportunidades decorrentes da mudança de paradigma energético e climático em cada um dos 27 países da União Europeia e divulgada a proposta de elegibilidade territorial do novo Fundo de Transição Justa, que vai concentrar o seu investimento nas zonas onde os riscos e incertezas associadas a essa mudança são mais agudos.

“Estamos a passar uma nova mensagem, estamos a tornar o Semestre mais verde e a fazer dos objectivos de desenvolvimento sustentável um novo pilar para a avaliação dos progressos dos países”, comentou o comissário europeu da Economia, Paolo Gentiloni.

“Desigualdades persistem”

Outra mensagem que a Comissão quis fazer passar neste Semestre foi a de que a UE tem de fazer mais para aumentar a sua produtividade, uma vez que está atrás de todos os seus concorrentes mundiais, e também de melhorar a qualificação da sua mão de obra, outro indicador em que se vê ultrapassada por outras economias capazes de atrair e reter “cérebros”.

O comissário para o Emprego e Direitos Sociais, Nicolas Schmit, prometeu apresentar no próximo mês uma “agenda para as qualificações”.

Apesar do retrato geral do mercado laboral ser francamente favorável, com o maior número de sempre de pessoas empregadas, ainda há diferenças acentuadas entre países e regiões e faixas etárias.

“A economia não está a funcionar para todos e as desigualdades persistem”, lamentou Nicolas Schmit, notando que o crescimento moderado dos salários tem deixado de fora os trabalhadores com remunerações mais baixas e que as mulheres continuam a perder para os homens em termos de contratação e igualdade salarial.

Quais são as principais conclusões deste Pacote de Inverno do Semestre Europeu?

Primeiro que tudo, sublinho que políticas económicas e orçamentais responsáveis continuam a ser uma condição importante para ter crescimento e emprego sustentável e assegurar a estabilidade financeira e macroeconómica. Desse ponto de vista, são preocupantes os elevados níveis de dívida que persistem em alguns países, e que obrigam a uma diferenciação das políticas orçamentais. A nossa observação é que alguns Estados-membros ainda estão a sentir dificuldades para voltar ao nível de investimento público que tinham antes da crise. Mas, ao mesmo tempo, verificamos que outros tipos de despesa pública são agora mais elevados do que antes da crise, portanto há uma clara necessidade de melhorar a qualidade das finanças públicas.

O crescimento da produtividade continua a ser um desafio muito grande, e por isso neste Semestre estamos a pôr uma ênfase mais forte nesse crescimento. Vemos a necessidade de remover barreiras ao investimento, e também de investir mais em novas tecnologias, fortalecer a performance em inovação e investigação. As apostas no ensino e na melhoria das qualificações também serão críticas.

Tal como nas previsões de Inverno, esta análise ainda não reflecte o eventual impacto da crise do coronavírus na economia europeia. Até que ponto está preocupado com os últimos acontecimentos? E até que ponto será sensível a pedidos como o da Itália para que a resposta à crise seja tida em conta na avaliação das contas públicas?

Estamos a seguir de perto todos os desenvolvimentos, não tanto no contexto da economia, mas em termos de saúde pública e para lidar com riscos para a população. Mas naturalmente esta crise também terá implicações económicas. A nossa avaliação será revista na Primavera, porque claramente este é um factor de risco que pode afectar o crescimento económico. Tudo vai depender da evolução da epidemia, se vai recuar ou continuar... Ainda há muitas incertezas.

Quanto às implicações orçamentais, já temos uma cláusula no Pacto de Estabilidade e Crescimento que diz respeito a ocorrências invulgares e que estão fora do controlo dos governos — e que basicamente abrange situações de emergências. Naturalmente as questões levantadas pelo coronavírus seriam

elegíveis por esta cláusula. Por isso, se houver um pedido concreto de algum Estado-membro estamos abertos a discuti-lo.

Nesta apresentação foram introduzidas algumas novidades, como a análise dedicada à sustentabilidade ambiental ou a avaliação do uso do Fundo de Transição Justa. No trilha do *Green Deal*, em que ponto está o debate sobre a flexibilização das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento para acomodar os investimentos “verdes” no cálculo do défice?

Na estratégia anual de crescimento para 2020 já pusemos um foco maior na avaliação da performance dos Estados-membros do ponto de vista da sustentabilidade climática e ambiental. No Semestre Europeu, a nossa avaliação é feita em função das regras actuais. Mas no contexto da revisão do *two-pack* e *six-pack* já lançámos uma consulta pública sobre potenciais mudanças das regras orçamentais da UE. A nossa intenção é terminar a consulta pública em meados do ano, e conseguir ter propostas sobre os próximos passos até ao fim de 2020.

Há vários elementos que são importantes. Um é avaliar as potenciais implicações de forma a encontrar um equilíbrio entre a necessidade de assegurar a sustentabilidade orçamental e a necessidade de financiar novas prioridades, incluindo as transições ambientais e digitais. Outro elemento é construir um consenso sobre o assunto. Sabemos que este debate é bastante divisivo, e, portanto é importante ter um consenso para termos a certeza de que se formos abrir as regras orçamentais, é para que elas sejam melhores do que são agora.

Peça 163:

Auto-estradas do interior com descontos entre os 40% e os 55%

Luísa Pinto

26 de Fevereiro de 2020, 10:58

Os descontos nas portagens do interior anunciados pelo Governo como forma de fomentar a coesão territorial vão ser feitos de forma progressiva e de modo a privilegiar a quantidade, isto é, quem de facto vive e trabalha nessas regiões, no caso dos veículos ligeiros, e de forma a incentivar a utilização da via pelos pesados em períodos nocturnos. E pela primeira vez vão aplicar-se aos veículos pesados de transporte público de passageiros.

A medida vai ser levada a Conselho de Ministros pela ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, mas ainda não estará em discussão esta quinta-feira, em Bragança, onde vão ser discutidas várias medidas para a coesão territorial e valorização do interior.

O Governo pretende lançar descontos que, no caso dos veículos ligeiros, das classes 1 e 2, podem chegar aos 40%. No caso dos veículos pesados, de passageiros ou de mercadorias, o desconto pode chegar aos 55%, no caso da circulação se efectuar em período nocturno.

O *Jornal de Notícias*, que avançou com estas medidas, explica que a amplitude do desconto vai depender da frequência da utilização da via.

Nos primeiros seis dias de utilização da auto-estrada, o condutor dos veículos da classe 1 e 2 vai pagar o valor integral da tarifa de portagem. A partir do sétimo dia, até ao décimo quinto, beneficiará de um desconto de 20%. A partir do 16º dia, o desconto sobe para 40%. No final do mês, contabiliza o *JN*, o valor médio do desconto será de 20%. Se viajou 30 dias por mês, o desconto médio subirá para os 25%.

Também o sistema de cobrança de portagens aos veículos pesados de mercadorias e de passageiros vai ser alterado. Uma das novidades é o facto de os transportes públicos de passageiros passarem a beneficiar de descontos – o que é uma forma de incentivar a utilização de transportes públicos. Quanto aos pesados de mercadorias, serão revogadas as quatro portarias anteriores. Tanto para os passageiros como para as mercadorias, os descontos serão os mesmos: 35% de desconto nas viagens efectuadas durante o dia, e 55% de desconto para as viagens efectuadas à noite.

Em declarações à Renascença esta quarta-feira, a ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, explicou que o objectivo “é beneficiar, de facto, quem vive e quem está no território”.

De acordo com as simulações do Governo, a que o PÚBLICO teve acesso, o utilizador de um veículo de classe 1 que resida em Bragança e se desloque diariamente a Vila Real (usando a subconcessão transmontana), paga actualmente uma tarifa de viagem de 5,64 euros por dia, 248,16 euros ao fim de 22 dias de trabalho. Com a nova portaria o valor das portagens ao fim de 22 dias é de 198,53 euros. Já no caso de uma carrinha de venda de pão (veículo de classe 2) que se desloque diariamente entre Castelo Branco e a Covilhã (A23), e pague actualmente por dia 6,71 euros de tarifas de portagem (3000,61 euros no final dos 30 dias do mês) conseguirá uma poupança de 102 euros mensais com a aplicação da nova tarifa.

Este sistema de desconto nas tarifas de portagens não vai, porém, abranger todas as auto-estradas que atravessam o interior, mas apenas aquelas cujas receitas de portagem entram na contabilidade da Infra-estruturas de Portugal, e por esta via, no Orçamento do Estado.

Trata-se de estradas que estão a funcionar em regime de ex-Scut: isto é, que foram contratadas para funcionar como auto-estradas sem custos para o utilizador, mas cujos contratos foram renegociados para acomodar a cobrança de portagens, e que vão obrigar a renegociações de contrato com os privados. O lote de descontos também abrange estradas que foram directamente lançadas como subconcessões da Infra-estruturas de Portugal, como é o caso do Túnel do Marão.

De acordo com a documentação enviada ao PÚBLICO pelo gabinete da ministra da Coesão territorial, os desconto vão abranger as auto-estradas , (Algarve), A23 (Beira Interior), A24 (Interior Norte, A25 (Beiras Litoral e Alta), A28 (Norte Litoral), A4 (Subconcessão AE Transmontana e Túnel do Marão) e as A13 e A13-1 (subconcessão Pinhal Interior). De fora ficam, então, as auto-estradas que atravessam o interior mas que integram a rede Brisa, como é o caso da A3, que liga o Porto a Valença do Minho, ou a A6, que liga o lugar de Marateca até Caia.

Estes descontos já terão sido aprovados pelo Ministério das Finanças, mas só depois da aprovação em Conselho de Ministros é que poderão ser fechadas as negociações com os parceiros provados para a renegociação do contrato. Porque apesar do impacto no Orçamento de Estado já estar assumido e aceite – ao *Jornal de Notícias*, o Governo estimava uma perda de receitas de 100 milhões de euros – falta ainda negociar com os privados, que terão de acomodar nos seus cálculos de remuneração por disponibilidade da via o expectável acréscimo de tráfego. A ministra Ana Abrunhosa mantém a expectativa de que as novas tarifas possam começar a ser aplicadas no terceiro trimestre deste ano, isto é, a partir de Julho.

Peça 164:

Refinarias de Sines e Matosinhos podem ser candidatas ao Fundo de Transição Justa

Rita Siza

26 de Fevereiro de 2020, 11:00

Além do financiamento do encerramento das centrais termoelétricas de Sines e do Pego, Portugal poderá ainda candidatar-se às verbas do futuro Fundo de Transição Justa para a requalificação ambiental das refinarias de Sines e Matosinhos — duas unidades responsáveis por elevadas emissões de CO2 para a atmosfera e que cumprem os critérios de elegibilidade definidos pela Comissão Europeia para o acesso a este novo instrumento que pretende apoiar a descarbonização da economia e a reconversão de regiões dependentes da exploração de recursos fósseis.

A Comissão Europeia divulgou esta quarta-feira a sua proposta para a distribuição geográfica das verbas do Fundo de Transição Justa, no âmbito da apresentação do chamado Pacote de Inverno do Semestre Europeu. A opção foi para a concentração significativa de recursos: num universo total de 1200 regiões NUTS 3 (uma designação estatística utilizada na política de coesão), só cem, isto é, menos de 10%, foram assinaladas na avaliação preliminar de elegibilidade territorial do fundo.

No mapa de Portugal, constam duas regiões elegíveis, que geograficamente correspondem à localização das centrais termoelétricas de Sines (Alentejo Litoral) e do Pego (Médio Tejo). Mas na análise feita pelos serviços da Comissão, foram identificadas outras zonas de forte concentração de emissões de dióxido de carbono, decorrentes da actividade de duas unidades da indústria petroquímica: as refinarias de Sines e de Matosinhos — o que levou à inclusão da região do Grande Porto na lista.

De acordo com a grelha de distribuição do total de 7,5 mil milhões de euros que a Comissão Europeia reclama para a constituição do Fundo de Transição Justa no próximo quadro financeiro plurianual, Portugal terá acesso a um montante de 79,2 milhões de euros a fundo perdido, aos quais terá de acrescentar uma parcela mínima de 119 milhões de euros do seu envelope da política de coesão.

Como notou a comissária europeia da Coesão e Reformas, Elisa Ferreira, em declarações aos jornalistas portugueses em Bruxelas, a proposta inicial da Comissão excluía o país deste novo programa, pensado originalmente apenas para atender às necessidades das regiões carboníferas. “A nossa opção foi fazer um alargamento, de modo a que indústrias em transição pudessem também ser abrangidas. E é por essa via que Portugal entra no processo”, recorda a comissária.

Ao contrário de outros Estados-membros, que serão candidatos mais fortes ao financiamento do Fundo de Transição Justa, “Portugal não tem grandes problemas em termos de utilização de minas de carvão”, reconhece Elisa Ferreira.

“Tem, no entanto, alguns problemas cuja solução pode agora ser facilitada através deste mecanismo”, observa, referindo especificamente “algumas indústrias que emitem muita quantidade de gases com efeito de estufa”, caso das centrais termoeléctricas que já têm prazo de validade definido (em 2021 o Pego, e em 2023 Sines) e das duas refinarias do país.

Segundo as estimativas publicadas pela Comissão, o encerramento das duas centrais deverá afectar 650 trabalhadores. “Nos dois municípios de Sines e Abrantes, os postos de trabalho em risco correspondem a quase 8% e 3% da população empregada”, diz o relatório, que aponta para uma eventual perda de 450 postos de trabalho em Sines (350 na central termoeléctrica e 100 no porto onde o carvão é descarregado) e de 200 no Pego.

“Na base desta análise preliminar, é justificado concentrar a intervenção do Fundo de Transição Justa nestas regiões”, consideram os técnicos, que falam em investimentos para descarbonizar e diversificar a economia local e aliviar os custos sociais da transição.

O relatório elenca algumas das medidas que podem ser tomadas: a prioridade vai para o investimento em novas tecnologias que assegurem energias limpas ou renováveis, na promoção da economia circular, da eficiência energética e reciclagem e na regeneração e descontaminação de solos. Também são sugeridas medidas de formação e desenvolvimento de novas competências para os trabalhadores afectados.

Para concorrer à componente a fundo perdido do Fundo de Transição Justa, cada Estado-membro terá de elaborar um plano territorial de transição (que tem de estar articulado com o respectivo plano nacional de energia e clima), dentro dos parâmetros fixados pela Comissão.

Segundo explicou Elisa Ferreira, os países devem desenhar projectos — por exemplo de adaptação a novas tecnologias, apoio à constituição de pequenas e médias empresas em sectores alternativos, formação profissional ou requalificação de trabalhadores ou ajuda à sua transferência de uma indústria em declínio para outra — apontando os desafios, a ambição e os meios necessários para proceder à adaptação de determinadas indústrias aos novos requisitos ambientais.

Para terminar esse trabalho, os Estados-membros poderão solicitar o apoio técnico da nova Direcção Geral para as Reformas, lançada por iniciativa da presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e debaixo da supervisão da comissária portuguesa. “No próximo mês, haverá uma abertura de concurso para os países que precisem desse tipo de apoio, ou considerem que pode ser útil, possam começar a trabalhar nesses planos territoriais de transição”, informou Elisa Ferreira.

Peça 165:

Proibir comissões vai levar a fecho de balcões e despedimentos, avisam bancos

Rosa Soares

26 de Fevereiro de 2020, 11:21

A possibilidade de proibição de várias comissões bancárias ou a sua limitação em valor e em número, no MB Way e nos contratos de crédito, como a proibição dos custos no processamento das prestações e nas declarações de dívida e de distrate, já tinha merecido a contestação do sector bancário, mas o discurso endureceu. Em comunicado, a Associação Portuguesa de Bancos (APB) alega que os limites propostos por BE, PAN, PCP, PS e PSD poderão levar os bancos a encerrar mais balcões e a despedir trabalhadores.

A proibição ou a limitação de comissão são “uma condicionante à rentabilidade, obrigando a reduzir ainda mais a estrutura de custos, designadamente com pessoal e rede de balcões”, refere o comunicado.

Na missiva também se lê que as propostas em cima da mesa são “um desincentivo ao investimento em inovação e uma limitação à prestação de determinados serviços em prejuízo do consumidor”, acrescentando que “a prestação de serviços inovadores e cómodos não deve ser confundida com essencialidade e gratuidade”, numa referência clara ao MB Way.

Segundo a associação, as propostas — a discutir nesta quinta-feira no Parlamento — podem, se forem aprovadas, ser “um factor potenciador da deslocalização da actividade bancária para fora de Portugal, na medida em que prestadores de serviços sediados noutras jurisdições europeias que ofereçam remotamente serviços bancários a consumidores portugueses ficarão à margem das limitações impostas pelo quadro legislativo e regulatório nacional”.

Para além das implicações práticas, a APB reafirma que, “do ponto de vista dos princípios”, as propostas são “incompreensíveis numa economia de mercado; um atropelo ao regime de livre concorrência; uma discriminação negativa para o sector, face ao quadro vigente na União Bancária”.

Em relação “às motivações invocadas nalgumas propostas, designadamente quanto à evolução das comissões”, a associação liderada por Faria de Oliveira refere que “o valor das comissões líquidas reduziu-se de 3,8 mil milhões de euros em 2010 para 2,9 mil milhões em 2018”. E que, desde 2010, “o peso relativo das comissões tem-se mantido em torno de 30%, em linha com aquilo que se observa na média da área do euro”.

As motivações expressas nas propostas vão desde o peso excessivo das comissões à preocupação com os efeitos desses custos no sector, uma vez que podem levar os clientes a optar por novos serviços bancários digitais, oferecidos por entidades estrangeiras.

Como já tem vindo a defender, a APB refere que “o sector bancário português já se encontra sujeito a um conjunto de condicionantes que colocam os bancos em desvantagem competitiva face aos pares europeus e a outros operadores, designadamente a proibição de cobrança de comissões no Multibanco, a proibição de aplicação de taxas de juro negativas nos depósitos e a obrigação de aplicação de taxas negativas no crédito à habitação”, contexto que “condiciona fortemente a atractividade do sector bancário português, comprometendo de forma significativa a execução do negócio bancário a partir de Portugal, com repercussões ao nível do emprego e da criação de prosperidade no nosso país”.

Peça 166:

Fisco dá mais um dia para validar facturas no site das finanças

PÚBLICO

26 de Fevereiro de 2020, 12:11

A Autoridade Tributária (AT) alargou o prazo para os contribuintes validarem as facturas no *site e-fatura*, depois dos constrangimentos verificados na página na terça-feira, data limite para esta operação. Os contribuintes que não conseguiram validar as facturas na terça-feira podem fazê-lo durante esta quarta-feira, dia 26 de Fevereiro.

“Tendo sido verificados constrangimentos temporários no acesso ao *e-fatura* para confirmação de facturas, entre as 18h e as 0h do dia 25 de Fevereiro de 2020, que podem ter condicionado alguns contribuintes na validação das suas facturas, a AT informa que aquele sistema continua disponível durante o dia 26 de Fevereiro de 2020 para esse efeito”, explica a AT numa nota informativa publicada no Portal das Finanças.

A entidade informa, ainda, que só na terça-feira foram validadas mais de 33 milhões de facturas. No horário em que o *site* aprestou problemas técnicos foram validadas 2,2 milhões de facturas por hora. Por volta das 23h45, com 15 minutos para o prazo final, a página voltou a retomar o seu funcionamento normal.

Peça 167:

Centeno: “O governador do Banco de Portugal é um actor político da maior relevância”

Pedro Crisóstomo

27 de Fevereiro de 2020, 10:24

O ministro das Finanças e presidente do Eurogrupo, Mário Centeno, fala longamente numa entrevista à *Visão* sobre o perfil que considera dever nortear a figura do governador do Banco de Portugal (BdP). Destaca a importância do supervisor para a estabilidade financeira, fala da função como um “actor político da maior relevância”, mas não abre o jogo sobre o seu próprio futuro quando sair do Governo. De governante a governador? Centeno mantém o tabu. “O meu perfil é de ministro das Finanças, nesta altura”.

A abrir a entrevista, os jornalistas da *Visão* perguntam ao governante se está no Ministério das Finanças para continuar ou irá sair, ao que Centeno responde: “Não é o momento de fazer essa reflexão, porque a questão não se coloca neste momento político, no Governo ou no Eurogrupo”. Mas discute-se, na praça pública, a hipótese de vir a assumir outras funções ainda este ano, contrapõem os jornalistas, numa referência ao cargo de governador do Banco de Portugal, que vaga dentro de meses. Centeno afirma que está a caminho de “ser o ministro das Finanças mais longo da democracia”, com cinco orçamentos aprovados, e afirma que se mantém “focado” nas suas tarefas.

Confrontado sobre o momento em que deverá acontecer o processo de indicação do próximo governador do Banco de Portugal e sobre o facto de estar a ser apontado como possível sucessor de Carlos Costa, cujo mandato termina em Julho deste ano (na mesma altura em que acaba o mandato de Centeno no Eurogrupo), o ministro das Finanças esclarece que no Governo ainda “não houve conversas sobre essa matéria”.

Questionado sobre se — independentemente de vir ou não a assumir o lugar — o perfil do próximo governador deve ser diferente do de Carlos Costa, Centeno considera que o próximo governador “tem de saber respeitar a instituição, mas também o papel que o banco tem na sociedade portuguesa” e, por isso, considera que “ter a dimensão de conhecimento e de relacionamento com a sociedade portuguesa é absolutamente essencial para desempenhar esse papel”.

Como já referiu numa outra entrevista ao *Expresso*, o ministro considera que não há incompatibilidade entre o facto de um ministro das Finanças assumir, de seguida, o cargo de governador. E retoma a resposta que já deu numa entrevista, defendendo qual é a sua posição: “A resposta que eu dei foi muito clara: não há nada nos tratados [europeus] que restrinja o lugar de governador de banco central àquilo que é o passado enquanto político ou ministro das Finanças ou o que for, e dei exemplos de casos em que isso aconteceu [o eslovaco Peter Kažimír, que transitou para governador, e o espanhol Luis de Guindos, que foi para vice-presidente do Banco Central Europeu].”

A política monetária conduzida pelo BCE, frisa, deve ser dirigida de forma independente, mas esse, sustenta, não é um papel que caiba ao Banco de Portugal. “É, aliás, muito interessante: o governador do Banco de Portugal participa em nome individual nas reuniões do Conselho de Governadores do Eurosystem, não representa Portugal; a política monetária do BCE não é adaptada, nem nunca se ouviu um argumento nacional — nem sequer da Alemanha — na justificação dessa política. Ele não representa o Banco de Portugal e essa independência é absolutamente garantida e, hoje, nas instituições europeias e no tratado (e, aliás, o BCE é muito severo no garantir dessa independência) não está nunca posta em causa”, justifica.

Em Portugal, onde o banco tem um papel de regulador e supervisor do sector bancário, tem de participar nestas obrigações, mas, vinca Centeno na mesma entrevista, “o último garante da estabilidade financeira ano é o Banco de Portugal, nem é a CMVM, nem a ASF [Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões], é o Ministério das Finanças”. E acrescenta: “E neste contexto, precisa de prestar contas e de estar disponível para participar nesse conjunto de preocupações, que são de condução política. Também é muito interessante quando se diz que o governador do BdP tem de ser um técnico. Não, não! O governador do Banco de Portugal é um actor político da maior relevância. Conduz as políticas macroprudenciais, as políticas comportamentais, as políticas de supervisão, e depois participa na definição da política monetária do BCE. Já viu a quantidade de vezes que eu disse a palavra política?”. O comentário que levou um dos jornalistas a interrogarem se não estaria, com esta descrição, a desenhar o seu próprio perfil. Ao que Centeno respondeu: “Não, não estou. O meu perfil é de ministro das Finanças, nesta altura. Mas não tenho a menor dúvida, só estou a tentar que não incorramos num erro. De pensar que estamos a falar de alguém que não tem nenhuma relação com a sociedade.”

Quanto ao balanço à frente do Eurogrupo, cujo mandato termina em Julho, Centeno destaca “o fecho do programa grego”, a “construção da união bancária” e o desenho do orçamento europeu.

Peça 168:

Coronavírus já “limpou” três biliões de dólares das bolsas mundiais

PÚBLICO

27 de Fevereiro de 2020, 10:56

Numa altura em que os novos casos de coronavírus (Covid-19) fora da China (onde começou o surto) já ultrapassaram os registados no território de origem, os mercados financeiros globais continuam a sentir os efeitos da contaminação global. Esta quinta, as acções voltaram a cair e já acumulam perdas totais de valor na ordem dos três biliões de dólares (milhões de milhões) em todo o mundo desde o início da crise, o equivalente a 2,7 biliões de euros, segundo contas da Reuters.

O índice pan-europeu Stoxx 600 começou o dia a perder 2,3%, dando uma fotografia mais completa do sentimento dos investidores sobre o risco de apostas em acções europeias. Entre todos, os índices italianos eram os mais penalizados, reflectindo a maior predominância de medidas de contenção impostas na economia de Itália.

Neste contexto, várias dezenas de empresas europeias já emitiram alertas sobre o impacto que as iniciativas para tentar travar a progressão do vírus poderão ter nas suas contas. Nos EUA, o mesmo tipo de alertas foi feito por empresas como a gigante Microsoft, levando a perdas substanciais nas acções das tecnológicas cotadas na Europa.

Na Ásia, as desvalorizações têm sido mais pronunciadas e mantêm os principais índices, desde a China ao Japão, passando pela Coreia do Sul, nos patamares mais baixos dos últimos quatro meses.

Em Lisboa, o PSI-20 não tem escapado à tendência geral e seguia, esta manhã, a perder quase 2%.

Se as acções continuam a derrapar e acumulam já seis dias seguidos de desvalorizações, os activos tidos como de refúgio seguem com sinal contrário. Em particular, as matérias-primas como o ouro prosseguem a sua ascensão para máximos de sete anos, ao passo que as dívidas públicas norte-americana, alemã e italiana valorizavam, pressionando as respectivas taxas de juro para baixo.

Uma tendência que um analista citado pela Reuters considera que deverá continuar “a menos que comecemos a observar um abrandamento de casos de coronavírus fora da China”. Isto porque os investidores vão continuar a movimentar-se na presunção de que o abrandamento forçado da actividade económica poderá culminar nos primeiros sinais de recessão nos principais blocos económicos mundiais.

Um sintoma desse receio é a contínua descida do preço do petróleo, que reage às perspectivas de uma economia menos saudável e que voltou, esta quinta-feira, a cair mais de 1% para o seu valor mais baixo num ano.

Peça 169:

Parlamento mais perto de limitar comissões no MB Way

Marta Moitinho Oliveira

27 de Fevereiro de 2020, 16:49

Os partidos vão começar a negociar na comissão parlamentar de Orçamento e Finanças um travão às comissões bancárias no MB Way. A dimensão do travão ainda não é conhecida, mas os partidos conseguiram entender-se durante o debate na generalidade e em cima da mesa têm agora diplomas que acabam com estas comissões ou que as limitam.

Para a especialidade passaram os diplomas do Bloco de Esquerda, do PCP e do PAN que proíbem a cobrança destas comissões. Estes diplomas baixaram à especialidade sem votação. Mas além destes, estão também em cima da mesa da comissão parlamentar do Orçamento e Finanças os projectos do PS e do PSD que não eliminam mas impõem limitações aos bancos na cobrança destas comissões no MB Way. Estes dois projectos foram aprovados (ao contrário dos primeiros não foi dispensada a sua votação).

O objectivo é em sede de especialidade conseguir chegar a um texto comum. Se isso for possível será certo que, pelo menos, uma limitação nestas comissões sairá do Parlamento.

Nas votações, o BE e o PCP votaram a favor do projecto do PS que contou também com a abstenção do PSD. Já o projecto do PSD contou com a abstenção do PS e do BE.

Quanto às comissões cobradas pelos bancos por operações através de plataformas digitais, como é o caso do MB Way, a principal divergência que saiu do debate na generalidade entre o BE e PCP, por um lado, e o PS e o PSD, por outro, está na questão da inovação. Os socialistas e os sociais-democratas consideraram que o fim destas comissões pode servir de travão à inovação, enquanto os bloquistas e os comunistas recordam que a rede de Multibanco se desenvolveu apesar da sua gratuitidade.

Mas se nesta matéria ainda não é possível antever o resultado final, noutras comissões foi visível entendimento no Parlamento. O PS, o PSD e o BE consideram que existe consenso no Parlamento para acabar com as comissões cobradas pela banca na emissão do distrato, nas declarações de dívida e no processamento de prestações de crédito. O entendimento foi evidenciado por estes partidos logo no arranque do debate que decorre esta tarde na Assembleia da República sobre as comissões bancárias. Um consenso a que se juntam o PCP, o PAN e os Verdes que estão de acordo com o fim destas comissões.

“Essas comissões vão acabar e bem”, disse a deputada do Bloco de Esquerda, Mariana Mortágua. “Parece que existe um consenso” quanto a estas comissões, afirmou o deputado do PSD, Hugo Carneiro. “Sobre isto estamos de acordo”, acrescentou. Miguel Costa Matos, do PS, destacou que o “debate começa com consensos em geometria variável nos distratos e declarações”. O apoio destes três partidos garante a aprovação do fim destas comissões.

O PCP acompanha estes projectos para “acabar com as comissões abusivas”, mas o deputado comunista Duarte Alves acrescentou que “mantém-se o problema” quando se dá aos bancos a possibilidade de continuar a criar novas comissões bancárias. Em 2019, os bancos cobraram 1500 milhões de euros em comissões, mais 40 milhões que o ano anterior.

Repúdio à “chantagem” da banca

Apesar das diferenças entre PS e BE no que toca, por exemplo, às comissões do MB Way, os dois partidos uniram-se no repúdio ao comunicado feito na véspera pela Associação Portuguesa de Bancos (APB), que lembrou que o fim destas comissões pode pôr em causa postos de trabalho na banca.

“Não é com comunicados a roçar a chantagem que se credibiliza a banca portuguesa”, disse Fernando Anastácio, deputado do PS. Ainda antes, Mariana Mortágua garantiu que o partido não cederá à “chantagem da banca”.

O debate na generalidade fica ainda marcado pelas críticas ao Banco de Portugal. A líder parlamentar centrista, Cecília Meireles, disse que o Parlamento arrisca-se a “hiper-regulamentar” porque o

supervisor não faz o seu trabalho. “Nós não somos o Banco de Portugal”, declarou, exibindo o preçário da Caixa Geral de Depósitos (CGD) com 93 páginas e elencando um conjunto de comissões que ficam fora dos 11 projectos que agora estão em discussão.

Peça 170:

Portugal tem dos preços de comunicações mais caros da UE, insiste a Anacom

Ana Brito

27 de Fevereiro de 2020, 19:01 actualizado a 27 de Fevereiro de 2020, 19:58

A evolução dos preços das telecomunicações em Portugal é um dos temas com que o regulador das comunicações tem conseguido alimentar a sua baixa popularidade entre os operadores e tudo indica que a tendência é para piorar.

A Anacom apresentou esta quinta-feira uma análise em que reafirma que os preços pagos pelos portugueses são na generalidade superiores aos que pagam outros consumidores europeus. E põe em causa as conclusões do estudo divulgado recentemente pela associação do sector, a Apritel, que defende precisamente o contrário.

É no formato “perguntas frequentes sobre os preços” que o estudo divulgado pela Anacom começa por sublinhar (em cálculos feitos com base nos dados do Eurostat) que os preços subiram 7,6% em Portugal entre Dezembro de 2009 e Dezembro de 2019, enquanto no mesmo período caíram 9,9% na União Europeia (UE). Segundo os cálculos, entre os sete países em que os preços do Índice Harmonizado de Preços das telecomunicações subiram na última década, só a Roménia teve um aumento superior a Portugal, de 16,3%.

De acordo com a Anacom (que nesta análise recorre às comparações internacionais de preços mais recentes da Comissão Europeia, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e União Internacional de Telecomunicações), é nos preços dos “serviços móveis, dos serviços individualizados de Internet e de pacotes de serviços para níveis de utilização mais reduzidos” que Portugal fica pior na foto, com preços que podem chegar ao dobro da média europeia.

Em serviços como “os pacotes de voz móvel e Internet no telemóvel, Portugal apresentava preços entre 19% e 98% superiores à média da UE 28” e “mais de três quartos dos países europeus apresentam preços inferiores aos praticados em Portugal”.

No caso das ofertas de banda larga móvel para PC e tablet, os preços em Portugal “são entre 25% e 110% superiores à média da UE 28”, excluindo as ofertas de maior volume de tráfego (50 GB), em que são inferiores em 36%.

A Anacom destaca ainda a análise feita em 2019 pela Comissão Europeia aos preços da banda larga móvel, em que Portugal fica enquadrado no grupo de países em que o preço do serviço é “caro”, ao lado de mercados como a Hungria e a República Checa.

E é em jeito de conclusão desta análise aos preços que a Anacom desvaloriza o estudo que a Apritel apresentou no final do ano passado, por considerar que dá azo a conclusões enviesadas. A principal

conclusão do relatório feito pela Deloitte é a de que Portugal é o segundo país com preços de comunicações mais baixo na Europa, a seguir a França, considerando o tipo de serviço mais utilizado pelas famílias portuguesas: os pacotes 3P (televisão, Internet e voz fixa) e 4P (acrescenta ao primeiro a voz e Internet móvel).

É esta comparação que a Apritel defende que deve ser feita quando se fala em preços dos serviços: a comparação entre a oferta predominante portuguesa e a oferta equivalente nos vários países europeus.

Mas a Anacom não concorda. “Como compreender o estudo da Apritel que diz que Portugal tem dos preços mais baratos da EU”, interroga-se a Anacom. O regulador argumenta que o estudo da Apritel “diz apenas respeito” a ofertas 3P e 4P e que as suas conclusões não colocam em causa o facto de os portugueses pagarem preços superiores aos da média europeia nas outras ofertas.

Por outro lado, a Anacom defende que a metodologia utilizada pela Deloitte “não é a mais adequada”, pois resulta em “perfis de utilização que não são representativos da média nacional, nem reflectem a penetração dos vários serviços e combinações de serviços”. Ou seja, o facto de os portugueses contratarem essencialmente pacotes 3P e 4P (que na prática são aquelas que garantem um fluxo mais significativo de receitas mensais às empresas, porque juntam vários serviços) não faz com que estejam a contratar as ofertas que melhor correspondem às suas necessidades. Estas poderiam ser satisfeitas por outro tipo de ofertas mais simples, se os seus preços fossem mais atractivos.

A Anacom recorda que “a grande maioria dos pacotes de telecomunicações obriga a contratar um telefone fixo”, enquanto apenas 65% das famílias usam esse serviço. Refere ainda que o número de canais por pacote pode chegar aos 200, enquanto a maior parte dos utilizadores “tende a assistir a um número muito reduzido de canais de forma regular”. Do mesmo modo, “enquanto os *plafonds* de tráfego de voz e mensagens atingem 3500 minutos/mensagens”, a utilização média não vai além dos 200 minutos e 195 SMS.

Além disso, na voz fixa, “existem ofertas que proporcionam mil minutos de chamadas internacionais, mas apenas são utilizados, em média, cinco minutos por mês”.

Além de considerar que os resultados apresentados pela Apritel “para os restantes países tenderão igualmente a estar sobreavaliados” pela necessidade de encontrar uma oferta que possa ser comparável com a oferta portuguesa, a Anacom acrescenta que as conclusões “podem também ser enviesadas pela selecção de países”. A análise da Deloitte seleccionou, “na sua maioria, países com níveis de desenvolvimento superiores aos de Portugal onde, à partida, os preços dos bens não transaccionáveis são superiores”, refere a Anacom.

A Apritel reagiu ao estudo da Anacom com uma declaração do secretário-geral, Pedro Mota Soares, enviada às redacções: “É com perplexidade que vemos o regulador do sector fazer afirmações e retirar conclusões que não estão corretas”.

O responsável da Apritel adiantou que a associação “está a analisar em detalhe o documento” e irá, no futuro, pronunciar-se sobre ele.

Notícia actualizada às 19h58m com declaração da Apritel

Farfetch: contas melhores do que o esperado levam acções a subir 18%

Victor Ferreira

28 de Fevereiro de 2020, 1:09

O ano de 2019 foi “um ano de referência” para a Farfetch, garante o fundador da plataforma de artigos de luxo, José Neves. As contas de 2019, reveladas nesta quinta-feira à tarde em Nova Iorque (noite em Portugal) mostram que os prejuízos após impostos duplicaram face ao ano precedente, mas esse desempenho é largamente influenciado por amortizações e pagamentos em acções aos funcionários.

São duas linhas contabilísticas que representam quase 73% do prejuízo de 373.688 milhões de dólares registado na contabilidade: 158,4 milhões de remunerações em acções; e os restantes 113,6 milhões de amortizações e depreciações.

Excluindo-as do EBITDA ajustado, por não terem a ver com as operações “core” da empresa, as perdas são muito menos significativas. E, mais importante ainda, traduzem uma desaceleração no crescimento dos prejuízos face a 2018.

Basta ver que de 2017 para 2018, o EBITDA ajustado (isto é os prejuízos após impostos deduzidos de amortizações, depreciações, impostos, juros e pagamento em acções) já era negativo, tal como agora, mas aumentou 65,22%. Já de 2018 para 2019, este indicador aumentou “apenas” 26,49%.

É por isso que a reacção em Wall Street foi positiva, apesar de o resultado líquido do exercício ter sido tão negativo, influenciado por efeitos especiais. E é por isso que José Neves e o responsável financeiro Elliot Jordan, puderam classificar 2019 como um ano de referência, elogiando a Farfetch como uma empresa com uma eficiência crescente.

Enquanto os dois defendiam as contas do quarto trimestre e as contas finais de 2019, a cotação subiu em flecha no *after-hours*, isto é, nas ordens dadas já depois do encerramento da bolsa nova-iorquina. No fecho de Wall Street (às 16h locais), a cotação estava nos 9,54 dólares. Hora e meia depois, tinha subido 18,4%, para os 11,30 dólares.

Um salto que mostra que houve investidores agradados com as contas melhores do que esperavam, mas que, ainda assim, não é suficiente para chegar sequer perto da cotação de há precisamente um ano, nos 24,50 dólares. Não obstante, os responsáveis da empresa acreditam que, mantendo esta trajectória, será possível cumprir o objectivo de atingir em dois anos o *breakeven* (o ponto em que as receitas igualam as despesas).

Facturação e receita recorde

Havia alguma expectativa nestas contas, por diversas razões. Em primeiro lugar, seria o primeiro ano completo após a entrada da empresa na bolsa de Wall Street. Em segundo lugar, porque foi um ano de muitos gastos: a aquisição do New Guards Group, em Agosto, custou 675 milhões de dólares, em troca do controlo de um grupo italiano que detém duas mãos cheias de marcas de luxo. A liquidez tinha sido reforçada com um empréstimo obrigacionista de 250 milhões de dólares, contraído junto de financiadores americanos e chineses, mas havia a curiosidade sobre o desempenho operacional e a capacidade de a Farfetch passar a gerir um universo mais alargado de subsidiárias, nas quais já se incluía a Stadium Goods, retalhista de calçado desportivo *sui generis*, comprado por 220 milhões de dólares, em Dezembro de 2018, mas cuja transacção foi registada nas contas de 2019.

E os números não parecem ter desiludido investidores e analistas. Pela primeira vez, a facturação total superou os 2000 milhões de dólares, as receitas da Farfetch bateram a fasquia dos mil milhões e o resultado bruto foi de 459 milhões, com uma margem bruta de 45%. A facturação cresceu assim 52% face a 2018, as receitas cresceram 68% e quebra de 4,5 pontos percentuais na margem bruta foi a única nota negativa neste aspecto.

Para tal terá contribuído uma subida em flecha do custo das vendas, que aumentaram quase 85%. Também os custos gerais e administrativos subiram para quase o dobro, o que, tudo somado, resulta no tal resultado líquido negativo de 373.688 milhões de dólares. Claro que a empresa cresceu, multiplicando em 12 meses o activo por 1,6, o endividamento aumentou quatro vezes, mas o crescimento do activo continua a ser suportado na sua maioria pelo capital próprio.

“Batemos as nossas próprias expectativas”, anotou José Neves, durante a chamada em conferência em que desfiou os números de 2019. “Somos o maior vendedor de luxo no mundo. E continuamos a ver grandes oportunidades de crescimento”, referiu.

Coronavírus "sem impacto material"

Quanto ao futuro, a empresa vê a epidemia do coronavírus como um risco e admite que a doença cria “incertezas” que podem ter impacto no negócio, até por causa da aposta na China, que continua a ser o segundo maior mercado da Farfetch. Mas, por agora, a empresa diz que “não sentiu qualquer impacto material negativo” que possa ser atribuído à epidemia.

Ainda assim, as projecções para 2020 ficam abaixo do crescimento real verificado em 2019. Isto apesar de, segundo José Neves, o tráfego na plataforma ter vindo a crescer na China mais do que no resto do mundo. Algo que, segundo o CEO da Farfetch pode ter a ver com um maior recurso ao comércio online por parte de clientes que estão impedidos de se deslocar ou querem evitar deslocações potencialmente arriscadas.

Digno de nota, ainda, o facto de a *startup* adquirida pela Farfetch em 2017, a Fashion Concierge, ter fechado um negócio de venda de joalharia e relógios de luxo por um valor estratosférico. Trata-se de uma venda que superou um milhão de dólares, a um único cliente privado, o que constitui um marco, um recorde mundial, da venda online mais cara no mundo do luxo. A transacção foi registada em Janeiro, e por isso não entra nas contas de 2019, mas a Farfetch guardou a revelação deste recorde para agora, colocando-o no lote das boas notícias que impressionaram alguns analistas e investidores de Wall Street.

Peça 172:

Empresas cortam viagens e presenças em feiras de negócios

Victor Ferreira

28 de Fevereiro de 2020, 7:00

Até ao momento, não há sinais de consequências negativas da epidemia de coronavírus Covid-19 na economia portuguesa. Apesar das perdas na capitalização bolsista em diferentes praças, o cenário na indústria portuguesa é de relativa tranquilidade. As exportações ou os fornecimentos externos seguem dentro da normalidade e há confiança em que as cadeias de abastecimento se poderão manter sem

problemas. A mudança fundamental, por agora, é a redução das viagens e de presenças em feiras de negócios por parte de empresas portuguesas. E aquelas que mantêm presença em feiras recorrem a representantes locais e deparam-se com uma dificuldade inesperada: muitos hotéis deixaram de oferecer tarifas flexíveis com possibilidade de reembolso.

No sector metalúrgico e metalomecânico, que representa quase 20% das exportações portuguesas, “há empresas que estão a cancelar participações em feiras”, confirma o vice-presidente da Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal (AIMMAP), Rafael Campos Pereira. Utrecht (Países Baixos) e Paris (França) serão palco dos próximos certames internacionais e, para reduzir o risco de contágio, há quem tenha pagado a participação e não vá comparecer.

Neste sector, que exportou quase 20 mil milhões de euros em 2019, estão também a ser reduzidas viagens de visita a clientes e fornecedores no estrangeiro, tal como alguns clientes e fornecedores estão a anular viagens programadas até Portugal, refere o mesmo responsável. As empresas da AIMMAP “acompanham com atenção e sem alarmismo” a evolução do panorama mundial da doença. “O cenário mudou significativamente, com a entrada da doença em Itália. “Passa a estar mais perto de casa. Antes, era um problema na China, para onde exportamos residualmente [cerca de 200 milhões em 2019] e a quem compramos matéria-prima e componentes em quantidades pouco significativas e que eram substituíveis com alguma facilidade até a partir de Portugal”, sublinha.

Não há notícias de empresas que tenham suspenso a produção ou que se queixem de redução de actividade, conclui. No mundo automóvel, a indústria de produção de componentes produz em ambiente de normalidade, diz o secretário-geral da AFIA, Adão Ferreira. Mas entre retalhistas e representantes, há medidas em curso: por exemplo, a Toyota Europa limitou as presenças no próximo Salão de Genebra e o representante da marca em Portugal, o grupo Salvador Caetano, decidiu não viajar para a Suíça.

Não enviam representantes

Situação semelhante aconteceu entre as três dezenas de empresas que estavam inscritas na Gulfood, uma feira de produtos alimentares e bebidas no Dubai realizada esta semana. Algumas delas decidiram não enviar representantes e contrataram localmente quem gerisse os respectivos *stands*. Para a próxima ProWein, dedicada aos vinhos, em Düsseldorf, também há empresas a repensar a presença. Mas aqui o inesperado foi o facto de os hotéis da cidade, com medo de perder receitas de cancelamentos, terem deixado de oferecer tarifas com possibilidade de reembolso.

A Autoeuropa, em Palmela, é um dos maiores exportadores nacionais. Até agora, “não houve nenhum impacto”, diz fonte da empresa. “As fábricas que produzem componentes para nós continuam em laboração, não há quebras de produção”, assegura. E em termos de exportações, a China comprava sobretudo os modelos Scirocco (que já não se produz) e a Sharan (que é residual), já que o mercado chinês para o T-Roc é abastecido por fábricas específicas naquele país.

O sector do calçado não se sente afectado pela redução da actividade económica na China. A associação do sector, a Apiccaps, diz que “não há uma emergência sectorial” e desconhece que haja empresas afectadas por cortes na actividade ou no fornecimento de matéria-prima. “China e Hong Kong valem 30 milhões em exportações. Mesmo com um crescimento de 20% em 2019, são mercados pequenos para nós”, destaca Paulo Gonçalves, da Apiccaps.

A Itália suscita maiores preocupações, porque metade dos componentes de que a indústria nacional necessita vêm daquele país. “Em exportações, a Itália representa 40 milhões, mas em importações vale 100 milhões em peles e componentes”, acrescenta.

Ao contrário do calçado, que compra apenas sete milhões em matéria-prima à China, o sector têxtil e vestuário vive maiores preocupações. O sector da confecção, representado pela ANIVÉC, diz estar a sentir na pele a redução da actividade e problemas no fornecimento, como é o caso da empresa do presidente, a Calvelex. O presidente da ATP, por seu lado, disse ao jornal *Dinheiro Vivo*, que as empresas podem viver mais um mês sem problemas com o *stock* que têm.

Fonte do Governo disse ao PÚBLICO que nos próximos dias se vai reunir com diferentes associações empresariais, para avaliar que dificuldades sentem as indústrias e acertar agulhas em planos de intervenção para lidar com factores externos ou no plano interno, quando ou se a doença se manifestar em Portugal.

Peça 173:

Bolsas a caminho da pior semana desde a crise financeira

PÚBLICO

28 de Fevereiro de 2020, 9:32 actualizado a 28 de Fevereiro de 2020, 10:17

O contágio das preocupações dos investidores está a acompanhar o ritmo do aumento de novos casos de coronavírus em todo o mundo. As bolsas de Wall Street fecharam com perdas de mais de 4% na quinta-feira, os mercados asiáticos estenderam as desvalorizações que têm marcado os últimos dias e na Europa, no arranque do dia de sexta-feira, os índices voltaram a sofrer quedas abruptas entre 3% e 4%.

As acções a nível global já estão a cair mais de 10% face aos máximos atingidos em Fevereiro e prepararam-se para fechar a pior semana desde a crise financeira de 2008.

A fuga dos investidores para activos de refúgio, como a dívida pública norte-americana ou as matérias-primas, é um reflexo dos alertas que vão sendo feitos acerca de um cenário de recessão global desencadeada pela infecção que começou na China.

“Apesar de os mercados estarem a descontar o impacto económico da doença atingir os Estados Unidos, a verdade é que ainda não vimos a emergência” de um número elevado de casos positivos em território norte-americano, disse à Bloomberg um analista do mercado cambial, alertando contudo que “assim que isso acontecer, iremos assistir a uma aceleração das perdas”.

Entretanto, a agência de classificação de dívida Moody’s já alertou que uma eventual pandemia irá desencadear uma recessão nos EUA e a nível global no primeiro semestre do ano, reforçando o diagnóstico que outros analistas têm vindo a fazer sobre o impacto das restrições à actividade económica provocadas pelas tentativas de travar o coronavírus.

O Bank of America previu já que a economia global está a caminhar para o seu ano mais fraco desde a crise financeira de 2008.

“É razoável assumir que iremos ter um abrandamento bastante significativo no crescimento económico, pelo menos no primeiro semestre do ano, em termos globais”, explicou à Reuters uma analista da Charles Schwab, acrescentando que “isto acontece numa altura em que o crescimento era já relativamente frágil em todo o mundo e as valorizações [das bolsas] estavam manifestamente altas”, depois de um período longo de subidas para máximos, nalguns casos, históricos.

Perante este cenário, os principais índices europeus estão todos a replicar a dimensão das quedas sofridas pelos EUA na noite de quinta-feira, onde o Dow Jones chegou a sofrer mesmo uma das piores perdas diárias de valor de sempre durante uma sessão em que fechou a cair 4,4%. O mais abrangente S&P acelerou as perdas acumuladas nas últimas seis sessões, a um ritmo que já supera as acentuadas desvalorizações registadas em Outubro de 1987 e que ficaram conhecidas como Black Monday.

Na Alemanha, as perdas sofridas pelo índice Dax no arranque da manhã de sexta-feira já chegaram perto de 5%, enquanto que em Espanha o Ibex caía 4%, o britânico deslizava 4,5% e, em Lisboa, o PSI-20 não evitava o contágio e perdia 3,8% (com praticamente todos os títulos a perderem entre 3% e 4%).

Os sectores do turismo e da aviação são os mais afectados nas bolsas europeias, com as notícias sobre cancelamentos de voos e de reservas turísticas a justificarem este comportamento, mas o sentimento negativo é dominante em praticamente todos os títulos.

Na Ásia, as bolsas fecharam entre as quedas de 3,7% do japonês Nikkei, de 3,6% do Kospi e de 2,6% do Hang Seng

Por seu turno, o preço do barril de petróleo Brent negociou perto dos 50 dólares pela primeira vez desde Dezembro de 2018, reflectindo os renovados receios de um abrandamento económico que trave o consumo de bens petrolíferos.

Peça 174:

Estivadores do porto de Setúbal avançam para a greve em solidariedade com os de Lisboa

Rosa Soares

28 de Fevereiro de 2020, 10:24

Os estivadores do porto de Setúbal decidiram avançar para a greve, em solidariedade com a paralisação em curso no porto de Lisboa. O pré-aviso de greve ainda não foi publicado, mas afectará o trabalho suplementar em dias úteis nas empresas Setulset, Tersado e Setefrete, e duas horas no primeiro turno e uma hora no segundo na Operestiva e Sadoport.

A greve no porto de Lisboa, marcada pelo Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística (SEAL), foi iniciada no passado dia 19 e prolonga-se até 9 de Março. Em causa o alegado “incumprimento

sistemático dos acordos em vigor e o arrastar do assédio continuado que representa o pagamento dos últimos 17 meses de salários a prestações”.

Ainda em Lisboa, a greve envolve, segundo o sindicato, apenas quatro empresas, as três do grupo turco Yilport – Liscont, Sotagus e Multiterminal – e uma quarta empresa, a TMB (Terminal Multiusos do Beato). Segundo opresidente do SEAL, António Mariano, “estas empresas fizeram uma proposta ao sindicato para um abaixamento de salários de 15% e defenderam que a A-ETPL, (Associação - Empresas de Trabalho Portuário de Lisboa) deveria ir para uma situação de pré-insolvência”.

“A somar à solidariedade demonstrada pelo IDC (Conselho Internacional de Estivadores), às muitas mensagens que nos têm feito chegar do movimento sindical e social e a que daremos destaque nos próximos dias, sublinhamos antes de mais a importância da greve que os estivadores do porto de Setúbal decidiram hoje, em solidariedade com os estivadores do porto de Lisboa”, avança o Estivador, Blogue do Sindicato dos Estivadores e da Actividade Logística.

Na sequência da greve em Lisboa, o Bloco de Esquerda (BE) e Partido Comunista Português (PCP) querem ouvir “com urgência” as empresas responsáveis pelas alegadas irregularidades e incumprimentos que motivaram a greve de três semanas dos estivadores do Porto de Lisboa. Num requerimento entregue na passada sexta-feira à Comissão Parlamentar do Trabalho e da Segurança Social, o BE pede ainda para ouvir o ministro Pedro Nuno Santos, responsável pela pasta das Infra-estruturas. Já a bancada comunista pede ao secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, Alberto Souto de Miranda, para dar “explicações urgentes” e para “travar o processo em curso” de “destruição de direitos” dos trabalhadores no Porto de Lisboa.

Peça 175:

Economia portuguesa supera as expectativas e cresce 2,2% em 2019

Pedro Ferreira Esteves

28 de Fevereiro de 2020, 11:07 actualizado a 28 de Fevereiro de 2020, 12:05

O Instituto Nacional de Estatística (INE) divulgou esta sexta-feira os números definitivos do Produto Interno Bruto (PIB) de 2019, que registou um crescimento de 2,2%, conseguido na sequência da progressão de 2,2% verificada no quarto trimestre. Números que superam as estimativas de todas as instituições de referência.

As previsões do Governo apontavam para um aumento de 1,9% do PIB, tal como as estimativas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), Fundo Monetário Internacional (FMI) e Conselho das Finanças Públicas (CFP). As previsões do Banco de Portugal e da Comissão Europeia indicavam um crescimento de 2%.

Os números divulgados esta sexta-feira representam também uma revisão em alta pelo INE face à estimativa provisória divulgada em meados do mês (de um crescimento de 2% para 2019) devido, segundo explica a instituição, “à incorporação de informação actualizada da Balança de Pagamentos, publicada no passado dia 19 de Fevereiro pelo Banco de Portugal”. Assim, “a nova versão da Balança de Pagamentos (...) representou uma reavaliação da Balança de Serviços de 511,8 milhões de euros no

ano de 2018 e de 873,1 milhões de euros nos meses de Janeiro a Novembro de 2019”. Esta reavaliação teve também reflexos no PIB de 2018, cujo crescimento foi revisto em alta de 2,4% para 2,6%.

Assim, no ano passado, o PIB abrandou 0,4 pontos percentuais face ao ano anterior, dado que “a procura externa líquida registou um contributo de -0,6 pontos percentuais [p.p.] para a variação em volume do PIB (-0,4 p.p. em 2018)”, ao passo que “o contributo da procura interna diminuiu para 2,7 p.p. (3,1 p.p. em 2018), reflectindo o crescimento menos intenso do consumo privado”.

Neste particular, o consumo privado subiu 2,3% em 2019 (menos que os 2,9% em 2018), tendo os bens não duradouros e serviços passado de um crescimento de 2,6% em 2018 para 2,5%, enquanto os bens duradouros desaceleraram para 0,8% (6,1% em 2018), “reflectindo sobretudo a diminuição das despesas com a aquisição de veículos automóveis”, depois de uma série de trimestres de crescimento generalizado das vendas de automóveis.

Já o investimento aumentou 6,5% em termos reais em 2019 (ligeiramente face aos 6,2% em 2018), “reflectindo a aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para uma taxa de variação de 6,4% (5,8% no ano anterior)”. Também a “Variação de Existências apresentou um contributo positivo (0,1 p.p.) para a variação do PIB, semelhante ao registado em 2018”.

Na componente do investimento, o INE destacou a FBCF em Construção, que registou “uma aceleração pronunciada, passando de um crescimento de 4,6% para 9,4%. Também a FBCF em Produtos de Propriedade Intelectual acelerou, mas de forma ligeira, aumentando 6,5% (6,3% em 2018)”. No sentido inverso, “o crescimento da FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos foi menos acentuado, passando de 8,2% para 4,7%, tendo a FBCF em Equipamento de Transporte diminuído 4,6%, após um aumento de 5,6% em 2018”.

Na balança comercial externa, “as Exportações de Bens e Serviços em volume registaram, em 2019, uma taxa de crescimento de 3,7% (4,5% em 2018), reflectindo a desaceleração da componente de serviços de 6,3% para 3,8%, uma vez que as exportações de bens mantiveram uma taxa de variação de 3,7%”. Já as Importações de Bens e Serviços cresceram 5,2% (5,7% em 2018), com as importações de bens a aumentarem 4,5% (menos 1,2 p.p. que no ano precedente), “enquanto as importações de serviços registaram um crescimento de 8,6% (5,9% em 2018)”.

Exportações salvam quarto trimestre

Ainda assim, os números finais do ano foram menos penalizadores devido ao desempenho mais favorável das exportações observado no quarto trimestre, que compensou a fragilidade no consumo privado e investimento na etapa final do ano.

Entre Outubro e Dezembro, “o PIB em volume registou uma taxa de variação homóloga de 2,2% (taxa superior em 0,3 p.p. à do trimestre anterior)”, tendo “o contributo da procura externa líquida para a variação homóloga do PIB passado de -1,5 p.p. no terceiro trimestre para +1,3 p.p., reflectindo uma significativa aceleração das Exportações de Bens e Serviços e um crescimento menos intenso das Importações de Bens e Serviços”.

Já a procura interna “apresentou um contributo de 0,9 p.p. (3,4 p.p. no trimestre anterior), verificando-se uma desaceleração do consumo privado e uma diminuição do investimento, em resultado da evolução da Variação de Existências”. Neste aspecto em particular, evolução do investimento ganha destaque, tendo registado um decréscimo homólogo de 2,6%, em volume, face ao crescimento de 8,6% no trimestre anterior.

Comparativamente aos três meses anteriores, o “PIB aumentou 0,7% em termos reais (0,3% no trimestre anterior)”.

Em 2018, o PIB português cresceu 2,6% (devido à revisão em alta feita agora pelo INE), o que representa uma desaceleração face a 2017, ano em que a economia nacional cresceu 3,5%.

Já em termos nominais, o PIB aumentou 3,9% (tinha aumentado 4,3% em 2018), situando-se em cerca de 212,3 mil milhões de euros no fecho do ano passado.

Indústria desacelera, construção sustenta

Numa análise aos vários contributos por sector para o crescimento do PIB português, os dados do INE dão uma fotografia de abrandamentos na indústria e comércio, alojamento e restauração, que enquadram a desaceleração da economia portuguesa.

Assim, o “Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base aumentou 2,0% em volume”, o que representou uma desaceleração de 0,3 p.p. face a 2018. Esta evolução tem por base a o VAB do ramo Indústria, que “foi o que mais contribuiu para esta desaceleração, passando de uma taxa de variação de 1,6% em 2018 para -0,8%”.

Em foco esteve também a “evolução do VAB dos ramos Comércio e Reparação de Veículos e Alojamento e Restauração, que desacelerou de 4,0% para 3,0% em 2019”. Já o da Energia diminuiu mesmo em 0,6%, depois de um aumento de 6,2% registado no ano anterior.

Em sentido contrário estiveram os sectores da construção, agricultura e pescas, bem com o dos transportes e actividades financeiras.

O VAB do ramo Construção “registou em 2019 uma taxa de variação de 7,1%, após ter aumentado 4,2% em 2018”, o da Agricultura, Silvicultura e Pescas aumentou 3,7% em 2019, após ter diminuído 0,7% em 2018, enquanto que o de Transportes e Armazenagem, Actividades de Informação e Comunicação apresentou um crescimento, em termos reais, de 4,1% em 2019 (2,0% em 2018).

O contributo dos ramos Actividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias, após ter aumentado 0,5% em 2018, registou em 2019 uma taxa de variação de 2,0%.

No que diz respeito ao emprego, segundo o INE, “para o conjunto dos ramos de actividade, registou uma variação de 0,8% em 2019 (2,3% no ano anterior), tendo o emprego remunerado aumentado 1,7% (2,9% em 2018)”.

Peça 176:

Deco pede a devolução de IRS aos reformados prejudicados por atrasos nas pensões

Rosa Soares

28 de Fevereiro de 2020, 12:09

A solução legislativa encontrada para compensar os contribuintes que pedem reforma, atribuídas com vários meses de atraso, não está a ser aplicada pelas Finanças, denuncia a Deco, que pede uma alteração

urgente ao diploma e a devolução do IRS aos pensionistas nessa situação. A não-retroactividade do diploma foi reconhecida pelo ministro das Finanças, aplicando-se apenas a casos futuros.

Está em causa a lei de Outubro de 2019, que permite discriminar, na declaração de IRS, os rendimentos referentes a anos anteriores, até um máximo de cinco anos, mas que não refere, expressamente, que tem efeitos retroactivos. Por isso, “o Fisco só pode considerar os casos posteriores à sua aprovação”, avança a associação de defesa do consumidor, em comunicado divulgado esta sexta-feira.

Para além dos atrasos, de vários meses, no pagamento das pensões, “a situação é ainda mais dramática para os que são empurrados para escalões de IRS mais elevados, quando os valores em falta são pagos de uma só vez”, lê-se no comunicado. Nestes casos, “acabam por sofrer um aumento no IRS a pagar, suportando valores que não teriam de suportar se as pensões em atraso fossem tributadas na declaração do respectivo ano. Alguns contribuintes são ainda prejudicados “com a perda de benefícios sociais, como a isenção do pagamento de taxas moderadoras, por serem enquadrados em escalões de IRS superiores”.

Ao não prever a retroactividade, “os contribuintes afectados nos últimos anos mantêm-se sem perspectivas de verem o seu problema solucionado”, reforça a Deco, acrescentando que, por se tratar de “uma situação que é inaceitável e de uma enorme injustiça já exigiu aos grupos parlamentares uma revisão urgente da lei, e que permita a estes pensionistas reaverem o imposto que pagaram em excesso”.

A Deco lembra que “todos os anos, mais de 100 mil portugueses pedem a reforma, e milhares têm sido afectados por atrasos no pagamento de pensões, vendo-se privados de quaisquer rendimentos durante meses a fio, actualmente quase cinco, segundo dados da própria Segurança Social”.

Peça 177:

Coronavírus: ligação entre China e Portugal reduzida a um voo semanal

Luís Villalobos e

Luís J. Santos

28 de Fevereiro de 2020, 16:32

Neste momento ainda há uma ligação directa entre Portugal e a China, mas foi reduzida dos dois voos semanais que existiam a apenas um. Pelo meio, nas primeiras semanas deste mês houve apenas alguns cancelamentos do segundo voo, num processo de transição. Assim, conforme explicou a empresa ao PÚBLICO, o voo que permanece activo é o que parte de Lisboa às segundas-feiras com destino a Pequim e paragem em Xian.

Depois de uma interrupção em Outubro de 2018 (e após um período relativamente curto de existência), as ligações entre China e Portugal foram retomadas no final de Agosto do ano passado pela Beijing Capital, do grupo chinês HNA, com o objectivo de assegurar três voos semanais.

O surto do novo coronavírus levou logo em Janeiro à interrupção das ligações à China por parte de muitas companhias, como a British Airways, Lufthansa e SAS, para enumerar apenas algumas. E se nessa altura o período de suspensão dos voos ia até ao final de Janeiro, para depois se reavaliar a situação,

depressa os acontecimentos mudaram o calendário, aliado a um aumento o número de interrupções e a uma expansão geográfica da suspensão de voos.

No caso da British Airways, o período de suspensão dos voos para Xangai e para Pequim já foi alargado para 17 de Abril, e cancelou voos para Itália, Singapura e Coreia do Sul. O surto do novo coronavírus no Norte de Itália levou também a Easyjet a cancelar o que definiu de “alguns voos”, clarificando que serão “principalmente os que entram e saem de Itália”, sem implicação para Portugal.

O PÚBLICO enviou várias questões à TAP, mas a empresa afirmou apenas, de forma genérica, que “está a acompanhar a situação e os seus desenvolvimentos”.

O impacto no sector do turismo, incluindo aqui lazer e negócios, está a ser sentido de forma imediata nas principais companhias aéreas, mas o receio dos efeitos do vírus alastra-se a toda a economia mundial.

No caso concreto da aviação, as empresas estão já com planos de redução das despesas - tentando assim equilibrar o impacto da perda de receitas devido à redução da procura - e alertas de redução das estimativas de lucro.

A finlandesa Finnair, segundo a Reuters, alertou para uma “significativa” redução do lucro operacional este ano e anunciou uma redução de custos da ordem dos 40 a 50 milhões de euros.

Peça 178:

Novo Banco passa “Cabo das Tormentas” com prejuízo de 1058 milhões

Pedro Ferreira Esteves

28 de Fevereiro de 2020, 16:44 actualizado a 28 de Fevereiro de 2020, 17:52

O Novo Banco fechou o exercício de 2019 com um prejuízo de 1058,8 milhões de euros, um desempenho que resultou dos resultados negativos do legado do BES (activos problemáticos) de 1236,4 milhões, atenuados pelos ganhos de 177,6 milhões obtidos na actividade recorrente (operação bancária, excluindo o legado do BES).

No comunicado divulgado ao mercado sobre as contas, a instituição liderada por António Ramalho justifica os resultados com as “perdas relacionadas com o processo de reestruturação e desalavancagem de activos não produtivos, designadamente os projectos Sertorius, Albatros e NATA II, e o processo de venda da GNB Vida”. Este processo de reestruturação de carteiras de créditos problemáticos é o que justifica o novo pedido de apoio público, no âmbito do Mecanismo de Capital Contingente, financiado pelo Fundo de Resolução, e que chegará este ano aos 1037 milhões de euros (dos quais, 850 milhões virão do Orçamento do Estado sobre a forma de empréstimo).

Os resultados do Novo Banco foram divididos pela equipa de gestão em duas unidades: a que gere os activos problemáticos ligados ainda à gestão de Ricardo Salgado (Legado); e a que diz respeito à actividade central da gestão bancária (Recorrente). Na base dos elevados prejuízos está o Novo Banco Legado, que continua a aproveitar a rede dada pelo Fundo de Resolução para “limpar” as contas. Nesse aspecto, em valores consolidados, o Novo Banco registou “um reforço de provisões no montante de

935,4 milhões de euros (225,5 milhões de euros face a 31 de Dezembro de 2018)”, revela a instituição em comunicado.

Deste total, “as imparidades e provisões incluem 732,9 milhões de euros relacionados com a actividade *legacy*, que representam 78% do total do grupo”. Este é o reflexo nas contas da venda de carteiras de crédito de grande dimensão a fundos internacionais, realizada a um preço muito reduzido face ao seu valor original e cujo remanescente é coberto por estas imparidades e provisões. É desta fatia que resulta as necessidades de injectar dinheiro público através do Fundo de Resolução para manter a solidez do Novo Banco nos níveis exigidos pelas autoridades nacionais.

Neste campo, o rácio de referência *Common Equity Tier 1* (CET1) situava-se nos 13,5% no final do Dezembro de 2017 e o rácio de solvabilidade total nos 15,1%, “valores que representam um aumento face ao apurado no final de 2018”. Sobre este quadro de solidez, o banco confirma o que já tinha sido tornado público por Luís Máximo dos Santos, presidente do Fundo de Resolução, esta quarta-feira: “o montante de compensação a solicitar com referência a 2019, tendo em conta as perdas incorridas nos activos protegidos pelo Mecanismo de Capital Contingente e as exigências regulatórias respeitantes a rácios de capital em vigor no final de 2019 será de 1037 milhões de euros.”

Este novo pedido de ajuda soma-se aos 1149 milhões injectados este ano (para cobrir perdas de 1423 milhões em 2018) e aos 792 milhões do ano passado (para cobrir prejuízos de 2017), aproximando o total de apoio do Fundo de Resolução dos três mil milhões de euros, já perto de esgotar a rede de 3,9 mil milhões prevista no momento da venda. Desta factura, o Estado já previu 850 milhões de euros no OE 2020, que serão usados e que se irão juntar aos 1280 milhões de euros já injectados, divididos entre 850 milhões de 2019 e os 430 milhões do ano anterior. O resto é assumido pela banca.

A fotografia da actividade central do banco - emprestar dinheiro e gerir recursos de clientes - é igualmente contaminada pelo legado do BES na componente da concessão de crédito. Assim, “o crédito a clientes (bruto) registou uma quebra de 1658 milhões de euros face a Dezembro de 2018”, explica o banco, pormenorizando que “a redução observada no crédito a empresas no exercício de 2019 teve especial incidência no crédito não produtivo da actividade *legacy*, que decresceu 2841 milhões de euros”.

Já na actividade recorrente, “o volume de crédito cresceu 5,6%, registando-se aumentos nas carteiras de particulares e empresas”, tendo a carteira total, em termos líquidos, atingindo os 23.735 milhões de euros. E os recursos dos clientes cresceram ligeiramente (0,8%) para um total de 34.448 milhões de euros.

António Ramalho, no comunicado ao mercado, faz a sua síntese da actividade do banco: “o Novo Banco fechou o ano com um resultado recorrente muito positivo e um crescimento do negócio acima dos 5%. Foi um feito. Mas também foi um feito fazê-lo em simultâneo com uma redução de 3,3 mil milhões de euros de NPL [créditos problemáticos] e uma redução acima de 50% do seu balanço legado.”

Aos jornalistas, o antigo presidente da Infraestruturas de Portugal preferiu, segundo a Lusa, falar em “dar a volta ao Cabo da Boa Esperança em 2020” e referiu que o banco já não está “no Cabo das Tormentas”. Sobre as injeções de capital, sublinhou que “o modelo é de contingência, não é um modelo de prestações fixas. Desde a primeira hora, o nível de capitalização seria inevitável”, reconheceu o gestor, não vendo “nenhuma surpresa nas necessidades de capital do banco”.

Margem financeira cresce

No centro da actividade de qualquer banco está o produto bancário comercial, que no caso do Novo Banco cresceu 12,5% para os 864,1 milhões de euros, impulsionado não só pelo crescimento da margem financeira (a diferença entre o que o banco paga para ficar com depósitos e cobra para emprestar dinheiro), mas também pelos serviços prestados aos clientes (comissões e gestão de carteiras).

No caso da margem financeira, o crescimento foi de 19% para 541 milhões de euros, ao passo que nos serviços cobrados aos clientes cresceram 3,1% para 323,5 milhões.

Contudo, o Novo Banco Legado continuou a condicionar a actividade central da instituição, nomeadamente nos resultados de operações financeiras, que foram negativos em 196,8 milhões de euros “reflexo das perdas decorrentes da actividade *legacy* (-269 milhões de euros)”, explica o banco.

Já no que diz respeito aos custos operacionais, assistiu-se em 2019 a uma redução de 1,8% “reflexo das melhorias concretizadas ao nível da simplificação dos processos e da optimização de estruturas com a consequente redução no número de balcões e de colaboradores”. Neste aspecto, “os custos da actividade *legacy* apresentaram uma redução significativa”.

Neste cenário, o número de trabalhadores diminuiu em 227 para 4869 postos de trabalho, enquanto os balcões encolheram de 402 no final de 2018 para 387 em 2019.

Peça 179:

Mário Centeno: “É possível” um excedente já em 2019

Marta Moitinho Oliveira

28 de Fevereiro de 2020, 17:32

O ministro das Finanças admitiu esta sexta-feira, em entrevista à Reuters, que Portugal pode ter conseguido um excedente orçamental já em 2019, um ano antes do previsto, em resultado de um crescimento económico mais forte no ano passado.

“É possível (ter um excedente já em 2019). A verdade é que no quarto trimestre a economia teve um desempenho muito, muito bom”, disse Mário Centeno à Reuters, no dia em que o Instituto Nacional de Estatística (INE) revelou que o PIB cresceu 2,2% em 2019, acima da estimativa rápida publicada há duas semanas e uma marca superior à que constava na previsão do Governo (1,9%).

O Governo previa um défice de 0,1% do PIB para 2019, mas já havia a convicção entre algumas instituições que o resultado podia ser melhor.

O número final será conhecido a 25 de Março e é apurado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

Se este excedente se confirmar, o Governo antecipa em um ano a obtenção de um saldo positivo que, para já estava previsto apenas para 2020. No Orçamento do Estado para este ano, o Executivo inscreveu uma meta de um excedente de 0,2% do PIB.

“Houve uma recuperação nas exportações, o investimento também manteve o ritmo muito muito alto, o mercado de trabalho continua a apresentar óptimos resultados”, justifica o ministro das Finanças.

Na mesma entrevista, o ministro das Finanças admite também que o sector bancário português continua a atrair investimento e que “para o futuro (a concentração bancária) continuará a acontecer”.

A Reuters lembra que os analistas especularam sobre o facto de o Novo Banco ser apanhado por uma onda de consolidação no sector em Portugal. Questionado sobre este ponto, Centeno elogia a redução do malparado e acrescenta que “é natural que a avaliação do banco melhore e o mercado sinta algum apetite”.

O ministro das Finanças revela ainda que está a acompanhar as consequências que o *Luanda Leaks* está a ter nos negócios da empresária angolana Isabel dos Santos, que se está a desfazer de participações em Portugal.

“Pedi a todos os supervisores em Portugal que me fornecessem todas as informações, estamos a trabalhar juntos para garantir que não há falhas no processo, nas instituições, empresas e no sector financeiro portugueses. Vamos agir de acordo, o que envolve, é claro, uma dimensão judicial se for caso disso”.

Peça 180:

“Efeito dominó” leva bolsas para a pior semana desde a crise financeira

PÚBLICO

28 de Fevereiro de 2020, 18:01

À medida que cresce o risco de contágio do novo coronavírus sobe também a apreensão nos mercados financeiros, ao ponto de as bolsas mundiais terem vivido — segundo a agência Reuters — a pior semana desde a crise financeira internacional de 2008, com uma perda de valor na ordem dos seis biliões (milhões de milhões) de dólares.

Lisboa, em linha com o sentimento dos investidores nas principais praças europeias, fechou com uma queda de 3,76%, com todas as 18 empresas cotadas em terreno negativo.

Nas restantes praças europeias, as desvalorizações situaram-se entre 3 e 5%. Londres (FTSE 100) derrapou 3,18%, Bruxelas (Bel 20) registou um tombo de 4,15%, Frankfurt encerrou a deslizar 3,86%, Paris perdeu 3,38%, Milão (FTSE Mib) fechou com uma perda de 3,58%, Amesterdão baixou 3,68% e Madrid apresentou uma descida de 2,92%.

O Stoxx 600, que agrega as 600 maiores empresas cotadas na Europa, fechou a cair 4,09%. Foi o culminar de uma semana negativa e de forte volatilidade nos mercados que na quinta-feira já tinha sido mais expressiva. “A forte correcção em Wall Street [de quinta-feira] desencadeou um efeito dominó que atingiu as bolsas asiáticas e estendeu-se posteriormente à Europa”, sintetiza o BPI numa análise de bolsas. Na Ásia, Xangai, Hong Kong, Tóquio e Seul fecharam com perdas na ordem dos 2% e 3%.

Entretanto, o risco de contágio foi declarado como sendo “muito alto” a um nível mundial e Wall Street abriu prolongando a trajectória negativa da véspera, com o Nasdaq a recuar mais de 1% e o S&P 500 e o Dow Jones a deslizarem mais de 2%, depois de este último ter chegado a sofrer mesmo uma das piores perdas diárias de valor de sempre durante uma sessão de quinta-feira em que fechou a cair 4,4%. O mais abrangente S&P acelerou as perdas acumuladas nas últimas sete sessões, a um ritmo que já supera as

acentuadas desvalorizações registadas em Outubro de 1987 e que ficaram conhecidas como Black Monday.

Perante o cenário de incerteza, o ministro das Finanças, Mário Centeno, falou como presidente do Eurogrupo à Reuters referindo-se ao novo coronavírus como um “choque temporário”, mas com um “risco negativo” para as economias que exige dos governos uma acção coordenada. “A economia da Europa é resiliente e, nos últimos dois anos, mostrou-se bastante resiliente a uma sucessão de riscos e incertezas”, referiu Centeno à Reuters, referindo que é preciso que os Estados-membros estejam muito atentos e “prontos para agir, se necessário”.

A fuga dos investidores para activos de refúgio, como a dívida pública norte-americana ou as matérias-primas, é um reflexo dos alertas que vão sendo feitos acerca de um cenário de recessão global desencadeada pela infecção que começou na China. “Apesar de os mercados estarem a descontar o impacto económico da doença atingir os Estados Unidos, a verdade é que ainda não vimos a emergência” de um número elevado de casos positivos em território norte-americano, disse à Bloomberg um analista do mercado cambial, alertando, contudo, que “assim que isso acontecer iremos assistir a uma aceleração das perdas”.

Ainda antes de a Organização Mundial de Saúde elevar o risco do novo coronavírus para “muito alto a nível global”, a agência de rating Moody’s admitia que, no cenário em que seja declarada uma pandemia, possa haver uma recessão nos Estados Unidos e a nível global no primeiro semestre do ano, pelas restrições à actividade económica provocadas pelas tentativas de travar o coronavírus. O Bank of America previu já que a economia global está a caminhar para o seu ano mais fraco desde a crise financeira de 2008.

“É razoável assumir que iremos ter um abrandamento bastante significativo no crescimento económico, pelo menos no primeiro semestre do ano, em termos globais”, explicou à Reuters uma analista da Charles Schwab, acrescentando que “isto acontece numa altura em que o crescimento era já relativamente frágil em todo o mundo e as valorizações [das bolsas] estavam manifestamente altas”, depois de um período longo de subidas para máximos, nalguns casos, históricos.

Os sectores do turismo e da aviação foram os mais afectados nas bolsas europeias, com as notícias sobre cancelamentos de voos e de reservas turísticas a justificarem este comportamento, mas o sentimento negativo é dominante em praticamente todos os títulos.

O preço do barril de petróleo Brent (que serve de referência para Portugal) voltou a recuar. Baixou 3,71%, para 49,81 dólares – negociando abaixo dos 50 dólares pela primeira vez desde Dezembro de 2018 —, a reflectir os receios de que um abrandamento económico trave o consumo de bens petrolíferos. Com uma queda mais acentuada está o petróleo do Texas (West Texas Intermediate) a perder mais de 4%, para os 44,9 dólares. Segundo a Reuters, o preço do petróleo terá registado a maior queda semanal em quatro anos, enquanto as obrigações do tesouro norte-americanas bateram mínimos recorde, reflectindo a procura dos investidores por este activo de refúgio num cenário de abrandamento económico.

Peça 181:

Um quinto das empresas já admite impacto negativo significativo ou muito significativo

Os resultados de um inquérito realizado pela Associação Empresarial de Portugal (AEP) junto de empresas suas associadas, entre os dias 26 e 27 de Fevereiro, relativamente ao impacto do surto de coronavírus, suscitam sinais de “elevada preocupação” à estrutura associativa. Apesar de mais de metade das empresas participantes terem referido não sentirem ainda um impacto negativo na sua actividade, cerca de “um quinto já admite um impacto negativo significativo ou muito significativo”.

Em comunicado divulgado esta sexta-feira, a AEP assume “elevada preocupação os resultados do inquérito”, que contou com a participação de cerca de duas centenas de empresas, com actividade em todo o território nacional, oriundas de diversos sectores de actividade e dimensão.

“Este quadro agrava-se de forma muito vincada em relação às perspectivas futuras, com os empresários a mostrarem-se muito apreensivos, com praticamente metade a considerar que vai sofrer um impacto negativo, de forma significativa ou muito significativa, na sua actividade e apenas 5% a considerar que não esperam ter qualquer impacto negativo, refere a fonte.

No inquérito, os empresários referem que os maiores constrangimentos para a sua actividade decorrem “de dificuldades de abastecimento no exterior, em particular de matérias-primas (sobretudo provenientes da China e de Itália), mas também de produtos, a redução de encomendas, o cancelamento ou adiamento de eventos internacionais (por exemplo, feiras), as dificuldades de viagens, o fecho de fábricas de tecnologia e, de um modo mais transversal, a situação de abrandamento económico”.

A consulta promovida pela AEP revelou, ainda, “a existência de dificuldades na chegada aos aeroportos nacionais, nomeadamente no regresso de colaboradores que participam em eventos no exterior, que se traduzem na falta de acompanhamento em termos de medidas de precaução/contenção e falta de informação sobre que medidas adoptar”.

O inquérito procurou ainda obter informação sobre eventuais impactos positivos, quer actuais quer futuros, tendo as respostas mostrado, “inequivocamente, que a esmagadora maioria das empresas não regista e também não espera vir a registar um impacto positivo na sua actividade”.

Tendo em conta que a presença numa economia global origina efeitos inevitáveis sempre que ocorrem fenómenos desta natureza e dimensão, a AEP aconselha as empresas portuguesas a definirem planos de contingência, com regras específicas aplicadas à sua actividade, a seguirem as recomendações emitidas pela Direcção-Geral da Saúde e a estarem atentas às informações prestadas pelo Centro Europeu de Prevenção e Controlo de Doenças e pela Organização Mundial da Saúde.

As 29 palavras do Banco do Japão que reanimam as bolsas mundiais

Victor Ferreira

2 de Março de 2020, 11:04

Numa rara intervenção “de emergência”, o Banco do Japão emitiu nesta segunda-feira um comunicado em que promete fazer o que for preciso para ajudar os mercados financeiros a recuperar confiança e estabilidade e a lidar com as consequências do coronavírus. O petróleo continua com preços a níveis de 2018, cenário que pressiona produtores como a Rússia, onde o efeito dos preços baixos pode comprometer metas orçamentais e a estabilidade económica.

Num comunicado que, na versão inglesa, tem apenas dois parágrafos, seis linhas, 55 palavras ou 375 caracteres, o governador do banco central do Japão forneceu uma espécie de bálsamo às praças financeiras que, neste início de semana, inverteram a tendência negativa dos principais índices bolsistas.

No primeiro parágrafo, os responsáveis nipónicos constataam que os “mercados financeiros globais têm vivido em instabilidade por causa das incertezas sobre o impacto na actividade económica do contágio do novo coronavírus”. Depois, segue-se o mais importante. São apenas 29 palavras: “O Banco do Japão vai acompanhar com atenção a evolução futura, e fará o que for preciso para providenciar ampla liquidez e assegurar estabilidade nos mercados financeiros através de operações de mercado adequadas e compra de activos.” Segundo analistas, terão sido suficientes para sossegar muitos investidores com esta promessa de dinheiro fresco.

Visto a partir da Europa, e descontadas todas as diferenças de contexto, a declaração do governador do Banco do Japão faz lembrar a crucial intervenção do ex-líder do Banco Central Europeu, Mario Draghi, que com uma frase salvou o euro. Porque tal como Draghi travou, em 2012, o vendaval que agitava os mercados na gravosa crise das dívidas soberanas, desta vez é o governador Haruhiko Kuroda quem parece ter acertado na frase que travou por agora a tempestade que, na semana passada, afundou as bolsas mundiais na maior desvalorização desde a crise financeira global de 2008.

As praças asiáticas foram as primeiras a reagir ao comunicado emitido a partir de Tóquio. Xangai e Hong Kong fecharam a recuperar quase 3% e 1%, respectivamente, e o índice Nikkei, no Japão, também fechou a ganhar 0,95% face à cotação de fecho na sexta-feira.

Na Europa, a semana também começa com sinais positivos. Londres abriu a ganhar quase 3% (avançava 1,84% às 10h); Frankfurt acompanhava a mesma tendência, tal como Lisboa, onde o PSI subia 1,24% à mesma hora. Apenas Paris destoava do panorama geral, segundo em perda (-2,61%). O Eurogrupo, presidido pelo ministro português Mário Centeno, reúne-se na quarta-feira, 4 de Março, por teleconferência para “coordenar as respostas nacionais” à epidemia do novo coronavírus.

As declarações do Japão e também da Reserva Federal dos EUA, que já na sexta-feira tinha assumido publicamente um compromisso semelhante ao que agora foi feito pelo regulador japonês, injectou nos investidores a esperança de que os bancos centrais vão ajudar a limitar os prejuízos económicos e financeiros decorrentes da epidemia do novo coronavírus, cujos impactos se estendem a praticamente todos os sectores.

Na China, considerada a “fábrica do mundo”, o Purchasing Managers’ Index (PMI), que se baseia na resposta de cerca de 3000 empresas sobre encomendas, produção e emprego, caiu para o nível mais baixo desde que há registo. O cenário mais temido é o de uma recessão económica mundial.

Nos transportes, a aviação parece estar a ser duramente atingida. Grupos como a KLM-AirFrance e empresas como Ryanair e easyJet mudaram as perspectivas de evolução do negócio e alertaram investidores para eventuais perdas.

O mercado dos produtos petrolíferos está a braços com uma quebra de preços que pode arrastar países como a Rússia. O barril de Brent fechou sexta-feira a valer 50,52 dólares, fixando-se no valor mais baixo desde 2018. Nesta segunda-feira, estava a recuperar ligeiramente, custando 50,85 dólares (às 9h45).

Peça 183:

Covid-19 reduz previsões de crescimento da OCDE para 2020

Isabel Aveiro

2 de Março de 2020, 11:18

Nenhuma delas é a pior previsão possível, sublinhou hoje Laurence Boone, economista-chefe da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), mas variam entre a “melhor” – se o novo coronavírus SARS-CoV-2 (na origem da doença Covid-19) ficar essencialmente contido à China e aos focos já conhecidos – ou a mais grave, se se estender de forma mais global.

Na hipótese de “melhor cenário”, terminada no “início da semana passada”, explicou esta manhã Laurence Boone em conferência de imprensa, o crescimento económico global leva um corte de 0,5% (ou 200 mil milhões de dólares) para 2,4% (face a 2,9% em 2019, que era o mesmo crescimento previsto para organização, em Novembro passado, para 2020). Neste quadro previsional, o crescimento será de 3,3% em 2021 (um pouco acima dos 3,1% esperados em Novembro) disse a economista-chefe da OCDE, estimando a organização que, nesta visão, todos os impactos comecem gradualmente a diluir-se no início do próximo ano.

Um cenário que corta o crescimento económico mundial em 0,5% implica uma quebra de 4% da procura interna na China e Hong Kong no primeiro trimestre deste ano, a que se juntam mais 2% no segundo trimestre. E, globalmente, uma quebra de 10% nos mercados e nas matérias-primas não alimentares no primeiro semestre de 2020, explica a OCDE.

Nesta leitura, o crescimento da zona euro será de 0,8%, mantendo-se de 1,2% em 2021, baixando da anterior previsão da OCDE, de 1,1%. As previsões da OCDE ficam piores para a França (cresce 0,9% em 2020, face a 1,3% em 2019 e face aos 1,2% previstos em Novembro para este ano) e Itália (estagnação a 0% face a um crescimento de 0,2% em 2019 e um corte face aos 0,4% que a OCDE previra há quatro meses). Para a Alemanha a previsão é de 0,3% em 2020, face a 0,6% em 2019. Em Novembro de 2019, a OCDE estimava que a economia germânica iria crescer 0,4% este ano.

Na China, o crescimento previsto para 2020 é de 4,9%, quando em 2019 foi de 6,1%. Aqui, o corte da previsão entre Novembro e hoje é de 0,8 pontos percentuais.

O cenário mais grave

No cenário mais pessimista, de efeito “dominó” – sendo que “este não é o pior cenário possível”, frisou esta manhã Laurence Boone, que contornou todas as questões directas sobre a possibilidade de uma potencial recessão a curto prazo, global ou por países – o impacto no PIB mundial será de 1,5%. Isto é, lembrou a economista-chefe da OCDE “quase metade do crescimento económico [global] previsto [pela

OCDE] há quatro meses”. Nessa altura, como já referido, a previsão era que em 2020 o crescimento global fosse de 2,9%.

Neste cenário, além da previsão de redução da procura interna da China, na mesma ordem que o cenário “mais optimista”, junta-se uma extensão a outras regiões: uma diminuição de “mais de 2% na procura na maioria dos países da Ásia-Pacífico” e nas economias mais desenvolvidas no hemisfério Norte durante o segundo trimestre deste ano, com uma quebra de 20% no mercado de capitais e no preço das matérias-primas não alimentares, a par de “um aumento de 50 pontos base no prémio de risco no investimento em todos os países”.

Este não é um combate só para os bancos centrais

A OCDE está particularmente preocupada com o “choque de confiança” nos mercados mundiais, reflectido na semana passada nas principais – se não todas – praças da Ásia, Europa e EUA.

E esse, defendeu esta segunda-feira Laurence Boone, “não é um choque que pode ser enfrentado somente pelos bancos centrais”. Há que, afirmou a economista-chefe da organização: lidar e aumentar a confiança no mercado de capitais. “Esta não é uma crise que possa ser combatida pelos bancos centrais, mas pelas autoridades orçamentais”.

Os governos “devem agir agora para restringir o avanço do [novo] coronavírus, proteger as populações e os negócios dos seus efeitos e apoiar a procura económica”, aconselha a organização.

“Há muita coisa que os Governos podem fazer pelas pessoas”, disse Laurence Boone, enquanto apresentada o *power point* aos jornalistas por videoconferência. E, depois da página com o título “os Governos devem actuar agora”, enumerou as medidas possíveis. Para a população em geral: “aumentar os recursos para o sector da saúde”, “financiar temporariamente para famílias mais vulneráveis”, “expandir modelos temporários de trabalho”.

No caso das empresas, as sugestões da OCDE para os governos mundiais lidarem com o novo coronavírus passa por “reduzir ou adiar cobranças fiscais para os sectores mais afectados”; “aumentar a liquidez e disponibilidade de crédito às empresas”, e “reduzir as dívidas do Estado ao sector empresarial”.

Em termos macroeconómicos, a OCDE deixa também um mini-guião: “aumentar a liquidez à banca”, garantir que a política monetária tem uma resposta adequada “às condições de mercado extremas”; “permitir que estabilizadores automáticos funcionem completamente” e “aumentar o investimento público”.

Peça 184:

Ex-accionista chinesa da TAP tenta evitar insolvência

PÚBLICO

2 de Março de 2020, 13:45

O conglomerado chinês HNA – que em Março de 2019 saiu do capital da TAP – solicitou ao governo da província insular chinesa de Hainan, onde tem sede, que lidere um grupo de trabalho que evite a sua insolvência. A situação financeira do grupo, difícil há vários meses, agravou-se precipitadamente com as restrições que o novo coronavírus veio impor no último mês, em termos de viagens aéreas e turismo, os principais negócios da holding chinesa.

Este sábado, 29 de Fevereiro, foi a própria companhia que assumiu, através da sua conta oficial na rede social WeChat, que não conseguiria, sozinha, lidar com o crescente risco de falta de liquidez, conforme noticiou a Reuters.

A HNA é accionista de várias companhias de transporte aéreo de passageiros e carga, entre as quais a Hainan Airlines e a Beijing Capital Airlines – que continua a ligar, uma vez por semana, Lisboa e Pequim.

A Reuters adianta que o grupo de trabalho agora criado é liderado por Gu Gang, presidente da Hainan Development Holdings, uma companhia pública de investimento, detida pelo governo local do arquipélago de Hainan. A equipa integra ainda representantes da Zona de Desenvolvimento Económico de Hainan, a autoridade de aviação civil da região central e sul da China e o Banco de Desenvolvimento da China. Segundo a agência noticiosa, uma das hipóteses em cima da mesa é o governo chinês tomar controlo da HNA, alienando posteriormente os seus activos.

O HNA foi um dos grupos chineses mais agressivos a investir em aquisições, tendo gasto perto de 50 mil milhões de dólares (45 mil milhões de euros) em todo mundo, juntando activos como a cadeia hoteleira Hilton Worldwide, a participações em bancos (chegou a ter 10% do Deutsche Bank) e de companhias da sua área de negócio noutros países (como a TAP, da qual era accionista via 20% do consórcio Atlantic Gateway, dono de 45% da companhia aérea portuguesa).

Mesmo antes do surto do novo coronavírus ser conhecido, em Dezembro passado, o presidente da HNA, Chen Feng, admitiu que a empresa estava com dificuldades de tesouraria, que levariam inclusive a atrasos no pagamento de salários no final do ano passado, mas que acreditava que a situação iria resolver-se em 2020. A Bloomberg estima que, em meados de 2019, a dívida do grupo já teria baixado, mas situava-se em 525,6 mil milhões de yuan (cerca de 81 mil milhões de euros ao câmbio actual).

Com o avanço do novo coronavírus e as restrições impostas pelas autoridades chinesas e pela Organização Mundial de Saúde (OMS), a Hainan Airlines e outras companhias mais directamente afectadas têm tentado atenuar os seus prejuízos, pondo por exemplo os trabalhadores estrangeiros em licença sem vencimento, explica a Reuters. Mas nada as protege da redução drástica da procura e dos pedidos de indemnização por voos não realizados até agora.

Peça 185:

Volkswagen propõe aumento de 35% nos dividendos

Victor Ferreira

2 de Março de 2020, 14:41

Quatro anos depois do escândalo “dieselgate”, o grupo Volkswagen continua a pagar a factura por ter enganado autoridades e consumidores. Em 2019, pagou 2300 milhões de euros, menos 28% do que os 3200 milhões pagos em 2018. As contas de 2019, divulgadas no dia 28 de Fevereiro, mostram que o construtor alemão passou pelos pingos da crise que levou o mercado mundial a encolher. A administração propõe, por isso, um aumento de 35% na remuneração aos accionistas.

Tal crescimento nos dividendos fica bem acima da variação no resultado operacional (lucros antes de impostos e juros), que cresceu 22%. Para tal, contribuíram um aumento de 7,1% na facturação, menos custos (designadamente com o “dieselgate”) e melhor desempenho nos stocks. O grupo vendeu 10.975.000 carros, mais 1,3% do que no ano precedente. Ganhou quota de mercado em praticamente todo o mundo, com especial destaque na Europa e na América do Sul.

O segmento dos SUV (Sport Utility Vehicle), no qual se insere o T-Roc, foi um dos impulsionadores do crescimento das vendas. A fábrica da Autoeuropa, em Palmela, tem o exclusivo mundial da produção deste modelo.

O sucesso comercial do T-Roc contribuiu para o recorde de produção da unidade portuguesa da VW, que bateu o anterior máximo quando faltavam ainda mês e meio para o fim de 2019.

Igualmente relevante foi a descida nos encargos com o “dieselgate”, que a empresa inclui na demonstração dos resultados sob a alínea “itens especiais”. Na semana passada, a VW fechou mais um acordo de indemnização, que lhe vai custar até 800 milhões de euros na Alemanha. Ao todo, desde que foi desmascarado na falsificação dos resultados de emissões de gases nos carros com motor diesel, o fabricante já assumiu mais de 30 mil milhões de euros em multas, indemnizações, acordos extrajudiciais e despesas judiciais.

A proposta de distribuição de dividendos é a de pagar 6,50 euros por acção ordinária, mais 1,70 euros do que os 4,80 euros pagos no exercício anterior.

No que diz respeito a produtos, também há novidades, diz a imprensa alemã que, nesta segunda-feira, afirma que a VW vai abandonar o motor a gás natural. Estes existiam em modelos das marcas VW, Skoda e Seat, mas o actual CEO da empresa, Herbert Diess, assumiu que esta opção nunca vingou de forma rentável no mercado e, por isso, é para matar.

O grupo alemão apostará todas as fichas na electrificação, o que implica o abandono de outras opções, como células de combustível (que funcionam com hidrogénio e oxigénio). Diz o jornal *Handelsblatt* que essa opção ficou clara na intervenção de Diess perante a equipa de gestão do grupo, em Berlim, em Janeiro.

Peça 186:

Queixas voltam a subir no sector postal e a descer nas telecomunicações

Ana Brito

2 de Março de 2020, 16:26

No ano passado, o número total de queixas dos consumidores de serviços de comunicações cresceu devido ao aumento de reclamações motivadas pelo sector postal pois, à semelhança do que já se tinha verificado em 2018, houve uma diminuição de queixas relacionadas com as telecomunicações.

Os utilizadores de serviços de comunicações – postais e electrónicas – apresentaram cerca de 100,6 mil reclamações em 2019, o que traduz uma subida de 4% face ao ano anterior, revelou a Anacom, nesta segunda-feira, em comunicado.

O crescimento “deveu-se ao aumento do volume de reclamações sobre os serviços postais”, que foi de 18%, para um total de 28 mil. Destas, 23,2 mil reclamações (ou seja, 83% do total) foram dirigidas aos CTT, que são ainda, apesar da liberalização do mercado, o maior operador postal do país.

A empresa recebeu mais 2500 queixas face às 20,6 mil de 2018 (um aumento de 12%).

A Anacom destaca que “o segundo prestador mais reclamado foi a DPD”, com 11% das reclamações do sector e um aumento de 55% face ao ano anterior. As restantes empresas do mercado “representam 4% das reclamações e, tal como a DPD, têm visto aumentar o seu peso nas reclamações totais do sector”, refere a entidade reguladora.

No caso do sector postal, as reclamações estiveram relacionadas essencialmente com a entrega de objectos postais, que representaram 32% total.

O segundo assunto que motivou mais queixas foi a entrega de objectos postais no domicílio (27%), nomeadamente “a falta de tentativa de entrega”.

Outros temas relevantes foram o atendimento ao cliente (23%), o tratamento de reclamações (18%) e o extravio de objectos postais (12%).

O crescimento das reclamações relativas aos CTT foi tema que alimentou polémica entre a empresa e o regulador no ano passado, com troca de acusações de parte a parte.

Facturação lidera queixas nas comunicações

As comunicações electrónicas registaram, pelo segundo ano consecutivo, uma diminuição no número de queixas. No total, houve 71,8 mil reclamações, menos 1% face ao período homólogo, mantendo-se a facturação de serviços como o tema mais reclamado (29%), seguida da contratação de serviços (25%).

A Meo voltou a ser o prestador mais reclamado (36%) em 2019, mas também o único que conseguiu reduzir o número de queixas (menos 21%, para um total de 26 mil queixas), já que nas outras empresas os números pioraram.

A Nos motivou 32% das queixas (ou 23 mil), a Vodafone foi responsável por 28% das reclamações (19,9 mil) e a Nowo/Oni por 4% (2,7 mil).

A Anacom refere ainda que 48% das queixas foram feitas no livro de reclamações electrónico, enquanto 46% foram registadas no livro de reclamações físico. As restantes chegaram ao regulador através de meios como o email, correio e fax.

No ano passado, a Anacom anunciou que houve um total de 104 mil queixas no sector das comunicações em 2018. No entanto, houve uma alteração na metodologia utilizada pela entidade reguladora para

classificar as reclamações, pelo que a base comparável relativamente a 2018 (que serviu para determinar a evolução registada em 2019) foram um total de 97 mil reclamações.

Peça 187:

Eurobic: Banco de Portugal investiga eventual “vício” na gestão de Teixeira dos Santos

Ana Brito e

Pedro Ferreira Esteves

4 de Março de 2020, 10:19

A investigação do Banco de Portugal (BdP) ao papel do Eurobic nas transferências suspeitas de Isabel dos Santos, denunciadas pelo caso *Luanda Leaks*, estará concluída “durante o presente mês de Março” e, segundo revelou Carlos Costa esta quarta-feira, no Parlamento, incide sobre accionistas e órgãos sociais e poderá resultar em sanções.

Aos deputados, Carlos Costa afirmou que a idoneidade dos accionistas do Eurobic será reavaliada com as investigações em curso. As informações que vieram a público com o *Luanda Leaks* “não eram do conhecimento do BdP, mas há que verificar se eram do conhecimento da administração do Eurobic” liderada por Teixeira dos Santos e perceber se os mecanismos de controlo do banco estavam informados e se houve “algum vício”, e qual foi.

“Não podemos tirar conclusões antes das investigações” estarem concluídas, afirmou Carlos Costa. O governador do Banco de Portugal sublinhou que há uma auditoria em curso desde 11 de Novembro de 2019 por causa de branqueamento de capitais e “agora [o BdP] inseriu estas novas informações [do *Luanda Leaks*]” no processo.

“O conselho de administração do Eurobic tem de dar explicações ao BdP, que depois avaliará qual foi a irregularidade e qual foi a falha no mecanismo de cumprimento de deveres de informação” e então “retirá as consequências em matéria sancionatória”, se for o caso.

Numa nota introdutória à audição que está a decorrer na Comissão de Orçamento e Finanças, o Banco de Portugal revela que se encontra a “avaliar o modo como o EuroBic, a propósito das [operações de transferência visada pelo *Luanda Leaks*], deu cumprimento aos deveres a que está sujeito em matéria de prevenção de Branqueamento de Capitais”. E acrescentou que “essa avaliação estará concluída ainda durante o presente mês de Março”.

Sobre o papel que desempenharam, em particular, Isabel dos Santos como accionista e a equipa de gestão liderada por Fernando Teixeira dos Santos, “o BdP extrairá dela todas as consequências”, nomeadamente “quer à luz das normas legais sobre a avaliação da idoneidade dos accionistas, quer no contexto da avaliação da renovação dos mandatos dos órgãos sociais, que se iniciará brevemente atento o final de mandato ocorrido no final de 2019, quer, sendo o caso, de natureza sancionatória”.

Sobre o processo de venda em curso ao banco espanhol Abanca, Carlos Costa referiu aos deputados que só a partir do momento em que houver uma comunicação formal de que há intenção de compra pelo banco espanhol é que o supervisor financeiro irá avaliar a operação. “Ficamos à espera da proposta final

para avaliar, pois tomar conhecimento não significa estar de acordo”, disse Carlos Costa. Reconheceu, contudo, que haverá uma alteração qualitativa na estrutura de capital do banco se o negócio se concluir.

“É óbvio que, do ponto de vista da qualidade da estrutura accionista, há a substituição de uma estrutura que é composta por pessoas, por uma estrutura que é composta por um banco, que é supervisionado e sujeito a regras”, afirmou. O negócio prevê que os accionistas individuais Isabel dos Santos e Fernando Teles vendam as suas participações numa operação que permitirá ao Abanca passar a controlar 95% do banco ainda liderado por Fernando Teixeira dos Santos e que ganhou dimensão no mercado português após a compra do nacionalizado BPN.

Carlos Costa fez ainda distinção das implicações do negócio de venda para os accionistas do Eurobic. Relativamente “aos outros accionistas”, o encaixe gerado pela venda é assunto seu, mas relativamente ao accionista que está sob arresto (Isabel dos Santos, com 42,5% do capital), “diz respeito às autoridades judiciais”.

Questionado pelo PCP sobre o facto de a participação de Isabel dos Santos no Eurobic ser detida através de sociedades com sede em Malta, Carlos Costa sublinhou que “o pagamento [da venda] há-de ser feito a partir da União Europeia” e que “o ponto de destino não é o que conta, é o ponto de origem”, que está sob controlo judiciário.

Governador é um “boneco de vudu”

O governador do BdP também notou que, “até 2019, 2020, a posição da engenheira Isabel dos Santos nunca foi questionada do ponto de vista da sua idoneidade, nem pelas autoridades judiciais, nem pela supervisão do mercado de capitais”, apesar da sua participação em empresas cotadas, como a Nos e da Galp (e antes o BPI).

“A única autoridade de supervisão que [lhe] colocou limite por questão de idoneidade, foi o BdP, quando decidiu que o conselho de administração do Eurobic não podia integrar pessoas ligadas aos accionistas e muitos menos accionistas”, disse.

“Impusemos um conselho de administração de maioria independente, com órgãos de controlo reforçados e pessoas qualificadas”, acrescentou.

Sobre a compra de mais um banco português por um grupo espanhol, o governador frisou que o BdP “não tem de tomar posição” sobre a nacionalidade dos accionistas.

Por outro lado, reconheceu que “do ponto de vista da estabilidade financeira, gostaria muito que houvesse um pilar mais ancorado no mercado português”, porque o histórico mostra que, “quando há situações de crise”, os bancos que não estão ligados ao mercado “tendem a reduzir actividade nos pontos mais periféricos”.

Quando questionado por Cecília Meireles, do CDS, sobre o facto de o BdP nunca ter posto em causa a idoneidade de Isabel dos Santos enquanto accionista do antigo BIC, o supervisor respondeu dizendo que “não foi só o BdP que deu idoneidade” a Isabel dos Santos, “foi o Estado português quando lhe vendeu a participação em empresas públicas”.

E sobre as críticas à supervisão, Carlos Costa afirmou que “a supervisão é o bode expiatório ideal” sempre que há falhas, mas que não falta quem, ciclicamente, venha considerar que “as regras prudenciais

são muito pesadas e implicam grande custo para as instituições e é preciso aligeirá-las”, convencendo disso os poderes políticos.

“Se acham que com supervisão é mau, experimentem sem supervisão”, ironizou Carlos Costa, referindo que o governador é o “boneco de vudu no qual sabe bem espetar uns alfinetes”. “Isso traz uma grande paz comunitária, mas não resolve problema nenhum”, afirmou.

Sublinhando que “há uma grande distância” entre o trabalho do BdP e a percepção desse trabalho, disse esperar que um dia se possa olhar com outros olhos para o que foi feito no seu mandato. Salientou ainda que foi, de todos, o governador mais escrutinado, e que o BdP conseguiu manter a estabilidade do sistema financeiro em continuações adversas, impedindo que se verificassem situações como as da Grécia.

Na nota introdutória divulgada antes da audição, o BdP contextualiza as “as notícias vindas a público no final do ano de 2019 relativamente à sentença do Tribunal Administrativo de Luanda”, sublinhando que reforçou “em Janeiro de 2020, as medidas de protecção emitidas em 2017, requerendo que a exposição creditícia perante entidades do universo BIC e do universo da Eng.^a Isabel dos Santos e seu marido, bem como entidades controladas por Mário Silva, não sofresse qualquer aumento face ao valor observado na data da comunicação do BdP” e concluindo que essa exigência “tem vindo a ser cumprido até à data”.

Adicionalmente, sobre as “notícias relacionadas com o caso *Luanda Leaks*”, o supervisor recorda “que estão em causa um conjunto de transferências, realizadas em Novembro de 2017, de uma conta da Sonangol para uma conta de uma empresa alegadamente relacionada com a Eng.^a Isabel dos Santos, no Dubai”. E que essas transferências “não tinham de ser (e não foram) comunicadas ao BdP – mesmo que tivessem sido consideradas suspeitas pelo EuroBic –, já que no seu papel de fiscalização dos deveres preventivos das instituições o BdP não tem qualquer função de controlo prévio (ou, sequer, a posteriori) de operações concretas não sendo, por isso, nos termos da Lei, destinatário de eventuais comunicações de operações suspeitas (as quais são, recorde-se, dirigidas à UIF e ao DCIAP)”.

Peça 188:

“Esta não é uma doença grave. É, no entanto, uma doença muito contagiosa”

André Borges Vieira

4 de Março de 2020, 15:27

Sem alarmismos. Foi assim que o Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital abordou o número de casos de infectados com o coronavírus Covid-19 em Portugal. À margem de uma visita ao CEIIA - Centro para a Excelência e Inovação da Indústria Automóvel, em Matosinhos, Pedro Siza Vieira relativizou a notícia de mais uma infecção registada na manhã desta quarta-feira, sublinhando mais uma vez tratar-se de uma pessoa que contraiu o vírus fora do país.

O homem de 44 anos, que esteve em Itália e está neste momento internado no Hospital de São João, no Porto, está, de acordo com a Direcção-Geral da Saúde (DGS), em situação clínica estável. “Esta não é uma doença grave. É no entanto uma doença muito contagiosa”, diz Pedro Siza Vieira, sem dar margem de manobra para que a situação seja empolada. “Este caso é como os outros. É o caso de uma pessoa

que veio infectada de fora”, atira. “Aquilo que continuamos a tentar assegurar é que consigamos conter a velocidade de propagação da doença”, completa.

Conseguindo atingir essa meta, “menos gente ficará doente”, o que diz significar também “menos gente a sobrecarregar” os serviços de saúde. Resultado disso considera ser também um “menor impacto económico”.

O ministro da Economia apela à calma, que é a mesma abordagem que diz estar a ser seguida pelo Governo, atento “à melhor informação disponível” para a partir daí serem tomadas “decisões relevantes”. “Mais um caso hoje ou dez amanhã não vão mudar de forma radical aquilo que são as circunstâncias presentes”, assegura.

Recorde-se que actualmente em Portugal há cinco casos confirmados de infecção. No mundo inteiro há cerca de 90 mil, sendo que aproximadamente 80 mil são na China, onde morreram perto de 3 mil pessoas. No resto do mundo – cerca de 80 países – há menos de 220 pessoas que morreram na sequência da infecção - sobretudo pessoas com problemas de saúde associados. Coreia do Sul, Itália e Irão são os países que mais casos têm registado depois da China, que somam ao todo cerca de 10 mil e quinhentos casos, tendo morrido 184 pessoas - 1,7% dos infectados. Na China a taxa de mortalidade ronda os 3,7%. Mas no resto do mundo a taxa cai para os 1,6%.

Reforça ainda o trabalho da DGS ao “praticamente todos os dias” lançar orientações e recomendações a serem adoptadas pelo sector empresarial, transportes ou organizadores de eventos, sendo o objectivo principal “retardar a taxa de propagação da doença”.

Para isso acredita ser fundamental tomar precauções quanto à “higiene e à sanidade”. Se assim for, acredita ser possível conter a taxa de propagação para que se possa “passar mais rapidamente por este problema”.

Stocks não estão em risco

Quanto ao receio mostrado pela Organização Mundial de Saúde quanto à escassez de stocks de produtos de higienização no sentido de conter a propagação do vírus, garante não existir motivo para preocupações no que toca ao cenário vivido em Portugal: “Ainda anteontem estive numa reunião com um conjunto de sectores da economia portuguesa e pelo lado do sector farmacêutico, neste momento, não há preocupação nenhuma em relação a abastecimentos e *stocks*”.

Como já tinha dito ontem, reafirmou que o Governo está preparado para responder e apoiar as empresas “se de facto esta circunstância começar a ter impacto económico significativo”.

Peça 189:

Coronavírus: FMI prevê crescimento económico mundial inferior a 2019

Isabel Aveiro

4 de Março de 2020, 15:47

“A única coisa que sabemos, nesta altura, é que o crescimento [económico mundial] será menor do que foi o do ano passado”, afirmou esta quarta-feira Kristalina Georgieva.

A directora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) realizou, no início desta tarde, uma conferência de imprensa conjunta com David Malpass, presidente do Banco Mundial (BM) sobre o impacto da doença Covid-19, provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

A todos os pedidos dos jornalistas para quantificar a revisão em baixa do crescimento global – algo que a OCDE já fez esta semana, com dois cenários diferentes – mas também de alguns países em específico (nomeadamente China e Japão), veio a recusa de Kristalina Georgieva e David Malpass.

A directora-geral do FMI frisou, por diversas vezes, que o cenário de trabalho em que a organização tinha trabalhado até a semana passada – do impacto do novo coronavírus “limitado à China”, não expandido mundialmente e “completamente contido” às fronteiras daquele país, numa versão mais conservadora, “já não é válido”.

Não respondendo à questão, directa, sobre se o mundo se encaminhava para uma “contracção” económica, Georgieva preferiu explicar a mudança de atitude dos últimos dias. “Em termos de projecções, infelizmente, na última semana vimos uma mudança para o cenário mais adverso para a economia mundial”. E garantiu que nas próximas semana o FMI irá “actualizar o outlook” económico.

O “crescimento será menor do que os níveis de 2019”, garantiu, contudo, a directora-geral do FMI, “mas ainda é incerto prever quanto” – afirmando que um terço do impacto será directo (via perturbações da cadeia de abastecimento, turismo, *commodities* e acesso ao crédito) e dois terços de forma indirecta. O FMI quantificou o crescimento de 2019 em 2,9%, sendo a última estimativa para 2020, realizada em Janeiro, de 3,3%.

“Temos um sistema financeiro sólido, muito mais resiliente [desde a crise financeira], mas estamos a lidar com a incerteza”. O impacto da doença, acrescentou Georgieva, é “invulgar” e os seus “efeitos ultrapassam fronteiras”.

Por isso, defendeu, há que “garantir a protecção as pessoas, tomar conta dos doentes e conter o alastrar da doença”. Os governos, sublinhou, têm que financiar área da saúde para protecção e tratamento: “damos prioridade a políticas [governamentais] direccionadas para a área da saúde, em medidas que são críticas para as pessoas – máscaras, locais de contenção e recuperação, e equipamento de protecção para o pessoal médico poder fazer o seu trabalho”, enumerou.

Esta é uma situação “particularmente desafiante para países cujos sistemas de saúde sejam mais frágeis”, adiantando que o FMI tem uma linha de financiamento “a juros zero” para países mais pobres. Globalmente, uma linha de financiamento de “50 mil milhões de dólares [cerca de 44,85 mil milhões de euros ao câmbio actual]”, será extraordinariamente posta à disposição para as economias mais expostas à epidemia poderem combater o seu impacto.

“O crescimento [económico] no ano passado já era lento”, acrescentou o presidente do Banco Mundial. E sobre “sobre um crescimento lento, [o impacto do novo coronavírus] é pressão adicional”. Nomeadamente para países mais pobres e cujos sistemas de saúde sejam menos robustos, lembrou.

Coronavírus: Costa admite rever crescimento, Centeno diz que tem meios para reagir

PÚBLICO

4 de Março de 2020, 16:51

Enquanto em São Bento, em pleno debate quinzenal, o primeiro-ministro admitia que as novas estimativas de crescimento para 2020 e anos seguintes terão de reflectir o risco do impacto negativo da epidemia do novo coronavírus, o ministro das Finanças, a poucos quilómetros de distância, no Terreiro do Paço, sublinhava que Portugal tem meios para reagir a esse impacto e que o excedente orçamental não o preocupa.

No arranque do debate com os deputados, António Costa começou esta tarde por recordar que até 15 de Abril serão divulgadas as novas estimativas de crescimento para 2020 e anos seguintes e que, nessa altura, continuou, “não deixaremos de reflectir o risco [do impacto do Covid-19] na projecção a apresentar. No Orçamento do Estado para 2020, o Governo estima um crescimento este ano de 1,9%, inferior aos 2,2% que acabaram por se verificar em 2019, depois da mais recente revisão em alta por parte do Instituto Nacional de Estatística (INE). Já o excedente orçamental foi fixado em 0,2% do PIB, no mesmo documento.

O chefe do executivo ressaltou, no Parlamento, “que a economia portuguesa foi a que melhor resistiu à desaceleração económica de 2019, tendo mesmo sido a economia cujo crescimento mais acelerou na parte final do ano”, o que permite ao Governo, disse, “encarar a situação actual com serenidade”. “Estamos conscientes do impacto negativo que a epidemia em curso poderá também vir a ter no comportamento da economia mundial, em particular no sector do turismo”, concluiu.

Neste contexto, aproveitou para anunciar o lançamento de uma linha de crédito para apoio de tesouraria a empresas afectadas pelo impacto económico do surto do novo coronavírus, caso seja necessário, no valor inicial de 100 milhões de euros, ressaltando que “o impacto económico para as empresas portuguesas tem sido moderado ou reduzido”. “Não se esperam quebras significativas nas cadeias de fornecimento de componentes, até porque a China está já a retomar a sua actividade industrial. Apenas no sector do turismo, viagens e eventos, tem havido uma quebra de procura e alguns cancelamentos, cujo impacto verdadeiramente dependerá da duração e da gravidade do surto epidémico”, afirmou o chefe de Governo.

Já Mário Centeno, praticamente à mesma hora, dava conta da disponibilidade do Eurogrupo para fazer todos os esforços no sentido de conter a contaminação económica das medidas de contenção do novo coronavírus. E, depois da teleconferência sobre este tema, que incluiu também Estados europeus não-membros do Eurogrupo, deu a perspectiva nacional aos jornalistas, considerando que “ainda é cedo para fazer contas” ao impacto na economia portuguesa relacionado com o surto de Covid-19.

Alinhando o discurso ao de António Costa, o ministro das Finanças frisou que o trajecto de consolidação das contas públicas “é uma realidade” que permite a Portugal “ter capacidade para reagir” a situações imprevistas “sem comprometer de maneira nenhuma a sustentabilidade” das finanças públicas.

Ainda assim, questionado sobre se o excedente orçamental poderá estar em causa, o ministro respondeu: “Não é uma preocupação neste momento do ministro das Finanças nem do Governo, nós estamos certos que temos os meios para responder”. E acrescentou que Portugal não hesitará em definir políticas no âmbito dessa eventual resposta.

No Parlamento, António Costa fez também referência à reunião do Eurogrupo que havia sido convocada pelo seu ministro das Finanças, destacando a “disponibilidade para utilizar toda a flexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento no sentido de haver uma resposta coordenada”.

Aliás, esse foi mesmo o mote da teleconferência, onde Mário Centeno destacou que “este surto está a ter um impacto negativo na economia global, embora a extensão e duração do problema sejam ainda incertos nesta fase”, acrescentando que, “dado o potencial impacto no crescimento, incluindo perturbações nas cadeias de fornecimento”, os Estados-membros vão coordenar as suas respostas e preparar-se para “recorrer a todas as ferramentas políticas apropriadas para garantir um crescimento sólido e sustentável”.

Nesse sentido, lembrou que o quadro legal de regras orçamentais prevê flexibilidade no caso de “eventos extraordinários fora do controlo dos governos” e precisou, “para ser específico”, que, “nas regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, esta cláusula permite um desvio temporário do caminho de ajustamento, ainda que preservando a sustentabilidade orçamental”.

“Esta cláusula pode ser utilizada na medida necessária, desde que seja demonstrado que a despesa adicional está relacionada com o evento extraordinário e é apenas de natureza temporária”, disse. Com Lusa

Peça 191:

Concorrência aplicou coima de 3,4 milhões ao cartel da ferrovia

Ana Brito

4 de Março de 2020, 17:02

A Autoridade da Concorrência (AdC) anunciou esta quarta-feira que condenou mais duas empresas por terem participado, com outras três entidades, num cartel que actuou em concursos públicos lançados pela Infraestruturas de Portugal na área da manutenção ferroviária, em 2014 e 2015.

As condenações, que obrigam ao pagamento de coimas totais de 1,8 milhões de euros, foram aplicadas à Fergrupo – Construções e Técnicas Ferroviárias, S.A. e à Somafel – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., bem como a um titular de órgão de administração e direcção de cada uma das empresas.

“Face à gravidade das infracções, e tendo em conta as exigências de prevenção deste tipo de práticas”, a AdC foi mais longe no castigo e aplicou às duas empresas uma sanção acessória que as impede de participarem em concursos públicos durante dois anos.

Nesse período, as empresas ficam inibidas de participar “em procedimentos de contratação destinados exclusivamente à aquisição de serviços de manutenção de aparelhos de via, na rede ferroviária nacional”.

Este é o desfecho de uma investigação iniciada em 2016, que já resultou na condenação das outras três participantes no cartel.

No total, a entidade liderada por Margarida Matos Rosa aplicou coimas de 3,4 milhões de euros relativas a este processo, que começou a ser investigado graças a uma denúncia.

No final de 2018, a entidade reguladora condenou a Sacyr Neopul e o seu director-geral de produção ao pagamento de coimas de 365.400 euros por “participação num cartel”, com recurso ao procedimento de transacção, no qual as empresas, ao confessar os factos e reconhecer a sua responsabilidade nas infracções, beneficiam de uma redução no total da coima aplicada.

Mais tarde, em Abril de 2019, a Mota-Engil (e um dos seus directores) foi condenada ao pagamento de 906.485 euros, e, em Junho, foi aplicada à Futrifer e a um dos seus administradores uma coima de 300 mil euros.

Estas três empresas “colaboraram na investigação, admitiram a participação no cartel e abdicaram da litigância judicial, recorrendo ao procedimento de transacção”, ao contrário da Fergrupo e Somafel, notou a AdC no comunicado desta quarta-feira.

Segundo a entidade reguladora, as empresas combinaram apresentar propostas acima do preço-base de um concurso lançado pela IP com o objectivo de que a empresa que gere as infra-estruturas ferroviárias fosse obrigada a pagar um valor superior pelos serviços.

Num outro procedimento, as cinco empresas combinaram repartir entre si os lotes a concurso, manipulando os resultados em seu benefício.

A denúncia que permitiu sancionar o cartel chegou à AdC no âmbito da campanha de Combate ao Conluio na Contratação Pública, promovida pela AdC junto de entidades adjudicantes e entidades com funções de fiscalização e monitorização dos procedimentos de contratação pública.

Peça 192:

Coronavírus: Governos prometem medidas mas revêem crescimento

Sérgio Aníbal

4 de Março de 2020, 21:30

Preparados para tomar medidas que reduzam o impacto económico negativo do novo coronavírus, mas já a dar sinais de que as revisões em baixa das estimativas de crescimento durante este ano podem ser já inevitáveis. É assim que estão os dirigentes políticos um pouco por toda a Europa, e Portugal não é excepção.

Esta quarta-feira, a falar aos jornalistas no Ministério das Finanças depois de se reunir por teleconferência com os seus homólogos da União Europeia, Mário Centeno garantiu que, tanto em Portugal como nos outros países da zona euro existe a disponibilidade dos governos para, caso seja necessário, fazer os esforços necessários para conter o efeito do vírus na economia, nomeadamente através da aplicação de políticas orçamentais mais expansionistas.

No caso português, disse o ministro das Finanças, será possível fazer isso “sem comprometer de maneira nenhuma a sustentabilidade” das finanças públicas, sendo que a possibilidade de o objectivo de excedente orçamental ficar em causa “não é uma preocupação neste momento do ministro das Finanças nem do Governo”.

Quase à mesma hora, no parlamento, António Costa, destacando também a disponibilidade para actuar, assumia no entanto que uma revisão das previsões de crescimento poderá estar no horizonte. Referindo-se à apresentação do Programa de Estabilidade (que terá de ser feita até 15 de Abril), o primeiro-ministro disse que o Governo “não deixará de reflectir o risco [do impacto do Covid-19] na projecção a apresentar”. “Estamos conscientes do impacto negativo que a epidemia em curso poderá também vir a ter no comportamento da economia mundial, em particular no sector do turismo”, disse.

É este o ambiente que se vive no resto do mundo. Na Europa, na reunião por teleconferência convocada por Mário Centeno como presidente do Eurogrupo acertou-se que haveria uma resposta coordenada, aproveitando a flexibilidade das regras orçamentais europeias, ao impacto económico negativo do novo coronavírus, não se apresentando publicamente quaisquer novas contas sobre o efeito concreto a sentir pela economia.

Mas, de acordo com a agência Bloomberg, os ministros das Finanças debateram a questão tendo como uma das bases do seu trabalho uma análise da Comissão Europeia que alertava para a possibilidade de, num cenário em que a falta de liquidez das empresas é amplificada pela evolução negativa dos mercados financeiros, se sentirem “efeitos em cascata” que podem conduzir à entrada em recessão de países como a França e a Itália.

Do lado da Comissão Europeia, o director-geral do Emprego, Joost Korte, presente em Lisboa para participar na apresentação do relatório sobre Portugal no âmbito do Semestre Europeu, afirmou ser “evidente” que haverá um impacto na economia. Tanto por via da forte integração que actualmente existe entre a economia europeia e a chinesa, como por via de uma possível escalada de casos na Europa, “a actividade económica será afectada”, alertou o alto quadro da Comissão, assinalando contudo que não é nesta fase possível quantificar o impacto.

Joost Korte elogiou a forma como “os Estados-membros estão a lidar com o problema”, tanto ao nível da resposta directa ao vírus, como na frente económica, onde disse esperar “uma resposta coordenada” dos diversos governos, algo que Mário Centeno garantiu, no final da reunião do Eurogrupo, que irá acontecer.

No Fundo Monetário Internacional, a directora-geral Kristalina Georgieva anunciou que iriam ser colocados à disposição dos Estados-membros mais vulneráveis uma linha de crédito de emergência de 50 mil milhões de dólares. Mas, em qualquer caso, assumiu que, ao contrário do que era previsto, o crescimento mundial em 2020 será inferior ao de 2019.

Para já contudo, como já vem sendo hábito, são os bancos centrais que estão a tomar a dianteira na adopção de medidas concretas de estímulo económico. A Reserva Federal norte-americana já anunciou esta semana a descida das taxas de juro. E, neste momento, nos mercados, a expectativa é a de que o BCE siga o exemplo da Fed e baixe também as suas taxas de juro na reunião agendada para a próxima semana.

No entanto, como neste momento as suas taxas de juro de refinanciamento já estão a zero (e as taxas de juro de depósito estão em terreno negativo), o banco central liderado por Christine Lagarde tem um espaço de manobra bastante menor para actuar e aquilo que se espera não é mais do que uma pequena descida das taxas de 0,1 pontos percentuais.

Governo desiste do novo terminal de contentores no Barreiro

PÚBLICO

5 de Março de 2020, 9:57

O Governo decidiu não avançar com a construção do novo Terminal de Contentores no Barreiro, respeitando o parecer desfavorável ao projecto da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), confirma o Ministério das Infra-estruturas e da Habitação. A notícia, avançada pela TSF, foi confirmada ao PÚBLICO pelo ministério.

O projecto de investimento de quase 400 milhões de euros na margem Sul do Tejo — inserido no plano estratégico para o desenvolvimento do sector portuário — compreendia a constituição em duas fases de uma frente de acostagem com cerca de 1500 metros de comprimento, destinado à carga e descarga de contentores, constituído por estrutura de acostagem e por um terrapleno onde se desenvolverá uma área logística.

Para o Barreiro, a anterior ministra do Mar, Ana Paula Vitorino, chegou a referir, em Março de 2018, que havia investidores chineses interessados na gestão portuária do futuro terminal, altura em que se previa que o novo terminal fosse uma realidade em 2022 ou 2023, “dependendo” do que saísse da avaliação de impacto ambiental.

Essa decisão foi negativa, com a APA a concluir que o projecto teria impactos significativos nos sistemas ecológicos, em violação do Regime jurídico da Reserva Ecológica Nacional e que, se avançasse tal como estava previsto, violaria a Directiva Quadro da Água e a Lei da Água, refere a TSF.

Segundo a mesma rádio, a agência ambiental considerou que as medidas de mitigação previstas para resolver os problemas ambientais “não são verdadeiras medidas de mitigação” e que eram insuficientes.

A decisão de construir um novo terminal de contentores na margem Sul do Tejo com capacidade de receber navios de grande porte é discutida desde os anos 1980, quando foi pensado o primeiro plano estratégico do porto de Lisboa.

Não se sabe se o Governo está a pensar numa solução alternativa para resolver a falta de capacidade dos terminais da margem Norte, em Alcântara e Santa Apolónia.

Peça 194:

Coronavírus leva TAP a cancelar cerca de mil voos

Luís Villalobos

5 de Março de 2020, 15:41 actualizado a 5 de Março de 2020, 18:42

A TAP vai cancelar cerca de mil voos por causa do impacto do novo coronavírus, uma decisão que afectará principalmente o mercado europeu, mas também o mercado intercontinental, dado “o posicionamento de companhia de longo curso e conexão”. A informação foi prestada esta quinta-feira pela comissão executiva da companhia aérea portuguesa através de uma carta aos trabalhadores.

“Vamos reduzir, no imediato, através do cancelamento de voos, com menor procura, a nossa capacidade em 4% em Março e 6% em Abril”, refere a mensagem, acrescentando que “todos os clientes serão contactados e protegidos com alternativas à realização das suas viagens”, numa referência às reservas já feitas. Nada é dito de forma concreta sobre quais são as rotas afectadas, embora o comunicado de imprensa da TAP refira os mercados de Itália, França e Espanha.

De acordo com a empresa, não haverá supressão de rotas, mas sim menos voos -- pelo que os passageiros poderão ser reencaminhados para um horário diferente do pretendido, mas mantendo o destino. Os voos domésticos não fazem parte deste plano de contingência, segundo garantiu a TAP.

A mensagem aos trabalhadores enviada pela comissão executiva, presidida por Antonoaldo Neves, diz ainda que a transportadora vai aplicar várias medidas para reduzir as despesas. Isso passa por suspender ou adiar “investimentos não críticos”, e pelo “corte de despesas acessórias”, “renegociação de contratos e prazos de pagamento, antecipação de crédito junto de fornecedores, suspensão de contratações de novos trabalhadores” e também a “implementação de programas de licenças sem vencimento”.

Diversas outras companhias aéreas já tinham avançado com medidas semelhantes. Por parte da TAP, a transportadora diz que não sentiu qualquer efeito adverso do novo coronavírus em Janeiro e Fevereiro, mas que “nos últimos dias observou-se uma significativa quebra das reservas” com impacto directo nas vendas. Assim, a empresa realça a necessidade de “actuar de imediato com vista a proteger a sustentabilidade” do seu negócio, o que implica “manter a liquidez necessária” à actividade.

Prejuízos e pressão dos sindicatos

A conjuntura adversa para o sector surge numa fase em que a TAP se mantém nos prejuízos, quando estimava manter-se em terreno positivo. Em 2017, e depois de um longo jejum, o grupo teve um lucro de 21,2 milhões, mas que foram seguidos por dois exercícios de fortes prejuízos (118 milhões em 2018 e 105,6 milhões no ano passado).

Na apresentação dos resultados que fez no final de Fevereiro, Antonoaldo Neves realçou que a empresa tinha tido resultados operacionais positivos, e que havia uma grande diferença na performance da empresa entre o primeiro semestre (negativo em 119,7 milhões de euros) e o segundo (positivo em 14,1 milhões). Assim, afirmou, a empresa estava na direcção da sustentabilidade.

O cancelamento dos cerca de mil voos surge também numa conjuntura de aumento de contestação interna. Os membros do Sindicato Nacional do Pessoal de Voo da Aviação Civil (SNPVAC), que tem uma nova direcção, vão reunir-se no dia 12 para decidirem se avançam para uma greve devido ao que dizem ser os “constantes atropelos ao Código do Trabalho, bem como ao incumprimento do acordo de empresa”. Ao mesmo tempo, e segundo a Lusa, o Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) acusa a TAP de “atropelos ao acordo de trabalho”, que foram analisados a 28 de Fevereiro numa assembleia extraordinária.

Sector em queda

Num cenário de propagação limitada do novo coronavírus, as companhias aéreas vão sofrer perdas da ordem dos 17,5 mil milhões de euros este ano, só no mercado europeu. A estimativa é do departamento económico da associação do sector a nível mundial, a IATA, que aponta para uma queda de 56,3 mil milhões de euros (63 mil milhões de dólares, no cálculo original) a nível mundial, o que equivale a uma queda de 11% em termos de receitas de passageiros.

Só na China o impacto negativo estimado será de 19,9 mil milhões de euros, ou seja mais de um terço do total. No caso dos mercados europeus, o maior embate será na Itália, com perdas de 4,5 mil milhões de euros. Num cenário de propagação mais intensa, as estimativas da IATA passam para perdas mundiais de 101 mil milhões de euros este ano, dos quais 39,2 mil milhões dizem respeito à Europa.

As companhias aéreas, na Europa e não só, têm sido fortemente atingidas pelo coronavírus, com as empresas cotadas a sofrer fortes desvalorizações devido à quebra da procura com o cancelamento de diversos eventos e visitas. Nesse aspecto, o sector das viagens e turismo é certamente um dos mais atingidos.

À espera do embate

Ao nível nacional, não há ainda dados concretos, mas o sector está já ciente de que vai haver um impacto negativo: falta é saber em que dimensão, e isso dependerá - tal como a nível global - do grau de propagação do coronavírus. Neste momento, sectores como a hotelaria e o alojamento local estão a tentar fazer um levantamento dos dados, e os próximos dados oficiais do INE e do Banco de Portugal ainda só irão abranger o mês de Janeiro, que não deverá ainda fornecer grandes pistas.

Por parte da ex-Homeaway, hoje Vrbo, a plataforma, questionada pelo PÚBLICO sobre tendência de pesquisas e cancelamentos, afirmou apenas que “a situação ainda está a evoluir e por isso, ainda é precoce fazer uma análise ao possível impacto no sector”.

Para já, certo é que foram canceladas as viagens organizadas a partir da China, sendo os turistas chineses um dos melhores clientes em termos de gastos. Em 2019, segundo o INE, houve 383 mil visitantes chineses (mais 18%) na hotelaria em Portugal, com destaque para a região de Lisboa. Já em termos de receitas o Turismo de Portugal só tem dados anuais para 2018, ano em que gastaram 153 milhões de euros.

Consolidação no ar

Esta quinta-feira foi anunciado que a britânica Flybe tinha colapsado, com o impacto adverso do coronavírus a funcionar como o ponto final de um processo já bastante complicado do ponto de vista da viabilidade financeira. A companhia em dificuldades tinha sido adquirida no ano passado por um consórcio que inclui a Virgin Atlantic, mas esperava também o apoio financeiro do governo britânico, algo que foi logo contestado por empresas como a IAG (dona da British Airways e da Iberia).

Num sector que tem assistido a uma tendência de consolidação, a Ryanair apresentou no dia 2 de Março o seu plano de contingência, com redução de custos e suspensão de voos, aproveitando para relembrar tem quatro mil milhões de euros em dinheiro disponíveis no balanço e que tem poucas dívidas. E deixou o alerta: “Antecipamos que o Covid-19 leve a mais encerramentos de companhias aéreas nas próximas semanas”.

A Alitalia é seguramente um dos casos complicados, devido ao impacto do coronavírus em Itália e com o processo de recuperação da companhia, promovido pelo Estado em 2017, a prolongar-se no tempo mais do que o estimado. Sem compradores, Roma teve de avançar com um novo empréstimo estatal, de 400 milhões de euros, no passado mês de Dezembro. A ajuda já está a ser analisada pela Comissão Europeia, tal como os 900 milhões atribuídos inicialmente.

Peça 195:

Bolsas, juros e petróleo caem. Investidores refugiam-se no ouro e títulos soberanos

Victor_Ferreira

6 de Março de 2020, 10:52

Depois de uma semana mista, com dias de quedas e dias de recuperação, as bolsas mundiais estão novamente no vermelho. Os mercados parecem não gostar das sextas-feiras, porque tal como sucedeu nas duas anteriores (21 e 28 de Fevereiro), o dia 6 de Março mostra que os investidores tiram o pé do acelerador antes das pausas dos fins-de-semana. A culpa será da grande incerteza que rodeia a epidemia do novo coronavírus. Ninguém quer ser apanhado em contrapé e, por isso, muitos viram-se para os activos vistos como refúgio, como o ouro e as obrigações soberanas, o que arrasta os índices bolsistas e as taxas de juro para novos mínimos.

Lisboa, por exemplo, abriu o mercado com o PSI-20 no vermelho. Por volta das 10h, o principal índice nacional caía 2,67%, depois de na quinta-feira ter fechado com uma quebra de 2,20%, para 4858,80 pontos. A banca tem pressionado as principais bolsas europeias, que também registaram quebras na quinta-feira e que nesta sexta acentuam essa tendência: Paris, Frankfurt e Londres registavam, por volta das 10h, perdas entre os 2,33% e 3,08%, repetindo na abertura o cenário das bolsas asiáticas que entretanto já tinham fechado. Tóquio perdera 2,72% e Hong Kong desceu 2,32%.

O corte de juros histórico nos EUA, decidido pela Reserva Federal (Fed), bem como as promessas de dinheiro fresco no Japão e as garantias dos bancos centrais de apoio aos mercados tinham dado algum alento durante a semana, mas como se vê, de momento, tais compromissos só acentuaram a esquizofrenia bolsista. O índice S&P 500, por exemplo, tinha cavalgado 4,6% na segunda-feira mas, no dia seguinte, já caía 2,81%. Na quarta, voltou a subir 4,22% para, na quinta, cair de novo (-3,39%). Uma espécie de montanha russa, ao sabor das manchetes sobre a Covid-19 e dos anúncios das autoridades nacionais.

Também o petróleo está em queda, com o preço por barril a atingir um novo mínimo desde 2017. Na última sessão, o preço do barril de Brent ficou abaixo da linha dos 50 dólares (49,99 dólares ou 44,27 euros). A OPEP decidiu cortar na produção (menos 1,5 milhões de barris por dia) para tentar travar a queda e sustentar o preço, mas o corte ficou “pendurado” até que a Rússia se decida a aprovar tal medida. Espera-se que haja novidades nesta sexta-feira.

Com isto, activos como o ouro (que voltou a valorizar) e os títulos de dívida soberana (cujas taxas estão em mínimos históricos) voltam a ser o refúgio para muitos investidores. A cotação daquele metal precioso está no valor mais alto desde 2013, cotando nos 1688,90 dólares a onça (1492,11 euros), às 10h20. Ganhava 8,49% em 30 dias.

Quanto aos títulos soberanos, as obrigações dos EUA a 30 anos estão pela primeira vez abaixo dos 1,4%. A dívida a dez anos fixou-se nos 0,77%. No início do ano, esta taxa estava nos 1,9%. Toda a gente especula sobre um novo corte de juros por parte da Fed no futuro próximo.

Os investidores privilegiam sobretudo os títulos mais “defensivos”, como os da Alemanha, cujo *yield* baixou ligeiramente para -0,729%. Já as dívidas italiana, espanhola e portuguesa, registam ligeiros acréscimos. Os títulos portugueses estavam nos 0,327%, acima dos espanhóis, mas bem abaixo dos italianos (1,146%).

Peça 196:

Bruxelas define 2021 como o Ano Europeu do Transporte Ferroviário

Carlos Cipriano

6 de Março de 2020, 17:14

A Comissão Europeia quer que 2021 seja o Ano Europeu do Transporte Ferroviário tendo em conta o contributo deste meio de transporte para a concretização do Pacto Ecológico Europeu.

Em comunicado divulgado esta sexta-feira, a Comissão diz que a ferrovia será promovida enquanto modo de transporte sustentável, inovador e seguro através de uma série de eventos, campanhas e iniciativas em 2021. “Os seus benefícios para as pessoas, a economia e o clima serão sublinhados e a atenção centrar-se-á nos desafios que subsistem à criação de um verdadeiro espaço ferroviário europeu único sem fronteiras”, diz o documento.

A comissária responsável pelos Transportes, Adina Vălean, sublinha as vantagens do caminho-de-ferro nas áreas da sustentabilidade, segurança e velocidade, “se este for organizado e projectado de acordo com os princípios do século XXI”. A responsável diz ainda que a ferrovia interliga a União Europeia (UE) e não só em termos físicos pois a implementação de “uma rede coerente e funcional em toda a Europa é um exercício de coesão política”.

Os comboios são genericamente reconhecidos como mais respeitadores do ambiente e eficientes do ponto de vista energético, constituindo-se como “o único modo que reduziu quase continuamente as suas emissões de CO2 desde 1990, ao mesmo tempo que aumentou os volumes de transporte”.

O comunicado salienta também os aspectos económicos e imateriais deste sector que, ao interligar as pessoas, as regiões e as empresas em toda a UE, constitui “uma prova da competência técnica europeia e faz parte do nosso património e cultura europeus”.

O ano de 2021 assinala vários momentos importantes para o transporte ferroviário, entre os quais o do 20º aniversário do primeiro Pacote Ferroviário, o 175

º aniversário da primeira ligação ferroviária de sempre entre duas capitais da UE (Paris - Bruxelas), assim como os 40 anos do TGV e os 30 anos do ICE (comboio de alta velocidade alemão).

O festival de arte internacional Europália elegeu o transporte ferroviário como tema para 2021.

Peça 197:

PSI20 fecha com perda de 3,85%

Victor Ferreira

6 de Março de 2020, 17:29

O PSI20, índice que agrega actualmente 18 das cotadas na bolsa de Lisboa, registou uma quebra de 3,85% face ao fecho da sessão de ontem, para os 4671,5 pontos. Nenhum dos títulos que compõem o índice fechou esta sexta-feira em terreno positivo. As acções mais penalizadas foram as da Galp, que recuaram 7,27%, as do BCP que perderam 5,09%, as da Altri que cederam 5,56% e as da Sonae, que desvalorizaram 4,91%. O título que menos perdeu foi a Ramada, com um saldo negativo de 1,30%.

Esta foi a maior descida do PSI20 numa só sessão, desde 24 de Junho de 2016, quando, na sequência dos resultados do referendo sobre o 'Brexit' (saída britânica da União Europeia), o principal índice da bolsa de Lisboa caiu 6,99% num só dia, avança a Lusa.

Todos os restantes índices europeus fecharam com quedas significativas, empurrando o índice composto Stoxx 600 para uma queda de 3,35%. O FTSE 100, em Londres, perdeu 3,48%, em Frankfurt o Dax recuou 3,37%, em Milão o italiano FTSE MIB desceu 3,5% e, em Madrid, o Ibex 35 desvalorizou 3,54%. Paris liderou as perdas do dia, com o CAC40 a quebrar 4,14%.

O mercado de acções na Europa seguiu a tendência de outras paragens, onde os investidores preferiram procurar activos menos voláteis, como o ouro e os títulos de dívida soberana. Neste último caso, o elevado nível de procura empurrou as taxas para mínimos, sobretudo nas obrigações a dez e a 30 anos de países considerados mais seguros, como EUA e Alemanha. Na Ásia, tanto as bolsas de Tóquio como Hong Kong fecharam a sexta-feira com quebras.

A culpa destes movimentos parece ser a incerteza em torno da saúde mundial, nomeadamente sobre a extensão do impacto da epidemia do coronavírus e termos económicos, geográficos e temporais. Portugal, por exemplo, que não tinha registo de qualquer caso no início da semana, de momento tem 13 pessoas com contágio confirmado, com a ansiedade a ganhar terreno em vários sectores económicos, como o do turismo. A maior preocupação neste sector é visível na TAP, que anunciou o cancelamento de cerca de mil voos até Abril, e o corte em investimentos e nalgumas despesas, para lidar com a quebra de reservas e de receitas. Há também o cancelamento ou adiamento de vários eventos, nomeadamente a Bolsa de Turismo de Lisboa, inicialmente marcada para a próxima semana.

Outras companhias de aviação seguem o mesmo caminho – e a depressão no sector dos transportes está também a reduzir a procura de petróleo, cujo preço caiu para níveis de 2016, depois de ter falhado o acordo da OPEP com outros parceiros produtores para cortar na produção diária. A OPEP queria cortar 1,5 milhões de barris por dia, mas a Rússia (que integra o chamado OPEP+) opôs-se, levando o preço do crude a derrapar mais de 8%. O Brent do Mar do Norte, referência para a economia portuguesa, recuava 8,6%, para 45,62 dólares, enquanto o West Texas Intermediate caía 8,3%, para 42,08 dólares por barril.

Nem as boas notícias sobre a criação de emprego nos EUA, que gerou mais postos do que o esperado, serviram para deitar água na fervura. Do outro lado estão a contrabalançar as revisões mais pessimistas da conjuntura reveladas esta semana tanto pelo FMI como pela OCDE. Os governos têm vindo a prometer medidas, mas o impacto económico parece inevitável.

Wall Street teve uma semana de altos e baixos, ao sabor de manchetes sobre o coronavírus e de anúncios de estímulos à economia, mas a expectativa de taxas ainda mais baixas pressiona a banca e os serviços financeiros e o pacote de emergência, com mais de 8000 milhões de dólares, anunciado pela Casa Branca

para combater a epidemia servem nesta altura como sugestão de que o pior ainda pode estar para vir – nos EUA, estão confirmados 200 casos de contágio em 20 estados. Em todo o mundo, já se ultrapassou as 100 mil infecções.

São Francisco, na costa Oeste, e Nova Iorque, na costa Leste, têm os centros financeiros vazios de gente, porque muitas empresas desse sector optaram por mandar as pessoas para casa e garantir a jornada normal com teletrabalho, para tentar travar mais contaminação, segundo descreve a agência Reuters.

Os índices Dow, S&P 500 e Nasdaq estão todos a cair em Nova Iorque, após a reabertura da negociação nesta sexta-feira. Todos os 11 sectores do S&P 500 contribuem para as perdas, mas o financeiro, a indústria e o sector energético são os mais penalizados. As 500 cotadas deste índice perderam, desde Fevereiro, 3,8 biliões (milhões de milhões) de dólares em valorização bolsista, segundo contas citadas pela CBS. Parece não haver grandes razões para assinalar em tom de festa o fim do *meltdown* bolsista gerado pela crise financeira iniciada com a falência do Lehman Brothers. A 9 de Março de 2009, os investidores declararam o fim do chamado *bear market* e na próxima segunda-feira passam 11 anos.

Peça 198:

Bolsas e petróleo afundam com guerra na OPEP+ e expansão do coronavírus

Luís Villalobos

9 de Março de 2020, 10:02 actualizado a 9 de Março de 2020, 15:14

Os mercados já tinham vindo a cair, mas a sessão desta segunda-feira está ser marcada por perdas tão expressivas que se arriscam a ficar na história, com o petróleo a cair como na altura do início da primeira guerra do Golfo e a potenciar os efeitos negativos do novo coronavírus. O vírus não tem parado de expandir, e obrigou as autoridades italianas a bloquearem ainda mais cidades do norte do país (onde se situa Milão, o principal centro financeiro de Itália).

Em paralelo, os mercados esperam por mais acções dos bancos centrais e dos governos, no sentido de serem aplicadas medidas de política monetária e de política orçamental. Depois do corte de taxas da reserva federal norte-americana feito na semana passada, que acabou por não provocar grandes efeitos, é a vez do BCE se reunir esta quinta-feira e espera-se um encontro dos

Nas bolsas, e depois das praças como a do Japão, China e Coreia fecharem no “vermelho” (Tóquio teve a queda mais expressiva, de 5%), o contágio chegou à Europa, com o índice pan-europeu Stoxx 600 a cair 7%, o que, segundo a Reuters, o posiciona a caminho da maior queda desde Junho de 2016, altura em que se realizou o referendo sobre o “Brexit”. Com uma queda de 20% face ao seu pico, este índice marca também a entrada na fase “fria” do mercado, conhecida por *bear* (por oposto ao *bull*, que simboliza a força e a dinâmica do mercado).

As principais praças europeias fecharam o dia com perdas bastante expressivas, e que chegaram aos 11% no caso de Itália. Em França a descida foi de 8,39%, na Alemanha caiu 7,94% e no Reino Unido a bolsa londrina perdeu 7,25%.

No caso do PSI 20, o índice português PSI-20 fechou a sessão desta segunda-feira com uma perda de 8,66%, o que a levou para o seu nível mais baixo desde o Verão de 2016.

Entre os mais penalizados estão os títulos de duas das maiores empresas cotadas: a Galp afundou 16,62% para os 9,584 euros, contaminada pela queda abrupta do preço do petróleo. A petrolífera portuguesa está a sofrer os impactos do que se classifica como “guerra do petróleo” entre os maiores produtores de crude, aliado a um receio de recessão económica global e retracção da procura. Já o BCP sofreu uma queda de 15,18% (chegando aos 0,1201 euros) e a Mota-Engil desceu 14,2% (para 1,02 euros). Com todas as empresas a sofrer perdas, a de menor dimensão foi a da REN, com -4,43% (para 2,48 euros).

Em Nova Iorque, os principais índices arrancaram também com fortes perdas, tendo o S&P 500 afundado 7%, o que originou uma pausa automática de 15 minutos antes de poder haver novas transacções. Pelas 17h15 horas o Dow Jones perdia 6,28% e o Nasdaq 5,17%.

Depois de terem falhado as negociações para um novo corte articulado entre os países produtores reunidos na OPEP e a Rússia (conhecido por OPEP +), a Arábia Saudita anunciou um aumento de produção com efeitos em Abril, com o objectivo de dominar o mercado.

O resultado foi uma queda de 30% que fez lembrar recuar a memória para 1991, quando se deu a primeira guerra do Golfo. Pelas 17h315 a queda estava nos 20%, com o barril de petróleo (Brent) a valer 36 dólares. Este preço é uma má notícia para países produtores como Angola, mas positivo para países que importam hidrocarbonetos, como é o caso de Portugal. A baixa do petróleo conduz a uma baixa do preço dos combustíveis, o que ajuda ao consumo e à economia.

Esta segunda-feira, a Agência Internacional de Energia anunciou que reviu em baixa as suas previsões para este ano, estimando agora uma contracção na procura de petróleo devido à estagnação da actividade económica relacionada com o coronavírus, algo que não acontecia desde 2009 (data que marcou o início da crise financeira).

Em sentido contrário estão os activos considerados seguros, como as obrigações alemão ou as norte-americanas, que bateram novos recordes. No primeiro caso, os títulos de dívida a 10 anos estavam em -0,8% (com os investidores a aceitarem perder ainda mais dinheiro) e os dos EUA em 0,4258%.

Peça 199:

Marcelo decide sobre Orçamento do Estado “até ao final desta semana”

Liliana Borges

9 de Março de 2020, 11:28

O documento final do Orçamento do Estado (OE) para este ano chegou às 9h30 desta manhã à Presidência da República, e, segundo Belém, “será analisado pelas assessorias competentes”. Através de uma pequena nota, a Presidência da República revela que a decisão sobre o OE será tomada e anunciada “até ao final desta semana”. A expectativa é de promulgação, para que possa entrar em vigor após a publicação em Diário da República.

O texto final da proposta de Orçamento de Estado para 2020 foi aprovado, em votação final global a 6 de Fevereiro, com os votos a favor do PS, a abstenção do BE, PCP, PAN, PEV e deputada não inscrita Joacine Katar Moreira. PSD, CDS, Iniciativa Liberal e Chega votaram contra. O documento foi o primeiro OE aprovado com excedente orçamental (0,2%) em democracia.

A mesma votação permitiu aprovar as propostas de lei referentes às Grandes Opções do Plano para 2020 e o Quadro Plurianual de Programação Orçamental para os anos de 2020-2023.

Marcelo terá agora três opções: ou promulga (aprovado o documento), veta (e o OE2020 é devolvido ao Parlamento) ou envia para o Tribunal Constitucional para que seja avaliada a sua constitucionalidade.

Entre as medidas aprovadas para este Orçamento do Estado estão as da gratuitidade das creches para crianças até aos três anos (até 2023), a aplicação da tarifa social da energia para desempregados, o reforço de verbas para os passes sociais, a tributação a 10% de IRS das pensões de não residentes, maior redução no IRS para casais com mais de três filhos, o aumento extraordinário de pensões, o fim da devolução dos manuais gratuitos no 1º ciclo e o fim dos “vistos *gold*” em Lisboa e no Porto.

O Presidente da República está esta segunda-feira em casa, a aguardar um teste à covid-19. O chefe de Estado decidiu suspender toda a sua actividade durante duas semanas por precaução e em auto-isolamento. com Luís Villalobos

Peça 200:

Coronavírus: mais de 60% dos hotéis têm reservas canceladas no Algarve

Idálio Revez e

Luís Villalobos

9 de Março de 2020, 12:02 actualizado a 9 de Março de 2020, 15:27

O sector turístico do sul recebe o encerramento das unidades hoteleiras, e uma crise em cascata extensiva aos estabelecimentos similares de hotelaria. No final da semana passada, “mais de 60% dos hotéis têm reservas para os próximos três meses canceladas” afirmou o presidente da Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA), Elidérico Viegas.

A situação, sublinha, “é deveras preocupante pelo que está a suceder e, sobretudo, porque está a progredir negativamente”. Além dos cancelamentos, acrescenta, “não há vendas para o Verão”.

A época da Páscoa é, por outro lado, a altura em que região é bastante procurada para a realização de congressos e eventos relacionadas com a promoção de marcas. “Cerca de 40% das marcações foram canceladas”, enfatiza. Os relatos que chegam através dos operadores internacionais, diz, é que as pessoas estão “mais preocupadas com a eventual contaminação no transporte aéreo e nos aeroportos”.

Por seu lado, o presidente da Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS), Paulo Morgado, disse ao PÚBLICO que a partir de hoje o Laboratório Regional de Saúde “está em condições de fazer o teste do covid-19”. Elidérico Viegas contrapõe: “Ainda estamos à espera do manual de procedimentos que pedimos às autoridades, no caso de termos hóspedes com sintomas [virótico]”.

No dia 27 de Fevereiro, a Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) emitiu um comunicado no qual, entre outros assuntos, dizia que a Directora-Geral da Saúde se tinha comprometido a divulgar, dentro de dias, “uma orientação específica para a hotelaria, à semelhança das já divulgadas para as empresas, aeroportos, companhias aéreas, agências de navegação, autoridades marítimas e autoridades portuárias”.

Por parte do grupo Vila Galé, um dos maiores do sector a nível nacional, fonte oficial não revela números, mas diz que o novo corona vírus tem provocado “alguns cancelamentos ou adiamentos de eventos corporativos que já estavam previstos para Março”, e que se nota também “uma ligeira redução do número de reservas novas para os próximos meses”.

Diversos eventos têm sido cancelados, sejam de pequena ou grande dimensão, a começar pela Bolsa de Turismo de Lisboa (BTL), palco dos principais intervenientes do sector e que deveria ocorrer entre 11 e 15 de Março (foi adiada para o final de Maio).

TAP cancela mais 2500 voos

No espaço de quatro dias, a TAP reviu em alta o número de voos que irá suspender por causa do novo coronavírus, passando de cerca de mil para 3500 voos. “A evolução do vírus Covid-19 tem tido um comportamento singular, que não permite uma comparação com experiências passadas”, afirmou a transportadora aérea esta segunda-feira, com comunicado.

Esse, facto, diz, “obriga os agentes económicos a reavaliar permanentemente a situação, tomando medidas com base na melhor informação disponível a cada momento”. Para já, a empresa fala numa “crescente quebra na procura”, registada na última semana, o que obriga a proteger a sua sustentabilidade financeira.

Com base na informação que detém agora, a TAP diz que vai então reduzir a sua capacidade de oferta, “nos próximos meses”, em “mais 2500 voos, que somam aos 1000 já anunciados”. O cancelamento do total de cerca de 3500 voos representa “um ajuste na nossa oferta de 7% em Março, 11% em Abril e 19% em Maio”.

No documento enviado aos trabalhadores, a empresa diz que está a oferecer “maior flexibilidade” aos clientes, ao permitir “a alteração gratuita das viagens reservadas entre 8 e 11 de Março, para qualquer destino TAP em qualquer data até ao final do ano”.

No que diz respeito aos cruzeiros de passageiros, até ao momento, não houve nenhum cancelamento em Lisboa por causa do novo coronavírus, de acordo com as respostas enviadas ao PÚBLICO pela Administração do Porto de Lisboa (APL). Em relação a dados de chegadas, ainda não estão fechados os resultados de Fevereiro, mas os de Janeiro mostram a continuação da tendência de crescimento.

De acordo com a informação da APL, houve 20 escalas no primeiro mês do ano, contra 12 de idêntico período de 2019. Já em termos de passageiros, estes chegaram aos 31.028, o que representa uma subida de 75% face a Janeiro de 2019.

Ao nível das medidas de carácter económico, para compensar a quebra de receitas das empresas, - além da linha de crédito, anunciada pelo Governo -, o presidente da AHETA, Elidérico Viegas, sugere a abolição de portagens na Via do Infante: “Seria uma forma de promover o turismo de proximidade, atraindo os espanhóis que estão aqui ao lado”, justifica.

Cem milhões “não chegam”

Na semana passada, o primeiro-ministro anunciou, no Parlamento, a criação de uma linha de crédito para apoio à tesouraria de empresas afectadas pelo impacto do novo coronavírus. Já esta manhã, antes do encontro de concertação social destinado a discutir o impacto do vírus, o presidente da Confederação

do Turismo Português (CTP), Francisco Calheiros, considerou que esse apoio financeiro não chega. “A linha é manifestamente insuficiente, 100 milhões não chegam”, afirmou, citado pela Lusa.

O responsável da CTP não falou de números, mas admitiu, segundo a Lusa, que o cenário piorou na última semana com cancelamentos de viagens, especialmente no que diz respeito a grupos.

Já o presidente da Confederação Empresarial de Portugal (CIP), António Saraiva, afirmou que alguns sectores da economia estão já a ter problemas nas suas cadeias de abastecimento, nomeadamente no têxtil, algum sector automóvel e calçado, além do turismo. É preciso, afirmou, citado pela Lusa, “ir fatiando as medidas em função daquilo que for a realidade concreta”.

Notícia corrigida: onde se lia que mais de 60% das reservas foram canceladas, passou a estar “mais de 60% dos hotéis têm reservas canceladas”. Uma correcção feita pelo próprio presidente da AHETA, a que o PÚBLICO é alheio. Ainda assim, pelo ocorrido, pedimos desculpa aos leitores e aos visados

Peça 201:

Coronavírus: França e Itália pedem plano de estímulo económico “massivo”

Sérgio Aníbal

9 de Março de 2020, 13:15

Os responsáveis políticos da França e da Itália apelaram esta segunda-feira a que os governos da zona euro dêem uma resposta coordenada e “massiva” para contrariar o risco de impacto económico negativo trazido pelo novo coronavírus.

No momento em que na Europa crescem os números de casos e se multiplicam os sinais de travagem da actividade económica, Bruno Le Maire, o ministro das Finanças francês, começou a preparar terreno para a reunião do Eurogrupo agendada para a próxima segunda-feira, dia 16 de Março, garantindo que a França – onde até ao momento há 1126 casos confirmados e 19 mortes em resultado do covid-19 – irá apresentar propostas ambiciosas de aplicação de medidas de estímulo económico.

“A Europa precisa de provar a sua eficácia política. Espero uma resposta forte, massiva e coordenada da Europa para evitar o risco de uma crise económica a seguir à epidemia”, disse o ministro numa entrevista à rádio francesa Inter, anunciando que, na próxima reunião do Eurogrupo, iria propor “uma série de medidas orçamentais e fiscais”, que irão permitir o “relançamento” da actividade económica.

Da Itália, o país europeu mais afectado pelo vírus, chega o mesmo tipo de mensagem, mas ainda com um maior sentimento de urgência. “Vamos pôr em prática uma terapia de choque massiva”, afirmou o primeiro-ministro italiano Giuseppe Conte, assinalando que “para sair desta emergência será necessário usar todos os recursos humanos e económicos”. “A Europa não pode pensar em enfrentar uma situação extraordinária com medidas ordinárias”, defendeu.

Ainda não existem dados oficiais que mostrem o efeito negativo na economia trazido pelo coronavírus. No entanto, são diversas as entidades a reverem em baixa as suas previsões de crescimento económico na Europa, devido ao impacto evidente que se está a sentir no funcionamento das empresas e em sectores

como o turismo. No caso da França, o banco central reviu esta segunda-feira, de 0,3% para 0,1% a sua estimativa de crescimento económico no primeiro trimestre.

Uma análise entregue pela Comissão Europeia aos responsáveis do Eurogrupo, no entanto, fala de um “efeito dominó” nas economias que pode conduzir a recessões em países como a França ou a Itália.

Na semana passada, os ministros das Finanças da zona euro reuniram-se de emergência por vídeo-conferência, saindo do encontro a promessa, dada pelo presidente do Eurogrupo Mário Centeno, de que os governos estavam preparados para agir contra o risco de impacto económico negativo na zona euro.

Esta quinta-feira, irá realizar-se a reunião mensal do conselho de governadores do Banco Central Europeu, onde também é esperada a adopção de medidas de estímulo. Entre as possibilidades está uma nova descida da taxa de juro de depósito ou a definição no programa de compra de dívida do BCE de regras temporárias de favorecimento dos países ou sectores económicos mais afectados.

Peça 202:

Coronavírus: Governo “simplifica” *lay-off* para empresas afectadas

Victor Ferreira e

Luís Villalobos

9 de Março de 2020, 13:29 actualizado a 9 de Março de 2020, 14:58

O Governo vai duplicar de 100 milhões para 200 milhões de euros o montante disponível na linha de crédito de apoio à tesouraria das empresas severamente afectadas pela epidemia do coronavírus e vai mexer nas regras do *lay-off* para ajudar as mesmas entidades a lidar com eventuais perdas de produção. Além de adiar obrigações fiscais no IRC e no pagamento especial por conta, o executivo quer ajudar empresas que justifiquem a necessidade de suspensão temporária de contratos de trabalho ou uma redução temporária dos períodos laborais.

A ministra do Trabalho, Ana Mendes Godinho, diz que a ideia no que toca ao *lay-off* passa por desencadear a alteração legislativa para que o regime seja “mais simplificado”, e permita uma rápida aplicação. Para concorrer a esta medida, é preciso que haja “uma quebra de vendas excepcional”, de 40%. As empresas ficam isentas do pagamento da Taxa Social Única (TSU), além de poder haver também um processo especial de formação de trabalhadores por parte do IEFP.

Segundo o pacote de medidas anunciado nesta segunda-feira, depois de uma reunião entre patrões, sindicatos e governo na Concertação Social, o *lay-off* - uma redução temporária dos períodos de trabalho ou uma suspensão dos contratos de trabalho - será “simplificado para empresas que vejam a actividade severamente afectada devido a epidemia”. Nesse sentido, caso seja abrangido por um *lay-off*, o trabalhador terá “a garantia de retribuições ilíquidas equivalentes a dois terços do salário, até 1905 euros, sendo 30% suportado pelo empregador e 70% pela Segurança Social, até um máximo de seis meses”.

Para aderir, segundo Ana Mendes Godinho, é preciso que, por comparação homóloga no período de três meses, haja uma quebra de 40% devido ao novo coronavírus. A ideia, diz o executivo, é proteger os postos de trabalho, porque “as empresas podem ver-se em dificuldades para cumprir as suas obrigações, em razão da quebra de receitas ou em manter o seu pessoal integralmente ocupado”.

De acordo com o ministro da Economia, no próximo Conselho de Ministros serão ratificadas as medidas anunciadas e que carecem de alteração legislativa. O Governo admite, na nota agora divulgada, que a situação ainda poderá agravar-se antes de melhorar: “Estes efeitos poderão vir a fazer-se sentir com maior acuidade nas próximas semanas.”

“Também será criado um regime de *lay-off* com formação. Neste contexto, os trabalhadores em *lay-off* poderão beneficiar de acções de formação, com bolsa de 30% do Indexante de Apoio Social (131,64 euros, metade para o trabalhador e metade para o empregador), suportada pelo IEFP”.

No comunicado divulgado após o encontro, lê-se que “será lançado um plano extraordinário de formação e qualificação”, que inclui “o pagamento de um apoio às empresas equivalente a 50% da remuneração do trabalhador até ao limite da retribuição mensal mínima garantida, suportada pelo IEFP (tal como o próprio custo da formação) para empresas com actividade afectada pela epidemia”.

“Após o termo do *lay-off* ou do encerramento de estabelecimento pela autoridade de saúde, existirá um apoio extraordinário para manutenção dos postos de trabalho em que os salários do primeiro mês serão apoiados pelo IEFP, com um apoio por trabalhador equivalente a um salário mínimo.”

Além de outras medidas fiscais, o Governo vai também “isentar de contribuições sociais as entidades empregadoras em *lay-off* ou encerramento determinado pela autoridade de saúde, bem como no período de um mês após a retoma de actividade”.

Obrigações fiscais adiadas

Para apoio à tesouraria das empresas, também há novidades. Além da já referida duplicação do montante da linha de crédito (disponível a partir de dia 12 de Março e acessível a micro, pequenas e médias empresas), o Governo promete “acelerar pagamentos” aos fornecedores do Estado, manter certos apoios europeus, ajustar prazos para cumprir obrigações fiscais. O pagamento especial por conta, por exemplo, é adiado por três meses.

“Serão prorrogados o prazo de pagamento do primeiro pagamento especial por conta de 30 de Março para 30 de Junho; da entrega do Modelo 22 do IRC para 31 de Julho; e do primeiro pagamento por conta do IRC de 31 de Julho para 31 de Agosto”, anuncia o executivo.

Mais promessas dizem respeito aos fundos comunitários. “O pagamento dos incentivos no quadro do Portugal 2020 será efectuado no mais curto espaço de tempo possível, a título de adiantamento, se tal se mostrar necessário”, diz o Governo. Além disso, passa a vigorar uma “moratória de 12 meses na amortização de subsídios reembolsáveis no quadro do QREN e do PT 2020, que se vençam até 30 de Setembro de 2020”. Na prática, as empresas ganham um ano para devolver o subsídio reembolsável que teria de pagar até ao fim de Setembro.

O cancelamento de viagens e feiras foi uma das primeiras medidas das empresas, que já tinham assumido o custo. Noutros casos, os próprios eventos foram adiados ou cancelados. O executivo promete que essas despesas “suportadas com a participação em eventos internacionais anulados continuarão a ser elegíveis no quadro dos sistemas de incentivos”.

“Paralelamente, o Governo avaliará, após o controlo da epidemia, o impacte da mesma sobre a capacidade de concretização de objectivos contratualizados, no âmbito dos sistemas de incentivos, para efeitos de eventual ajuste dos mesmos. Desde já, fica estabelecido que não são considerados incumprimentos a falta de concretização de acções ou metas devido à epidemia”, conclui.

Peça 203:

Coronavírus: Bolsa de Lisboa fecha a perder 8,6%, BCP e Galp em mínimos

PÚBLICO

9 de Março de 2020, 13:52 actualizado a 9 de Março de 2020, 17:05

O mercado accionista português está a sofrer com a fuga dos investidores para activos financeiros de maior protecção, em sintonia com o que se verifica no resto das bolsas europeias e mundiais. O principal índice, o PSI-20 fechou a sessão desta segunda-feira com uma forte perda, de 8,66%, o que a levou para o seu nível mais baixo desde o Verão de 2016, com mais de metade das acções a negociarem nos mínimos dos últimos 12 meses. Este barómetro bolsista não caía tanto num só dia desde que o Brexit ganhou o referendo no Reino Unido (-11%)

Entre os mais penalizados estão os títulos de duas das maiores empresas cotadas: a Galp afundou 16,62% para os 9,584 euros, contaminada pelas notícias sobre a queda abrupta do preço do petróleo em mais de 20%, para mínimos de 20 anos, depois da Arábia Saudita ter anunciado que pretende inundar o mercado com petróleo barato como resposta à recusa da Rússia em reduzir a sua produção. A petrolífera portuguesa seguiu assim a tendência das suas pares mundiais e negoceia nos valores mais baixos desde Setembro de 2015.

Já o BCP sofreu uma queda de 15,18%, para 0,1201 euros, devido aos receios dos investidores sobre o impacto que a epidemia do novo coronavírus irá ter nas economias, com os alertas sobre recessão económica a sucederem-se em praticamente todos os grandes blocos económicos mundiais. O banco liderado por Miguel Maya, e participado pelos accionistas angolano Sonangol e chinês Fosun, fechou nos 14 cêntimos por cada título, depois de ter tocado nos 12 cêntimos (o seu valor mais baixo de sempre). O resto da banca europeia também está com perdas de dois dígitos, em especial em França e Itália.

Outro destaque pertence à Mota-Engil, que caiu 14,2%. Com todas as empresas a sofrer perdas, a de menor dimensão foi a da REN, com -4,43%.

Peça 204:

Coronavírus: queda nas reservas leva TAP a cancelar mais 2500 voos

Luís Villalobos

9 de Março de 2020, 17:32 actualizado a 9 de Março de 2020, 18:05

No espaço de quatro dias, a TAP reviu em alta o número de voos que irá suspender por causa do novo coronavírus, passando de cerca de mil para 3500 voos. “A evolução do vírus Covid-19 tem tido um comportamento singular, que não permite uma comparação com experiências passadas”, afirmou a transportadora aérea esta segunda-feira, com comunicado.

Esse, facto, diz , “obriga os agentes económicos a reavaliar permanentemente a situação, tomando medidas com base na melhor informação disponível a cada momento”. Para já, a empresa fala numa “crescente quebra na procura”, registada na última semana, o que obriga a proteger a sua sustentabilidade financeira.

Com base na informação que detém agora, a TAP diz que vai então reduzir a sua capacidade de oferta, “nos próximos meses”, em “mais 2500 voos, que somam aos 1000 já anunciados”. O cancelamento do total de cerca de 3500 voos representa “um ajuste na nossa oferta de 7% em Março, 11% em Abril e 19% em Maio”.

Até aqui, o calendário da diminuição dos voos da empresa ia apenas até Abril. Os cancelamentos, diz a empresa, dizem respeito sobretudo ao mercado europeu, “com especial incidência nas zonas mais afectadas”, mas também a ligações intercontinentais. Embora não mencione agora esses mercados, a TAP já referira os casos de Itália, Espanha e França.

No documento enviado aos trabalhadores, a empresa diz que está a oferecer “maior flexibilidade” aos clientes, ao permitir “a alteração gratuita das viagens reservadas entre 8 e 11 de Março, para qualquer destino TAP em qualquer data até ao final do ano”.

A empresa destaca que os sectores do turismo e da aviação civil “são dos mais afectados pelo vírus”. Na passada quinta-feira a TAP enviou uma carta aos trabalhadores onde deu conta de várias medidas de corte de custos através da suspensão ou adiamento de “investimentos não críticos” e do “corte de despesas acessórias”. Na lista está ainda a “renegociação de contratos e prazos de pagamento, antecipação de crédito junto de fornecedores, suspensão de contratações de novos trabalhadores” e também a “implementação de programas de licenças sem vencimento”.

Peça 205:

Efeito da crise do petróleo pode “ser bom” no imediato, mas há riscos a prazo

Ana Brito

9 de Março de 2020, 18:57

O embate entre a Arábia Saudita e a Rússia em torno da produção de petróleo até pode, à primeira vista, “ser bom” para os consumidores, mas António Comprido, secretário-geral da associação que representa as empresas do sector petrolífero, a Apetro, defende que “não devemos alegrar-nos demasiado”.

Com uma descida dos preços da gasolina e do gasóleo, “o efeito imediato no bolso dos consumidores pode ser bom, mas é preciso ir mais fundo e perceber que podem vir aí problemas graves” se a situação de preços baixos do petróleo persistir, disse ao PÚBLICO.

Os países produtores “estão em maus lençóis”, incluindo Angola, que é um mercado importante para Portugal, e que ainda se encontra em situação de recessão, ou a Venezuela, que poderá ver a situação de crise política, económica e social, agravar-se ainda mais.

“Preços muito altos não são bons” porque asfixiam os países que dependem muito das importações – como é o caso de Portugal –, mas preços “muito baixos trazem uma série de consequências de médio e longo prazo” que têm associados riscos para a economia.

Antecipar o que vai acontecer a seguir não é fácil. “Desconhece-se até quando [Rússia e Arábia Saudita] vão esticar a corda, e em que condições” e, por outro lado, há uma “queda da procura, a que também se junta o efeito psicológico” exacerbado pelo medo do novo coronavírus, que leva à retracção do consumo.

“Neste quadro de incerteza, podemos fazer cenários, mas é muito difícil fazer previsões”, diz António Comprido.

Para já, a Arábia Saudita tem a seu favor o mesmo trunfo que usou em 2015 na guerra contra os produtores de petróleo de xisto norte-americanos: grandes reservas financeiras e um custo de extracção de petróleo muito baixo. “Estão a jogar essa arma, mas vamos ver por quanto tempo, porque a eles também não lhes interessa ter o petróleo a 30, 35 dólares [por barril] por muito tempo”, afirma o secretário-geral da Apetro.

Depois do fracasso das negociações com a Rússia, a Arábia Saudita decidiu cortar em cerca de oito dólares o preço de venda de cada barril para a Europa e para os Estados Unidos e em cerca de seis dólares o preço de venda para os mercados asiáticos, promovendo o maior corte nos preços desde 2004. Ao mesmo tempo, deverá aumentar as exportações em cerca de 800 mil barris diários, quando o mercado já acusa o excesso de oferta. Segundo uma nota de análise da Schroders divulgada esta segunda-feira, a estratégia poderá custar aos sauditas cerca de 120 mil milhões de dólares.

A Schroders nota que as cotações actuais são muito inferiores àquilo que está previsto nos orçamentos do Estado dos diversos países da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que terão de revê-los, gerando uma “instabilidade significativa”.

No sector petrolífero, os efeitos de uma crise também serão notados: “as empresas podem começar a rever os seus planos de investimento e a preparar cortes de custos”, explicou António Comprido.

Para já, o efeito visível e imediato é a queda do valor de mercado das petrolíferas. Esta segunda-feira, em Lisboa, as acções da Galp desvalorizaram-se 16,62%. Nas praças europeias, os títulos do sector registaram quedas igualmente expressivas: a Total caiu 16,61% e a Royal Dutch Shell, 17,48%. No caso da BP, a perda foi de 19,48% e a Equinor (a antiga Statoil) recuou 17,72%. A Repsol caiu 15,12%.

Ao final da tarde, o preço do barril de Brent caía cerca de 20%, para 36 dólares.

Se os preços se mantiverem em torno dos 35 dólares ao longo de 2020, as companhias petrolíferas arriscam-se a registar reduções nos meios libertos pela actividade na ordem dos 50% a 60%, estima a Schroders. Os cortes de dividendos podem não acontecer já, mas, sem a recuperação das cotações, “são uma certeza”, garante a casa de investimento.

O aumento dos preços virá com a aceleração das economias e com o aumento da procura (a deste ano foi hoje revista em baixa pela Agência Internacional de Energia), mas este cenário permanece incerto, tendo em conta os efeitos da epidemia de covid-19, cujo tempo que demorará até estar controlada ainda se desconhece.

Peça 206:

***Lay-off*: medida anti-coronavírus está no valor mais baixo desde 2008**

Victor Ferreira e

Luís Villalobos

9 de Março de 2020, 20:56

Se a epidemia com origem no vírus SARS-COV-2, o novo coronavírus que causa a doença covid-19, vier a ter graves repercussões económicas, as empresas poderão recorrer à suspensão temporária do contrato ou à redução temporária das horas laborais. O Governo prometeu “simplificar” o recurso a este instrumento, chamado *lay-off*, que em Portugal tem sido cada vez menos usado.

Dados oficiais mostram que o número de empresas com *lay-off* é o mais baixo desde 2008, mas esse cenário pode alterar-se. Na perspectiva do Governo, todas as empresas com redução de 40% nas vendas poderão vir a precisar deste instrumento, ao abrigo do qual as empresas prescindem de mão-de-obra e poupam em salários, o que agrada ao patronato. Já as duas grandes centrais sindicais mostraram-se preocupadas com a perda de rendimentos dos trabalhadores em *lay-off*, mas sabem também que o acordo dos patrões não chega e que o Governo não pode fazer mudanças sozinho. Qualquer alteração terá de passar pelo Parlamento, a quem o executivo terá de dizer aquilo que ficou por explicar quando apresentou a medida nesta segunda-feira.

Comparando o anunciado com o que diz a lei, as novidades resumem-se a uma palavra ("simplificação") e a um número (a redução de 40% nas vendas como critério). Tudo o resto, como as condições salariais e o prazo de vigência do *lay-off*, é o que está na lei.

Só falta, portanto, saber como se pretende simplificar o *lay-off*, “nesta situação excepcional e extraordinária (...) de maneira a que não tenhamos um processo de análise que demore muito tempo, e que seja rapidamente implementado”, como apontou a ministra Ana Mendes Godinho.

A lei actual prevê o *lay-off* em três situações: por “motivos de mercado”; por “motivos tecnológicos ou estruturais”; e por “catástrofes ou outras ocorrências que tenham afectado gravemente a actividade normal da empresa”. E prevê uma série de prazos, para comunicação aos trabalhadores ou a quem os representa, e fundamentação. Será que se vai cortar nos prazos? Ou então dispensar as empresas de cumprir obrigações como a entrega de documentos financeiros e contabilísticos para análise das partes interessadas?

Há 940 trabalhadores em *lay-off*

De acordo com os dados mais recentes, referentes a Janeiro, havia apenas 33 empresas a recorrer a este mecanismo, o que equivale a menos de metade do número de empresas em idêntico período de 2019.

É preciso recuar a 2008, poucos antes da crise financeira, para encontrar um valor mais pequeno: em Janeiro desse ano, havia 19 empresas a recorrer ao *lay-off*. Em sentido inverso, chegaram a ser 233 em Janeiro de 2013.

Em termos de trabalhadores afectados, a Segurança Social contabilizava 940 em Janeiro deste ano, dos quais 790 com redução de horário e 150 com suspensão temporária. Número menor só em 2011, com 899 trabalhadores abrangidos.

Pela lei, os trabalhadores com suspensão do contrato, terão direito a dois terços da remuneração até um limite de 1905 euros brutos (equivalente a três vezes o salário mínimo), pelo que não há novidade no que foi anunciado pelo governo agora. E nenhum trabalhador pode ficar a ganhar menos do que os 635 euros de salário mínimo, depois do corte.

Os representantes da CGTP na reunião desta segunda assumiram que estão preocupados e que discordam desse caminho. “Não estamos de acordo com [o *lay-off*] de maneira nenhuma”, disse Andreia Araújo. “Esta doença não pode servir para atacar os direitos dos trabalhadores”, anotou, alertando para questões que estão por resolver também na protecção dos que ficam doentes em casa ou a prestar apoio a um familiar.

Para a UGT, “é fundamental dar às empresas condições que lhes permitam acautelar momentos mais complicados, mas é igualmente necessário acautelar o rendimento dos trabalhadores”, observou Paula Bernardo. “É fundamental que olhemos para o actual regime legal do *lay-off*. Em algumas situações está previsto o pagamento a 100% da retribuição do trabalhador. Iremos preparar uma nota sobre essa questão. Garantir uma adequada protecção dos trabalhadores é garantir que estes não perdem rendimentos”.

Os perigos económicos do novo coronavírus eram o tema do encontro extraordinário da Concertação Social, do qual saiu um pacote de medidas que deixou os empresários satisfeitos por agora.

Outras medidas para as empresas

- 200 milhões de euros em linha de Crédito para micro, pequenas e médias empresas, com perdas de 20% de facturação, disponível a partir do dia 12
- Pagamento de incentivos do Portugal 2020 mais rápido, a título de adiantamento
- Moratória de 12 meses na amortização de subsídios reembolsáveis do QREN e do PT2020, que se vençam até 30 de setembro de 2020
- Despesas com eventos internacionais anulados elegíveis nos sistemas de incentivos
- Primeiro pagamento especial por conta adiado para 30 de Junho
- Entrega do Modelo 22 do IRC a 31 de Julho;
- Pagamento por conta do IRC para 31 de Agosto.
- Regime de *layoff* com formação, com bolsa de 30% do IAS, paga pelo IEFP
- Plano extraordinário de formação com apoio equivalente a 50% do salário do trabalhador, até ao limite de um salário mínimo, suportado pelo IEFP (tal como o próprio custo da formação)
- Apoio extraordinário para manutenção dos postos de trabalho com salários do primeiro mês pós-retoma apoiados pelo IEFP, que paga um salário mínimo por trabalhador
- Isenção de contribuições sociais para empresas em *layoff*, e primeiro mês após a retoma

O pacote inclui adiamentos fiscais e promessas de apoio à tesouraria. Para mexer no *lay-off*, o Governo tem no entanto de pedir autorização ao Parlamento, e vai fazê-lo, como disse a ministra. Os direitos laborais são matéria reservada da Assembleia da República, como já disse o Tribunal Constitucional, num acórdão de 1991 em que também se debruçou sobre mudanças ao *lay-off*.

Coronavírus: Dívida portuguesa entre as penalizadas pela fuga ao risco

Sérgio Aníbal,

Ana Brito e

Luís Villalobos

9 de Março de 2020, 21:06

Enquanto ainda não há dados definitivos e oficiais sobre qual o impacto do novo coronavírus na economia mundial, uma coisa pelo menos já é certa: a epidemia foi o suficiente para lançar os mercados financeiros numa crise de dimensões históricas. Depois de um fim-de-semana em que foi evidente o aumento do ritmo de expansão da doença na Europa e nos Estados Unidos, os investidores iniciaram a semana da mesma forma como acabaram a anterior: a fugir aos activos que consideram mais arriscados, desencadeando uma queda a pique das principais bolsas mundiais e penalizando a dívida pública dos chamados países periféricos da Europa, onde se inclui Portugal. Tudo isto em simultâneo com a maior descida do preço do petróleo de que há registo nos últimos 29 anos.

Portugal penalizado na dívida

Quando são colocados perante um cenário de crise económica grave, como aquele que se está a adivinhar por causa da epidemia do novo coronavírus, os investidores dos mercados financeiros internacionais optam por colocar o seu dinheiro nos activos que vêm como mais seguros, fugindo daqueles onde consideram haver risco.

E ao nível do mercado da dívida pública europeia, esta avaliação de risco realizada pelos investidores continua a ser, em larga medida, dominada pela distinção entre os países do centro e os chamados países periféricos, algo que acaba por penalizar Portugal.

Por um lado, a procura das obrigações emitidas pela Alemanha está a disparar, o que conduz a uma descida das taxas de juro para níveis mínimos recorde. No final da tarde desta segunda-feira, as taxas de juro da dívida alemã a dez anos chegaram aos -0,869% (quando no início de Março estavam perto de -0,6%), o que significa que os investidores estão dispostos a pagar cada vez mais pelo “privilégio” de emprestar dinheiro ao Estado alemão.

Já em relação aos países do sul da Europa, o que aconteceu foi uma redução da procura das obrigações, com a consequente subida das taxas de juro. No caso de Portugal, as taxas de juro a dez anos subiram esta segunda-feira de 0,253% para 0,328%.

As taxas de juro portuguesas estão assim ligeiramente acima das espanholas (0,252%) algo que na maior parte do mês de Fevereiro não acontecia.

As maiores subidas de taxas de juro aconteceram contudo na Itália e na Grécia. No primeiro caso, onde se registou uma subida de 1,079% para 1,376%, pesa o facto de ser o país onde há mais casos do novo coronavírus e onde se espera um impacto económico mais significativo, algo que acrescenta à situação orçamental débil a que se tem assistido no país há vários anos.

No caso da Grécia, onde as taxas de juro passaram de 1,452% para 1,894%, o problema tem essencialmente a ver com a desconfiança ainda existente em relação à capacidade do país para resistir a uma nova crise económica.

Petróleo mais barato

Esta segunda-feira, o primeiro choque registou-se no mercado petrolífero. O preço do crude já vinha seguindo uma trajectória descendente desde que se tornou claro que, por causa do coronavírus, a actividade económica mundial ia abrandar. Menos actividade económica significa menos consumo de energia e, por isso, o equilíbrio entre a procura e a oferta de petróleo passa a fazer-se a um preço mais baixo.

Mas, para além disso, durante o fim-de-semana, a reunião entre os principais países produtores de petróleo – um grupo chamado OPEP+ - para se entenderem em relação a uma redução da produção que permitisse um reequilíbrio entre a oferta e a procura, acabou com o resultado precisamente inverso.

Dois dos maiores produtores – a Rússia e a Arábia Saudita – desentenderam-se e o acordo de contenção da produção vigente nos últimos três anos chegou ao fim, antecipando-se agora um aumento da oferta de vários países. Tanto a Rússia como a Arábia Saudita fazem questão de garantir que podem suportar uma baixa do preço do petróleo durante um período longo de tempo.

Com a procura a diminuir e a oferta a aumentar, o resultado nos mercados foi uma descida do barril de Brent dos 46,15 dólares de sexta-feira para apenas 37 dólares agora. Foi a maior descida diária dos últimos 29 anos.

Esta descida a pique do preço do petróleo poderá, dentro de algumas semanas, vir a traduzir-se numa descida dos preços dos combustíveis, algo que contribuiria para uma subida do rendimento disponível dos consumidores e uma melhoria da situação dos países importadores como Portugal.

No entanto também há perdedores, nomeadamente as empresas produtoras - esta segunda-feira, em Lisboa, as acções da Galp desvalorizaram-se 16,62% - e as economias dos países produtores, nos quais estão incluídos também os EUA.

“Preços muito altos não são bons” porque asfixiam os países que dependem muito das importações – como é o caso de Portugal –, mas preços “muito baixos trazem uma série de consequências de médio e longo prazo” que têm associados riscos para a economia, afirma António Comprido, secretário-geral da associação que representa as empresas do sector petrolífero, a Apetro.

Bolsas em queda livre

Foi também por causa destes efeitos negativos relacionados com o preço do petróleo que o ambiente nos mercados bolsistas - que já era de grande pessimismo por causa das notícias de fecho de empresas e restrições de movimento na Europa e nos EUA – atingiu um novo mínimo esta segunda-feira.

Bolsas asiáticas primeiro, europeias depois e nos Estados Unidos finalmente, todas registaram perdas muito acentuadas, quase todas elas acima dos 5%.

Aumentar

Em Lisboa, o principal índice, o PSI-20 fechou a sessão desta segunda-feira com uma forte perda, de 8,66%, o que a levou para o seu nível mais baixo desde o Verão de 2016, com mais de metade das acções a negociarem nos mínimos dos últimos 12 meses. Este barómetro bolsista não caía tanto num só dia desde que o Brexit ganhou o referendo no Reino Unido (-11%).

Para além da Galp, nas perdas destacaram-se também as acções do BCP, que sofreram uma queda de 15,18%, para 0,1201 euros, devido aos receios dos investidores sobre o impacto que a epidemia do novo coronavírus irá ter nas economias. As acções da Mota-Engil caíram 14,2%.

As principais praças europeias fecharam o dia com perdas bastante expressivas, e que ultrapassaram os 11% no caso de Itália, o país mais afectado. Em França a descida foi de 8,39%, na Alemanha 7,94% e no Reino Unido 7,69%.

Em Nova Iorque, logo no início da sessão, os índices bolsista caíram 7%, o que fez desencadear o mecanismo automático de suspensão por quinze minutos das transacções. No final do dia, a perda cristalizou-se entre 7,6% e 7,8% nos principais índices de Wall Street, culminando a pior sessão desde Dezembro de 2008.

À espera das boas notícias

Num cenário deste tipo, prever durante quanto tempo o ambiente negativo se irá prolongar é tarefa extremamente arriscada. O que parece ser verdade é que os investidores estão a dar muito pouca importância aos anúncios de lançamento de medidas de estímulo económico feitos pelos responsáveis políticos um pouco por todo o mundo.

O cepticismo em relação a esses anúncios pode dever-se às características da crise económica que pode resultar do coronavírus. Não é de todo claro que descidas de taxas de juro ou mesmo apoios do Estado às empresas e trabalhadores afectados possam conduzir, no imediato, a uma contenção da queda do consumo e do investimento provocado pelas restrições à actividade provocadas pelo risco de contágio.

Deste modo, aquilo que poderá motivar uma viragem significativa no ambiente nos mercados será o surgimento de notícias de maior contenção no ritmo de contágio nas maiores economias mundiais.

Peça 208:

Coronavírus: Itália prepara medidas de 10 mil milhões de euros

Sérgio Aníbal

10 de Março de 2020, 8:54

Com a economia em contracção por causa do efeito do novo coronavírus, o governo italiano prepara-se para aprovar medidas no valor de 10 mil milhões de euros, colocando a estimativa de défice próximo dos 3% permitidos pelas regras europeias, anunciou esta segunda-feira o ministro italiano da Indústria.

Em declarações a uma rádio italiana – a Radio Capital - Stefano Patuanelli explicou que as medidas irão ser introduzidas em duas fases. Um primeiro pacote de medidas irá ser colocado em prática imediatamente, ficando um segundo pacote para uma fase posterior deste ano.

O ministro indicou que, com estas medidas de estímulo adicionais, o défice orçamental na Itália em 2020 irá subir para 2,8% do PIB. O objectivo inicial do governo italiano para o défice era, na sequência de diversas discussões com as autoridades europeias, de 2,2% do PIB. No entanto, já na semana passada, a meta tinha sido revista para 2,5%.

Agora, a noção de que o impacto do novo coronavírus na economia pode ser muito significativo forçou o executivo liderado por Giuseppe Conte a rever novamente as suas contas.

Nos mercados, a dívida pública italiana tem sido uma das mais penalizadas, com as suas taxas de juro a subirem de forma acentuada.

A Itália é, neste momento, o país europeu mais afectado pela epidemia do Covid-19, tendo as suas autoridades sido forçadas a limitar os movimentos de uma parte muito significativa da população e apelando a que todos fiquem em casa, numa tentativa de conter o contágio. São muitas as empresas que suspenderam a sua actividade, o sector do turismo está praticamente parado e uma quebra muito forte no consumo é considerada inevitável.

A economia italiana, que nos últimos anos tem registado sempre taxas de crescimento lentas, poderá no actual cenário cair na primeira metade deste ano numa situação de recessão.

É da Itália que se têm ouvido os apelos mais sonoros para que exista uma acção conjunta da zona euro contra a crise, seja através da flexibilização das regras orçamentais europeias, seja pela introdução de estímulos orçamentais por parte das diversas capitais.

Na segunda-feira, o primeiro-ministro Giuseppe Conte já tinha anunciado que o seu governo iria colocar em prática “uma terapia de choque massiva” na economia, deixando um recado aos outros líderes europeus: “a Europa não pode pensar em enfrentar uma situação extraordinária com medidas ordinárias”.

Peça 209:

Bancos emprestaram perto de mil milhões para compra de casa em Janeiro

Rosa Soares

10 de Março de 2020, 12:59

Depois do recorde desde a crise financeira de 2008, registado em Dezembro passado, os novos empréstimos à habitação continuam a apresentar valores muito elevados, próximos de mil milhões de euros. Dados do Banco de Portugal (BdP), relativos a Janeiro, mostram que o crédito à habitação ascendeu a 977 milhões de euros, valor que no mês anterior tinha totalizado 1117 milhões de euros.

Em termos homólogos, o crescimento é muito significativo, uma vez que o montante tinha ficado em 634 milhões de euros em Janeiro de 2019.

Já a taxa de juro média das novas operações de crédito para habitação diminuiu três pontos base para 1,07%, depois de em Novembro ter fixado um mínimo histórico em 1,05%.

No segmento do crédito ao consumo e outros fins, o ritmo de novas operações registadas no arranque do ano continuou elevado. Os empréstimos ao consumo totalizaram 460 milhões de euros, e para outros fins (saúde, educação entre outros) ascenderam a 215 milhões de euros. Neste segmento, as taxas de juro médias fixaram-se em 6,95% e em 3,80% respectivamente, valores que comparam com 6,1% e 3,9%, registados em Dezembro.

A taxa de variação anual é expressiva no crédito a particulares com as finalidades de consumo e outros fins, ascendendo a 8,3%, valor acima dos 7,7% registados em Dezembro.

Recorde-se que o ritmo elevado de concessão de crédito ao consumo levou o BdP a estabelecer novas regras, para impedir um endividamento excessivo das famílias.

Os depósitos de particulares totalizavam 151,2 mil milhões de euros no final de Janeiro. A taxa de variação anual foi de 4,2%, mais 0,5 pontos base do que o observado em Dezembro.

O valor médio da taxa de juro dos novos depósitos até um ano foi de 0,07%, sem alteração face a Dezembro.

Peça 210:

Coronavírus não afecta “para já” os ratings dos países da zona euro

Sérgio Aníbal

10 de Março de 2020, 15:58

Apesar de assinalar a existência de deterioração da conjuntura, revendo em baixa as previsões de crescimento económico, a agência de notação financeira internacional Standard & Poor's (S&P) anunciou esta terça-feira que, “para já”, o risco de concessão de crédito dos Estados da zona euro não foi afectado pela crise. Uma opinião que, para Portugal, torna provável a manutenção do rating na avaliação que a agência irá realizar ao país esta sexta-feira.

No comunicado agora publicado, os responsáveis da S&P começam por afirmar que “a qualidade do crédito dos soberanos da zona euro não foi, para já, afectada pelos efeitos do coronavírus”, assinalando a força relativa que as economias e as finanças públicas dos países da moeda única europeia têm e lembrando que existe a possibilidade de aplicação, quer pelo Banco Central Europeu (BCE), quer pelos Estados, de medidas que limitem o efeito económico negativo da epidemia.

Ainda assim, a S&P reconhece a existência de riscos elevados. “O cenário macroeconómico na Europa em 2020 é muito incerto e está a piorar”, diz o comunicado, anunciando uma revisão em baixa das previsões de crescimento no total da zona euro para apenas 0,5% este ano. A S&P diz que “o principal entrave ao crescimento é uma combinação da debilidade na procura externa e doméstica com uma disrupção na cadeia de distribuição” e assinala que a nova previsão de crescimento de 0,5% assume que o início da recuperação ocorrerá ainda antes do final deste ano.

A S&P está a contar com a introdução, por parte dos bancos centrais e dos governos, de medidas mitigadoras do impacto económico negativo. Do lado do BCE, aquilo que é esperado é, além de uma descida da taxa de juro de depósito de 0,1 pontos percentuais, o reforço dos empréstimos de longo prazo a taxa fixa de que beneficiam os bancos da zona euro e, talvez, a suspensão

temporária dos limites às compras de dívida pública, algo que poderia beneficiar especialmente países como Portugal.

Do lado dos governos, para além de medidas de apoio aos sectores mais afectados, a S&P lembra que é possível os Estados invocarem a flexibilidade existente no Pacto de Estabilidade para tomarem mais medidas, prevendo ainda que, “dependendo a duração do choque, os Estados deverão procurar uma resposta conjunta mais proactiva”.

Para Portugal, este comunicado da S&P aumenta a probabilidade de, quando avaliar em concreto a situação do país, não seja anunciada qualquer redução do rating do país, que se encontra actualmente em BBB. No entanto, a actual deterioração da conjuntura torna também muito improvável que, apesar de em Setembro ter colocado o rating português com uma tendência “positiva”, a agência possa agora fazer subir o rating. Neste cenário, a passagem de uma tendência “positiva” para uma tendência “estável” não pode ser colocada de lado.

No calendário da S&P, a próxima avaliação ao rating português está agendada para a próxima sexta-feira.

Peça 211:

Coronavírus leva Bruxelas a aliviar regras para as companhias aéreas nos aeroportos

Rita Siza Bruxelas e

Luís Villalobos

10 de Março de 2020, 18:16

A presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, anunciou esta tarde uma revisão temporária da legislação europeia relativa às faixas horárias dos aeroportos (conhecidas como *slots*, em inglês), de modo a que possam manter as autorizações de aterragem e descolagem em infra-estruturas com maior congestionamento, mesmo sem as usarem. De acordo com a lei em vigor, as companhias têm de utilizar pelo menos 80% das *slots* que lhes estão atribuídas, ou, caso contrário, perdem o direito à sua utilização na temporada seguinte (Verão ou Inverno). As *slots* são particularmente importantes em aeroportos muito congestionados, como é o caso de Lisboa.

“Esta é uma medida temporária que ajuda a indústria e também o ambiente”, declarou a presidente da Comissão Europeia, explicando que além de “aliviar a pressão sobre o sector da aviação”, a decisão permite “evitar as emissões dos chamados voos fantasmas”, que as companhias realizam com aviões sem passageiros apenas para manter as *slots* a que têm direito.

O sector da aviação, e do turismo em geral, tem sido dos principais afectados pela forte quebra de turistas (lazer e negócios) a nível global, por causa do novo coronavírus.

Os efeitos, no entanto, não são imediatos. De acordo com o que ficou estabelecido, a Comissão Europeia vai apresentar uma proposta de alteração à regulamentação em vigor, que terá depois de ser aprovada pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia.

A medida agora anunciada por Ursula von der Leyen era algo que já tinha sido pedido pela associação do sector, a IATA, no dia 2 de Março. De acordo com a IATA, liderada por Alexandre de Juniac, cerca de 43% dos passageiros partem de 200 aeroportos com atribuição de *slots*, e que a conjuntura actual requeria “flexibilidade” de modo a que as companhias aéreas possam ajustar a sua oferta à queda da procura. Uma forma de isso acontecer é realizar menos voos mas sem perder a *slot*, e/ou canalizar voos para rotas com mais procura.

A contas com as perdas

No dia 5 de Março, a IATA afirmou também que, num cenário de propagação limitada do novo coronavírus, as companhias aéreas vão sofrer perdas da ordem dos 17,5 mil milhões de euros este ano, só no mercado europeu. A estimativa é do departamento económico da associação do sector a nível mundial, a IATA, que aponta para uma queda de 56,3 mil milhões de euros (63 mil milhões de dólares, no cálculo original) a nível mundial, o que equivale a uma queda de 11% em termos de receitas de passageiros.

No caso dos mercados europeus, o maior embate será na Itália, com perdas de 4,5 mil milhões de euros. Num cenário de propagação mais intensa, as estimativas da IATA passam para perdas mundiais de 101 mil milhões de euros este ano, dos quais 39,2 mil milhões dizem respeito à Europa.

As companhias aéreas, na Europa e não só, têm sido fortemente atingidas pelo coronavírus, com as empresas cotadas a sofrer fortes desvalorizações devido à quebra da procura com o cancelamento de diversos eventos e visitas. Nesse aspecto, o sector das viagens e turismo é certamente um dos mais atingidos.

Ainda não há números oficiais, mas, no caso da hotelaria, a Associação da Hotelaria de Portugal (AHP) está a realizar um inquérito junto dos seus associados cujos resultados preliminares apontam para uma perda de receita superior a 30% no último mês devido ao novo coronavírus.

Os dados, que serão apresentados de forma aprofundada na próxima quinta-feira de manhã, dizem respeito ao período que decorreu entre o início de Fevereiro e 9 de Março. De acordo com a AHP, este inquérito terá depois actualizações constantes, feitas pelos hotéis e pela AHP, a maior associação do sector.

A AHP, com base nos resultados preliminares do inquérito, diz também que as taxas de cancelamento “estão muito acima das verificadas em anos anteriores e o efeito do Covid-19 [a doença provocada pelo novo coronavírus] na hotelaria é sentido não só nos cancelamentos imediatos, mas também nas reservas futuras, com os hoteleiros a indicar que estão já a registar importantes cancelamentos de reservas futuras”. A época da Páscoa, período em que há normalmente um pico da procura por parte de turistas estrangeiros e nacionais, está neste momento em risco.

Choque sem precedentes

A nível europeu, a associação que congrega as empresas que gerem os aeroportos também vieram esta terça-feira fazer um balanço, realçando que se está a verificar “choque de proporções sem precedentes” para o sector.

Estimando uma descida de 67 milhões de passageiros nos aeroportos europeus nos primeiros três meses do ano, e uma perda de receitas da ordem dos 1320 milhões de euros no mesmo período (com o maior impacto a ser sentido em Itália), a Airports Council Internacional (ACI) sublinha que os aeroportos não

têm a mesma agilidade das companhias áreas para reduzir custos, e que é preciso uma colaboração entre os intervenientes do sector, os Estados membros e Bruxelas para “enfrentar a crise”.

Peça 212:

Coronavírus: Comissão Europeia cria fundo de urgência de 25 mil milhões

Rita Siza

10 de Março de 2020, 19:36

A Comissão Europeia vai constituir um novo fundo de investimento para responder à crise do coronavírus, que deverá “muito rapidamente” atingir uma dotação de 25 mil milhões de euros para acções urgentes no sector da saúde, apoio às pequenas e médias empresas, ao mercado laboral e “outros sectores vulneráveis da economia”, anunciou a presidente Ursula von der Leyen, no final de uma videoconferência em que participaram todos os 27 chefes de Estado e governo da União Europeia, esta terça-feira.

De acordo com Von der Leyen, uma primeira parcela de 7,5 mil milhões de euros de liquidez para investimento deverá ser libertada “já nos próximos dias”. Para tal, apresentará uma proposta ao Parlamento e Conselho Europeu, de forma a canalizar verbas actualmente disponíveis nos envelopes dos fundos estruturais do orçamento comunitário. “Este dinheiro tem que começar a fluir já nas próximas semanas”, defendeu.

Mas além deste novo instrumento financeiro, a presidente da Comissão Europeia anunciou outras medidas imediatas destinadas a mitigar o impacto sócio-económico da propagação do coronavírus pelo espaço europeu. “Estamos a trabalhar em todas as frentes”, assegurou, acrescentando que ao nível macro-económico, a Comissão tenciona recorrer a “todos os instrumentos” à sua disposição para “garantir que a Europa resiste a esta tempestade” — uma mensagem que repetiu em inglês, francês e, com ênfase especial, em alemão.

“Primeiro, certificar-nos-emos que a ajuda de Estado poderá ser canalizada para as companhias que precisem”, anunciou. “E faremos uso de toda a flexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento”, prosseguiu, pretendendo apresentar “ideias concretas” aos Estados membros antes da próxima reunião do Eurogrupo, marcada para segunda-feira. “Antes do final da semana, clarificaremos as regras do jogo”, avançou.

De resto, Ursula von der Leyen assinalou a mobilização de 140 milhões de euros de financiamento público e privado para os consórcios científicos que estão a trabalhar na investigação de uma vacina, mas também de tratamentos e diagnósticos para o coronavírus.

Pelo seu lado, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, salientou a “forte mensagem” de solidariedade com a Itália e com os outros países fortemente afectados pelo surto de coronavírus, deixada pelos chefes de Estado e governo durante a videoconferência. “Todos concordaram que precisamos de ter uma abordagem coordenada ao nível europeu e prometeram continuar a partilhar toda a informação relevante”, indicou.

Segundo Michel, a acção europeia tem como primeira prioridade “limitar a propagação do vírus” e garantir que a comunidade científica e hospitalar dispõe de todos os meios para responder às necessidades dos doentes. A Comissão Europeia tomará a iniciativa em termos de provisão de materiais e equipamentos médicos, desde máscaras até aparelhos respiratórios, recorrendo ao mecanismo de protecção civil dedicado à resposta a desastres RescEU.

Além disso, a Comissão foi encarregada de vigiar os Estados membros e assegurar que “todos os obstáculos injustificados ao normal funcionamento do mercado interno são removidos”, disse Charles Michel, numa referência às restrições anunciadas pela Alemanha, França e República Checa à exportação de equipamentos de protecção individual fabricados nesses países.

Peça 213:

Bruxelas injecta liquidez urgente e prepara flexibilização das regras

Sérgio Aníbal e

Rita Siza

10 de Março de 2020, 21:53

A utilização de excepções na limitação às ajudas do Estado e a utilização ao máximo das condições de flexibilização previstas nas regras orçamentais europeias, são algumas das medidas a serem ponderadas neste momento em Bruxelas como resposta ao impacto económico negativo trazido pelo novo coronavírus. Isto, depois da primeira abordagem de emergência, anunciada esta terça-feira pela Comissão Europeia, que passa por um novo fundo de investimento que deverá “muito rapidamente” atingir uma dotação de 25 mil milhões de euros para acções urgentes no sector da saúde, apoio às pequenas e médias empresas, ao mercado laboral e “outros sectores vulneráveis da economia”.

Segundo revelou a presidente Ursula von der Leyen, no final de uma videoconferência em que participaram todos os 27 chefes de Estado e governo da União Europeia, uma primeira parcela de 7,5 mil milhões de euros de liquidez para investimento deverá ser libertada “já nos próximos dias”. Para tal, apresentará uma proposta ao Parlamento e Conselho Europeu, de forma a canalizar verbas actualmente disponíveis nos envelopes dos fundos estruturais do orçamento comunitário. “Este dinheiro tem que começar a fluir já nas próximas semanas”, defendeu.

Mas além deste novo instrumento financeiro, a presidente da Comissão Europeia anunciou outras medidas imediatas destinadas a mitigar o impacto sócio-económico da propagação do coronavírus pelo espaço europeu. “Estamos a trabalhar em todas as frentes”, assegurou, acrescentando que ao nível macroeconómico, a Comissão tenciona recorrer a “todos os instrumentos” à sua disposição para “garantir que a Europa resiste a esta tempestade” — uma mensagem que repetiu em inglês, francês e, com ênfase especial, em alemão.

“Primeiro, certificar-nos-emos que a ajuda de Estado poderá ser canalizada para as companhias que precisem”, anunciou. “E faremos uso de toda a flexibilidade do Pacto de Estabilidade e Crescimento”, prosseguiu, pretendo apresentar “ideias concretas” aos Estados membros antes da próxima reunião do

Eurogrupo, marcada para a próxima segunda-feira. “Antes do final da semana, clarificaremos as regras do jogo”, avançou.

Pelo seu lado, o presidente do Conselho Europeu, Charles Michel, salientou a “forte mensagem” de solidariedade com a Itália e com os outros países fortemente afectados pelo surto de coronavírus, deixada pelos chefes de Estado e governo durante a videoconferência. “Todos concordaram que precisamos de ter uma abordagem coordenada ao nível europeu e prometeram continuar a partilhar toda a informação relevante”, indicou.

Uma das medidas a ser ponderadas neste momento pela Comissão, a pedido de algumas capitais, é precisamente a da suspensão de parte das limitações existentes aos apoios de Estado a empresas. As regras relativas às ajudas do Estado existentes na União Europeia têm como objectivo evitar distorções da concorrência e impedem que os Estados possam, por exemplo através de injeções de capital ou de subsídios, tornar mais competitivas algumas empresas.

Em causa, agora, poderá estar em particular a possibilidade de os Estados poderem apoiar empresas de alguns dos sectores mais afectados, como as companhias aéreas por exemplo, utilizando para o efeito as situações de excepção já previstas na lei, como sinalizou Von Leyen. Esta terça-feira, falando desta possibilidade, a comissária europeia para a Concorrência, Margrethe Vestager, assinalou também que a Comissão está preparada para discutir medidas de compensação das empresas com prejuízos resultantes do novo coronavírus, utilizando como base legal os artigos que prevêm como excepções para as limitações aos auxílios do Estado aqueles que forem “destinados a remediar os danos causados por calamidades naturais ou por outros acontecimentos extraordinários” ou os que se destinarem “a sanar uma perturbação grave da economia de um Estado-Membro”.

Portugal é um dos países que defende esta medida. Esta terça-feira, no final do conselho de ministros extraordinário destinado a responder à epidemia, o primeiro-ministro defendeu a possibilidade de os Governos adoptarem “medidas de auxílio para as companhias aéreas ou a empresas do sector do turismo”, assinalando que é preciso que “isso seja possível de fazer no contexto e no quadro europeu”.

Este tipo de suspensão de regras em tempo de crise não é sequer uma novidade para a União Europeia. Durante a crise financeira de 2008-2009, as regras para a ajuda de Estado também deixaram de estar em vigor para permitir que os governos aprovassem a injeção de capitais públicos para salvar os bancos em dificuldades.

Em relação às regras orçamentais, o que deverá ser feito é confirmar que o impacto orçamental resultante de medidas de combate à crise pode não ser considerado na avaliação das finanças públicas de cada país. Isto é, se um Estado não cumprir as regras por causa de despesas realizadas no combate à crise, tal não será levado em conta pela Comissão.

Outras medidas que poderão vir a ser também sugeridas pela Comissão Europeia poderão estar relacionadas com o tratamento dado ao crédito malparado, num apoio ao sector bancário europeu que, ainda não totalmente recuperado da anterior crise, tem numa eventual recessão um novo desafio para enfrentar.

Para além disso, Bruxelas poderá apoiar medidas de apoio aos trabalhadores e empresas dos sectores mais afectados que já foram anunciados por alguns países, incluindo Portugal.

Itália e França versus Alemanha

Individualmente, ao mesmo tempo que esperam que o Banco Central Europeu também tome medidas na reunião desta quinta-feira, vários países estão já a anunciar medidas. Itália e França, dois dos países mais afectados, são aqueles que mostram vontade de ir mais longe.

A principal dúvida reside em saber até onde é que a Alemanha está disposta a ir. Na maior economia da zona euro, a prudência na utilização da política orçamental para estimular a economia continua a ser a regra e a ideia generalizada entre as principais forças políticas, e nomeadamente dentro da CDU, o partido de Angela Merkel, é a de que a adopção de medidas de estímulo muito fortes só deve acontecer perante sinais muito claros de que a economia está a entrar em recessão.

Essa atitude prudente tem um risco: como os dados oficiais sobre a economia apenas são conhecidos com algum atraso (por exemplo, os valores do PIB do terceiro trimestre apenas serão conhecidos no final de Abril), se a decisão de tomar medidas mais agressivas apenas for tomada nessa altura, poderá chegar já tarde demais para evitar uma recessão.

Para já, aquilo que já foi decidido na Alemanha, após uma longa reunião de sete horas entre os principais responsáveis da CDU, foi um apoio a empresas e trabalhadores dos sectores mais afectados e um reforço do investimento público durante os próximos anos.

Enquanto se tomam estas decisões, a agência de notação financeira internacional Standard & Poor's (S&P) anunciou esta terça-feira que “para já” os *ratings* dos Estados da zona euro não são afectados. Ainda assim, a agência reconhece a existência de riscos elevados. “O cenário macroeconómico na Europa em 2020 é muito incerto e está a piorar”, disse em comunicado, anunciando uma revisão em baixa das previsões de crescimento no total da zona euro para apenas 0,5% este ano. E a agência faz questão de dizer que está a contar com a introdução, por parte dos bancos centrais e dos governos, de medidas mitigadoras do impacto económico negativo. Do lado do Banco Central Europeu, aquilo que é esperado é, além de uma descida da taxa de juro de depósito de 0,1 pontos percentuais, o reforço dos empréstimos de longo prazo a taxa fixa de que beneficiam os bancos da zona euro e, talvez, a suspensão temporária dos limites às compras de dívida pública, algo que poderia beneficiar especialmente países como Portugal.

Do lado dos governos, para além de medidas de apoio aos sectores mais afectados, a S&P lembra que é possível os Estados invocarem a flexibilidade existente no Pacto de Estabilidade para tomarem mais medidas, prevendo ainda que, “dependendo a duração do choque, os Estados deverão procurar uma resposta conjunta mais proactiva”.

Para Portugal, este comunicado da S&P aumenta a probabilidade de, quando avaliar em concreto a situação do país, não seja anunciada qualquer redução do *rating* do país, que se encontra actualmente em BBB. No entanto, a actual deterioração da conjuntura torna também muito improvável que, apesar de em Setembro ter colocado o *rating* português com uma tendência “positiva”, a agência possa agora fazer subir o *rating*. Neste cenário, a passagem de uma tendência “positiva” para uma tendência “estável” não pode ser colocada de lado.

No calendário da S&P, a próxima avaliação ao *rating* português está agendada para esta sexta-feira.

Peça 214:

IGF alerta para risco de CTT manterem “monopólio natural” no fim da concessão

Ana Brito e
Marta Moitinho Oliveira
10 de Março de 2020, 20:00

A menos de nove meses do fim do contrato entre o Estado e os CTT, a Inspeção-geral das Finanças (IFG) vem alertar para incógnitas legais sobre a titularidade dos bens da concessão do serviço postal universal (SPU) que podem garantir a esta empresa privada uma “vantagem concorrencial” e a possibilidade de se eternizar num “monopólio natural”, que impedirá outros operadores de disputarem o mercado.

Esta é uma das principais conclusões da auditoria realizada pela IGF ao “Cumprimento das obrigações de serviço público e ao processo de privatização da CTT – Correios de Portugal SA”, que foi pedida pela Assembleia da República, no âmbito da Lei de Enquadramento Orçamental, e cujo resultado levou os deputados do PS a pedirem esclarecimentos ao Ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos.

O relatório de auditoria concluiu que existe uma “desconformidade entre a lei/contrato [de concessão] e a situação/titularidade dos bens afectos à concessão” (ou seja, os bens que faziam parte da rede postal pública), que “carece de clarificação”, lê-se no enquadramento da pergunta dirigida ao ministro nesta terça-feira.

As dúvidas surgem porque a lei postal foi alterada em 2012, no Governo PSD/CDS, antecipando a privatização da empresa, que se iniciou em 2013.

Em causa está a reversão gratuita e automática dos bens da rede pública para o Estado, no final do contrato. “A não reversão dos bens no termo do contrato teria como consequência” que, no final deste, só os CTT estariam em “condições para continuar a assegurar a prestação do SPU [serviço público universal], actuando em situação de monopólio natural”.

Com isso, a empresa inviabilizaria, “na prática, a entrada de outros operadores, incluindo o Estado, e a liberalização do mercado”, conclui a auditoria da IGF, que alerta ainda “para a eventual posição de vantagem concorrencial que a empresa detém no final do contrato”.

Segundo o pedido de esclarecimentos do PS, a IGF também conclui que os dados do sistema de contabilidade analítica dos CTT (que permite distinguir os ganhos do SPU dos da actividade comercial e que é escrutinado pela Anacom) para o período entre 2013 e 2017 “evidenciam que a actividade global da CTT depende do SPU”.

Isto porque são “as margens positivas obtidas pela prestação” deste serviço que “compensam o desempenho negativo das restantes actividades”.

Os deputados socialistas querem saber se as alterações à lei introduzidas pelo Governo de Passos Coelho (com Sérgio Monteiro na secretaria de Estado das Infraestruturas) põem em causa a reversão dos bens da concessão.

Em concreto, questionam: “com base nas alterações legislativas ocorridas por altura do processo de privatização (2012/2014), no final do contrato os bens afectos à concessão do SPU passarão para a propriedade da empresa privada CTT ou reverterão para o Estado?”.

Recordam que nos meses que antecederam a primeira fase da privatização (no final de 2013), “o diploma que estabelece as Bases da concessão foi modificado visando a sua adaptação à Lei Postal (Lei 17/2012, de 26 de Abril), como também a preparação das mesmas Bases para a privatização da empresa”.

São estas alterações que introduzem o factor de incerteza quanto ao que se poderá passar a partir de Dezembro de 2020, pois “não são claras quanto à titularidade do Estado relativamente aos bens da concessão que integravam a rede postal pública, os quais permaneceram na esfera privada da CTT, mesmo após o processo de privatização da empresa”.

Se os bens da concessão não forem revertidos para a esfera pública, qualquer outro operador que quisesse prestar serviços postais “seria obrigado a um investimento muito significativo para mobilizar os mesmos meios da CTT”, que neste momento tem uma cobertura geográfica ímpar.

A clarificação destas questões também é importante para definir os trunfos com que o Estado pode contar numa provável renegociação do contrato de concessão com a antiga empresa pública.

Os socialistas sublinham que a auditoria “vem confirmar” que a privatização da empresa (hoje presidida por João Bento, mas liderada, à época, por Francisco Lacerda) “não acautelou o interesse público”.

E reforçam o argumento com outra das conclusões do relatório da IGF: “os padrões de qualidade exigidos na satisfação do SPU, nomeadamente quanto a prazos de entrega, densidade de pontos de acesso, regularidade e fiabilidade do serviço, aferidos pelo cumprimento dos onze objectivos fixados pela Anacom para cada ano, evidenciam uma degradação da qualidade do serviço postal após 2013”.

Peça 215:

Importações têxteis caem devido ao “efeito coronavírus”

Victor Ferreira

11 de Março de 2020, 13:36 actualizado a 11 de Março de 2020, 15:46

O ano de 2020 começou da melhor maneira para as indústrias têxteis e de vestuário (ITV). Quem o diz é o presidente da maior associação de ITV em Portugal, Mário Jorge Machado, líder da ATP, com base nos números do comércio internacional referentes a Janeiro.

Segundo os dados da Associação Têxtil e Vestuário de Portugal, as exportações de matérias-primas têxteis aumentaram 1,4%, as de vestuário 3,1% e as de têxteis-lar e outros produtos têxteis confeccionados 3,3%. “O mês de Janeiro teve resultados muito bons para as exportações”, resume a ATP.

Com as vendas ao exterior em alta, atingindo 456 milhões de euros no primeiro mês de 2020 (o maior valor para o mês de Janeiro desde pelo menos 2009), o sector regista também “os primeiros sinais de covid-19”, mas nas importações, que caíram 6%, perfazendo um valor de 386 milhões de euros.

“As matérias-primas foram as mais afectadas, tendo diminuído quase 12% (menos 19 milhões de euros). É o início dos efeitos de covid-19. As importações da China caíram quase 12% (menos 4,5 milhões de euros)”, salienta a ATP.

Será preciso esperar pelos dados do comércio externo relativos a Abril para perceber que impacto teve a paragem generalizada da indústria na China e também o alastramento da epidemia provocada pelo novo coronavírus a outros países, incluindo muitos parceiros europeus da ITV portuguesa.

Nesse aspecto, em termos de exportações, a principal nota negativa é o comportamento das exportações para Espanha, que prosseguem na trajectória descendente de 2019. Daí que dificilmente possa ser atribuída ao “efeito covid-19”. Espanha comprou menos 2,5 milhões de euros (menos 2%). Representa agora pouco mais do que um quarto das exportações totais do sector.

Pelo contrário, os melhores sinais vieram do norte e do centro da Europa. “Os destinos que registaram melhores desempenhos foram a França (acréscimo de cerca de cinco milhões de euros, ou seja, mais 8,2%), a Suécia (aumento de 2,5 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 21,3%) e a Alemanha (mais 2,3 milhões de euros, isto é, mais 5,4%)”, afirma a ATP, num comunicado em que recupera os dados do comércio internacional compilados pelo Instituto Nacional de Estatística.

O saldo da balança comercial dos têxteis e vestuário (vendas ao exterior menos compras ao exterior) ficou assim em 70 milhões de euros, com uma taxa de cobertura de 118%.

Notícia actualizada: o título original “Têxtil com primeiros sinais de coronavírus nas importações” foi alterado para evitar leituras de que havia sinais de coronavírus em têxteis.

Peça 216:

Bancos recomendam pagamento com cartões, se possível contactless

Rosa Soares

11 de Março de 2020, 14:10

Privilegiar os cartões bancários, incluindo sob a forma de *contactless*, a tecnologia que permite o pagamento de despesas até 20 euros com a simples aproximação ao terminal de pagamentos, ou outros meios digitais, são duas das recomendações feitas esta quarta-feira pela Associação Portuguesa de Bancos (APB) para travar a doença pelo novo coronavírus. A alternativa ao pagamento com cartões é a utilização de numerário, ou dinheiro vivo, situação que pode potenciar maior contágio do novo vírus, embora a APB não se tenha referido especificamente a este risco.

Em comunicado, onde anuncia as medidas preventivas que está a tomar, a APB apela aos clientes bancários para “privilegiarem o uso dos canais digitais e telefónicos, evitando, quando tal for possível, o recurso às agências”. Esta recomendação aplica-se, avança a estrutura associativa, “especialmente a clientes mais vulneráveis como idosos, pessoas com doenças crónicas ou sistemas imunitários enfraquecidos”.

Lembra que as “operações do dia-a-dia como transferências bancárias, pagamento de serviços ou carregamentos de telemóveis poderão ser executadas, de forma segura e cómoda, através do *homebanking* ou app do banco, bem como das máquinas de *self-service* instaladas nas agências ou da rede de ATMs.

Na rede de agências, os bancos dizem estar a adoptar um conjunto de medidas, que incluem, “para além do reforço das medidas de higienização das instalações, a dispersão física de colaboradores afectos a determinados serviços, a limitação da participação em reuniões, eventos ou viagens ao estrangeiro, sendo privilegiada a realização de contactos ou reuniões através de meios remotos, como a videoconferência”.

A APB nota ainda que “os bancos têm planos de continuidade de negócio, que estão a ser reavaliados considerando as especificidades da covid-19, nomeadamente a eventual necessidade de aumentar o número de colaboradores a exercer funções à distância (designadamente em teletrabalho)”.

Peça 217:

CP com mais trabalhadores para oficinas

Carlos Cipriano

11 de Março de 2020, 19:03

O Ministério das Finanças autorizou a contratação de 79 trabalhadores para a CP com o objectivo de reforçar a capacidade de execução do programa de recuperação de material circulante.

A maioria destes trabalhadores destinam-se às oficinas de Guifões e terão um contrato, para já, de apenas um ano (o prazo possível que a CP conseguiu negociar com as Finanças) para fazer face a um pico de trabalho destinado a colocar o mais rápido possível carruagens e locomotivas em circulação.

As oficinas da Guifões reabriram em Dezembro e foram inauguradas oficialmente em 15 de Janeiro com a presença do primeiro-ministro.

Desde então, já foram recuperadas naquele espaço duas carruagens Schindler e estão prestes a sair duas carruagens Sorefame, que também estavam encostadas e que serão colocadas em estado de marcha.

Em curso nestas oficinas está a revisão de meia vida de uma automotora UDD (Unidade Dupla Diesel) da mesma série das que circulam na linhas do Oeste e do Algarve.

Com as novas contratações e com as oficinas em velocidade de cruzeiro, a CP espera que delas saiam duas carruagens por mês prontas para injectar na operação comercial.

No Barreiro, a empresa está a recuperar quatro locomotivas diesel da série 1400, duas das quais faziam parte de um lote de material circulante que esteve para ser vendido à Argentina, mas que acabou por não embarcar por falta de pagamento do cliente.

Já no Entroncamento, a CP tem em curso a recuperação de oito automotoras eléctricas da linha de Sintra, mas está a deparar-se com um problema de falta de peças, pois algumas daquelas unidades estavam a ser canibalizadas para fornecer componentes à frota em circulação. A expectativa de as recolocar todas ao serviço ainda em 2020 poderá estar comprometida.

O recente *boom* oficial da CP inclui também a recuperação – neste caso em Contumil - de algum material histórico, parte do qual esteve prestes a ser vendido para sucata.

Depois de recuperar uma carruagem napolitana de via estreita, está a ser preparada para ser atrelada no Vouguinha uma carruagem em madeira de 1908. A empresa está ainda a ultimar a recuperação, para fins museológicos, de uma locomotiva a vapor de via estreita para o empresário Mário Ferreira, da Douro Azul, e uma outra locomotiva para a Câmara Municipal de Valongo.

Peça 218:

Presidente da TAP fala em “nuvens escuras” no horizonte por causa do coronavírus

Luís Villalobos

11 de Março de 2020, 21:00

Para o presidente executivo da TAP, Antonoaldo Neves, ainda é cedo para perceber os impactos do novo coronavírus, mas é fundamental a empresa ter a flexibilidade necessária para responder à situação, que, afirmou, “exige acção”. “Não vamos hesitar”, afirmou o responsável pela gestão da transportadora numa conferência telefónica com analistas sobre os resultados da companhia em 2019, acrescentando que a sua equipa está a trabalhar de forma intensa e a acompanhar diariamente a situação.

“Temos nuvens escuras à nossa frente”, ilustrou o gestor, uma imagem que se pode alargar a toda a indústria. Sobre as dificuldades causadas pelo surto, e perante a possibilidade de haver uma flexibilização das ajudas estatais na União Europeia, Antonoaldo Neves considerou que, a avançarem, a TAP estará entre as visadas devido à sua importância para o país, e que essa questão terá mesmo de ser garantida no espaço europeu se houver apoios do Governo nos EUA (para que não haja distorções competitivas).

De qualquer forma, o gestor mostrou-se “confiante” e afirmou que já sabe que conta com o apoio dos accionistas, ou seja, do consórcio privado Atlantic Gateway (dono de 45% do capital) e do Estado português (50%). Isto, ressaltou, “se for necessário” e numa base de condições idênticas às do mercado (de modo a garantir que não há práticas tidas por anticoncorrenciais). Mesmo que o surto seja curto, o gestor considerou perante os analistas que o impacto económico está para durar, e que não antecipa uma recuperação rápida, mas sim moderada.

Até ao momento, ao nível dos cortes, a empresa já anunciou que vai suspender cerca de 3500 voos, com um ajuste da oferta de 7% em Março, 11% em Abril e 19% em Maio, com principal enfoque nos mercados de Itália (para onde já não voa, por decreto do Governo), Espanha e França, mas abrangendo também voos intercontinentais (a TAP tem ligações para vários países africanos, África, Brasil, EUA e Canadá). Em paralelo, a empresa anunciou a suspensão ou adiamento de “investimentos não críticos” e do “corte de despesas acessórias”.

Na lista de poupanças está ainda a renegociação de contratos e prazos de pagamento, antecipação de crédito junto de fornecedores, suspensão de contratações de novos trabalhadores, a suspensão de progressões e formações e também a o recurso a licenças sem vencimento.

Em relação a este último aspecto, os funcionários podem avançar com um pedido de licença com duração de 30 a 90 dias, referentes a Abril, Maio e Junho. Desconhece-se ainda o grau das primeiras adesões, bem como o destino dos trabalhadores que estejam neste momento com contrato a termo.

Na actual conjuntura, não é de excluir novas medidas de contenção de custos por parte da TAP (numa primeira fase a suspensão abrangia apenas cerca de 1000 voos), tal como tem acontecido no resto do sector. Esta quarta-feira, por exemplo, o grupo Lufthansa anunciou a suspensão de 23.000 voos para o período de 29 de Março a 24 de Abril, avisando ainda que se esperam “mais cancelamentos nas próximas semanas”. Sobre os ajustamentos a fazer após o dia 24 de Abril, o grupo alemão diz que serão comunicados mais tarde.

A TAP, tal como outras companhias áreas, está já a contar com o apoio prometido pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, que anunciou esta terça-feira a revisão temporária da legislação relativa às faixas horárias dos aeroportos (conhecidas como *slots*, em inglês). Isto para que as empresas possam manter as autorizações de aterragem e descolagem em infra-estruturas com maior congestionamento, mesmo sem as usarem (ou mantendo-as com os chamados “voos fantasmas”, efectuados apenas para manter as *slots*).

Esta quarta-feira, o grupo divulgou o relatório e contas da transportadora aérea, que teve um prejuízo de 95,6 milhões de euros (valor que sobe para 105,6 milhões ao nível do grupo). O documento dá conta, entre vários outros aspectos, da descida do endividamento bancário e da existência de 17 milhões de euros em contingências, (contra 405 mil euros de 2018), das quais 9,3 milhões dizem respeito, quase na totalidade, a processos instaurados por clientes “relativamente às irregularidades da actividade” - entendendo-se irregularidades como atrasos e cancelamentos.

O relatório inclui já referências ao novo coronavírus, com a administração a salientar que “as medidas implementadas para protecção da posição financeira da TAP foram determinadas tendo por base a melhor informação disponível” à data, salientando ao mesmo tempo a existência de “um contexto de incerteza associado à evolução futura da disseminação” do vírus.

Peça 219:

Fisco mantém serviços abertos, mas recomenda contactos online e por telefone

Pedro Crisóstomo

11 de Março de 2020, 21:16

Os serviços de Finanças vão continuar abertos, embora a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) frise que os contribuintes, por prevenção da propagação do novo coronavírus, podem recorrer ao atendimento telefónico e ao balcão digital do Portal das Finanças, para esclarecerem dúvidas sem necessidade de se dirigirem a um serviço local.

Numa nota preparada nesta quarta-feira, a instituição lembra que os cidadãos podem fazê-lo através do centro de atendimento telefónico (com o número 217 206 707) no e-Balcão (um ponto de contacto digital onde é possível fazer perguntas e obter respostas de um funcionário, serviço que pode ser acedido a partir daqui).

Aos cidadãos que pretendem ser atendidos presencialmente, o fisco pede que façam o “agendamento prévio da sua ida” à AT, para que se evitem filas de espera. Este passo prévio pode ser feito de duas formas: de forma digital (numa área do Portal das Finanças que pode ser acedida a partir daqui) ou através do mesmo número de telefone (o 217 206 707).

A recomendação da administração fiscal portuguesa surge na sequência de uma decisão do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, numa altura em que várias organizações e instituições estão a decidir medidas cautelares e a cancelar eventos para evitar a expansão do vírus que causa a doença covid-19.

O plano interno de prevenção que a AT está a implementar segue as orientações da Direcção-geral de Saúde — desde logo, no planeamento da higienização e limpeza — e destina-se a minimizar os efeitos no serviço prestado aos contribuintes e no funcionamento interno da instituição. A AT tem cerca de 11 mil funcionários e 42%, cerca de 4600 trabalhadores, estão em contacto com o público.

Segundo a DGS, as pessoas que prestam atendimento presencial, como é o caso dos técnicos tributários, “poderão ter um maior risco de infecção” pelo novo coronavírus, um grupo onde se incluem outros profissionais da administração pública e do sector privado, dos bancários aos trabalhadores de grandes superfícies, dos funcionários da Segurança Social aos dos serviços de registos e notariado. Na área da Justiça, por exemplo, o Governo já recomendou que só se desloquem aos tribunais os cidadãos convocados para “diligências processuais ou que tenham motivo absolutamente inadiável que não possam tratar pelo telefone ou informaticamente”.

O secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, António Mendonça Mendes, já tinha recomendado um reforço da divulgação dos serviços à distância para estes serem “utilizados de forma preferencial para evitar deslocações presenciais aos serviços de Finanças”. E por isso decidiu prolongar uma série de prazos de cumprimento das obrigações fiscais, “sem quaisquer acréscimos ou penalidades”:

- As empresas que tinham de fazer o Pagamento Especial por Conta de IRC neste mês de Março poderão cumpri-lo até 30 de Junho;
- Declaração periódica de IRC de 2019 (a Modelo 22) também poderá ser entregue até 31 de Julho, em vez da data-limite de
- O primeiro Pagamento por Conta e o primeiro Pagamento Adicional por Conta a efectuar em Julho também poderão ser realizados até mais tarde, até 31 de Agosto;

Para os contribuintes ou contabilistas certificados que fiquem infectados ou em quarentena “declaradas ou determinadas por autoridade de saúde” poderão invocar a aplicação do justo impedimento no cumprimento das obrigações declarativas fiscais, uma figura jurídica que, tendo regras definidas, permite afastar a responsabilidade contra-ordenacional ou penal se a obrigação fiscal for cumprida mais tarde (dentro de novos prazos definidos na lei).

A Direcção-geral da Administração e do Emprego Público preparou uma página online com um conjunto de orientações, esclarecimentos e informações sobre as medidas de prevenção e as regras que se aplicam no sector público neste momento, incluindo em relação ao regime de faltas que se aplica aos funcionários que, embora não estejam doentes, não possam ir apresentar-se ao serviço por decisão de uma autoridade de saúde e não puderem trabalhar por outra via.

Peça 220:

Bruxelas propõe novo “direito à reparação” de produtos electrónicos

Rita Siza

A Comissão Europeia quer promover a durabilidade de produtos electrónicos como telemóveis, computadores ou televisores e estabelecer um novo “direito à reparação” de equipamentos com avarias que podem ser consertadas, de forma a prolongar a sua vida útil e evitar a acumulação, em lixeiras, de aparelhos funcionais e materiais que podem ser reutilizados.

“Esse é um direito que os consumidores merecem e queremos certificar-nos que é garantido”, justificou o comissário europeu para o Ambiente, Oceanos e Pescas, Virginijus Sinkevicius, que aponta para 2021 como a data para a sua introdução na legislação europeia.

Como referiu Sinkevicius durante a apresentação do novo Plano de Acção para a Economia Circular adoptado pela Comissão Europeia esta quarta-feira, dois em cada três consumidores de produtos electrónicos e de telecomunicações reclamam do limitado ciclo de vida dos seus equipamentos “e dizem que estes deviam durar mais tempo”. O objectivo da nova legislação é “aumentar a sua durabilidade”, oferecendo a possibilidade da reparação de peças e actualização de software, esclareceu.

“Hoje em dia, os produtos electrónicos ou aparelhos como telemóveis, tablets ou televisores têm um ciclo de vida muito limitado e poucas possibilidades de reparação. O que dizemos é que no seu fabrico têm de ser incorporadas peças que possam ser reparáveis ou substituídas, para que os consumidores tenham a hipótese de reutilizar os seus equipamentos”, explicou.

Uma outra medida, e que já está em discussão entre os co-legisladores, tem a ver com os carregadores universais. “Essa é claramente a direcção que nos interessa. Quando tivermos um mesmo carregador para computadores e telemóveis, deixará de ser necessário incluir estas peças de cada vez que é lançado um novo equipamento”, observou.

Para Virginijus Sinkevicius, esse é precisamente o cerne do novo plano para a economia circular: que tanto os produtores como os consumidores abandonem as práticas actuais de “usar e deitar fora”, e adoptem formas mais sustentáveis. Esse esforço, estima a Comissão, permitirá criar cerca de 700 mil novos postos de trabalho até 2030, e acrescentar 0,5% ao produto interno bruto da União Europeia.

“O modelo económico linear atingiu os seus limites e empurra-nos para uma crise de recursos. Temos de pensar num novo modelo, em que em vez de vender um produto passamos a vender um serviço”, defendeu o comissário, dando alguns exemplos: “Em vez de vender uma lâmpada, vender luz; em vez de vender uma máquina de lavar, vender ciclos de roupa limpa.”

Assim, o plano concentra-se nos sectores onde o fabrico de bens de consumo utiliza mais recursos, para que as cadeias de produção se tornem mais sustentáveis e a de resíduos seja reduzida ao mínimo. É o caso dos produtos electrónicos, mas também dos têxteis, plásticos, embalagens ou materiais de construção — em todas estas fileiras, garantiu Sinkevicius, é possível “desenhar produtos que durem mais tempo e sejam mais facilmente recicláveis”.

Além de uma nova concepção e produção mais sustentável — “em linha com o Pacto Verde e a nova estratégia industrial europeia”, assinalou o comissário — as medidas previstas no plano da economia circular passam pela dinamização do mercado para materiais de segunda mão e a promoção de produtos reciclados, por exemplo facilitando o acesso de inovadores e pequenas e médias empresas que “já se estão a mover na direcção verde e circular” aos concursos públicos “onde esses produtos podem ser usados”.